

**CADERNOS  
CANDIDO MENDES**

O Diálogo Norte-Sul e as Relações Sul-Sul  
A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento  
A Cooperação Cultural América Latina-África  
As Questões Políticas nas Relações América Latina-África  
As Relações Históricas, Econômicas e Políticas do Brasil  
com a África  
A Influência Africana no Brasil

**estudos**

**6-7**  
**AFRO-ASIÁTICOS**



CADERNOS  
CANDIDO MENDES



estudos **6-7**  
**AFRO-ASIÁTICOS**

CADERNOS CANDIDO MENDES

*Conselho Editorial*

Almir de Castro, Candido Mendes, Candido José Mendes de Almeida, Hélio Jaguaribe, Hélio Silva, José Maria Nunes Pereira, Luiz Alberto Bahia, Sérgio Pereira da Silva, Vicente Barreto.

*Editor*

Candido José Mendes de Almeida.

39(05)  
C122

estudos  
**AFRO-ASIÁTICOS**

N.ºs 6-7 — 1982 ISSN 0101-546X

Edição de *Cadernos Candido Mendes*  
Publicação do **Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA**  
do Conjunto Universitário Candido Mendes

*Diretor*  
Candido Mendes

*Vice-Diretor*  
José Maria Nunes Pereira

*Secretaria de Redação*  
Hamilton Magalhães Neto

*Supervisão Gráfica*  
Carlos Augusto de Oliveira Lima

*Tradução*  
Helène Monteiro  
Maria Cândida de Melo Capistrano  
Rubyan Campos de Caldas Brito

*Capa*  
Antônio Seara e Paula Seara

*Composição, fotolito e impressão*  
Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.  
Rua Santana, 136/138 — Rio de Janeiro — RJ

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Solicita-se permuta.  
*We ask for exchange.*

Preço no Brasil:  
N.º avulso: Cr\$ 700,00  
N.º duplo: Cr\$ 1.400,00  
Assinatura: Cr\$ 3.500,00 (cinco números)

*Price:*  
*Single copies: US\$6.00*  
*Double copies: US\$12.00*  
*Subscription: US\$30.00 (five issues)*

*Assinaturas, correspondência e pedidos de números atrasados devem ser encaminhados para*  
*(Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to):*  
Sociedade Brasileira de Instrução — Centro de Estudos Afro-Asiáticos  
Rua Joana Angélica, 63 —  
22420 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

---

## APRESENTAÇÃO

---

Este número duplo de *Estudos Afro-Asiáticos* é inteiramente dedicado às relações do Brasil e da América Latina com a África. Os textos aqui reunidos, versando sobre questões políticas, econômicas, históricas e culturais, compõem o conjunto de comunicações apresentadas e intervenções ocorridas por ocasião do 1.º Seminário Internacional Brasil-África, realizado pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos, em agosto de 1981, e co-patrocinado pela Fundação Ford. Seus autores, latino-americanos e africanos em sua maioria, formam um diversificado universo de concepções, de vários matizes ideológicos, permitindo ao leitor um amplo enfoque dessas relações.

Este 1.º Seminário Internacional Brasil-África teve como objetivo básico ensinar a discussão sobre as vicissitudes do diálogo Brasil e América Latina-África, e por extensão do diálogo Sul-Sul, ampliada o mais possível para fora da comunidade universitária. E de conformidade com uma única exigência: a de que essa discussão fosse caracterizada pelo pluralismo de concepções, de tendências, aspecto este dos mais relevantes a marcar o conjunto de trabalhos do CEAA, refletindo sua própria filosofia de trabalho.

A importância deste Seminário pode ser avaliada sob diversos ângulos: seja pelo número de personalidades

presentes (mais de cinquenta especialistas do mundo acadêmico — entre os quais 16 africanos —, do meio jornalístico e de organismos governamentais nacionais e internacionais, como a Unesco, Banco Mundial, PNUD, Eciel, Finep e Ministério das Relações Exteriores); pelos resultados imediatamente visíveis, como os trabalhos aqui publicados; ou pelos seus efeitos a longo prazo, entre eles a continuidade dessa discussão, tão oportuna e dramaticamente invocada pelo Prof. Milton Santos em sua alocução.

E, com efeito, coube ao CEAA a missão de poder dar essa continuidade, concretizando uma velha aspiração de instituições acadêmicas dos dois continentes: a realização, em agosto de 1983, do 1.º Colóquio Internacional América Latina-África, que ocorrerá simultaneamente ao 3.º Congreso Ordinario da Asociación Latinoamericana de Estudios Afroasiáticos — ALADAA, da qual o Prof. Candido Mendes é presidente.

Portanto, e cientes da crescente significação das relações Sul-Sul na cena internacional contemporânea, estamos convencidos de que elas devem ultrapassar o âmbito das relações entre Estados, para relevar também as relações entre organismos não governamentais que expressem uma maior democratização das relações internacionais.

*José Maria Nunes Pereira*

1870

1871

1872

1873

1874

1875

1876

1877

1878

1879

1880

1881

1882

1883

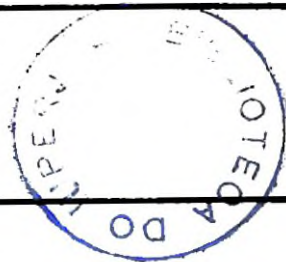
1884

1885

---

# SUMÁRIO

---



*Apresentação* 3

Em Busca da Afro-Latinidade 11

*Candido Mendes*

## 1. A América Latina e a África no Quadro das Relações Sul-Sul

### 1.ª Sessão: A Questão do Diálogo Norte-Sul e as Perspectivas das Relações Sul-Sul

*Alocução* 20

*Hélio Jaguaribe*

Para a Adoção de um Programa Mínimo de Reordenação Econômica Internacional –  
Notas Introdutórias 26

*Hélio Jaguaribe*

*Alocução* 32

*Manuel Ruiz*

*Alocução* 34

*Adotevi Akue*

*Alocução* 35

*Ahmed Amine Kherbi*

O Clube da África e o Desenvolvimento 38

*Ampah Johnson*

Diálogo Norte-Sul: Para Além do Alibi e do Estereótipo 43

*Candido Mendes*

*Intervenções* 50

*Maurílio Ferreira Lima – Irmã Maria Augusta – Wayne Selcher – Nilda Beatriz Anglarill  
– Peter Koenz – Hélio Jaguaribe – Alexandre Barros – Ahmed Amine Kherbi – Kaben-  
gele Munanga – Paulo Antônio Pereira Pinto – Ampah Johnson – Candido Mendes*

### 2.ª Sessão: A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento – CTPD: Novo Mecanismo de Ajuda Mútua na Área Internacional

*Alocução* 63

*Peter Koenz*

*Alocução* 65

*Eduardo Albertal*

Alocução 67

*Gerson Edson Ferreira Filho*

Alocução 69

*Milton Santos*

Alocução 71

*Maria Izabel E. Abdenur*

Alocução 74

*William Clark*

### **3.ª Sessão: A Cooperação Cultural América Latina—África**

Alocução 79

*Santos Cuyugan*

Alocução 80

*Kabengele Munanga*

Alocução 81

*Hevor Koffi*

As Relações Históricas entre o Brasil e a África 82

*Akakpo Amouzouvi*

Alocução 85

*Raymundo Souza Dantas*

Alocução 85

*Yeda Pessoa Castro*

### **4.ª Sessão: As Questões Políticas nas Relações da América Latina com a África**

O Papel dos Estados Unidos na Década de 80 nas Relações entre a América Latina e a África Negra: Fatores Político-Estratégicos 89

*Carlos J. Moneta*

Alocução 125

*Neiva Moreira*

Alocução 128

*Luiz Gonzaga de Souza Lima*

Os Obstáculos Internos e Externos para a Cooperação Sul—Sul 132

*Jesus Contreras Granguillome*

A Nigéria e a América Latina: Problemas e Perspectivas 136

*U. Joy Ogwu*

As Questões Políticas nas Relações América Latina—África 142

*Clóvis Brigagão*

Intervenções 146

*Paulo Antônio Pereira Pinto — Neiva Moreira — Maurílio Ferreira Lima — José Maria Nunes Pereira — Paulo Cordeiro de Andrade Pinto — Sílvio José Ferreira — Luiz Gonzaga de Souza Lima*

## 2. Relações Brasil-África: Análise e Perspectivas

### 5.ª Sessão: As Relações Históricas Brasil-África

Alocução 157

*J. Michael Turner*

Alocução 159

*José Honório Rodrigues*

Notas sobre as Relações Brasil-África no Início dos Anos 60 163

*Raymundo Souza Dantas*

Alocução 166

*Guilherme Souza Castro*

Alocução 167

*Joel Rufino dos Santos*

Alocução 169

*Carlos Serrano*

### 6.ª Sessão: As Relações Econômicas Brasil-África

Alocução 175

*Timothy A. Mgbakwere*

A Questão das Divisas e do Financiamento nas Relações Econômicas  
Brasil-África 178

*Jacques d'Adesky*

Alocução 189

*Makhtar Diouf*

Alocução 191

*Paulo Tarso Flexa de Lima*

Alocução 195

*Manoel Augusto Sanchez*

Relações Comerciais Brasil-África no Contexto da Política Externa Brasileira 198

*Henrique Altemani de Oliveira*

### 7.ª Sessão: As Relações Políticas Brasil-África

Alocução 205

*R. A. Akindele*

Alocução 206

*Wayne Selcher*

Alocução 210

*Neiva Moreira*

Alocução 211

*Silvio José Ferreira*



Alocução 212

*J. Montserrat Filho*

Relações Brasil—África: Problemas e Perspectivas 212

*José Maria Nunes Pereira*

A Política Externa Brasileira para a América Latina e a África 224

*Nilda Beatriz Anglarill e Mercedes Maria Guadalupe Kenz*

Notas sobre as Relações Brasil—África no Contexto da Política Externa Brasileira Recente 239

*Maria Regina Soares de Lima*

Áreas de Tensão no Atlântico Sul. A Aventura Oceano 81 244

*Amílcar Alencastre*

### **8.<sup>a</sup> Sessão: A Influência Africana no Brasil**

Influência da Escravidão Negra na Estrutura e Comportamento da Sociedade Brasileira 249

*Clóvis Moura*

Alocução 258

*Sílvio José Ferreira*

Kilombo e Memória Comunitária — Um Estudo de Caso 259

*Maria Beatriz Nascimento*

Alocução 265

*Juana Elbein dos Santos*

Alocução 267

*Lélia Gonzalez*

Alocução 269

*Yeda Pessoa Castro*

# **1.º SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL—ÁFRICA**

Rio de Janeiro, 4 a 7 de agosto de 1981





---

## SESSÃO DE ABERTURA

# EM BUSCA DA AFRO-LATINIDADE

Candido Mendes

Presidente do Conjunto Universitário Candido Mendes. Diretor do  
Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA.

---

Não preciso reiterar aqui o compromisso, o sentido e a alegria radical com que este nosso Centro de Estudos Afro-Asiáticos — que nasceu como entidade governamental, em 1961, e que teve como seu primeiro diretor o nosso ex-Ministro da Educação, Eduardo Portela — pode viver uma primeira idéia de uma primeira perspectiva do que pudesse ser, graças a Deus liberada do sentido unidimensional da política dos hemisférios, o grande amplexo horizontal entre a América Latina e a África. Mas o importante, dentro dessa perspectiva, é que o Instituto não desapareceu, não acabou como um arquivo perdido, mas foi recuperado, básica e fundamentalmente, para uma experiência universitária, essa que devemos tanto ao Prof. José Maria Nunes Pereira, que, com a sua alma de franciscano, a sua paciência de beneditino e o seu vocabulário de trapista, consegue capturar os recursos e as exigências para concretizar a realização esplêndida desta nossa noite.

Entretanto, não é só o nosso teimoso, renascido (eu ia dizer "fen(xio)") Instituto que está aqui presente. Está aqui o conjunto de todas essas instituições que, no Brasil, invertendo a vocação regional de cada área, vertem no seu nervo, na sua diligência e na sua inspiração um lugar para a reflexão africana no subcontinente: o Centro de Estudos Africanos da Universidade

de São Paulo, o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, a Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil, o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, a Casa do Brasil da Fundação Léopold Senghor, o Grupo de Trabalhos André Rebouças, o Instituto Joaquim Nabuco, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E estão também presentes entidades desta vasta América Latina, através de alguns dos seus pontos nucleares, e que podem, com a sua voz, ampliar muito mais o concerto dos nossos partícipes. Como é importante termos aqui El Colegio de México, a Fundação Colombiana de Investigação Folclórica, o Centro de Estudios Economicos y Sociales del Tercer Mundo — que, na sua dimensão, já de larga mirada sobre todo o Terceiro Mundo, se transforma numa entidade englobante de uma preocupação e de um recado; com que alegria vemos que um colóquio afro-latino-americano nos permite ter aqui também a Argentina, através do Centro de Estudos Internacionais Argentinos e do Grupo de Estudos Africanos da Universidade de Rosário.

O concerto é amplo, na medida em que os laços explodem daquilo que queríamos aprisionar no subcontinente (e vejam a nossa mensagem imperialista subliminal, no que poderíamos chamar a América portu-

guesa). É evidente que, nesse aspecto, já explodimos, graças à estratégia do nosso Encontro. É uma voz mais larga, mais rica, mais pressaga de novas mensagens e que se enlaça no que vem sendo já a conversa regional brasileira sobre a África.

O colóquio é basicamente universitário, mas ele também extrapola em outra dimensão. Aqui está o presidente da Finep. Aqui estão as entidades que efetivamente, dentro do quadro do financiamento da estrutura da pesquisa brasileira — dos órgãos do Ministério do Planejamento ao da Educação, através também de conselhos como o Conselho Nacional de Pesquisa —, concertam, ampliam, no plano brasileiro e no plano de uma política oficial de cultura, a necessidade de chegarmos à definição de práticas, à definição de consertos, à definição de fórmulas com que o intelectual pode mentar um processo de associação e excepcionalização do seu proceder, mais largo ainda dentro do interesse que o nosso Seminário pode despertar.

Com que prazer recebemos a mobilização imediata da Unesco — que está, em sua grande reformulação, cada vez mais se orientando para esse Terceiro Mundo — e as conseqüentes vindas de R. Santos Cuyugan, Diretor da Division for the International Development of Social Sciences, e de Peter Koenz, representante do PNUD no Brasil. E, na hora em que dirijo ao meu querido amigo Michael Turner, a quem também deve esta Casa, gostaria de assinalar o papel das grandes fundações, uma das quais permitiu a realização deste Seminário. Quando mais uma vez se escrever a história do túnel pós-64, e ao agradecer à Argélia, ao México, e ao se reconhecer o que, em certos momentos, representaram países que estão hoje em posições quase que antípodas no quadro do respeito à comunidade internacional do pensamento, não se poderá deixar de lado o papel e a importância que a Fundação Ford teve na salvaguarda, na proteção e na reordenação internacional de tantos e tantos intelectuais da América Latina, inclusive por esse tipo de política de auxílio, reorientada para áreas em que a

sua descaracterização foi evitada e reinserida dentro de perspectivas em que toda a América Latina hoje se empenha, quando se pensa no autêntico desenvolvimento social.

Quando se fala do Brasil, não se deve apenas ver essa velha origem de latinidade ainda ligada a esta América Latina. Há que atentar para o fato de que, na minha opinião, a segunda cidade africana do mundo encontra-se deste lado do Atlântico, mais precisamente em Salvador. Penso que, depois de Ibadan, é necessário vir a este lado para reencontrar esta bela nação Yoruba completamente enraizada e que conseguiu nesta parte do mundo uma identidade tal, um refinamento tão grande da sua sutileza, que até conservou a sua gastronomia ritual.

Quando se conserva a gastronomia, conserva-se a pureza de uma cultura; e não é apenas neste aspecto, com o seu imenso ritual, que se conseguiu ser a nação Yoruba do outro lado deste grande espelho que é o Atlântico. Parece-me essencial, neste caso, ver que a gastronomia é apenas um dos domínios, em relação aos quais existe uma história brasileira desfigurada, compartimentada e despojada nos manuais. Estou certo de que, através das vossas contribuições, daremos conta do fluxo e da riqueza dessas trocas.

Esquece-se com freqüência que o grande fundador do novo Togo independente, Sylvanus Olimpio, era filho de brasileiros. Às vezes ficamos admirados de saber das maneiras pelas quais se constituíram os grandes grupos que construíram novas nações, como no caso do Togo, ou os que às vezes, infelizmente, se desenvolveram em guetos, como o bairro brasileiro de Lagos.

Existe um imenso leque no qual este pedaço de contracultura brasileira está presente. Diria que a parte desta história mais profunda, poderosa e abundante — suas raízes essenciais — começa somente a ser esboçada. É por isso que podemos compreender que esta imediatividade com a África lusó-

fona se dá em função de se atentar apenas à comunidade de língua, deixando-se de ver o que a geografia cada vez mais nos mostra. Pois não podemos eliminar o que está em todos os Atlas: a forma pela qual, por exemplo, o grande golfo do Benin apela para o nordeste brasileiro. Há que valorizar este grande umbigo entre os dois continentes.

Não sou discípulo de Wergener, mas o importante é mostrar que existem esses grandes filões, que devem eliminar a idéia simplista de que a primeira prioridade nas relações Brasil-África deve limitar-se a uma África lusófona. Não, essas relações estão essencialmente ligadas também às relações com todos esses países, e até certo ponto é uma impostura pensar que Moçambique é mais importante para o Brasil do que o Togo, a Nigéria ou o Senegal. E é em nome dessas culturas, desses países, que espero que este Seminário possa evitar os truques das línguas, para encarar e desenvolver as verdadeiras prioridades culturais. Por isso, é importante, essencial ter aqui os meus amigos do Togo, do Gana, do Senegal e da Nigéria, nesta luta contra a estereotipia, na reconsideração do que está para além da impostura lusofônica nas relações entre o Brasil e a África dos nossos dias. É também muito importante compreender que é através disso que desenvolveremos esta nova autenticidade, que o Presidente Jânio Quadros compreendeu muito bem ao enviar o Embaixador Raymundo Souza Dantas a Gana.

O elemento fundamental que temos em mente é uma visão da maneira pela qual o novo horizonte em que moldamos esta identidade pode ser definido em termos de uma política em busca da formação de linhas. A primeira destas relaciona-se com as principais linhas gerais que podemos considerar, entre elas um realinhamento geral latino-americano. Não nos encontramos mais no período das políticas dos blocos ABC e não estamos ainda preparados para compreender a enorme e crescente influência tanto da Venezuela como do México na viável nova América Latina. O Brasil tem

seu futuro cada vez mais ligado, agora, a esses dois países, para com os quais, entretanto, não temos ainda uma política, que deve vir a ser desenvolvida dentro da mesma tradição na qual moldamos nossas relações com a Argentina ou com o Chile.

Uma das questões efervescentes com que nos deparamos atualmente, em termos de relações latino-africanas, está ligada, naturalmente, ao único outro país latino-americano que possui uma política mais que vigorosa — e até hoje sem "counter-veinir power" no continente: Cuba. Naturalmente, torna-se impossível pensar seriamente em relações afro-latino-americanas, sem resolver o problema cubano e, ao mesmo tempo, deixando de ver como a região inteira do Caribe envolve-se cada vez mais numa crise de identidade, ao se deparar com as possibilidades de se colocar sob a grande influência do mais importante país petrolífero dentro da OPEP, a Venezuela, ou do maior e mais importante dos países ricos em petróleo no mundo atual (200 bilhões de barris contra os 150 bilhões da Arábia Saudita) e realmente o mais importante, o fundamental e mais poderoso país da América Latina, que é o México. Para compreender a maneira e a fórmula pela qual as nações do Caribe, tentando evitar essas duas influências, tornam-se mais e mais inclinadas ou influenciadas ou sob a atração do Brasil, é interessante observar o desenvolvimento desses acontecimentos. E esperamos ver, em algumas de nossas comunicações, aqui, de que forma o novo quadro cultural desenvolvido com o Suriname, com a Guiana, com as universidades das Índias Ocidentais coloca o Brasil nessa posição. Enquanto procuramos, através da mesma, evitar o vácuo de capacidade representado pelo novo alinhamento continental, a região do Caribe tenta posicionar-se *vis-à-vis* à enorme influência do pólo cubano e do que pode ser sua contrapartida dialética. É importante mencionar-se o fato, porque seria hipócrita discutir-se as relações afro-latino-americanas sem, num certo momento, discutir-se os grandes ausentes aqui, os cubanos e, naturalmente, aí, a pos-

sibilidade ou as linhas através das quais podemos discutir a práxis dessas relações nos termos em que estão sendo estruturadas, em que estão sendo moldadas e se tornando realidade com o tempo.

Menciono o fato, porque, enquanto discutimos o Benin, estamos também analisando, sem dúvida, a viabilidade dessa nova África. No entanto, mais uma vez, estamos comprometidos com as relações especiais entre os países subcontinentais. Cada vez mais estamos desenvolvendo, não em bases mútuas, provavelmente, mas em bases bilaterais — e o Brasil é um caso à parte — novos laços com um país africano, no qual uma mudança fantástica está ocorrendo. Quais são, atualmente, os países vitais, em termos de sobrevivência, para o Brasil? O petróleo vem colocando, cada vez mais, os países do Oriente Médio e da África numa posição decisiva para nossa sobrevivência. Entre os dez mais importantes países para o Brasil, atualmente, aqueles que não podemos dispensar, em termos de uma semana de sobrevivência em petróleo, estão três países do Oriente Médio, sendo o Iraque destacadamente o mais importante, seguido da Argélia e da Líbia. Ao mesmo tempo, podemos ver o quanto de importância, em termos de espinha dorsal da África, assume, para nós, Angola e, em especial e com grande destaque, a Nigéria. Se alguns povos temem, deste lado do Atlântico, a *pax* brasileira, muitos povos temem a *pax* nigeriana, no outro lado do Atlântico:

É por esta razão que podemos realmente explorar este tipo de diálogo neste Seminário, que conta com tantos professores, tantos diretores e tantos especialistas vindos do grande Brasil e do continente africano. Se tivermos algumas prioridades, em termos de áreas culturais, se agirmos realmente com seriedade neste Seminário — no sentido de que ele realmente procura ser sensível ao que é relevante e implica a forma pela qual podemos desenvolver-nos, seguindo a criatividade, seguindo a grande engenhosidade, através da qual ambas as lideranças vêm trabalhando nesta idéia —, torna-se fundamental que os dois países sub-

continentais possam verdadeiramente compreender de que maneira suas premissas irão realmente convergir, se existir ainda um sentido em falar-se em diálogo do Sul. Não existe nada mais importante em termos de não sermos retóricos ou idealistas ou de sermos neocolonialistas do que discutir com nossos olhos as relações entre os dois países e como estes emergem por seus meios próprios e fundamentais.

É importante que se saliente o problema tanto quanto nós, no nosso Seminário, iremos evitar o risco das transleituras, o risco dos desvios de opinião, ou dos álibis. Tenho muito medo do fracasso do desenvolvimentismo, do fracasso das esperanças do que poderia ser a concatenação entre a viabilidade econômica e, por esse mesmo desafio, a construção da nação para si, dentro de toda a faixa das chamadas periferias do Ocidente. Mas o que é que fica de pé? Essencialmente evitamos que, com os recursos da análise do novo discurso imperial do fim do século, a nova ordem internacional seja a retórica do neocolonialismo e do fracasso do desenvolvimento autônomo, ou pior ainda, que o ideal da *self reliance* venha a ser apenas a projeção idealizada e meramente compensatória do que é já a avariada possibilidade de expansão e de sobrevivência da nação inviável.

Teremos tempo dentro desse diálogo para encontrar as imposturas ideológicas, que hoje tisnam, turvam e iludem e tornam, às vezes, sedutoramente racional a proposição da nova ordem internacional. Espero que ela seja aqui devidamente denunciada, analisada, criticada, salva, revista, como tem sido feita na predição desta Casa, que acolheu o modelo Bariloche e quis propor uma nova ordem internacional, definida numa proposta normativa e não numa proposta de consolidação do *statu quo* vigente em termos de que esse diálogo Sul-Sul pudesse se desenvolver. Numa palavra, o nosso Seminário, obstinado, pertinaz, com tantas vozes, quer desenvolver, quer desdobrar os mitos do fracasso da posteridade e também os mitos da explicação do seu contrafracasso.

**PARTE I**

**A AMÉRICA LATINA E A  
ÁFRICA NO QUADRO DAS  
RELAÇÕES SUL—SUL**



**1.ª SESSÃO**

**A QUESTÃO DO DIÁLOGO NORTE—SUL  
E AS PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES  
SUL—SUL**



---

# ALOCUÇÃO

Hélio Jaguaribe

Decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais — IEPES, do  
Rio de Janeiro.

---

Como é do conhecimento geral, duas eminentes figuras do mundo europeu tiveram, em períodos recentes, a oportunidade de elaborar e de apresentar documentos de grande relevância a respeito da maneira pela qual, realisticamente e dentro de um sentido de maior equanimidade, se pudessem reorganizar as relações econômicas do mundo e corrigir a assimetria Norte-Sul.

O primeiro desses trabalhos é o do economista Jan Tinbergen, chamado *Para uma Nova Ordem Econômica Internacional*. O segundo documento é aquele que foi organizado sob a coordenação e inspiração de Willy Brandt, chamado de *Relatório Brandt*. Neste segundo documento, que acompanha bastante de perto as sugestões do primeiro, os dois constituindo um conjunto bastante homogêneo e complementar, Willy Brandt sugere medidas concretas para reduzir o desequilíbrio Norte-Sul, além de um procedimento que torne viável a adoção dessas medidas.

Esse procedimento que ele sugere é a realização de uma conferência de cúpula da qual participassem os chefes de Governo dos principais países dos dois blocos e na qual se pudesse estabelecer uma agenda de consenso fundamental, capaz de conduzir de forma gradual à implementação das diversas medidas que ele propõe no *Relatório*. Esta idéia de uma cúpula que reúna os principais chefes de Governo do mundo foi acatada por muitos dirigentes e já teve uma primeira manifestação na recente reunião dos chanceleres que se realizou em Cancún, cidade balneária do México. Está prevista para se realizar, nessa mesma cidade de Cancún, em outubro deste ano [1981], a reunião dos chefes de Governo, e, por-

tanto, se encontra na pauta a questão de saber o que dela se pode esperar.

Com alguma antecedência em relação à reunião dos chanceleres tive oportunidade, em um *paper* aqui reproduzido, de apresentar algumas indicações e de fazer alguns prognósticos a respeito do que se podia esperar. Lastimo dizer que a reunião dos chanceleres está confirmando extremamente o pessimismo que se reflete nesse meu *paper*. Realmente, começando pela reunião dos chanceleres, ficou bastante claro que, por uma posição um pouco não negociável apresentada pelos EUA, se estabeleceu que a reunião de Cancún será uma reunião sem agenda fixa, uma reunião de discussão livre em torno de problemas genéricos. Com isso os EUA procuraram evitar qualquer compromisso, seja com uma agenda, com uma pauta de indicação de prioridades, ou com o vislumbre do que pudesse ser considerado como algo de problemático nas relações Norte-Sul. Esta postura permite aos EUA, como expressamente foi mencionado pela delegação norte-americana, fazer com que a próxima reunião de Cancún se constitua, para eles, num teste em que verificarão se existe ou não alguma possibilidade de uma negociação multilateral Norte-Sul. Essa é a posição adotada pelos chanceleres e prognostica a atuação do Governo norte-americano.

A idéia de um acordo, de um consenso entre o Norte e o Sul pressupõe, evidentemente, como principais elementos, de um lado, que os países do Sul cheguem a um certo consenso a respeito daquilo que eles consideram como requisitos fundamentais de um programa mínimo para a reorientação da economia mundial. Por outro lado, esse programa mínimo, que provavelmente

Leia

# estudos **AFRO-ASIÁTICOS**

**voce não vai saber antes, mas vai saber melhor**

- relações internacionais
- papel político-econômico do mundo afro-asiático
- política externa brasileira
- história do negro no brasil
- questão racial no brasil e no mundo
- modelos de desenvolvimento africanos
- cooperação técnico-cultural no terceiro mundo
- relações sul—sul e outros temas relevantes para a compreensão do mundo atual

**Estudos Afro-Asiáticos**, publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA (Conjunto Universitário Candido Mendes), é leitura indispensável a todos que se preocupam com o destino e os problemas comuns dos povos do Terceiro Mundo.

Adquira **Estudos Afro-Asiáticos** nas boas livrarias do País ou solicite já sua assinatura, mediante envio de Vale Postal ou Cheque pagável no Rio de Janeiro à

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO — CEAA  
Rua da Assembléia, 10 — Centro  
20011 — Rio de Janeiro, RJ

## **Assinatura**

5 números Cr\$ 3.500,00  
Nº atrasado Cr\$ 700,00  
Nº duplo Cr\$ 1.400,00

**Preços válidos até março/83**

## **Subscription**

5 copies US\$ 30.00  
Single copy US\$ 6.00  
Double issue US\$ 12.00

**Prices until march/83**

teria que se situar na área das recomendações de Tinbergen e de Brandt, pressuporia que ele próprio fosse considerado como razoável pelo consenso dos países do Norte e que — obtido esse consenso do Sul quanto à demanda do Norte relativa à aceitação — se chegasse a um terceiro consenso, no que diz respeito ao modo de implementar essas coisas, ao mecanismo pelo qual fosse possível levar à prática essa concordância geral. Ora, este consenso não me parece viável, não apenas pelas indicações mais recentes resultantes da reunião dos chanceleres, mas por algumas análises que facilmente se pode fazer e que, me parecem, conduzem irremediavelmente a essa conclusão pessimista.

Em primeiro lugar, devido a uma visão da nova política norte-americana. Com efeito, os EUA têm tido uma acentuada oscilação na sua tentativa de combinar os seus valores liberais de cultura interna com a sua condição objetiva de sujeito de um processo de imperialismo mundial, não determinado por um desígnio nacional consciente, mas por um processo objetivo que conduz a uma presença hegemônica dos EUA em todas as áreas firmemente defendidas pelo campo oposto. Na tentativa de conciliar uma visão liberal das coisas com a realidade de um processo imperial, os EUA têm oscilado entre diversas atitudes, de que são, possivelmente, indicativas de posições extremas as atitudes do Governo Carter, que reconhecia que estava havendo no mundo modificações que não eram evitáveis e que os EUA deviam ser razoáveis, aceitar essas modificações, conviver com um mundo muito mais pluralista, mais multipolar, e aceitar uma certa diversidade de orientações ideológicas e de modalidades de regimes de governo dentro da própria área ocidental, sempre que isso não implicasse em riscos estratégicos relativamente ao inimigo potencial, que é a União Soviética.

Já o Governo Reagan — tendo chegado ao poder muito menos, segundo reconhece a maior parte dos analistas, por uma opção para ele enquanto tal, mas por opção de

negativa do Governo Carter, por um repúdio ao Governo Carter — se encontrava dentro de uma grande onda de opinião pública, marcada por um profundo sentimento de complexo. Para ela, será inaceitável assistir a um país como os EUA, a grande potência mundial, ser humilhado de maneira vergonhosa por uma potência semibárbara como o Irã, ser incapaz de conter expansões soviéticas em áreas como o Afeganistão e se defrontar com um pequeno vizinho impertinente como Cuba, que se dava ao luxo de exportar soldados para ocupar nações africanas, desalojando interesses norte-americanos. Em suma, a opinião pública refletia toda uma visão de uma potência imperial que se sentia ameaçada por medidas transformadoras da ordem do mundo e contrárias aos seus interesses. O Governo Reagan milita, então, para unir o *establishment* econômico e comercial dos EUA ao sentimento popular de humilhação. É diante dessa combinação de interesses poderosos com o sentimento popular de humilhação que Reagan postula uma política de confrontação com a União Soviética.

Sem entrar aqui na análise da política de Reagan, creio que se pode estabelecer como os dois principais pontos fundamentais dessa política as seguintes noções. A primeira noção refere a idéia de se reduzir a totalidade dos conflitos do mundo ao conflito Leste—Oeste, negando-se especificidade ao conflito Norte—Sul, que passa a ser tido simplesmente como um instrumento de tentativa da potência soviética de se aproveitar de certas debilidades do capitalismo periférico, para instaurar o totalitarismo comunista em áreas que, supostamente, deveriam estar encaminhadas para o mundo livre. Segundo essa noção, na medida em que se fizer a contenção da União Soviética, o capitalismo poderá praticar sua tarefa motriz do desenvolvimento e recuperar o atraso relativo dos países do Sul, porque, tendo liberdade de jogo, ele produzirá a sua eficácia econômica. A outra noção refere que, contida a União Soviética e dada essa oportunidade ao capitalismo, compete ao

setor privado, com uma intervenção inteiramente secundária do Estado, promover o desenvolvimento geral do mundo.

Portanto, o conflito Norte-Sul é uma falsa noção; o que existe é o conflito Leste-Oeste; e contida a União Soviética e dada a adequada margem de expansão ao capital privado, o mundo se desenvolverá rapidamente.

Diante de uma colocação desse tipo, nos vemos frente à própria negação fundamental da realidade das coisas, pois ela ignora precisamente o fato de que o subdesenvolvimento das periferias do Ocidente é condicionado. (Condicionado, porque pessoalmente não creio que seja correto dizer-se totalmente determinado. Toda causalidade mecanicista entre a fluência do Norte e o atraso do Sul me parece incorreta. Certamente há ainda outros fatores, como os culturais etc., que agora não se podem discutir e que intervêm no processo. Mas se, a meu ver, uma análise objetiva e científica conduz à denegação da tese da causalidade determinativa direta, com certeza essa mesma análise conduz à tese de um condicionamento igualmente determinativo, incluído de outros fatores.) Portanto, há obviamente uma condicionalidade entre o excesso de riqueza do Norte e a deficiência de riqueza do Sul e um processo de assimetria que funciona em detrimento do Sul. Isto é algo totalmente distinto do conflito Leste-Oeste, e a postura de Reagan consiste, por razões em partes ideológicas, em parte de interesses nacionais, em negar a essência do problema que nós aqui estamos querendo discutir.

A esta postura de Reagan, somam-se, infelizmente, elementos que contribuem a favor dela. De um lado, o fato de que o segundo grande gigante do bloco das economias de mercado, que é o Japão, é um país que tem sido sempre muito indiferente à relação Norte-Sul, marcado por uma cultura extremamente étnica voltada para a niponicidade, com pouca abertura para o mundo exterior, que é visto como uma área de expansão dos interesses nipônicos. É de fato o único interesse do Japão, hoje em

dia, é encontrar formas pelas quais ele consiga manter, tanto quanto possível, o seu *design* de exportação maciça, antes de que o neoprotecionismo do Ocidente feche as portas aos produtos japoneses e obrigue o Japão a uma outra modalidade econômica. Ele não tem o menor interesse em entrar na questão Norte-Sul, mas apenas em maximizar o resíduo de oportunidades de uma agressiva exportação. O Japão, portanto, é um aliado objetivo da política de Reagan.

Por outro lado, dentro dos países europeus restantes, distinguem-se países de tipo de governos conservadores, como o da Margaret Thatcher na Grã-Bretanha, que adota em política uma posição semelhante à de Reagan e em economia uma visão chiquiana, e o que se pode chamar de países escandinavos, entre aspas, que são os países escandinavos, o Canadá, a Holanda e, mais moderadamente, a Alemanha Federal. Estes países, que aceitam em princípio as teses de Tinbergen e de Willy Brandt, estão de acordo que existe uma distorção objetiva, estrutural nas relações Norte-Sul; que está no interesse ilustrado do Norte uma redistribuição das oportunidades econômicas; que, na medida em que se acentuarem as oportunidades de desenvolvimento do Sul, certas novas linhas produtivas do Norte serão ativadas; e que existe uma correlação entre criação de novos empregos nos países industrializados e uma política esclarecida de assistência ao Sul. Estão de acordo, portanto, com todas as teses fundamentais de Tinbergen e de Willy Brandt.

Contudo, eu tive ocasião de participar de uma interessantíssima reunião do Clube de Roma com os primeiros-ministros dos países escandinavos e ouvi, de viva voz, o que vou exprimir e que é uma opinião profundamente arraigada nesses países. Segundo esses primeiros-ministros dizem, sem embargo de concordarem com as teses de Brandt e de Tinbergen, aqueles países não têm, no momento, condições políticas de implementar tais teses. E não têm porque o desemprego interno e algumas outras dificuldades de tal maneira manietam as mãos de suas administrações, que qualquer esfor-

co adicional feito em favor do Terceiro Mundo seria visto pelo eleitorado sueco, norueguês etc. como algo que se faz em detrimento do desemprego local, do desempregado, da deficiência de assistência do serviço social desses países etc. Assim, colocou-se um relacionamento perverso entre a visão nacional desses países quanto às suas demandas de assistência social e os excedentes que se pudesse distribuir para o Terceiro Mundo, excedentes esses que são conclamados para estarem a serviço das demandas internas. Então, embora reconhecendo a procedência das teses de Tinbergen e de Willy Brandt, alegam que necessitam, para porem em prática efetivamente uma nova política para o Terceiro Mundo, de um período intervalar durante o qual eles possam estabelecer a normalidade econômica. Só então estariam preparados para aumentar a sua contribuição e aceitar a tese de que um imposto de renda internacional, de até 1% do produto nacional, seja encaminhado para o Terceiro Mundo, além de concordarem com várias das outras medidas propostas por Tinbergen e Willy Brandt.

Ora, essa descrição torna bastante claro que os nossos amigos estão manietados e os nossos inimigos estão com as mãos livres. Assim, evidentemente, a reunião de Cancún será um completo malogro e não haverá possibilidade alguma de um diálogo Norte—Sul. A única coisa a fazer é denunciar por antecipação a necessária esterilidade de qualquer conversação com o Norte, conversação absolutamente inviável dentro das atuais condições do mundo, pois não se deve pensar que se pode reestruturar a ordem mundial por um mecanismo de consenso racional, a partir da idéia de que a visão ilustrada do próprio interesse do Norte conduza a uma nova forma de organização do Sul.

Então, o que fazer? Não pode o Sul fazer nada? Temos que esperar que as condições econômicas do mundo melhorem? Que a taxa de inflação seja superada e que a crise do capitalismo ocidental conduza a uma nova fase de prosperidade, para que só

então, aliviados das pressões internas, os países que estão de acordo com o princípio da simetria tomem novamente uma liderança, para reorganizar a economia mundial?

A minha resposta a esse respeito é duplamente negativa, pois não se pode esperar essa volta da prosperidade do Norte por duas razões. A primeira razão refere-se ao fato de que, precisamente como tem sido assinalado por Tinbergen, Willy Brandt e outros, a taxa de inflação, ela própria, é uma decorrência do desequilíbrio, de maneira que, na medida em que esse desequilíbrio permanecer, o Norte não terá saída. Apenas a compreensão de que uma atitude egoística primária conduz à reiteração do problema, é algo que o Norte levará muitos anos para se dar conta, é um efeito perverso de longo prazo que não se apresenta como tal no curto prazo. Quase todas as medidas de curto prazo têm, como condição do seu futuro êxito, o incremento de um esforço de sacrifício; no momento, porém, para as sociedades cansadas, que não querem mais arcar com ônus adicionais, esse sacrifício, que constituiria condição de uma futura melhora da economia, não é aceito. Então, elas são condenadas por essa razão, ao mesmo tempo estrutural e psicológica, a permanecerem retraídas quanto a um esforço de sacrifício, e uma espera nossa de que essa situação seja superada pela nossa paciência só vai na verdade fazer agravar o quadro, objetivamente falando.

Quanto à segunda noção, vendo a coisa do ângulo do Sul, observamos que as condições estão marchando muito rapidamente para a mais absoluta inviabilidade. Não se trata apenas de que as relações Norte—Sul sejam injustas, estruturalmente assimétricas e tenham, inclusive, esse efeito perverso sobre o conjunto da economia mundial, portanto, que sejam negativas do ponto de vista do interesse do mundo considerado em geral. Tudo isso é verdade, mas ademais ocorre que, a prazo relativamente curto, as economias, as sociedades do Sul não têm condições de sobrevivência, se se postula uma perduração excessivamente longa do

atual *status quo*. Há populações inteiras que estão ameaçadas de extermínio pela fome; existe um crescimento do débito do Terceiro Mundo que está ultrapassando totalmente a capacidade não só de pagamento — essa já foi ultrapassada —, mas também a capacidade de atendimento do serviço de juros; já chegamos, quanto ao endividamento perverso do Terceiro Mundo em relação ao Primeiro, a um estado em que não se trata mais de saber que a dívida não é pagável, o que não é pagável são os juros; ou seja, a própria simulação da continuação da dívida contém preços que não são toleráveis por muitas das economias (não necessariamente a do Brasil). Tal situação é absolutamente inaceitável, tanto teórica como praticamente, em termos de uma consignação que fosse por nós consentida, ainda que apenas por omissão.

Segue-se, então, um outro ponto que sugiro neste *paper*. Parece-me evidente que envolve dois tipos de problemas. De um lado, o de como conduzir a formas eficazes de consenso no âmbito puramente do Sul e, de outro lado, pela aplicação de medidas que, obtidas de consenso, tenham eficácia operativa por adesão unilateral do Sul, independentemente do comportamento do Norte. Trata-se, portanto, de satisfazer dois tipos de requisitos: a obtenção de um consenso do Sul no âmbito do Sul; a condução, por esse consenso, a medidas operativas cuja eficácia independa do consenso do Norte, portanto, auto-implementáveis.

Relativamente ao primeiro aspecto, considero que, para se atender a esse requisito, ou seja, ao consenso do Sul, faz-se necessário partir-se de uma visão realista da complexidade e da multiplicidade do Sul e do fato de que o Sul apresenta importante margem de interesses que não são imediatamente compatibilizados, não chegam a ser necessariamente antagônicos, embora sejam certamente contraditórios. Creio que uma das coisas a ser superada para se lograr um novo consenso do Sul — além da noção de que esse consenso é preparatório para um consenso mundial — é a noção de que, no puro âmbito do Sul, um consenso a res-

peito de uma nova ordem econômica mundial só pode ser viável se não se levar em conta as realidades das estruturas do Sul, dos diversos grupos em que estão estruturados os países aí localizados. E, nesse sentido, desejo alertar o Seminário contra uma certa tendência (da qual inclusive há manifestos partidários dentro da Administração brasileira), que supõe que uma análise das diferenças do Sul seja malévola para os interesses dessa parte do mundo, porque representaria uma manipulação dos países do Norte, que fazem distinções com intenções divisionistas.

Que os países do Norte têm intenções divisionistas é evidente. Mas o divisionismo não depende das intenções, depende da realidade. Negar as diferenças existentes porque o adversário pretende manipulá-las, não significa superar a manipulação, significa simplesmente entregar-se inerte a essa manipulação, sempre que a existência dessa diferença seja efetiva. Aquilo de que se trata é entender que o Sul não vai obter uma unidade operativa através de um esforço de retórica e de murros sobre a mesa; não adianta um voluntarismo retórico, se ele não estiver calçado numa visão absolutamente realista das profundas diferenças existentes no Sul.

Neste sentido, o primeiro ponto dessa condição básica, que é a unidade do Sul, conduz à necessidade de uma clara diferenciação. Essa clara diferenciação, que num estudo mais aprofundado comporta uma infinidade de nuances e sutilezas, pode para um efeito analítico preliminar levar a uma divisão tripartida dos países do Sul. Estes estão agrupados em três principais setores: os que têm fortes excedentes petrolíferos e podem, por isso, dispor de um produto que goza, nas condições atuais, de enorme facilidade de exportação (fundamentalmente os países da OPEP); os países que têm sido usualmente chamados de NIC, Newly Industrialized Countries, que dispõem de um parque industrial apreciável, suscetível de exportações importantes de manufaturas; e, finalmente, os países que não estão, por exclusão, em nenhuma dessas



duas categorias e que tendem a constituir o grupo dos países mais pobres, embora esse grupo não seja em sua totalidade constituído de países pobres.

Feita essa distinção, é muito importante formularmos questões da seguinte ordem: que tipo de interesse fundamental tem a OPEP nas condições atuais? (É preciso fazer uma análise objetiva de quais são os interesses fundamentais da OPEP, os interesses estruturais, que não dependem da ocasionalidade de um dirigente, mas decorre da natureza das coisas.) Quais são os interesses fundamentais dos NIC e quais são os interesses fundamentais dos países do terceiro grupo? E, partindo dessa tricotomização do mundo Sul, encontrar denominadores comuns em forma de compatibilidade.

No meu *paper* intento uma primeira tentativa de examinar quais são esses interesses e menciono a crença de que é possível objetivamente determinar quais são os interesses fundamentais desses blocos e traçar, entre eles, certas linhas de compatibilização.

A partir da determinação desta possibilidade, surge o problema de como operacionalizar um programa mínimo comum que atenda de forma compatibilizante às diferenças da OPEP, dos NIC e do terceiro grupo de países e de como organizar esses interesses, de sorte que eles sejam auto-implementáveis, independentemente do consenso do Norte e, mais do que isso, sabendo-se que o Norte vai operar de forma desagregadora, tentando de todas as maneiras, inclusive, no limite, por intervenções militares, evitar que se faça uma reordenação por decisão unilateral do Sul.

Infelizmente, o tempo da minha intervenção me impede de abordar com maiores detalhes essa questão eminentemente interessante. Vou, então, apenas dar as linhas pelas quais me parece viável esse tipo de implementação e, depois, nos debates, poderei eventualmente entrar em alguma outra consideração.

Em primeiro lugar, quanto ao *modus faciendi*, uma vez conseguido o acordo fundamental entre os países do Sul — necessa-

riamente não entre a totalidade dos países membros do 77, mas de uma forma representativa entre os principais países da OPEP, dos NIC e dos países do terceiro grupo — seria necessário chegar-se a um projeto de resolução das Nações Unidas, pela Assembléia-Geral, que seja aprovado, como o foi a Carta dos Direitos e Deveres, através do voto majoritário, com declaração expressa de que aquela decisão revoga a disposição que submete ao voto do Conselho de Segurança decisões da Assembléia. Evidentemente, trata-se de uma atitude parlamentar revolucionária, que tem inclusive um precedente conhecido na história norte-americana, oportunidade em que os colonos dos EUA, reunindo-se em assembléia, decretaram uma decisão que não foi submetida ao veto do rei da Inglaterra e que resultou em conseqüências que a História registrou.

Creio que está na hora da declaração de independência do Terceiro Mundo, e, a meu ver, o instrumento de legalização desse ato por uma decisão da Assembléia-Geral constituiria a pauta a partir da qual as legislações internas dos países, fazendo referência a essa norma geral, poderiam adaptar-se, de uma maneira concomitante e coordenada, a essa decisão. A importância dessa declaração é que ela não constitui apenas um apelo jurisdicional à norma internacional. É também porque, a partir dela, seria possível uma pauta ordenadora das legislações nacionais.

Em segundo lugar, como é possível implementar de uma maneira não universal, sem consenso do Sul e do Norte, certas medidas econômicas da ordem mundial? Precisamente a partir de uma coordenação uniforme das políticas, das instituições, das legislações dos principais países do Sul, as quais regulassem apropriadamente a maneira de tratar com a dívida, como fazer empréstimos etc. etc.

Outras rápidas indicações do que se pode fazer estão no sentido de criar mecanismos que incentivem as atividades comerciais e técnicas na relação Sul-Sul. Aqui está o nosso querido representante das Na-

ções Unidas gastando o melhor do seu talento, para incentivar esse mecanismo, com resultados muito modestos. Na verdade, esses resultados são modestos porque os países do Sul não tiram, efetivamente, partido das oportunidades de que dispõem. E existem condições objetivas para que haja uma transferência de tecnologia e de recursos manufaturados do Norte para os países do Sul, que representaria mais de 50% do intercâmbio mundial. Agora, se os países do Sul, por razões diversas, não o fazem, não há solução; mas que é possível fazê-lo, não há dúvida, e aí está o caminho.

Para terminar, diria que uma outra coisa importante a fazer por parte dos países do Sul é reforçar a função regulatória das Nações Unidas. Não existe solução alguma para uma nova ordem econômica mundial senão através das Nações Unidas, neutralizando-se os órgãos políticos das Nações Unidas que representam as grandes potências, como o Conselho de Segurança, e enfatizando-se os órgãos operativos, como o PNUD, a FAO e vários outros, que são mecanismos organizados e funcionariam a serviço da transferência tecnológica e do desenvolvimento do Terceiro Mundo.

---

## PARA A ADOÇÃO DE UM PROGRAMA MÍNIMO DE REORDENAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL — NOTAS INTRODUTÓRIAS

Hélio Jaguaribe

Decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais — IEPES, do  
Rio de Janeiro.

---

### 1. Resistências dos países centrais

Está prevista para outubro [1981], no México, a realização de uma conferência de cúpula para a discussão das propostas do *Relatório Brandt*. Visa-se, com tal reunião, possibilitar a formação de um consenso internacional que conduza, com a possível brevidade, à adoção de um programa mínimo de medidas aptas a contribuir para uma nova ordem econômica internacional. Para esse efeito, consideram-se como base apropriada as recomendações da Comissão Brandt, levadas em conta outras importantes contribuições, como, notadamente, as do *Informe Rio*, de Jan Tinbergen.

Sem embargo da extraordinária contribuição que personalidades européias, como Willy Brandt, Jan Tinbergen e algumas outras, vêm prestando à causa de uma reordenação mais justa e também mais realista do sistema econômico mundial, e não obstante a permanente boa disposição que, sobre a matéria, mantêm alguns influentes países

ocidentais, como a Suécia, a Holanda, o Canadá e, mais moderadamente, a República Federal da Alemanha, os prognósticos sobre um novo esforço de entabulação do diálogo Norte-Sul não podem ser mais pessimistas. Várias circunstâncias, realmente, proporcionam inequívocas indicações de que os países centrais, ainda que venham a dar algum apoio retórico à conveniência de uma nova ordem internacional, não se encontram, presentemente, preparados para nenhuma concessão, sobretudo de caráter multilateral.

Com efeito, os Estados Unidos, país líder do sistema ocidental, embora tenham desempenhado papel decisivo na reordenação econômica da Europa, após a Segunda Guerra Mundial, vêm manifestando, nos dois últimos decênios, crescente falta de cooperação com o sistema das Nações Unidas e com todas as medidas encaminhadas para uma nova ordem econômica internacional. Atualmente, sob a Administração Reagan, os EUA concentram todas as suas

prioridades internacionais na contenção do poder e da influência da União Soviética, tendo deliberado, declaradamente, ignorar a especificidade dos problemas do relacionamento Norte-Sul e decidido considerar todos os problemas internacionais exclusivamente em função da medida em que contribuam para incrementar o poder e a influência dos Estados Unidos e reduzir os da União Soviética. O Japão, o outro gigante econômico da OCDE, tem sido tradicionalmente indiferente a todas as questões de cooperação internacional e concentra, atualmente, seus esforços internacionais em manter sua ofensiva exportadora, a despeito da crescente resistência de seus parceiros da OCDE. O Reino Unido, ora sob regime ultraconservador, adotou uma dogmática postura monetarista e se desinteressou de qualquer cooperação internacional que não seja mero disfarce de políticas neocoloniais de maximização de exportações. E os governos dos próprios países tradicionalmente comprometidos com uma visão "social-democrática" do conjunto do mundo, confrontados com sua própria *stagflation* e com a recessão internacional, se consideram internamente desprovidos de condições políticas para medidas de favorecimento do Terceiro Mundo que não estejam, imediata e diretamente, associadas a incrementos de suas exportações e do emprego doméstico.

Ante tal quadro, o Terceiro Mundo não deve alimentar as menores esperanças de que possam ter qualquer resultado frutífero novos engajamentos do diálogo Norte-Sul, sem que, previamente, se modifiquem, significativamente, as condições em que se trava tal diálogo. Isto não significa que o encontro de cúpula de outubro, no México, deva ser antecipadamente abandonado pelos representantes do Sul. Mas significa, certamente, que esses representantes devem, por antecipação do encontro, manifestar formalmente as razões de seu pessimismo. E significa sobretudo que, por antecipação, se possível, desse encontro, de qualquer modo, tão pronto quanto factível, o Terceiro Mundo deve iniciar um 'es-

forço coerente e sustentado para chegar, no âmbito do próprio Terceiro Mundo, a um consenso sobre um programa mínimo a ser adotado o mais prontamente possível, ainda que sem a concordância dos países centrais.

## 2. Situação do Terceiro Mundo

### *Desenvolvimento—subdesenvolvimento*

As atuais condições em que se encontra, *de jure* e *de facto*, o sistema econômico internacional, são incompatíveis, mesmo a médio prazo e certamente a longo prazo, não apenas com os mais básicos e legítimos interesses do Terceiro Mundo mas, inclusive, com a sobrevivência física de amplas parcelas de suas populações e com a preservação de um mínimo de independência de grande número de países. O que torna esse quadro sombrio particularmente inaceitável é o fato de que o sistema econômico internacional poderia ser viabilizado, para os países do Terceiro Mundo, mediante a adoção de medidas extremamente razoáveis, sob qualquer ponto de vista, e, em última análise, benéficas para todos os países do mundo, inclusive os industrializados do Ocidente e do bloco socialista.

Não é esta a ocasião para digressões teóricas. Saliente-se apenas que merece, atualmente, ampla aceitação de analistas independentes, não vinculados a dogmas ultraconservadores, o reconhecimento de que existe, histórica e analiticamente, uma correlação circular que — sem prejuízo da intervenção de outros importantes fatores, notadamente de caráter cultural — conduziu o desenvolvimento dos países centrais a condicionar o subdesenvolvimento dos países periféricos. É precisamente em virtude dessa correlação de condicionamento (não de rígidas e exclusivas determinações causais) que uma reorientação de medidas, no relacionamento Norte-Sul, será imediatamente favorecedora do desenvolvimento dos países periféricos e, em última análise, benéfica para os países

centrais. Isto sem embargo do fato de que, por razões de ordem cultural, sócio-políticas e, no limite, geofísicas, os efeitos benéficos de uma nova ordem econômica internacional possam ser mais reduzidos, ou bastante modestos, em relação a um certo número de países periféricos.

### *Diferenciações do Terceiro Mundo*

Qualquer reordenação da economia mundial, entretanto, tem que levar em conta a profunda diversidade de condições que existe no Terceiro Mundo. Essa diversidade de condições se revela, principalmente, em três dimensões: 1) a do grau relativo de desenvolvimento geral de cada país; 2) a da taxa de desequilíbrio estrutural que experimente, nas condições atuais, o balanço de pagamentos de determinados países; e 3) a do grau de viabilidade nacional que manifeste cada país, nas atuais condições do mundo.

Importa, oportunamente, chegar-se a uma tipologia teoricamente satisfatória dos países do Terceiro Mundo e, de um modo geral, de todos os países. Para os fins desta breve nota, é suficiente adotar-se uma repartição dos países do Terceiro Mundo em três categorias gerais e em quatro "grupos operacionais". As três categorias gerais — já amplamente aceitas pelos analistas internacionais — são:

- 1) países exportadores de importantes excedentes de petróleo, a maior parte dos quais integrantes da OPEP;
- 2) países importadores (exceto o México) de petróleo, mas dotados de significativo parque industrial e alto nível relativo de desenvolvimento, freqüentemente denominados "Newly Industrialized Countries — NICs";
- 3) países particularmente carentes de recursos naturais e extremamente subdesenvolvidos, usualmente denominados países carentes.

Para certos importantes fins operacionais, os países do Terceiro Mundo podem ser classificados em função da significação de seus saldos estruturais de balanço de pagamentos, comparados com seu produto interno bruto e o valor de suas exportações: a) países de balanço de pagamentos superavitário ou equilibrado; b) países com moderados *deficits* usuais; c) países com significativos *deficits* usuais; e d) países com fortes *deficits* estruturais de balanço de pagamentos.

Os problemas cruciais dos países do Terceiro Mundo variam, de um modo geral, em função das três categorias básicas precedentemente referidas.

Para os países da OPEP seus principais problemas são: 1) o esgotamento, sem suficiente compensação, de suas reservas de petróleo, que são, também, sua riqueza básica e freqüentemente única; 2) a deterioração do valor real de seus saldos em moedas estrangeiras, notadamente o dólar, em virtude da inflação dessas moedas; 3) seu *deficit* interno de alimentos; 4) o desequilíbrio interno decorrente da disponibilidade de uma riqueza petrolífera em condições gerais de acentuado subdesenvolvimento; 5) para um grande número desses países ocorrem, ademais, sérias limitações de seu grau de viabilidade nacional.

Para os países importadores de petróleo e de maior grau relativo de desenvolvimento seus principais problemas são: 1) um continuado *deficit* estrutural em seu balanço de pagamentos; 2) insuficiente disponibilidade de recursos, a custos módicos, para as aplicações de longo prazo de que necessitam; 3) insuficiente autonomia tecnológica.

Para os países carentes seus principais problemas são: 1) fome crônica, com todas as suas seqüelas, por insuficiente capacidade de produção e de importação de alimentos; 2) continuados *deficits* estruturais de seus balanços de pagamento; 3) insuficiente disponibilidade de recursos para aplicações prioritárias; 4) muito baixo nível geral de desenvolvimento, com decorrente de-

gradação do seu nível geral de produtividade e de eficácia.

### 3. Soluções básicas

#### *As medidas corretivas*

A problemática muito sucintamente referida na precedente seção desta nota, embora requerendo soluções diferenciadas, para cada uma das três categorias de países (e mais ainda diferenciadas para os casos individuais concretos), aponta para um certo número de medidas de ordem geral. Estas podem ser agrupadas em um limitado número de categorias gerais:

- 1) Medidas de ordem financeira, implicando, por um lado, o alívio do balanço de pagamentos dos referidos países, mediante a redução e o reescalamento de sua dívida externa; por outro lado, maior mobilização de recursos aplicáveis, a custos aceitáveis, em projetos de longo prazo ou de alta prioridade.
- 2) Medidas de ordem comercial, implicando maior abertura dos mercados internacionais às exportações dos NICs, inclusive no nível Sul-Sul.
- 3) Medidas relacionadas com o desenvolvimento tecnológico, notadamente no tocante ao incremento da autonomia tecnológica.
- 4) Medidas organizacionais que melhorem as possibilidades de cooperação internacional e a eficácia das agências nacionais.
- 5) Medidas concessionais que assegurem aos países carentes condições mínimas de sobrevivência a longo prazo, associadas a medidas visando a lhes assegurar futura auto-suficiência.

Este repertório de medidas é, precisamente, o que os países do Terceiro Mundo e relatórios neutros honestos, como os da Comissão Brandt e de Tinbergen, vêm sistematicamente propondo seja adotado, me-

diante apropriados corretivos da presente ordem econômica internacional. E a esterilidade do diálogo Norte-Sul decorre, precisamente, da medida em que os países centrais fogem ao reconhecimento específico da necessidade das medidas em referência e se negam a aceitar a adoção das mesmas.

#### *Nova estratégia*

Ante tal situação, importa adotar uma estratégia totalmente diferente da que vem sendo perseguida. Com efeito, o que importa, urgentemente, em vez de se insistir em um diálogo inútil, é alcançar, entre os países do Terceiro Mundo, um firme consenso a respeito dessas medidas e das providências específicas apropriadas para as implementar.

Obtido esse consenso e lograda uma apropriada explicitação técnica do modo de se implementar tais medidas, o segundo passo a dar consiste na mobilização, em torno de um programa mínimo do Terceiro Mundo, do apoio das personalidades influentes que, no âmbito dos países centrais, vêm se manifestando em tal sentido.

Obtido tal apoio, os países do Terceiro Mundo devem submeter à aprovação da Assembléia das Nações Unidas esse mesmo programa mínimo. É possível que, nessa ocasião, ante a iminência de uma aprovação por voto majoritário do programa mínimo, os países centrais concordem num programa consensual que reduza, em níveis reciprocamente aceitáveis, o escopo inicial do programa mínimo. Em tal caso, poderá ser preferível, em princípio, aceitar-se um programa consensual.

No caso, entretanto, mais provável, de que não se logre um consenso aceitável, os países do Terceiro Mundo devem conduzir a Assembléia a aprovar o programa mínimo, decretando, concomitantemente, seu caráter internacionalmente obrigatório, com expressa revogação das normas, destituídas de qualquer validade ética, que visam a privar a Assembléia do poder legislativo que inerentemente lhe confere sua con-

dição de colégio deliberativo mundial. Ao adotar tal procedimento a Assembléia estaria apenas reproduzindo, em nível internacional, a conduta da Assembléia Nacional francesa, ante Luiz XVI, e do Congresso Continental Americano, ante George III.

A eficácia de uma legislação internacional adotada, por deliberação majoritária, pela Assembléia das Nações Unidas, depende, em última análise, de duas principais condições. A primeira, que diz respeito à natureza das coisas (leis, no sentido de Montesquieu), depende da medida em que o programa adotado seja tecnicamente correto e razoavelmente ajustado às possibilidades efetivas da economia mundial e dos sistemas econômicos nacionais, tanto dos países centrais como dos demais países dotados de excedentes líquidos acumulados.

A segunda, que diz respeito à deliberação dos participantes (leis, no sentido de Locke), depende da medida em que os países do Terceiro Mundo sejam consistentes com suas próprias decisões e efetivamente ajustem suas políticas e legislação internas às medidas aprovadas pela Assembléia das Nações Unidas. A consistente auto-implantação, pelos países do Terceiro Mundo, das decisões que adotar a Assembléia-Geral das Nações Unidas imprimiria a tais decisões, para todos os efeitos práticos, a eficácia de uma norma internacional mandatória.

#### 4. Sugestões ilustrativas

##### *Dívida externa*

A redução da dívida externa do Terceiro Mundo a níveis e condições compatíveis com as possibilidades econômicas dos países que o integram, constitui um dos mais importantes pré-requisitos de qualquer reordenamento da economia internacional. Como as reformas de Sólon, para a Atenas do século VI a. C., o cancelamento de certas dívidas, a redução de outras e o abrandamento geral de seus termos, constituem a base de um relançamento, mais equânime e

realista, do sistema econômico internacional.

Há, tecnicamente, diversas formas pelas quais se possa realizar esse objetivo. Qualquer que seja a modalidade que se adote, os seguintes requisitos terão que ser atendidos:

- 1) Diferenciar, equanimemente, as facilidades concedidas, conforme se trate de países cujos *deficits* estruturais do balanço de pagamentos, relativamente a seu produto interno e ao valor de suas exportações, sejam moderados, significativos ou muito fortes.
- 2) Proteger os agentes, privados ou públicos, envolvidos na concessão de créditos internacionais, ou como instituições bancárias e financeiras, ou como depositantes ou credores de tais instituições, fazendo recair o ônus das facilidades concedidas aos devedores sobre os bancos centrais dos países sob cuja jurisdição se encontrem os titulares originários dos fundos emprestados aos países do Terceiro Mundo.
- 3) Assegurar, em termos mais equânimes e realistas, e enquanto não forem controláveis os fatores determinativos de *deficits* estruturais no balanço de pagamentos de determinados países, condições de financiamento internacional que lhes permitam, no futuro, compensar correntemente tais *deficits*.

Como ilustração de uma modalidade de abrandamento da dívida externa do Terceiro Mundo, que atenderia aos precedentes requisitos, sugiro a criação de uma conta internacional especial, a que seriam levados os débitos acumulados de todos os países e a criação de uma Unidade Internacional de Pagamentos — UIP, por valor igual ao total da dívida externa. As UIP teriam paridade nominal com o dólar norte-americano, mas seriam transferíveis para os devedores do Terceiro Mundo por taxas cambiais diferenciadas, conforme a categoria destes. Assim,

por exemplo, os países com *deficits* moderados teriam um câmbio de 0.50, os de *deficits* mais significativos, de 0.25 e os fortemente deficitários de 0.05. Adotadas tais normas, os países adquiririam UIP, de valor nominal de US\$ 1.00 por, respectivamente, US\$ 0.50, US\$ 0.25 e US\$ 0.05. As UIP, de tal modo adquiridas, serviriam para o oportuno pagamento do principal e dos juros da dívida e, como tal, seriam creditadas às agências financeiras mutuantes. Estas, por sua vez, repassariam as UIP, por seu valor nominal, aos titulares originários dos fundos emprestados ao Terceiro Mundo. Estes, finalmente, as retransfeririam, também por seu valor nominal, a seus respectivos bancos centrais, que absorveriam o prejuízo (diferença entre o valor nominal das UIP e o depositado em dólares correspondente à aquisição destas), levando-o à conta da assistência concessionária internacional do respectivo país.

##### *Banco do Terceiro Mundo*

A constituição de um banco do Terceiro Mundo, predominantemente orientado para o financiamento a longo prazo, ou emergencial, de projetos prioritários dos países subdesenvolvidos, constitui antiga aspiração destes. É certo que, como reiteradamente o disseram os financistas dos países centrais, o que importa não é a designação da instituição nem mesmo (o que é discutível) a procedência dos agentes que a controlem, e sim a disponibilidade de recursos aplicáveis, a módicos custos, a longo prazo.

A partir da valorização do preço do petróleo, entretanto, as razões a favor da criação de um banco do Terceiro Mundo se viram extremamente reforçadas. Os países da OPEP passaram a dispor de um inusitado excedente de liquidez, que ora reciclam através do sistema bancário preexistente, sobretudo o privado. Assim procedendo, entretanto, privam-se dos benefícios que recolheriam, para si e para o Terceiro Mundo em geral, se, com apropriada eficiência,

manejassem esses fundos através de uma instituição como um banco do Terceiro Mundo. O natural predomínio dos países da OPEP, no controle e na operação de um banco desse gênero, importaria, assumido um apropriado nível de eficiência bancária, em opções de investimento distintas das que são tomadas pelos bancos privados e mesmo por instituições como o Banco Mundial. Facilitaria o incremento do intercâmbio Sul-Sul, contribuiria para maior autonomia tecnológica dos países periféricos e acarretaria uma série de outras vantagens, inclusive em matéria de treinamento financeiro e administrativo de pessoal do Terceiro Mundo.

Acrescente-se que, dentro de uma ótica de ativa participação da OPEP no financiamento (em boas bases técnicas) de projetos prioritários do Terceiro Mundo, criar-se-iam maiores facilidades para uma razoável e mais importante assistência dos países exportadores de petróleo aos setores mais carentes do Terceiro Mundo. Entre as mais imediatas e relevantes possibilidades, mencione-se a criação de um fundo para o desenvolvimento do Terceiro Mundo, para formas de ajuda concessionária ou em termos brandos, que poderia ter, entre suas principais fontes de receita, um adicional sobre o preço do petróleo.

##### *Sistema Econômico do Terceiro Mundo*

Embora as excelências do Sistema Econômico da América Latina — SELA, de recente criação, ainda sejam, no momento, mais teóricas que práticas, já se pode perfeitamente afirmar que esse sistema é eminentemente aplicável, com maiores vantagens, para o conjunto do Terceiro Mundo. Tal sistema, permitindo que dois ou mais países levem a cabo projetos comuns e flexibilizando, de todas as formas, a cooperação multilateral Sul-Sul, constitui um indispensável instrumento para uma reordenação econômica do mundo.

A constituição do Sistema Econômico do Terceiro Mundo — que se poderia iniciar

com um número limitado mas representativo de países das várias regiões e setores da periferia — acarretaria particulares facilidades para novos projetos multilaterais, tais como: 1) produção e exportação de alimentos; 2) formação de mercados comuns regionais e sub-regionais; 3) expansão da produção e do comércio de manufaturas, no eixo Sul—Sul; 4) desenvolvimento tecnológico e incremento da taxa de autonomia tecnológica dos países do grupo.

### *Centro de Tecnologia*

Um importante passo foi recentemente dado pelas Nações Unidas com a criação de um centro de ciência e tecnologia, em atenção às recomendações da reunião de Viena. Importa aos países do Terceiro Mundo alinhar-se em torno desse Centro e fortalecê-lo. O Centro constitui um instrumento extremamente válido para assistir os países de maior desenvolvimento relativo a

incrementar sua autonomia tecnológica e para proporcionar, aos de menor desenvolvimento, ajuda na desagregação e avaliação de "pacotes" tecnológicos oferecidos pelos países centrais.

O Centro de Tecnologia das Nações Unidas, entretanto, vem sendo objeto de renitentes resistências de parte dos países centrais. Um dos expedientes utilizados para neutralizar o Centro tem consistido em separar o Centro, do Fundo de Tecnologia, mantendo este no âmbito do PNUD e reduzindo aquele a um órgão meramente consultivo. Dada a absoluta necessidade, para o Terceiro Mundo, de dispor de uma agência competente e dotada de suficientes recursos para coordenar, em nível internacional, o ingente esforço de seu desenvolvimento e de sua autonomização em matéria de tecnologia, importa incluir, no programa mínimo, disposições que assegurem a independência de orientação e de recursos do Centro de Tecnologia das Nações Unidas.

---

## ALOCUÇÃO

### Manuel Ruiz

Diretor do Centro de Estudios de Asia y África del Norte de  
El Colegio de México, México DF.

---

Pensei, inicialmente, que minha participação seria sobre a questão do intercâmbio cultural. Desse modo, farei um esforço para adaptar algumas idéias à questão do diálogo Norte—Sul, as quais, creio, em grande parte complementarão a exposição do Prof. Hélio Jaguaribe, que versou particularmente sobre os aspectos políticos e econômicos dos diálogos Norte—Sul e Sul—Sul.

Em sua exposição, o Prof. Jaguaribe assinalava as diversidades dos países que travam o diálogo Sul—Sul, ao qual vou me ater mais. E, de minha parte, ressalto esta diversidade com um matiz um pouco diferente. Penso que é muito importante, pri-

meiro, partir da realidade e ter uma consciência clara desta diversidade. E eu agregaria um aspecto importante: o de que teríamos que estar conscientes desta diversidade, para não repetir os erros que se têm verificado no diálogo Norte—Sul, para não repetir paternalismos — ou colonialismos, como se queira chamar —, e assim certos países do Sul não se colocarem numa inferioridade psicológica, porque são mais pobres, ou porque não têm os recursos que alguns têm, como os da OPEP.

Outra dificuldade é a de caráter geográfico. Veja-se a situação do Brasil, de frente para a África, que não é a mesma do México, que está mais inclinado para o Pa-

cífico que para o Atlântico. Trata-se de um esforço que muitos países — seja da África, da Ásia, ou da América Latina — têm de fazer para superar e para que não constitua barreira intransponível.

Outro aspecto que há que se levar em conta nesse diálogo Sul—Sul diz respeito a que ele tem que partir primeiro de relações individuais, sem contudo aí permanecer, passando logo a seguir ao nível da institucionalidade, porque as instituições são mais duráveis que os indivíduos, apesar de elas serem movidas por indivíduos. Creio então que, seguindo uma certa estratégia, teremos de pensar que há que fomentar inicialmente uma série de relações a níveis diversos — acadêmico, político, entre os vários ministérios e organismos governamentais dos diversos países e entre os indivíduos. E aqui ressalto as relações acadêmicas, porque me parece que não devemos reduzir o diálogo Sul—Sul a um intercâmbio econômico e comercial ou político a nível de governo.

O aspecto cultural é fundamental no diálogo Sul—Sul, e acredito que uma das razões pelas quais o diálogo Norte—Sul fracassou é porque Norte e Sul falam diversas línguas. Enquanto o Sul está pedindo ajuda financeira, desenvolvimento, tecnologia, o Norte está falando de outros interesses, de suas vendas, de armamento, dos interesses, enfim, que tem que resguardar em todo mundo. O Sul fala de necessidades a curto prazo, iminentes, que não podem ser retardadas; o Norte fala de políticas que têm que ser implementadas através do tempo, do espaço etc. Os valores com os quais o Sul e o Norte perseguem seus objetivos são diversos; a percepção que Norte e Sul têm da situação política internacional é muito diversa, como diversa são as soluções para os problemas. Então, creio que uma das coisas que falhou no diálogo Norte—Sul foi precisamente a falta de uma linguagem comum entre os dois. Uma palavra, às vezes, tem significado muito diferente para o Sul e para o Norte.

Assim, para não repetir o fracasso do diálogo Norte—Sul, há que ter em conta

esses problemas e a consciência da necessidade de um diálogo cultural entre países do Sul.

Seria, por exemplo, interessante ver, neste diálogo cultural, o que na África se ensina sobre América Latina, quais os livros utilizados e qual a visão que se apresenta sobre América Latina. Da mesma forma, com relação ao que se ensina sobre a África na América Latina, porque isto naturalmente criará uma série de atitudes favoráveis ou desfavoráveis.

Pode-se ainda fomentar também um diálogo artístico a diversos níveis, posto que a arte abarca um público muito mais amplo que qualquer outro tipo de diálogo. Por outras palavras, a arte é constituída de símbolos que, quiçá, falam mais que as palavras, abertos que estão à compreensão universal, além de veicularem valores humanos muito profundos e que, às vezes, são mais úteis para compreender a cultura, os valores de outra sociedade.

Não obstante, no diálogo Sul—Sul, o mais importante seria a elaboração de uma estratégia que, elaborada conjuntamente por todos os países, não deixasse este diálogo sujeito a momentos casuais ou conjunturais que dependam dos interesses da política de cada país. Uma estratégia que buscasse medidas eficazes, das quais falava o Prof. Hélio Jaguaribe, ou seja, que não deixasse o diálogo Sul—Sul à espontaneidade ou à boa vontade dos países, mas que desenhasse realmente um quadro de como há que ser este diálogo, quais seriam as etapas e quais os prazos, naturalmente.

Desde logo, para que seja eficaz este diálogo, há que prover uma quantidade de informação mútua que ajudasse o mútuo conhecimento e o estabelecimento de uma linguagem comum. Creio que neste momento nem todos os países do Sul estão nas mesmas condições de conhecimento uns dos outros. Há alguns países que conhecem melhor a realidade asiática ou latino-americana ou africana que outros. Então esta informação seria parte dessa estratégia que haveria de ser preparada.



Como informar? Neste sentido, volto ao que falei antes, sobre a importância do aspecto cultural. Daí que seria conveniente dar continuidade a este tipo de reuniões, como a que nestes dias estamos levando no Conjunto Universitário Candido Mendes; repeti-la na Ásia, na África e ainda na América Latina.

Para terminar, eu introduziria uma espécie de medida demagógica (pois não tenho

medo dos demagogos, que podem ser úteis também) e sugeriria que, a nível internacional — por exemplo, na ONU — se estabelecesse um dia da África, outro da América Latina e outro da Ásia, de maneira que esse dia viesse a ser um pretexto para que diversos meios de difusão de massa dêem ampla informação, tanto quanto seja possível, da realidade asiática, africana e latino-americana.

---

## ALOCUÇÃO

**Adotevi Akue**

Diretor da Escola Politécnica da Universidade de Lomé, Togo.

---

A cooperação entre os países em vias de desenvolvimento e os países desenvolvidos, cooperação que segue de perto o diálogo Norte-Sul, está bem estabelecida. Ela teve início com a independência dos antigos países colonizados, independência conseguida através de lutas às vezes muito difíceis. A princípio, os países recém-independentes necessitavam de todo o tipo de ajuda que apenas os países desenvolvidos podiam fornecer. Por isso, o diálogo Norte-Sul tinha de preceder o diálogo Sul-Sul. O diálogo Norte-Sul está ainda longe de resolver os problemas dos países em vias de desenvolvimento. Atualmente, após vinte anos de independência, os países em vias de desenvolvimento adquiriram uma certa experiência e, através dela, uma certa confiança em si mesmos. Tendo em conta a similitude dos nossos problemas e as suas complementaridades, a cooperação entre esses países se impõe. Procuramos a modalidade desta cooperação no diálogo Sul-Sul.

Na qualidade de docente, em primeiro lugar, e como diretor da Escola Politécnica da Universidade de Lomé, no Togo, gostaria de abordar um problema crucial com que se defrontam os países empenhados no diálogo Sul-Sul. Trata-se da formação de

quadros a todos os níveis, de generalistas bem como de especialistas.

A análise das instituições que criamos, visando à formação dos quadros, permite-nos afirmar que elas possuem diferentes níveis de desenvolvimento. Algumas se encontram numa fase inicial e asseguram apenas a formação ao nível de bacharelato ou licenciatura. Outras são mais antigas e formam especialistas com o nível do terceiro ciclo (altamente qualificados). Uma vez que as nossas instituições se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento, temos uma situação que deve permitir às instituições jovens beneficiarem-se da experiência das mais antigas. Devemos proceder de maneira que exista uma cooperação estreita entre as instituições, isto é, que se realizem intercâmbios de estudantes, docentes, pesquisadores e pessoal administrativo. No que se refere aos programas do primeiro e do segundo ciclo, esta cooperação já existe numa certa medida, e é a Associação das Universidades Africanas que garante esta cooperação, este intercâmbio de estudantes. E penso que mais esforços devem ser feitos no sentido da intensificação da cooperação ao nível do primeiro ciclo.

Ao nível dos estudos do terceiro ciclo, no domínio da pesquisa, importantes esfor-

ços devem ser concentrados. Neste domínio, a partir deste ano ou do próximo, a Associação das Universidades Africanas iniciará um programa de intercâmbio de estudantes. Assim, os estudantes formados terão, nos respectivos países e em outros países da África ou do Terceiro Mundo, a possibilidade de prosseguirem os seus estudos e de se especializarem nos domínios em que se interessarem.

É evidente que nos comunicamos através dos intérpretes. Há que sublinhar a necessidade do bilingüismo. Dois especialistas da mesma área só se comunicam e se entendem se falarem a mesma língua. Por isso, temos o maior interesse em intensificar os nossos esforços no sentido do aumento dos cursos de línguas nas nossas instituições.

Na África, executamos programas de cursos intensivos de línguas. A Universidade de Gana, em Legon, realiza cursos de inglês para os não-anglófonos; em Lomé, no Togo, país francófono, promovemos

cursos de francês para os não-francófonos; e a Universidade do Sudão, em Cartum, oferece cursos de árabe para estudantes que não são árabes.

Assim, a cooperação de que acabo de falar, só será possível se nos conhecermos. Lanço, então, um apelo no sentido de uma troca de documentos entre as instituições. Essa troca é a base da nossa cooperação, no que se refere ao ensino e à formação. No quadro da África, também no âmbito das atividades da Associação das Universidades Africanas, pensamos criar um centro de documentação na sede da Associação. Colocamos os nossos índices classificatórios e todas as nossas publicações à disposição de centros de documentação e a quem desejar obter cópias.

Assim, o futuro do diálogo Sul-Sul depende dos esforços que possamos fazer para assegurá-lo. A cooperação no domínio da formação e do intercâmbio de documentação é uma via a ser seguida.

---

## ALOCUÇÃO

**Ahmed Amine Kherbi**

Embaixador da Argélia no Brasil

---

Não falarei aqui na qualidade de embaixador da Argélia. Gostaria que a nossa participação neste riquíssimo debate se baseasse em outros pressupostos; isto é, que a minha presença aqui fosse atribuída basicamente à minha ligação aos objetos de luta dos países em vias de desenvolvimento.

Estou aqui enquanto conhecedor das relações econômicas internacionais, porque tive a particular honra de participar, há mais de 15 anos, de todos os combates do Terceiro Mundo pelo estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial. Limitar-me-ei a fazer duas observações de caráter geral, políticas, relativas ao que chamamos hoje de diálogo Norte-Sul — laços de cooperação e de confrontação entre um

mundo que dominou e os povos que por ele foram dominados e que, na maioria, o questionam. Gostaria também de sublinhar fenômenos mais recentes como aquele em que os países dominados foram esmagados por um processo irreversível de dominação quase total que os levou a encarar, hoje, estratégias alternativas para modificar tal situação.

Em relação ao diálogo no Sul, limitar-me-ei a dizer que à intervenção extremamente instrutiva e brilhante do Prof. Hélio Jaguaribe nada tenho a acrescentar; compartilho inteiramente o seu ponto de vista. Quero dizer ainda, com muito orgulho, que apreciei bastante a forma como ele abordou o problema Norte-Sul — uma maneira

extremamente importante de considerar as etapas que devemos enfrentar a partir de hoje: desmistificar um pouco a relação Leste—Oeste e agir de tal forma que os países do Terceiro Mundo não se deixem arrastar e ser objetos de estratégias hegemônicas postas em prática através de estratégias secundárias, que têm por objetivo a desestabilização dos países em vias de desenvolvimento. Penso que é necessário situar o diálogo Norte—Sul como uma etapa de um combate que se deve travar inelutavelmente no sentido de emancipação dos povos do Terceiro Mundo.

Essa luta se revestiu de várias formas. A primeira foi a política da mão estendida, adotada pelos países em vias de desenvolvimento, isto é, a apresentação de listas de pedidos ao Norte e a passividade que caracterizou esta política, que consistia em esperar que o Norte se decidisse. Penso que os países em vias de desenvolvimento romperam com esta estratégia nos fins dos anos 60. A partir do início dos anos 70, e levando em conta a evolução interna da maioria dos países em vias de desenvolvimento, as experiências acumuladas, de um lado, e, de outro lado, a evolução do sistema internacional, que provocou transformações nas relações internacionais, que, por sua vez, levaram a profundas mutações nas estruturas da maioria das sociedades — os países em vias de desenvolvimento foram induzidos a modificar suas estratégias. Da política da mão estendida, passaram a adotar uma política muito mais reivindicativa, e constatamos, por exemplo, que esta política e estas ações coordenadas dos países em vias de desenvolvimento resultaram numa série de ações que culminaram na famosa conferência dos países em vias de desenvolvimento sobre as matérias-primas, realizada em Dacar, de 4 a 8 de fevereiro de 1975. Conferência que, creio eu, permitiu não apenas a consolidação da unidade dos países em vias de desenvolvimento, mas também esteve na origem de muitas iniciativas que modificaram o curso dos acontecimentos nos planos político e econômico e sobretudo no da afirmação de novos prin-

cípios, que passariam a regular as relações internacionais. Enfim, o período que se seguiu ao diálogo Norte—Sul propriamente dito — este diálogo de surdos que se realizou em Paris, na Avenida Kleber, durante mais de um ano e meio — pode ser caracterizado como um período de eclipse, com um retrocesso considerável dos países em vias de desenvolvimento e das veleidades dos dirigentes do Norte em manter uma ordem que, na realidade, não existia.

Para terminar este primeiro aspecto, gostaria de dizer que é melhor não se ter ilusões quanto às perspectivas do diálogo Norte—Sul. Por quê? Porque um sem-número de condições essenciais devem ser preenchidas para que este diálogo possa prosseguir. Mas infelizmente, e politicamente falando, parece evidente que este diálogo, apesar de tudo, é uma necessidade, isto é, uma trégua concedida ao Norte não para resolver os problemas do mundo, mas para lhes permitir considerar o que é fundamental para o futuro das relações internacionais. Creio que, do ponto de vista tático, é extremamente importante que os países em vias de desenvolvimento, de forma concreta a ser examinada e aprofundada, prossigam-no, tendo em mira sobretudo o fim de uma situação que está se tornando cada vez mais confusa e incerta. Daí a necessidade urgente de encontrar soluções tendentes a dar continuidade e aprofundar o diálogo no contexto das negociações globais, que devem alcançar resultados concretos, de modo a modificar as relações entre os países em vias de desenvolvimento e desenvolvidos. Estrategicamente, claro, eles deveriam fazer tudo para tentar, no plano nacional primeiro, depois no regional, lançar as bases do que poderiam ser verdadeiras transformações do sistema internacional único e injusto de que foram vítimas.

No que se refere ao segundo aspecto, vou ser muito rápido. Queria tocar um aspecto que me parece de importância muito particular não só em relação ao futuro da cooperação Sul—Sul, mas também, e sobretudo, à maneira como ela deve se desenvolver e permitir algumas vantagens à maioria

dos países em vias de desenvolvimento. Gostaria, do ponto de vista conceitual, de afastar-me um pouco do tema desenvolvido pelo Prof. Jaguaribe. De qualquer forma, a solidariedade entre países em vias de desenvolvimento não se pode construir sobre castelos de areia; tem de ser edificada sobre realidades econômicas concretas. Claro, essas realidades econômicas concretas deveriam ser reconhecidas, direi eu até assumidas por todos, para que esforços sejam feitos no plano nacional, regional e também no plano inter-regional. Mas, do ponto de vista político, seria errado querer criar diferenças *a priori*, mesmo que baseadas em realidades que correm o risco de levar-nos longe demais. A cooperação Sul-Sul não pode ser absolutamente condicionada nem tampouco medida pelos esforços que poderiam fazer os países desenvolvidos. No quadro do sistema internacional atual e das realizações dos objetivos da cooperação Sul-Sul, haverá sempre interferências, ingerências. Há que esperar muita luta, há que prever atitudes extremamente negativas do Norte, que domina o sistema internacional e que pode atuar como quiser num certo domínio. A industrialização, a tecnologia em especial, as matérias-primas ou os circuitos de distribuição, de comercialização, de formação dos preços, sem falar da pesquisa, da extração e transformação de produtos, são todos controlados por eles.

Os países em vias de desenvolvimento devem evitar o jugo estrutural exercido pelas economias dominantes e criar seus próprios mecanismos de transformação interna, com vistas a diversificar sua dependência e assegurar as condições de uma cooperação Sul-Sul, respondendo às necessidades dos seus povos.

Não se pode esquecer que o atual sistema internacional, apesar de algumas

transformações, deixa subsistir características bastantes resistentes:

- a) a polarização das conexões econômicas internacionais;
- b) a natureza do intercâmbio tal como é considerado hoje;
- c) a ausência de revezamento entre as seqüências da atividade econômica internacional e as instituições internacionais.

Por isto, estabelecer uma tripla divisão, ao nível Sul-Sul, é algo politicamente perigoso. Vivemos uma experiência concreta em Paris, onde, de fato, não havia diálogo Norte-Sul, havia um diálogo caloroso unificado dos países produtores de petróleo, dos países em vias de desenvolvimento que fizeram alguns progressos, e dos países em vias de desenvolvimento completamente desprovidos. Este diálogo era absolutamente negativo para os países em vias de desenvolvimento, e foi isso que, a um dado momento da Conferência, cinco meses depois, provocou um bloqueio entre a maior potência do mundo e alguns países em vias de desenvolvimento. Daí que o diálogo Norte-Sul falhou.

Não quero dizer que vamos deixar em segundo plano as contradições do Sul. Longe disso. Acho que devemos sublinhar claramente as diferenças existentes no seio do nosso mundo. Devemos responsabilizar também os que são politicamente inconscientes e que não conseguem ver esta necessidade fundamental de reforçar os laços Sul-Sul, para criar o verdadeiro corte entre o Norte e o Sul. Sem esse corte, durante um certo tempo será impossível aos países em vias de desenvolvimento obter qualquer proveito, e ainda menos em período de crise.

# O CLUBE DA ÁFRICA E O DESENVOLVIMENTO

Ampah Johnson

Reitor da Universidade de Benin,  
Lomé, Togo.

O Mundo está em crise. Crise política, econômica, social, moral . . . crise de sociedade . . . crise de civilização.

Nosso planeta está dominado hoje pela angústia e pelo medo, tropeçando no seu caminho para o progresso e para a felicidade por suas próprias contradições.

Vivemos num mundo em que 90% de sua população estão num estado de desesperança e de indigência completas.

Apesar das suas numerosas riquezas, os países em processo de desenvolvimento participam com 7% apenas do volume do comércio internacional e patinham numa miséria assustadora, lutando para sua sobrevivência. Por outra parte, os países ricos, não contentes de entregar-se ao odioso comércio das armas às custas da ajuda ao desenvolvimento, monopolizam os quatro quintos da produção mundial para um décimo da população do planeta, regurgitando abundância e dedicando-se a uma dissipação cada dia mais intolerável.

Desde então, o superpovoamento, a fome, a ruptura dos equilíbrios ecológicos, a desintegração das economias dos países pobres, o esgotamento dos recursos naturais, a inflação galopante têm afastado os países em processo de desenvolvimento dos circuitos econômicos internacionais.

O desequilíbrio estrutural da economia mundial, devido aos apetites dos países desenvolvidos, afasta do caminho do desenvolvimento os países pobres.

A antiga ordem mundial — tecida em Bretton-Woods, conforme os interesses dos países dominadores tanto no campo monetário, como no econômico — permanece e se perpetua apesar das resoluções da VI.ª e da VII.ª Sessões Especiais da Assembléia-Geral das Nações Unidas.

O famoso diálogo Norte—Sul se refugiou num beco sem saída, de onde não logram sacá-lo os esforços das instâncias da ONU. Desde então, nossas diligências reclamando a reestruturação fundamental do aparelho do comércio mundial, a do setor industrial, a do sistema monetário internacional, e nossos desideratos relativos aos problemas da dívida se evaporam francamente e sem recurso.

Mas, na espera de melhores futuros, na espera do estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial, os Estados ACP (África, Caribe e Pacífico) renovaram com brilho o acordo de Lomé, que os liga à Europa dos 10. Este acordo constitui, sem dúvida alguma, um passo no caminho do desbloqueio das crispções e dos reflexos cegos e egoístas dos países ricos.

Os países do continente africano participam de todas as negociações econômicas internacionais, a fim de arrancar suas populações à fome, à miséria e à desnutrição. É também por estas razões que muitas personalidades de horizontes diversos do mundo universitário, cultural, artístico, econômico, científico e diplomático tiveram uma reunião em Lomé, em 29, 30 e 31 de outubro de 1980, para pensar em comum no futuro do mundo e mais particularmente no porvir do continente africano.

Estas personalidades constataram a situação de indigência econômica e social que a maioria das populações, vivendo na África, conhecem, e reconheceram que, para "mudar a vida na África, é preciso apelar a valores científicos, culturais e sociais que subentendam uma nova visão do desenvolvimento".

Antes de empreender ações concretas, estas personalidades criaram um clube, de-

nominado Clube da África, cujo Comitê Executivo teve sua primeira reunião de 11 a 15 de maio de 1981, em Lomé.

O Clube da África é uma associação sem finalidade lucrativa, cuja sede está em Lomé, e é regida pelas regras do código das obrigações civis da República togolesa.

O Clube da África, pela vontade de seus fundadores, objetiva:

- conduzir uma reflexão científica e prospectiva e suscitar ações concretas para contribuir à promoção econômica, social e cultural da África;
- favorecer os intercâmbios e a colocação em comum de experiências dirigidas à realização do desenvolvimento do continente africano;
- reforçar os diálogos com todos os que, em outros organismos ou em outros continentes, perseguem os mesmos objetivos de uma prospectiva social e científica relativa à África;
- formular sugestões e proposições às autoridades políticas, a quem pertencem os poderes de decisão.

O Clube da África compreende:

- o Conselho Geral,
- o Comitê Executivo,
- a Presidência,
- a Secretaria Geral.

O Conselho Geral se compõe dos membros ativos da associação e é o seu poder supremo.

O Comitê Executivo é o órgão administrativo e se compõe do presidente, de dois vice-presidentes e de dez membros. Os membros do Comitê Executivo são eleitos pelo Conselho Geral, entre os membros ativos da associação, para um mandato de três anos. O Comitê Executivo pode criar no seu interior e no exterior grupos de trabalho, um escritório de estudos e outras organizações, cujos animadores devem lhe dar conta de suas atividades.

O presidente do Clube é eleito pelo Conselho Geral no seu interior; administra a as-

sociação e a representa em todos os atos da vida civil.

O presidente é assistido nas suas funções por dois vice-presidentes e um secretário geral.

A Secretaria Geral é dirigida por um secretário geral, nomeado pelo presidente e proposto ao Comitê Executivo para um mandato de cinco anos renováveis.

Segundo os membros fundadores do Clube da África, ele deve constituir um grupo em que se encontrariam personalidades africanas principalmente, mas também personalidades de outros continentes preocupadas com o destino da África.

Segundo os membros-fundadores, a dimensão cultural desta nova visão do desenvolvimento da África é bem percebida, pelo menos formalmente, na medida em que todos os governos afirmam querer pôr fim à alienação cultural das populações. Mas outra coisa passa com a importância da ciência nesta visão. Para o Clube da África, não se trata de enaltecer um novo cientismo, mas se trata de procurar os meios que permitam desenvolver nos melhores prazos e aos menores custos a autonomia criadora dos povos da África. Trata-se também de uma política de pesquisa autônoma, audaz e vigorosa, adaptada às necessidades e aos problemas prioritários da África, a fim de que o continente não fique à mercê da dependência ocasionada pela transferência de tecnologia.

A maioria dos países africanos, vinte anos depois da independência política, aborda o decênio 80-90 com sérias desvantagens ligadas a seu estado de pobreza e de subdesenvolvimento notório. Sua economia se caracteriza por uma taxa muito fraca de satisfação das necessidades em alimentação e em saúde, uma taxa muito elevada de analfabetismo e estruturas sócio-administrativas inadaptadas às exigências do desenvolvimento.

O Clube da África convida todos os países do continente a uma estreita cooperação e à procura da sua similitude. Chama-os a instituírem entre si laços de solidariedade. Devem coordenar e intensificar sua

cooperação e seus esforços, para oferecer aos seus povos melhores condições de existência.

Será preciso lembrar as diversas resoluções e declarações das numerosas conferências de alto nível da OUA, estipulando que o desenvolvimento e a integração econômica africana constituem uma condição essencial para sua unidade? Será preciso chamar nossa atenção à Declaração da Conferência de alto nível de Libreville, relativa à criação de uma comunidade econômica africana, e à de Monróvia, no que toca aos princípios diretores e às medidas a tomar em favor da auto-suficiência nacional e coletiva que deve conduzir à criação posterior de um mercado comum africano, prelúdio de uma comunidade econômica africana? Não nos exorta o plano de ação da Conferência de alto nível de Lagos, para que contemos primeiro conosco e para que criemos uma comunidade que promova um desenvolvimento coletivo, acelerado, autodependente e endógeno dos Estados-membros?

O Clube da África, instância internacional de diálogo, quer conceber, frente à problemática do desenvolvimento, uma ferramenta para aperfeiçoar a compreensão entre os povos e lhes permitir escapar à goliatha da miséria.

O Clube da África, nascido da conjuntura difícil que conhecemos atualmente, conjuntura alimentada de sobressaltos econômicos, de crise alimentícia, de crise do emprego, de crise da energia, dá, sem dúvida alguma, sinais evidentes de uma vitalidade exemplar, num mundo em plena mudança. Pois incumbe aos membros do Clube e a seus amigos a tarefa imperiosa de manter esta vitalidade, vivificando-a e renovando-a.

Para manter esta vitalidade, o Clube da África deve alentar os países do continente a criarem comunidades econômicas sub-regionais, a exemplo da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, marco no caminho da instituição de um mercado comum africano.

Os países desenvolvidos devem aceitar e compreender que a era da dominação e da

exploração está definitivamente finda. De hoje em diante, só os conceitos de interdependência e de complementaridade permanecem válidos, principalmente entre países produtores de matérias-primas e países consumidores.

Os membros do Clube da África estão conscientes de que o conceito do desenvolvimento é indissociável do da libertação econômica.

Da mutilação política e econômica da colonização, os povos africanos compreenderam que a esperança de um melhor bem-estar repousa em sua cooperação, seus esforços e sua unidade, o trabalho de si mesmo, por si mesmo e para si mesmo, negando-se a estender eternamente a mão para uma hipotética ajuda.

Os povos africanos devem ter constantemente no espírito que sua comunidade de destino e a complementaridade de seus recursos os condenam à procura constante de soluções comuns aos problemas urgentes, com os quais estão cada dia mais confrontados na execução da política de desenvolvimento de seus países.

Nossos povos querem satisfazer suas necessidades essenciais e nosso Clube está decidido a contribuir nisto, apostando assim sobre o gênio criador que toma suas raízes na tradição. Quer dizer, uma das principais finalidades do Clube da África deve ser o restabelecimento do poder criador das populações, para encontrar espontaneamente a adaptação desejável das técnicas tradicionais e a adaptação necessária da tecnologia industrial às suas necessidades permanentes. Assim, poderíamos falar de intercâmbios tecnológicos com os países industrializados, e não de transferência de tecnologia, que supõe uma transferência sem compensação.

Esta procura de compensação nos obrigará a desenvolver nossos próprios valores técnicos e científicos.

Nossos povos querem sair da goliatha da miséria, da fome e da desnutrição. É por estas razões que o Clube da África, nas suas ações, pretende ocupar-se particularmente da auto-suficiência alimentícia, que é um

dos problemas prioritários do continente africano. Lançamos um chamamento aos países africanos, a fim de que reestruturem seu setor agrícola para melhorar as condições dos camponeses.

Devemos, pois, neste campo particular, pôr o acento na necessidade de conjugar todos nossos esforços para assegurar a auto-suficiência alimentícia do nosso continente.

Longe de orientar toda nossa energia sobre os produtos de exportação, cujos preços não cessam de se deteriorar, a nova orientação, em matéria de política agrícola, deve insistir sobre a importância que devemos doravante dar à produção de víveres e aos produtos de consumo local.

Não é compreensível que, apesar de um clima ideal e dos solos férteis, a África siga dependendo, numa larga medida, das importações para sua alimentação, sobretudo de produtos de primeira necessidade como o arroz.

É claro que a esta altura as orientações que foram tomadas imediatamente depois das independências e que consistiam em continuar e desenvolver os cultivos de exportação indispensáveis ao funcionamento das usinas das antigas metrópoles, ignorando as necessidades internas da África, contribuíram seriamente para agravar o *deficit* alimentício na região africana.

Não estará na hora de nossa agricultura fixar como prioridade a satisfação das necessidades próprias da região em vez de querer especular sobre produtos de exportação, cujos preços são fixados pelos países ricos e sobre os quais não temos praticamente nenhum controle?

As instituições estabelecidas na África não fizeram mais que agravar esta situação, na medida em que, em lugar de orientar a agricultura para a satisfação das necessidades internas, visaram à expansão dos produtos de exportação, muitas vezes em detrimento dos produtos alimentícios, com um fim especulativo. O financiamento de investimentos no setor agrícola mostra carência, porque estes organismos são decalcados sobre os modelos dos países ricos.

Temos que enaltecer a reestruturação dos mecanismos do financiamento no campo agrícola, com o fim de atingir os objetivos.

Tratando-se do campo industrial, convém que os Estados africanos explorem suas matérias-primas numa grande escala; quer dizer, conforme as necessidades das unidades industriais sub-regionais, a fim de dominar tecnologicamente a transformação das matérias-primas.

Quanto ao subsetor das pequenas e médias empresas, deveríamos desenvolvê-lo e considerá-lo como o campo privilegiado de intervenção das operações econômicas africanas. Seria, pois, preciso adaptar, às necessidades deste subsetor, as regras do sistema bancário. Os bancos africanos devem conformar-se às estruturas do mundo em processo de desenvolvimento e ajudar eficazmente as pequenas e médias empresas, facilitando, assim, uma industrialização rápida dos países africanos.

Todo programa de industrialização deve ir até o fim, por conseguinte visar à formação do pessoal técnico e dar assistência à comercialização dos produtos. Seria necessário que a África evitasse as compras de fábricas "chaves na mão", que, muitas vezes, exigem uma tecnologia muito avançada, logo inadaptada ao contexto local. Esta transferência de tecnologia, longe de ser limitada ao campo técnico, deve acompanhar-se de tecnologia comercial que garanta a rentabilidade dos projetos.

Deveríamos associar a esta transferência, a do domínio industrial, que nos permitirá a assimilação e o desenvolvimento da técnica e a aquisição da autonomia tecnológica. No transcurso de uma primeira etapa deveríamos orientar nossos esforços para as indústrias industrializantes, aquelas que são suscetíveis de engendrar novas unidades, criando, por sua vez, numerosas pequenas indústrias periféricas. Teremos de fazer tudo para conseguir o estabelecimento de um código que canalize, supervisione e regule as atividades transnacionais, a fim de preservar os interesses dos países em desenvolvimento.

O Clube da África, quando insiste sobre o econômico, não se esquece do social nem do cultural. O que ele procura é um novo humanismo, uma reconciliação do Ser consigo, com seu meio natural, com seu meio ambiente.

O econômico, só, não nos permite atingir nossos objetivos. É preciso, pois, nas nossas ações, reconhecer a parte do social e a do cultural para encontrar outras dimensões, outros horizontes verdadeiramente humanos. Não nos esqueçamos de que a cultura está, com o homem, no princípio e no fim do desenvolvimento. Como disse Léopold Sédar Senghor, "... estamos todos de acordo para afirmar que, se a prioridade pertence à política no caso da independência nacional a conquistar, a primazia, quanto a ela, deve ser dada sempre à cultura, não somente sobre a política, mas também sobre a economia. Ainda vou mais longe. A independência cultural no sentido da vontade de pensar e agir por si mesmo e para si mesmo é a condição *sine qua non* de qualquer forma de independência, incluindo a política".

É tão verdadeiro que não somente os políticos, mas também os economistas, cada vez mais afirmam sua "preocupação com o homem e a necessidade de tomar em conta o aspecto cultural dos problemas econômicos, estudando-os, se queremos encontrar-lhes soluções eficazes".

O Clube da África interessa à nova ordem mundial. A ordem antiga está desorganizada hoje. Já não basta curá-la. É preciso pensá-la de novo, concebê-la de outra maneira. Nasceu antes da emergência dos países do Terceiro Mundo.

A nova ordem que o Clube da África visa, supõe uma nova definição do crescimento nos países desenvolvidos e do desenvolvimento nos países pobres. O Clube visa, pois, a um novo crescimento nos países do Norte e a um novo desenvolvimento nos países do Sul. Não se trata de fazer um reboco. Se trata de estabelecer uma nova ordem, um novo desenvolvimento que tome suas raízes na história e na autenticidade; sumariamente, na cultura de cada po-

vo, mas, com miras decididas para o porvir e a modernidade. O Clube da África está desse modo consciente de que o desenvolvimento do continente africano está ligado ao dos outros continentes; logo, à evolução do diálogo Norte-Sul. Por certo, uma parte do Norte e uma parte do Sul entabularam e concluíram sem resultado um diálogo em Paris, antes de devolver estes volumosos documentos às instâncias da ONU.

Do Kennedy Round ao Tokyo Round, da crise do dólar à crise da energia, das resoluções pertinentes da ONU à inércia dos Estados, dos estudos prospectivos alarmantes do Clube de Roma ao desmoronamento das perspectivas da equipe de Wasily Leontief, sem olvidar os esforços do Clube de Dacar, temos passado muitas vezes da desesperança à esperança e da esperança à dúvida.

O Clube da África espera que, no futuro, se inicie de novo o debate essencial, que deve ser conduzido a resultados mais concretos e mais significativos.

É a este preço que, doravante, teremos fé no porvir, para edificar uma nova sociedade em que todos os membros, uma vez desembaraçados de seus egoísmos respectivos, decidirão de seu destino para participar, com "armas iguais", na solução dos problemas internacionais.

Pois nada ainda está jogado, tudo é possível... De nenhuma maneira é tarde demais para que procuremos, juntos, uma terapêutica rompendo nossa política de espera frustradora e intolerável.

O Clube da África pretende, portanto, participar dos diversos encaminhamentos do diálogo Norte-Sul, tendo como objetivo primordial o desenvolvimento do continente africano, com a realização prioritária da auto-suficiência alimentícia.

Nossa tarefa é árdua, até impossível... mas guardamos esperança, já que se trata de criar.

Na espera, meditemos este pensamento de Vauvenargues: "Para fazer grandes coisas é preciso viver como se jamais devêssemos morrer."



---

## O DIÁLOGO NORTE—SUL: PARA ALÉM DO ALIBI E DO ESTEREÓTIPO

Candido Mendes

Presidente do Conjunto Universitário Candido Mendes. Diretor do  
Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA.

---

Vamos tentar resumir esta comunicação e usaremos a primeira palavra do verdadeiro esperanto, do *input* latino-americano. De minha parte, vou apenas esboçar alguns dos detalhes que se encontram dentro dessa perspectiva geral, para que, de fato, possa fluir o que de mais importante surja à indagação dos partícipes.

Ouviu-se falar aqui em necessidade de mudança de perspectivas; abordou-se a temática, como disse tão bem o Embaixador da Argélia, Sr. Ahmed Amine Kherbi, do diálogo de surdos; falou-se sobre a dificuldade do discurso e sobre a carga de ideologia, de utopia de que ele vinha denso, grávido. Eu gostaria de resumir minha intervenção, inicialmente, a esta análise das vozes e da soma de palavras, ao discurso impuro no diálogo Norte—Sul, à tirania dos logos e, dentro dela, às suas vozes enrustidas.

Há várias vozes e vários ventriloquismos, no que se chama diálogo Norte—Sul, a enterrar em cova rasa a polêmica do desenvolvimento e a transformar tantas e tantas formas de impostar o que vem depois como projeto mundial: uma nova ordem internacional. Mas há, na nova ordem internacional, a voz do Primeiro Mundo e há a voz dos países subdesenvolvidos e, nessas vozes, há uma postura ideológica, uma postura utópica e um afã de, para usar as expressões que várias vezes surgiram no nosso debate, “chegar ao concreto”, “trabalhar a realidade”, “fome da eficácia”, que eu sou obrigado a traduzi-las no que seja a Realpolitik da relação Norte—Sul, a grande palavra nietzsche-bismarckiana que nos parece fundamental para chegarmos à práxis desse mesmo diálogo.

Eu gostaria de fazer algumas observações sobre esse primeiro ponto, para depois tentar qualificar os atores desse processo e, em seguida, definir o que me pareceriam as *trends*, as tendências desse diálogo, a partir de duas colocações: ou nós temos a *trend* a partir da presente condição de dinamismo, venha ela de uma perspectiva dominada pelo Norte, venha possivelmente a se assumir dentro de uma perspectiva do Sul; ou então, chegue-se de fato, se a práxis vingar, ao que possa ser a *trend* nova, envolvendo a mutação ou a transição (a passagem não evolutiva que reclamaria também um cenário possível à emergência do grande diálogo mundial nesse fim de século). Por fim, remataria a exposição tentando aflorar o problema de que, dentro da prática dessas ligações e dessas relações, o modo de ser internacional da América Latina e o da África pode sugerir um determinado tipo de interação que afloraria do nosso debate.

Sobre esse primeiro elemento fundamental, o diálogo internacional, não preciso insistir, peço apenas que vejam um pouco esse esquema em suas abordagens. Por mim, vou usar a categoria de Roger Hansen, em seu trabalho publicado pelo Center of Foreign Nations, de Harvard, no qual tentou recensar da maneira mais ampla possível o *status questionis* do diálogo Norte—Sul. Quanto às abordagens do Prof. Hansen, há o que se chama *an urgent platform* (que é como o Norte vê as questões fundamentais desse diálogo) e há o que eu chamaria de uma plataforma normativa, que é a plataforma do Sul (para falar em termos de Sul aculturado) e de um dos estudos que historicamente teve origem também nesta Casa, em continuação ao trabalho seminal do Clube de Roma, e que,

pelo trabalho de Amílcar Herrera, de Jorge Sábato, de Hélio Jaguaribe, sob a supervisão de Hugo Scolnik, nos permitiu, apresentar o que nós chamamos de "modelo Bariloche". Ou seja, uma visão não de *behaviour like*, mas normativa do que pode ser uma nova ordem internacional, apoiada na eliminação de alguns universais equívocos, sobre o que são necessidades básicas, que valores fundamentais essa ordem implicaria e de como, a partir da definição desses valores e da alocação de recursos, uma visão da ordem internacional basicamente de redistribuição, de reordenação de fatores, e não na postulação malthusiana como o Primeiro Mundo a olharia, tornaria possível dialetizarmos esse problema, que ainda continua sob uma espécie de tirania da tese sem antítese.

Como é que nós podemos identificar os ventriloquismos e saber de que maneira, quando se fala na nova ordem internacional, estão falando por dominantes um ou outro desses mundos? Quero situar essas colocações para, então, delas destacar quatro modalidades fundamentais que envolvem consensos, cooptações, rejeições e, ao mesmo tempo, possíveis mudanças e resistências às mudanças. A ordem internacional que aqui se está pedindo — a que surgiu da palavra de Peter Koenz, do Embaixador da Argélia, de Hélio Jaguaribe ou de Manuel Ruiz, ou de todos os que aqui estão —, tenho a certeza, é uma ordem internacional apoiada nessa prática de uma ação realista, concreta. Assim, com essas categorias, precisamos definir essas práxis e situarmos o que seja essa ação. Ação que vai passar por esse dardanelos ideológico, por esse *canyon* de tanta dificuldade entre as imposturas da vociferação, a que Hélio Jaguaribe tão bem se referia, e por esse brandicioso discurso subliminal, na expressão de Edgar Morin, até atingir a normalização da ordem internacional, começando já com a *pax* ecumênica do mundo, disciplinado pela ditadura da razão dos seus pólos dominantes, capaz de chegar não ao culto da racionalidade, mas à ideologia da racionalidade e do receituário do que é a nova or-

dem internacional a partir do seu pólo dominante. E aqui me refiro apenas a domínias temáticas.

Pois, de fato, quando o Primeiro Mundo entra na retórica da nova ordem internacional, já sabemos que vamos discutir proliferação nuclear ou sua contenção, controle populacional, produção de alimentos. E, com efeito, infelizmente, os EUA, voltando ao realismo da sua natureza medular, permite ao secretário de agricultura do Governo Reagan dizer: "let us make again food production an international weapon". Esta declaração do secretário de agricultura dos EUA mostra bem este novo discurso hegemônico, que recoloca a produção de alimentos — posta na plataforma internacional da *rex interalia*, e fora do mercado, pelo Governo Carter — como uma política nacional de prestígio e de Realpolitik. A produção de alimentos, segundo o secretário de agricultura dos EUA, volta a ser um instrumento da dominação do Norte.

É claro que conhecemos a outra grande falácia do discurso internacional do Primeiro Mundo, que é esse cuidado pavloviano com a poluição, esse pavor do novo espanto. Ou seja, a excessiva preocupação com que se efetive o receituário das usinas limpas se faz, como o dizia Paulo VI, como uma exigência para o Terceiro Mundo, muitas vezes se esquece que a miséria é a pior dessas poluições. Por um determinado momento, também a administração dos oceanos, como aqui já se disse muito bem, era um grande tema do Primeiro Mundo, levando a negociações de alta criatividade para o nosso cenário. E da mesma maneira como se deu à temática produção de alimentos, o problema da administração dos oceanos voltou a ser visto sob a ótica do realismo norte-americano, como acaba de se constatar na Administração Reagan, que a tem como o *affaire* da soberania *désueto* dos EUA, não obstante a progressão que já se poderia ter obtido nessa matéria.

Entretanto, se há o discurso do Primeiro Mundo, marcado por todas essas formas de definição do que são as prioridades para o diálogo Norte-Sul, há também as priorida-

des do Sul. Estas vêm muitas vezes carregadas daquele radicalismo da generosidade e de um fortíssimo conteúdo utópico, que nos leva àquele discurso irrealista a que se referia Hélio Jaguaribe, mas que também pode ter toda a sua sistemática.

O que é a impostação do Sul dentro desse diálogo e dentro dessa troca de posições? Também temos toda a sua sintomática. O problema da iniquidade internacional aí está, e não vamos entrar nos por centos de transferência de renda, que criaram exaustivos e insuportáveis debates, pela sua frustração, das primeiras UNCTAD. Evidentemente, não vamos entrar na discussão das necessidades básicas, infelizmente transformada na nova questão dos universais. O coeficiente de equívoco com que o próprio Sul hoje se dilacera para definir o que são necessidades básicas e, a partir daí, resolver um dos problemas mais importantes do Sul, levou inclusive o senador por Nova Iorque, Moynihan, a declarar no Congresso norte-americano que "the south either don't know what they want, give them hell".

É importante que se entenda que a maneira pela qual o Grupo dos 77, durante meses a fio, se viu descartado com proposições colidentes ou equívocas ou ditas irracionais traduzia, sobretudo, esse problema essencial: o fato de nós não termos ainda um acordo Sul-Sul, que é fundamental e que é formulável, sobre quais as necessidades básicas. Isto é matéria nossa, e acredito que esforços como o do grupo Bariloche e experiências que hoje não são só argentina ou brasileira e que estão se desenvolvendo na Venezuela, no Egito e no Kuwait — constituem manifestações da capacidade de vencer a barreira utópica na formulação dessa posição.

A bem da verdade, ideológicas são também as posições claramente situacionistas, ou perspectivadas, do Primeiro Mundo. Sendo deliberadamente polêmica, eu perguntaria: até que ponto para esse Terceiro Mundo — que engravidou um quarto, que por sua vez engravidou um quinto etc. —, esse ideal compensatório, que se apresenta

com um fortíssimo cunho traumatizante que é o da *self reliance*, também não é uma aspiração natimorta? Há condições mais que heurísticas para formular o ideal da *self-reliance* para as nações inviáveis? Em que termos viabilidade e *self reliance* foram já discutidos pelo Sul em condições efetivamente operacionais?

Utilizar a *self reliance* como a clássica definição de uma utopia quiliasta, no sentido de Mannheim, é extremamente importante para se definir todo o *corpus* utópico da definição da ordem internacional a partir da voz do Sul, tanto quanto o situacionismo da posição do deliberado *status quo* do Primeiro Mundo leva ao impasse dentro desse quadro.

Mas falei nos dardanelos, falei na dura experiência de ainda haver uma sobrevivência nesse diálogo, que não é senão a impostação bizantina de um contínuo utópico, de um contínuo ideológico. Digo-o quando se pensa, apesar de tudo, em algumas realísticas modificações que estão acontecendo na ordem internacional, a partir desse esforço pelo concreto, desta luta contra o sol em que, sem programas ou manifestos, alguns fatos e algumas realidades grávidas estão emergindo. Todo mundo vaticinava, e o próprio Hansen o faz, que a capacidade de agregação do Sul seria menor do que a do Norte. Mas aí está, contra toda a expectativa, a manutenção do Grupo dos 77. Aí está, apesar de toda a sua distância, a capacidade da consolidação desse mesmo bloco e do seu esforço de levar adiante, cada vez mais, uma plataforma viável, humilde, mas concreta, que vem, contra todas as expectativas, tornando a manutenção das UNCTAD algo cada vez mais real, no que possa ser a caminhada para esses êxitos. Não preciso falar, por exemplo, nos últimos resultados do último Kennedy Round, em Tóquio, mas se nós olharmos para o modo pelo qual se fizeram progressos no problema de limitação de cotas dos regulamentos de salvaguarda da saúde, em termos das restrições tarifárias e de certos apoios a preços e tarifas, encontramos

então um começo desta caminhada, que é a da práxis possível nessa relação Norte—Sul.

Há uma práxis do futuro que já se está atualizando, a partir de algo que escapa a esses dois discursos de predominância dos estereótipos e da retórica sobre essa mesma práxis. Contudo, não poderíamos entrar neste assunto sem, ao mesmo tempo, pôr em pauta a questão dos atores que estão desbordando desse discurso, das suas formas de se coligarem e das tendências que eles vão apresentar nesses 80 e 90, na seqüência já de uma configuração ou de inércia ou de mudança.

Eu vou ficar em colocações extremamente genéricas. Não preciso caracterizar mais aqui o quadro latino-americano face ao africano, ou de outros países subdesenvolvidos, nas linhas das relações entre aparelho de Estado, Estado e sociedade. Eu diria apenas que quanto a isso a *persona* latino-americana, do ponto de vista da capacidade de decisão política, é talvez a mais marcada, pela sua característica superestruturária de um Estado que precedeu à Nação, que precedeu mesmo à sociedade, se confrontarmos com o extraordinário peso da sociedade nos países desenvolvidos e com a importância remanescente tão rica da comunidade na *persona* africana. Acho que esse problema é fundamental, e quando amanhã pudermos debater essas entidades da vocação intermédia do mundo do nosso tempo — as universidades, os sindicatos, as igrejas —, veremos que, na América Latina, a conotação da presença internacional é bastante diversa, no peso específico, da que a mesma categoria tem ou no Primeiro Mundo ou no mundo africano. A propósito, não acredito na universidade latino-americana, volto a dizer isso, da mesma forma como acho que a universidade africana tem outra capacidade de exprimir o consenso da sua coletividade. Vide o problema do aparelho e da burocracia face à sociedade, vide a magnífica realidade tribal que ainda aduba o contexto e o comportamento político dessa mesma realidade.

Quanto ao que vai ser essa nova ordem internacional, se a entendermos como uma sociedade pluralista de atores mais do que unicamente um clube, um *country club* das nações, não estou pretendendo conotar isto apenas do ponto de vista dos atores do Terceiro Mundo. Há algo que nós deveremos sempre ao Governo Carter, pois acho que os EUA imperial mereciam a nêmesis carteriana, do ponto de vista do que possa ser a sua purgação. Um grande país merece uma grande catástrofe, e é evidente que, nesse sentido, a redução de um determinado tipo de comportamento ali se fez notar. É possível que, daqui a 15, 20 anos, se olhe para algumas instituições riquíssimas do carterismo como se reavalia hoje o Governo Wilson da Primeira Grande Guerra. E a força da catástrofe inovadora deste governo estaria, entre outras características, no que representou a sua capacidade de dialogar com os países para além apenas das suas soberanias nacionais. A preservação da pessoa contra o Estado, em meio a tantos e tantos dos impasses do Governo Carter, também apontou para uma nova ordem internacional, feita de Estados, mas também de indivíduos. Atente-se para a importância seminal do Comitê Church no Congresso norte-americano, infelizmente não reeleito para o período reaganista, mas que ali fica, historicamente, como um período profético do que seja, a partir dos próprios EUA, essa idéia de que a nova sociedade internacional se pode ordenar tendo como base um outro direito de cidadania, das comunidades intermédias e da pessoa mesma face ao Estado. Isto como Amadou M'Bow, e como tão bem disse aqui o Prof. Santos Cuyugan, define e situa a própria idéia da Unesco de, em seu projeto geral para o biênio que agora se inicia, dar tanta importância a essas instituições novas de defesa e à emergência de outras vozes, que não a do Estado-Nação, no concerto da sociedade internacional.

Este conceito poderá ter o seu terreno de eleição tanto na América Latina quanto na África. Em função dele, poder-se-á trabalhar esta nova ordem internacional, a

partir do princípio e do *a priori* de que há outros atores neste cenário além daquele que se arroga monopolizador da decisão da comunidade: o Estado. Esta emergência aí se encontra, e a violência mesma com que se atenta contra a soberania dos próprios Estados latino-americanos, na investigação internacional de problemas de direitos humanos, mostra o que eu dizia existir de seminal, de novo e já de diferenciado na formulação (com que os EUA avançaram tanto), na sensibilidade ao que são os ingredientes das coligações e das relações envolvidas dentro desse processo.

Para tentar fechar o problema que tanto nos interessa, formularia algumas interrogações sobre a atuação internacional da América Latina: Quais são as características da América Latina em termos das possíveis coligações internacionais? Em que termos se pode definir sua Realpolitik? Como é que ela se comporta na cena internacional, relativamente a seus comportamentos básicos?

Curiosamente e ao contrário do que se dá com a África e com a Ásia, a América Latina tem sido, em termos de expansão e queda dos países em desenvolvimento, a área com o maior número de *up and down*, com uma característica curiosa. É que, quando alguns desses países, pela sua renda *per capita* ou pelo seu Produto Nacional, se expandem, um outro desce e há uma espécie de *changer de dames*, em que a troca de posições não deixa vácuos e permite uma homogeneidade de posições bastante diversa das condições de polarização permanente dos ricos e dos pobres em outras áreas, o que levou inclusive à caracterização — já um estereótipo operacional — da América Latina como a classe média dos países subdesenvolvidos. Ela o é porque, nesses estágios, não encontramos os hiatos, os desequilíbrios pela incrível rotação de posições. Um Equador, uma Venezuela assumem a posição de um Uruguai, de uma Argentina e permitem um equilíbrio no tecido social com duas caracterizações bastante curiosas. De um lado, a capacidade da América Latina de fugir, ao contrário do que se pensava, de uma definição de blocos; de outro, a

subsistência de blocos, que inclusive só ainda permanecem dentro do seu quadro incestuoso, ao contrário da OUA, que integra nações com o mesmo interesse e postura internacional e é um bloco continental de países subdesenvolvidos, e diversamente da maioria das subassociações asiáticas.

O incesto que representa o Tratado do Rio de Janeiro, de 1942, continua, e aí está essa pobre OEA, que eu não sei o que é, mas que, evidentemente, não tem condições de poder articular outra coisa a não ser academias, convescotes e inauguração de bustos, tanto quanto efetivamente ela permanecer como uma associação entre os EUA, o Canadá e o resto do continente. É evidente que, se amanhã se pudesse estabelecer uma relação entre os EUA e o resto do continente em termos de não sei quê denominador, poderíamos debater nossas relações. Mas constatamos que só na América Latina não se denunciou ainda o tratado entre o Norte e o Sul, dando mostras da falta de consciência internacional ou de excessiva carga ideológica ou utópica com que entendemos ainda essas nossas relações. O mesmo quadro que levou ao fracasso da idéia do mercado comum latino-americano, à morte da ALALC enquanto caricatura do Mercado Comum Europeu, possibilitou também, por outro lado, ruturas muito grandes. Aí está o exemplo do Brasil, que tem sido uma nação vezeira em sair de determinados tipos de aliança. Aí está também, na sua capacidade de regeneração, o Pacto Andino. Aí está, em suma, a capacidade de que reais interesses postos em comum podem se manifestar não a partir de mímeses, mas de esforços de identidade e vivendo as tensões reais do continente, inclusive dentro das próprias forças intra-bloco. E aí também é que se entende, quando saímos dos estereótipos da americanidade, da latino-americanidade, e passamos a pensar nos países andinos, nos países petrolíferos, nessa riqueza ainda por se fazer das nações caribeanas, toda uma outra dimensão, que, entretanto, ainda não está na ótica da política internacional latino-americana. Quando ela entra nesse realis-

mo, nós temos riquíssima já a sua possibilidade de operacionalização, como se mostra ou como se define por um instrumento como a SELA, que tanto deve inclusive, na sua primeira formulação, a Hélio Jaguaribe, talvez o maior latino-americanista que o Brasil tenha, nessa preocupação de viver essa América Latina para si.

Eu diria, então, que, se essas características vivem, nós podemos imaginar um futuro para o continente. Se predominar o discurso do Primeiro Mundo nessas relações internacionais, nós teremos uma *trend* de inércia dominada pela presente conservação de estruturas, incrementalista nas suas alterações, e dominada pelo que está aqui em cima, por essas características básicas. Se, por absurdo, a coligação dos países Sul-Sul dominarem, ou se permitirem, pelo menos, uma primeira coligação, vencidos esses estereótipos, o importante é entender ou situar a posição oposta. Ou seja, essa plataforma terá uma dominância de intracoalições, será adaptacionista, que difere da incrementalista, porque começa a reorientar o *input* de fatores pela adoção de determinados tipos de valores.

Necessariamente, por aí, ela vai com certeza apoiar-se numa idéia de necessidades básicas, para chegar a uma possível ordenação. E aí nós temos muito a aprender do enorme legado de experiências, da riquíssima mensagem localizada na África. Acho que nós passamos de um modelo implícito para o outro sem ainda talvez chegarmos ao alternativo. Quando olharmos para o modelo da Tanzânia contemporânea e entendermos o que significa a civilização da pobreza assumida contra todos os padrões de um comportamento meramente inerte; ou quando olharmos para a Argélia dos nossos dias e entendermos o que o modelo socialista importa, não tanto do ponto de vista da estrutura de produção, e isso nós esquecemos muitas vezes, mas de um estilo de cultura e, sobretudo, de um outro padrão de aspirações, a idéia de que continuamos tributários, de que o problema do socialismo é um problema de modelos econômicos, e não de um problema de estilo de

vida, é algo que, espero, esse nosso debate possa fazer fluir, desenvolver e desdobrar. Isto é necessário para que possamos imaginar ainda o domínio da mutação sobre a inércia, uma *trend* internacional na qual tenhamos mutações descontínuas. Certamente, não estamos adaptados a isso. Continuamos presos sob palavra à idéia do tempo social e do progresso e dos seus incrementos. Não há, fora talvez a China e o Cambodja, nação alguma que se adaptou à idéia de descontinuidade de tempo dentro do seu progresso, dentro da sua mutação. E nessa prisão do arcano, do inconsciente coletivo dos países subdesenvolvidos, a visão progressista é o último legado da colonização mental de que nós ainda não nos liberamos. Não estamos educados para o tempo social dessa mesma transição.

O que nos leva a um paradoxo muito grande é que, como nós temos uma gama de escolhas internas de política, apoiados ainda nessa conservação ao progresso, não temos a pedagogia das opções, porque vamos trabalhar com tempos sociais assíncronos e ter que pilhar um arsenal de instrumentos desligados de uma plataforma implícita de prioridades. Esse exercício, em termos nacionais, ainda não foi feito, a não ser com gravíssimos custos, pelas comunidades que, afinal de contas, desgarraram ou saíram da rota do progresso e da rota da mudança, até agora vista como aventura ou como caminho unitário por tudo aquilo que tem sido a prospectiva do nosso tempo. A prospectiva bárbara está começando agora, a prospectiva que administra o outro lado da Lua começa a despontar, mas é evidente que, nela, teríamos que voltar um pouco ao que pode dar nessas *personas* que aqui se encontram, a africana e a latino-americana, identificadas por alguns redutores básicos.

A África tem uma tradição de integração continental e uma capacidade de sobreviver em termos de visão global, funcional, que independe dos *up and down* do seu próprio desenvolvimento e de sua própria miséria. Na América Latina, não temos essa tradição integradora vivendo ou trabalhando

do — seja do ângulo da multilateralidade, seja do ângulo do consenso. Mais do que isso, o que nos preocupa muito nesse momento é esse retorno à bilateralidade. No caso do Brasil, esse retorno se tornou quase que definitivamente congênito. Diante da crise do petróleo e das relações privilegiadas, mas não harmônicas, cada negociação que o Brasil está fazendo com um país do Oriente Médio ou da África, vem acompanhada de um padrão diverso e sugerindo de maneira laboriosa a forma pela qual nós vamos pagar o retorno do petróleo. O petróleo, homogêneo no seu *input*, é extremamente heterogêneo na forma pela qual nós não estamos respondendo de uma maneira coerente; e uma política internacional brasileira conseqüente, e não casualística, não está sendo um dividendo da gravidade da crise criadora que vive o balanço de pagamentos nacional.

É claro que essa situação ainda se multiplica e se contradiz mais quando vemos essa secante nas relações Sul-Sul, ou seja, essa espécie de zodíaco da prosperidade que corta a esfera e que enlaça e desintegra as possíveis solidariedades. Observe-se como se comportam as nações da OPEP face ao remanescente das nações africanas e das nações latino-americanas.

O que é hoje a Venezuela, ou como dizem os cubanos, *et pour cause* o emirado de Caracas? Em que termos ele pode, efetivamente, se associar a política latino-americana? Quais são os seus vínculos fundamentais? Se olharmos para a política petrolífera mexicana e venezuelana, veremos qual é a diferença entre uma política latino-americana do petróleo e uma política, vamos dizer assim, de coluna do meio, no que se refere efetivamente à utilização desses re-

ursos e dessas possibilidades. A falência venezuelana em poder de fato realizar o que poderia ser o grande projeto novo da América nos anos de 80 mereceria um pouco de debate no nosso Seminário, sobretudo o seu contraste com a riqueza mexicana. Da mesma maneira, nos parece importante situar essa terceira dimensão do problema do diálogo Sul-Sul, a partir da relação pela qual a OPEP criou essa espécie de secante ou de variável excêntrica ao que poderia ser, desajudados ainda de esquemas de internacionalização, as relações entre os dois continentes. Quero me referir a esse papel básico da sociedade subjacente às duas estruturas e ao modo pelo qual, nelas, de fato se pode vencer os estereótipos.

Aí, o papel e a importância da África são muito grandes. A sua proximidade da nossa sociedade, a força com que ela se auto-organiza, a riqueza da sua vida comunitária e a força ainda da sua imediação, vão nos permitir um nós e uma lógica coletiva capazes de vencer a ditadura dos estereótipos, que tem na América Latina o seu terreno de eleição. Talvez por aí, e eu acho que isso é trabalho para as nossas universidades, possamos chegar àquilo que Hélio Jaguaribe tão bem disse: antes do problema econômico, antes das relações de força, antes das análises de custo-benefício, antes dos revisionismos da política imperial do centro do Primeiro Mundo, antes mesmo — eu diria — de toda uma educação da imagem, o de que se necessita é uma pedagogia da imaginação criadora que propicie essa tomada de consciência, que, de outra forma, para lembrar o *seigneur* de La Palice não vai chegar nunca ou, ainda citando o marechal francês, "on essaiera de faire notre petit possible".

## INTERVENÇÕES

*Maurílio Ferreira Lima* — Sem pretender ser ousado, gostaria apenas de complementar a exposição do Prof. Hélio Jaguaribe, que fez uma constatação do impasse do diálogo Norte-Sul, a partir das posições do Governo norte-americano. E eu pediria, então, ao Prof. que posteriormente pudesse discorrer um pouco sobre as posições do Governo norte-americano com relação ao direito do mar, as quais julgo serem de uma intransigência muito mais séria do que com relação ao que se pode prever dentro do diálogo Norte-Sul. Porque se no diálogo Norte-Sul falta ainda um consenso entre os países do Sul e os do Norte, com relação ao novo direito do mar tínhamos chegado a uma conclusão consensual, que foi jogada na lata do lixo por um Governo que privilegiava a sua posição imperial, não os seus princípios liberais.

Com relação à exposição do Prof. Manuel Ruiz que preconiza uma intensificação do intercâmbio cultural, e fazendo minhas as palavras do embaixador argelino, Sr. Ahmed Amine Kherbi, que disse que o diálogo Sul-Sul não pode ser edificado a partir de castelos de areia, eu diria que não acredito em diálogo Sul-Sul enquanto nós, os povos em vias de desenvolvimento, não conseguirmos romper o paralelismo no qual vivemos. Paralelismo que decorre do fato de os povos subdesenvolvidos não se relacionarem entre si, mesmo porque não existem condições físicas para esse relacionamento. Se esse quadro é menos dramático no contexto latino-americano, onde só recentemente nós, brasileiros, viemos a nos relacionar com nossos vizinhos, é trágico verificar que é impossível a uma liderança africana, ou a um conjunto cultural africano, ou ainda a um africano qualquer sair

facilmente para o país vizinho, porque não existem estradas, não existem rotas marítimas, não existem rotas aéreas e nem existem telecomunicações. Diria, então, que uma premissa para o funcionamento do diálogo Sul-Sul seria o rompimento de barreiras físicas e materiais para que os povos do hemisfério Sul pudessem se relacionar.

*Irmã Maria Augusta* — A minha pergunta se dirige ao Prof. Hélio Jaguaribe, permitindo-me, antes, uma consideração.

Situo-me dentro de uma corrente antropológica que coincide muito com o Evangelho e que seria a de considerar o ser humano realmente como econômico, mas não só, considerando-o também como político e simbólico, no qual estaria, então, o cultural e o religioso. Perguntaria, então, se nessas reuniões internacionais tem sido pensada a possibilidade ou mesmo se já houve a tentativa de envolver Igrejas — no caso, a Igreja Católica, dentro da qual me situo, sem excluir as outras —, dada a força moral que essas instituições têm para atingir as comunidades humanas na sua capilaridade. Igrejas, digamos, do Terceiro Mundo, como seria uma Igreja do Brasil, ou então algumas Igrejas da África, onde eu trabalho atualmente.

*Wayne Selcher* — O Prof. Jaguaribe disse muito bem das dificuldades criadas pelo estreitamento do conceito norte-americano de interesse nacional, quando está em jogo a concessão de alguma coisa substancial. Eu gostaria, considerando seu ponto de vista quanto à possibilidade de cooperação mútua, de saber até que ponto, quando algo substancial está em jogo entre



os países do Sul, uma nova definição do interesse próprio dos países meridionais poderia impedir a cooperação.

*Nilda Beatriz Anglarill* — Gostaria de fazer duas perguntas ao Prof. Hélio Jaguaribe: a primeira refere-se à forma como o Sul pode evitar a liderança dos países mais ricos ou industrializados; e a segunda sobre qual seria a forma pela qual se reforçaria a capacidade de regulação da ONU, já que até o presente muitas de suas resoluções emanadas do Terceiro Mundo não têm podido chegar a efetivar-se, devido à pressão das grandes potências.

*Peter Koenz* — Prof. Jaguaribe, pessoalmente, compartilho o seu pessimismo quanto ao diálogo Norte-Sul, pelo menos parcialmente. Na realidade, o senhor não abordou uma hipótese um pouco mais otimista que foi levantada há cerca de quatro, cinco anos. Refiro-me à Tese Kreisky, que me parece ser uma tese muito simplista e que comporta muitos perigos, porque ela coloca o Norte em competição com o segundo grupo a que o senhor se referiu, composto de países que estão desenvolvendo uma infra-estrutura industrial. Gostaria, então, que me desse sua opinião sobre essa tese.

Quanto ao Plano Marshall, ele obteve, no Norte, no quadro Atlântico, um sucesso relativamente grande, mas na minha modesta opinião as relações Norte-Sul são muito problemáticas.

*Hélio Jaguaribe* — Começaria observando que as palavras do embaixador da Argélia coincidem extraordinariamente com o meu ponto de vista. Ele, aliás, muito amavelmente, se declarou de acordo com as minhas idéias. Evidentemente, o ponto crucial na tática do Sul é exatamente o de se saber como se faz a compatibilidade entre o que se poderia chamar a unidade de interesses gerais — que faz com que o Sul, não importando a posição que os grupos ocupem, seja vítima da assimetria estrutural da economia mundial — e as especificidades dos interesses grupais. Não há ne-

nhuma dúvida de que, se não tivermos habilidade na exploração de nossas diferenças, divergências e tradições, estas contradições podem ser utilizadas para aprofundar as divergências existentes, enfraquecer o bloco Sul e conduzir ao cenário, referido pelo embaixador, do quadro de Paris.

Na verdade, as divisões do Sul foram uma parte importante da nossa incapacidade de dar um passo adiante. Mas, ante essa situação tão complexa, qualquer tentativa de encontrar uma unidade operacional do Sul que não parta realisticamente das estruturas efetivas que caracterizam os blocos de países, estaria condenada ao malogro. O problema não é o de se afirmar retoricamente a unidade do Sul em detrimento das divergências, o problema é abordar as divergências com a consciência da unidade fundamental, ou seja, abordar as nossas divergências, visando compatibilizá-las e converter as nossas contradições não antagônicas.

Creio que a maior parte das contradições existentes entre os países do Sul não é antagônica. E quando um complexo de países tem profundos interesses comuns, há formas de compensar o antagonismo através de concessões. Citamos, por exemplo, o antagonismo fundamental, que consiste no fato de que os países da OPEP não podem deixar de valorizar o seu petróleo, simplesmente porque se trata de uma matéria-prima em vias de extinção mundial e porque constitui, na maior parte dos casos, a única riqueza desses países. O petróleo é, em consequência, o instrumento de que esses países dispõem para dar um salto quantitativo na alteração de suas estruturas econômicas, de sorte a poderem viver no século XXI, quando não mais o terão. Portanto, o aspecto do petróleo é uma coisa muito grave.

Por outro lado, do ponto de vista dos países de menor recurso, sobretudo dos países que não são exportadores, sequer importantes, de matérias-primas ou ainda de manufaturas, a situação é muito mais difícil, porque eles simplesmente necessitam de um petróleo que não podem pagar. Essa contradição é uma contradição anta-

gônica, não temos nenhuma dúvida sobre isso.

Há, pois, contradições antagônicas dentro do hemisfério Sul. Fingir que elas não existem, iludi-las, é a forma certa de ser dominado pelo Norte. Só encontro solução para esse problema se tivermos, efetivamente, um processo de trabalho honesto, objetivo, entre os representantes do Sul, que encontre formas de compensação das contradições antagônicas. Refiro-me por exemplo a um dado: acredito ser possível que, por consenso dos países do Sul, se estabeleça uma pequena taxa adicional sobre aquelas matérias-primas em relação às quais o Sul tem um *seller markets*, e que essa taxa adicional se constitua num fundo concessivo para os países particularmente pobres. Pode-se incrementar o preço do petróleo, para dar o exemplo do petróleo, de 1 ou 2%, por consenso de todos os produtores, e, deste excedente deliberadamente agregado ao preço, criar-se um fundo pelo qual se conceda condições particulares para a Etiópia ou Bangladesh importarem petróleo. Esta forma concessional é viável. Pretender que a Arábia Saudita venda petróleo mais barato a Bangladesh é irrealístico, mas é perfeitamente possível imaginar mecanismos compensatórios. É um pouco aí que eu vejo a solução. Em suma, não há dúvida alguma de que a condição fundamental é a lucidez no esclarecimento das contradições: encontrar formas superatórias onde elas não existem e, onde elas existem, buscar formas compensatórias através desse mecanismo que citei e de outros.

As questões que nos apresenta Maurílio Ferreira Lima são extremamente relevantes. Estou plenamente de acordo com o fato de que, dentro do quadro de deterioração das negociações Norte-Sul, ocasionado pela nova política de Reagan, a primeira *casuality* é realmente o direito do mar, e é algo lamentável porque esta questão estava muito próxima de um consenso internacional, com participação inclusive de importantes personalidades do próprio hemisfério Norte. (Aliás uma das

coisas que precisa ser levada em conta é que existem, a esse respeito, admiráveis esforços de esclarecimento no interior do hemisfério Norte, como os do grupo de Santa Bárbara, de Margareth Mann Borgeth, que deu uma contribuição extremamente importante para a questão do direito do mar.) Não vejo como se possa, a curto prazo, superar o impasse norte-americano, não somente pelo fato de que todo o encaminhamento da questão do mar estava orientado para a idéia de um consenso universal, mas também pelo fato de que uma superpotência naval como os EUA dispõe de meios práticas de desobedecer a uma decisão majoritária.

Isso nos leva à questão apresentada por nossa colega da Argentina, de como é possível, nas atuais condições do diálogo Norte-Sul, implementar decisões adotadas pelo Sul sem o consenso do Norte.

Relativamente a esta questão, gostaria de lembrar que o Norte dispõe não só de superioridade econômica e tecnológica, mas dispõe de uma óbvia superioridade militar, que faz com que ele possa criar situações consumadas que tornam as nossas soluções inócuas. Por essa razão, a sabedoria na adoção de medidas unilaterais apoiadas no consenso apenas do Sul estará em selecioná-las de tal maneira que elas reduzam a formas pouco operativas a capacidade retaliatória do Norte. Nem todos os nossos interesses são implementáveis por via unilateral do Sul, precisamos ter essa constatação muito clara. Entretanto, eu me proporia a sustentar que uma parcela muito importante de nossos interesses são implementáveis por via de um consenso puramente do Sul, desde que os selecionemos entre aqueles em relação aos quais a capacidade retaliatória do Norte seja minimizada. Infelizmente, o direito do mar não é um desses interesses, porque a esquadra norte-americana interferirá em qualquer tentativa de se dar ao subsolo marítimo aquela destinação que o tratado estava prevendo. Temos que esperar um pouco que as condições voltem a ser favoráveis. Creio que é uma das *casua-*

*lities* que, a prazo curto e médio, há de ser considerada como um dado da guerra.

Quanto à segunda questão levantada por Maurílio Ferreira Lima, é evidente que o grande problema das relações Sul-Sul é, em parte, de imagens recíprocas e, em parte, de falta de comunicações reais. Se nós não formos capazes de superar esses dois problemas, a nossa intenção de um consenso no âmbito do Sul permanecerá uma intenção meramente subjetiva. Uma das coisas importantes que nos disse Manuel Ruiz é precisamente isto: um pré-requisito para um entendimento sólido dos países do Sul consiste num esclarecimento efetivamente eficaz sobre as nossas verdadeiras realidades. A imagem que os países latino-americanos têm da África é a imagem do colonizador, a imagem do tigre, a imagem da fauna, e não a imagem de uma humanidade que está lutando pelo seu desenvolvimento. A imagem que os africanos têm da América Latina é também a imagem do colonizador, a imagem do samba, do *far niente* da população ociosa vivendo em festa, e não de um povo que está terrivelmente preocupado em promover o seu desenvolvimento. Temos que começar por um intercâmbio realista de imagens, sem o que nossa capacidade de cooperação continuará vitimada por pressões falsas de uns em relação aos outros.

O segundo aspecto, é claro, é o problema de comunicação real. A comunicação entre os países do Sul é uma comunicação deficiente, porque, como os países do Sul foram objeto de uma dominação do Norte, todas as linhas se fazem por cruzamento pelo Norte. Até recentemente, na nossa América Latina, para se falar de um país latino-americano a outro, tinha que se passar por Nova Iorque. Os telegramas também seguiam através de Nova Iorque, e as agências norte-americanas liam os telegramas secretos de nossas Embaixadas. Esta situação, no caso da América Latina, já foi em grande parte corrigida através da expansão de nossa tecnologia, mas evidentemente ela precisa ser generalizada para os países africanos. Aí depende também de um es-

forço deles, não é algo que se possa resolver imediatamente; são, porém, desses projetos que têm de fazer parte de nosso processo de auto-emancipação.

A nossa colega argentina, por sua vez, pergunta-nos como se pode reforçar as soluções das Nações Unidas. Na minha consideração anterior, eu já havia abordado um pouco a matéria. A meu ver, na situação atual em que o impasse no diálogo Norte-Sul é extremamente sério e não permite prognóstico algum positivo a prazo curto ou médio, defrontamo-nos com a necessidade de adotar medidas corretivas da assimetria mundial, através de uma decisão unilateral do Sul, de um consenso que encontre mecanismos de auto-implementação. Volto a dizer que este mecanismo de auto-implementação, *a posteriori* à existência de um consenso real, que é um *a posteriori* não fácil de conseguir, terá que se viabilizar através das Nações Unidas, por razões inúmeras que seriam demasiado longas para aqui discorrer sobre elas.

O que me parece possível, em termos de Nações Unidas, são duas coisas. Em primeiro lugar que o Sul adote definitivamente, por um ato simplesmente majoritário, um repúdio aos mecanismos de vetos inibidores do funcionamento das maiorias. E esse repúdio terá um valor intrínseco, na medida em que se contesta particularmente aquela parte da Carta das Nações Unidas que dá ao patriarcado, a uma oligarquia de pequeno grupo de nações, o poder de manipular a totalidade do mundo. Temos que repudiar formalmente; e ainda que a eficácia do repúdio não seja total, a importância dele é primordial.

O segundo ponto é que, repudiado o princípio do veto oligárquico e restabelecido o princípio da democracia no âmbito da Assembléia, a possibilidade de adoção de medidas que não sejam sabotáveis por parte dos países do hemisfério Norte, das grandes potências sobretudo, depende da natureza das coisas. Não creio, por exemplo, que se possa fazer muito em matéria do direito do mar, mas creio que se possa fazer muitíssi-

mo em matéria de reorganização da dívida externa, simplesmente porque aquilo que depende de condutas do Sul é algo que, havendo consenso, o Norte não pode evitar. Se todos resolvem, por exemplo, decretar que a dívida vale 50%, ela valerá 50%. Não quero dizer que esse seja o mecanismo, quero apenas mostrar que o consenso naquilo que são prestações da nossa parte em relação ao Norte é totalmente controlável por nós, não implica em condutas adicionais ou futuras do Norte.

Portanto, uma análise estrategicamente realística daquelas medidas do *redressement* do mundo internacional que dependam de condutas do Sul permite imprimir eficácia às decisões da Assembléia, sempre que o Sul for coerente com a sua própria posição. Nada será possível se no nível das reuniões os países decidem algo e, em seguida, secretamente, aceitam uma pequena gorjeta dos países do Norte para romperem o acordo.

Uma pré-condição dessa capacidade de imposição unilateral da vontade do Sul é uma alta taxa de seriedade e de caráter. Infelizmente, o caráter não é uma propriedade em abundância no mundo, e é natural que os países pobres tenham uma maior debilidade de caráter do que outros, em virtude de razões que são conhecidas. Temos que enfrentar o problema, que será viável na medida em que as nossas decisões forem realistas. Por isso, volto a insistir que a eficácia de todas essas medidas depende da prévia compatibilização dos nossos verdadeiros interesses. É fácil ter caráter quando a norma coincide com o interesse; um pouco mais difícil quando ela o contraria. O segredo das normas eficazes são quando elas correspondem aos interesses. Esse tipo de normatividade tem que ser buscado pelo Sul.

Com relação à opinião da Irmã Augusta, como o colega Ruiz acho que é evidente que as Igrejas representam uma agência extremamente importante na mobilização da consciência, na promoção do bem-estar e nessa coisa admirável que é a relação *face*

*to face*, em que o homem religioso está ali na pequena vila, na pequena cidade, dando seu apoio moral, psicológico e pessoal a situações de dificuldade. Qual de nós não fica profundamente comovido pela existência de pessoas como a própria Irmã. Considero que a sua existência é uma prova de que o mundo pode melhorar.

Quanto à questão do Prof. Wayne Selcher sobre se os interesses restritivos do Sul, interesses nacionais, não serão um impedimento para o acordo, não posso deixar de estar totalmente de acordo. O egoísmo não é privilégio do Norte, é uma condição humana, e existe tanto no Norte como no Sul. Por isso, a minha principal observação é que a possibilidade de uma política eficaz por parte do Sul depende de um grande realismo na compatibilização das nossas contradições. Uma das coisas que foi revelada em Paris, como mostrou, em certo aspecto, o embaixador da Argélia, é que a falta de uma preparação prévia, de um esforço de compatibilização das contradições do Sul, foi facilmente explorada pelos países do Norte e continuará sendo. Por conseguinte, enquanto não fizermos um esforço extremamente sério de compatibilização de nossas contradições e encontrarmos mecanismos razoáveis para que aquelas que não são compatibilizadas sejam objeto de compensações razoáveis, a nossa capacidade de formar um bloco único diante do Norte é nula, condenam-nos a perpetuar o *statu quo*.

Para terminar, gostaria de me referir às observações de Peter Koenz sobre a *rodada* Kreisky. Esta constitui uma das coisas viáveis nas relações Norte-Sul, e ela foi sempre objeto de particular atenção dos documentos mais inteligentes que a estudaram. Por exemplo, os dois que eu venho mencionando, tanto o de Jan Tinbergen quanto o de Brandt, são orientados para a idéia da mutualidade de interesses, na medida em que determinadas operações de assistência ao Sul são criadoras de emprego, de exportação etc. A dificuldade em rela-

ção ao projeto Kreisky me parece ser de duas origens, de dupla natureza. De um lado, o fato de os países mais dispostos à assistência internacional, como os escandinavos e a própria Áustria, acreditarem que, se não houver uma correspondência de curto prazo entre a medida assistencial e o emprego, a medida assistencial não é viável. Ora, a correspondência não é de curto prazo. Envolve, na melhor das hipóteses, um *time lag* do período de inversão, de operações, que varia de um a cinco anos. Então, em momentos de crise aguda, as opiniões públicas dos países bem intencionados são restritivas em relação ao próprio projeto Kreisky. Entretanto, nos períodos de maior desafogo, e eu creio que afinal eles virão, esse projeto será mais viável.

A outra dificuldade foi já apresentada pelo próprio Dr. Peter Koenz, no sentido de que um plano Marshall internacional que não levar em conta os interesses de alguns setores do Sul, pode ser um pouco contraproducente. Creio, porém, que já se chegou, no hemisfério Sul, a uma perfeita compreensão da necessidade de medidas concessionais particulares para os países pobres, para os países do terceiro bloco, de sorte que nem a OPEP nem os NIC estariam em oposição a que, através de um mecanismo tipo plano Marshall, fosse feito um grande encaminhamento de bens de utilidade básica imediata para os países mais destituídos de recursos. O problema, portanto, não está tanto na incompatibilidade Sul-Sul, mas nas incompatibilidades entre o prazo muito curto e o prazo mais longo nos próprios países do Norte. Não depende de nós, depende do Norte.

*Alexandre Barros* — O Prof. Wayne Selcher fez uma pergunta ao Prof. Hélio Jaguaribe a respeito do que poderia ser feito para evitar um estreitamento de definição do interesse nacional dos novos países industrializados, de modo a não dificultar ou impossibilitar o diálogo Norte-Sul. O Prof. Hélio Jaguaribe, em sua resposta, mencionou as questões antagônicas e as questões negociáveis em termos gerais, e

que era importante ter isto em mente. Já o Prof. Candido Mendes, anteriormente, mencionou a questão mexicana, a venezuelana e a brasileira, como sendo três pólos emergentes na América Latina que podem ter um papel bastante importante no diálogo Norte-Sul. Não vou abordar a questão mexicana nem a venezuelana, vou sim entrar um pouco no que eu acho que são algumas das perplexidades que nós vamos ter que enfrentar na política externa brasileira nos próximos anos, no papel brasileiro no diálogo Sul-Sul.

No primeiro intervalo desta Sessão, o Prof. Selcher deu-me seu livro *Brazil in the International System: The Rise of a Middle Power*, que refere um pouco a outra face do que o Prof. Candido Mendes mencionou do Brasil como sendo a classe média da América Latina. Este ponto eu acho que tem que ser visto realisticamente em termos de Brasil, pois quem o olha historicamente vê que o Brasil, além de multiplicar seu território desde a Linha de Tordesilhas, passou quatro séculos, e mesmo até recentemente, com as costas viradas para o resto da América Latina, com olhos fechados para a África, um pouco sofregamente atento à Europa, durante algum tempo, e para os EUA mais recentemente, e se surpreende agora com a abertura dos olhos e dos braços brasileiros para uma política de latino-americanização. O fato é que a história diplomática brasileira não é uma história que inspire muita confiança da parte de outros países. Penso que este é um dado realista com o qual o Brasil vai ter que lidar, e por isso temos que discutir-lo neste Seminário, porque o que quer que aconteça depende da superação de uma série de desconfianças. Recordo-me que um oficial das Forças Armadas brasileiras me afirmou que o mito de que não há problema de fronteiras na América Latina é um mito para brasileiro, mas não para os nossos vizinhos.

Do ponto de vista especificamente africano, há também uma outra questão cultural séria a ser resolvida, que é a insistência secular da elite brasileira em se ludibriar, ou seja, a insistência, ainda que retórica em

certos momentos, em dizer que aqui é o paraíso da harmonia racial, embora não admita a presença de raça que não branca no seu sangue. Esse é um ponto que não é apenas político, mas cultural, que vai ter que ser enfrentado para que o papel brasileiro no diálogo Sul—Sul, se ele seguir o diagnóstico de Selcher de ser efetivamente um poder intermediário, possa vir a ser criativo, e não paternalista. Em termos mais gerais, eu perguntaria como é que se evitaria que paternalismos se repetissem no caso dos novos países que estão emergindo como possíveis articuladores do diálogo Sul—Sul.

Uma outra perplexidade que me acode, é quando leio as declarações oficiais brasileiras, que são claramente declarações da década de 50, deixando à vista uma dissonância muito clara entre a realidade internacional do Brasil e a retórica da política externa brasileira. E percebo que essa retórica hoje em dia já é quase inspiradora de desconfiança, se se sabe que o Brasil é o sexto ou o sétimo exportador de armas do mundo e que tem presença maciça em vários países vizinhos e africanos, como provedor de serviços de assistência técnica, como provedor de uma série de dados culturais. Essa presença internacional brasileira, à medida que aumenta, faz que o país assuma um papel que, ao que parece, não tem sido discutido. Em consequência, essa falta de discussão pode gerar o risco de, daqui a algum tempo, o país se ver de fato reproduzindo ou tentando reproduzir modelos de relacionamento que ele mesmo teve com a Europa ou com os EUA. Certamente, essa discussão não deve vir a se constituir numa proposta para uma estagnação da política externa, estagnação advogada por algumas correntes e visualizada num isolamento do Brasil, por causa do risco de reproduzir papéis de outros países; o risco, porém, já está aí e tem que ser enfrentado.

Há, pois, necessidade de uma discussão criativa em torno das alternativas a serem adotadas, antes que os centros de poder do Sul — que podem atuar como articuladores

do diálogo Norte—Sul por eventualmente disporem de cartas de maior valor — cristalizem posições do tipo daquelas que foram e têm sido adotadas até agora por vários países do Norte, em que pesem as restrições econômicas apontadas pelo Prof. Hélio Jaguaribe.

*Ahmed Amine Kherbi* — Abordaremos ligeiramente alguns aspectos institucionais no quadro das relações Sul—Sul. Parece-me que se trata de algo verdadeiramente fundamental. Sabemos, há muitos anos, que essa questão é o centro verdadeiro e pela qual se poderá concretizar a solidariedade entre países em vias de desenvolvimento ou criar divergências e divisões que aqui foram muito justamente sublinhadas. Quando falamos de aspectos institucionais, referimo-nos apenas a esses mecanismos, essas estruturas que deveriam ser instrumentos privilegiados para o reforço das relações Sul—Sul. Pensamos em outros mecanismos; precisamente no quadro dos pontos que foram agora levantados e relativos às relações culturais. Gostaria, correndo o risco de parecer um pouco circunspecto, de dizer que deve existir uma harmonia nesse domínio. Tivemos o fórum do Terceiro Mundo, que, creio, morreu definitivamente; conheço pessoalmente a maioria dos membros desse Clube, que estão atualmente espalhados, que elaboraram uma primeira reflexão teórica muito sedutora, mas que nunca conseguiram fornecer aos países do Terceiro Mundo qualquer instrumento de reflexão e de ação capaz de permitir-lhes atingir um sem-número de objetivos políticos, econômicos ou técnicos.

Sabemos que em várias regiões da África, Ásia ou América Latina existe um certo número de centros de reflexão. Em relação ao que acaba de nos dizer o Reitor da Universidade de Benin, o nosso irmão Johnson, creio que tais iniciativas são, claro, sempre bem-vindas. Precisamos de reflexão, devemos tentar ajudar, convencer. Penso que isso ocorre ao nível do Terceiro Mundo, e não de um continente apenas. Possuímos muito pouca substância cin-

zenta bem localizada ao máximo. Penso, por exemplo, nos fóruns onde os membros, os pesquisadores, os docentes, os empresários poderiam ter uma ação direta sobre as atividades governamentais. Pessoalmente, eu sou da opinião, não por egoísmo ou por discriminação, de que esse fórum deveria ser constituído exclusivamente por pensadores, pesquisadores e políticos do Terceiro Mundo.

Não se pode falar de cooperação Sul—Sul, se se continuar a apelar para o Norte. Se hoje insistimos na necessidade de laços diretos entre os países em vias de desenvolvimento, é precisamente porque temos a consciência do fato de que o Norte continua a combater todos os países em vias de desenvolvimento suscetíveis de fornecer uma ajuda concreta e direta a outro país em vias de desenvolvimento. Sabemos também que o Norte luta contra os pesquisadores dos países em vias de desenvolvimento. Temos na África uma experiência com o Banco Africano de Desenvolvimento, onde, para estudos de exequibilidade, por exemplo, certas pessoas do Norte eliminam todas as possibilidades de os pesquisadores dos países em vias de desenvolvimento levarem a cabo estudos, visando à realização de projetos nesses países.

Tomei a liberdade de fazer esses comentários, porque considero este assunto extremamente importante, devendo, por isso, merecer maior reflexão da nossa parte. Agora, gostaria de fazer uma observação ao Prof. Alexandre Barros, que acaba de fazer uma intervenção sobre a política externa do Brasil, comparando o discurso brasileiro dos anos 50 e o de hoje.

Na minha modesta opinião, a atitude atual do Brasil merece parabéns. Eu não acho que o discurso brasileiro de hoje lembre o dos anos 50. Considero-o dos mais militantes e tenho prazer e admiração em constatar que ele é semelhante ao discurso da Argélia, da Tanzânia e de outros países. É importante sublinhar este aspecto muito positivo da política externa do Brasil. Posso dizer, pessoalmente, que o Brasil está trabalhando ao nível das relações Sul—Sul,

e isto é suscetível de trazer resultados benéficos tanto para o Brasil como, e sobretudo, para os países africanos. Insisti neste aspecto porque possuo informações concretas.

*Kabengele Munanga* — A minha primeira observação vai ser dirigida ao Prof. Candido Mendes.

Concordei perfeitamente com tudo o que o senhor colocou sobre o problema de estereótipos e gostaria de voltar sobre um ponto no qual o senhor tocou e que é justamente o fenômeno chamado tribalismo na África.

Tribalismo é um conceito novo, que surgiu a partir da colonização e que foi mais acentuado ainda depois das independências dos países africanos. A explicação que geralmente é dada é que são os países africanos os responsáveis pelo tribalismo. É certo que o fenômeno do tribalismo é um obstáculo para a transformação da consciência nacional e da sociedade global dos países africanos, porque é um fator de divisão. Mas essa explicação esquece muitas vezes que tribalismo — e, a propósito, não há tribo na África, há nações — é um pouco um conceito que relewa daquilo que o senhor chamou de estereótipo e esquece também a influência de fatores externos, que está na base da bem conhecida expressão "dividir para reinar". Penso — e eu queria apenas mostrar isto — que a explicação do tribalismo é ocidental, e não africana, embora caiba aos africanos lutar para acabar com o tribalismo.

A segunda observação é dirigida ao Reitor Johnson. Em sua exposição, o senhor fez menção aos liames, às relações que existem entre o Clube da África e a Organização da Unidade Africana; o Clube da África é uma instituição paralela à OUA ou integrada a ela? Em que medida as atribuições do Clube da África não são uma duplicação das da OUA e não enfraquecem as funções dessa Organização?

*Paulo Antônio Pereira Pinto* — Eu queria me referir à expressão "retórica dos anos

50" que o Prof. Alexandre Barros utilizou em sua exposição e que me causou perplexidade. Nós, no Itamaraty, acreditamos que estamos fazendo o exercício a que se referiu o Prof. Candido Mendes, de procurar as *trends*, tanto as brasileiras quanto as da realidade africana, tentando identificá-las através de um exercício bastante árduo que não se simplifica em ir buscar, enfim, qual era a retórica dos anos 50.

Outra expressão que o Prof. Alexandre Barros utilizou refere-se à atitude brasileira de provedora. O que acontece na verdade é que procuramos identificar áreas de cooperação, atitude esta bem diferente do que seria o paternalismo, implícito na expressão, pois afinal África e Brasil vivem momentos semelhantes.

*Alexandre Barros* — No que diz respeito à observação feita pelo embaixador da Argélia, eu queria mencionar que ele tem, parcialmente, razão. A um nível multilateral, a retórica brasileira já está se adaptando mais; contudo, ao nível bilateral, a retórica ainda é um pouco dissonante, no sentido de que ela é pouco assertiva. Neste nível o Brasil tende a ter uma postura muito mais de dizer tudo o que ele não pretende fazer do que de dizer o que ele poderia fazer, para ajudar na articulação do diálogo Norte-Sul.

Quanto à observação do diplomata Paulo Antonio Pereira Pinto, a respeito da questão do Brasil como provedor, gostaria de esclarecer que não usei este termo em sentido malévolo ou paternalista. Provedor af significa apenas a experiência que pode ser trocada ou cedida. E quanto à expressão "retórica dos anos 50", penso que ainda é uma retórica que enfatiza muito o que o Brasil não quer fazer, ou não está disposto a fazer, ou negando todas aquelas coisas que poderiam lhe ser atribuídas, ao invés de adotar uma postura mais positiva.

Reitor Ampah Johnson — Em primeiro lugar, agradeço ao senhor embaixador da Argélia pela reflexão muito pertinente que ele fez sobre o Clube da África e principal-

mente pela contribuição que ele trouxe. Ele sublinha que é necessária uma harmonia entre as diferentes instituições, organismos, clubes que são criados e lembrou a existência de um clube em Dacar. É verdade. De minha parte, gostaria de falar um pouco sobre o Clube de Roma, que todos conhecem muito bem, o primeiro a ser criado neste domínio e que se ocupa sobretudo — é uma rápida caricatura, estou resumindo — dos problemas de industrialização nos países desenvolvidos e reflete acerca desses problemas com o objetivo de tomar iniciativas, através de propostas para ações concretas.

O Clube de Dacar se ocupa principalmente dos problemas de industrialização nos países em vias de desenvolvimento. Estou disposto a analisar de maneira aprofundada aqui os problemas do Clube da África.

No que se refere à estrutura da África de um modo geral, constatamos que 80% ou mais das nossas populações são de agricultores, e isso constitui um problema fundamental. Se queremos ajudar a África a desenvolver-se, se queremos aproximar-nos das massas e fazer algo por elas, temos necessariamente de passar pelo domínio agrícola, isto é, pelos camponeses. É isso que nos inspirou: somos um grupo de africanos e de pessoas de outros continentes, e direi porque, mais à frente, que reflete sobre esta situação da África e afirma: "Escutem, atualmente, o problema fundamental da África é o desenvolvimento agrícola."

É preciso lembrar a certos presentes que, nos Estados Unidos, só se atingiu o nível industrial há alguns anos após organizar-se, no seio de determinados colégios especializados na agricultura, todo sistema agrícola que proporcionou em seguida uma nova era no domínio do investimento agrícola. Isso foi há 80 anos ou um pouco mais. Pensamos que a agricultura, se se pode dizer, é o cordão umbelical do desenvolvimento econômico de todo o continente africano.

Os recursos minerais de que dispomos, e que não são poucos, podem ajudar o desenvolvimento agrícola. As indústrias são in-

dispensáveis, e o Clube da África pensa nisso. Mas este setor, ainda não-estruturado, quase não possui centros de estudos africanos capazes de refleti-lo. Quando refletimos nesse assunto, devemos dirigir-nos à Europa ou a outros continentes. É preciso que os africanos, com a ajuda dos conselhos de africanistas de outros continentes, se organizem, criem centros de estudos e se debruem sobre os problemas da África. Senhor Jaguaribe e eu trabalhamos em estreita colaboração e cooperação, não temos posições divergentes, muito pelo contrário, elas são complementares e recentemente isso foi enfatizado por jornais europeus. Nesse caso, podem ficar tranquilos, não existe divisão, balcanização da substância cinzenta da África. Trata-se, sim, de uma associação para refletir sobre esses diferentes problemas — Por que nos associamos a pessoas de outros continentes? Gostaria de sublinhar um ponto essencial, isto é, que o Clube tem por missão orientar uma reflexão científica e produtiva. A ciência não tem pátria, e existem africanistas que são válidos na Europa, na Ásia, na América do Norte ou do Sul. E, nesse domínio, acreditamos que para pensar cientificamente sobre problemas agrícolas, temos necessidade de discutir com certas instituições, ver as suas experiências e só depois devemos propor soluções, porque não se deve esquecer que não somos nós, membros do Clube, que decidimos. Nós apresentamos propostas aos políticos que detêm o poder de decisão. Mas temos o dever de analisar todos os aspectos científicos do problema. Penso que somos muito menos ambiciosos do que talvez se suponha. A nossa ação se limita a certos domínios. É a minha resposta a sua questão.

O segundo ponto é a pergunta feita pelo Senhor Kabengele sobre as relações da Organização da Unidade Africana e o Clube. Não existe duplo emprego em relação à OUA, e somos regularmente registrados pela OUA. Desde a criação do Clube, os membros do Conselho Executivo se registraram na OUA. Na ABAD, por exemplo, somos considerados como observadores em todas as reuniões do Banco Africano do Desenvolvimento, onde emitimos as nossas opiniões sobre problemas relativos à agricultura, em especial, e também a outros domínios. Consideramos que no momento atual, uma vez que a África se defronta com muitas dificuldades, a prioridade deve ser concedida à questão da auto-suficiência alimentar. Insistimos no aspecto de que desenvolvimento é um todo, e é por essa razão que tentamos abordá-lo do ponto de vista científico. Somos um Clube científico e social.

*Candido Mendes* — Antes de encerrar a Sessão, responderei à observação do Prof. Kabengele. Quando aludi à realidade tribal, falei mais do ponto de vista da força da sociedade, do valor da comunidade e da flexibilidade que ela tem dentro do contexto africano. Mas quero agradecer a contribuição que o Prof. deu na sua excelente intervenção, ao mostrar que também a idéia do tribalismo, entendido como esse *faccionalismo* e um pouco como elemento antinacional na emergência da nova África, é mais um estereótipo e merece ser considerada dentro dessa espécie de tipologia que aqui avançamos. Mesmo porque, creio, toda essa discussão dos estereótipos está muito ligada ainda a uma prática da descolonização mental.

---

---

**2.ª SESSÃO**

---

---

**A COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES  
EM DESENVOLVIMENTO — CTPD:  
NOVO MECANISMO DE AJUDA MÚTUA  
NA ÁREA INTERNACIONAL**





---

# ALOCUÇÃO

Peter Koenz

Representante-Residente do Programa das Nações Unidas  
para o Desenvolvimento — PNUD, no Brasil.

---

A cooperação técnica entre países em desenvolvimento é um assunto que diz respeito às Nações Unidas, embora esta organização não a faça com exclusividade ou não deveria fazê-la. É preciso que ela corresponda ao compromisso, bem mais fundamental, assumido pelos países envolvidos, antes de ser uma tarefa que corresponda apenas a uma organização internacional.

A cooperação técnica horizontal é uma realidade importante. Sua importância decorre, provavelmente, em função do fracasso ou, no mínimo, de um fracasso parcial da cooperação técnica no eixo Norte-Sul. Ela vem sendo posta em prática há uns trinta anos, bilateral ou multilateralmente, e atingiu um ponto em que obviamente se questiona a adequação de alguns dos canais e mecanismos, a empatia entre doador e receptor, entre fonte de especialização e receptor de especialização. Penso assim não como representante do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), mas como alguém que vem observando o processo há pelo menos uma década.

Existem sérios problemas quanto ao padrão da cooperação técnica Norte-Sul. Esta não é percebida praticamente em nenhuma parte, pelo menos em relação aos países menos desenvolvidos, particularmente ao se observar o pequeníssimo número de especialistas, a quantidade pequena de equipamentos provenientes do Norte. De certa forma, tem-se a impressão de que a cooperação técnica tornou-se uma prerrogativa do Norte, embora sua eficiência seja frequentemente discutida e cada vez mais questionada.

A meu ver, essa é uma área em que talvez a cooperação horizontal possa corrigir

muitas coisas. Sendo inclinado ao exagero, tenho às vezes declarado que o CTPD (Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento) é a última oportunidade de provar que a cooperação técnica multilateral é possível e pode ser bem sucedida. No entanto, eu gostaria mais uma vez de levantar esta questão para provocar uma certa discussão e controvérsia.

Acho que todos nós sabemos que mesmo conceitos tão elevados (se assim podemos chamá-los), como a orientação de necessidades básicas, de tecnologia apropriada, projetadas do Norte para o Sul como diretrizes de programas de cooperação técnica ou cooperação econômica, tenham se tornado política e talvez até funcionalmente inviáveis, em virtude de virem do Norte. Tivessem os mesmos conceitos emergidos endogenamente do Sul, eles poderiam ter sido aceitos com outro ânimo.

O segundo aspecto que eu gostaria de levantar é o de que a cooperação técnica é inteiramente possível entre países em desenvolvimento. O CTPD por si só não faz muito sentido, a menos que seja visto num contexto bem mais amplo de cooperação entre países em desenvolvimento, seja econômica, que nós chamaremos de ECDC (Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento), seja cultural, seja política, e que constitui um compromisso político com uma autoconfiança coletiva, ou como queiram denominá-lo. Não se trata de uma cooperação técnica, como dizemos em francês. E ela provavelmente não contará com o controle e o impacto que deveria ter para que justificasse os recursos que são para ela canalizados.

O terceiro aspecto é o da nossa experiência, e eu vejo através de minha perspec-

tiva no PNUD. Sem dúvida, o CTPD, ou a cooperação técnica horizontal entre países em desenvolvimento, é uma realidade. Como sistema, porém, ele mal tem tocado ou arranhado a superfície do que poderia atingir. Ainda há demasiado mecanicismo e turismo envolvido, assim como demasiada coreografia. E, particularmente, uma falta de acompanhamento da realidade, que exige uma abordagem sistemática, na qual as Nações Unidas — e eu estou falando neste momento pelas Nações Unidas —, que têm um papel a desempenhar, podem garantir uma abordagem sistemática ao CTPD e contribuir para a formação do seu potencial da cooperação horizontal de instituições em outros países em desenvolvimento.

Entretanto, e este aspecto eu gostaria de enfatizar, o CTPD continuará sendo sempre apenas uma palavra, a menos que ele corresponda a um desejo cultural e político e a um compromisso de parte dos países interessados. Ora, a julgar por todos esses parâmetros, penso que os estudos sobre o Brasil e Brasil-África, no atual e no CTPD em potencial, merecem uma considerável atenção. Não foi apenas pela consciência da África — consciência da proximidade com a África, da presença africana no Brasil —, definida naquele contexto, que este encontro foi convocado.

O Brasil constitui uma sociedade muito complexa e ambígua; ao mesmo tempo é África, é América Latina e é Ocidente. Isto proporciona a sua riqueza e, também, significa que ele se encontra muito aberto a um certo tipo de cooperação, de compromisso cultural e político, que é essencial se o CTPD pretende tornar-se eficaz.

O Brasil, segundo qualquer parâmetro, já atingiu um nível de vitalidade científica e tecnológica provavelmente sem rival. Talvez eu esteja exagerando, mas essa vitalidade — e uso o termo vitalidade não simplesmente como um patrimônio — é, de qualquer forma, muito grande, tanto para os países desenvolvidos como para os em desenvolvimento. Vitalidade significa não apenas habilidade tecnológica. Significa oti-

mismo tecnológico e científico, que ocasionalmente pode repousar na realidade. Além disso, os brasileiros possuem ainda uma consciência nacional bastante rara no mundo, e tudo isso faz deles doadores ideais.

Sócios no CTPD e em nossos próprios programas — nos quais temos tentado e cada vez mais tentamos assistir os programas multilaterais do PNUD e ajudar o potencial CTPD das instituições brasileiras —, temos visto uma inúmera quantidade de oportunidades e possibilidades de cooperação brasileira com outros países em desenvolvimento, especificamente, mas não exclusivamente, com os da África, desde a agricultura, indústria e agroindústria, à hidrologia, às comunicações, à educação básica e à educação avançada, e assim em diante. Evidencia-se que a verdadeira demanda desta cooperação está na área do comércio, na criação de recursos humanos, e poderia conduzir os africanos a um desenvolvimento tecnológico e econômico em um ponto similar ao do Brasil.

Contudo, o próprio comércio é uma atividade um tanto problemática. Existem problemas de linguagem. As instituições brasileiras, por sua vez, têm também suas limitações. Além disso, não se pode saturar um programa em particular. Por outro lado, um programa dirigido ao treinamento de professores, um programa de desenvolvimento metodológico de treinamento é perfeitamente possível. Esta é, mais uma vez, uma tarefa que as Nações Unidas podem assistir, mas na qual as instituições brasileiras — e nos referimos de modo particular ao Finep, o CNPq e outras — possuem um papel importantíssimo que poderá ser exercido no futuro.

Estes eram alguns dos aspectos que eu desejava abordar, consciente de que os senhores devem ter mais a dizer. Acredito, por fim, que o Brasil é um país que levará muito longe o esforço do CTPD e pode provar que a cooperação técnica multilateral, envolvendo não apenas os padrões Norte-Sul, mas também padrões viáveis Sul-Sul é possível, para além do perigo evocado aqui, da possibilidade do paternalismo en-

tre países em desenvolvimento, de um país, por exemplo, como o Brasil, que está emergindo em substituição a outros países. Pen-

so que isto, no estágio atual, não constitui um perigo particular, embora possa facilmente ser usado como álibi.

---

## ALOCUÇÃO

**Eduardo Albertal**

Coordenador-Geral do Programa ECIEL — Estudos Conjuntos de Integração Econômica Latino-Americana, Rio de Janeiro.

---

O Dr. Koenz abordou muito bem o tema cooperação técnica entre países em desenvolvimento. Pareceu-me que ele forneceu elementos básicos essenciais para sua compreensão. De minha parte, posso dizer que tive a sorte de estar presente no dia do nascimento da criança, no nível internacional. Não no nascimento da idéia, porque a idéia é muito antiga, e ninguém pode realmente precisar a origem das iniciativas de cooperação técnica, intelectual, econômica entre os povos.

Fala-se de períodos de intensa cooperação na África entre os diversos reinos, antes do período da colonização ocidental; fala-se também da cooperação que existia na América entre diferentes culturas indígenas americanas; a mesma coisa se poderia falar da Ásia e do que hoje é o mundo árabe. Em suma, a idéia de cooperação entre países ou sociedades em desenvolvimento é antiga.

Relativamente nova é a idéia de utilização desse instrumento num contexto político e econômico atual. E é isso que quero ressaltar, ao referir o processo que começou na ONU nos anos 1950-60 e que completa a sua primeira fase na Conferência sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, realizada em 1978, em Buenos Aires. Entretanto, faço questão de lembrar que a cooperação técnica, ou a cooperação entre países em desenvolvimento, não é apenas uma atividade, um esforço de organismos internacionais, mesmo da ONU. Essencialmente, é uma iniciativa de cada sociedade, para compreender os múltiplos interesses e para se inserir no processo ecu-

mênico. Por isso, não podemos apenas nos limitar a pensar que esse processo iniciou-se no ano de 1978 e que antigamente não acontecia nada. A verdade é que estamos numa etapa nova de uma longa caminhada.

Quando se começa a pensar como é organizada a cooperação entre sociedades em desenvolvimento, o interessante é que tem-se que dividi-la e compreender diferentes problemas. Uma coisa é a cooperação no abstrato, outra coisa é a cooperação específica, e quando se passa do abstrato ao específico entra-se no campo das instituições, no campo das especialidades, no campo dos interesses. É dentro disso que realmente estamos tentando, em distintos níveis e com diferentes atores, mobilizar, criar o intuito, a atitude necessária, para se considerar que a cooperação entre sociedades que têm problemas comuns é uma cooperação que dá um benefício recíproco e altamente rentável.

É nesse sentido que me parece que há uma inovação — surgida possivelmente ou a partir do Grupo dos 77 ou, antes ainda, com o grupo dos países não-alinhados — que é a idéia de *mutual self reliance* ou auto-suficiência coletiva, forma que é adotada em muitos lugares. Significa que se tem que estar consciente de que a auto-suficiência deve ser buscada, mas não apenas isoladamente; deve ser buscada por um grupo de países ou de institutos que tenha problemas comuns e que tenha consciência de que a resolução desses problemas se efetivarão melhor com a união do grupo.

A função da ONU, neste contexto, é a de promover, de incentivar a realização dessa cooperação, função que não pode substituir a vontade política, a vontade coletiva dos grupos que querem cooperar. É muito importante enfatizar isto aqui, porque há disseminada no seio de parcela da juventude a idéia de se buscar um mecanismo neutro, um mecanismo ideal para incentivar esse tipo de cooperação, esquecendo-se que não há substituto para aquilo que realmente pode consumir uma cooperação profunda, e que é a vontade política da sociedade.

Antes de começar esta Sessão, uma repórter brasileira me perguntou como estava o mercado comum latino-americano. Eu então lhe perguntei qual mercado comum latino-americano, porque ao que se saiba, ele não existe. A repórter lembrou a ALALC, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, que foi criada com o objetivo de ensejar um mercado comum. Ora, a ALALC não se tornou um instrumento eficaz de cooperação, porque faltou a vontade política dos governos e dos povos de entrar num longo processo de cooperação mútua, que sei não ser simples e fácil, para atenderem seus interesses comuns. Pois logo ante os primeiros obstáculos, os tratados puramente formais ficaram obsoletos e, eventualmente, foram cancelados.

Evidentemente essa realidade se aplica a todas as iniciativas; entretanto, a bem da verdade, devo dizer que há uma série de áreas onde iniciativas têm florescido, particularmente nas áreas que atingem as instituições de formação de quadros, instituições de pesquisas científicas, ou aquelas que agrupam profissionais de classe. O fato de estarmos aqui reunidos sob os auspícios do Conjunto Universitário Candido Mendes é uma prova de que existe a vontade de cooperação entre as instituições e seus dirigentes, que compreendem a importância desse processo e estão dispostos a fazer sacrifícios para verem esse processo florescer.

Depois de ter participado no processo de cooperação ao nível internacional em organismo internacional de cooperação téc-

nica, inicialmente normativo e agora também incentivador, tenho atualmente o privilégio de estar vivenciando um caso específico de cooperação entre institutos de pesquisa econômica e social na América Latina, que têm chegado à conclusão de que, unidos, eles são mais fortes para realizar uma série de fins. Esse grupo, que se denomina ECIEL (Programa de Estudos Conjuntos sobre Integração Econômica Latino-Americana), tem sua sede aqui no Rio de Janeiro, mas agrupa 57 institutos de pesquisa econômica e social em todos os países da América Latina. Alguns desses institutos são privados, outros são públicos, mas todos eles estão agindo em consequência de uma vontade política expressa de cooperar na realização de estudos comparativos de interesse para a integração e o desenvolvimento da América Latina. A existência desse tipo de organização não constitui uma experiência única. Há outras na América Latina, como o CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais), a indicarem que as condições para essa cooperação existem.

O ECIEL foi criado há 18 anos. Isso quer dizer que ele antecede à movimentação política internacional visando à cooperação e hoje ele é um exemplo do que a vontade de cooperação pode fazer.

Essa cooperação entre institutos de pesquisa não é destituída de obstáculos. Cada instituto tem diretrizes, objetivos, orçamentos e dirigentes próprios. Conseqüentemente, a organização e a eficácia desse sistema de cooperação implica a busca de esforços e métodos comuns. Felizmente, meus predecessores organizaram uma série de processos inovadores que facilitaram essa integração de objetivos com integração de programas. Refiro-me ao fato de que se tem organizado seminários de crítica metodológica sobre os trabalhos, permitindo aos pesquisadores receber os comentários e as críticas de seus colegas e, dessa maneira, apresentar progressos no desenvolvimento de suas tarefas.

Outro aspecto importante tem sido o método para a escolha de um programa de

trabalho, pois enseja a participação real de todos os associados, de todos os interessados, nas decisões, e não apenas a da cúpula. No ECIEL, isso tem sido feito através de pesquisas que visam analisar periodicamente a capacidade dos institutos-membros, seus interesses e suas potencialidades para a realização de certas pesquisas. De maneira que, quando esses institutos se reúnem e

determinam um programa prioritário, este não deixa de levar em conta os interesses da maioria, as potencialidades existentes e os interesses da região latino-americana em seu conjunto. Esse processo é muito importante, porque todo esforço de cooperação horizontal deve aprofundar e estender o método democrático de consulta e de decisão.

---

## ALOCUÇÃO

### Gerson Edson Ferreira Filho

Presidente da Finep — Financiadora de Estudos e Projetos, Rio de Janeiro.

---

Gostaria, inicialmente, de agradecer as palavras com que a Finep foi aqui caracterizada. Em segundo lugar, procurarei, como em outros lugares onde já estive, dar um resumo muito rápido do que vem a ser a Finep, especialmente para quem por acaso não a conheça.

A Finep é uma empresa que financia desde a pesquisa básica ao nível universitário até projetos de aplicação de conhecimentos em áreas tecnológicas de engenharia e que financia desde a universidade até a empresa industrial. Ela é uma empresa pública federal, fundada há 15 anos, subordinada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Comprometida com o desenvolvimento científico e tecnológico, ela trabalha objetivamente em torno de tópicos como ciência básica, ciência aplicada, tecnologia, engenharia e as aplicações correlatas a esses itens. Posteriormente, revelou-se receptiva a uma extensão do conceito de ciência que abrangesse também as Ciências Humanas e começou a apoiar, de uma maneira mais ampla, pesquisas desenvolvidas também nas áreas de Sociologia, Antropologia, História, *pari passu* ao apoio que é dado à Medicina, à Engenharia, a fontes alternativas de energia química etc.

A Finep apóia a universidade e a instituição de pesquisa com uma concepção di-

ferente. Ela não apóia bolsistas individualmente, apóia, sim, projetos de pesquisas. Um projeto de pesquisa é uma maneira de se desenvolver uma linha de conhecimento nova, para formar recursos numa certa quantidade, numa área carente, ou não, ou que precisa ser preservada. Na verdade, se a Finep identificar que está faltando especialistas em prospecção de petróleo, ela procurará induzir a universidade a criar, por exemplo, um departamento para essa especialidade, financiando então o elenco de projetos de pesquisa apresentado. Para nós não é essencial que o candidato à bolsa tenha alto mérito científico. A Finep, diretamente, não apóia o pesquisador individual, mas, se num projeto de pesquisa universitária houver interesse na participação de um grupo de pesquisadores mesmo de um outro país, não há motivo pelo qual a Finep não o financie.

A Finep vem mantendo, com uma certa regularidade, laços com organismos internacionais, pois parte dos recursos de que dispõe para alocar, sob forma de doação ou de financiamento, atualmente provém de organismos internacionais, além dos de capital próprio e dos recursos federais. Estas são, em suma, as linhas gerais do que vem ser a Finep.

Uma das mensagens que eu gostaria de

transmitir aqui é a de que nesse aspecto particular de como encontrar soluções institucionais para viabilizar idéias, o Brasil tem sido um país razoavelmente feliz. Por exemplo, quando neste ano de 1981 uma delegação do Conselho de Pesquisa Científica e Tecnológica do México visitou a Finep, curiosamente o interesse maior não se centrou apenas sobre o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil; ela ficou interessada em saber também sobre o funcionamento da Finep. Acredito que empresas como a Finep não são muito comuns na maioria dos países.

A propósito disso, houve um progresso substancial em termos técnicos no Brasil nos últimos 30 anos, se lembrarmos o que era o Brasil em 50. Foi só posteriormente que se procurou desenvolver a indústria nacional e, por essa época, criou-se o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que começou a se preocupar em fazer no país aquilo que era importado e viabilizar a existência de uma indústria nacional. A Finep surgiu como filha do BNDE, com o objetivo de estimular o desenvolvimento da pesquisa tecnológica, já que se por um lado assistimos a um crescimento sem precedentes da indústria, por outro tínhamos que gastar grandes somas de dinheiro com o pagamento de *know-how*. Penso que muitos outros países poderiam trilhar seus próprios caminhos, aproveitando o que nós fizemos, o que deu certo e sem os erros que nós cometemos. É necessário, contudo, que esses países tenham a preocupação também de organizar sistemas que incentivem o desenvolvimento interno da ciência e da tecnologia.

Na verdade, imagino que um sistema de incentivo à ciência e à tecnologia tenha um órgão central de política que defina o que os países devem perseguir, seja incentivando a universidade, seja possibilitando o surgimento de institutos de pesquisa que abriguem pesquisadores, seja proporcionando o surgimento de quaisquer instituições de pesquisas que sirvam de infra-estrutura para que o intercâmbio fique mais fácil de acontecer. De modo que qualquer consideração técnica a nível de nações emergentes deve

ser entendida como muito desejável, principalmente se se conseguir trocar informação técnica sem necessariamente se pretender exportar padrões de consumo.

Para haver cooperação internacional efetiva no plano técnico, é importante que haja uma linguagem comum bem definida entre transmissor e receptor. Para que eu consiga transmitir para o meu colega africano coisas que eu sei e possa aprender dele coisas que ele saiba, é muito importante que nós tenhamos um denominador comum de linguagem, um denominador comum de conhecimentos capaz de fazer com que esse encontro fertilize.

Mas, não obstante a cooperação técnica entre países e entre instituições ser desejável e já ser feita em caráter, digamos, experimental, isso ainda não é muito significativo se atentarmos para o seu potencial.

Outro aspecto importante que deve ser levado em conta é a cooperação internacional na formação de recursos humanos. Tenho a impressão de que tanto os órgãos internacionais, como os órgãos nacionais que estejam já num estágio avançado, deveriam, respeitando todas as características culturais das outras nações, se esforçar para multiplicar os recursos humanos em todos os países abaixo do Equador.

Um outro aspecto merece também ser observado, pois me parece mais complicado, no âmbito de relações de intercâmbio entre países em desenvolvimento. Trata-se do problema do balanço de pagamento equilibrado. Frequentemente nós produzimos as mesmas coisas que os nossos vizinhos com os quais gostaríamos de ter maior intercâmbio. Entretanto, acabamos sendo competidores no mercado internacional, não raro levados a competir de maneira inadequada por interesses maiores, que estão acima do Equador e que controlam esse mercado.

Por fim, eu gostaria de dizer que a Finep se dispõe, sempre que solicitada, a continuar colaborando, na medida das suas possibilidades, com iniciativas de países amigos que se disponham a enviciar esforços na área tecnológica ou científica.

## ALOCUÇÃO

Milton Santos

Geógrafo. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A cooperação, que significa trocar, ou pelo menos disposição de dar e de receber técnica, significa também fazer coisas que mudam outras. Daí muita gente dizer que as técnicas são muitas vezes portadoras de veneno. No caso da África, nas suas relações com os países do Norte, a questão se agrava. E se agrava porque o que se dá com a chegada das técnicas, que são portadoras de civilizações, é que mudam os topos das diversas histórias contidas na História, ao mesmo tempo contendo diversos tempos que são as vezes perturbadores do próprio processo político.

Todo mundo sabe que os países são, de uma ou de outra forma, regidos por sua geopolítica ou pela geopolítica dos outros; só que as geopolíticas são um *grand dessein*. Esses *grand dessein* que outros países têm em relação a alguns e alguns em relação a eles próprios, são modificáveis nas frações do tempo e nas frações do espaço. De tal maneira que o geógrafo, para sê-lo realmente, é exatamente o geopolítico, no sentido de que ele estará preparado para sugerir essas correções nas frações do tempo e nas frações do espaço que os *grand dessein* da geopolítica não podem alcançar. Ora, a técnica, por conseguinte, que é técnica de fazer coisas, mas também de fazer um país e a forma como se faz um país ou como se refaz um território de um país, termina por determinar a forma como a sociedade e a política de um país é feita, além de quando não a economia, porque as proporções e o território determinam proporções na economia, já que elas próprias são um fator político. A técnica parece, então, um cavalo de Tróia (perdoe-me o representante do Banco Mundial aqui presen-

te), aquele que levaram para certos países africanos.

Duas coisas muito importantes, aqui assinaladas, merecem que se faça uma distinção: uma é a questão da elaboração das tecnologias e a outra é o pensar a técnica. São duas coisas diferentes que devem participar da nossa preocupação de colaboração.

A elaboração da tecnologia, ao que se saiba — e as estatísticas das Nações Unidas não nos deixam mentir — é feita sobretudo nos países do Norte, especialmente as tecnologias preparadas para nós do Sul, porque aquelas tecnologias que nós próprios elaboramos são postas juntas numa reelaboração inteligente, suave e sagaz e, por que não dizer, elogiável do ponto de vista dos que as fazem, e de novo transmitidas. Mas não há transmissão de técnicas nem de tecnologias com vara de condão. As tecnologias são trazidas por vetores econômicos e políticos, a maior parte dos quais as Nações Unidas, através do PNUD, não comanda. São, sim, comandados de um lado pelas Nações Unidas e, de outro, pelos bancos, pela finança internacional, que não tem preocupações com as realidades locais e que, por isso mesmo, desorganiza o que seria possível organizar.

Um aspecto não abordado aqui ainda é o aspecto do *modus faciendi*. Referimo-nos a essa troca de tecnologias como amável, tão amável quanto a nossa troca de palavras. Na verdade, porém, o comércio internacional é uma guerra. Ora, a história sendo feita através das tecnologias, numa fase em que a tecnologia se tornou autônoma ao mesmo tempo em que a produção também se tornou, faz correr perigos muito grandes, ainda que sob o propósito de fundar o diálogo Sul-Sul.

Um dos interlocutores desse diálogo é o comércio (incluindo a indústria, pois ela é parte do comércio), e não se pode pedir, nem Marx o pediu, que os comerciantes e os capitalistas sejam amáveis com aqueles com quem tratam. Essa transmissão de técnicas se faz por intermédio dos organismos internacionais, e é evidente que há uma dialética interna aos organismos, que ora têm uma tendência a ser mais próximos do Sul, ora têm tendência a complicar a vida dos países do lado de cá do Equador. Todos sabemos que o Banco Mundial, grosso modo, é uma provocação e que foi ele que começou a estabelecer a nova ordem mundial. Uma das maneiras pelas quais esta nova ordem mundial foi estabelecida contra o interesse do Sul se deu exatamente através da organização do espaço. Eis por que um geógrafo pode falar sobre problemas da técnica, pois a técnica só se realiza quando ela se geografiza.

Uma outra maneira de estabelecer a nova ordem mundial seria através dos organismos nacionais, entre os quais a universidade, com a chamada colaboração bilateral. A universidade precisaria ter autonomia, concordo com o presidente da Finep. Devo dizer também que a universidade que não é autônoma não pode manter uma colaboração correta com países que buscam a sua autonomia, porque uma universidade que não dispõe dos meios para fazer a sua pesquisa — ou se os dispõe, está subordinada a contratos, às vezes generosos, mas que duram apenas dois anos — nem sequer pode fazer pesquisa. Isso significa que ela não tem o direito de pensar. É o que me ocorre e que talvez não tenha passado pela cabeça do estimado presidente da Finep.

Por outro lado, nós sabemos que os institutos de pesquisa são a mola do indivíduo, e a pesquisa independente, por sua vez, tem uma incompatibilidade fundamental com as instituições, embora tenha a tendência a se agregar a elas de maneira perversa.

O diretor do ECIEL, Sr. Eduardo Albertal, falou do CLACSO, que havia antecipado o ECIEL. Espero que o ECIEL não ape-

nas tenha sucedido ao CLACSO, mas que a tenha enterrado, pois através de um jogo perverso de instituições ela permanece a comandar a elaboração do pensamento latino-americano contra os interesses da América Latina. O CLACSO era um fator — porque imagino que o CLACSO também está mudando — de retardo fundamental na elaboração teórica e no conhecimento prático das nossas realidades.

É evidente que, com esse tipo de instituição, não temos autoridade para trabalhar com países de outro continente, sobretudo os da África. Em várias oportunidades e em circunstâncias diversas, pude apreciar a evolução dos intelectuais africanos com um traço constante, que é o da fidelidade muito maior do que aquela que nós, pobres ocidentais, temos às nossas glebas. Certamente, o reconhecimento ao nosso trabalho é sobretudo ditado de fora. Sinto-me à vontade para dizê-lo, porque o prestígio do meu trabalho no Brasil vem muito menos desse trabalho e muito mais por ter trabalhado fora. Ora, o trabalho fora é deformador, mesmo quando não somos financiados por fundações perversas. Ainda que possamos trabalhar com recursos de nossos próprios países, ou com nossos próprios recursos, o sistema de prêmios que nos é imposto como forma de subir na carreira — a efetivação nos cargos, a participação em congressos, as citações, todo esse alimento que faz a nossa "grandeza" — subordina, em grande parte, a nossa atividade intelectual e elimina às vezes a possibilidade de uma colaboração correta. Por conseguinte, meus caros colegas da América Latina, cuidado, cuidado com os intelectuais. Eu me permito falar de intelectuais porque esta reunião me parece que é o *intermezzo* entre uma discussão puramente intelectual e uma discussão que deixou de correr o risco de ser puramente técnica.

O papel dos intelectuais, e eu me encontro entre eles, é o de manter a independência de pensar e de exprimir o pensamento, custe o que custar. O que está faltando, no caso do Brasil, é justamente a criação dessa classe intelectual. Nós não temos no país

uma classe intelectual. Temos grupos de intelectuais amamentados por instituições de fora e de dentro e que criaram uma linguagem opaca, a maior parte das vezes ininteligível, pelo simples fato de que, acostumados uns aos outros no ombreado cotidiano, esses intelectuais são incapazes até de se exprimir na língua portuguesa.

Portanto, é preciso que haja uma reforma fundamental, e eu espero que a Finep colabore, assim como espero que o CNPq, essa outra instituição irmã da Finep, faça-o na mesma direção. Aí sim nós vamos poder começar a falar em cooperação bilateral.

Considero essa reunião como a primeira parte, um aperitivo, *un divertissement culturel*, e penso que é urgente que a segunda parte comece, terminados os apertos de mão, as trocas de cartões de visitas. Não bas-

ta ir para casa de consciência leve. Vamos começar a trabalhar. Já nos conhecemos. Podemos escrever cartas uns aos outros. Podemos igualmente convidar-nos, com os recursos que nos forem dados por instituições locais e estrangeiras, para que nos debruçemos sobre a realidade de cada país, de maneira a dar uma ajuda bastante substancial, na medida da força que cada um tenha, e para que a chegada da técnica seja acompanhada não só do que comumente se chama técnica, mas também de outras como as técnicas políticas, as técnicas culturais, as técnicas da convivência humana, sem as quais o que vamos fazer é ajudar, através desses cavalos de Tróia que são os enormes objetos portadores das técnicas modernas, a destruir os países nos quais iremos trabalhar.

---

## ALOCUÇÃO

Maria Izabel E. Abdenur

Assessora para a Cooperação Técnica da Escola de Administração Fazendária, Ministério da Fazenda, Brasília.

---

Esse projeto nasceu de uma solicitação das Nações Unidas. Essa solicitação consistia em que a Escola Superior de Administração Fazendária elaborasse um curso de administração pública e gerência, para atender as necessidades e os objetivos dessa clientela específica, que são os países africanos de língua portuguesa. O objetivo, portanto, do curso é dar aos participantes conhecimentos específicos na área de administração pública e gerência, dentro da política brasileira de compartilhar as suas experiências com aqueles países que tenham situações relativamente semelhantes às nossas. Importante enfatizar que esse curso não era oferecido regularmente pela ESAF, e, portanto, houve todo um trabalho de reflexão, de elaboração de pesquisa, com a finalidade de montar um programa que realmente fosse adequado às necessidades desses países.

Em primeiro lugar, eu gostaria de esclarecer que minha apresentação vai ser antitética, depois da apresentação do Prof. Milton Santos. E também gostaria que minha exposição fosse vista como um depoimento de uma experiência que está sendo desenvolvida nesse momento. Ela não inclui aqui nenhuma teorização, será basicamente descritiva.

Especificamente, vou falar de um projeto de cooperação técnica do Brasil com os países africanos de expressão portuguesa; cooperação esta que está sendo desenvolvida pela Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), que, para aqueles que não estão familiarizados com as instituições brasileiras, é o órgão superior de treinamento do Ministério da Fazenda e cuja sede está em Brasília, com ramificações por todos os Estados da Federação.



Uma primeira preocupação da Coordenadoria do curso — e eu aqui também gostaria de esclarecer que esse projeto está sendo desenvolvido especificamente dentro da Assessoria de Cooperação Técnica da Escola de Administração Fazendária — foi, em face de ser algo novo para a ESAF, justamente o de preparar o pessoal, particularmente os professores, que estaria envolvido nesse projeto, a fim de que se pudesse atender às necessidades específicas. Esse projeto teve a colaboração de um assessor pedagógico, que não só contribuiu na elaboração do conteúdo programático, como também tem contribuído, ao longo do projeto, dando consultoria pedagógica aos participantes.

O presidente da Finep falou aqui na necessidade de se encontrar um denominador comum de conhecimentos. E foi um pouco com esse espírito que se fez o trabalho de preparação das pessoas, através da coleta de informações, distribuição de material informativo sobre os países dos participantes, troca de idéias com outras instituições que já tinham experiência desse tipo e uma palestra com especialista do Ministério das Relações Exteriores. Esse trabalho foi muito útil, na medida em que deu um certo preparo às pessoas envolvidas nesse projeto.

O outro ponto que eu gostaria também de enfatizar é que, na medida em que era um projeto sob encomenda, o programa do curso só foi elaborado a partir do momento em que a Coordenadoria do curso recebeu o *currículum vitae* dos participantes. Como era um projeto apoiado pela ONU, a indicação dos participantes partiu dos respectivos governos, e a seleção foi feita pelas Nações Unidas, que se ocupou também dos trâmites de documentação etc.

O exame do *currículum vitae* desses participantes revelou, como aliás era já esperado, que se tratava de um grupo extremamente heterogêneo, com o que buscamos elaborar um projeto que pudesse atender aos interesses objetivos desse grupo tão heterogêneo. Os participantes são heterogêneos não só do ponto de vista da sua formação, como também da sua área de atua-

ção. Apenas para ilustrar aqui, esse curso, que teve início a 2 de fevereiro deste ano [1981] e que deve durar até princípios de dezembro, conta com oito participantes africanos (três de Angola, três de Moçambique e dois da Guiné-Bissau); são todos funcionários públicos de nível médio e atuam em setores bastante distintos, como, por exemplo, um deles que é diretor de pessoal das Linhas Aéreas Moçambicanas, outros que são do Ministério das Relações Exteriores de seus países etc. Para atender, então, a essa necessidade, a Coordenação do curso julgou apropriado montar um programa que desse a essas pessoas não só um embasamento teórico, que seria de toda maneira essencial, mas também uma visão real que lhes possibilitasse um aproveitamento amplamente satisfatório.

Em seguida, outro aspecto dessa programação que, a meu ver, é extremamente importante é a preparação à volta ao trabalho. Nesse sentido, ao final do treinamento, reuniremos o grupo para uma avaliação final do aproveitamento e para uma troca de idéias e impressões. Como cada um terá feito um estágio numa área diferente, precisa-se fornecer-lhes os instrumentos para que possam desenvolver as linhas em que eles pretendem aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso. Finalmente, um ponto também que eu acho que será importante na medida em que nos dará uma realimentação sobre esse programa, um questionário será enviado a esses participantes, pelo menos três meses após o retorno a seus países de origem, para que eles possam fazer uma avaliação objetiva.

Outro ponto que merece ser mencionado é o fato de que a Escola achou que, para tanto esforço despendido no preparo de um programa desse tipo, seria lamentável que um número maior de pessoas não pudesse se beneficiar. Então, depois de consultas aos órgãos competentes, o curso foi feito para funcionários públicos brasileiros, e tivemos, inicialmente, duas participantes brasileiras, posteriormente reduzida a uma. Contudo, e quero ressaltar isto, foi extremamente importante a presença dessa

participante brasileira, na medida em que tem servido como elemento de integração do grupo.

A parte programática do curso foi dividida em diversas fases, mas sobre isso não vou falar, porque acho que seria desnecessário e também cansativo para os ouvintes. Mencionaria, não obstante, que uma das preocupações iniciais que tivemos foi a de fazer um trabalho de adaptação do participante recém-chegado. Dentro desse princípio, nós nos preocupamos em elaborar um programa do qual constou palestras sobre Brasília e um *tour* pela cidade, para que eles pudessem se localizar, além de duas palestras sobre o Brasil, para que eles tivessem a oportunidade de se informar plenamente sobre a nova realidade com a qual iriam conviver por pelo menos 11 meses.

O curso está sendo feito com todas as disciplinas que se pode imaginar dentro de um programa destinado a formar administradores e gerentes. Certamente a coordenação tem consciência de que o conteúdo é muito extenso e que dificilmente esses participantes teriam condições de absorver toda essa quantidade de informações. Por outro lado, o nosso objetivo só terá sido cumprido se esses participantes puderem levar a nossa experiência de volta para casa. E, nesse sentido, então achamos que mesmo o leque extenso de disciplinas pode ter sua utilidade, na medida em que abra uma série de janelas para essas pessoas. Mesmo que não absorvam todo o conteúdo, mas se já puderem identificar o problema e situar dentro de que disciplina esse problema pode ser resolvido, isto terá sido uma conquista. Assim, uma outra ênfase que nós demos foi a da técnica de estudo. Constituída em disciplina, fez parte do currículo no início do curso, e a ela atribuímos um valor muito importante, porque se esses participantes tiverem condições de aprender a pesquisar, a estudar de uma maneira sistemática, poderão, segundo o interesse de cada um, aprofundar os conhecimentos que foram oferecidos aqui, ainda que tenham sido dados, pela limitação de tempo, de uma maneira superficial. Para tanto, inclu-

sive, consideramos importante que eles adquiram as referências bibliográficas e que sejam estimulados a levar de volta essas referências. Afinal, não faria muito sentido que, por problema logístico de excesso de bagagem, eles deixassem esses livros aqui adquiridos. Aliás, a Escola está pensando em certos arranjos financeiros, justamente para possibilitar o transporte desses livros, que, acreditamos, será uma fonte importante de consultas.

Mas voltando a relatar como se está desenvolvendo o curso, os alunos têm, além da parte teórica em sala de aula, uma visão de como as coisas se processam na prática, com a intenção primordial de não se deixar perder nunca a relação teoria-prática e dentro daquele espírito de compartilhar as nossas experiências. Uma série de visitas a repartições públicas federais e a empresas privadas têm sido providenciadas, para que eles vejam como, no Brasil, funcionam certos mecanismos de administração. Outra preocupação é fornecer-lhes estágios supervisionados. Então, cada participante fará um estágio de aproximadamente dois meses e meio em um órgão, dentro da área de atuação de cada um, em regime de tempo parcial, porque a Escola não considera uma boa idéia perdê-los inteiramente de vista durante essa temporada. Além dessas visitas em Brasília, o programa também está procurando oferecer viagens fora de Brasília, pois achamos que a permanência desses participantes apenas em Brasília não lhes daria uma idéia real do Brasil.

Antes de finalizar, gostaria ainda de mencionar duas coisas. Em primeiro lugar, para todo o programa estabeleceu-se, como rotina, uma reunião de acompanhamento, na qual esses alunos tenham a oportunidade de se manifestar sobre o que lhes está sendo oferecido. Isso dentro daquele espírito de que o que estamos fazendo não é uma doação, mas efetivamente uma troca, pois nós também podemos nos beneficiar das experiências dos participantes. Essas reuniões, com efeito, têm sido muito úteis, não só no sentido de adequar o curso realmente às necessidades, como também de

permitir a troca de idéias. Finalmente, a Coordenadoria tem-se preocupado com que a estada e a experiência desses participantes africanos seja a mais proveitosa possível, não se esquecendo de aspectos como o lazer, possibilitando assim uma série de facilidades nesse sentido.

Encerrando minha apresentação, que, como eu preveni no princípio, seria muito restritiva, gostaria de dizer que, embora estejamos a meio caminho e portanto não

possamos falar ainda em termos definitivos, desde já consideramos a experiência válida, na medida em que podemos sentir que está se efetivando essa troca que se persegue. Esperamos, então, que esse projeto possa se repetir, evidentemente com todos os ajustes que terão que ser feitos, já que é uma atividade pioneira, e que possa servir de estímulo a outros projetos, similares ou não, de outros organismos, de outras instituições brasileiras.

---

## ALOCUÇÃO

William Clark

Senior Adviser for the President, Banco Mundial,  
Washington, D.C.

---

Como representante do Banco Mundial, vim aqui apenas para ouvir e aprender. No entanto, sinto-me muito grato pela oportunidade de tecer alguns ligeiros comentários. Antes, porém, gostaria de desculpar-me, porque talvez me estenda um pouco além dos limites do tema cooperação técnica entre países em desenvolvimento.

O fato é que eu deveria acrescentar que tomei cuidadosamente nota dos comentários picantes do Prof. Milton Santos sobre o *intrusion horse* na África. Efetivamente, com muita frequência, o papel do Banco é exageradamente enfatizado no mundo. Vejamos alguns números, por exemplo.

Pode parecer que o Banco emprestou um enorme volume de recursos (12 bilhões de dólares) em 1981. Ora, este valor talvez não seja mais do que dez por cento das necessidades de capital por parte dos países em desenvolvimento. Tomemos um exemplo muito mais próximo. Tomemos o Brasil. Crê-se que o Banco é um organismo que, neste país, desempenha um papel muito importante. Contudo, na prática, em termos de requisitos de capital externo do Brasil, os empréstimos bancários ao Brasil provavelmente não excedem muito os dois

ou três por cento dos seus requisitos de capital externo.

Por outro lado, observemos a assistência técnica, a cooperação técnica. Aí, mais uma vez, o Banco não é um organismo de assistência técnica. Referimo-nos ao PNUD, que tem a maior responsabilidade nesta área. O que fazemos tem simplesmente a ver com o curso de alguns de nossos projetos, e eu lhes direi, mais adiante, de que maneira estamos realmente procurando assegurar que os países em desenvolvimento tenham um papel bem maior na execução dos programas do Banco. Mas, assistência técnica em 140 projetos por ano, que é o limite das operações do Banco, não é muita coisa. Portanto, imaginei que deveria remover esses senões do caminho, antes de prosseguir com meu discurso, de modo que tivéssemos um sentido da perspectiva relacionada com os bancos, e é importante fazê-lo bem ou mal.

Eu gostaria, então, de dividir minha fala em duas partes. Em primeiro lugar, por que deveria o Banco interessar-se, afinal, pela cooperação entre países em desenvolvimento? E, em segundo lugar, o que foi de fato realizado pelo Banco em termos de coope-

ração técnica, que é um esforço modesto, entre países em desenvolvimento?

O Banco, com toda franqueza — e posso lhes dizer, de forma definitiva —, está interessado na cooperação entre países em desenvolvimento, assim como também interessa-se por qualquer meio, ou enfoque, ou mecanismo que favoreça o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Ele realizou alguns estudos sobre as perspectivas dos países em desenvolvimento. Em 1978, foi editado o *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, que se encontra agora na quarta edição, e nas quatro edições a mensagem para os países em desenvolvimento, e em particular para os países mais pobres em desenvolvimento, para a década de 80, está mais do que clara. As perspectivas se mostram bastante sombrias. O crescimento será mais lento do que na década de 70. Principalmente para os países mais pobres — e em especial me refiro aos meus irmãos africanos dos países mais pobres, na África subsaariana —, as perspectivas são o que os economistas chamam de taxa de crescimento negativo. Que significa isso? Que não se cresce absolutamente, que não há crescimento projetado para a década de 80. Na prática, isso significa a continuação da pobreza, da pobreza absoluta; significa desnutrição, fome, inanição; significa um futuro muitíssimo sombrio, muito desanimador para a África. Para a América Latina, as coisas se apresentam um pouco melhores. As projeções são, em todos os lugares, de taxas de crescimento de até 5,7 e 6 por cento, e na realidade o Brasil demonstrou, na década de 70, uma notável capacidade de crescimento. (E eu gostaria de congratular-me com o Brasil a respeito deste seu grande desempenho, em que foi capaz de mostrar que o crescimento *per capita* de seis por cento é possível nos países em desenvolvimento.)

Mas as diferenças entre a África e o Brasil são bem evidentes. Na África, temos problemas de capital, de capital barato, ou de obtermos aquilo que se chama de assistência oficial ao desenvolvimento, ou seja, são países que não podem se dar ao luxo de

tomar emprestado no mercado de capitais do mundo, mas que têm que conseguir dinheiro literalmente garantido. E no mundo atual tal dinheiro não se encontra mais disponível na escala exigida pelos países africanos. Em segundo lugar, a capacidade de exportar para o resto do mundo está muito reduzida na África, que é obrigada a depender de produtos primários, que são muito mais seriamente restringidos por política, em particular na Europa, sob o sistema agrícola comum. Portanto, as perspectivas africanas de crescimento nas exportações agrícolas são muitíssimo pessimistas.

Não obstante, estamos criando o tipo de mundo que teremos na década de 80, o tipo, em particular, para os países mais pobres da África, e que exige extraordinários esforços. É o tipo de mundo em que idéias novas e inovadoras são bem-vindas. Daí eu estar aqui.

Estou aqui para ouvir e aprender e para ver o que as novas idéias de cooperação podem realmente possibilitar em termos de melhoria dessa perspectiva sombria e pessimista que acabo de traçar. Bem, nós mesmos, no Banco, temos divisado alguma esperança em termos de cooperação entre países em desenvolvimento, e esta tem sido apenas um pálido lampejo. Mesmo assim, existe um lampejo de esperança, o qual eu gostaria talvez de partilhar com vocês.

Em nossos relatórios sobre o desenvolvimento mundial, temos demonstrado que o comércio entre países em desenvolvimento, o comércio Sul-Sul, tem se desenvolvido muito mais rapidamente do que o comércio entre o Sul e o Norte, o que é um fator positivo para o futuro. É o primeiro elemento de certa importância. E achamos que a integração regional poderia auxiliar o desenvolvimento desse comércio exterior.

Assim, temos assistido, em diversos casos, o desenvolvimento regional. Naturalmente, vocês todos sabem muito bem que o Banco tem prestado assistência dentro da comunidade africana oriental, sem muito sucesso, por uma série de razões. Mais recentemente, porém, o Banco tem prestado ajuda técnica e de outros tipos à Comuni-

dade para o Desenvolvimento da África Meridional, composta por nove Estados meridionais, a qual tem sido de enorme importância. Eu próprio assisti, representando o Banco, a uma reunião em Maputo em que se discutiu a possibilidade de cooperação na área de transportes e comunicações. De nossa parte, acabamos de instalar uma comissão na capital moçambicana e estamos muito esperançosos de que esses fatos venham a apresentar alguns sinais de real desenvolvimento. Acompanhamos, com muito cuidado, as idéias africanas contidas no Plano de Ação de Lagos, que estabeleceu uma estratégia de desenvolvimento para a África até o ano 2000, com a idéia de criar um mercado comum na África integrando o continente, o que nos faz pensar ser ele um plano muito visionário. Temos sido convidados pelos ministros africanos e pelos governos a estudar o que o Banco poderia fazer a mais curto prazo, para ajudar a contornar essa situação desesperadora que a África atravessa.

Com essa idéia, o Banco vem de concluir um estudo sobre a África e sobre as perspectivas para a África subsaariana, sobre como se poderia acelerar o ritmo de desenvolvimento da região. Posso garantir-lhes que as idéias nele contidas estão inteiramente de acordo com o pensamento africano, em termos de sua própria estratégia de desenvolvimento até o ano 2000.

Sobre a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento, o Banco não é um organismo de assistência técnica, não é um organismo de desenvolvimento. Mas o Banco assistiu à Conferência de Buenos Aires. E, depois de Buenos Aires, ele assumiu de-

terminados compromissos, no sentido de tentar reforçar nos países em desenvolvimento as indústrias que recorriam a ele. Com tal idéia em mente, realizamos uma série de levantamentos através de seminários com essas indústrias. Tivemos um no Brasil e também um na África Ocidental, incluindo Camarão, Senegal, Alto Volta e Serra Leoa. Obtivemos, também, informações acerca da capacidade dos serviços locais de consultoria, objetivando fortalecer esses serviços. Ele mantém registros computadorizados de todas as firmas de consultoria do mundo, desenvolvido e subdesenvolvido, e todo tipo de esforço vem sendo feito para estimular os países em desenvolvimento a utilizarem os serviços de consultoria.

Estes são, em suma os rápidos comentários que eu tinha a fazer. Mas, me permitam ainda uma última observação sobre o assunto. Acredito que, em última análise, não é a instituição que é importante, não são os bancos mundiais ou as Nações Unidas ou o PNUD; são os governos soberanos que importam. É a vontade política soberana de parte de países como o Brasil. E é por esta razão que me deixei entusiasmar tanto por esta atividade que temos, hoje, neste Seminário. Pois vocês contam com um país, o Brasil, vocês contam com um número de países na África que decidiram reunir-se para trocar idéias de forma concreta, porque é somente nesses contatos claramente bilaterais, sobre matérias sólidas e concretas, que a cooperação entre países em desenvolvimento realmente ocorre, de forma a favorecer o desenvolvimento desses países.

**3.ª SESSÃO**

**A COOPERAÇÃO CULTURAL  
AMÉRICA LATINA—ÁFRICA**

---

## ALOCUÇÃO

**Santos Cuyugan**

Diretor da Divisão para o Desenvolvimento Internacional  
das Ciências Sociais da Unesco.

---

Devo pedir desculpas por ter que falar em inglês. Minha fala em inglês é um exemplo da necessidade de maior cooperação cultural no mundo, porque se houvesse maior cooperação entre minha região, o sudeste asiático, e o resto do mundo, eu poderia estar falando aos senhores em português. Além disso, vim com a finalidade de ouvir e aprender. Como representante do organismo internacional que é a Unesco, nossa tarefa é, a despeito de nossas necessidades, sejam elas quais forem, de aparecer somente quando necessário de todo; e certamente, quando formos menos necessários, não apareceremos na primeira linha. Ora, parece-me que quando os gigantes do mundo em desenvolvimento, como o Brasil, e o gigante a despertar, que é a África, estão tomando a iniciativa, então não somos tão necessários.

O tema cooperação cultural, naturalmente, é algo muito interessante, especialmente quando se refere às relações entre a América Latina e a África, dois continentes que, segundo dizem os geólogos, foram outrora um só. Assim, abre-se uma nova era de cooperação, e isso é muito gratificante de se ver na América Latina.

Recentemente, dois países tomaram a iniciativa a esse respeito. Um foi, naturalmente, o Brasil. O outro é Cuba. Agora a eles vêm se juntar o México e a Venezuela. Para nós, é muito confortador verificar que isso vem se desenvolvendo, uma vez que, no que diz respeito à Unesco, há muito es-

távamos interessados em promover as relações entre povos, e esta é uma de nossas principais tarefas, que é a de construir pontes entre nações e povos para uma compreensão mútua, cooperação para a paz e o desenvolvimento.

Entre outras coisas que temos procurado perseguir, está a contribuição para a preservação da herança cultural comum da humanidade e a contribuição para a identificação cultural e para estimular a capacidade dos povos de resolver seus próprios problemas, através do que denominamos desenvolvimento endógeno. Com relação à cooperação cultural, especialmente entre países do Sul e entre regiões do Sul, ela constitui tarefa essencial. E nós, da Unesco, faremos questão de apoiar tais iniciativas, na medida em que pudermos.

A cooperação cultural apresenta muitas dimensões, que estou certo de que os oradores irão cobrir esta noite. Mencionarei, simplesmente, que elas envolvem dimensões educacionais, literatura e artes, ciência e tecnologia, ciências sociais. A reconstituição de relações históricas e os vários tipos de cooperação cultural contribuem para outros campos, como o político e o econômico, e é desnecessário dizer que as relações seja na esfera econômica ou política, seja na esfera cultural, todas contribuem entre si, podendo-se desenvolver qualquer objetivo por essas relações, dependendo da vontade.

---

## ALOCUÇÃO

**Kabengele Munanga**

Responsável pelo Setor África do Museu de Antropologia e Arqueologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

---

O problema da cooperação está no centro das exposições e intervenções que foram feitas até agora e que continuarão a ser feitas nesta Sessão. Com muita competência e eloquência, evidenciaram-se a necessidade e a urgência dessa cooperação. As relações histórico-culturais, os laços de parentesco cultural, o subdesenvolvimento e a pertença ao chamado Terceiro Mundo, o colonialismo cultural, a alienação mental e colonial etc. foram alguns dos elementos citados como passíveis de serem capitalizados positivamente para realizar essa cooperação, enquanto as diferenças e especificidades que nos caracterizam devem ser aprofundadas e capitalizadas para que haja respeito mútuo e para que seja evitado construir castelos na areia. No seu discurso de abertura do Seminário, o Magnífico Reitor, Prof. Cândido Mendes, ilustrou com muita clareza e competência a presença africana na configuração sócio-econômica e sócio-cultural dos países da América Latina e, vice-versa, as contribuições latino-americanas na civilização africana. Nesse sentido, eu nem teria muita coisa a trazer que não tenha sido dito, e ninguém duvida da necessidade dessa operação.

A questão essencial, a meu ver, seria apontar, discutir as condições de efetivação dessa cooperação.

É muito complexo falar de cooperação cultural, pois todas as questões tratadas e a serem tratadas neste Encontro — relações políticas, tecnológicas, econômicas, históricas etc. — pertencem ao domínio da cultura e podem ser objeto de consideração cultural. Considerarei a cultura apenas no seu aspecto de conhecimento, de busca e de transmissão do aspecto científico. Acredito que a cooperação cultural no domínio cien-

tífico é urgente e prepararia o caminho para uma cooperação mais ampla.

Para mostrar a possibilidade da realização dessa cooperação cultural, tomaria apenas alguns exemplos. No domínio das ciências humanas, no momento em que os cientistas africanos de boa vontade estão conjugando seus esforços para escrever a verdadeira história da África, eu acho que outros aspectos dessa verdadeira história devem ser buscados do outro lado do Atlântico, ou seja, na América Latina, uma vez que a escaividade faz parte do processo histórico dos povos da África e da América Latina.

Alguns elementos de culturas africanas hoje desaparecidas, podem ser reencontrados na diáspora. Cientistas, pesquisadores latino-americanos, preocupados com o estudo das fontes da sua cultura, particularmente no seu aspecto africano, se referem principalmente às teorias elaboradas pelos africanistas europeus, no momento em que o conceito epistemológico e metodológico de muitas dessas teorias está sendo colocado em questão. A cooperação é desejável para evitar esse vício deformante que os latino-americanos têm da África, e vice-versa, referindo particularmente aquilo que aqui foi dito pelo Prof. Manuel Ruiz, do Colégio do México, e pelo Prof. Hélio Jaguaribe. Toda a teoria sociológica sobre o desenvolvimento, muitas vezes colocada pronta, enlatada, à nossa disposição pelos países desenvolvidos, necessita de uma reflexão comum dos cientistas do Terceiro Mundo.

Grande parte dos países da África e da América Latina vive entre os trópicos e tem problemas comuns ligados à medicina tropical, tipo de doença comum e de saúde pública que deve ser objeto de coopera-

ção científica. Não adianta nós, particularmente os africanos, mandarmos nossos médicos formar-se nos EUA com aparelhos sofisticados, se não há possibilidade de utilização desses aparelhos; já uma experiência entre países subdesenvolvidos daria resultados mais positivos.

Um domínio possível de cooperação científica é o domínio que nós chamamos hoje de sistema alternativo de cura, a medicina alternativa que pertence ao campo da antropologia médica. A Unesco desenvolve, na África, pesquisas importantes sobre a medicina alternativa, particularmente no domínio da doença mental. Parece que essa medicina tradicional africana é muito mais

adiantada na cura da doença mental do que a medicina ocidental ou norte-americana. Esse tipo de medicina alternativa está sendo também desenvolvida no Brasil nos terreiros de candomblé, de umbanda ou de macumba. Acho que também a cooperação científica nesse domínio cultural é importantíssima.

De maneira isolada, essa cooperação cultural já existe entre alguns países, particularmente entre o Brasil e alguns países da África, através da política de bolsas de estudos. Entretanto, isto ainda é insuficiente, e o que falta é uma política geral concertada.

---

## ALOCUÇÃO

**Hevor Koffi**

Professor da Universidade de Benin, Togo.

---

No tema das relações de cooperação cultural entre a América Latina e a África, pretendo falar da importância que têm as línguas nessa cooperação. E para começar, vou fazer uma confissão. Costumo apresentar-me como um professor de português na nossa Universidade de Benin, no Togo, mas na realidade não sou especialista em língua portuguesa, sou formado em espanhol. Na matéria de língua portuguesa, pareço, como diz o provérbio francês, um torto no país dos cegos. Então, solicito a indulgência da assistência para o meu falar em português.

Consideramos as línguas como um veículo indispensável para transmitir a cultura, indispensável à comunicação entre os homens. O ideal seria falarmos todos a mesma língua; infelizmente, isso não é possível. Daí a necessidade, a obrigação recíproca de aprendermos a língua um do outro. Nesse sentido, decidimos, na Universidade de Benin, ensinar o português junto com o espanhol, que não é um problema para nós,

porque em muitos colégios do nosso país ele já era ensinado como segunda língua.

Quando a primeira delegação, a primeira missão universitária do Benin chegou ao Brasil, notou que em muitas áreas o Brasil tinha resolvido muitos problemas que nos interessavam, e essa missão, quando voltou, decidiu então que o ensino do português aos professores, estudantes e pesquisadores de lá seria uma operação muito proveitosa. E começamos com esse pequeno grupo.

A responsabilidade do ensino de português coube a mim, mas o português era a minha terceira língua, tendo o inglês como segunda e o espanhol como primeira língua estrangeira. Demos um curso intensivo de três meses. Depois desse curso, alguns médicos-veterinários e alguns estudantes foram beneficiados com bolsas brasileiras, para vir ao Brasil. Trabalharam com professores e pesquisadores brasileiros, e, quando voltaram, depois de três meses, para o Togo, o resultado foi satisfatório. Autoridades da nossa Universidade decidiram,



então, ampliar a experiência, e instituímos um ensino na Universidade. Dividimos o trabalho em duas fases, a primeira, a mais fácil, consistia em ensinar o elementar. Começamos a experiência na Escola de Agronomia e, depois de um ano à razão de duas horas de aula por semana, veio ao Brasil um grupo de três estudantes de medicina, com bolsas fornecidas pelo Brasil. Passaram dois anos no Brasil e voltaram com resultados satisfatórios.

Atualmente, estamos na segunda fase, a mais profunda, porque a necessidade de aprender o português para poder cooperar com o Brasil foi reforçada com a independência das antigas colônias portuguesas na África. Entrando na OUA e nas organiza-

ções regionais, tínhamos, para esses que falavam francês ou inglês, a obrigação de aprender o português. Então, necessitávamos da língua portuguesa a níveis hierárquicos mais importantes, e por isso o nosso Governo do Togo fez o pedido ao Governo brasileiro para que nos mandasse um verdadeiro especialista em língua portuguesa.

Tudo está sendo bem encaminhado, e estou certo de que, dentro de pouco tempo, teremos na nossa Faculdade de Letras e Ciências Humanas, uma cátedra de português. Af, então, poderemos começar a verdadeira fase da cooperação cultural entre a África e a América Latina. Portanto, nisso resulta a nossa experiência no domínio do ensino do português na Universidade do Benin, no Togo.

---

## AS RELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA

Akakpo Amouzouvi

Professor da Universidade de Benin, Lomé, Togo.

---

As relações entre o Brasil e a África e, sobretudo, seus laços com o Golfo do Benin mergulham suas raízes nesta terra nutritiva do continente de Gondwana. E dela tiram a seiva vivificante que as faz atravessar os séculos e as consolidam.

O tráfico de escravos, é preciso concordar nisso, provocou uma mistura de povos e de culturas com a qual o Brasil, mais que qualquer outra nação, soube realizar uma admirável simbiose.

Estávamos na alvorada do século XVI, quando interesses econômicos, intelectuais e religiosos empurraram os europeus na direção dos nossos países respectivos. Com seu apetite incontrolado, necessitavam primeiro de especiarias, prata e ouro, que se comerciavam nesta Etiópia da Guiné, na costa de Elmina. Barras de ferro eram trocadas contra escravos no Congo, e escravos contra ouro em Elmina.

O Brasil lhes fornecia cana-de-açúcar e madeiras de tintura "pau-brasil".

A vacância do trono em Portugal, em 1580, até a sua libertação em 1641, pelo Duque João de Bragança, nos fez mudar de senhor no Brasil e na África.

Os holandeses ocuparam a Bahia em 1624; Pernambuco ficou sujeito a eles durante 24 anos; e já dominavam, há muitos anos, Angola e São Tomé e Príncipe.

Em 1637 se tornou holandês o famoso castelo português de São Jorge de Mina, primeira construção do gênero pré-fabricado, cujos materiais foram importados de Portugal em 1482.

Essas mudanças no século XVII ocasionaram transtornos nos intercâmbios comerciais. Os portugueses e seus associados brasileiros estavam proibidos de transacionar na Costa do Ouro e se voltaram na direção dos Bantus. Era necessário encontrar, por todos os meios, ouro no Brasil para conti-

nuar o tráfico. Os primeiros africanos do Brasil foram, pois, bantus implantados na Bahia, esta antiga capital do país.

No século XVIII, intensificaram-se os intercâmbios comerciais, mais particularmente entre a Bahia e o Golfo do Benin. Efetivamente, uma epidemia de varíola fez os brasileiros evitarem as costas de Angola, e o monopólio holandês repeliu os brasileiros para o leste de Elmina, além do Rio Volta. Estes não podiam comer mais que em quatro portos do país: Popo, Fla (Pla) Feda (Peda). Foi o grande século de aproximação, entre as povoações do Golfo do Benin e o Brasil. O *assiento*, passando dos portugueses aos franceses, logo aos ingleses, contribuiu para isso.

O tabaco brasileiro, cultivado nas terras da Bahia, se tornava indispensável ao tráfico escravo nesta parte do Golfo. Os próprios holandeses eram obrigados a tê-lo para poder comerciar na região e obrigavam, pois, os brasileiros a depositarem 10% da sua carga em Elmina, antes de ir a essa "costa dos escravos". Lisboa se encontrava fora do circuito, e este comércio nada tinha de triangular. "Resultou disso — escreve Pierre Verger — uma viva oposição de interesses entre os homens de negócios do Reino de Portugal e os da Bahia. Foram os primeiros germens da futura independência do Brasil."

O fim do século assistiu à extensão do comércio ao país Yoruba, em Porto Novo, Badagri, Onim, o atual Lagos.

A abolição da escravidão, em 1815, ao norte do Equador ocasionou intercâmbios com Angola e o Congo. Suas populações deviam povoar a região do Rio de Janeiro até a abolição total nos meados do século XIX, 27 de abril de 1848, por Victor Schoeolcher. O "comércio inocente" do azeite de dendê substituiu a "escravatura culpada".

Dessa longa história de três séculos que acabamos de esboçar a grandes traços, resultou uma comunidade de cultura e de civilização. Não é de admirar se se encontram nas costas africanas cidades como Porto Seguro, Porto Novo e famílias inteiras descen-

dendo de brasileiros que voltaram à África no século XIX. Estes afro-brasileiros, como são chamados, reconstituíram a vida brasileira à sua volta, no bairro "Brasil", em Uidá, no "Brazilian Quarter", em Lagos, e em todas as partes onde se fixaram.

Conhecemos os Almeida, os Silveira, os Souza para não citar mais que estes. Pode-se ainda observar hoje em Agouê a inscrição em honra do fundador da família Almeida, chegado do Brasil em 1835 e falecido em Agouê em 1837. A mesma inscrição se encontra também em Atoéta, no Togo.

Mas o mais famoso destes afro-brasileiros foi sem dúvida Francisco Félix de Souza, aliás "Xaxá", personalidade muito importante que chegou a Uidá em 1788, como comandante do forte português construído em 1721. Conhecemos suas altercações com o Rei Agbome Adandozan e suas cumplicidades com Ghezo, o sucessor de Agbome. Veio em 1800 a Aneho, no Togo, e fundou o povoado de Adjido, que se tornou hoje um bairro de Aneho. A palavra "Adjido" vem da expressão portuguesa "Deus nos ajudou" (para chegar até o porto).

Francisco Félix de Souza foi acolhido pelo Rei Sekpon, quarto soberano da dinastia Adjido de Aneho e filho de Quam Desu I. Casou-se com uma filha de Comlagom, quinto soberano e fundador de Agouê. Seu filho, Isidoro, foi enviado aos sete anos à Bahia para lá fazer seus estudos e prestar serviço militar. Voltou à África em 1835 e sucedeu ao pai na cabeça de seus negócios florescentes.

Mas no mesmo lugar, os afro-brasileiros multiplicaram as escolas, e em 1887, quer dizer, provavelmente 169 anos depois da instalação da primeira escola francesa em Uidá e quase 20 anos depois da instalação da primeira escola francesa em Porto Novo, o português disputava ao inglês o papel de língua dominante para as relações internacionais. Temos hoje, como prova disso, as numerosas palavras de origem portuguesa que subsistem nas nossas línguas: *abunéka*

(a boneca); *velá* (vela); *gãfo* (garfo); *kamisa* (camisa) e *Iútu* (luto).

A influência brasileira é ainda mais sensível na arquitetura das casas, com fachadas pintadas de cores vivas, janelas com pequenos ladrilhos enquadradadas por molduras brancas, parecidas com as da Bahia e as de Pernambuco.

Mais que em outra parte, é no domínio culinário e na vida religiosa tradicional que os laços entre o Brasil e a África são mais sólidos. As especialidades culinárias que fazem a fama dos restaurantes da Bahia tiram sua essência da África, mais especialmente do Golfo do Benin. Já em 1700 pode-se ler, nos textos das cartas de saúde entregues aos capitães dos navios que partiam para o Golfo do Benin, esta indicação: "O proprietário se comprometeu em plantar mandioca, da qual se poderá tirar a farinha necessária para o abastecimento de seu navio." A técnica de fabricação da farinha, do *gali*, se estendeu rapidamente no Brasil, pois a farinha constitui uma das bases fundamentais da alimentação das povoações do litoral africano. Especialidades como a feijoada (*feshuada*) e os pedaços assados de carne de carneiro se encontravam nas mesas de uma e outra parte do Atlântico.

.....  
Não nos cremos hoje numa rua de nossas cidades e povoados lendo estas linhas de Nina Rodrigues escritas em 1933: "Nas primeiras horas da manhã, as negras vinham ao canto trazendo caldeirões de mingau de milho e de tapioca que os ganhadores engoliam com pão. Vendiam também açaças quentes."?

A vida religiosa une ainda mais intensamente as nossas duas comunidades. A mesma cosmogonia, o mesmo panteão com os mesmos vodus e orixás mostram até que ponto nossos destinos são ligados. Encontram-se nos nossos panteões as mesmas divindades, desde Iemanjá, divindade do mar, até Xangô, deus do trovão, passando pelos ritos divinatórios como os de Ifá.

Ninguém ignora o lugar importante que ocupa Iemanjá na cosmogonia Yoruba e na do Brasil. "Uma das características da religião da Nigéria — escreveu Leo Frobenius — é a possessão de uma imagem do mundo e de um cosmos de deuses claramente elaborados, conservados graças a mitos, símbolos e práticas culturais. Os 16 grandes deuses cujas moradas se encontram em 16 direções diferentes do céu são associados à organização do mundo." E Iemanjá é a mãe desses 16 deuses.

Depois das duas guerras mundiais que transtornaram o mundo moderno, o Brasil e a África se encontraram de novo. Missões de cooperação econômica e cultural entre os dois continentes se multiplicaram nestes últimos anos. O Togo não ficou atrás e folga constatar isso pelo crescimento dos nossos intercâmbios comerciais.

A universidade desempenha um papel importante nisso. Quantos estudantes e professores não continuam seus estudos e suas pesquisas nas universidades do Brasil e na do Togo? Esta cooperação universitária dá bem a imagem dos sólidos laços culturais e históricos que unem nossos dois países. Estes laços, estamos convencidos, estão se intensificando para o maior bem-estar das nossas populações.

---

## ALOCUÇÃO

### Raymundo Souza Dantas

Escritor. Embaixador do Brasil em Gana nos Governos  
Jânio Quadros e João Goulart.

---

Desejo apenas fazer um registro.

Os membros da família Souza, do Togo, foram os primeiros batalhadores pela libertação africana. Foi no Togo que apareceu o primeiro jornal falando em libertação política, e o fundador desse jornal foi Benedito Souza, também um elemento da família Souza. Pá Souza, um velho descendente de Xavier de Souza, foi o fundador do primeiro partido da libertação togolese. Foi candidato, tão logo veio a descolonização, à Presidência da República, mas morreu às vésperas do pleito. Exatamente em virtude de sua morte, surgiu a candidatura de Sylvanus Olimpio.

Esses são elementos que servem de referência para um capítulo da história comum Brasil-África. A atividade política dos descendentes de filhos de escravos que retornaram com seus pais para o Golfo de Benin foi maior precisamente no Togo, país que serve como exemplo da influência, melhor dizendo, da participação brasileira em termos de solidariedade com o destino, com a vocação libertária do Togo. Esse Togo ainda apresenta aspectos importan-

tes que servem de alimento para a história comum Brasil-África.

É o que um grande escritor — ele é escritor mais do Benin, ex-Daomé, do que mesmo do Togo —, Paul Hazoumé, conta: diz ele que existiu um pacto de sangue entre as famílias brasileiras e africanas do Togo. Do Brasil, foram para o Togo e se espalharam pela costa. Seus filhos, também brasileiros, lá implantaram a pequena propriedade e plantaram as pequenas plantações de coco; levaram técnicas de alimentação, técnicas de cura, levaram, enfim, elementos de uma civilização nova que não chegaram a alterar os costumes e os hábitos africanos desta área, mas que lhes deram conotação nova, dinâmica diferente. Daí se constituírem, esses brasileiros, em elite.

Se a minha missão africana teve importância maior, foi exatamente a importância cultural através do contato com essas comunidades. A história é longa e ela é mais expressiva quando se aborda a influência política dos descendentes de brasileiros que retornaram para a África como escravos libertos.

---

## ALOCUÇÃO

### Yeda Pessoa Castro

Diretora do Centro de Estudos Afro-Orientais, da  
Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.

---

Gostaria apenas de acrescentar um ponto à explanação do Embaixador Souza Dantas, salientando o papel histórico que a Bahia sempre teve em relação à África, principalmente porque essa volta dos brasi-

leiros para a África foi feita através de uma linha de barcos à vela, que se estabeleceu entre o porto de Salvador e a cidade de Lagos.

Voltando dessa relação histórica para a

relação presente, gostaria também de relacionar esse fato às exposições que foram feitas relativas à cooperação cultural Brasil-África. Nesse ponto, também a Bahia e o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia têm um papel pioneiro, com a implantação dos primeiros leitorados de língua portuguesa e cultura brasileira na África. O primeiro, em 1961, na Universidade de Dacar; o segundo, em 1962, na Universidade de Ifé, permanecem ambos até hoje lá.

Eu tive muita honra e muito prazer, juntamente com meu marido, de ter ensinado e de ter vivido na Universidade de Ifé, de 62 a 64, e depois de 69 a 72, quando o leitorado brasileiro de Ifé ficou definitivamente implantado em nível de graduação e pós-graduação. Recentemente, em 77, o Centro de Estudos Afro-Orientais enviou para a Universidade da Costa do Marfim um leitor brasileiro, que foi o primeiro a ensinar língua portuguesa e cultura brasileira na Universidade.

Em 76, o Centro de Estudos Afro-Orientais, dentro de uma outra atuação, enviou para a Universidade Nacional do Zaire um professor da Universidade Federal da Bahia, que não outro senão esta que lhes fala, a fim de aí defender tese de doutorado. Nessa mesma época, o Professor Kabengele Munanga, da Universidade Nacional do Zaire, vem ao Brasil para defender tese,

também de doutorado, na Universidade de São Paulo. Em 76, o Prof. Ampah Johnson e o Prof. Hevor Koffi estiveram também na Bahia, quando foi assinado um convênio de cooperação cultural entre o Centro de Estudos Afro-Orientais e a Universidade do Togo e de Benin.

Esse trabalho pioneiro do Centro de Estudos Afro-Orientais tem sido feito com pouquíssima ajuda ou quase nenhum apoio de entidades oficiais. Em 74, por exemplo, foi assinado um convênio de cooperação cultural entre o Brasil e países africanos para o desenvolvimento dos estudos afro-brasileiros; esse programa previa a instalação, na Bahia, do museu afro-brasileiro. Ele foi ativado durante dois anos, mas, por questões políticas internas na própria Universidade e na própria política governamental brasileira, foi desativado. Felizmente, ele está sendo retomado, e a primeira atividade que pensamos realizar, e que já estamos implantando, é o museu afro-brasileiro na Bahia, que na realidade será inicialmente apenas um pequeno módulo. Atualmente, onde está sendo implantado o módulo inicial do museu afro-brasileiro, há uma exposição de gravuras, de fotografias e documentos sobre as famílias afro-brasileiras que retornaram ao golfo de Benin. A exposição é chamada "Da Senzala ao Sobrado", com fotos de Pierre Verger e um trabalho de pesquisa de Manuela e Mariano Carneiro da Cunha.

**4.ª SESSÃO**

**AS QUESTÕES POLÍTICAS NAS  
RELAÇÕES DA AMÉRICA  
LATINA COM A ÁFRICA**

1880

---

# O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA DÉCADA DE 80 NAS RELAÇÕES ENTRE A AMÉRICA LATINA E A ÁFRICA NEGRA: FATORES POLÍTICO-ESTRATÉGICOS

Carlos J. Moneta

Membro da Secretaria Permanente do Sistema Econômico Latino-Americano — SELA, Caracas.

---

## Introdução

O propósito deste trabalho é o de analisar alguns fatores político-estratégicos externos que condicionam a orientação e a intensidade das vinculações entre a América Latina e a África Negra, dificultando sensivelmente o desenvolvimento mais profundo e cooperativo das mesmas, gerando inclusive certas tensões e conflitos entre ambas as regiões.

Em virtude do recrudescimento da guerra fria e da crise econômica que o atual quadro internacional apresenta, tanto a América Latina como a África Negra vêem-se submetidas a crescente pressão externa, que ameaça sua segurança e sua capacidade de obter o desenvolvimento econômico desejado. A análise focaliza-se, conseqüentemente, naqueles elementos vinculados à competição pelo predomínio entre Leste e Oeste que tentam diminuir a importância do conflito Norte-Sul, visto que eles influem significativamente na maior parte dos planos das relações entre a América Latina e a África Negra.

Não significa isto que os problemas entre os países industrializados e as nações em desenvolvimento sejam menos importantes que aqueles derivados da competição pela distribuição do poder, a nível mundial, entre as superpotências. Acontece que atualmente tenta-se impor a visão dos conflitos geopolítico-estratégicos Leste-Oeste como dominantes e reitores, subordinando os problemas Norte-Sul tanto em termos conceituais como operacionais.

Isto constitui um ponto de importância essencial, já que o fato de converter a confrontação entre os Estados Unidos e a

União Soviética no núcleo central dos conflitos mundiais, e portanto em parâmetro ordenador dos restantes assuntos conflitivos, exerce um alto grau de influência não só no terreno da conceitualização ideológica da estrutura do poder atual, como também na identificação dos problemas que se percebem segundo esta ótica e nas formas operativas que devem ser postas em prática para neutralizar seus efeitos. Além disso, conduz a observar o diferente impacto que ambos os eixos da política mundial obtêm sobre os sistemas nacionais afetados e como estes reagem de maneira diversa, segundo sua capacidade concreta de ação: os modelos e estilos nacionais vigentes, as imagens e percepções de seus grupos dominantes e os interesses concretos afetados.

Levando em consideração os reajustes que a nova Administração norte-americana pretende introduzir na distribuição do poder mundial, a importância que os Estados Unidos, não obstante, representa para a América Latina, o novo papel que alguns países da região exercem na África e sua relevância no contexto da política internacional, se considerarão primordialmente os obstáculos que a atividade da dita potência gera ou contribui para acrescentar no contexto das relações afro-latino-americanas.

## As relações afro-latino-americanas a partir da independência africana: tendências e mudanças

Posteriormente ao acesso à independência política das nações africanas, os vínculos entre a América Latina e a África Ne-



gra se desenvolveram com ritmo e intensidade diferentes e em dois planos:

a) No da diplomacia bilateral, que durante as primeiras décadas foi relativamente pequena, já que apenas os países maiores de ambas as regiões (ex.: Argentina, Brasil, México, Nigéria, Senegal, Zaire) estabeleceram um reduzido número de Embaixadas em um e outro continente.

b) Nas relações multilaterais, que foram emergindo rapidamente através do Movimento dos Países Não-Alinhados, do agrupamento dos países do Terceiro Mundo e, em geral, da ação crescentemente unida e solidária das nações em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina nos foros internacionais, particularmente no das Nações Unidas (Grupo dos 77), em defesa de seus interesses políticos, culturais, econômicos e de segurança, frente às nações industrializadas.

Um conjunto de idéias motrizes e elementos concretos divididos (se bem que em graus diferentes e, em alguns casos, com significativos desacordos) quanto à estrutura e valores que deveriam reger o sistema internacional e que conduzirá finalmente à nova ordem econômica internacional, o reconhecimento de raízes e processos históricos estruturais que problemas e situações basicamente divididas enfrentam (colonialismo e neocolonialismo, subdesenvolvimento e dependência), e a busca de objetivos comuns (desenvolvimento com autonomia) oferecem com certeza um conjunto sumamente rico em possibilidades de ação cooperativa, particularmente quando se trata de somar forças nas grandes temáticas que separam o Norte e o Sul. Assim, o comércio internacional, a reforma do sistema monetário e financeiro, a transferência e a geração de tecnologia, a política armamentista, o aproveitamento dos recursos naturais dos países em desenvolvimento, o novo direito do mar, os problemas energéticos, o papel das empresas multinacionais, as ameaças e práticas de intervenção militar, política, cultural e econômica por parte das

grandes potências, constituem fatores em condições de contribuir para a elaboração e a efetivação de políticas comuns ou coordenadas por parte do Terceiro Mundo, não somente no campo de tensões Norte-Sul, como também, e fundamentalmente, no da cooperação Sul-Sul, cuja importância e possibilidades de crescimento aumentam dia a dia.

Não obstante, para além do horizonte de concepções ideológicas compatíveis, do voluntarismo, da visão estratégica de longo prazo de alguns líderes em ambas as regiões e da mútua conveniência de somar esforços e intercambiar apoios em temas econômicos e políticos específicos, persiste um amplo espectro de fatores endógenos e exógenos que retardam e obstaculizam uma maior cooperação entre a América Latina e a África Negra. Eles respondem a um sem-número de causas; entre elas cabe citar:

a) a heterogeneidade ideológica, política, sócio-cultural e racial e os diferentes estágios de desenvolvimento econômico alcançados em ambas as regiões;

b) a falta sensível de um conhecimento profundo das realidades sócio-econômicas, culturais e políticas de um e outro continente;

c) o número reduzido de contatos nacionais e inter-regionais diretos, para além dos foros internacionais e da ação de uns poucos países;

d) a ausência de sistemas de transportes, comunicação e informação adequados que evitem os problemas de triangulação com os centros da Europa e Estados Unidos;

e) os sistemas de vinculação vertical, econômicos, ideológicos e de segurança, tradicionalmente impostos pelos Estados Unidos sobre a América Latina e pelas ex-potências coloniais européias sobre a África Negra e que começam a ser questionados seriamente pela presença ativa de fatores externos e regionais, nestas últimas duas décadas;

f) a existência de interesses competitivos no acesso ao mercado dos países industrializados de produtos primários similares

e na obtenção de financiamento internacional;

g) a redistribuição dos fluxos de ajuda financeira e técnica da América Latina para a África e Ásia no seio dos órgãos internacionais (ex.: PNUD), dadas as novas categorias de níveis de desenvolvimento estabelecidas para a concessão de ajuda e os conceitos de "satisfação de necessidades básicas" prevalentes; e

h) a perda relativa de poder da América Latina em favor da África nos organismos internacionais, em virtude do maior número destes países.

Todos estes fatores resultam, em diferentes medidas, relevantes para o exame dos obstáculos que se apresentam nas relações afro-latino-americanas. Ambas as regiões começam a explorar vias de solução e a adotar medidas concretas para vários desses obstáculos. Foge às possibilidades deste trabalho efetuar uma análise detalhada desta matéria; nos restringiremos a precisar alguns destes elementos no contexto dos fatores político-estratégicos que o sistema internacional apresenta atualmente.

Uma revisão rápida das grandes linhas da formação e evolução dos contatos contemporâneos entre a América Latina e a África Negra assinala que:

1) Até o acesso maciço à independência política da África Negra (década de 50), os contatos com esse continente em grande medida foram realizados por mediação das ex-potências coloniais européias. Assim, por exemplo, o Brasil mantivera "relações especiais" com as colônias portuguesas na África, através da "Comunidade Luso-Brasileira" e Argentina e México desenvolveram um comércio reduzido com a África Ocidental, de caráter triangular (América Latina—Europa—África). Ao contrário, as relações com a República da África do Sul serão diretas, e o volume de intercâmbio comercial relativamente importante, se comparado com o resto da África Negra<sup>1</sup> até os primeiros anos da década de 70.

2) O ingresso dos países da África Negra na ONU, a adoção de sua causa pelo movimento anticolonial afro-asiático e posteriormente pelo movimento dos Países Não-Alinhados dão início a um esforço sistemático e crescente para eliminar a política do *apartheid* do regime sul-africano e para obter a independência da Namíbia e das colônias portuguesas e o fim do controle branco no Zimbábue (Rodésia). Isto conduz à prática de uma política ambígua por parte dos maiores países da América Latina, que em termos gerais apoiaram ou se abstiveram nas resoluções anti-*apartheid* e em propostas para a independência negociada nos foros da ONU ou em diversas conferências internacionais, mantendo relações diplomáticas e comerciais simultaneamente com a África do Sul.

Assim, o Brasil estabelecerá relações com uma "África Livre" com Quadros e Goulart e retomará com força a idéia de uma Comunidade, agora "Afro-Luso-Brasileira", durante os anos imediatamente posteriores à revolução militar de 1964.<sup>2</sup> A Argentina enviará uma missão diplomática aos novos países africanos durante o Governo de Frondizi (1958-62) e começará a atuar política e comercialmente, estabelecendo contatos diretos com a África Negra e nos organismos da ONU durante este período e nas décadas seguintes; no entanto, manterá intactos seus vínculos com a República Sul-Africana.<sup>3</sup> O México desenvolverá gradualmente uma política de apoio à luta anticolonial africana nos foros internacionais e começará a criar centros intelectuais de pesquisa e estudo dos seus problemas, mas desenvolverá certo nível de comércio com a África do Sul.

3) Caracterizam esta etapa no Cone Sul latino-americano interesses coincidentes no aspecto comercial (acesso aos mercados africanos) e abertura a políticas mais independentes e não-alinhadas por parte dos governos civis. Com os regimes militares, surgem os grandes desejos de obtenção de um *status* internacional maior, sob concepções geopolíticas e estratégicas de "desenvolvimento e segurança" e filosofias

econômicas compatíveis com os interesses dos Estados Unidos. Estes regimes mantêm no fundamental seu alinhamento com a estrutura econômica e de segurança dos Estados Unidos, apesar dos seus postulados nacionalistas, que só conseguem plasmar-se de forma setorial e esporádica (ex.: a "Grande Argentina" de Onganía e o papel do Brasil como "Ponte entre Portugal e África", preconizado por Castello Branco).<sup>4</sup>

4) Identificam-se gradualmente elementos de diferenciação relevantes entre as motivações, as justificativas e a política africana dos países ativos da América Latina: a) o aparecimento do fator étnico em virtude da concepção de miscigenação de raças como dado de vinculação e de solidariedade com a África Negra, nas percepções e políticas de Cuba, Brasil e o Caribe, face à República Sul-Africana<sup>5</sup>; b) a crescente mobilização política e ideológica que Cuba desenvolve na busca de uma luta revolucionária coordenada contra o "imperialismo norte-americano" na Ásia, África e América Latina; c) a tendência dos regimes militares argentino e brasileiro de fortalecer seus vínculos de segurança com Pretória.

5) Durante os primeiros anos da década de setenta, a queda do império português na África, a crise mundial de energia e a necessidade de obter novos mercados para suas exportações impõem profundas mudanças à política externa do Brasil. A dependência externa do abastecimento de petróleo privilegia as relações com a Nigéria e com os membros árabes da OPEP. Estes países e várias nações da África Negra adquirem relevância como mercados. Ao lado de um gradual fortalecimento da participação brasileira na defesa dos postulados da nova ordem econômica internacional e das posições dos países em desenvolvimento no plano Norte-Sul, verifica-se um progressivo esfriamento das relações com a República Sul-Africana, particularmente tratando-se dos temas críticos para a África Negra (*apartheid*, cooperação militar com a África do Sul etc.), sem que com isso se elimine o intercâmbio comercial.

6) México e Venezuela, que não são afetados e sim beneficiados pela crise energética, incrementaram seu apoio à África Negra no que se refere a problemática austro-africana. Dada a sua diferente percepção sobre a participação cubana na África (e na América Central e Caribe), o apoio venezuelano resultará relativamente limitado. Já na Argentina, se produz uma nova virada cíclica entre a expectativa de articular um esquema de cooperação para a segurança do Atlântico Sul, que o Governo militar alentara até 1973, e o esfriamento de relações com a África do Sul, ocorrido durante o Governo democrático que ocupa o poder, por breves anos, a partir dessa data. Durante o último lustro da década de setenta, com o advento do atual Governo militar, a Argentina mantém sua política dual; incrementa seu comércio com a África Negra e promove ativa e abertamente o estabelecimento de acordos de segurança que incluam a África do Sul e países atlânticos latino-americanos, usando como argumento a necessidade de defender uma área estratégica vital para o "mundo livre" e a segurança nacional. A chancelaria brasileira por sua vez rechaça esta idéia através de declarações feitas em Brasília e na África e em comunicados conjuntos, como os assinados com a República Popular do Congo e a Nigéria em fevereiro e março de 1981.

#### A política externa norte-americana no início da década de oitenta

A visão neoconservadora do mundo que a Administração Reagan sustenta, elaborou um conjunto ordenado e coerente — segundo sua perspectiva — de propostas de política internacional, para enfrentar aqueles problemas que considera fundamental:

a) a perda progressiva do poder hegemônico que os Estados Unidos possuíam no sistema internacional, que se caracteriza política e estrategicamente por um desequilíbrio de poder progressivamente favorável à União Soviética e por uma perda notória de liderança internacional;

b) a crise que os Estados Unidos enfrentam no sistema capitalista com lento crescimento econômico, inflação persistente, séria estagnação da produtividade, baixa taxa de inversão e perda crescente de competitividade face à Europa Ocidental e Japão, devendo ser somada ainda a presença de novos atores industrializados em alguns setores;

c) a fragilização da legitimidade interna e externa da ação norte-americana no mundo;

d) certa redistribuição de poder entre atores (ocidentais, socialistas e dos países em desenvolvimento) que possuem interesses crescentemente divergentes e até antagônicos relativamente aos Estados Unidos. (Tendência à distribuição multipolar do poder econômico, tecnológico, militar e nuclear convencional, identificada como uma "disseminação do poder" pelo Secretário de Estado Haig.<sup>6</sup>)

#### *Principais elementos do projeto da Administração Reagan*

O núcleo de projeto da nova Administração norte-americana se baseia essencialmente na revitalização e atualização da visão dicotômica da "guerra fria", que os Estados Unidos conseguiram impor no fim da década de 40 e mantiveram vigentes durante a maior parte da década de 50. Assim, o conflito central no plano global está dado pelo enfrentamento entre Estados Unidos e União Soviética, ambos distinguidos como líderes de blocos de vocação universalista, proponentes e promotores ativos de duas ordens de civilização antagônicas, o "comunismo" e o "capitalismo". No contexto desta super simplificação conceitual, os Estados Unidos se constituem em líder natural da sustentação e expansão de um modelo, o democrático-ocidental, que privilegia a concepção dos valores de "liberdade" e "democracia"<sup>7</sup> — estreitamente vinculados no pensamento oficial à economia de livre mercado — face ao sistema comunista, baseado numa visão

totalitária da sociedade. Isto pressupõe um confronto iniludível em todas as ordens, particularmente na política-ideológica, estratégico-militar e econômica.

Para recuperar a posição hegemônica que os Estados Unidos ostentavam, é necessário obter-se um fortalecimento substancial no plano estratégico-militar e econômico. Para tal, é preciso articular uma nova rede de alianças e apoios estratégicos que permita conter o que se percebe como um rápido e amplo processo de expansão soviética<sup>8</sup>, que as autoridades da Administração atual registram como resultado da debilidade da política externa norte-americana durante as últimas décadas.<sup>9</sup>

Fundamentalmente, resulta imprescindível fortalecer os Estados Unidos por meio de um substancial aumento de seus gastos de defesa, já que "a política externa e a política de defesa dos Estados Unidos estão unidas inextricavelmente. Junto à política econômica, elas compreendem um enfoque estratégico das relações internacionais que este país deve seguir para permanecer livre e próspero."<sup>10</sup>

Estas mudanças na cosmovisão que a política externa norte-americana alimenta, têm profundas implicações para a América Latina e a África. Por uma parte estabelece o predomínio claro dos conflitos Leste—Oeste por cima dos problemas que surjam das relações Norte—Sul, e em consequência sobre os temas vitais para o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo.<sup>11</sup> Face aos conflitos nacionais, intra-regionais e inter-regionais, se atuará segundo orientação e na medida em que estes afetem o equilíbrio de poder Leste—Oeste. Por último, será negada a racionalidade política e sócio-econômica das organizações dos países em desenvolvimento, em virtude da sua heterogeneidade.

Desta maneira, os elementos básicos dos primeiros anos da guerra fria adquirem relevância novamente. Não se concebe a possibilidade de um Terceiro Mundo, nem a de que este adote políticas de não-alinhamento. Os países em desenvolvimento tornam-se novamente um dos principais campos

onde se dá a confrontação soviético-norte-americana, e o conceito de "Terceiro Mundo" resulta "uma denominação desorientadora como poucas vezes tem havido. Se algo ficou evidenciado de forma bastante clara no último decênio, é que o conjunto de condições, propósitos — e por extensão, a política externa dos Estados Unidos, que está implícita no termo "Terceiro Mundo" — é um mito e um mito muito perigoso." (...) "o não reconhecimento das diferenças entre os chamados países do Terceiro Mundo se faz mais difícil, devido ao que talvez seja o fenômeno estratégico fundamental da era do mundo pós-guerra: a transformação do poder soviético, de um exército terrestre continental, principalmente defensivo, em forças de terra, ar e mar completamente em condições de respaldar uma política externa imperialista."<sup>12</sup>

Conseqüentemente as relações e vínculos com os países em desenvolvimento serão preferencialmente de caráter bilateral e estarão orientados segundo as necessidades geopolíticas e estratégicas dos Estados Unidos. A partir de uma identificação de quais países podem ser considerados aliados, oponentes e incertos — identificação esta estabelecida segundo os graus de lealdade e obediência aos objetivos dessa potência —, os países receberão assistência militar e econômica em função de sua localização e importância no cenário estratégico global. Por conseguinte, as regiões (e os países que as integram) passam a formar parte de um globalismo geopolítico, que tenta substituir as propostas globais de caráter econômico que a Comissão Trilateral realizará durante o Governo Carter. Apesar disso, nesta última concepção a importância geopolítica da América Latina e da África será diferente. A América Latina não parece adquirir relevância até a última etapa da Administração Carter.<sup>13</sup> Não se esperava que fosse nela e sim na África e no Oriente Médio que surgissem conflitos Leste-Oeste mais importantes. Além disso, o enfoque predominante sob Carter tentava conjugar de forma mais equilibrada os fato-

res sociais e econômicos com os políticos e estratégicos, dando comparativamente maior importância aos primeiros que nos esquemas da Administração Reagan, que sucedera a de Carter.

O pensamento da Administração atual, neste sentido, assinala claramente o caráter e a hierarquia das vinculações existentes entre a segurança norte-americana e a política internacional desse país. A este respeito, o Secretário de Estado Haig declara que "... na formulação da política econômica, na destinação de nossos recursos, nas decisões sobre questões econômicas internacionais, um importante e determinante fator será a necessidade de proteger e promover nossa segurança".<sup>14</sup>

Em resumo, o predomínio do eixo Leste-Oeste, a ênfase no uso das relações e negociações bilaterais em detrimento dos foros multilaterais (fator que já conduziu a uma deliberada e notória desqualificação das negociações globais por parte dos Estados Unidos), a utilização da ajuda externa direta e da influência dos Estados Unidos nos órgãos e centros financeiros internacionais como instrumento de apoio ou de pressão política e econômica constituem algumas das linhas centrais do projeto da Administração Reagan nos planos político-estratégico e econômico.

#### *A dimensão econômica do projeto da Administração Reagan*

O avanço do modelo capitalista de livre mercado, a eliminação de todo obstáculo ao jogo de suas forças, junto à atribuição de um papel primordial ao setor privado, constituem propósitos essenciais da política econômica, já que estes representam "a forma idônea de incentivar o crescimento econômico e a democracia política".<sup>15</sup> Declarações de Robert Hormatz, secretário-assistente de Estado para Assuntos Econômicos e Comerciais, e a de Myer Rashish, subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos,<sup>16</sup> assim como a de outros funcionários, os documentos existentes e a discus-

são ampla do programa econômico contribuem ao esclarecimento sobre quais as percepções e principais objetivos da política econômica internacional dos Estados Unidos que resultam de interesse para este trabalho:

1) O propósito primordial é fortalecer a economia dos Estados Unidos e cooperar com os países ocidentais desenvolvidos, já que será o crescimento das nações do Norte o que permitirá desenvolver os países do Terceiro Mundo.

2) A promoção do livre comércio e das exportações norte-americanas e a eliminação de todos os "obstáculos ao comércio", entre os quais se consideram particularmente as políticas de apoio à exportação dos países em desenvolvimento.

3) A correção da dependência energética existente, que, de acordo com a Administração, constitui o maior perigo para o bem-estar dos Estados Unidos, tornando vulneráveis as economias (deste país e as de seus aliados) às "interrupções no consumo" e situando a política externa dos Estados Unidos e suas alianças "em posição vulnerável ante ameaças".<sup>17</sup>

4) A cooperação financeira deverá ser substituída pelo investimento privado. Desta forma, a reduzida cooperação financeira estatal remanescente será dirigida a países que fornecem matéria-prima e produtos essenciais aos Estados Unidos e que possuem importância estratégica para a contenção da URSS e seus aliados. A assistência se concentrará nesses países (ou áreas) e, com caráter humanitário, naqueles considerados "não viáveis"<sup>18</sup> (ex.: África Central, Haiti etc.).

5) A Administração considera que deve ser estimulada a participação do setor privado no processo de desenvolvimento através do comércio, do investimento e dos fluxos de capital. A atividade do setor privado ocupa um papel essencial na recuperação da economia mundial e a tarefa do Governo norte-americano é a de melhorar as condições existentes para a atividade dos fluxos dos investimentos privados pro-

venientes desse país, particularmente nas nações em desenvolvimento.

Em resumo se trata de conseguir:

a) a recuperação da hegemonia norte-americana no sistema econômico mundial;

b) favorecer o desenvolvimento do setor privado e adotar as medidas necessárias para que ele possa atuar livremente nos mercados dos países em desenvolvimento;

c) a utilização dos investimentos privados e da assistência como instrumentos subordinados aos objetivos geopolíticos e de segurança.

#### *O papel da América Latina no projeto da Administração Reagan*

As declarações do Presidente Reagan, do Secretário de Estado Haig, do Secretário-Assistente para Assuntos Inter-americanos Enders, os debates no Congresso, da mesma forma que os trabalhos dos diferentes intelectuais e grupos acadêmicos que contribuíram na formulação da política externa, assim como os contatos diretos mantidos com membros dos centros acadêmicos e da Administração,<sup>19</sup> permitem identificar com precisão o papel a ser desempenhado pela região em geral, e alguns de seus países em particular, na estratégia global dos interesses norte-americanos.

São três as principais áreas no contexto do Terceiro Mundo que se privilegiam na confrontação estratégica com a União Soviética: o Golfo Pérsico, África e América Latina.

O Golfo Pérsico adquire importância principal por ser o essencial fornecedor de petróleo dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, como também pela situação geográfica da Península Arábica, zona que permite o controle, junto ao Chifre africano, da passagem entre o Mediterrâneo e o Oceano Índico, artéria vital das comunicações e do transporte entre Europa, Estados Unidos, Ásia e África.

A defesa do Golfo Pérsico tem estimulado o interesse em obter um predomínio estratégico no Oceano Índico e em impedir o que se consideram como significativos avanços da presença soviética na região a partir da Administração Carter.<sup>20</sup> A importância do Golfo Pérsico, do Índico e da África (particularmente da África Austral) se amplia sob a visão geopolítica que anima a Administração Reagan. Esta última enfatiza o papel desempenhado pelo Cone Sul africano no fornecimento de minerais estratégicos para a atividade militar e comercial dos Estados Unidos, sua condição de ponto-chave do transporte do petróleo do Golfo Pérsico aos Estados Unidos e à Europa Ocidental e seu caráter de conflito crítico, no qual se percebe uma expansão da atividade soviética e cubana, que permite o acesso ao poder a regimes marxistas e pró-marxistas em vários países (ex. Etiópia, Angola, Moçambique)<sup>21</sup> e o apoio à luta dos movimentos de libertação da Namíbia e da África do Sul.

A ação estratégica norte-americana deveria desenvolver-se de forma coerente e simultânea, em várias das frentes de ação apontadas. Devido às limitações sofridas em sua capacidade de controlar este tipo de situações, em virtude do enfraquecimento de seu potencial durante as Administrações anteriores, o Governo de Reagan destina à América Latina o caráter de uma "primeira linha de defesa" na sua concepção de segurança nacional. Na realidade, apesar de esta visão abarcar todo o continente — já que se considera que a URSS tem feito avanços significativos em matéria de relações econômicas, políticas e até militares com grande número de países latino-americanos —, ela distingue em particular duas áreas: a América Central e o Caribe e o Atlântico Sul.

Se bem que se considera que seria desejável poder atuar na África, Ásia e Oriente Médio de forma direta, a Administração evita dentro do possível adotar esse critério, em face das considerações de equilíbrio militar e estratégico que acusam custos muito altos, caso se agisse em tais cenários. No entanto, a América Latina oferece na

Bacia do Caribe casos de crises em países pequenos, economicamente débeis e militarmente próximos e vulneráveis,<sup>22</sup> que em princípio parecem mais facilmente manobráveis.

### *1 — A Bacia do Caribe como palco privilegiado da política de Reagan na região*

A escolha desta área para concentrar o esforço norte-americano inicial responde a vários fatores:

a) Existem na área antagonistas identificáveis e concretos (ex.: Cuba, o governo nicaraguense, os movimentos de libertação nacional de El Salvador e de outros países centro-americanos e do Caribe).<sup>23</sup>

b) Acredita-se que, devido ao potencial destas nações e/ou à capacidade dos grupos sociais internos ativos e favoráveis aos propósitos da Administração, ela resulta em uma zona na qual os Estados Unidos contam com elementos a seu favor, para impor sua vontade com o mínimo de custos de caráter econômico e militar (ex.: a ajuda militar e a assistência econômica se traduzem em poucas centenas de milhões de dólares frente aos bilhões que exigem outras áreas de confrontação).<sup>24</sup>

c) A área se constitui, segundo as próprias palavras de Reagan, no "quintal dos Estados Unidos" e portanto num espaço que deve permanecer sob "a ordem natural" (a hegemonia norte-americana), historicamente imposta.

d) As ações cubanas de apoio aos processos de mudança revolucionária na América Central, Caribe e África são entendidas pela Administração como atos de um "Estado delegado", totalmente dirigido e controlado pela União Soviética.<sup>25</sup> Suas atividades, crescentes aos olhos da Administração, colocam os países do istmo centro-americano e do Caribe ante o risco de serem gradualmente controlados por regimes marxistas.<sup>26</sup>

e) A ação na América Latina permitiria assinalar simultaneamente a vontade e a efi-

cação norte-americanas de reafirmar sua capacidade de controlar os acontecimentos mundiais, servindo de "efeito de demonstração" a nível global, já que combinaria medidas militares ou paramilitares com a aplicação de novo modelo econômico de ação internacional (papel central do setor privado na reativação econômica da área etc.).

f) A "contenção" da atividade cubana (e da soviética, a ela vinculada subliminarmente) permitiria a obtenção de um efeito transregional, ao limitar ou obstaculizar seriamente a ação de Cuba na África.

g) A estratégia norte-americana tenta abordar os problemas políticos e sócio-econômicos de alguns países da América Central e do Caribe de forma multilateral, incluindo na sua definição de "Bacia do Caribe" não só estas duas áreas como também México, Venezuela, Colômbia, Guiana e Suriname. Desta forma pretende-se dar legitimidade a suas ações de coerção político-militar, diluindo seus custos políticos, já que são divididos entre vários atores os gastos de assistência econômica. Houvessem tido êxito suas posições iniciais, às quais o México se opôs terminantemente, elas teriam também contribuído para o isolamento de Cuba na região e para evitar-lhe o acesso aos esquemas de assistência econômica.

Pelo que se expôs, a importância da América Latina, do ponto de vista estratégico e tático, adquire nesta primeira etapa do Governo Reagan um significado ainda maior que o de outras regiões, já que é nesta área do mundo em desenvolvimento onde se conjugam duas ordens de fatores: a presença de situações de enfrentamento com a URSS localizadas no continente (a denominada "Bacia do Caribe") e a existência de atores locais (Cuba) que passam a ser chaves não só nas ações de apoio e mobilização aos movimentos radicais que lutam contra os governos autoritários de El Salvador, Guatemala, Honduras etc., mas que também desempenham relevantes papéis em vários dos conflitos da África Ne-

gra. Quer dizer, fica patente uma vinculação internacional e transnacional entre ambas as regiões, dada a presença militar cubana na Etiópia e em Angola.

## *2 — A vinculação conflitiva da América Latina e da África Negra através do Atlântico Sul*

Por último e vinculado intimamente aos problemas da África Austral (em menor grau, aos da África Ocidental) e ao controle estratégico das rotas marítimas Índico-Atlântico pelos fornecedores de petróleo do Golfo Pérsico, surge uma nova dimensão estratégica para a Argentina e o Brasil.<sup>27</sup>

Estes países são considerados por parte da Administração norte-americana como integrantes de uma articulação defensiva do Atlântico Sul, contribuindo para assegurar os fluxos de transporte marítimo ao longo da rota do Cabo e para fortalecer a defesa da região austral do continente africano.<sup>28</sup>

Assim como a Administração deve "ajudar os países do Caribe e da América Central a manterem sua área segura e próspera ante a ação subversiva armada por parte de Cuba",<sup>29</sup> deve também "responder às novas realidades da América do Sul", reconhecendo seu "crescente papel estratégico". Assim "deve ser reconhecida a crescente importância estratégica do Atlântico Sul", já que "46% de nossas importações petrolíferas, 66% das da Europa Ocidental e quase todas as do Brasil passam através do Atlântico Sul ou o atravessam desde a África Ocidental. A proteção desse comércio tem importância vital."<sup>30</sup>

Conseqüentemente surge a necessidade de melhorar as relações com Argentina e Brasil, profundamente deterioradas durante o Governo Carter, em virtude das atitudes de crescente independência destes países (apesar das pressões norte-americanas) em temas que afetavam interesses dos Estados Unidos (relações e comércio com a URSS, política nuclear, direitos humanos etc.).

Na estratégia global norte-americana, as relações bilaterais devem satisfazer exigên-



cias de segurança de caráter local, regional e extra-regional. Por isto o Secretário-Assistente Enders, além de efetuar uma sondagem geral sobre a situação dos principais problemas políticos e econômicos bilaterais, destaca durante sua visita ao Brasil que nenhuma nação do continente pode permanecer indiferente caso outro país da região venha a ser submetido externamente ou atacado por forças internas subversivas, treinadas e armadas por potências estrangeiras.<sup>31</sup> Da mesma forma, enfatiza que tanto os Estados Unidos como os países do Cone Sul estão interessados em preservar a segurança do Atlântico Sul.<sup>32</sup>

As viagens dos generais Viola e Galtieri aos Estados Unidos antes de assumirem como presidentes, e as várias e frequentes visitas de altos chefes militares e personalidades políticas dos Estados Unidos a Buenos Aires,<sup>33</sup> cobriram uma ampla gama de temas bilaterais (refinanciamento da dívida, política nuclear, venda de armamento, empréstimos e inversões, desequilíbrio do intercâmbio comercial, direitos humanos), mas foram considerados também outros temas de caráter sub-regional (conflito de Beagle), regional (formas de cooperação e participação argentina na política norte-americana prevista para a América Central e o Caribe) e extra-regional (defesa do Atlântico Sul e força multinacional de paz para o Sinai). Estes últimos temas também formaram parte das conversações mantidas no Brasil pelo Subsecretário Enders e outros funcionários,<sup>34</sup> embora as posições tomadas pelo Brasil nestes casos se diferenciem notavelmente das assumidas pela Argentina.

Várias medidas adotadas pela Administração Reagan (fim do embargo à venda de armamento, diminuição da pressão sobre o tema dos direitos humanos, concessão de financiamento e crédito etc), conseqüência dos entendimentos alcançados com o regime militar argentino em alguns (mas não em todos) dos temas da política regional e extra-regional, constituem expressões concretas do caráter relevante e seletivo aplicadas às relações bilaterais.

Com efeito, através da evolução do pensamento estratégico norte-americano, o conceito de "defesa coletiva do hemisfério", embora continue mantendo certa validade pela existência do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947) e outros mecanismos, na prática se vê substituído pelo conceito de "relações bilaterais especiais".<sup>36</sup> As relações multilaterais se mantêm, mas passam a desempenhar um papel secundário. Uns poucos países que possam desenvolver uma função relevante no esquema de "defesa associada" norte-americano — Brasil, Venezuela, México e Argentina (para ações de caráter local também devem ser incluídos vários países da América Central e Caribe) —, ocupam essas posições. Àqueles que mantiveram tradicionalmente uma valorização estratégica importante se somam, agora com maior peso, a Venezuela e Argentina, em função das situações da América Central e do Atlântico Sul.

Esta concepção estratégica é articulada hoje com outras: a do "antifoco", com ênfase na luta anti-subversiva, a de revalorização do espaço latino-americano e a da capacidade de ação de alguns países da região ante cenários da "guerra fria", diferentes dos vigentes durante décadas anteriores. Estes fatores, juntos à menor capacidade de ação global dos Estados Unidos, levam esta potência a considerar a utilização subordinada de outros Estados em esquemas "integradores" de segurança regional e global.<sup>37</sup>

A maior homogeneidade relativa do pensamento estratégico das equipes civis e de suas contrapartidas militares da Administração parece ter contribuído para diminuir em parte a brecha tradicionalmente<sup>38</sup> existente entre os enfoques predominantemente político-diplomáticos (ideais de unidade política e diplomática pan-americana) e o estratégico-militar (que considerou muito limitados os aportes reais que a América Latina podia fazer em termos de defesa). No entanto, a estratégia norte-americana ao querer integrar harmonicamente os diversos fatores políticos, sociais, estratégicos e econômicos de suas relações com

a América Latina deve enfrentar (até agora sem muito êxito) suas próprias contradições além das herdadas de Administrações anteriores. Agora, porém, se apresenta um contexto internacional significativamente diferente, no qual estes países procuram desempenhar papéis mais independentes e de afirmação ao enfrentar variados problemas sub-regionais, manter estratégias só parcialmente convergentes em suas políticas africanas, reconhecer-se com diferentes capacidades frente aos Estados Unidos e em consequência exercer diferentes papéis face a esta potência nos seus projetos políticos de inserção no sistema internacional, mesmo quando aceitam o essencial da tese do conflito Leste-Oeste, em termos de segurança.

#### *O papel da África Negra e da África do Sul no projeto neoconservador*

Os pronunciamentos de Reagan sobre a África já anteriormente estavam ligados a dois elementos: a confrontação global com a URSS e as aspirações de penetração dessa potência no Terceiro Mundo. "Se o comunismo como ideologia terá ou não futuro no continente [África] está quase além de discussão. Os russos estão firmemente determinados a obter bases importantes por razões estratégicas e para alcançar o controle de recursos vitais, e eles estão satisfazendo seus propósitos e as estão obtendo: Angola, Moçambique, o apoio prestado aos terroristas rodesianos e agora o Chifre africano", discursava Reagan em 1978.<sup>39</sup> "Os soviéticos não têm perdido tempo na obtenção de vantagens e oportunidades, quando elas surgem. Suas legiões cubanas são movidas segundo sua vontade" (. . .) "os objetivos soviéticos na África são claros: dominação das rotas oceânicas do transporte de petróleo do Mar Vermelho ao Atlântico e controle das riquezas minerais da África Austral" (. . .) o "problema africano é uma arma soviética apontada para nós."<sup>40</sup>

Esta percepção, pelo atual presidente, da gravidade e amplitude da ameaça soviética encontra apoio no pensamento dos intelectuais neoconservadores especialistas em assuntos africanos,<sup>41</sup> mas, como no caso latino-americano, encontra séria resistência nas alas mais liberais dos partidos Democrata e Republicano e nos intelectuais liberais. A isto se somam (à diferença das relações com a América Latina) os esforços de poderosos grupos de pressão e ativistas do setor de população negra dos Estados Unidos.<sup>42</sup>

Chester Crocker, acadêmico designado como secretário-assistente de Estado para assuntos africanos, o qual pode ser considerado no contexto neoconservador como um moderado, delineou claramente as linhas centrais do pensamento da Administração Reagan em termos de política externa sul-africana.<sup>43</sup>

Como no caso latino-americano, a África apresenta áreas-problema, em particular o Chifre africano (Etiópia, Somália) e Angola, Namíbia e a África do Sul. No contexto da política de conteúdo anti-soviético, a África "se torna crescentemente importante para os Estados Unidos em função dos seus objetivos globais . . ." Estes implicam "no apoio à segurança regional, garantindo aos Estados Unidos e aliados um justo acesso comercial a elementos essenciais, como o petróleo e minerais; a promoção do comércio e de inversões; e a cooperação com os aliados ocidentais e países africanos amigos para deter a agressão promovida por nossos adversários."<sup>44</sup>

A estratégia a ser aplicada na África, apesar de significar a continuação — em alguns dos seus pontos — de políticas aplicadas pela Administração Carter (ex.: fortalecimento da presença militar norte-americana na costa africana do Índico, através da obtenção de bases no Chifre africano, apoio ao setor privado e a empresas multinacionais, para conseguir mudanças sociais na África do Sul), implica modificações substanciais no que diz respeito ao manejo dos problemas de Angola, Namíbia e África do Sul. Dado que será precisamente nestas

áreas onde a política africana de alguns países latino-americanos adquire relevância, convém estabelecer tais diferenças.

a) *As percepções da África na política externa norte-americana*

A percepção de uma absoluta coincidência de interesse entre os movimentos nacionalistas revolucionários que lutam pela independência (no caso africano) ou pelo fim dos governos repressores (na América Latina) e a União Soviética e seus "Estados delegados", constitui quase um ato de fé nas premissas do pensamento neoconservador.<sup>45</sup> O fato de privilegiar a África como terreno da competição Leste-Oeste estabelece vinculações com o Governo de Nixon e a política africana de Henry Kissinger. O globalismo geopolítico, de forte tendência anticomunista, percebe os sucessos africanos que aconteceram sob o Governo Carter (ex.: independência de Zimbábue e Angola; presença de forças cubanas neste país e na Etiópia; força crescente dos movimentos de libertação da Namíbia e África do Sul) como fracassos rotundos da política norte-americana de contenção. Conseqüentemente, está naturalmente predisposto para considerar o regime branco no poder na África do Sul como um valioso aliado e os movimentos de libertação (exceção feita à Unita, o movimento liderado por Savimbi e apoiado pelos sul-africanos, contra o Governo angolano) como potenciais ou reais antagonistas, cuja vitória significaria um novo avanço da URSS na África.

A orientação da política norte-americana para a África responde aos resultados da interação de duas escolas de pensamento: a "globalista", esquematicamente apresentada no parágrafo anterior, e a "regionalista". Embora estas visões estratégicas atravessassem as fronteiras democratas e republicanas, possuindo partidários em ambos os setores, os "regionalistas" predominaram sob o Governo Carter (Cyrus Vance, Andrew Young, Mc Henry). As premissas desta es-

cola diferem notavelmente das da anterior. Considera-se que os problemas africanos devem ser analisados segundo suas características específicas; que a política dos Estados Unidos se inclina a subordinar os direitos e interesse dos africanos a seus próprios objetivos globais e à otimização dos benefícios das empresas multinacionais; que esta política é incapaz de avaliar o compromisso e a determinação dos movimentos de libertação, o apoio e legitimidade que possuem na África Negra, a força efetiva dos regimes brancos no poder e a vontade real destes (ex.: África do Sul) de ceder posições.<sup>46</sup>

Ademais, minimiza-se a importância das situações econômicas, sociais e políticas internas como causa dos movimentos de mudança revolucionária. Tende-se a exagerar o grau de compromisso e ortodoxia ideológica desses movimentos, quando, já regimes no poder (ex.: Angola e outros "Estados da Linha de Frente", Zâmbia, Moçambique, Zimbábue, Botswana e Tanzânia), sua conduta evidencia claramente um surpreendente pragmatismo e capacidade de compromisso com as potências ocidentais. Em função de seu interesse nacional, esses Estados tratam de evitar uma estreita dependência face a uma ou outra superpotência. Por último, os "regionalistas" apontam os custos políticos a longo prazo para os Estados Unidos ao alinhar contra si a África Negra, aos quais se somam os perigos potenciais que implica a adoção de políticas abertamente favoráveis aos interesses sul-africanos se se considerar os complexos fatores raciais da sociedade norte-americana. Em conseqüência, para os "regionalistas" a política norte-americana deve, para satisfazer seus próprios e legítimos interesses, trabalhar cooperativamente com a África Negra no cumprimento das aspirações da região: a eliminação política do *apartheid*; a obtenção do acesso democrático ao poder pelas maiorias negras, na África do Sul e na Namíbia, e a independência política desta última; a recusa a que a África seja convertida em arena da competição soviético-norte-americana e o respeito às fronteiras políticas estabelecidas.

Mesmo assim, deve ser apontado que durante os dois últimos anos do Governo Carter vários fatos de importância estratégica — a queda do Xá do Irã, a invasão soviética no Afeganistão, o apoio cubano-soviético a uma das facções no conflito entre o lêmên do Norte e lêmên do Sul<sup>47</sup> e a evolução do conflito etíope-somali — contribuíram em grande medida para aumentar o valor estabelecido para a adoção de medidas de fortalecimento militar. Entre eles devemos citar a decisão de manter uma força naval permanente no Oceano Índico e a criação de uma "força de deslocamento rápido" para estar em condições de combate imediato em lugares distantes. Esta inclinação para uma posição que leva mais em conta os aspectos estratégicos no tratamento dos problemas africanos favoreceu posteriormente o desenvolvimento da política da Administração Reagan.

b) *A política da Administração Reagan para a África Austral: concepção estratégica e interesses econômicos*

Se bem que oficialmente a política para a África ainda se encontre em "estado de revisão", produziram-se uma série de fatos que permitem determinar a orientação e as características principais que tal política começa a perfilar. Entre os acontecimentos relevantes, em 1981, devem ser destacados: a visita a Washington de Dirk Mudge, chefe do Conselho de Ministros instalado na Namíbia pela África do Sul; as reuniões realizadas em dez países africanos, pelo Subsecretário Chester Crocker, durante uma viagem que realizara em abril; as conversações mantidas por um grupo de altos oficiais sul-africanos com representantes do Conselho de Segurança, o Departamento de Defesa e a Embaixadora Kirkpatrick; o encontro em maio entre o Presidente Reagan e o Ministro das Relações Exteriores da África do Sul, Roelof Botha; o pedido da Administração ao Congresso para que fosse retirada a emenda Clark (que proíbe a prestação de ajuda à Unita);

o esforço para que Savimbi, chefe desta, visitasse os Estados Unidos oficialmente; a crítica do Departamento de Estado às resoluções da Reunião da OUA (Nairóbi, junho de 1981) sobre a Namíbia e a África do Sul; a suspensão da ajuda alimentar a Moçambique; e a aplicação do veto norte-americano às tentativas de se adotar medidas na ONU contra a África do Sul, por suas manobras obstaculizando a independência da Namíbia e pelos seus ataques a Angola.

Enquanto isso, sob a proteção dada por estas ações e pelas declarações do Presidente Reagan e de altas autoridades da Administração<sup>48</sup> no sentido de que devia ser apoiado o esforço que a África do Sul realizava para modificar sua política de *apartheid* e estimulada, sem coação, a que consentisse com a independência da Namíbia — o Governo de Pretória lançou repetidos e devastadores ataques contra Angola com o propósito de destruir as bases da SWAPO (South West Africa People's Organization), movimento que luta pela independência da Namíbia.

Tal como a política para a América Latina, a política para África pretende abarcar harmonicamente fatores estratégicos, políticos e econômicos, já que, segundo afirma Chester Crocker "... embora certos problemas e temas sejam únicos, ignoramos — para perigo próprio e da África — as realidades geopolíticas e econômicas que vinculam a África à comunidade internacional..."<sup>49</sup>

Para isto, ela se baseia também no desenvolvimento de "relações especiais" com países considerados "chaves" (ex.: Egito, Sudão, Zaire, Quênia, África do Sul). O propósito é o de impedir uma "desestabilização" política ou econômica desses Estados e de suas áreas de influência. O conjunto de ações considerado inclui a intervenção indireta (ex.: apoio encoberto à Unita em Angola) ou mesmo direta, caso se julgue que isso resulte estritamente necessário.

Além do Chifre africano, valorizado principalmente por sua importância estratégica, é a África Austral (entendida como um vas-

to espaço que abarca desde o Zaire até o Cabo) a sub-região que apresenta, na ótica dos altos níveis de decisão, a máxima importância para os Estados Unidos, as potências ocidentais e o Japão. As nações desta sub-região (principalmente a África do Sul, Zimbabue e Namíbia) fornecem 86% da platina que se usa no Ocidente; 75% do ouro; 58% do vanádio; 41% do cromo; 40% do manganês; 33% do antimônio; 23% do diamante; e 18% do asbesto.<sup>50</sup>

Os Estados Unidos dependem, em grau considerável, das importações de cromo, manganês e cobre. Embora existam numerosos fornecedores alternativos para estes minerais, a situação é mais complexa (se bem que poderiam ser obtidos no Zimbabue, Angola e Namíbia) quando se trata de substituir o antimônio, berílio e vanádio sul-africanos, vitais para a indústria estratégica. Isto tem fortalecido e legitimado a apreciação feita há uma década pela Comissão Nacional de Políticas de Materiais, criada pelo Congresso, a qual observou que a África do Sul e a Rodésia (atual Zimbabue) estavam incluídas numa lista reduzida de países nos quais era factível esperar concessões para exploração e mineração em condições convenientes para empresas norte-americanas<sup>51</sup>, e sem risco de instabilidade política.

A dependência em minerais estratégicos (fator convenientemente enfatizado e superdimensionado pelas empresas multinacionais do setor, pelo Governo sul-africano e pelos órgãos de planejamento e de segurança) acrescentou-se durante as décadas passadas outro fator: a percepção da África do Sul como chave estratégica para a defesa do crescente tráfego comercial marítimo Índico-Atlântico. Neste caso, foram a CIA, o Pentágono e as forças armadas, junto aos especialistas civis de orientação geopolítica, os que desenvolveram esta interpretação, que foi convenientemente promovida e incentivada por seus pares sul-africanos.<sup>52</sup>

Quais são as "realidades econômicas" às quais se refere o Subsecretário de Estado Crocker? Quantitativamente os interesses

norte-americanos na África não são tão consideráveis. De um total de 137 bilhões de inversões diretas no mundo, só correspondiam a África, em 1976, 4,5 bilhões, ou seja, 3% do total. Deste montante, à África do Sul cabiam 37% (a maior parte do resto está concentrada na Nigéria, Libéria, Líbia, com 8% cada uma).<sup>53</sup>

Embora as inversões norte-americanas no continente africano se orientem para as indústrias de extração, na África do Sul, entre 50 e 60% delas estão alocadas no setor manufatureiro e entre 10 e 20% correspondem à mineração.<sup>54</sup> Além disto, enquanto o crescimento médio das inversões na África (excetuando África do Sul) foi de 52% na década de 70 (levando em conta o processo de desinversão na Líbia), na África do Sul elas cresceram na ordem de 92%.<sup>55</sup>

Este crescimento acelerado das inversões de origem norte-americana responde, entre outros fatores (mão-de-obra muito barata, sistema político que não oferece ameaças de nacionalizações, permitindo um fácil retorno dos benefícios, e "ordem e estabilidade"), às elevadas taxas de retorno, que durante as últimas décadas têm oscilado entre 15 e 20%.<sup>56</sup> Em 1979, elas alcançaram montantes de 20% em mineração, eletrônica e computação.<sup>57</sup>

Não obstante, deve ser assinalado, a fim de situar adequadamente a África do Sul no conjunto dos interesses norte-americanos na África Negra, que o intercâmbio comercial com os países africanos negros representa o dobro do realizado com a África do Sul, e que tanto este como as inversões estão crescendo mais rapidamente que com a República da África do Sul. Em particular, o comércio com a Nigéria que fundamentalmente por causa da compra de petróleo representava em 1977 o dobro do valor do intercâmbio com a África do Sul.<sup>58</sup>

Os Estados Unidos continuam ocupando o primeiro lugar como comprador e vendedor para a República Sul-Africana (4.200 milhões de dólares em 1980, dos quais 2.280 milhões correspondem a exportações

dos Estados Unidos).<sup>59</sup> No entanto, a Nigéria fornece 16% do petróleo que os Estados Unidos importam (este é o segundo fornecedor depois da Arábia Saudita), e a superpotência tem um *deficit* de doze bilhões de dólares no comércio com esse país. As empresas multinacionais do setor agrícola e alimentar desejam amortecê-lo, participando amplamente nos planos de desenvolvimento nigeriano neste setor cujo valor no próximo quinquênio alcançará quase os dezoito bilhões de dólares.<sup>60</sup> Por isto a Nigéria se encontra relativamente nas melhores condições — no grupo dos países da África Negra — para exercer pressão significativa sobre a política de Washington no Sul da África.

Um fator relevante para avaliar a natureza e extensão dos interesses norte-americanos vinculados à África do Sul reside em conhecer a importância que neste contexto adquirem as empresas multinacionais e o setor financeiro de origem norte-americana.<sup>61</sup>

Investigações do Congresso norte-americano apontam que 15 das maiores empresas multinacionais com inversões nesse país têm 23 membros das suas diretorias formando parte também das juntas diretoras de onze instituições financeiras que fazem empréstimos à África do Sul. Aproximadamente metade dos diretores dos quatro maiores bancos dos Estados Unidos que realizam operações nessa área integram também as juntas diretoras de empresas multinacionais com inversões na África do Sul. Este tipo de vinculações é característico também no caso das empresas européias que atuam na sub-região.<sup>62</sup>

Estas interações próprias dos meios atuais de vinculação e transnacionalização do capital e da produção concentram os recursos do poder econômico em um reduzido número de empresas e bancos. Os 50% do total das inversões norte-americanas correspondem a quatro firmas — General Motors, Mobil, Texaco e Ford —, que constituem quatro das cinco maiores corporações mais importantes dos Estados Unidos (a nível global) em termos de vendas.<sup>63</sup>

Das 50 primeiras corporações norte-americanas, 29 realizam operações na África do Sul. Embora o valor das inversões seja mínimo se comparado à totalidade e ao grau de diversificação mundial das mesmas, estas corporações e grupos financeiros, em virtude de sua magnitude na África do Sul e dos meios a seu alcance para orientar o processo de decisões políticas no Executivo e no Congresso norte-americano, alcançam um alto grau de influência na formulação e prática da política norte-americana para a sub-região.

Como se apontara numa das audiências que sobre o tema realiza regularmente o Congresso dos Estados Unidos — “o importante das conexões de nossas corporações com a África do Sul não reside em quão grande estas são e sim . . . como somente um pequeno grupo de gente é beneficiada por elas. Todos os que controlam os pacotes acionários dessas firmas cabem em um ginásio de colégio, no entanto estes círculos reduzidos de partes interessadas se encontram numa posição que lhes permite orientar nossa política nacional de tal forma que os interesses da maioria de nós são burlados.”<sup>64</sup>

Em consequência, o produto final que surge das múltiplas interações realizadas entre os grandes grupos financeiros, as empresas multinacionais mais importantes, os órgãos das forças armadas, as diferentes unidades dos poderes executivo e legislativo e a burocracia no processo de formulação e materialização da política externa, não deixa de incorporar geralmente em alto grau os interesses dos primeiros atores mencionados. Por isto sua expressão pública reflete conceitos tais como: “o mundo ocidental deve permanecer comprometido com esta região em períodos de incerteza e problemas” . . . “o Ocidente deve . . . trabalhar ativamente e jogar seu próprio papel nesta arena crítica, para prevenir a desestabilização e a deterioração econômica resguardando uma ordem regional segura e próspera” . . . “Um fracasso no nosso papel de participantes ativos nos assuntos da África Austral só pode conduzir a um in-

cremento das tensões regionais, à polarização e ao aventureirismo apoiado pelos soviéticos".<sup>65</sup>

c) *Posições adotadas e alternativas construídas*

Neste contexto três problemas principais, estreitamente vinculados entre si, devem ser enfrentados pela Administração Reagan:

- I) a presença de tropas cubanas, assessores soviéticos e da Europa Oriental em Angola;
- II) o processo preparatório para a independência da Namíbia; e
- III) a política de *apartheid* e a evolução futura do regime sul-africano.

I) *Angola* — No que diz respeito a Angola, a Administração aplica uma manobra dupla. Por uma parte, se expõe publicamente o reinício de ajuda militar ao movimento Unita, que continua desenvolvendo operações contra o Governo angolano e que constitui, junto aos ataques diretos que a República da África do Sul realiza, a causa da presença de tropas cubanas no país<sup>66</sup>; por outra parte a Administração norte-americana une a este intento de desestabilização, pressões diretas realizadas através de conversações com o Governo angolano para modificar a atual estrutura da condução política de Angola por meio da inclusão do movimento Unita, considerado "um ator significativo e legítimo na política de Angola",<sup>67</sup> na atual estrutura de poder. Supõe-se que essa decisão permitiria moderar as atitudes pró-marxistas do partido no Governo, o MPLA; evitaria que se exercesse pressão política sobre alguns dos atores políticos envolvidos no conflito da Namíbia (por ação potencial cubana ou de apoio à SWAPO)<sup>68</sup>; e contribuiria à estabilidade da área e favoreceria os interesses econômicos norte-americanos.

Cabe considerar que neste último aspecto não existe acordo entre a Administração e os atores privados com interesses em An-

gola, particularmente as empresas multinacionais petrolíferas que exploram petróleo em Cabinda, como a Gulf Oil. Esta última tem conseguido desenvolver suas operações sem inconvenientes e assim o exprimiu na Câmara de Representantes do Congresso norte-americano.<sup>69</sup>

Esta companhia considera que a solução do problema angolano — que em termos da Administração Reagan implica a retirada das tropas cubanas — pode ser conseguida através de maior assistência e participação econômica e tecnológica por parte do Ocidente, o que motivaria uma melhor situação econômica do país e uma melhora nas suas condições de segurança, favorecendo assim a retirada cubana.

No que diz respeito à presença de tropas cubanas em Angola, a Administração considera que "... existe uma relação íntima entre os conflitos da Namíbia e Angola"... e que "o progresso para um acordo pode materializar as condições para a retirada das forças cubanas de Angola", já que "...um resultado final satisfatório só pode basear-se em movimentos paralelos em ambas as áreas..."<sup>70</sup> Frente a esta posição, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, Paulo Jorge, afirmou que seu país solicitará a retirada das tropas cubanas quando o plano das Nações Unidas para Namíbia for materializado e a África do Sul der fim a seus ataques contra a base da SWAPO em Angola, não estando o Governo angolano disposto a negociar com a Unita.<sup>71</sup>

II) *Namíbia* — Após longas negociações, nas quais atuou um "grupo de contato" (Alemanha Federal, Canadá, Estados Unidos, França e Inglaterra), a África do Sul consentiu em 1978 outorgar à Namíbia sua independência, por meio de eleições livres que se celebrariam sob o controle das Nações Unidas. No entanto, aceitando em princípio a concessão da independência, a África do Sul tem desenvolvido uma habilitada estratégia dilatória destinada a:

1) destruir ou debilitar a SWAPO, força política que ganharia as eleições, pois conta com maciço apoio da população negra;

2) criar um governo local na Namíbia e organizar um partido político multirracial que lhe seja submisso e responda aos interesses da minoria branca;

3) opor-se à colocação em prática do plano da ONU através de inumeráveis manobras e objeções de caráter político e técnico;

4) tratar de anular o plano da ONU como base para a solução e impor outras condições à medida que sua posição na área se vá fortalecendo.

Os anos transcorridos desde 1978 têm servido para a África do Sul levar adiante sua política com o apoio disfarçado das potências ocidentais e a crescente frustração da África Negra. Com o Governo Reagan, a orientação mais inclinada à imposição de sanções que caracterizara parte do período de Carter sofre uma brusca reviravolta, posto que o novo presidente considera que a adoção de uma "linha branda" conciliadora será mais eficaz para persuadir a África do Sul. No entanto, a imprensa sul-africana se regozija de que "o líder do mundo livre se prepara para ser nosso aliado".<sup>72</sup>

A proposta norte-americana significa, segundo a visão dos países independentes da África Negra,<sup>73</sup> "um importante retrocesso do obtido como base de acordo no foro das Nações Unidas em 1978, conhecido como Resolução 431". Em síntese, e com as numerosas mudanças que lhe foram introduzidas durante estes anos, trata-se de um plano que compreende um acordo de cessar-fogo e a eleição de um governo por via democrática. Uma Assembléia Constituinte eleita por votação popular livre, em eleições supervisionadas pelas Nações Unidas e com o apoio de uma força de paz, permitiria elaborar uma constituição e eleger a forma de governo que se dará ao país. A proposta dos Estados Unidos sugere começar pela instauração de uma "Ata de Direitos" que inclua garantias específicas para os interesses da minoria branca, para o livre comércio e o acesso aos minerais por

parte do Ocidente antes que se efetue o processo eleitoral.

Ante esta proposta da nova Administração norte-americana, a África Negra responde com natural frustração e ceticismo, considerando esta mais uma manobra dilatória que fortalece a posição sul-africana<sup>74</sup> e que mostra a aliança dos Estados Unidos com o Governo de Pretória.

III) *África do Sul* — Segundo a posição adotada pela atual Administração, os Estados Unidos não podem "desvincular-se" do problema sul-africano.<sup>75</sup>

Partindo dos fatos citados anteriormente, os objetivos a que a Administração se propõe para a África do Sul e a região austral são os seguintes:<sup>76</sup>

a) Propiciar uma mudança ordenada do regime interno sul-africano para evitar os "efeitos catastróficos" originados de uma rápida e profunda transformação das relações do poder político e econômico existentes entre a minoria branca e a maioria negra e *coloured*, de forma tal que a sociedade que surja possua características que permitam aos Estados Unidos o progresso dos seus interesses econômicos e estratégicos no marco de relações amistosas, sem restrições e sem maiores custos políticos internacionais.

b) A fórmula sob a qual se sustenta esta política é "a participação construtiva" (*constructive engagement*). Ela foi concebida como um instrumento pluridimensional cujos principais elementos são: um enfoque pragmático que evite polarizações "brancos-negros" e regimes "marxistas" e "não marxistas" na sub-região baseadas em aportes de capital e inversões privadas para o desenvolvimento dos países da área; uma posição de fortaleza frente à URSS e a Cuba destinada a evitar que se introduzam tropas estrangeiras e se explorem as tensões na África Austral; o repúdio à adoção de sanções econômicas (e de outro tipo) contra a África do Sul e uma crescente participação de capitais ocidentais em sua economia para favorecer uma "transformação evolu-



tiva" sócio-econômica e política; a manutenção do embargo de armas contra a África do Sul estabelecido pela ONU (Resolução 418 do Conselho de Segurança, 1977) e a recusa norte-americana em utilizar as instalações de defesa sul-africanas (concebidas estas últimas como ingredientes "simbólicos" da política a ser desenvolvida).

c) A política formulada possui uma dimensão multilateral, quer dizer, necessita como elemento importante para seu êxito da vigência de um acordo e da cooperação plena com os países europeus ocidentais nas medidas a serem adotadas.<sup>77</sup>

Obviamente, é a postura mantida pela Administração Reagan até o presente que assinala claramente a distância entre a retórica de boas intenções e a realidade, que mostra numerosas ações de pleno apoio ao grupo branco no poder, a manutenção do *status quo* social e a hegemonia estratégica sul-africana-norte-americana na sub-região.

O andamento desta política tropeça em obstáculos significativos. Entre eles, cabe citar, no plano interno, a crescente oposição de associações que representam de forma estruturada a opinião de importantes segmentos da população (tanto negra como branca) dos Estados Unidos, segundo se assinalou em pontos anteriores; a reação de intelectuais e setores liberais dos conservadores e da oposição democrata no Congresso. Além disto deve-se ter em conta o dissenso sobre as medidas a adotar presente no seio do Partido Republicano e entre os tecnocratas e os acadêmicos neoconservadores.<sup>78</sup>

IV) *Os aliados europeus, o Japão e o Terceiro Mundo* — No plano externo, destaca-se a manutenção na África Negra — em que pese os sérios problemas de toda ordem enfrentados — de um grau de coesão, particularmente no grupo dos países da Linha de Frente, que dificulta a adoção irrestrita de uma política de apoio à África do Sul. As ações norte-americanas têm gerado crescente e pública oposição no seio da OUA.<sup>79</sup>

e nos países relevantes para os Estados Unidos, como é o caso da Nigéria.

Se bem que este tipo de oposição por si só careça de força necessária para mudar o rumo adotado, deve ser levado em consideração que a ela se soma o apoio da maior parte dos países em desenvolvimento nos foros internacionais.

Ademais, geram-se crescentes divergências com os aliados europeus sobre as estratégias a serem seguidas na África Austral.

Parte dos desacordos com a Europa Ocidental e Japão respondem a mudanças de orientação ideológica de alguns dos governos (ex.: França) e a modificações na atitude dos eleitorados nacionais. No entanto, existem também fatores estruturais derivados de uma crescente competição Norte-Norte pelos mercados das regiões em desenvolvimento.<sup>80</sup> A isto se agregam as distintas percepções sobre quais devem ser as prioridades estratégicas e as vias de ação adequadas para a sub-região mantidas pelos Estados Unidos e as demais potências ocidentais interessadas.

Enquanto a assunção de Mitterrand ao governo e as declarações e atos da nova Administração francesa obtiveram em geral uma boa recepção na África Negra, que não espera "que as companhias francesas se retirem da África do Sul ou cessem ali suas inversões da noite para o dia, mas dirige sua atenção para o Presidente a fim de que faça alguma coisa a respeito",<sup>81</sup> na África do Sul se reconhece que "é certo que as relações entre a República Sul-Africana e a França entraram em um período de esfriamento."<sup>82</sup>

Os interesses econômicos e estratégicos franceses resultam de considerável magnitude na África do Norte e África Ocidental (ex.: protetorados), assim como em alguns pontos do Oceano Índico. Apesar disto, não pode ser ignorada a sua importância (as inversões de bancos franceses na África do Sul ocupam o quarto lugar, em seguida à Alemanha Federal, Grã-Bretanha e Estados Unidos).

O essencial para a França, sob o Governo de Giscard d'Estaing, foi lograr que não

se criasse um eixo de movimentos radicais nesta sub-região que pusesse em perigo de desestabilização o Zaire e eventualmente ameaçasse o *statu quo* político da África Ocidental. Isto, junto à sua prática de intervenção direta e uma longa experiência africana, permitiu-lhe contar com margens mais amplas e flexíveis de negociação com os movimentos e regimes contestatórios e a possibilidade de adotar medidas mais duras em relação à África do Sul. De fato, já durante o Governo de d'Estaing foram mantidas conversações com Cuba<sup>83</sup> para se chegar a um *modus vivendi* na África. Em consequência, com a subida de Mitterrand a política francesa se orienta para posições de menor compromisso com a África do Sul.

O comércio dos Estados Unidos com a África do Sul supera o da República Federal da Alemanha, Inglaterra e Japão (nessa ordem) mas resulta quase um terço do comércio da Comunidade Econômica Europeia no seu conjunto. As inversões, números de companhias e benefícios obtidos pela CEE (em primeiro lugar Inglaterra e República Federal da Alemanha) são maiores que os dos Estados Unidos.<sup>84</sup>

Se isto implica um propósito compartilhado de obter na África do Sul uma mudança social e política gradual que preserve seus interesses, não indica — dada a importância do que está em jogo — que a médio ou longo prazo também existirão coincidências na determinação das características principais dos conflitos (ameaça soviética ou exploração, repressão e discriminação?) e nas políticas e estratégias para solucionar os problemas da sub-região (acesso de regimes nacionalistas pró-marxistas, “pragmáticos e moderados” ao governo, ou manutenção, por meio do uso da força militar, da explosiva situação atual?). A política européia para a América Latina, e as conseqüentes tensões com os Estados Unidos, convida a um sério exercício de reflexão e de comparação de interesses e perspectivas.

Esta diferença de ótica entre os Estados Unidos por uma parte e a Europa Ocidental e Japão por outra, sobre a natureza do con-

flito Leste—Oeste e as margens aceitáveis de competição—cooperação que o subsistema de países Norte pode tolerar, afetam o conjunto das políticas exteriores nacionais. Em sua essência, constitui uma expressão da tendência ao *statu quo* dos Estados Unidos face a uma Europa Ocidental que promove o fortalecimento de um multipolarismo que lhe é benéfico.

Guardadas as devidas proporções, as situações de tensão Leste—Oeste e os problemas derivados das relações de competição—cooperação entre os Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão se fazem presentes na América Latina, emergindo daí novos subsistemas de relações (América Latina—África) que procuram recriar um mínimo de condições autônomas frente à estrutura hierárquica do poder que se pretende manter vigente.

A capacidade africana de exercer pressão sobre a Europa Ocidental e Japão é maior que a utilizável sobre os Estados Unidos. Esta capacidade seria aumentada se a África Austral contasse com o apoio concreto do resto dos países em desenvolvimento. Assim, a Nigéria e os membros africanos da Commonwealth conseguiram, em dado momento, que a Inglaterra modificasse sua política para a Rodésia através da ameaça nigeriana de excluir as firmas inglesas de seus contratos de bens de capitais, serviços etc., somada às reclamações apresentadas em Londres pela Commonwealth.

Vários governos da Europa Ocidental, o Japão e os Estados Unidos — e suas respectivas empresas multinacionais com negócios na África — não ficariam indiferentes a medidas deste tipo que eventualmente a OPEP pudesse adotar contra a África do Sul. Além do mais, as vinculações econômicas entre a CEE e a África, apesar de sua notória assimetria favorável à Europa, permitem um jogo mútuo de pressão e negociações. Por último, a politização crescente das interações entre os distintos atores expande o espectro de possibilidades de ação cooperativa entre os países em desenvolvimento neste e em outros cenários.

Pelo exposto, existe um amplo conjunto de estratégias e ações que América Latina e África poderiam adotar para benefício recíproco, contribuindo de forma coordenada para modificar a atual equação de interesses em torno da África do Sul. As propostas analisadas durante a conferência da ONU para a aplicação de sanções à África do Sul (Paris, maio de 1981) oferece um rico espectro de sugestões viáveis e práticas neste sentido.

Além da cooperação direta no campo do desenvolvimento e na adoção de sanções, tal entendimento pode fortalecer aqueles atores e forças subnacionais das grandes potências que lutam por modificar o rumo da política externa dos seus países em favor de posições mais compatíveis com os interesses da África Negra. No jogo de poder que o atual regime internacional apresenta, não se entende por que os países em desenvolvimento devem se ausentar no exercício da influência que podem exercer através do uso adequado do sistema de vinculações multinacionais, sistema que é explorado intensamente pelas grandes potências para seu próprio benefício.

As alternativas para uma política africana que restitua o poder na África do Sul às majorias, respeitando os legítimos interesses das minorias étnicas e dos atores externos, já existem e têm alcançado um alto grau de especificidade ao longo dos complexos debates e negociações realizadas em foros africanos e internacionais e no âmbito das Nações Unidas. Para concretizá-las, requer-se certa clareza conceitual e a mobilização política no âmbito interno dos países desenvolvidos e em desenvolvimento junto a uma soma de fatores de poder que — no caso da América Latina — ainda não é factível obter, dados os projetos internos vigentes em alguns dos maiores países e as características de seus modos de inserção no sistema internacional. Se bem que esta seja uma realidade que pode ser modificada através do tempo, atualmente a região ainda apresenta sinais contraditórios em função da heterogeneidade citada.

### *A inserção da América Latina no sistema internacional na década de 80 e suas vinculações com a África Negra*

Tanto a América Latina como a África Negra se mantiveram, em décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, como áreas de influência claramente delimitadas, controladas respectivamente pelos Estados Unidos e Europa Ocidental.

Ambos eram subsistemas hierarquicamente vinculados a um âmbito estratégico maior, o "mundo livre" do Ocidente. Pelo fato de os Estados Unidos constituírem a potência hegemônica nesse âmbito e a Europa Ocidental um poder que lhe é relativamente subordinado, variou o papel europeu no jogo de reestruturação das relações de poder do sistema mundial.

Enquanto os Estados Unidos tentam conservar seu papel, a Europa Ocidental busca simultaneamente satisfazer certas condições de predomínio em suas relações com a África Negra e abrir novos laços políticos e econômicos — em um plano mais igualitário — com a América Latina. Desta maneira seriam mantidos os requisitos estruturais das vinculações "países desenvolvidos—países em desenvolvimento", a par de incrementar-se a capacidade de manobra europeia frente aos Estados Unidos. As principais potências da Europa Ocidental, na sua busca de multipolaridade, necessitam de contar com clientes-aliados. A crescente importância econômica e política alcançada pela América Latina no plano mundial, em virtude do seu próprio crescimento<sup>85</sup> e do declínio da hegemonia norte-americana, exige por sua vez desta região um esforço intenso para diversificar seus vínculos políticos e seus mercados "em todas as latitudes". A vinculação com a Europa Ocidental — eixo de compensação tradicional para países como Argentina e Brasil face ao predomínio norte-americano na região — se vê então reforçada. A esta estratégia se somariam outros "grandes" latino-americanos — Venezuela e México —, que estão em posições de mais intensa dependência econômica e estratégica em relação

aos Estados Unidos<sup>86</sup>, e agrupamentos sub-regionais (membros do Acordo de Cartagena).

A abertura ao mundo externo não se limita à Europa Ocidental — já que resultam insuficientes os benefícios que esta proporciona para satisfazer as necessidades da América Latina — ampliando-se ao sistema socialista, Ásia e África. Surgem então novos subsistemas de relações que privilegiarão em maior grau uma ou outra região ou grupo de países, em função das necessidades e capacidades econômicas específicas de cada ator latino-americano<sup>87</sup> e das características ideológicas particulares dos regimes no poder. Assim alguns dos países da Bacia do Pacífico latino-americano se inclinam, além de para a Europa, para o Japão e o sudeste asiático, enquanto a Argentina, Brasil, México e Venezuela enfatizam o Oriente Médio e África do Norte. O Japão dá prioridade ao Brasil e México, e a União Soviética adquire relevância econômica para a Argentina e Brasil<sup>88</sup> e militar para o Peru. No que diz respeito à África Negra, os vínculos econômicos importantes são estabelecidos por Brasil e Argentina. No plano político, Cuba e Brasil ocupam os primeiros lugares, precedendo a Argentina, México e algumas nações do Caribe.

O surgimento de novos subsistemas políticos e econômicos aumenta a flexibilidade de manobra latino-americana no sistema internacional, gerando em contrapartida complexos problemas de harmonização de interesses nacionais e intra-regionais nas distintas frentes em que atua, aos quais a América Latina não tinha estado tão exposta no passado.

Neste contexto, a Europa Ocidental pode desempenhar diferentes funções políticas para os países da região, segundo se trate das relações Estados Unidos—América Latina (nas quais geralmente atua com papéis positivos, já que fortalece a posição autonomista face aos Estados Unidos)<sup>89</sup> ou no contexto “Potências Ocidentais—África” (no qual cabe à Europa Ocidental e Estados Unidos, em distintos graus, o papel

de agentes obstaculizantes dos processos autonomistas.

Por sua vez, alguns países latino-americanos podem atuar — segundo as circunstâncias e os projetos políticos internos — como mediadores (ex.: tentativas brasileiras de mediação entre Portugal e as colônias africanas); somar fatores significativos de poder a favor da descolonização (ex.: Cuba, na África Austral); desenvolver tarefas de apoio, controle ou vigilância militar que satisfaçam necessidades das superpotências (ex.: Cuba, no Chifre africano; e Argentina, no Atlântico Sul) ou oferecer respaldo político em foros externos ao subsistema (ex.: a maior parte da América Latina, nos debates da ONU).

É necessário levar em consideração um esquema de vinculações econômicas que congrega 52 Estados da Ásia, África e do Caribe com a CEE, através da Convenção de Lomé II. Este mecanismo de cooperação econômica intra-regional, estabelecido entre a Comunidade Econômica Européia, um elevado número de países africanos e alguns países asiáticos e caribenhos (Barbados, Trinidad-Tobago, Bahamas, Granada, Guiana, Jamaica e Suriname), constitui uma tentativa de assegurar mutuamente certas vantagens (segurança de mercados, franquia para exportações, crédito e financiamento para os produtos primários dos países em desenvolvimento; mercados para produtos industriais e tecnologia e acesso seguro da Europa Ocidental às matérias-primas), frente às drásticas mudanças que se estavam produzindo nas relações Norte—Sul e às crescentes reclamações a favor de uma nova Ordem Econômica Internacional.

A existência deste mecanismo tem sido questionada por outros países em desenvolvimento (Grupo dos 77) nos foros da UNCTAD. Estes alegam que o Convênio oferece condições comerciais preferenciais aos participantes, mas cria restrições para o acesso aos mercados da CEE das restantes nações que produzem os mesmos bens agrícolas e minerais. Além disto, supõe-se que uma futura negociação do Convênio implicará que as preferências outorgadas pela

CEE alcancem também os produtos industriais originados nos membros do grupo ACP.

O Convênio de Lomé já fez sentir sua influência nas tentativas — até o presente com pouco êxito — de vincular economicamente de forma mais estreita o Caribe com a América Latina. O Convênio favorece uma maior integração econômica do Caribe com a África e Europa Ocidental. A possibilidade de que constitua no futuro um obstáculo a suas exportações manufatureiras preocupa os países de industrialização recente da América Latina. Por isto, o Convênio de Lomé significa para a América Latina um obstáculo sério para o estabelecimento de vínculos comerciais mais adequados e profundos com a África Negra.

No âmbito das relações entre os Estados Unidos e América Latina, os maiores países da região procuram expandir o espaço político, econômico e estratégico independente, forçando sempre os limites impostos pela potência hegemônica. Trata-se, não obstante, de exercícios de autonomia limitada, que aderem em última instância às regras fundamentais do subsistema (nem sucessão nem transferência à área de influência da potência antagonista).

O fato de que existam adesões sólidas por parte dos grupos internos no poder (por doutrinação ideológica, cálculo ou impossibilidade estratégica de atuar de outra forma) em temas essenciais (ex.: conflito Leste—Oeste; teses da subversão e desestabilização interna) não deve desviar a atenção dos gigantescos esforços que são realizados para incrementar a autonomia relativa frente aos Estados Unidos, mesmo naqueles países — tal o caso da Argentina na atualidade — que pretendem melhorar sua inserção no sistema internacional, desempenhando o papel de sócio privilegiado dos Estados Unidos. (Em menor grau, o exposto também é válido para a Venezuela).

A estratégia dos maiores países da América Latina parece oferecer certos traços comuns, para além das diferenças reais existentes em suas situações objetivas de dependência (compare-se, por exemplo, o

grau de integração da economia argentina e brasileira com os Estados Unidos frente à do México e Venezuela)<sup>90</sup> e as estratégias adotadas frente à potência hegemônica, caracterizadas por um maior ou menor grau de oposição ou aceitação de seus interesses.

Esta orientação geral para o avanço dos objetivos nacionais de crescimento e de obtenção de maior capacidade de influência no regime global apresenta problemas particulares — que deveriam ser analisados caso a caso — nas formas de integração no sistema econômico internacional e nos subsistemas ideológicos e de segurança do bloco ocidental. Assim, existe consenso suficiente quanto à importância a ser dada ao debate Norte—Sul, mas cada ator desenvolverá uma fórmula diferente entre suas estratégias de benefício individual e os compromissos que impõe o cumprimento de objetivos coletivos.

Um traço de divergência ainda maior surge no plano dos conflitos Leste—Oeste. No caso das interações entre América Latina e África, para o Brasil, e em menor grau para a Argentina, estes não são casos relativamente “puros”, donde os interesses econômicos resultam marginalizados e podem ser tratados segundo os parâmetros de preferência ideológica e de custo político. Para a Venezuela, que não possui um intercâmbio comercial significativo com a África, o fato de pertencer à OPEP impõe certa solidariedade política através da Nigéria, firmemente comprometida no seu apoio à erradicação do colonialismo e o *apartheid* na África do Sul. O México, por sua vez, tem adotado uma atitude clara e combativa nos foros internacionais<sup>91</sup> em favor das causas da África Negra, de forma conseqüente com sua orientação geral em prol dos países em desenvolvimento.

Estas diferenças se expressam na prioridade que cada país dedica aos distintos subsistemas e na modalidade de sua participação nos mesmos. Para a região no seu conjunto, implica reconhecer heterogeneidades, a existência de subgrupos vinculados de diferentes formas ao sistema internacio-

nal. Isto significa, quanto às relações com a África Negra, que:

a) Só num sentido muito geral é válido referir-se às relações entre América Latina e África em seu caráter regional. Os contatos deste tipo se reduzem praticamente aos foros internacionais e às organizações de países em desenvolvimento, naquelas ocasiões (negociações etc.) nas quais cada região atua como uma entidade singular.

b) O resto dos contatos inter-regionais se realiza bilateralmente entre atores individuais ou um reduzido grupo de países. Na América Latina, os países maiores — Argentina, Brasil, México e Venezuela — e Cuba concentram a maior parte das interações com a África, correspondendo aos dois primeiros o maior volume dos intercâmbios comerciais (que inclui, no caso do Brasil, a venda de armamentos) e a cooperação tecnológica. Cuba é o ator relevante em matéria de assistência militar e de cooperação para o desenvolvimento social e cultural.

c) Do lado africano, apresentam-se as mesmas tendências. Os maiores países (Nigéria, Zaire e Senegal) e alguns de porte médio que conseguiram certo desenvolvimento econômico (Costa de Marfim, Gana e Gabão) estabelecem contatos diplomáticos diretos e atuam na América Latina. Outros desenvolvem vínculos importantes com um número reduzido de países (ex.: as ex-colônias portuguesas com o Brasil e, no caso de Angola, também com Cuba).

d) Pelo exposto em *b* e *c* observa-se que a maior parte da América Latina e da África Negra está ainda marginalizada ao subsistema de relações África—América Latina em formação. O funcionamento deste subsistema constitui tentativa de melhorar e fortalecer a capacidade de manobra independente de seus membros no eixo de tensões Norte—Sul através da cooperação horizontal Sul—Sul. Não obstante, dadas as características dos atores mais destacados (novos países industrializados) e do pensamento político e econômico dos grupos internos dominantes, que tende a repetir, em escala, tendências básicas aos modelos de

vinculação Norte—Sul, este processo apresenta o risco de: 1) satisfazer seus interesses econômicos e políticos, prescindindo — ou mesmo eventualmente com prejuízo — dos restantes atores de ambas as regiões. 2) Dada a forte influência que exercem os fatores de confrontação Leste—Oeste e dado que a iniciativa no subsistema está relativamente concentrada nos atores latino-americanos, na medida em que não sejam produzidas variações significativas das posições mantidas por algum deles (ex.: Argentina, Cuba), pode-se esperar um incremento das tensões inter-regionais e da polarização regional na América Latina.

e) Por outro lado, oferece um sinal alentador a existência de organismos regionais e sub-regionais em ambos os continentes (ex.: SELA, CEDEAO, CEAO) que começam a desenvolver um ativo trabalho de contato e cooperação intra-regional.<sup>92</sup> Este oferece a oportunidade de incrementar as interações positivas, aumentar o número dos países de cada região que estabelecem contatos econômicos diretos entre si<sup>93</sup> e contribuir de alguma forma para diminuir os fatores de tensão inter-regional e regional Leste—Oeste.<sup>94</sup>

A isto se soma, entre outros elementos, a tarefa empreendida por alguns atores sub-nacionais, que se vinculam transnacionalmente, tal é o caso do CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais) e do Codesria (Conselho para o Desenvolvimento da Investigação Econômica e Social na África). Estes organismos desenvolvem em cooperação um programa de identificação e estudo dos problemas sócio-econômicos, científicos e educativos de ambas as regiões. Também devem ser citados os esforços dos órgãos responsáveis da ONU para a América Latina e África em prol da obtenção de um programa de cooperação inter-regional.

Os fatores assinalados registram tendências mistas de cooperação e conflito num regime internacional muito fluido e em rápida mudança. A análise num quadro mais amplo, que leve em consideração os interes-

ses da União Soviética e as interações desta potência com os Estados Unidos, permitirá identificar outros elementos redutores e aceleradores dos processos de vinculação entre América Latina e África Negra.

## A política soviética para a América Latina

### O modelo predominante de relações

Durante a década de 60 a União Soviética aplica na América Latina a política de "coexistência pacífica", cujos delineamentos técnicos foram lançados no famoso XX Congresso do Partido Comunista Soviético (1956). A distensão com os Estados Unidos e um metódico esforço por mudar sua imagem, flexibilizando os traços de "ameaça militar" que a caracterizava, favorecem o estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com vários países (ex.: Brasil, Colômbia, Uruguai, Chile).<sup>95</sup> Quanto às estratégias para os partidos comunistas latino-americanos, a eles é assinalada a necessidade de incorporar-se às alianças multipartidárias de ampla base popular.<sup>96</sup>

Sem embargo, a quebra progressiva da aliança sino-soviética, que leva à divisão dos partidos comunistas latino-americanos em linhas pró-Pequim e pró-Moscou, e a posição adotada por Cuba em favor da luta armada<sup>97</sup> criam sérias tensões entre Havana e Moscou, ameaçam a política soviética de distensão com os Estados Unidos e sua estratégia de vincular-se através das vias tradicionais e do comércio com os Estados latino-americanos. O enfrentamento com Washington por causa dos mísseis em Cuba (1962) e a repressão à tentativa de abertura econômica e política na Tchecoslováquia (1968) completam um quadro de crescentes dificuldades para a URSS, que só será superado na década seguinte.

Durante a década de 70, consolida-se um modelo de vinculações com a América Latina baseado nas relações estatais, que evitam os componentes ideológicos e se orientam com sentido pragmático, dando ênfase no crescimento e na diversificação dos laços comerciais, tecnológicos, cultu-

rais e políticos.<sup>98</sup> Dessa forma amplia-se enormemente o espectro de regimes com os quais é plausível manter relações, apesar dos exacerbados antagonismos ideológicos.

Esta forma de aproximação é considerada como a mais adequada. Os especialistas soviéticos observam na América Latina o crescimento de um nacionalismo orientado para a independência econômica frente aos Estados Unidos e em luta contra os monopólios estrangeiros pela recuperação da soberania nacional sobre as principais riquezas naturais.<sup>99</sup> O fortalecimento da independência econômica requer por sua vez a diversificação do comércio exterior e a cooperação econômica. As frentes políticas de ampla base popular oferecem, no contexto latino-americano, melhores condições para que sejam alcançadas transformações político-sociais em profundidade do que a malograda experiência guerrilheira, mas é preciso contar com meios econômicos adequados<sup>100</sup> para isto.

Este modelo tem permitido até o presente manter relações comerciais e de cooperação científica, tecnológica e ainda militar muito estreitas com regimes políticos<sup>101</sup> para os quais a postura antimarxista no campo interno e a política de "contenção ao expansionismo soviético" no externo constituem premissas fundamentais e fontes autolegitimadoras de sua conduta interna e internacional.

Por seu turno, a presença destes vínculos permite apoiar aqueles que se opõem ao modelo político e econômico que pretende impor o neoconservadorismo norte-americano na região. Além disto, caso se produzam mudanças de orientação político-ideológica nos países com governos autoritários, seria facilitada a ação mais independente que os novos regimes desejassem adotar frente aos Estados Unidos, pois já se conta com um sistema de relações em pleno funcionamento. Por último, há que levar em consideração os benefícios e obstáculos que, no plano político-estratégico e econômico, podem representar para a União Soviética a manutenção e expansão destas relações frente à alternativa de um eventual

apoio à linha de revolução armada na América Latina.<sup>102</sup>

### *Estados Unidos e os vínculos soviético-cubanos: África e América Latina*

A vinculação mais estreita de Cuba com a URSS na política internacional ao longo da década de 70 e a participação direta de Havana em casos de conflito na África, que são percebidos sob a ótica Leste-Oeste, contribui para manter latentes (e posteriormente para reavivar) os temores fundados ou imaginários de muitos governos latino-americanos. Fato ainda mais grave, a presença cubana na África constituiu para grandes setores do Governo e da opinião pública norte-americanos uma prova irrefutável do papel de "Estado-delegado" desempenhado por Cuba em favor da URSS<sup>103</sup> nos palcos da competição soviético-norte-americana do Terceiro Mundo. Igualmente, demonstrava a continuidade — e o incremento — de uma política cubana permanentemente orientada a solapar os interesses dos Estados Unidos.<sup>104</sup>

Pelo exposto anteriormente, fica fixada na cosmovisão<sup>105</sup> da maior parte dos níveis de decisão político-estratégicos dos Estados Unidos uma vinculação direta entre a política cubana na América Latina e na África, sendo interpretadas ambas na sua essência como partes integrantes de um jogo estratégico global, totalmente dirigido e controlado por Moscou.<sup>106</sup>

Esta interpretação simplista, que ignora ou minimiza os interesses próprios de Cuba e a complexidade das interações soviético-cubanas, fica fortalecida com a assunção de Reagan ao Governo, passando a formar parte da doutrina oficial da Administração.<sup>107</sup> O conceito de "vinculação" (*linkage*) entre fatos diferentes, os quais se inter-relacionam no desenvolvimento das negociações com a URSS e outros países socialistas, já foi utilizado por Administrações anteriores e ressurgiu depois de ter sido rechaçado no início da Administração. Sua reafirmação reduz significativamente as opções da polí-

tica norte-americana para lidar com o "problema cubano" na América Latina e África, já que diminui a possibilidade de observar os conflitos sob uma ótica capaz de registrar certas diferenças entre os papéis e objetivos da URSS e Cuba.

Assim, tende-se a confundir os interesses ideológicos de Cuba e da União Soviética (que podem ser considerados como suficientemente harmônicos) com os interesses estratégicos de ambos os países. Estes últimos, se bem que possam ajustar-se mutuamente — e assim tem acontecido — nos episódios na África, não são de forma alguma idênticos a longo prazo.<sup>108</sup> A diferença existente na conceituação dos objetivos, as capacidades e os modos de inserção no sistema internacional de uma superpotência e um ator pequeno fixam claramente os limites a este respeito. Por exemplo, ambos os atores podem jogar papéis harmônicos na estratégia do outro durante certo tempo (um "uso" mútuo), mas Cuba não possui a capacidade de empenhar-se como a União Soviética dentro dos parâmetros ideológicos, políticos e econômicos que atualmente sustenta, enquanto Moscou pode fazê-lo com relativa facilidade.

A análise das numerosas tensões e desencontros registrados entre Cuba e a URSS desde a revolução cubana oferece dúvidas sobre as características que a aliança entre os dois países pode vir a ter no futuro.<sup>109</sup> Neste contexto, deve-se ter em grande conta que o modo, a orientação e a intensidade das relações entre a URSS e a América Latina (incluindo Cuba) dependem em grande medida de fatores exógenos à região: a evolução das relações entre os Estados Unidos e a URSS e as mudanças registradas no processo político e econômico interno da potência socialista.<sup>110</sup>

A interpretação predominante nos Estados Unidos (e que, por "refração ideológica" e falta de um conhecimento mais profundo dos fatos, também é sustentada como profissão de fé por alguns regimes latino-americanos) tende a esquecer que a presença cubana na África — através de ajuda técnica e do envio de assessores milita-



res, médicos e professores; da participação de forças militares na Argélia (1963), Congo (1965) e Síria (1973) (se bem que em reduzidas quantidades); e de um amplo apoio e cooperação aos movimentos de libertação africanos — remonta aos primórdios da revolução cubana. As viagens de Guevara à África em 1964 e 1965 permitiram à direção cubana, entre outros contatos, estabelecer sólidos vínculos com os líderes dos movimentos que lutavam contra a dominação portuguesa nas colônias africanas. Quer dizer que Cuba já atuava na África quando não era aceita ainda como membro do grupo socialista e inclusive tinha sérias desavenças com a União Soviética.

Se bem que a escala da presença e participação cubana varie na década seguinte, as motivações são mantidas em sua essência:<sup>111</sup> a) o desejo do regime cubano de promover a libertação de outras áreas do Terceiro Mundo e o estabelecimento de modelos politicamente harmônicos com o seu; b) a necessidade de contar com apoios estratégicos próprios nessas áreas — independentes, no possível, dos altos e baixos das relações soviético-norte-americanas, razões de negociação entre a URSS e os Estados Unidos — caso fosse necessário.

Em relação ao ponto *a* deve ser assinalada a apreciação cubana da situação na África: existência de movimentos que contavam com sólido apoio popular e com suficiente reconhecimento internacional<sup>112</sup> na luta pela independência e pela mudança de regimes políticos opressores das maiores negras nacionais e a expectativa de que sua ação significasse um forte impacto na dinâmica de poder Leste-Oeste. Isto traria paralelamente um benefício para o prestígio, a legitimidade e a credibilidade do "modelo cubano".

No que diz respeito ao ponto *b*, pode-se conjecturar que o que nele se observou já tem sido utilizado no contexto das relações soviético-cubanas. Quanto às negociações com os Estados Unidos para restabelecer relações (ou pelo menos para chegar a um *modus vivendi*), Fidel Castro tem rechaçado claramente as diversas tentativas nor-

te-americanas de vincular a retirada cubana da África à "normalização" das relações bilaterais.<sup>113</sup> Não obstante, isto não elimina completamente a possibilidade de que tal fato possa se efetivar no futuro, caso as condições políticas e estruturais vigentes sejam modificadas (ex.: novos acordos na cúpula URSS-EUA; êxito dos esforços ocidentais para obter o apoio da África Negra para seus planos na Namíbia; acordo de Angola com os Estados Unidos; crise política e econômica em Cuba etc.).

Do exposto surgem fatores a serem levados em consideração para a evolução futura das interações afro-latino-americanas no contexto dos conflitos Leste-Oeste:

1) A política de Cuba na África responde a interesses e objetivos em grande medida extra-regionais. Estes estão relacionados — básica mais não exclusivamente (já que em parte satisfazem a interesses da URSS) — com a política geral de luta contra o *apartheid*, apoio à independência da Namíbia e a manutenção do regime político angolano, sob risco de ser desestabilizado pelas pressões da África do Sul e dos Estados Unidos. Neste contexto, a futura participação cubana na África responderá a variáveis internas e externas. Entre estas últimas, adquire grande importância o curso que a política ocidental venha a ter na África Austral. Na medida em que esta não se incline decididamente a favor dos objetivos perseguidos pela África Negra na sub-região, as possibilidades de maior permanência e atividade de Cuba serão incrementadas e a legitimidade de sua intervenção se verá proporcionalmente aumentada ante os países da África Negra<sup>114</sup> e do Terceiro Mundo em geral. Obviamente esta tendência pode ser modificada por outros eventos (ex.: acordos URSS-EUA; EUA-Cuba; EUA-países da Linha de Frente etc.).

2) A rígida vinculação estabelecida pelos Estados Unidos entre as condutas de Cuba na América Latina e África dificulta ainda mais as possibilidades de um entendimento bilateral, de alcance limitado, a somente uma das duas regiões. A obtenção de um

acordo em alguma das duas áreas pode em princípio melhorar as chances na outra, mas os fatos não se inter-relacionarão necessariamente desta maneira.

3) Face às situações de competição Leste-Oeste criadas pelos Estados Unidos e URSS na África, com ou sem participação cubana, a posição de alguns dos países mais importantes da América Latina tem sido ambígua:

a) Apoiaram formalmente a África Negra e se expressam contra o *apartheid* mas continuam desenvolvendo seus vínculos políticos e econômicos com o regime sul-africano de forma encoberta ou pública.

b) Em alguns casos, têm se prestado ao esquema bipolar, adotando os conceitos e percepções norte-americanas como guia, prestando-se a um jogo que vai contra seus próprios interesses objetivos (multipolarismo, diminuição das tensões Leste-Oeste, maior cooperação Sul-Sul). Caso surjam eventuais ações por parte destes países (ex.: acordos explícitos ou encobertos de segurança entre governos latino-americanos e a África do Sul; participação de forças destes regimes em soluções políticas negociadas sobre a Namíbia que não contem com a aprovação da África Negra etc.), alguns atores latino-americanos estariam contribuindo para incrementar os conflitos regionais (polarização interna da região; maiores tensões com Cuba) e inter-regionais (ruptura dos objetivos e princípios básicos concertados entre os países em desenvolvimento no campo político e social; crescente desencontro e oposição entre América Latina e África etc.).

c) Por outro lado, a manutenção de situações ambíguas, ainda quando não se agravem e desembuquem nas situações consideradas em *b*, constituem já um obstáculo sensível e concreto ao fortalecimento da cooperação entre América Latina e África, visto que impõe certos limites aos esforços e ao interesse em cooperar e, o que é mais grave ainda, mantém um clima de desconfiança e frustração por parte dos atores africanos com respeito a quais são as inten-

ções e a verdadeira posição adotada pela América Latina frente aos problemas da África Austral. Neste sentido, uma renomada especialista nigeriana em assuntos latino-americanos assinala: "O tema da África do Sul constitui-se no foco principal para avaliar as atitudes dos Estados latino-americanos com respeito à descolonização da Namíbia e à autodeterminação da África do Sul" (...). "a aparente indiferença da maioria dos Estados da América Latina para a luta pela libertação [na África do Sul] tem significado a mais importante limitação para o incremento e melhoria das relações entre Nigéria e América Latina" (...). "Mas além das expressões gerais de boa vontade, os países latino-americanos têm mantido uma posição política muito fria com respeito aos problemas da África Austral."<sup>115</sup>

### América Latina e África no futuro

Através dos comentários realizados ao longo deste trabalho, deseja-se apresentar alguns dos fatores que vinculam as tendências que surgem do conjunto das relações afro-latino-americanas com os problemas que estas regiões enfrentam na atualidade.

Evidentemente a perspectiva varia se o observador se mantém em uma ou outra dimensão temporal. Tanto no imediato como a longo prazo a situação requer uma ação solidária e cooperativa por parte da América Latina com as causas da África Negra. Hoje, conforme se tem assinalado, esta solidariedade já existe, mas apresenta duas correntes de sinais opostos: a que se solidariza com os movimentos e Estados de maioria negra que lutam pela descolonização e pelos postulados básicos de um sistema democrático e a que, sem negar formalmente estes, se presta — por omissão ou ação — às potências que desejam manter relações de dominação no âmbito internacional e às minorias que sustentam um sistema de segregação racial, autoritarismo político e exploração econômica.

O futuro está aberto quanto às possibilidades de que estas correntes — que estão representadas por países com traços, necessidades e recursos sócio-políticos e econômicos próprios — coincidam ou incrementem suas diferenças durante a próxima década. É impossível prever a conformação futura do sistema internacional e de seus subsistemas, mas podem-se identificar alguns elementos relevantes quanto ao rumo e à estrutura que estes possam adotar. Entre eles se pretende destacar os seguintes: a) uma redefinição de seus interesses por parte dos atores latino-americanos; b) mudanças nas relações de poder entre os Estados Unidos, América Latina e África.

a) Redefinição dos interesses dos atores latino-americanos.

Estamos frente a uma nova fase de redistribuição do poder na América Latina. Os atores significativos não somente têm modificado seu número, aumentando-o, mas também a distribuição interna dos recursos político-sociais e econômicos têm variado no seio do grupo dos países maiores. Registra-se uma visível ascensão do Brasil e México, certa estagnação da Venezuela e um declínio da Argentina.

Esta capacidade de ação e influência externa, se aplicada a suas políticas africanas, oferece uma situação de certo equilíbrio de forças (sem dúvida instável) entre os que se inscrevem em cada uma das correntes mencionadas.

Um balanço desta natureza é muito provável que seja modificado durante os próximos anos em função de uma mudança dos grupos no poder (ou da conceituação de seus interesses), das necessidades de cada país e da modificação do contexto internacional.

No que se refere às mudanças das políticas externas nacionais, a disfuncionalidade dos grupos dominantes constitui variável muito importante para se entender a brecha entre as margens de manobra psicológica e potencial existente para a adoção de decisões autônomas.<sup>116</sup> O primeiro elemento responde ao âmbito da percepção

que os que decidem têm de suas possibilidades de atuar e como tal está estreitamente vinculado à "imagem" da realidade que eles sustentam. A margem de ação potencial, por sua vez, pertence essencialmente à realidade material objetiva.

Estes fatores permitem contar, na prática, com a possibilidade de que aqueles países da região orientados direta ou indiretamente em favor da África do Sul e das concepções de segurança dos Estados Unidos sofram mudanças substanciais no rumo de sua política externa. Estas nações apresentam regimes autoritários que geralmente não conseguem impor — em razão de sua transitoriedade, disfunção política com as orientações mantidas pela maioria da sociedade e polarizações internas — uma política determinada, com continuidade através do tempo. Como contrapartida, também é factível esperar que o vaivém entre orientações mais autônomas e dependentes continue apresentando-se no futuro, enquanto a política externa não resulte representativa das demandas dessa sociedade em seu conjunto.

Outro fator de disfuncionalidade é dado pela inércia dos sistemas políticos e ideológicos internos e sua lentidão de adaptação às mudanças econômicas e tecnológicas que o sistema internacional apresenta. Isto contribui para que em muitas ocasiões as respostas aos impactos externos sejam estereotipadas e rotineiras. Aqueles desafios de novo tipo não são identificados como tais e recebem um tratamento provado e legitimado pelo costume, sem acudir à busca de novos enfoques e procedimentos que permitam aproveitar as oportunidades que a situação internacional apresenta.

b) Mudanças nas relações de poder entre Estados Unidos, América Latina e África Negra.

Guardadas as devidas proporções, poderia afirmar-se talvez que, do ponto de vista político e econômico, a América Latina constitui hoje uma representação significativa do subsistema "Sul". Coexistem nela países de reduzida viabilidade econômica

individual, junto a outros altamente viáveis; sistemas econômicos de mercado livre, socialistas e de economia mista; governos firmemente alinhados com uma ou outra das superpotências; regimes com posições intermédias e não-alinhados; projetos de política exterior que privilegiam a inserção (ainda quando subordinada) no segmento Norte, junto a outros que começam a pôr certa ênfase na via Sul-Sul.

Esta diferenciação interna da América Latina também se apresenta em seus termos essenciais na África Negra, e em ambas as regiões se vê acompanhada por mudanças em suas situações relativas frente às potências ocidentais. Tanto a América Latina como a África apresentam modos de inserção na economia mundial que são típicos dos países em desenvolvimento, tanto na composição do intercâmbio comercial como na estrutura produtiva.

Não obstante, e para além de significativas diferenças no grau de desenvolvimento alcançado em cada uma delas, tanto a América Latina como a África Negra têm incrementado os recursos políticos à sua disposição, o grau de cooperação regional e a experiência ganha no manejo das relações intra e extra-regionais.

Em particular, a América Latina (ou pelo menos seus principais países) possui agora maior capacidade potencial de negociação para melhorar em seu favor a modalidade de seu vínculo econômico com os Estados Unidos.<sup>118</sup> Gradualmente a vontade política necessária para exercer esta capacidade parece começar a emergir, junto a um exercício de reflexão sobre as estratégias e meios necessários para tanto.<sup>119</sup> Entre os elementos a serem levados em consideração nesta análise, é factível esperar que no futuro adquiram maior peso as vinculações econômicas com outras regiões em desenvolvimento (por exemplo, já se dá assim com os países islâmicos da OPEP, no caso de Argentina e Brasil; e com Nigéria, Moçambique, Guiné-Bissau e Angola, com o Brasil) e os laços de solidariedade político-econômica setorial (ex.: Venezuela, com a OPEP e, portanto, com Nigéria).

Além do mais, a mudança de dimensão, tipo e intensidade da participação no sistema internacional deve conduzir paulatinamente à modificação do centro de gravidade dos temas que concentram o interesse das decisões, ampliando seus objetivos e os critérios de avaliação dos problemas.

A África Negra, por sua vez, tem realizado — em que pese as enormes dificuldades que enfrenta — avanços no campo da coordenação de sua ação política fora da região, no trato dos conflitos políticos inter-regionais e na coordenação de sua atividade anticolonialista na África Austral.

No plano do desenvolvimento econômico, apesar das heterogeneidades atuais e da crítica situação de algumas sub-regiões, não se deve esquecer que a região possui importantes riquezas naturais e os países estão se organizando para seu aproveitamento. Ao iniciar-se o novo século, o continente poderia obter um ingresso *per capita* de mil dólares para uma população de 750 milhões de habitantes<sup>120</sup>; obter uma participação superior a 2% da produção industrial mundial (quando mudar o regime sócio-político vigente na África do Sul); alcançar níveis próximos da auto-suficiência em petróleo e uma redução significativa de seu atual *deficit* alimentar. Para conseguir estes objetivos, será necessária a participação não só dos países desenvolvidos como também das nações de recente industrialização. Estas perspectivas deverão ser levadas em consideração por aqueles que venham a adotar as decisões de política externa na América Latina.

Por último, não se deve desdenhar a possibilidade de certas mudanças na política externa norte-americana para as áreas em desenvolvimento. Seus elementos estão já no seio desta sociedade. O terreno conceitual e propositivo, os setores intelectuais e os políticos mais liberais de ambos os partidos já têm apontado políticas específicas<sup>121</sup> que incluem inclusive a atualização dos critérios geopolíticos vigentes no pensamento e na ação estratégica dos Estados Unidos.<sup>122</sup> No plano econômico, se o êxito não acompanha a política aplicada

pela Administração (e existem muitos sinais indicadores neste sentido), modificações substantivas deverão ser introduzidas. Por fim, no plano global, a política de contenção e a intenção de reintroduzir uma estrita hierarquização e disciplina de blocos não estão dando os resultados esperados. A

alternativa poderia orientar-se para uma flexibilização do jogo do poder como solução de compromisso entre as expectativas e as limitações impostas pela realidade. Tanto a África como a América Latina têm muito que dizer e fazer neste plano e no da cooperação econômica horizontal.

## NOTAS

1. Ver o Quadro n.º 2, "Importaciones y Exportaciones de Algunos Países Sudamericanos a Sudáfrica", do artigo de Carlos Moneta, "Aspectos Conflictivos de las Relaciones Afro-latinoamericanas: Las Vinculaciones Políticas, Económicas y Militares de Sudáfrica con los Países del Atlántico Sur Latinoamericano", in *Relaciones Internacionales*, n.º 22, v. VI (México: Universidad Nacional Autónoma, Centro de Relaciones Internacionales, julho-setembro de 1978), p. 102, e o trabalho de Jacques d'Adesky, "Intercâmbio Comercial Brasil-África: (1958-1977): Problemas e Perspectivas", em *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 3 (Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1980), p. 30-1.
2. Para uma análise elaborada das relações da Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil com a África do Sul, ver: Carlos Moneta, "Aspectos Conflictivos de las Relaciones Afro-latinoamericanas . . .", *op. cit.*; para o caso específico do Brasil, ver: Wayne Selcher, "Afro-Asian Dimension of Brazilian Foreign Policy (University of Florida Press), p. 169-74, e "O Novo Diálogo América Latina-África: Fundamentos das Relações Sul-Sul", em *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 4 (Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1980).
3. Carlos Moneta, *op. cit.*
4. Ver trabalhos assinalados na nota 2.
5. Ver Guy Martinière, *op. cit.*; C. Anderson, "The Concept of Race and Clan and the Explanation of Latin American Politics", em M. Mörner, edit., *Race and Class in Latin America*, (Nova Iorque: University of Columbia Press, 1970); sobre a participação política das minorias negras na América Latina, sugere-se: Anani Dzidzienyo, "Activity and Inactivity in the Politics of Afro-Latin America", *Social Annals*, v. IX (Março de 1978); e ainda os trabalhos apontados na nota 2.
6. "Firmeza, Confiança e Equilíbrio", discurso do Secretário de Estado indicado Alexander Haig, na audiência para a sua confirmação perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, em Washington, D.C., 9 de janeiro de 1981.
7. Carlos Moneta, "Las Percepciones Marxistas e Liberal-Democrática Contemporáneas de la Democracia en los Estados Unidos", *Cuadernos Semestrales: Estados Unidos: Perspectiva Latinoamericana*, n.º 9 (México: CIDE, 1.º semestre de 1981). Ver também, neste mesmo número, os excelentes artigos de Luis Maira, Roberto Bouzas e Atilio Borón sobre aspectos políticos, econômicos e estratégicos das relações dos Estados Unidos com a América Latina.
8. "... o crescimento do poder militar soviético lhes permite sustentar uma política externa imperial. Subocidental parece estar de conformidade a um objetivo básico e funesto: invadir os países que estão na rota dos recursos vitais do Ocidente, ou próximo dela . . .", em "A Ajuda à Segurança e ao Desenvolvimento", discurso do Secretário de Estado Alexander Haig, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Washington, D.C., 18 de março de 1981.
9. "... Durante os anos 1960 a 1970 a coesão de nossa política externa, de defesa e econômica se desintegrou. Como resultado, diminuiu a capacidade norte-americana para moldar os acontecimentos. Em particular, na medida em que aumentou o poderio militar soviético, nossa habilidade para frear o aventureirismo soviético declinou dramaticamente . . .", "A Política Externa e a Política de Defesa dos Estados Unidos Estão Inextricavelmente Unidas", comunicado à imprensa, do Departamento de Estado, contendo declarações do Secretário de Estado Alexander Haig, perante a Comissão para Assuntos Militares do Senado dos Estados Unidos, Washington, D.C., 30 de julho de 1981.
10. Ver o comunicado à imprensa citado na nota 9.
11. Ver "Firmeza, Confiança e Equilíbrio", doc. cit.
12. *Idem.*
13. Ver, por exemplo: *Assesment of Conditions in Central America*, Inquérito perante a Subcomissão de Assuntos Inter-Americanos da Comissão de Relações Exteriores, Câmara dos Representantes, 96.º Congresso, 2.ª Sessão, 28 de abril e 20 de maio de 1980 (Washington, D.C.: United States Government Printing Office - USGPO, 1980); e *Impact of Cuban-Soviet Ties in the Western Hemisphere. Prim. de*

- 1980, Inquérito perante a Subcomissão de Assuntos Inter-Americanos, Câmara dos Representantes, 96.º Congresso, 2.ª Sessão, 26 e 27 de março, 16 e 17 de abril e 14 de maio de 1980 (Washington, D.C.: USGPO, 1980).
14. "A Ajuda à Segurança e ao Desenvolvimento", doc. cit.
15. Declarações de Robert D. Hormatz, Secretário-Assistente de Estado para Assuntos Econômicos e Comerciais, "International Economic Policy Priorities", *Current Policy*, n.º 278, (Washington, D.C.: Departamento de Estado, Bureau of Public Affairs, 19 de maio de 1981).
16. Declarações de Myer Rashish, Subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, em "A Política Terceiro-Mundista de Reagan Está em Vias de Formulação", *El Diario de Caracas* (junho de 1981), e declarações feitas por Robert D. Hormatz no documento citado anteriormente; "Enfoque das Questões Econômicas Externas", exposição do Sr. Myer Rashish em 14 de junho de 1981; "Uma Nova Era de Crescimento", discurso do Secretário de Estado Alexander Haig, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 21 de setembro de 1981.
17. Declaração feita por Robert D. Hormatz, doc. cit.
18. Ver "A Ajuda à Segurança e ao Desenvolvimento" e "Firmeza, Confiança e Equilíbrio", documentos citados. Parté destes conceitos foram ratificados em contatos diretos mantidos com autoridades do Conselho Nacional de Segurança.
19. Ver, entre outros: Alexander Haig, "Firmeza, Confiança e Equilíbrio" e "A Ajuda à Segurança e ao Desenvolvimento", documentos citados; Thomas Enders, "Latin American and the Caribbean. Task for US Policy in the Hemisphere", *Current Policy*, n.º 282 (Washington, D.C.: Departamento de Estado, Bureau of Public Affairs, 3 de junho de 1981); "Exposição sobre a Bacia do Caribe", exposição do Subsecretário Enders perante a Subcomissão de Assuntos Inter-Americanos da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Representantes, Congresso dos Estados Unidos, Washington, D.C., 28 de julho de 1981. Entre os centros académicos de maior importância na elaboração de projetos de política externa neoconservadora, podem ser citados: o Centro de Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade de Georgetown, American Enterprise Institute, a Hoover Institution e o United States Strategic Institute. Em posições ainda mais conservadoras, mas com menor influência, "O Comitê de Santa Fé".
20. Sobre a política da Administração Carter, ver por exemplo: "Sulanes, Western Strategy and South Africa", por John Prados, em *US Military Involvement in Southern Africa* (Boston: WMACAS, South End Press, 1978).
21. Existem numerosos documentos e declarações oficiais da nova Administração sobre o modo de ver os problemas e interesses norte-americanos na África. Entre eles, e apenas a título de exemplo, sugere-se a leitura de: "The United States and Africa", *paper* apresentada por Chester A. Crocker, Secretário-Assistente de Estado para Assuntos Africanos, na Conferência "Kansas and the Midwest's Economic Relations with Africa", patrocinada pelo Afro-American Institute e pelo Senador Nancy Landon Kassebaum, presidente da Subcomissão do Senado para Assuntos Africanos, realizada em Wichita, Kansas, em junho de 1981, e as declarações deste Secretário-Assistente perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, nas audiências efetuadas para a sua confirmação (abril de 1981); *US National Interest in Latin American*, Inquérito perante a Subcomissão de Assuntos Inter-Americanos da Comissão de Relações Exteriores, Câmara dos Representantes, 97.º Congresso, 1.ª Sessão, 4 de março de 1981 (Washington, D.C.: USGPO, 1981), p. 10-1; reporte-se também à nota 14.
22. S. Bitar e Carlos Moneta, "América Latina: Hacia un Nuevo Enfoque en las Relaciones Económicas con los Estados Unidos", *paper* (Caracas: setembro de 1981).
23. Ver "Latin American and the Caribbean. Task for US Policy in the Hemisphere", discurso citado na nota 19; *US Policy Toward El Salvador*, Inquérito perante a Subcomissão de Assuntos Inter-Americanos da Comissão de Relações Exteriores, Câmara dos Representantes, 97.º Congresso, 1.ª Sessão, 5 e 16 de março de 1981 (Washington, D.C.: USGPO, 1981); The United States and Latin American in the 1980's", exposição apresentada por Constantine C. Menges, The Hudson Institute, em *US National Interest on Latin America*, Inquérito perante a Subcomissão de Assuntos Interamericanos da Comissão de Relações Exteriores, Câmara dos Representantes, 97.º Congresso, 1.ª Sessão, 4 de março de 1981 (Washington, D.C.: USGPO, 1981); Luis Maira, "América Latina, Pieza Clave en la Política de Contención de la Administración Reagan, Estados Unidos . . .", na publicação citada à nota 7.
24. Ver: *Foreign Assistance Legislation for Final Year 1981 (Part. 7)*, Inquérito perante a Subcomissão para Assuntos Inter-Americanos da Comissão de Relações Exteriores, 97.º Congresso, 1.ª Sessão, 23, 26 e 30 de março e 8 de abril; "Latin American and the Caribbean: Bilateral Assistance", *Current Policy*, n.º 289 (Washington, D.C.: 23 de março de 1981).
25. Ver, entre outros: os documentos referentes ao Secretário de Estado Haig e ao Subsecretário Enders; o documento *US National Interest in Latin America*, com as declarações de C. Menges; Roger Fontaine, *US-Cuban Relations: A New Look*; Council for Interamerican Security, CIS, Washington, D.C., maio de 1977; Robert S. Leiken (membro do Centro de Estudos Estratégicos da Universidade de Georgetown), "Eastern Winds in Latin America", *Foreign Policy*, n.º 42 (Primavera de 1981). Para

uma visão diferente da capacidade de ação, conduta e objetivos de Cuba (e suas relações com a URSS), ver: Jorge I. Domínguez, "The United States and its Regional Security Interest", *Daedalus*, v. 109, n.º 4, ("US Defense Policy in the 1980's", trabalhos da American Academy of Arts and Sciences) (Outono de 1980); exposição de Abraham Lowenthal, professor-convidado, Brookings Institution, em *US National Interest in Latin America*, doc. cit.; "El Salvador: A Luta pela Paz", discurso do Secretário-Assistente de Estado para Assuntos Inter-Americanos, Thomas A. Enders, perante o Conselho de Assuntos Mundiais, Washington, 16 de julho de 1981; Discurso de Thomas Enders, perante o Conselho das Américas, Washington, 3 de junho de 1981; "A Cooperação é a Chave do Plano de Ajuda ao Caribe", discurso de Thomas Enders perante o Centro de Relações Interamericanas, de Nova Iorque, 9 de setembro de 1981.

26. *Idem*.

27. Uma exata manifestação desta visão geopolítica é dada, entre outras, pelas declarações e trabalhos do Tenente-General Gordon Summer, Assessor Especial em Assuntos Inter-Americanos do Departamento de Estado. Ver "Argentina: O Alinhamento de um Aliado", *Futurables*, ano 2, n.º 5 (Buenos Aires: Fundação Argentina Ano 2000, 1.º trimestre de 1980).

28. Ver nota 27 e declarações do Subsecretário Enders, durante sua visita ao Brasil, publicadas em *O Estado de São Paulo* (20 de agosto de 1981).

29. "Latin America and the Caribbean. Task for US Policy in . . .", doc. cit.

30. *Idem*. Ver, em particular, o discurso de Thomas Enders perante o Conselho das Américas, Washington, 3 de junho de 1981. Ver nota 25.

31. Declarações de Thomas Enders, publicadas em *O Estado de São Paulo* (20 de agosto de 1981).

32. *Idem*.

33. Exemplos: entre 1980 e princípios de 1982 foram realizadas, entre outras, as seguintes gestões: Missão do General Andrew Goodpaster; a do Subsecretário do Comércio Luther Hodger (da Administração Carter); a de Gerald Smith (negociador, em temas nucleares, dessa Administração); a do General Edward Meyer (Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos); a do General Vernon Walters; a do General Gordon Summer e do funcionário do Departamento de Estado, Samuel Harst; a do Tenente-General Walter Nutting (Chefe do Comando Sul dos Estados Unidos); a do Contra-Almirante James S. Elfeit (Chefe dos Exercícios navais UNITAS); a da Embaixadora Kirkpatrick; a do Brigadeiro Richard Ingramm (Chefe da Escola do Estado-Maior da Força Aérea); e as missões de legisladores (Howard Baker, Paul Laxalt e Ernst Hollings).

34. Ver, por exemplo, o tratamento dispensado à visita do assessor do Subsecretário Enders, General Gordon Summer (30 de setembro de 1981) a Brasília. Enquanto no Brasil ele foi recebido apenas pelo chefe do Departamento respectivo do Itamaraty e não lhe foi dada maior atenção pela imprensa, durante sua permanência na Argentina manteve entrevistas com o Presidente Viola e com o então comandante do Exército, General Galtieri.

35. Em termos gerais, existe uma clara diferença entre os graus de compromisso que os atuais Governos do Brasil e da Argentina estão dispostos a assumir com a política externa norte-americana. Enquanto o primeiro adotou uma atitude de oposição a qualquer tentativa de intervenção norte-americana em outros países (ex.: América Central), não se mostrou disposto a participar em uma força no Sinai e negou categoricamente a possibilidade de atuar em um esquema defensivo do Atlântico Sul que incluía a África do Sul, o segundo afirma sua vontade e interesse em participar (exceto no caso sul-africano, para o qual houve restrições, se bem que mais formais que profundas). (Para uma análise da evolução das relações argentino-sul-africanas, ver nosso trabalho "Aspectos Conflictivos de las Relaciones . . .", citado anteriormente). Não obstante, parte do setor militar brasileiro é mais favorável a um entendimento com os Estados Unidos nestes temas, embora mantendo a independência de ação do Brasil. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General José Ferraz da Rocha, viajou aos EUA em 1981, com o propósito de melhorar as relações neste plano. Estas estavam deterioradas desde a interrupção do acordo bilateral de assistência militar, por decisão do Governo brasileiro, durante a Administração Carter.

36. Tenente-Coronel John Child, "Estados Unidos y Latinoamérica. Conceptos Estratégicos Militares", *Estrategia*, n.º 63 (Buenos Aires: março-abril de 1980).

37. Sobre este tema, ver entre outros o artigo citado do Tenente-Coronel Child e Ray S. Cline, "A New Grand Strategy for the United States", em *Comparative Strategy*, n.º 1 e 2, vol. 1 (Nova Iorque: The Strategic Studies Center, 1978); ver também *La Prensa* (Buenos Aires: 5 de abril de 1981).

38. Child, "Estados Unidos y Latinoamérica . . .", art. cit.

39. Citado em "Reagan's African Perspectives", *Africa Report* (julho-agosto de 1980), p. 4.

40. *Idem*.

41. Ver entre outros os diferentes trabalhos de Kenneth Adelman (Stanford Research Institute, Washington, D.C.), Ernest Lefever (Georgetown University), Peter Duignan (Diretor do African and Middle East Studies at Stanford University's Hoover Institution), Robert G. Neumann (Georgetown University's Center for Strategic and International Studies, Washington, D.C.), Roger Fontaine (Diretor

da Divisão de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Georgetown).

42. Entre as organizações negras ativas na década de 60-70, podem ser citadas, entre outras, a American Society of African Culture (AMSAC) e a American Negro Leadership Conference on Africa (ANLC). Entre as organizações plurirraciais, o American Committee on Africa (ACOA) e vários grupos da Igreja protestante. Dos institutos, ocupa lugar relevante The African-American Institute. Em grau muito menor, também foi registrada a atividade por parte de alguns sindicatos (fundamentalmente, contra o *apartheid* e as condições de vida do trabalhador negro na África do Sul). Tal é o caso da United Automobile Workers (UAN) e, inclusive (se bem que focalizando a luta anticomunista na África), a poderosa AFL-CIO.

43. Chester Crocker, "South Africa: Strategy for Change", *Foreign Affairs* n.º 2, v. 59 (Inverno de 1980-81); *South Africa into the 1980's* (Boulder, Colorado: Westview Press e também por Richard E. Bisell, 1980).

44. Declarações de Chester Crocker perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, citada em "Reagan's Choice", *Africa*, n.º 117 (maio de 1981), p. 19.

45. Coincide, esta formulação, totalmente com o comentário feito neste sentido por John Kraus, em "American Policy in Africa", *Current History*, v. 80, n.º 463 (março de 1981), p. 97.

46. Para uma apresentação oficial destes temas, ver "Background to US Policy Toward Africa", em *US Corporate Interest in Africa*, relatório da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, 95.º Congresso, 1.ª Sessão, janeiro de 1978 (Washington, D.C.: USGPO, 1978), p. 176-81. Para um comentário crítico, sugere-se a leitura do artigo de John Kraus, citado na nota anterior.

47. John Kraus, "American Policy . . .", *op. cit.*

48. Afirmou o Presidente Reagan, em uma entrevista ao jornalista Walter Cronkite: "... podemos nós abandonar um país que nos apóia em cada guerra em que lutamos, um país que é essencial, estrategicamente, para o mundo livre na produção de minerais de que todos nós precisamos? (...) Creio que, se vamos sentar a uma mesa e negociar com os russos, certamente, então, podemos manter a porta aberta e continuar negociando com uma nação como a África do Sul." Citado por Richard Deutsch, "Reagan's Unruly Review", *Africa Report*, v. 26, n.º 3 (maio-junho de 1981), p. 23.

49. Chester Crocker, "The United States and Africa", *Africa Report* (setembro-outubro de 1981), p. 6.

50. South Africa Department of Mines; *Financial Mail* (20 de maio de 1977), citado em *Southern Africa: The Continuing Crisis*, *op. cit.*, p. 7.

51. A. Geddicke, "Raw Materials Strategies of Multinational Copper Companies Based in the United States", em A. Seidman (editor), *National Resources and National Welfare: The Case of Copper*. (Nova Iorque: Praeger, 1975), p. 92-107. Atualmente, os Estados Unidos compram da África do Sul 82% de platino, 87% do vanádio, 80% do ferro e do cromo, 50% do antimônio e 45% do manganês do total de suas importações relativamente a estes minérios.

52. Ver a parte de nosso trabalho, "Aspectos Conflictivos de las Relaciones . . .", *op. cit.*, que trata da doutrina estratégica elaborada pela África do Sul, e também *US Policy Toward Africa*, *doc. cit.*, p. 71; Robert Hanks USN, *The Cape Route: Imperiled Wester Lifeline* (Cambridge: Institute for Foreign Policy Analysis, 1981); sobre a participação da CIA e do Pentágono, ver, entre outros, *South Africa*, artigo citado, p. 185 e 189.

53. *Resource Development in South Africa and US Policy*, Inquérito perante a Subcomissão de Recursos, Alimento e Energia Internacionais da Comissão de Relações Internacionais, Câmara dos Representantes, 94.º Congresso, 2.ª Sessão, 25 de maio, 8 e 9 de junho de 1976, *doc. 1* (Washington, D.C.: USGPO, 1976), p. 369, e Gordon Bertolin, *US Economic Interest in Africa, Africa and the United States. Vital Interest*, editado por Jennifer Seymour Whitaker (Nova Iorque: New York University Press, 1978), p. 21-2.

54. *Resource Development . . .*, *doc. citado*, testemunhos 2 e 3, p. 370-1.

55. *US Economic Interest in Africa*, *op. cit.*, p. 23.

56. *Survey of Current Business*, vários autores, citado em *US Economic Interest in Africa*, *doc. cit.*, p. 23-4.

57. *Great Decisions 81*, "South Africa" (Nova Iorque: Foreign Policy Association, 1981), p. 41.

58. Declaração do Secretário de Estado, C. Vance, em 1977, citado por Thomas Karis, "United States Policy Toward South Africa", em G. M. Carter e P. O'Maara, edit., *Southern Africa: The Continuing Crisis* (Indiana: Indiana University Press, 1979), p. 318. Ver também *US Corporate Interest in Africa*, *doc. cit.*, p. 459.

59. "US Tops in South Africa's 1980 Trade", *African Update* (setembro-outubro de 1981), p. 23.

60. "The Nigerian Trump Card", *Africa*, n.º 117 (maio de 1981), p. 16.

61. Um excelente e completo quadro da atividade das empresas multinacionais (e que inclui, inclusive, de forma relativamente marginal, as de origem europeia) e dos fluxos financeiros podem ser encontrados em *South Africa*, Inquérito perante a Subcomissão de Assuntos Africanos da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, 94.º Congresso, 2.ª Sessão, *South Africa - US Policy and the*



- Role of US Corporations*, 8, 9, 16, 17, 22-3, 29 e 30 de setembro de 1976 (Washington, D.C.: USGPO, 1976); *US Corporate Interest in South Africa*, doc. citado.
62. William Rainford, analista do Congresso norte-americano, "International Credit and South Africa", 12 de agosto de 1977, em *US Corporate Interest in South Africa*, doc. cit., p. 25-9.
63. *US Economic Interest in Africa*, doc. cit., p. 28-9, e *US Corporate Interest in South Africa*, doc. citado.
64. *US Policy Toward Southern Africa*, doc. cit., exposição apresentada pelo Dr. Williard R. Johnson, Professor de Ciência Política, MIT, p. 458-9.
65. Chester Crocker, "The United States and Africa", *op. cit.*, p. 6-7.
66. Declaração do presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, em entrevista coletiva dada em Luanda, em 9 de setembro de 1981, em "Reaction to South African Invasion", Angola Documents, *Africa Report*, v. 26, n.º 6 (nov-dez de 1981).
67. Discurso pronunciado por Chester Crocker, em Honolulu, em 29 de agosto de 1981, "Namibia—Angola Linkages", Angola Documents, *Africa Report*, v. 26, n.º 6 (novembro-dezembro de 1981), p. 10.
68. *Idem*.
69. Entrevista com o Deputado Howard Wolpe, presidente da Subcomissão de Assuntos Africanos da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Representantes, publicada em *Africa Report*, v. 26, n.º 6 (novembro-dezembro de 1981), p. 5, e declarações do presidente angolano em entrevista coletiva, em Luanda, em 9 de setembro de 1981.
70. "Namibia—Angola Linkages", *op. cit.*
71. Reportagem sobre o ministro das Relações Exteriores de Angola, realizada pelo *Washington Post*, citada por Richard Deutsch, em "Building an African Policy", *Africa Report*, v. 26, n.º 4 (julho-agosto de 1981), p. 47.
72. *Financial Mail* (Johannsburg: 15 de maio de 1981).
73. Ver as críticas do Governo da Tanzânia no *Daily News* (Dar-es-Salaam: 3 de maio de 1981): "Somente um acordo negociado da questão da Namíbia, de conformidade com o plano da ONU, irá minimizar os sofrimentos humanos e garantir os interesses do Ocidente."
74. Comentários do Governo nigeriano, através da Rádio de Lagos, nos quais acusa o Governo de Reagan de "solidarizar-se abertamente com os racistas", *African Update* (Nova Iorque: setembro-outubro de 1981).
75. Chester A. Crocker, "South Africa: Strategy for Change", artigo citado, p. 324-5.
76. Ver artigo citado na nota anterior e as declarações do Subsecretário Crocker perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, nas audiências para a sua confirmação (Ex.: Richard Deutsch, "Building an Africa Policy", *Africa Report*, v. 26, n.º 4 [julho-agosto de 1981]).
77. "Outro elemento construtivo se baseia na compreensão, amplamente reconhecida, do fato de que só a colaboração e o mútuo respeito entre os Estados Unidos e a Europa são a única base válida para toda ação futura dirigida para a África do Sul, relativamente à Namíbia ou a qualquer outro tema.", Chester O. Crocker, "South Africa: Strategy . . .", artigo citado, p. 346.
78. Exemplos: O Conselho Nacional de Igrejas, que representa 40 milhões de membros, desenvolve várias campanhas contra a política dessa Administração na África do Sul; o "Escritório de Washington para a África", grupo privado de 'lobistas' que conta com o apoio de importantes movimentos religiosos, também se opõe a ela, da mesma forma que os presidentes e ex-presidentes das Subcomissões de Assuntos Africanos do Congresso, grupos de deputados e senadores negros etc. Quanto à importância da África do Sul em termos de segurança, existem significativas diferenças entre as posições de Crocker e, por exemplo, as de Ad Iman (ex-Subsecretário de Defesa e pesquisador do Stanford Research Institute). Este último apóia o uso das bases navais sul-africanas.
79. A Administração Reagan criticou as resoluções da OUA sobre a Namíbia, na reunião de Nairóbi, em 1981, assinalando que continham "graves distorções" sobre a política da Administração norte-americana na África Austral. A OUA expressou, em um dos parágrafos da Resolução, que "condena a convivência pública ou encoberta de certos países ocidentais, em especial os Estados Unidos da América, com os racistas da África do Sul, que têm destruído os esforços da comunidade internacional para libertar a Namíbia," em "Estados Unidos Ataca a Conferência da OUA", por Bernardo Gwertzman, *The New York Times* (Nova Iorque: 1 de julho de 1981).
80. "Nós reconhecemos que os setores privados de outras democracias industriais estão competindo agressivamente na África; apesar disto, cremos que as empresas norte-americanas, comparativamente, têm uma vantagem em algumas áreas críticas . . .", Chester Crocker, *paper* apresentado na Conferência "Kansas and the Midwest's Economic Relations with Africa", doc. citado.
81. *Times of Zambia* (Lusaca: 11 e 22 de maio de 1981); também no mesmo sentido, *Le Soleil* (Dacar: 11 de maio de 1981). Para outras perspectivas sobre o papel desempenhado pela França, ver *Weekly Review* (Nairóbi: 15 de maio de 1981).

82. *Die Vanderland* (Johannsburg: 11 de maio de 1981).
83. "Cuba, la France et l'Afrique", *Jeune Afrique*, n.º 889 (18 de janeiro de 1978). Ver as declarações do Primeiro-Secretário do Partido Socialista Francês na Conferência das Nações Unidas sobre as sanções contra a África do Sul, ONU—QUA, Paris, 20-17 de maio de 1981.
84. Para uma compreensão dos interesses dos Estados Unidos, URSS, Europa Ocidental e Oriental e Japão na África, em meados da década de 70, ver nosso trabalho "Africa y los Grandes Actores Externos", *Estudios Internacionales*, ano VII, n.º 27 (julho-setembro de 1974); para dados de fins da década, ver *New African Yearbook 1980*.
85. Ver o capítulo "El Fortalecimiento de la Capacidad Económica Relativa de América Latina", em Bitar—Moneta, "América Latina. Hacia un Nuevo Enfoque en las Relaciones . . .", *paper* citado.
86. Na década de 70 ocorreram mudanças importantes nas relações econômicas externas da América Latina. Uma delas é a melhoria da posição relativa da região frente aos Estados Unidos. No entanto, existem diferenças significativas, por países e sub-regiões, no comércio com os Estados Unidos. A proximidade geográfica constitui uma variável de importância para explicar essas diferenças. Por exemplo, em 1977 as exportações para os Estados Unidos significavam cerca de 70% do total de suas importações mexicanas; para a Venezuela eram superior a 36%, enquanto que no caso do Brasil eram de 17,7% e para a Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai só representavam 11,2% (Ver: *UN 1979 Yearbook of International Trade Statistics*). Sobre a dependência estratégica mexicana, ver, entre outros, John Saxe Fernández, *Petróleo y Estrategia. México y Estados Unidos en el Contexto de la Política Global* (México: Siglo XXI, 1980).
87. O tema das relações Estados Unidos—Europa Ocidental—América Latina foi desenvolvido por Wolf Grabendorff, em "El Papel de Europa en las Relaciones Internacionales de América Latina", Reunião Anual de Centros Membros do RIAL: La Política Internacional a Comienzos de los Años 80, Quito, 25 a 27 de novembro de 1981.
88. Ver Eugueni Kossarev, *Relaciones Económicas entre los Países de América Latina y los Países Miembros del Consejo de Asistencia Económica Mutua (CAME)*, E/Cepal/Proy.4/R.16, novembro de 1979.
89. A este respeito, a interpretação do neoconservadorismo norte-americano não deixa lugar a muitas dúvidas: "... Poderia uma política norte-americana mais equilibrada na América Latina ocasionar conflitos com outros aliados ou interesses? A maior dificuldade surge com os partidos da social-democracia europeia, especialmente com os da Alemanha.", *US National Interest in Latin America*, doc. cit. exposição de Constantine Menges, p. 19.
90. Ver nota 86.
91. "México liderará el Embargo Militar contra Sudáfrica", *El Diario de Caracas* (20 de abril de 1981).
92. Em 20 de janeiro de 1982, uma missão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) visitou a Secretaria do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA, localizada em Caracas). A CEDEAO agrupa 16 países da África Ocidental, com um total de 150 milhões de habitantes. Durante as conversações mantidas na SELA, foram analisadas as possibilidades de cooperação em programas setoriais entre as duas regiões, particularmente na área de intercâmbio comercial, tecnológico e de desenvolvimento industrial. Anteriormente, em 1980, o secretário permanente da SELA manteve uma reunião com o secretário geral da Comunidade Econômica da África do Oeste — CEAO. Como resultado, deste encontro, uma missão do Comitê de Ação da SELA de Produtos do Mar e de Água Doce percorreu vários países da CEAO — Alto Volta, Costa do Marfim, Maurítânia e Senegal —, prestando assistência técnica. No decorrer de 1981, especialistas africanos foram convidados a participar de um seminário sobre negociações de acordos de pesca, organizado pela SELA, em Lima.
93. Comunicado conjunto CEDEAO—SELA, Caracas, 20 de janeiro de 1982.
94. O fato de a SELA ser integrada exclusivamente por países latino-americanos e do Caribe, sem a participação dos Estados Unidos, e que Cuba seja membro ativo do Sistema Econômico Latino-Americano permitem contar com um efetivo foro de diálogo e cooperação intra-regional, como o têm demonstrado as frequentes reuniões e múltiplas decisões e ações que o Sistema tem empreendido.
95. Ver Eugueni Kossarev, *Relaciones Económicas entre los Países de América Latina y los Países Miembros*, op. cit., p. 8-9; *Foreign Trade*, n.º 5, (Moscou: Ministry of Foreign Trade, 1971).
96. "Por la Senda de Construcción del Socialismo", Informe ao XXIII Congresso do PCUS, apresentado por L. Brejnev, em 29 de março de 1966, citado e comentado por Augusto Varas, em "América Latina y la Unión Soviética: Relaciones Interestatales y Vínculos Políticos", XIV Congresso Latino-Americano de Sociología, San Juan de Porto Rico, 5 a 9 de setembro de 1981; Goldhamer, *The Foreign Powers in Latin America* (Princeton: Princeton University Press, 1972), p. 238-9.
97. Ver, por exemplo, os documentos da Conferência Tricontinental de Havana (1966) e da Conferência da Organização Latino-Americana da Solidariedade — OLAS, 1967.
98. Ver "Lucha de los Países de América Latina por la Independencia Económica", *Economía de los*

- Países Latinoamericanos (Moscou: Editorial Progresso, 1978), especialmente as p. 38-67; Augusto Varas, *op. cit.*, p. 22.
99. *Economía de los Países . . .*, *op. cit.*, p. 45.
100. *Idem*, p. 69.
101. O caso do espetacular crescimento do intercâmbio comercial e da cooperação tecnológica com a Argentina constitui um perfeito exemplo. Em 1976 — ano em que o atual regime militar assume o Governo —, o comércio com a URSS (exportações) era de aproximadamente 220 milhões de dólares. Sobre um total de 3.916 milhões de dólares, a URSS se encontrava no quarto lugar, depois da CEE, Brasil e Estados Unidos. Em 1980, as vendas à União Soviética subiram a mais de 1.600 milhões de dólares e em 1981 foi estimada em 3.500 milhões, ou seja, um crescimento de 633% relativamente a 1976 (Dados tomados de fontes estatísticas do INDEC.). Este comércio deixa um saldo favorável para a Argentina da ordem de 90%, mas por sua vez cria uma séria dependência, já que concentra uma cota majoritária das exportações em um só mercado. Além da magnitude alcançada pelas relações comerciais, a URSS colabora em importantes projetos tecnológicos, científicos e de desenvolvimento. Entre estes, o aproveitamento do Médio Paraná, o fornecimento de turbinas hidrelétricas para represas na Bacia do Prata e programas de desenvolvimento de ciclos de combustível para a obtenção de energia nuclear. O Brasil, por outro lado, conseguiu com que suas exportações à União Soviética passassem de 512 milhões de dólares em 1976 para mais de 1 bilhão no início da década de 80, e o intercâmbio continua em expansão.
102. O prosseguimento da venda de grãos argentinos para a União Soviética durante a imposição do embargo de cereais do Presidente Carter aponta um dos benefícios obtidos, mas o crescente e exitoso reaparecimento de estratégias de tomada de poder, com ampliação da força militar por parte de movimentos nacionalistas de esquerda na América Central e no Caribe, criam uma séria ruptura na harmonia e unidade da estratégia soviética, que parece agora passar para uma política ambígua, plena de contradições ainda não resolvidas.
103. Ver *Impact of Cuba-Soviet Ties in the Western Hemisphere . . .*, *op. cit.*, p. 9-13, 91-2, e declarações e discursos do Secretário de Estado Haig ("Firmeza, Confiança e Equilíbrio", "Peaceful Programs in Developing Nations", "A Política Exterior e A Política de Defesa Estão Inextricavelmente Unidas"). Para uma visão radicalmente diversa da anterior, ver *Impact of Cuba-Soviet . . .*, *op. cit.*, p. 93-5; G. F. Bender, "Angola, the Cubans and American Anxieties", *Foreign Policy*, n.º 31 (Verão de 1978).
104. *Idem*.
105. Referimo-nos ao fato, frequentemente apontado mas ainda insuficiente, de que as decisões atuam não só em função das características objetivas de uma dada situação, mas também que possuem uma influência muito importante na conformação das decisões a adotar, as características valorativas que os indivíduos dão à realidade, segundo uma "imagem" da mesma que depende de padrões culturais, características psico-emotivas etc.
106. Ver nota 103.
107. Ver os documentos e declarações do Secretário de Estado Haig, citados na nota 13, e declarações do Subsecretário Enders, "Task for US Policy in the Hemisphere", *op. cit.* Contudo, alguns destacados intelectuais neoconservadores (ex.: Roger Fontaine) têm apontado claramente as diferenças existentes entre os objetivos cubanos na África e na América Latina, assim como a capacidade de variação das relações soviético-cubanas.
108. Ver o esclarecedor trabalho de Wolf Grabendorff, "Cuba's Involvement in Africa. An Interpretation of Objectives, Reactions and Limitations", *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 22, n.º 1 (fevereiro de 1980), e C. Blasier, "The Cuban-US-Soviet Triangle. Changing Angles", *Cuban Studies* (janeiro de 1978).
109. M. Samuels, C. Crocker, R. Fontaine *et al.*, *Implications of Soviet and Cuban Activities in Africa for US Policy*, v. I, n.º 5 (Washington: Center for Strategic and International Studies, Georgetown University, Significant Issue Series, 1979); R. Fontaine, "Cuban Strategy in Africa: The Long Road of Ambition", *Strategic Review*, n.º 6 (Verão de 1978).
110. Ver, por exemplo, L. Caldwell e W. Diebold Jr., *Soviet-American Relations in the 1980's. Superpower Politics and East-West Trade*, 1980s Project/Council on Foreign Relations (Nova Iorque: McGraw-Hill, 1981), p. 204, 207; M. Samuels, C. Crocker *et al.*, *Implications of Soviet and Cuban . . .*, *op. cit.*, p. 27.
111. M. Samuels, C. Crocker, R. Fontaine *et al.*, *op. cit.*, p. 43-5; Wolf Grabendorff, "Cuba's Involvement in Africa . . .", art. citado, p. 21-4.
112. Wolf Grabendorff, artigo citado, p. 22-3.
113. *US-Cuban Perspectives — 1975: Conversations on Major Issues with Cuban Officials*, Inquérito perante a Comissão de Relações Exteriores, Câmara dos Representantes, 94.º Congresso (Washington, D.C.: USGPO, 1976).

114. Com respeito à percepção de líderes de países importantes da região sobre a participação cubana na África Austral, o ex-presidente da Nigéria, Tenente-General Obasanjo, afirmou que "... em todos os casos em que ficou patenteada a intervenção de Cuba, esta ocorreu em consequência do fracasso da política ocidental em nome dos legítimos interesses africanos", Tenente-General Obasanjo por ocasião da 15.ª Sessão Ordinária da Assembléia de Chefes de Estado e Governo da OUA, em Cartum, e publicado no Despacho do Ministério Federal de Informações, n.º 992 e 993 (Lagos: 19 de julho de 1978), citado por Joy Ogwu em "A Nigéria e a América Latina: Problemas e Perspectivas", comunicação apresentada a este Seminário.

115. Joy Ogwu, *op. cit.*

116. J. Carlos Puig, "Aportes para la Discusión de un Cuadro Metodológico y Sistemático Uniforme para la Preparación de Documentos", RIAL, comunicação (Caracas, 1982), p. 8.

117. *Idem.*

118. S. Bitar e Carlos Moneta, "América Latina. Hacia un Enfoque...", *op. cit.*, item 6, 'Fortalecimiento da Capacidade Latino-Americana de Negociação'.

119. Ver a "Declaração do Panamá", adotada na Reunião de Consulta de Alto Nível Celebrada pelos Estados Membros da SELA, para examinar as relações econômicas entre a América Latina e os Estados Unidos (Panamá, 1.º de dezembro de 1981).

120. *Jeune Afrique*, n.º 1043 (31 de dezembro de 1980), p. 63.

121. Ver, por exemplo, sobre as relações econômicas dos Estados Unidos com a América Latina: comunicação de Jorge I. Domínguez, Harvard University, perante a Subcomissão de Assuntos Inter-Americanos da Comissão de Relações Exteriores dos Estados Unidos da Câmara dos Representantes (Washington, D.C.: 14 de julho de 1981); Abraham Lowenthal, "The United States and Latin America in the 1980s: Ten Key Issues", comunicação apresentada no IREX - Soviet Academy of Sciences, seminário sobre a América Latina que reúne especialistas soviéticos e norte-americanos, Moscou, junho de 1981; comunicação apresentada pelo Dr. Richard Weisskoff, professor-associado de Economia, Iowa State University, perante a Subcomissão de Assuntos Inter-Americanos da Comissão de Relações Exteriores dos Estados Unidos, Câmara dos Representantes, Washington D.C., 14 de julho de 1981; comunicação do congressista Mervyn M. Dynally e do Caribbean Action Lobby perante a Subcomissão de Assuntos Inter-Americanos, Congresso dos Estados Unidos, Câmara dos Representantes, Washington, D.C., 14 de julho de 1981.

122. Ver Abraham F. Lowenthal e Albert Fishlow, "Los Nuevos Intereses de los Estados Unidos en el Hemisferio Occidental", *Estudios Internacionales*, ano XIII, n.º 49 (Santiago do Chile: Universidade do Chile, janeiro-março de 1980).

---

## ALOCUÇÃO

Neiva Moreira

Jornalista. Diretor de  
*Cadernos do Terceiro Mundo.*

---

O tema sobre o qual devo falar alude a condicionamentos, às questões políticas na relação da América Latina com a África. O Prof. Moneta já nos deu uma síntese fascinante desse tema que a todos nós preocupa. E, de minha parte, gostaria de começar com duas interrogações: que condicionamentos políticos, que questões políticas?

Hoje há um grande esforço em toda a parte, na África inclusive, para que o relacionamento econômico, social entre os povos não fique subordinado às dificuldades

propriamente políticas. Creio que um dos momentos mais dramáticos dessa nova orientação política se deu quando o Presidente Agostinho Neto recebeu, em Luanda, o Presidente do Zaire, General Mobutu Sese Seko. Eu ainda me encontrava em Luanda à essa época e recordei-me das lutas entre esses dois países e do grau de dificuldades para um relacionamento, provocado pelo expansionismo do Zaire e pelo papel de gendarme que este país representou, durante largo tempo, para a atuação imperialista na África. Recordei-me, então,

daqueles dias dramáticos da guerra da Independência, quando as tropas do Zaire estavam a dez quilômetros de Luanda, e as tropas sul-africanas se aproximavam pelo outro lado da fronteira. Recordei-me do soldado zairense, do 2.º Batalhão de Carros Blindados, a quem tive o privilégio, juntamente com a jornalista Beatriz Bisso, de entrevistar. Perguntamos-lhe, então, o que ele estava fazendo em Angola e se ele era voluntário, ao que ele respondeu: "Estou numa operação militar. (...) Sou do 2.º Batalhão de Carros Blindados do Exército do Zaire." Pois bem, esses problemas estão sendo superados.

Atualmente, estamos assistindo também aos esforços da Líbia e da Tunísia para se reencontrarem; o empenho da Guiné e da Guiné-Bissau para pôr fim a um contencioso territorial herdado do colonialismo; o que parecia impossível, um encontro dos dirigentes da jovem revolução etíope com os dirigentes da fracassada revolução do Sudão, numa tentativa de buscar um esforço, um caminho comum; e empenhos da Tanzânia, de Uganda, do Quênia, da Somália para superar dificuldades à conjugação de esforços. Há, enfim, muitos esforços na África no sentido de impedir que as dificuldades políticas ocasionais impeçam uma linha comum de ação. Um momento muito importante é o que vive atualmente a África Austral, em que 15, 16 países da região decidiram organizar uma comunidade econômica na qual estão convivendo tranqüilamente a ultra-direita do Malawi e os revolucionários de Moçambique. Se eu tivesse de alargar um pouco o panorama, verificaríamos que as relações econômicas entre a União Soviética e a Argentina são muito boas e que o nosso Ministro do Planejamento, Delfim Neto, que não pode ser acusado de ser um radical de esquerda, acaba de assinar acordos de cinco bilhões de dólares com os execrados bolchevistas soviéticos.

Entretanto, o condicionamento político fundamental, que aqui é um só, chama-se África do Sul, a propósito do qual Carlos Moneta nos deu, em sua alocução, as bases ideológicas. Acreditar, porém, que o

*apartheid* será apenas uma discriminação racial dos brancos sobre os negros, constitui apenas parte da questão. Pois o que há, por trás disso, é o uso da força de trabalho negra para consolidar o capitalismo sul-africano e, através dele, o domínio das multinacionais sobre a África do Sul e, conseqüentemente, sobre a África. E é aí que reside o problema fundamental.

O problema da África do Sul, pois, não constitui um problema político clássico. Não pode ser comparado às dificuldades existentes entre Uganda e Quênia, nem às dificuldades entre o Chade e a Líbia, ou àquelas que eventualmente possam aparecer em fronteiras africanas. Trata-se de uma estrutura absolutamente selvagem, brutal, implantada num núcleo decisivo do território africano, desafiando a consciência mundial e implantando naquela região um centro de poder que permite o retorno do sistema capitalista às suas formas mais degradadas, de um capitalismo sem medida, que se convencionou chamar, no Brasil, de selvagem, embora — permitam-se um julgamento pessoal meu — todo capitalismo seja selvagem.

O problema da África do Sul se coordena com o domínio do sistema de poder baseado em Washington. Hoje se declara que a idéia de um pacto do Atlântico Sul nasceu de uma necessidade estratégica, de uma necessidade de defesa, ou numa palavra muito em voga no nosso país, de uma necessidade de segurança, porque, pela rota do Cabo da Boa Esperança, passam cerca de 60% do petróleo consumido pelos Estados Unidos e Europa Ocidental, sobretudo Europa Ocidental. Sob esta percepção é que foram realizadas as primeiras manobras conjuntas argentino-sul-africanas, nos idos de 1968/1969. Contudo, a idéia de um pacto do Atlântico Sul foi concebida em torno dos anos 1960, quando o petróleo estava a 3 dólares o barril, ou menos, e não havia problema algum de segurança para a rota do petróleo, dominada pela África do Sul, pelos sistemas coloniais português e anglo-francês da costa africana.

Contemporaneamente, os ideólogos do Pentágono e do Departamento de Estado dos EUA afirmam que o problema de hoje tem uma outra dimensão. O alargamento da presença soviética no Índico e a presença física de Cuba em Angola, Moçambique e outros países africanos, além da instabilidade dos governos árabes, reclamam medidas de segurança acauteladoras.

A esse respeito, lembro-me de ter vivido um fato interessante. Eu estava chegando em Mogadíscio, capital da Somália, e encontrei um clima de choque entre 50 jornalistas internacionais que iam para Berbera, uma velha cidade de cinco mil anos, na costa do Índico, para constatar a existência de uma base soviética. Fui convidado a me incorporar a essa comitiva e para lá partimos. Ao chegarmos a Berbera, andamos por todos os lados à procura da tal base. O jornalista norte-americano mostrou-nos umas fotografias do satélite, que indicavam a existência dela. Mas, o que encontramos na verdade foram velhos hospitais, velhos quartéis. Então, ficou absolutamente demonstrado que não havia base, embora os jornalistas da United Press, da France Press, da Reuter Press, da Associated Press, declarassem a mim, em Berbera, a 45 graus de temperatura, que estavam convencidos de que a base existia, apesar de não a termos visto. Os norte-americanos haviam feito uma base em Diego Garcia, uma gigantesca base controlando as rotas estratégicas do Oceano Índico e do Pacífico e estavam acusando os soviéticos de fazerem uma base em Berbera. Eu não quero dizer que os soviéticos não tenham as suas bases, mas esse não era o caso concreto.

Nesse contexto, a África do Sul se tornou o peão fundamental da geopolítica norte-americana no mundo, sobretudo nos Oceanos Índico e Pacífico. Primeiro, por motivos que não cabe aqui discutir, um vulcão está explodindo nas fronteiras da África do Sul, seja com Moçambique, Angola, Lesoto, Suazilândia, Botswana, Zâmbia, enfim em toda aquela região ao sul do Saara. É um vulcão político em profundo estado

de transformação social. São países que não querem mudar apenas o tipo de opressão política. A eles não interessa ser dominados seja pelos soviéticos, seja pelos norte-americanos, e muito menos por esse novo modelo de opressão que é exercido pelo braço econômico do imperialismo, que são as multinacionais.

A África do Sul se tornou, em poucos anos, o paraíso das multinacionais. Como paraíso das multinacionais e como peão fundamental, a África do Sul passou a ser o único gendarme na região, especialmente após o Zaire ter sido neutralizado, bloqueado. Deste quadro, percebe-se que o pacto do Atlântico Sul não é um pacto para defender a civilização cristã; é, sim, para defender o poder econômico ocidental implantado na África do Sul e em estágio de expansão para toda a África Negra e, quiçá, para a África Árabe. Em suma, esse pacto inscreve-se no elo da cadeia estratégica internacional.

Por outro lado, uma África do Sul independente contribuirá para a abertura do Índico, para a sua desmilitarização, porque é exatamente o que os países progressistas da Bacia do Índico estão exigindo. No dia em que Diego Garcia for levantada, em que as bases de Mombaça no Quênia desaparecerem, em que os entraves geoestratégicos do Omã, do Golfo Árabe forem desmantelados, estejam certos de que o Índico apontará como um tranquilo lago.

Mas, afinal, por que não se consumou ainda um pacto do Atlântico Sul? É por que o Brasil, um país capitalista que amenizou seu alinhamento absoluto com o mundo ocidental, tem sido uma pedra no caminho de um pacto do Atlântico Sul?

Eu verifico que há um certo ufanismo, uma percepção idílica, utópica, das pessoas quanto às posições diplomáticas brasileiras atuais, de tal forma que essas pessoas não atentam seja para os profusos interesses econômicos em jogo, seja para as profundas realidades sociais envolvidas. As mudanças ocorridas na diplomacia brasileira, estou seguro, não se efetivaram por um ato de boa vontade.

Isto mostra que a história não é feita com aquele tom digamos utópico, ou essa mistura de utopismo político e de tecnocracia, com a qual muitas pessoas, instituições e mestres procuram fazer crer. A história tem suas leis, das quais nenhum país nem ninguém pode fugir.

O Brasil, portanto, tentou de todo modo sair do incômodo que era a presença sul-africana nas suas relações com a África. Relações que, a bem da verdade, são fundamentalmente o produto do fracasso de um modelo econômico. Pois se esse modelo econômico, voltado para a exportação de seus produtos, tivesse encontrado escoadouro no Mercado Comum Europeu, nos Estados Unidos e na América Latina, a fraterna amizade com os nossos irmãos negros da África não seria invocada como um dos aspectos centrais de nossa relação com os africanos. Os problemas são problemas econômicos, não são problemas emocionais; afinal de contas, aqui também há uma forma de *apartheid*, que é preciso combater e eliminar, que se não possui as caracterís-

ticas dramáticas nem selvagens do *apartheid* sul-africano, permite que milhões de brasileiros negros vivam marginalizados da sociedade.

No entanto, não se iludam, a África do Sul é o parceiro comercial mais importante para o Brasil depois da Nigéria, como o é para Argentina e Uruguai, ainda que sem o descaramento das políticas argentina e uruguaia. Ao todo, são mais de 300 empresas brasileiras vendendo para a África do Sul.

Para concluir, gostaria de dizer que pensar que a língua e a geografia formam norte fundamentais de nossas relações internacionais constitui um equívoco. O que deve norteá-las, sim, é o esforço extraordinário de transformação operado pelas sociedades africanas, em paralelo com as transformações da sociedade brasileira, visando a liberar o homem da opressão e a abrir novas perspectivas ao intercâmbio internacional. As relações afro-latino-americanas ou terão esse rumo ou serão uma tentativa disfarçada de neocolonialismo.

---

## ALOCUÇÃO

**Luiz Gonzaga de Souza Lima**

Diretor do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio de Janeiro.

---

O tema proposto para esta Sessão constitui, em si mesmo, uma contribuição à reflexão sobre as relações entre a América Latina e a África, porque, substantivamente, há poucos trabalhos, análises, interpretações globais das relações entre os dois continentes, pelo menos em língua portuguesa. E, tenho a impressão, por se tratar de um problema novo, contribui para considerarmos bastante louvável esta iniciativa do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

Desde já, creio que os esforços parciais que todos nós intentaremos devem ser o início de uma reflexão que não sofra solução de continuidade, a fim de que se ultra-

passé as dificuldades que impedem o desenvolvimento das relações entre os dois continentes para que se alcance uma cooperação eficaz.

De minha parte, coloco-me aqui na tentativa de elaborar uma hipótese analítica, ou seja, de apresentar elementos preliminares para uma hipótese de análise das relações entre África e América Latina. E parto de um desejo, que é um pressuposto: eu gostaria de que a América Latina como um todo e a África no seu conjunto fossem muito mais próximas do que são, cooperassem muito mais no plano internacional, integrassem muito mais os esforços de desen-

volvimento dos seus povos e conseguissem, juntas, colaborar para a construção de uma nova ordem internacional. Partindo desse pressuposto, procurarei, inicialmente, fazer breves considerações acerca dos fatores, dos obstáculos a uma maior colaboração entre África e América Latina. E começaria por abordar aqueles fatores que, na minha opinião, considero desfavoráveis à coordenação das ações entre os países desses dois continentes e seus processos históricos, econômicos, sociais, políticos etc.

Em primeiro lugar, tratando desses fatores desfavoráveis, acredito que uma integração maior entre as duas regiões constitui também uma construção das respectivas políticas externas dos países da área. Dando um passo além, veremos que as políticas externas são resultado de dois elementos fundamentais, das situações internas em cada país e das articulações dessas situações internas com o contexto internacional. Então, nesse caso, essa elaboração das respectivas políticas externas tem seu primeiro obstáculo nas profundas diferenças nacionais dos países, não somente dos países latino-americanos em relação aos países africanos, mas também entre os próprios países africanos e entre os próprios países latino-americanos. Essas diferenças não são somente de língua e de história. Um aspecto vital hoje, que se poderia marcar com um pólo central das diferenças, é o processo através do qual cada uma dessas regiões, e respectivos países, se articulou com o centro do desenvolvimento capitalista internacional. Pois, com efeito, as relações entre o centro e a periferia na África e na América Latina são não só diferentes entre cada país, como também o são entre os dois continentes no seu conjunto, inclusive diferenças de estágios no qual essas relações se intensificaram e assumiram uma valência fundamental, principalmente do ponto de vista econômico.

Temos, então, que o processo de internacionalização das situações internas seja no Brasil, seja nos outros países da América Latina, seja nos países africanos, marcam de uma maneira decisiva cada um desses

países. E esse fator, a internacionalização do interno, é um fator muito potente na combinação dos fatores para a elaboração de uma política externa. Nesse sentido, eu mesmo, sem me estender muito, gostaria de assinalar que essas diferenças históricas, culturais, econômicas — e principalmente a natureza diversa das relações com os centros da economia mundial — impõem a cada um dos países comportamentos de política externa muitas vezes distintos, os quais não contribuem ou, freqüentemente, não convergem para pontos comuns, que poderiam favorecer a intensificação das relações entre a América Latina e África.

A segunda consideração refere-se à instabilidade política, ou seja, essa construção, propriamente dita, de política externa ainda não começou na minha opinião e, se tivesse começado, seria permanentemente sacudida pela instabilidade política que predomina nos países desses dois continentes. Um fator importante dessa instabilidade política é o aparecer e o reaparecer de autoritarismos que tentam sufocar o desenvolvimento dos projetos nacionais, sufocando assim a possibilidade de elaboração de políticas externas que exijam tempo. Além disso, e principalmente, os governos autoritários, pelo menos os latino-americanos, têm demonstrado muito pouca flexibilidade no trato das questões internacionais e muito pouco tino em localizar os interesses nacionais de acordo com os outros países da América Latina e, muito menos, com os países africanos.

Em terceiro lugar, ainda no campo dos fatores desfavoráveis, e como uma resultante quase desses dois primeiros fatores mencionados, percebo a incapacidade de a América Latina e África formularem um desenho estratégico de integração entre duas áreas. Permanecemos ligados a pragmatismos, a aspirar a resultados imediatos, a questões de crises, a posições diante de algumas questões internacionais que emergem e que envolvem às vezes os interesses de alguns governos dos dois continentes. De tal maneira que estanca a possibilidade de se assistir à política externa, na

América Latina e na África, elaborar um desenho estratégico, uma perspectiva que aborde os temas centrais diante dos quais os países dos dois continentes necessitam colocar-se. E não são temas que se resolvem em uma conferência, porque são bastante problemáticos e com eles vamos conviver ainda por décadas. Assim, se os países não os enfrentam e não começam a construção de uma estratégia comum para enfrentar as questões comuns, tenho a impressão de que certamente apenas distanciamos e atrasamos o início de uma relação permanentemente construtiva e integrativa entre a América Latina e a África.

Um quarto elemento desfavorável, e que já foi abundantemente referido aqui, é a questão do Atlântico Sul. Penso que todas as questões no plano internacional, assim como todas as questões no plano nacional, mudam de cor, mudam de valências. Desse modo, penso que a questão do Atlântico Sul teve muitos momentos, como se referia aqui Neiva Moreira, ou seja, há um momento inicial que antecede em muito à questão do petróleo, depois há um momento importante para a África do Sul e que são suas articulações para sair de um isolamento diplomático iminente, e a seguir há a nova faceta que a questão do Atlântico Sul vem assumindo: um valor estratégico, no conjunto das políticas das superpotências, que não tinha no início, quando o pacto tinha sido proposto. O Atlântico Sul, com isso, passou a ser um ponto de divisão nas relações entre a África e a América Latina, uma questão espinhosa que vai ter muitos desdobramentos. Espero, pois, que sejamos capazes de colaborar e de trabalhar para que esses desdobramentos resultem em uma colaboração, porque não está definido que será assim. Pode acontecer inclusive desdobramentos que levem a distâncias, a contradições, a divisões entre os países dos dois continentes, como já acontece entre o Brasil e a Argentina quanto a esta questão em particular e, diria mais ainda, como esta mesma questão pode contribuir para a permanência do isolamento cubano em relação à América Latina. E a questão

do isolamento cubano, junto com a do Atlântico Sul constituem duas questões políticas às quais, se não formos capazes de lhes dar um equacionamento progressivamente positivo em termos de colaboração às políticas externas dos países das duas áreas, se tornarão mais difíceis de serem resolvidas, caso se consolidem as tendências das visões globalistas das superpotências em torno delas.

A questão cubana na África e a questão da segurança do Atlântico Sul — vista na perspectiva da África do Sul, da Argentina e das superpotências, incluindo os países da Europa, que vêem o Oriente Médio como uma ponte precária para o seu abastecimento de matérias-primas — serão duas grandes pedras no caminho da integração, de uma colaboração maior entre os continentes africano e latino-americano, se nós, latino-americanos e africanos, não formos capazes de equacionar diplomaticamente a nossa perspectiva ante elas, de maneira tal que sejam resolvidas.

O sexto elemento para o qual chamaria a atenção, também como uma questão desfavorável a um melhor relacionamento entre os dois continentes, são as políticas desenvolvidas pelas superpotências. No interior delas estão prevalecendo teorizações globalizantes, ou seja, as abordagens regionalistas, as abordagens que respeitavam as especificidades dos processos históricos estão sendo derrotadas. E este é um fato que influenciará sobremaneira o relacionamento das superpotências com esses dois continentes e, mais diretamente, incidirá sobre a nossa capacidade ou não de estabelecer relações melhores.

O sétimo e último ponto em relação às questões desfavoráveis é um ponto sobre o qual a África se encontra muito mais avançada do que a América Latina. Pois é tendência dominante na América Latina o estabelecimento de relações bilaterais, em prejuízo das abordagens multilaterais. Não tenho tido conhecimento de que estejam existindo discussões latino-americanas sobre as relações com a África, ou seja, a multilateralidade na construção dessa colabora-



ção não tem existido. Na África, pratica-se muito mais a multilateralidade do que na América Latina. Em consequência, a resolução dessas questões às quais me referi, e de outras que eu estou omitindo inclusive por desconhecê-las e que talvez sejam mais importantes do que estas, será muito mais difícil de ser conseguida apenas através da diplomacia bilateral de países, seja entre países da África e América Latina, seja entre os próprios países da América Latina.

O bilateralismo é quase uma consequência direta de uma espécie de pragmatismo que tem dominado as relações, por exemplo, brasileiras com a África. Brasileiras, sim, porque é o Brasil o país que, talvez, junto com Cuba, esteja mais adiante nas suas relações africanas. É verdade que as relações de Cuba com a África se encontram dentro de uma formulação global, formulação muito discutível, mas de qualquer maneira, e é o que importa a princípio, global. Quanto às relações Brasil-África, estas se encontram mais diretamente ligadas a pragmatismos de natureza, de estímulo econômico; são os efeitos, sobre a nossa política externa, das pressões internas que os grupos econômicos são capazes de fazer. Então, essa postura pragmática é muito ligada à intensificação e à consolidação dos processos de internacionalização da produção em cada um desses países, principalmente do lado da América Latina.

Agora, como contraponto a esses fatores desfavoráveis, gostaria de me referir também a alguns fatores que, na minha opinião, estimulariam melhor as relações entre a África e a América Latina.

Em primeiro lugar, citaria como fator positivo um fato recente, da década passada, que foi a independência dos países lusófonos. Pois se acredito que os fatores econômicos sejam muito importantes nas relações internacionais, acredito também que eles não são exclusivos. E a independência dos países lusófonos é exemplo disso, ao possibilitar a demonstração externa do desejo do Governo brasileiro de estabelecer relações privilegiadas com os países de língua portuguesa. Isso foi uma exigên-

cia política e cultural do nosso país. Exigência que poderia não ser satisfeita, porque o nosso país naquele período estava sob um regime autoritário, como ainda permanece, e poderia gerar conflitos internos. Então, esse reconhecimento é também a resultante de relações internas dentro deste país. Esse fato tem sem dúvida alguma demonstrado a intensificação das relações do Brasil com a África e tem de certa maneira contribuído para fincar, pelo menos, um patamar inicial que, junto com outros, deveria constituir a base de uma maior aproximação entre a África e a América Latina.

Em segundo lugar, relevo o grau de desenvolvimento relativo alcançado por alguns países latino-americanos, principalmente Argentina, México e Brasil, que favorece o desenvolvimento das relações entre África e América Latina e possibilita a resolução de problemas recíprocos, problemas de cooperação cultural, econômica, técnica etc.

E em terceiro lugar, temos algumas questões mais gerais, mas que estimulam a integração. Uma é a questão ligada ao binômio desenvolvimento-energia. Outras são questões concretas da agenda internacional, que são as questões comerciais, questão do mar, a questão do financiamento do desenvolvimento, questão da paz no Atlântico Sul e a questão dos princípios de política internacional. E é necessário considerar aqui que, em termos de princípios da política internacional, a América Latina tem dado uma contribuição real aos países do Sul, aos países subdesenvolvidos em geral, como no domínio das questões jurídicas relativas à igualdade e à soberania dos Estados, à autodeterminação dos povos, à não-intervenção etc., além de na construção concreta da unidade.

As políticas das potências não são unicamente um elemento que dificulta esse processo de aproximação. Contrariamente, podem estar favorecendo-o, na medida em que essas políticas têm gerado problemas comuns à América Latina e à África. Problemas bem comuns tais como a desorganização da ordem monetária internacional, à

qual as potências ocidentais não conseguem dar uma solução que atenda aos interesses dos países subdesenvolvidos; o fracasso das conversações sobre o desarmamento; a não-abordagem global dos problemas mundiais, criando permanentes focos de tensões regionais; a questão comercial, a respeito da qual as grandes potências não podem atender aos países subdesenvolvidos; a questão das perspectivas teóricas que, por sua vez, tendem a globalizar as especificidades nacionais e regionais; em suma, essa série de problemas criada pela política das potências une a África com a América Latina e poderia ter um tratamento comum. Tratamento comum que, para que pudesse ter o seu desenho estratégico, dependeria, porém, da resolução daqueles problemas desfavoráveis aos quais me referi. As relações da África com a América Latina, caso fossem intensificadas e levassem à construção de uma colaboração positiva, poderiam mudar o plano do cenário internacional. Afinal, constituem essas duas regiões países com recursos imensos e com relativo grau de desenvolvimento no seu conjunto que possibilitariam alternativas autônomas, desde que tais relações fossem tratadas multilateralmente e contribuíssem, não para a

dominação, mas para o desenvolvimento dos povos. Assim, assistiremos ainda a uma profunda mudança no próprio perfil de política externa da África e da América Latina.

Para concluir, gostaria de chamar a atenção para o fato de que estão faltando atores de política externa para efetivar a elaboração dessa política de aproximação. São necessárias coragem, capacidade política e visão estratégica das questões internacionais. É necessário ter a coragem de descobrir que a África e a América Latina têm muito mais coincidências do que aquelas que se espelham nos plenários das reuniões internacionais. E penso que vamos ganhar muito mais ao aprofundarmos essas coincidências e, assim, construirmos outros instrumentos de progresso, de libertação e de crescimento cultural, social, econômico, dos povos das duas regiões.

Creio que estamos vivendo exatamente o momento no qual poderiam surgir atores qualificados, em condições de fazer essas propostas estratégicas mais globais. Infelizmente, contudo, as políticas internas latino-americanas — mais que as africanas — têm dificultado esse primeiro passo decisivo para a construção dessa aproximação.

## OS OBSTÁCULOS INTERNOS E EXTERNOS PARA A COOPERAÇÃO SUL—SUL

**Jesus Contreras Granguillome**

Membro do Centro de Estudios de Asia y África del Norte de El Colegio de México, México.

Entre as exposições feitas anteriormente, sobretudo no esquema traçado por Moneta, é importante destacar a referência às claras intenções das grandes potências de manter separados os países do Terceiro Mundo através de um tratamento bilateral, um tratamento individual, que é acompanhado de esforços para evitar qualquer união regional ou algum esboço de negociação coletiva dos países do Sul. Os Estados

Unidos retornam à sua rígida política interna e externa dos anos cinquentas. Para eles, o conflito fundamental é entre o Leste e o Oeste: seu complemento econômico é o desejo de recuperar o prestígio internacional, os mercados internacionais, o controle das matérias-primas, sobretudo as estratégicas, procurando, ademais, uma segurança total para os seus investimentos e os de seus aliados nos países do Sul. Qualquer "turbulên-

cia" que apareça nos países subdesenvolvidos é vista sob a ótica do esquema Leste—Oeste e não se toma em consideração a particularidade das situações.

Quais são, nesta perspectiva, as debilidades e fragilidades dos países do Sul? Fundamentalmente o fato de não haver contatos sérios entre eles, além do que a maior parte de suas relações acontece quando se trata de encontrar soluções para a desordem internacional a um nível multilateral, no foro das Nações Unidas, ou em grandes conferências internacionais — UNCTAD, Não-Alinhados —, onde muitas vezes o poder de decisão coletiva se dilui. Por isto, além dos contatos multilaterais, é necessário buscar a forma de aumentar o intercâmbio Sul—Sul e a participação dos países socialistas nestes diálogos, não se limitando somente a esperar a boa vontade das grandes potências num "diálogo" Norte—Sul.

A presença dos atores poderosos, no setor externo das relações do Sul, é fundamental, porque ela bloqueia as iniciativas de contato horizontal.

O fato de os Estados Unidos aplicarem uma política mais radical em suas relações com o Sul e o fato de o sistema mundial estar reduzido à confrontação Leste—Oeste provocam vários problemas fundamentais que afetam os países subdesenvolvidos:

1. Os problemas do capitalismo superdesenvolvido, por sua confrontação com os países socialistas, provocam uma transferência desses problemas para os países do Sul.
2. Há um estado de tensão permanente entre os países do Sul, pela concentração de suas relações econômicas e políticas, no sentido horizontal, com o Norte.
3. Sua capacidade de negociação individual e sua falta de coordenação coletiva facilita a ação do Norte.
4. Por seus diferentes graus de desenvolvimento, há, também, diferentes graus de autonomia, relativamente às grandes potências, o que aumenta um certo "individualismo", que encontra boa acolhida nos países

mais desenvolvidos do Sul (elites governantes).

É indubitável que os fatores externos são importantes. Mas há que se prestar atenção especial aos fatores internos, que contribuem para a falta de unidade entre os países do Sul. Existe uma semelhança muito grande entre os processos internos e os obstáculos externos dos países do Terceiro Mundo na Ásia, na América Latina e na África. Mas não há comunicação Sul—Sul, e os países da América Latina, por exemplo, se entretêm mais com seus problemas internos e sua adequação à potência dominante do que no estreitamento dos laços com outras regiões do Sul.

Pensando no chamado "diálogo Norte—Sul" e nas relações Sul—Sul, poderíamos perguntar, no que se refere à América Latina, se nesses países participantes desse diálogo e dessas relações, que são os mais desenvolvidos, os governos são realmente representativos.

No plano interno há muitos problemas que levam a pensar que não são representativos das aspirações populares. Nesses casos, os sistemas políticos constituem uma limitante para o desenvolvimento de um governo representativo. Geralmente, na maioria desses países do Sul, os governos estão controlados por camarilhas políticas aristocratizantes que se identificam com as elites governantes do Norte, de tal forma que seus interesses são os mesmos. São poucos os governos dos países do Sul que podem considerar-se como representantes de seus povos ou que realizem uma administração que os beneficiem.

Os obstáculos ao desenvolvimento político-econômico-social de ordem interna são fundamentais. E que acontece aqui? O subdesenvolvimento é uma herança colonial que continua mesmo depois da independência. É de tal forma que países tão "poderosos" como Venezuela, Brasil e México estão progredindo economicamente mas não estão se desenvolvendo, porque sua própria estrutura político-econômica interna impede que os benefícios auferidos

com esse progresso econômico — do petróleo, por exemplo — alcancem a maioria da população. Aqui surge de novo a questão de se o desenvolvimento econômico significa o bem-estar para a população; e, por outra parte, se esse desenvolvimento dá aos nossos países a suficiente autonomia externa. México e Brasil estão tentando, com muitos obstáculos, mas estão tentando. Quando nesses países do Sul há mudanças de orientação que os possa afastar dos interesses das metrópoles, geralmente entram em cena os mecanismos estabelecidos pelas grandes potências dominadoras, para bloquear esforços nacionalistas que possam vir a radicalizar as medidas internas beneficiando as populações nacionais.

Dalí derivam também os problemas políticos que aparecem nos países do Sul e que retardam dramaticamente o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, muitas vezes provocados pelos interesses dos países do Norte. As "turbulências" na periferia das metrópoles são, às vezes, provocadas por elas mesmas e beneficiam o Norte, com o objetivo de provocar a desestabilização e manter o atraso dos países do Sul, que, nesta perspectiva, estão condenados a continuarem atados ao carro dos países mais poderosos, cujos interesses são fortíssimos dentro dos países do Sul.

Além dos mecanismos político-militares, entram em jogo outros mecanismos, como, por exemplo, a suspensão dos empréstimos bilaterais ou daqueles concedidos por instituições bancárias e financeiras multilaterais; as pressões sobre a gigantesca dívida externa dos países subdesenvolvidos; a pressão sobre o movimento migratório de trabalhadores; a diminuição no fluxo comercial, apesar de existirem acordos assinados. E aqui concordo plenamente com Neiva Moreira, quando diz que os problemas políticos são problemas econômicos.

Então, não há que desdenhar os fatores internos. Ao lado dos fatores externos, os problemas internos contribuem para agravar a situação dos países do Terceiro Mundo. Aos países dominantes interessa que estes dois tipos de fatores continuem

em espiral, para aumentar a dependência dos países do Sul.

Enquanto os países do Sul estão com seus problemas internos e afogados pelos conflitos entre si (conflitos comerciais, conflitos fronteiriços etc.), os países do Norte, como afirmou o Prof. Candido Mendes, chegam facilmente a um posicionamento comum, detectando com antecedência as divisões e os pontos fracos dos países do Sul, dispendo assim de um terreno mais fácil para impor suas decisões.

Outro problema derivado do anterior é a questão de como conciliar as diferenças entre os quatro ou cinco grupos de países que integram o Sul. A desunião entre a América Latina, a Ásia e a África propicia a perda de tempo em discussões e a repetição dos mesmos argumentos, sem que sejam aplicadas as medidas aprovadas. Desde Lusaca, em 1970, até Havana, em 1971, para os Não-Alinhados, em todas as UNCTAD e numa infinidade de reuniões do Terceiro Mundo, tem-se aceito princípios formidáveis que poderiam propiciar o desenvolvimento do Sul; no entanto, não tem havido competência para efetivar as declarações.

Países capitalistas e socialistas desenvolvidos não vão aceitar o pluralismo ideológico dos países do Terceiro Mundo; ou seja, não vão aceitar a posição dos regimes nacionalistas que queiram recuperar sua soberania econômica. O exemplo dado pelo Prof. Hélio Jaguaribe é muito claro; o Governo norte-americano atual reduz sua visão de mundo a um maniqueísmo tal que ou se está a favor dos Estados Unidos ou a favor da União Soviética. O Estado que assumir a responsabilidade do desenvolvimento e traçar o papel que os diferentes setores produtivos venham a jogar dentro do país, é um Estado que não se encaixa nos interesses externos das potências dominadoras. Portanto, crê-se que o setor privado é o único capaz de desenvolver um país. Quero recordar, a este respeito, que em 1960, durante o Congresso dos Partidos Comunistas realizado na União Soviética, foi reconhecida a existência de uma terceira via para o desenvolvimento dos países

do Terceiro Mundo, que deriva das particularidades de cada país e das necessidades dos seus povos.

Voltando ao ponto sobre as relações Sul-Sul e as Norte-Sul, pode-se dizer que da mesma forma que, certa vez, os "limites do crescimento" assustaram os setores mais poderosos das burguesias nacionais que controlam o poder (quando se tratava, na realidade, de uma abordagem dos países capitalistas preconizando estagnação dos países subdesenvolvidos), igualmente agora, no diálogo Norte-Sul, os países dominantes pretendem reestruturar a ordem mundial a partir de seus interesses. Como foi expressado aqui anteriormente, é impossível deter a marcha das mudanças na imensa maioria dos países que integram o Sul. Não se pode aceitar que as regras sejam fixadas, como sempre, pela minoria dos países do Norte, que provocaram a desordem mundial, nem tampouco esperar que os países do Norte ajustem suas economias às custas do Terceiro Mundo, porque os problemas dos países que o compõem estão criando situações que se tornam a cada dia mais explosivas.

Sobre o programa de ação proposto pelo Prof. Hélio Jaguaribe, parece-me importante que seja tentado o consenso, entre os países do Terceiro Mundo, respeitando-se a via ideológica que cada qual adote. A ação da ONU seria também recomendável. O que parece difícil é o fato de como se obrigará os países a cumprirem as supostas ações no contexto da ONU, quando temos visto tantos casos de violação cotidiana de numerosos textos da própria ONU. Basta citar as violações às sanções contra a África do Sul, a invasão do território saarauí por Marrocos, as violações à Convenção de 1948 contra o genocídio, à Resolução 1514 e aos princípios da descolonização, e até mesmo à Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, proposta pelo México e aprovada por 140 votos a favor, nenhum contra e seis abstenções.

As relações Sul-Sul inexistem. No entanto, os caminhos são muitos, e as medidas, que parecem lentas, podem ser as mais

eficazes. E aqui deve se insistir no aumento do intercâmbio cultural e acadêmico; no incremento de programas educativos que eliminem as distorções e as falsas imagens que o colonialismo criou para preservar o domínio em todos os âmbitos, de norte a sul, como no caso da informação. Recorde-se que, na última Conferência da Unesco, realizada em Belgrado, foram divulgados dados segundo os quais 80% da informação que circula em nossos países provém dos Estados Unidos, França e Inglaterra.

É óbvio que não estou propondo que se esqueçam os propósitos de agrupação entre os países do Terceiro Mundo. Estes países deveriam procurar uma coordenação efetiva, pois possuem muitas armas importantes, como a das matérias-primas, especialmente as estratégicas, que, se bem utilizadas, podem dar solução às discussões com as grandes potências. Mais que não se cometam erros como no caso do petróleo. Os países do Terceiro Mundo ricos em petróleo não souberam utilizar ou racionalizar sua grande capacidade produtora, exportadora e negociadora para romper com a dependência. E de tal forma que países como Venezuela e México estão perdendo a oportunidade histórica de desenvolverem suas economias, de beneficiarem seus povos e transformarem-se em irmãos maiores que poderiam conduzir as negociações globais dos outros países de sua região. Erros como a má utilização do petróleo para reforçar os países do Terceiro Mundo contribuem para a criação desses abismos no caminho, assinalado pelo Prof. Candido Mendes, em relação às altas e baixas entre os países do Terceiro Mundo; esses abismos que são como os buracos negros no espaço sideral, porque parece que, quando um país que esteve em cima não foi capaz de manter-se, ele desaparece do cenário e depois é difícil recuperar-se ou sequer recordar que alguma vez teve um lugar importante na História.

Qual é a estratégia global dos países do Sul? Aqui importa, no campo das negociações com o Norte, traçar o inventário dos problemas, indicar as prioridades e atacar cada uma delas por etapas, da mesma for-

ma como se está fazendo nos trabalhos da ONU para a Terceira Década de Desenvolvimento. Isto pode ser difícil, mas é necessário tentar, adaptar os ritmos na solução dos problemas globais, inter-regionais e nacionais. De acordo com os objetivos da ONU, trata-se de utilizar a auto-suficiência nacional, racionalizar e planejar os recursos na-

cionais, a fim de lograr a auto-suficiência coletiva regional que conduza a sólidas negociações globais frente ao mundo desenvolvido. Neste sentido, é sumamente importante reforçar as organizações regionais, porque será uma das medidas efetivas que permitirá a defesa conjunta dos países do Sul.

## A NIGÉRIA E A AMÉRICA LATINA: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS \*

U. Joy Ogwu

Pesquisadora do Instituto Nigeriano de Relações Internacionais, Lagos, Nigéria.

Durante muito tempo — e na realidade, durante toda a primeira década de sua independência — foi mínima a interação da Nigéria com os países da América Latina. Esses contatos limitados, como os existentes particularmente entre a Nigéria e o Brasil, baseavam-se essencialmente nas relações culturais<sup>1</sup> — em especial nos laços étnicos entre os dois países. As relações políticas entre a Nigéria e a América Latina só recentemente atingiram um estágio em que se poderia apontar discussões concretas ou uma diplomacia construtiva como meios de sustentar genuínas relações bilaterais e multilaterais. Tal situação devia-se a três fatores significativos:

1) a competição em termos de poder e ideologia, entre soviéticos e norte-americanos, manifestada através de dois blocos militares e políticos rivais e do efeito catalítico da divisão dos países em desenvolvimento na Ásia, na África e na América Latina em esferas de influência;

2) o defasado desenvolvimento das atividades políticas e diplomáticas da América Latina na arena mundial e, especificamente, na África;

\* A análise e as opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade pessoal da autora, não eternando o pensamento do Governo da Nigéria.

3) as condições de subdesenvolvimento da opinião pública na Nigéria em relação a uma política nacional definitiva e equilibrada para a América Latina.<sup>2</sup>

Sob essas condições, tornava-se, talvez, inevitável um interesse pouco prioritário, relativamente à América Latina. No entanto, mudanças globais, assim como novas realidades — sendo as mudanças mais significativas constituídas pelo deslocamento da bipolaridade para a multipolaridade e até por uma conjuntura internacional fluida, pelo papel internacional cada vez mais importante da América Latina, e pelo considerável papel da Nigéria nos assuntos africanos e mundiais —, todos estes fatores se combinaram para estabelecer uma nova tônica em favor da aceleração das relações bilaterais e multilaterais entre a Nigéria e a América Latina. O reconhecimento dessas mudanças levou a uma acurada percepção, pela Nigéria, da América Latina como região de enorme valor estratégico. A percepção da Nigéria pode ser especificamente explicada através do recente estabelecimento de novas missões na Cidade do México, em Caracas e em Buenos Aires, ao lado das missões já existentes no Brasil e no Caribe. A abertura dessas embaixadas demonstra a importância dos países-chave latino-americanos na elaboração de uma agenda de te-

mas igualmente importantes para a África como para a América Latina.

Este trabalho pretende examinar e interpretar os aspectos decisivos que têm ou provavelmente terão influência nas relações entre a Nigéria e a América Latina.

### I

Os parâmetros fundamentais das relações nigeriano-latino-americanas podem ser descritos como colonialismo (causa do Movimento Não-Alinhado); eliminação do racismo e respeito pelos direitos humanos, especialmente na África Austral; subdesenvolvimento e dependência; além da questão estratégica do Atlântico Sul.

As próprias bases das relações da América Latina com a África mantiveram-se imperceptíveis durante o período de lutas pela emancipação na África. Na realidade, a cooperação como um conceito operacional nas relações América Latina—Terceiro Mundo não é um fato novo. Entre 1946 e 1950, o bloco latino-americano vociferou suas críticas à gestão da África do Sudoeste [Namíbia] pela África do Sul.

O envolvimento latino-americano com os problemas ligados à descolonização da África precedem a independência da Nigéria. Por exemplo, quando da questão da recusa da África do Sul em negociar a concessão de um mandato administrativo para a África do Sudoeste, os países latino-americanos, agindo em bloco, opuseram-se energeticamente à intenção da África do Sul de anexar o território sob mandato como província da União Sul-Africana. Algumas tomadas de posição por parte de Estados latino-americanos, membros das Nações Unidas, durante o Quarto Comitê, poderão ilustrar o assunto.

Reagindo à proposta sul-africana, que esboçava todas as razões para a incorporação do Território à União, o delegado cubano, Sr. Cisneros, opôs-se com veemência à idéia de um plebiscito, uma vez que ele não considerava que o desejo de uma maioria de africanos da África do Sudoeste houves-

se sido devidamente definido. Ele observava que “um território em que houvesse tão violenta discriminação não se encontrava suficientemente desenvolvido para determinar seu próprio destino”.<sup>3</sup>

É interessante observar que duas posições diametralmente opostas surgiram dentro do Quarto Comitê da Assembléia Geral, refletindo, na verdade, atitudes da Guerra Fria. Cuba e Índia, apoiadas pela União Soviética, representavam os setores mais importantes dos blocos afro-asiático e latino-americano, enquanto a Inglaterra, principal aliado da África do Sul, aceitava, por seu lado, as razões da proposta deste país, de incorporação, e os Estados Unidos cautelosamente evitavam uma posição clara.

Na Segunda Sessão da Assembléia Geral, de setembro a novembro de 1947, vários Estados latino-americanos (incluindo Cuba, Venezuela, México, Guatemala e Colômbia), associados ao bloco soviético e a Estados árabe-asiáticos, uniram-se mais uma vez em vigorosa oposição às pretensões sul-africanas quanto à África do Sudoeste e à sua recusa em negociar a cessão do mandato.

O Quarto Comitê, em minuta de resolução, exigia do governo da União que propusesse um acordo de cessão e expressava a esperança de que a África do Sul pudesse dar sua anuência quando da convocação da Terceira Assembléia Geral.

O delegado mexicano teve uma posição destacadamente decidida em sua reação ao Conselho de Tutelas Territoriais (*Trusteeship Council*), formado para examinar o Relatório da África do Sul. Observou ele: “Aqueles que sustentavam que a apresentação de um relatório inteiramente neutro à Assembléia Geral pudesse encorajar o governo da União (. . .) a colocar a África do Sudoeste sob o Sistema de Tutelas iludiam a si próprios. Nada, a não ser uma clamorosa opinião pública, poderia compelir o governo da União a tomar essa medida, e a opinião pública mundial não seria despertada, a menos que o Conselho chamasse a sua atenção para a real situação.”<sup>4</sup> Por essa razão, o representante mexicano insistia ser o dever do Conselho de Tutelas apresentar

tanto uma análise como um diagnóstico das condições da África do Sudoeste.

Durante todos os debates formaram-se vigorosas polarizações. No extremo de um pólo, encontravam-se os que afirmavam que a África do Sul tinha o dever legal de converter a África do Sudoeste num protetorado e consideravam a ação daquele país equivalente a uma declaração de guerra às Nações Unidas. O bloco latino-americano mantinha um apoio exacerbado à África Negra, a respeito da questão da África do Sudoeste. No entanto, vale a pena notar que enquanto o Uruguai coerentemente votava com os Estados Unidos em seu questionamento quanto a estar a África do Sul realmente violando um dever legal ao recusar a negociação de um mandato, os demais países latino-americanos assumiam uma posição bem distanciada da dos Estados Unidos. Essa foi a única demonstração de independência pela América Latina. Na década de 60, entretanto, verificou-se uma nítida falta de boa vontade, por parte do Brasil, em apoiar a luta das colônias portuguesas na África pela autodeterminação.<sup>5</sup>

O rápido esboço apresentado acima tratou dos primeiros passos do bloco latino-americano em apoio a questões ligadas à descolonização da África. A extensão lógica das posições latino-americanas sobre o problema da descolonização e autodeterminação foi o apoio tácito e sua participação no Movimento Não-Alinhado, que nasceu da luta de povos que pouco antes haviam se libertado, assim como a não-identificação com qualquer dos blocos de potências.

Desde sua independência, a Nigéria tem procurado coerentemente seguir uma política de não-alinhamento, dentro do contexto da rivalidade entre as superpotências, como extensão válida de sua cruzada contra o colonialismo e o imperialismo. Nas pegadas de muitos Estados afro-asiáticos, no princípio da década de 70, as repúblicas da América Latina, em graus variados, começaram a identificar seus interesses com os das nações não-alinhadas. Rosenbaum e Tyler sustentam que praticamente todos os países latino-americanos estão atualmente conven-

cidos de que pelo menos parte de seus interesses nacionais podem ser favorecidos pela colaboração com outros Estados do Terceiro Mundo, estando alguns, porém, mais convictos que os demais do valor desse relacionamento.<sup>6</sup> Argentina, México, Panamá, Peru e Venezuela são identificados como os países que aparentemente estão convencidos de que seus interesses repousam primordialmente no Terceiro Mundo, enquanto que Brasil, Bolívia, Chile e Uruguai destacam-se entre os que continuam numa posição ambivalente — entre o Primeiro e o Terceiro Mundos. O aspecto mais significativo, contudo, está no caráter inevitavelmente comum dos interesses entre os Estados afro-asiáticos e latino-americanos. O Movimento Não-Alinhado interage e se sobrepõe ao conflito Norte-Sul, que tem se intensificado cada vez mais com o correr dos anos. O que não significa, contudo, uma completa ausência de conflitos e divergência de pontos de vista dentro do grupo. A atitude antibloco dos não-alinhados vem mudando, assim como seus interesses. Estes têm produzido conflitos e um mesmo grau de coesão entre esses países. A essência dos bens coletivos é criar uma convergência política entre as nações com idênticos interesses, além de fornecer-lhes um foro para exploração das áreas potenciais de cooperação. É a unidade e a sobrevivência do Movimento Não-Alinhado que têm fornecido a energia necessária à aceleração e obsolescência das estruturas bipolares.

Os países não-alinhados necessitam da cooperação e do apoio de todos os Estados latino-americanos para a exploração das formas de maximização do uso de todos os mecanismos regionais de cooperação e outros meios para garantir o êxito de seus programas de ação. É evidente que as estruturas internas, ultrapassadas e opressoras, que existem basicamente para servir aos interesses do imperialismo e do colonialismo e para perpetuar a estrutura internacional de dependência, se revelarão o único obstáculo de real monta na trajetória da autoconfiança e da confrontação. Para a Nigéria, África e América Latina, o primeiro

grande passo em direção à autoconfiança é a reestruturação da ordem interna e a eliminação dos agentes internos do neocolonialismo e da dependência, pois uma justa ordem internacional política e econômica só poderá ser estabelecida com êxito tendo como base uma ordem nacional interna que reflita, de forma semelhante, justiça política, econômica e social.

## II

Os problemas da África Austral fornecem os principais elementos para a avaliação das atitudes dos Estados latino-americanos em relação à descolonização e autodeterminação na região. A esse respeito, pode-se afirmar que nenhuma política nigeriana em relação à América Latina é tão importante quanto a sua posição sobre as questões referidas acima — questões que atingem profundamente a maioria dos africanos.<sup>7</sup>

A Nigéria vem perseguindo, de longa data, o propósito de eliminar todas as formas de colonialismo e opressão racial e de assegurar a vitória dos ideais da dignidade humana, da liberdade, da igualdade e da justiça na África Austral. Sucessivos governos nigerianos têm enfatizado esse propósito em numerosos pronunciamentos políticos.<sup>8</sup> A aparente indiferença da maioria dos países da América Latina em relação à luta de libertação tem sido o principal responsável pelas limitações à melhoria das relações entre a Nigéria e a América Latina. A não ser pelas expressões generalizadas de boa vontade, a maioria dos países da América Latina tem conservado uma posição política de frieza em relação aos problemas da África Austral.<sup>9</sup> O ostracismo imposto a Cuba, por parte dos desinteressados espectadores da intervenção nessa região da África, suscita sérias dúvidas acerca das expressões latino-americanas de boa vontade. Os cubanos têm sido, evidentemente, bem-vindos à África, dentro de cautelas. Na realidade, uma explicação racional foi dada para a intervenção cubana. Segundo o Gene-

ral Obasanjo, ex-chefe de Estado da Nigéria, "em todos os casos em que ficou patenteada a intervenção de Cuba, esta ocorreu em conseqüência do fracasso da política ocidental em nome dos legítimos interesses africanos". Acrescentou ainda que "não temos o direito de condenar os cubanos ou os países que se sentiram necessitados de sua assistência para consolidar sua soberania ou sua integridade territorial".<sup>10</sup>

Possivelmente com o objetivo de eliminar temores em relação à influência soviética na África através de Cuba, o General Obasanjo advertiu que os cubanos não deveriam permanecer além da expectativa. Se outros países poderosos da América Latina são sinceros em sua expressão de simpatia em relação à questão da África Austral, esses deveriam começar a traduzir essa simpatia em apoio efetivo.

Outro aspecto em que se apresentam relevantes as dificuldades entre a Nigéria e a América Latina é a da igualdade de direitos econômicos, políticos e sociais para os negros. Todas as nações definem a proteção do interesse nacional como objetivo de sua política externa. O interesse nacional nigeriano inclui, corretamente, a proteção da dignidade do negro onde quer que ele se encontre. A presença de grandes parcelas de população negra em determinados países latino-americanos cria sólidas bases em potencial para o estreitamento de laços. Esse potencial foi reconhecido há quase duas décadas pelo dirigente J. M. Johnson, ministro do Trabalho da Nigéria, por ocasião de uma exposição de pinturas em Lagos. Ele observou que, possuindo o Brasil a segunda maior população negra do mundo, ele teria o direito de pertencer à Organização da Unidade Africana.<sup>11</sup> Tal afirmação revestiu-se de significado, por demonstrar o espírito de solidariedade e o interesse da Nigéria por seus amigos e vizinhos.

A Nigéria reconhece a partilha de aspirações similares com Estados latino-americanos, isto é, justiça e igualdade para todas as raças. São aspirações que repousam na Declaração dos Direitos do Homem, subscrita por todos os países. Este fator é imperativo

para que ambos os lados trabalhem em conjunto para atingir tais objetivos. Ao identificar a partilha de aspirações comuns, a Nigéria não pretende interferir nos assuntos internos de Estados latino-americanos; empenha-se, ao contrário, em enfatizar a necessidade de intensificação de iniciativas internacionais contra o *apartheid* e o racismo. Afirmei, no início deste trabalho, que um dos fatores decisivos que inibiam o estreitamento de relações com a América Latina era a ausência de uma forte opinião pública a respeito de uma política específica voltada para os países tidos como sob a esfera de influência dos Estados Unidos. Dentro da mesma linha, a crescente conscientização política do povo nigeriano envolve o conhecimento do compromisso da Nigéria com populações negras. Por esta razão, uma crescente interação política, econômica e social, entre a Nigéria e países nos quais a população negra não tem participação, seria de difícil justificação junto ao povo nigeriano.

### III

Uma das áreas mais significativas e potencialmente a mais problemática, nas relações Nigéria—América Latina, é a questão do Atlântico Sul. Os planos, sigilosamente mantidos, no sentido de unir as marinhas da África do Sul, da América Latina e dos Estados Unidos num triângulo no Atlântico Sul começaram a tomar corpo na Argentina, em maio de 1981. Segundo Hugh O'Shaughnessy, num relatório ao *Financial Times*, a idéia de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul surgiu com êxito (...) em Buenos Aires, apesar do fato de seus mentores se mostrarem um tanto temerosos em reconhecer sua autoria.<sup>12</sup> Esse pacto do Atlântico Sul, pretendendo estabelecer uma aliança militar entre a África do Sul, os Estados Unidos e países-chave da América Latina, constitui uma real ameaça à paz mundial. A militarização do Atlântico Sul, especificamente, representa um evidente perigo para a Nigéria e para a África. Talvez uma explanação da percepção nige-

riana dessa ameaça possa tornar mais claro este ponto.

A Nigéria e a África do Sul possuem consciência de sua condição de inimigos mútuos. A África Austral representa interesses nacionais e estratégicos para a Nigéria. Na realidade, nigerianos e africanos de um modo geral se vêem como vítimas potenciais do *apartheid*, tendo, portanto, o dever de proteger a raça negra. O Atlântico Sul é de vital interesse estratégico e importância para a Nigéria. Para as linhas costeiras da África, é um canal que poderia tornar-se vulnerável, em virtude da capacidade nuclear da África do Sul. A pergunta que se impõe é: contra quem, uma aliança militar no Atlântico Sul? Ao que parece, os problemas de segurança no Atlântico Sul tendem a ocultar a ameaça apresentada pelos interesses das superpotências. A União Soviética possui um interesse vital em manter o livre acesso aos países recém-independentes da África Austral, enquanto os Estados Unidos procuram proteger seus investimentos de capitais na própria África do Sul. Quais são os interesses vitais dos países do Cone Sul?

Qualquer que seja a consciência de seus interesses estratégicos, o fato é que a Nigéria não pode pedir aos países latino-americanos que abandonem suas próprias considerações em termos de segurança, mas não existe apenas um dilema e sim uma gritante contradição no fato de que os países latino-americanos, ao mesmo tempo em que são aliados da África do Sul, encontram-se em conflito fundamental com a segurança e os interesses políticos e econômicos da África que alegam apoiar. É evidente que a postura militar latino-americana na África Austral não é coerente com seu alegado apoio à causa africana.

A politização da ameaça soviética, que favorece a visão da África do Sul acerca de seu valor estratégico, é, aparentemente, uma manifestação dos interesses geopolíticos das grandes potências no Atlântico Sul. O objetivo nigeriano, segundo o ex-Ministro de Negócios Exteriores, Garba, "é a busca de novos acordos que evitem que na-



ções e potências ameaçam nossa soberania e os interesses nacionais". Ele identifica os interesses da Nigéria como "um Atlântico Sul desnuclearizado, onde a cooperação, em lugar da confrontação, se torne o princípio-mestre".<sup>13</sup>

Enquanto perdurarem esses conflitos de interesses, as relações Nigéria-América Latina poderão continuar restritas.

Existem numerosos problemas no mundo atual nos quais a Nigéria e a América Latina possuem um interesse comum, tais como a necessidade de uma nova ordem política internacional, a solidariedade dentro do Terceiro Mundo e a redução da dependência frente às grandes potências. É evidente que a redução da dependência dá auto-expressão a um novo nacionalismo e a uma nova auto-afirmação. Akinyemi vem sustentando que quanto mais relações econômicas os Estados não-alinhados ou do Terceiro Mundo desenvolverem entre si, relações estas benéficas e independentes dos outros blocos de poder, tanto maior será sua imunidade às pressões das superpotências.<sup>14</sup> O próximo passo de envergadura seria a adesão a um esforço cooperativo vi-

sendo dismantelar a estrutura prevaiente de poder internacional, na qual a supremacia de um pequeno número de potências na ordem internacional se tornará obsoleta.

O desconhecimento mútuo é, talvez, o maior obstáculo para o reconhecimento da interdependência e para uma crescente necessidade de cooperação. Ainda que o problema se reduza a uma questão de linguagem, continuará sendo evidente que as relações entre os Estados latino-americanos e hispano-luso-africanos permanecem afetadas por divergências políticas e pela falta de consenso mesmo em relação a problemas básicos.

Embora a Nigéria e Estados da América Latina tenham recentemente se tornado relativamente conscientes da necessidade recíproca de cultivar um relacionamento intenso para promoção de seus interesses nacionais particulares e mútuos, este Seminário poderia oferecer o mais importante foro para possibilitar perspectivas diversas às relações entre a América Latina e a África, e, em particular, a Nigéria. O que se requer, no momento, é um esforço contínuo, do qual este diálogo é o começo.

## NOTAS

1. Os sinais mais antigos de identificação da Nigéria com o Brasil decorrem, em grande parte, da presença de uma numerosa comunidade negra neste último. Os laços culturais estabelecidos em consequência disso serviram para promover o Brasil na Nigéria. O professor Rodrigues é autor de um inspirado estudo dos elos culturais e políticos entre Brasil e África. Consultar José Honório Rodrigues, *Brazil and Africa*, tradução de Richard A. Mazzara e Sam Hileman (University of California Press, 1965).
2. As razões para o fato são diversas. Nos círculos acadêmicos, o nível de informação sobre a região situou-se abaixo do adequado. Nos meios de comunicação nigerianos, a América Latina raramente aparece no noticiário, a não ser quando se justificam manchetes a respeito de mais um levante ou revolução, o que, em consequência, limitou o interesse do público. Consultar U. Joy Ogwu, "Reshaping Nigeria's Latin American Policy: Co-operation or Confrontation?", trabalho apresentado ao NIIA, Lagos, 8 de janeiro de 1980.
3. Consultar Ian Mackler, *Pattern for Profit in Southern Africa* (Nova Iorque: Atheneum, 1975), p. 5. Consultar, também, John A. Houston, "Latin America in the United Nations", *United Nations Studies*, n.º 8 (Greenwood Press, Inc. 1978).
4. Ian Mackler, *op. cit.*, p. 8.
5. O Brasil manteve uma posição de apoio parcial nas Nações Unidas em relação à África Austral, o que provocou violenta ira e críticas na imprensa nigeriana. O Brasil votou com as grandes potências, em novembro de 1972, contra uma resolução das Nações Unidas sobre as colônias portuguesas. Consultar Jide Aluko, *Nigerian Daily Sketch* (18 de novembro de 1976), p. 6. A respeito dos critérios de voto do Brasil nas Nações Unidas, ver Houston, *op. cit.*
6. Para uma visão analítica das relações da América Latina com o Terceiro Mundo, consultar H. Jon Rosenbaum e William G. Tyler, "Latin American Economic Relations with the Third World", na obra de Roger W. Fontaine e James D. Therberge (Editores) *Latin America's New Internationalism: The End of*

*Hemispheric Isolation* (Nova Iorque: Praeger Publishers, 1976) p. 174. Consultar, também, Wayne Selcher, *Brazil's Multilateral Relations Between First and Third Worlds*.

7. A África foi identificada tanto pelos dirigentes nigerianos, quanto pelo público daquele país como pedra de toque da política exterior da Nigéria. Sucessivos chefes de Estado nigerianos têm reiterado os elos entre o destino dos negros na África Austral e o do povo nigeriano. Essa preocupação afeta, também, as relações da Nigéria com países que possuem populações negras.

8. General Obasanjo, citado em *Tarikh* (volume 6, n.º 3, p. 17). Para maiores detalhes sobre essa política, consultar a entrevista exclusiva do General Obasanjo a Raph Uwechue, *África*, n.º 58 (junho de 1976), p. 10-4. Ler, também, *The Presidency in Nigeria Continuing Preoccupation with African Problems* (Gabinete da Presidência, Departamento de Informações), p. 12.

9. Consultar U. Joy Ogwu, *op. cit.*

10. General O. Obasanjo, na 15.ª Sessão Ordinária da Assembléia de Chefes de Estado e Governo da OUA, em Cartum, e publicado no Despacho do Ministério Federal de Informações, n.ºs 992 e 993 (Lagos: 19 de julho de 1978).

11. Antônio Olinto, *African Forum*, volume 2 (4 de novembro, primavera de 1978), p. 8.

12. Relato de Hugh O'Shaughnessy, *Financial Times* (Londres).

13. Joseph Garba, Comissário da Nigéria para Assuntos Externos de 1976 a 1979, in *New Nigerian* (14 de abril de 1976), p. 20.

14. A. Bolaji Akinyemi, discurso sobre as diretrizes da Conferência Internacional dos Não-Alinhados, p. 12, realizada de 24 a 26 de janeiro de 1980, em Lagos.

---

## AS QUESTÕES POLÍTICAS NAS RELAÇÕES AMÉRICA LATINA—ÁFRICA

Clóvis Brigagão

Professor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA, Rio de Janeiro.

Membro do Institute for World Order, Nova Iorque.

---

As questões políticas nas relações entre América Latina e África, ao longo de sua história, sempre foram efêmeras. A não ser em algum período muito curto ou por algum fato episódico, tanto a América Latina como a África tiveram suas relações muito mais derivadas de fatores externos do que propriamente de uma política sistemática nascida a partir de suas determinações internas.

Poderíamos estabelecer de certa forma um marco no novo quadro dessas relações: o fim do colonialismo português, em 1974, ainda que esse fato seja resultante de um processo que vem dos anos 60, com o movimento de independência do colonialismo por parte dos países africanos.

Um outro marco, visto de uma ótica mais econômica, foi a crise do petróleo, em 1973, a partir de que dá-se um desdobramento com conseqüências geoestratégicas para as relações periféricas dos dois continentes. É possível que as novas situações tenham alguma determinação no sentido de

se poder configurar uma forma de aproximação entre as duas regiões. No entanto, as estratégias globais dos grandes poderes ainda funcionam para "delimitar" o jogo livre das oportunidades políticas nas relações entre América Latina e África. É certo que agora aparecem, por necessidade ou por vínculos conjunturais dentro da renegociação da dependência e do chamado diálogo Norte-Sul e Sul-Sul, formas novas de relacionamento entre os dois continentes. Daí o aparecimento de fóruns de debate, institutos, centros de pesquisas, que vêm aumentando e que poderão contribuir para um melhor dimensionamento das relações transcontinentais.

### As questões emergentes de um relacionamento hemisférico Sul

Parte dessas questões são resultantes das estratégias globais elaboradas nos grandes centros, mas com repercussões reflexivas

para a existência política de nossas regiões. Há uma tendência para que se estabeleçam formas de vínculos baseadas ainda muito mais em certos princípios também elaborados fora de nossas regiões, mas que de alguma maneira poderão facilitar nossas relações. Dentro da chamada crise geral ou das crises particulares — energia, financeira, política —, parece que haveria espaços a explorar por parte do mundo periférico, e realmente devemos aproveitar a oportunidade para nos lançarmos em nossas próprias determinações políticas e culturais e buscarmos alternativas conseqüentes para os nossos povos.

Parâmetros tais como as relações alternativas, na economia, no comércio e nos afazeres políticos, dentro dos parâmetros do chamado diálogo Sul-Sul e das perspectivas de não-alinhamento, há grandes "brechas", por onde deveríamos encaminhar soluções alternativas.

No passado, ambas as regiões foram "patrimônio" do colonialismo europeu, do ponto de vista de nossos recursos humanos, naturais e, por que não, dos nossos valores culturais. A África oferecia a mão-de-obra, a América Latina a terra e a Europa arrecadava, com sua tecnologia e conhecimento, os nossos proventos. Séculos de colonialismo foram bastante para nos deixar onde estamos. Sem contar que as elites colonizadas nunca souberam ou quiseram "escapar" desse enlace, que era então considerado civilizatório.

No presente, há chances, formas exploratórias de negócios bilaterais e outros tantos multilaterais — nos fóruns internacionais —, expedientes políticos que buscam salvaguardar alguma identidade transcontinental própria. Mas não há ainda uma formulação abrangente que promova o desenvolvimento alternativo de uma política latino-americana-africana. Há iniciativas individuais ou individualistas; há problemas demarcados, como é o caso de uma política contra o *apartheid*; expectativas em torno de quem estará com quem ou contra quem, num amplo espectro de problemas nacionais e internacionais; há desconfiança e de-

claradas notas, desmentindo o Pacto, Tratado ou Organização do Atlântico Sul, diante da importância estratégica que tem esse nosso mar. Segundo uma ótica hoje muito em vigor, a região deve se assegurar de um provável ataque de forças externas via Atlântico Sul, barrando com isto o provimento vital de petróleo às potências ocidentais. Essa área e principalmente os maiores países — Brasil, Argentina, Nigéria, África do Sul — seriam assim os "reconstrutores" prováveis de um mundo em crise. Como também há uma forte tendência de lançar na África o modelo modernizador-predatório, que certamente irá provocar graves problemas no mundo africano, em suas formas pré-modernizadoras e comunitárias ou em suas mais recentes tentativas de implantar regimes socialistas — a partir de um contexto sócio-econômico de grande pobreza —, como é o caso da Tanzânia, Moçambique, Angola, Zimbábwe etc.

Há estratégias econômicas sendo formuladas, desde os finais dos anos 70, que adotaram uma política de "portas abertas", como mecanismo para inserir o mercado africano — o último grande mercado virgem — na órbita do sistema internacional desigual e em exaustão. As trocas mercantis entre as duas regiões não oferecem uma forma de comércio exterior que não seja o convencional e com critérios de divisão internacional do trabalho iguais aos estabelecidos entre os industrializados e os países agrícolas. Mesmo a política de cooperação técnica está fortemente influenciada por critérios originários na necessidade das trocas mercantis, e não dizem muito respeito a outras necessidades além das formais. Além de que, tal comércio e tal cooperação se fazem muito mais entre os países "ricos" da região — como por exemplo entre o Brasil e a Nigéria, o Togo, Gabão, Angola etc. — e pouco ou quase nada com aqueles países realmente necessitados. Pelo lado da América Latina, formam-se empreendimentos binacionais de atuação no mercado africano, ou seja, a atuação das subsidiárias das multinacionais nos países mais avançados da América Latina — Brasil, Argentina, Mé-

xico, Venezuela —, que destinam uma grande parte das exportações, de suas vendas, para a África. No caso brasileiro, é flagrante que essas exportações, fortemente subsidiadas pela política econômica atual, são feitas em detrimento do esforço de investimento e poupança da população mais pobre. Há que destacar também que, embora até o momento não se tenham manifestado sintomas de competição a nível das matérias-primas congêneres entre as duas regiões, este é um ponto que surgirá brevemente — se se alarga o comércio exterior entre as duas regiões — com certa intensidade, na medida em que as matérias-primas estratégicas — abundantes nas duas regiões — venham cada vez mais a ocupar um espaço importante na reprodução do padrão industrial dominante internacional. Sua escassez levará a conflitos e divergências entre os países da região. E este é um aspecto de que pouco se fala, muito pouco se esclarece.

No campo das questões políticas propriamente ditas, cabe perguntar qual o padrão que poderá ser a base de convergência para uma consolidação de formas sociais compatíveis com os valores e as necessidades das duas regiões. No passado, as relações políticas entre a América Latina e a África foram totalmente negligenciadas; não havia mecanismos, nem fóruns, nem iniciativas de um e outro lado. O Brasil mesmo, por questões de história, sempre esteve ausente do palco africano, e quando o fez, se acercava muito mais das posições colonialistas portuguesas do que das lutas de independência dos países africanos. No presente, o Brasil condena o *apartheid*, o *statu quo* na Namíbia, e se aproxima dos países da Linha de Frente. Mas, com que propósitos? Dentro de uma visão pragmática — e não há porque negar uma política pragmática a princípio —, o Brasil, em função de dificuldades momentâneas, aproveitasse de circunstâncias episódicas para manter uma irmandade afro-brasileira. Diplomacia habilidosa, o Brasil esboça uma política africana, abre embaixadas, ilustra seu corpo de agentes de trocas comerciais

com a história e os costumes africanos e, a partir daí, sai em busca do tempo perdido . . . Dentro da América Latina, além de Cuba, que tem uma política “concentrada” geopoliticamente com relação a países especiais, o Brasil é o único que faz seus testes diplomáticos e empreendimentos de parceria com a África. Mas é indubitável que o Brasil emprega métodos convencionais; tenta empurrar para a África um modelo que é contestado internamente pela sua natureza anti-social e quer transferir para o solo africano formas tecnológicas adequadas, sem contudo examinar que tais tecnologias são apropriadas por um contexto completamente diferente do que é aqui impulsionado. Se ele é aceito de forma a garantir uma modernização dos espaços econômicos e culturais africanos, é porque a elite africana começa a copiar uma forma não-original de tecnologia, que aqui no Brasil também é aplicada.

Seria a democracia e o socialismo fatores de congraçamento para chegarmos a ter um relacionamento digno de nossas próprias histórias e valores culturais, ou as realidades políticas e econômicas, as dissimetrias culturais superariam até mesmo convergências ideológicas e traços lingüísticos comuns? Que afinidades políticas seriam necessárias para as duas regiões se declararem unidas nas questões substantivas, tanto a nível interno de cada região, como no entrelaçamento das duas e em relação às formulações e objetivos de nossas regiões no plano internacional, nos fóruns institucionais e nos movimentos mundiais (o não-alinhamento, a paz etc.)?

Não se pode esperar que os avanços e as penetrações econômicas, por si, sejam os instrumentos de viabilização de um relacionamento conjugado e de interesses comuns. Muitas vezes, a forma das relações econômicas entre regiões — dentro da dimensão geopolítica e estratégica Sul — cria expectativas políticas que não serão atendidas ou não serão recíprocas para um e outro lado. No caso brasileiro, qual seria a sua forma e sua maneira de se apresentar na África — e com que código de referência

político e ético — para tornar-se um interlocutor confiável? Ou o Brasil, com seu credo de grandeza, continuará servindo como um “atravessador” de relações econômicas convencionais, dentro de suas regras econômicas que no plano nacional estão fadadas ao fracasso? E os demais países da América Latina, que podem oferecer? O Pacto Andino teria algo alternativo a oferecer que não seja um padrão igual ou tão convencional quanto um Portugal, uma Comunidade Econômica Européia ou o Acordo de Lomé?

No caso da articulação estratégico-militar que se debate — o Atlântico Sul — quais os verdadeiros projetos que se originam nos gabinetes dos Estados Unidos e da OTAN? Que papel quer desempenhar o Brasil, ora negando, ora silenciando, ora promovendo suas próprias forças de segurança atlântica (como o caso da construção de base militar na Ilha da Trindade para a segurança de trânsito marítimo) etc.? E a Argentina, que, diante de dificuldades de toda ordem, vem sendo pressionada a entrar no palco internacional ao lado da África do Sul e de Israel? E o novo *lobby* sul-africano, que agora se vê fortalecido junto à Administração Reagan e que força sua estratégia de comando da área africana em proveito de sua capacidade industrial e de uma ideologia satânica de superioridade racial? E qual o papel que está sendo jogado, via exportação de armas, num panorama cercado de conflitos, principalmente via exportação de material bélico brasileiro para os países produtores de petróleo da costa ocidental africana?

Quais os limites de negociação que tem a região Sul, excluída a África do Sul, diante da importância que o Ocidente dá à questão da defesa e controle das rotas marítimas do Atlântico Sul? E a União Soviética, que expectativa tem e que ameaça representa, já que se justifica a criação desse organismo militar em função das ameaças que a URSS faria, em caso de um conflito mundial nessa área vital de abastecimento (cerca de 75%) do petróleo aos países industrializados? Qual a dimensão desse pacto, defensivo, ofensivo? Que outra forma alternativa estaria sendo buscada e discutida, por empresários brasileiros e argentinos, ou oficiais brasileiros e nigerianos, no sentido de se criar uma “comunidade econômica do Atlântico Sul”, inclusive com a criação de zonas francas dos dois lados, da África e do Brasil?

Creio que há uma pressa, por parte não só de instituições oficiais que traçam a política externa na América Latina em relação à África, como também da grande maioria de “africanistas” latino-americanos, para desembarcar na África, oferecendo modelos e padrões modernizadores.

E a África, os africanos, que ação têm diante da América Latina, que esperam de nós, qual a resposta que têm a essas investidas intencionais e outras reais por parte da América Latina? Que acertos deverão fazer diante dessa oportunidade que surge, apresentando uma agenda africana de negociação com os seus parceiros latino-americanos?

## INTERVENÇÕES

*Paulo Antônio Pereira Pinto* – Segundo o professor Neiva Moreira, as relações do Brasil com a África do Sul seriam determinadas basicamente por condicionantes econômicas ditadas fora do país, de acordo com a necessidade de expansão ou retração do capitalismo, maior ou menor aproximação com a África do Sul. Felizmente a situação de estática, de acordo com sua explicação, parece que permanece apenas no Brasil.

De acordo com as suas palavras, existe, pelo menos na África e na Ásia, aquilo que ele chamou de tempo histórico. Eu queria perguntar, então, o seguinte: não existiria igualmente no Brasil um tempo histórico, que estaria condicionando também a evolução da internacionalidade brasileira, nomeadamente com relação a ter posições diferentes face à África do Sul? Contudo, o senhor pareceu justificar o posicionamento brasileiro unicamente pela busca de petróleo e mercados. Ora, buscar fornecimento de matérias-primas e garantir acesso aos mercados é um componente fundamental na execução de qualquer política externa, embora eu acredite que no caso do Brasil exista algo muito mais importante, que é um condicionante moral. Um país latino-americano-africano como o Brasil não pode ter relações afetivas com o regime que tem o racismo institucionalizado.

*Neiva Moreira* – Concordo em tese. É evidente que não deve ser assim. Concordo que os pontos de vista do povo brasileiro são esses que o senhor acaba de anunciar. No entanto, me referi às razões de Estado, às razões do sistema econômico. É evidente que a África do Sul é um mercado importante. Em geral, a política exterior do Brasil — e não só — está se reduzindo

muito a uma visão fenícia do intercâmbio ou do relacionamento internacional. Penso que o que deveria predominar são as razões históricas, ideológicas e também morais. Para mim, o *apartheid* não é um fenômeno moral, é um instrumento brutal de dominação econômica.

Entretanto, há muita gente no Brasil, inclusive a nível de Estado, que está contente com esse rumo das coisas. Talvez por uma visão pragmática, como se fala tanto hoje no Itamaraty, das relações internacionais, o que importa é o resultado. Esse resultado final, felizmente, é que nós estamos nos distanciando cada vez mais da África do Sul, e tenho a esperança de que nesses próximos dois anos não tenhamos por que manter relações com ela, sejam relações políticas, econômicas, sociais. Mas, no momento, o que há ainda é uma mistura das duas coisas, algum condimento, digamos ético, ideológico e político, e interesses fundamentais do intercâmbio brasileiro com a África.

É evidente que hoje o divisor de águas de qualquer política em relação à África, chama-se África do Sul, chama-se *apartheid*. Ou nós ficamos com a África do Sul e o *apartheid* e nos distanciamos totalmente do resto da África, ou então ficamos com o resto da África e nos afastamos da África do Sul. E aí os condimentos devem ser vários; não creio que sejam só simplesmente os morais, os éticos, os políticos. Há fundamentalmente também os condimentos econômicos.

*Maurílio Ferreira Lima* — Vivi 11 anos exilado na África, e isso, é claro, não me qualifica para falar sobre o assunto, mas, nesse período em que vivi na África, fiquei muito

curioso de saber como os africanos viam o meu país e por isso gostaria de dar este testemunho.

Em primeiro lugar, a imagem que as lideranças africanas, com as quais tive a honra de conviver nesses 11 anos no continente africano, têm da América Latina é uma imagem estereotipada. Todas constataam que o nosso continente está situado no círculo mais inferior da influência norte-americana, no quintal mesmo do imperialismo, não tendo, portanto, os governos do nosso continente autonomia nem independência para uma política externa independente. É a imagem, pois, que pode ter um continente como o africano, onde o processo de descolonização tem-se dado de maneira muito traumática, onde a independência tem sido arrancada, na maioria das vezes, pela luta armada e onde o componente de respeito à soberania nacional e a uma política externa independente é muito importante. Esta é a imagem e é a primeira desconfiança com relação à América Latina, sendo poucas as lideranças na África que acreditam que qualquer governo na América Latina tenha condições de ter uma política externa independente da política norte-americana.

O segundo aspecto é o profundo racismo que existe na América Latina. Não acredito que um continente que trate a pontapés os seus componentes negros da população possa tratar de maneira gentil outros negros situados em outro continente. Então, isso faz com que a gente possa constatar que o nosso Ministério das Relações Exteriores, um dos mais reacionários e mais conservadores da América Latina, com raríssimas exceções de alguns jovens que entraram recentemente nesse Ministério, é profundamente reacionário, racista e que vê com profundo desprezo todo o povo, seja de origem árabe, asiática ou africana. O que ele gosta é de ombrear com a diplomacia européia e norte-americana e desejar ver o nosso país ser tratado como igual pelos países da OCDE, do chamado clube dos ricos. Creio, então, que isto é um componente ideológico e moral que cria

um grande obstáculo ao relacionamento da América Latina e sobretudo do Brasil com a África.

O terceiro aspecto é que a abordagem de um relacionamento com a África, e que é recente por parte do Governo brasileiro, é a mesma do colonizador português quando chegou aqui e queria convencer e dominar o Índio com bugigangas etc. Dou o exemplo dos produtos conhecidos sob a marca Tama, existente na Europa, importados e conhecidos pelas chamadas elites africanas.

O quarto aspecto é a ambigüidade, e não só; diria, também, o engajamento da política geral da América Latina, e sobretudo do Brasil, com o processo de colonialismo que existiu na África. Afirmar, ao contrário, que o reconhecimento de Angola pelo Brasil, por exemplo, significou um engajamento brasileiro com o processo de descolonização das colônias portuguesas, constitui um engano, um logro. Pois quando o fascismo caía em Portugal e o Primeiro-Ministro Marcelo Caetano já se encontrava no Brasil (aliás, sendo muito bem recebido pelos seus colegas do Governo brasileiro) e na África ninguém mais duvidava da inevitabilidade da independência de Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique — o Brasil, juntamente com Israel, África do Sul, Estados Unidos, Paraguai e a Nicarágua de Somoza, foram os únicos países que votaram resoluções contrárias à independência dos países de língua portuguesa, mesmo depois da queda do salazarismo. Vale salientar que mesmo no momento em que, em Luanda, o embaixador brasileiro estava dando reconhecimento ao Governo do MPLA, a vinte quilômetros de distância, junto com as tropas de Holden Roberto, financiadas pela CIA, se encontrava um oficial do Exército brasileiro. Lembrome que, à época, os dirigentes do MPLA se interrogavam: com quem estava o Governo? Com o embaixador, que, em Luanda, reconhecia o MPLA, ou com aquele oficial do Exército brasileiro que acompanhava as tropas de Holden Roberto? Então, América Latina é visto com profunda desconfiança,

devido a essa identificação com o processo de colonização, e não existe uma política estratégica da América Latina com relação à África.

*José Maria Nunes Pereira* — Gostaria de fazer um pequeno comentário às declarações do Prof. Maurílio Ferreira Lima em relação ao reacionarismo do Itamaraty, pois justamente desde a fundação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos nós temos colocações diferentes das do Itamaraty. Contudo essas colocações não são tão diferentes assim, ao ponto de se poder falar em reacionarismo do Itamaraty. Olhando para os meus amigos africanos, observo que eles não estão considerando o Itamaraty dessa forma. Governo africano algum, o senhor pode escolher, com exceção da Etiópia, que eu não conheço o ponto de vista deles no momento, classifica a política exterior brasileira como reacionária.

O que importa, creio, é termos uma noção exata da estratégia brasileira para a África, que não é só itamaratiana. Penso que essa estratégia é um pouco menos simplista do que a simples busca de mercados pode parecer. É alguma coisa de muito mais sofisticado. Em resumo, diria que se trata de uma nova inserção do Brasil no mundo capitalista, trata-se de uma renegociação da dependência brasileira, trata-se enfim de uma sofisticação do capitalismo aqui na periferia.

Outra questão que o Prof. Maurílio refere é sobre a qualidade dos nossos produtos, que não teriam condições de concorrer com os europeus. Entretanto, se olharmos para as cifras das relações comerciais Brasil-África, verificamos que elas indicam aumentos significativos. Então, perguntamos: serão os africanos tolos?

Na realidade nossos amigos, nossos parceiros africanos, que têm uma noção da política externa do Brasil, buscam também uma diversificação de parceiros, buscam negociar suas dependências. Embora as políticas externas africanas sejam diversas de acordo com o país, no geral elas se apresen-

tam com bastante intensidade na sua aproximação global com o Brasil.

Por ora é só. Espero poder defender essa posição de modo mais extenso na Sessão de que participarei.

*Paulo Cordeiro de Andrade Pinto* — Eu queria apenas me dirigir ao Prof. Ferreira Lima.

Talvez eu seja um desses jovens diplomatas que agora está entrando dentro do "reacionário" Itamaraty. Como o nosso encarregado de negócios em Pretória, acredito na mudança histórica; e como tudo é histórico, os fatos não se dão a uma virada de 180 graus, momentânea, eles vão se desenvolvendo aos poucos. Agora, não creio que devamos ser tão esquemáticos e condenarmos um Ministério inteiro, dizendo-o o mais reacionário da América Latina. O Itamaraty foi durante muito tempo reacionário, conservador; refletia o Governo brasileiro, o Estado brasileiro. Mas eu acho que estamos mudando, e esse reacionarismo não é uma coisa, digamos, última, permanente etc.

Além disso, não creio também que o Brasil veja na África apenas um mercado, pois a participação do mercado africano nas importações e nas exportações brasileiras ainda é algo em torno de 5%. Existe uma vontade política, e podemos verificar isso nas próprias respostas que governos que o senhor considera progressistas, como Angola e Moçambique, dão às iniciativas brasileiras. Eu acrescentaria: o Brasil está lá por uma opção talvez moral, uma vontade de conhecer melhor a África.

*Silvio José Ferreira* — Eu queria fazer uma observação em relação a um comentário feito pelo Prof. Luiz Gonzaga de Souza Lima, quando ele já no final do discurso disse que está faltando "atores qualificados" para fazer as propostas externas mais globais. Isso chama muito a atenção, por conta do que me pareceu o seu discurso como um todo, as suas observações, a sua análise em relação às relações exteriores da América Latina-África, muito cheias de boa vontade. Pareceu-me haver alguma ingenuidade, por-



que todos sabemos que o homem, apesar de ser o único animal verdadeiramente histórico, no sentido social, econômico e político e não no sentido puramente biológico como os outros animais, nem sempre faz a história de acordo com a sua vontade. Na verdade, as portas estão fechadas (em especial para os negros brasileiros), e mesmo que elas estivessem abertas eu perguntaria: para que atores qualificados? Para representar papéis sociais e políticos pré-estabelecidos em burocracias de Estados autoritários, como o nosso e outros Estados autoritários da América Latina? Para representar papéis pré-estabelecidos em termos dessa relação política do Brasil com a África? Não acredito muito no voluntarismo, na boa vontade individual, espontânea. Acredito nas regras de um jogo mais gerais que se estabelecem nas sociedades, que então designam um indivíduo para representar um papel não em termos de uma boa vontade, mas em termos de uma estrutura ou de estruturas mais gerais, que estão sendo modificadas e que conduzem o indivíduo a representar ou um papel de grupos ou de segmentos da sociedade específica.

Em relação ao que o Prof. Maurício Ferreira Lima expôs, eu concordo em grande parte evidentemente com o que ele diz, mas também concordo com o Vice-Diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Prof. José Maria Nunes Pereira, quando disse que nós estaríamos crendo ou fazendo crer que os africanos são tolos.

Agora, eu perguntaria se, após a anulação do Zaire como gendarme do imperialismo norte-americano na África, após os EUA terem sido afugentados da África e após a instauração nos países africanos de língua portuguesa de uma postura diante do mundo bastante distinta da postura ideológica norte-americana — eu perguntaria se essa aproximação do Brasil aos países africanos, sobretudo aos países de língua portuguesa, não é uma busca — na medida em que o Brasil não tem uma identidade política — de uma reaproximação do modelo político norte-americano. Quem sabe se o Brasil não poderia ser então tomado

como gendarme do neocolonialismo norte-americano na África? Até porque a África vive no momento uma convulsão social e política muito grande, que a faz redirecionar o seu caminho, o seu rumo, a sua trajetória. Isto faz que haja uma preocupação, sem dúvida, de estratégia política e ideológica para que as sociedades africanas, que vivem o sentido da força, passem a viver o que nós chamamos de força do sentido. E essa força do sentido, na medida em que os norte-americanos não estão mais lá dentro para criar uma camisa de força mental, eles evidentemente a vão buscar em países com os quais mantêm relações de dominação política, para fazer com que o sentido da força seja estabelecido e resgatado para uma força de sentido ideológico, de acordo com o viés político norte-americano.

*Luiz Gonzaga de Souza Lima* — A propósito das palavras do Prof. Sylvio José Ferreira, eu faria inicialmente duas observações. A primeira é que nós temos de fato algumas divergências. A segunda é que quando eu, falando de política internacional, me referi a atores, não me referi a indivíduos, mas a países, atores da política internacional.

A situação internacional, tenho a impressão, não está, como nunca esteve, já fechada e decidida pelas suas regras de jogo. Se assim não fosse, não precisaríamos mais discutir sobre política internacional. A realidade internacional, mais às vezes até do que a política nacional, tem o seu dinamismo próprio, apresenta em cada circunstância vários desdobramentos possíveis. E tenho a impressão de que nesse modo de ver — então essa é uma nossa diferença — a ação de países pode modificar as relações internacionais. Por exemplo, o Chile durante o governo de unidade popular, procurou fazer uma organização internacional dos exportadores de cobre. Se tivesse obtido sucesso nas gestões, sem dúvida nenhuma teria alterado as relações internacionais naquele momento. É um exemplo concreto de que a presença de atores na política internacional, ou seja, países com formula-

Questões estratégicas novas diante dos fatos da situação internacional, pode alterar a própria situação internacional, além de fatos internos dentro de cada país.

Quanto à realidade da política externa brasileira, penso que seria uma profunda incompreensão política imaginar que a política externa do Brasil é exclusivamente determinada pelo Itamaraty. Na verdade, ela é fruto de um jogo de forças, e creio mesmo que a fonte de onde emana o poder para realizar a política externa brasileira não é o Itamaraty. Tenho a impressão de que as Forças Armadas e os setores econômicos têm muito mais capacidade no momento de decidir os pontos essenciais das relações externas do Brasil do que os diplomatas do Itamaraty. Creio que as propostas de política externa do Itamaraty passam por uma série de clivagem para, somente em um momento posterior, tomar a roupagem de política externa brasileira.

Com respeito ao quadro de problemas internacionais que se colocam tanto para o Brasil quanto para a África, penso que ele é dado pelo quadro internacional no seu conjunto. Nós não escolhemos os problemas internacionais para enfrentá-los. E esses problemas, tenho a impressão, já permitem agora, como já permitiam antes, abordagens globais que poderiam ser base de uma formulação estratégica, de uma relação diferente entre os países, por exemplo, do Sul. E as bases para uma estratégia comum de colaboração entre os países do Sul existem, dadas pela problemática internacional. Infelizmente, nós temos visto que ainda que se desenvolva um esforço de cooperação, de integração, de discussão, o grau de integração desses países não se reflete em enfrentar os problemas comuns. Nós temos, com efeito, muitas questões que a África e a América Latina teriam interesse em enfrentá-las de uma maneira comum, e não são enfrentadas. Nós mesmos, na América Latina, temos uma série de questões da qual, se enfrentadas numa perspectiva comum, se poderia construir uma abordagem do papel desse continente, se poderia chegar não à integração latino-ame-

ricana, de sonhos passados, mas a uma ação comum do continente latino-americano nas questões internacionais. Isso é possível, mas não ocorre por várias causas. A nossa função é analisar essas causas.

Em relação, por exemplo, à cooperação América Latina e África, tenho a impressão que apenas dois países têm, nesse momento, uma política um pouco mais global: Cuba e o Brasil, que ainda a está formulando. Quanto à nossa política externa em relação à África, creio que ela é determinada em parte pelo fato de que nós fomos um país africano, pelo fato de que nós também fomos colônia e ficamos independentes, ainda que só politicamente, pois temos diversas relações de dependência. O Governo brasileiro, porém, tinha e ainda tem força para não respeitar as tendências dessas forças e não seguir a sua resultante, embora exista quase uma convergência, uma grande unanimidade, no sentido de que o Brasil estabeleça com a África uma política até muito mais avançada do que essa que está praticando, que, como afirmei anteriormente, não está completamente formulada; uma política, enfim, que corresponda profundamente aos anseios do Brasil, como uma nação africana que é também.

Para finalizar, gostaria de firmar aqui que tenho consciência de que há muito de utópico no meu discurso, pois sou uma pessoa que acredita que precisamos mudar o real.

*Neiva Moreira* — Não se levantou aqui uma voz que não fosse a favor de uma unidade real África—Brasil, África—América Latina. O que se discute são os caminhos, as vias, e por isso é inevitável que haja essa discussão.

Sobre o problema da política externa brasileira, tenho a dizer que respeito bastante o que um grupo numeroso do Itamaraty está fazendo em relação à África. O episódio do reconhecimento do Governo de Angola, por exemplo, honra a estratégia do Itamaraty, posso dizê-lo, pois a conheço minuciosamente. Foi um ato, digamos assim, de ousadia operacional do Itama-

raty, não foi uma decisão do Estado. Quanto à política em relação a Moçambique, ela foi modelada por um homem, que eu não conheço pessoalmente, que é o Sr. Ítalo Zappa. Foi um trabalho positivo, absolutamente positivo, e impediu que essa jovem geração de diplomatas fizesse o Brasil aparecer nesses países como uma caravana fenícia.

E a propósito disso, quero deixar claro que eu sou a favor de um intercâmbio econômico, comercial, amplo com esses países. Não porque seja entre o Brasil e a África — isso me preocupa secundariamente —, mas porque se situa no contexto Sul-Sul. Não obstante, penso que a correlação de forças que permite uma resultante política é ainda desfavorável às forças do progresso, não há a menor dúvida. O ponto de vista, por exemplo, do Sr. Delfim Neto, mercantilista, fundomonetarista, pesa muito mais na formulação da política brasileira do que os estudos corretos, sensíveis ao intercâmbio, com uma visão geopolítica estratégica cor-

reta, de uma geração jovem, que está atuando no Itamaraty. Mesmo assim, creio que estamos avançando.

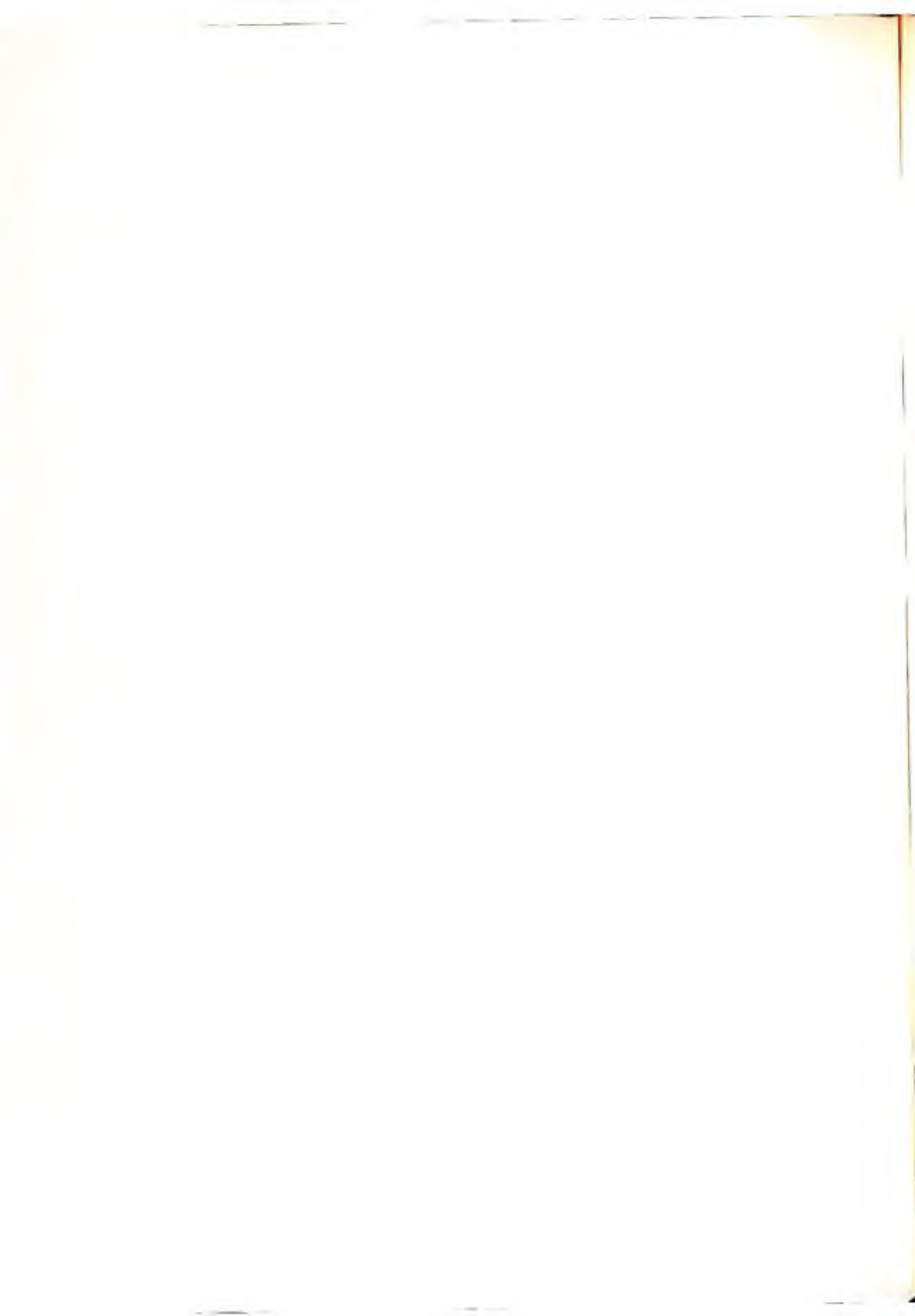
*Paulo Antônio Pereira Pinto* — A respeito da comunicação do Prof. Clóvis Brigagão, gostaria de lhes dizer que jamais existirá qualquer organização do Atlântico Sul com a participação do Brasil. Isso tem sido declarado repetidamente nos pronunciamentos oficiais de autoridades brasileiras do mais alto nível. Pela minha posição como chefe da Embaixada do Brasil em Pretória, posso garantir-lhes que isso também tem sido repetido ao Governo sul-africano, assim como à imprensa e ao povo sul-africano. Eles, no entanto, continuam a trazer o assunto à baila. É uma idéia deles, e esse relato que foi mencionado foi feito recentemente por um jornal sul-africano, o *Sunday Times*, no qual mais uma vez foi aventada a participação do Brasil nessa tão falada organização do Atlântico Sul. Mas, definitivamente, jamais existirá qualquer coisa neste sentido.

**PARTE II**

## **RELAÇÕES BRASIL—ÁFRICA: ANÁLISE E PERSPECTIVAS**

**5.ª SESSÃO**

**AS RELAÇÕES HISTÓRICAS  
BRASIL—ÁFRICA**



# ALOCUÇÃO

J. Michael Turner

Assistente de Programas da Fundação Ford e Professor Associado do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA, Rio de Janeiro.

Espero retomar com rapidez algumas notas sobre a história das relações Brasil—África, em especial uma página da história brasileira referente aos escravos negros libertos na Bahia no século XIX, que, por vários motivos, resolveram deixar o Brasil e voltar para a África.

Considero importante rever este capítulo da história nacional, já que os efeitos resultantes dos laços culturais oriundos deste episódio ressurgem na discussão das relações contemporâneas entre os dois continentes. Procuraremos, portanto, analisar este acontecimento, não só da história brasileira como da africana, de maneira objetiva e realística.

É fato bastante conhecido a entrada, principalmente na Bahia, a partir de 1810, de africanos de procedência nigeriana, mormente do grupo étnico Yoruba — conhecidos como Nagô —, com a diferença de serem negros islamizados, ligados à religião muçulmana.

A vinda destes negros prende-se à série de guerras santas levadas a cabo na região norte da Nigéria, sendo os perdedores vendidos como escravos aos comerciantes brasileiros na costa africana.

Este grupo islamizado — muçulmanos com a pureza de recém-convertidos — guardava diferenças muito grandes dos demais escravos de religião tradicional africana, melhor, da mistura de catolicismo com a religião tradicional da África. Era meta deste grupo criar, no interior da província da Bahia, um Estado teocrático islâmico.

A grande tentativa de criação deste Estado foi a Revolução dos Malês de 1835, fato bem conhecido na historiografia nacional e cuja frustração desencadeou, por parte da sociedade escravocrata baiana, uma forte

repressão, fruto do medo de que o sucesso de um movimento de tal ordem viesse a fazer do Brasil um novo Haiti.

O pavor à Revolução dos Malês deveu-se à sua grande organização e planejamento, à participação não somente de escravos, bem como de negros libertos adeptos do islamismo, e pelo fato de este grupo islamizado possuir a capacidade de ler e escrever, enfim, comunicar-se em árabe, como o provam inúmeros documentos dos Arquivos do Estado e da Polícia da Bahia.

Este evento teve repercussões importantes seja para a história do Brasil, seja para a africana, já que, a partir de 1836, a repressão decorrente da Revolução fracassada levou muitos destes libertos africanos a considerar a possibilidade de deixar o país e voltar ao continente de origem, isto sem contar os que foram efetivamente deportados pelo Governo da Bahia, escapando à execução ou ao assassinato.

E até 1899 estes grupos continuam a voltar. Contando apenas com os próprios recursos e o auxílio de irmandades e outras sociedades de caridade, utilizando-se da linha marítima que ligava Salvador à costa do Benin — sobretudo o porto de Lagos, hoje na Nigéria —, saíram do Brasil cerca de 5.500 pessoas. A princípio, africanos libertos, acentuando-se, após 1870, o número de brasileiros aqui nascidos, saídos da escravidão.

A maioria não retornou aos lugares de origem, preferindo estabelecer-se nas pequenas cidades da costa africana tais como Uaragushe, Uidá (Ajudá), Porto Seguro, Porto Novo etc. e, mormente os primeiros, até 1860, dedicaram-se ao tráfico negreiro, o que somente pode causar estranheza a quem não conheça a história africana. Toda

a costa africana era uma só dificuldade, e ou se entrava no jogo para participar, ou se ficava marginalizado; estes antigos escravos, ingressando no comércio negreiro, construíram, graças a ele, grandes fortunas, origem da riqueza das "grandes famílias", como são até hoje denominadas.

A partir de 1860, devido à forte pressão das esquadras britânica e francesa, o comércio nas costas africanas entra em um período legal dedicado a artigos como azeite de dendê, tapioca etc., e os afro-brasileiros, agora denominados *brésiliens*, ingressam nesse comércio legal e bem visto aos olhos dos europeus.

Ao mesmo tempo, consolida-se mais firmemente o poder europeu em África: seus interesses econômicos, políticos e estratégicos e a presença física mais e mais marcante (ingleses em Lagos, franceses no antigo Daomé, alemães no Togo etc.). E se esses *brésiliens* já possuíam importância para os africanos, passaram a tê-lo também para os europeus, desempenhando papéis úteis a estes e aos africanos, o que lhes conferia, ao mesmo tempo, características de marginalidade em relação aos dois grupos.

Gezo, Rei do Abomé, por exemplo, manifestando-se sobre eles em entrevista a um europeu, declarou julgá-los "europeus com o rosto bronzeado". Recriminou seu padrão de vida, não escondeu sua pouca confiança no grupo e disse mesmo não saber se eram "mais africanos ou mais europeus".

Ao mesmo tempo que eram criticados pelos africanos por suas maneiras e costumes imitativos dos europeus, eram também por estes criticados por sua tentativa de criar uma sociedade com casa grande e senzala, ou seja, recriar a cultura baiana do século XIX na África. Esta situação de marginalidade em relação a dois extremos era, contudo, compensada pela originalidade de sua posição de intérpretes de duas culturas, em termos lingüísticos, inclusive.

A verdade é que neste mundo difícil da África costeira do século XIX, os afro-brasileiros se destacavam por sua situação *sui generis*, o que os leva a atitudes tais como a de se casarem, normalmente, entre si. Isto

pode ser constatado pela consulta a documentos e narrativas destas grandes famílias do Togo, Daomé, ou Gana, no Arquivo Nacional do Benin, ou mesmo no livro de casamentos da grande catedral católica de Uidá (Ajudá). Os casamentos se davam, via de regra, entre família *brésilien* e família *brésilien*, no que nos parece ser uma tentativa de manter um tipo de "pureza" da cultura afro-brasileira.

E não é só. Através de entrevistas com muitas destas famílias e de outros dados coletados, percebemos nitidamente que, para eles, o período de escravidão no Brasil é considerado como quase dourado. O ter sido escravo no Brasil vira um marco, um fator determinante de *status*, tornando-se mesmo uma distinção honorífica o fato de ser descendente de alguém que fora escravo no Brasil. E isto se deve a uma idealização do que teria sido esta experiência, uma imagem mistificada do contato com o europeu, o que os leva não só a se adaptarem melhor como a serem preferidos pelos franceses no Daomé, pelos alemães no Togo e pelos britânicos na Nigéria, Costa do Ouro e Gana.

Deste modo, os primeiros professores de primeiro grau, os primeiros secretários, datilógrafos e pequenos funcionários do sistema colonial são recrutados justamente neste grupo, o que, dentro deste novo colonialismo imposto em finais do século XIX e implantado e desenvolvido no século XX, fez com que estes *brésiliens* se aproximassem mais e mais dos europeus, criando mesmo um tipo de poder, devido à sua proximidade dele, transformando-se numa nova elite dentro do contexto colonial; e tornaram-se médicos, advogados, professores, jornalistas. (É bom lembrar que os primeiros jornais africanos foram todos chefiados por estes *brésiliens*.)

Ora, no período da independência — década de 1960 —, com maior ou menor êxito, eles também se lançam no processo político, e sintomaticamente — estou me referindo ao caso do Daomé — alguns candidatos de origem afro-brasileira — de terceira, quarta geração — tiveram grande difi-



culdade em se elegerem e perderam as eleições por serem pessoas muito mais voltadas para os padrões de cultura e vida européias do que para os padrões africanos.

Finalizando, se nos reportarmos ao momento atual, veremos que esta marca e a necessidade de com ela se identificar encontram-se presentes apenas nos *brésiliens* da classe média para baixo, existindo, até hoje, uma diferença entre este pequeno grupo e o restante dos africanos. Os de classe média para cima têm menor interesse em se identificar como tal. Estão completa-

mente envolvidos na vida nacional de seu país e não encontram, como mais prósperos, a necessidade de se promoverem como brasileiros.

Era sobre esta experiência que eu queria lhes falar, por considerá-la importante e muito rica, não só do lado brasileiro, bem como do africano. Uma coisa de dar orgulho: deixar este país e, sem recursos, voltar ao continente de origem. Uma aventura fantástica, mas que tem de ser analisada com toda a honestidade e de maneira realística.

---

## ALOCUÇÃO

**José Honório Rodrigues**

Historiador. Membro da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

---

Sobre o tema relações históricas entre Brasil e África, eu fui um dos primeiros a escrever um livro. E logo que saiu a primeira edição, em 1960 — lembrem-se que este foi considerado pela ONU o Ano da Independência —, fui a Portugal numa viagem de pesquisa e consegui muito material naquele setor de estudos ultramarinos em que era definida a posição colonialista de Portugal. Isto serviu para mim como uma verdadeira provocação. Esta leitura me levou a pensar em estudar a questão na posição de um brasileiro e não na de um português colonialista. Eu me considerava um ex-colonizado por Portugal, e é daí que parte, realmente, o meu interesse pelo tema. E nisto uso de toda a franqueza.

Nesta viagem, quando cheguei ao Recife, dei uma pequena entrevista, e no dia seguinte o Dr. Assis Chateaubriand me telefonou muito cedo perguntando-me se eu não queria escrever uns artigos para o *O Jornal*, aqui do Rio, sobre questões africanas, que, em 1960, estavam na ordem do dia. Aceitei o convite e dei início a uma série de artigos que mais tarde viriam a compor meu livro *Brasil—África*.

É a este livro que pretendo me reportar, fazendo uma breve rememoração das relações entre estes dois continentes.

Na época das donatarias, em torno de 1532/34, inicia-se a vinda dos escravos para o Brasil. Já se estavam montando os engenhos de açúcar e havia necessidade de mão-de-obra. A vinda do negro africano para o Brasil, portanto, está ligada à produção e ao trabalho. Ele é a mão-de-obra. Sua vinda começa em 1532/34 e termina, como nós sabemos, em 1850, quando é feita a lei da Abolição do Tráfico.

No meu livro, mostro um documento — que, aliás, nunca foi publicado por inteiro — que encontrei no Arquivo Nacional do Alcanforado, constante de um processo policial referente à captura de um navio negreiro feita em 1856. Essa é a última vez que há notícia de emigração de escravos africanos para o Brasil. Uma das surpresas que tive na leitura deste processo foi a do envolvimento, nele, de Pereira da Silva, de quem Capistrano de Abreu não gostava e de quem eu, particularmente, também nunca admirei. Ele foi um péssimo historiador. Escreveu uma obra imensa, enorme,

mas inventou batalhas, guerras etc. Eu nunca havia compreendido bem a importância dele e, neste processo, pude constatar que ele foi um grande advogado. Advogado dos traficantes!

E é importante acentuar isto: o tráfico, desde o início, é oficial, governamental. A necessidade de apoiar os engenhos fez dele uma prática e uma iniciativa governamental. É apenas depois de um certo ponto que o tráfico passa à iniciativa privada.

É uma coisa imensa! Três séculos! E o País sofre com isso, pois é preciso não esquecer: o Brasil teve um dos períodos coloniais mais longos da história. Até hoje, eu fico muito zangado porque, realmente, não se dá bola para a história colonial, o que é um grande erro, porque ela pesa no Brasil. Pesa dentro da nossa consciência, pesa nos costumes coloniais.

Quando se diz que o Brasil é um país novo, diz-se uma grande tolice! Ele é muito mais velho que os Estados Unidos, por exemplo, que nasceu um século depois, se torna independente 50 anos depois dos Estados Unidos e tem, portanto, uma durabilidade do período colonial das mais longas e de efeitos extremamente importantes de natureza histórica geral.

Primeiramente tivemos a produção açucareira, que fez do Brasil, no século XVII, o maior produtor de açúcar do mundo, uma colônia extremamente importante e, se considerado o aspecto comercial — juntamente com o lado espanhol, ou seja, ao ouro e à prata vindos, sobretudo, do Peru — muito mais importante que os Estados Unidos.

Com o desenvolvimento do plantio do açúcar no Brasil — que começa no século XVI, mas que tem um grande desenvolvimento no século XVII —, é para os vários engenhos que vem a grande massa escrava. Estes escravos vinham do ocidente da África e são, sobretudo, bantos. Os negros da parte oriental da África só vieram bem mais tarde.

Estes negros eram considerados muito mais robustos e o eram realmente. Embora devastadoramente explorados — um escla-

vo vivia entre 10 a 12 anos de vida útil ao sistema — e sendo eles realmente muito mais robustos que o indígena, os portugueses, vendo que não podiam aproveitar estes últimos, tiveram que ir buscar a mão-de-obra africana.

Estes mesmos africanos penetraram na família através da mucama e da ama-de-leite, iniciando um processo de miscigenação que exerce um papel muito grande na história do Brasil. No meu livro, procurei chamar a atenção sobre este aspecto da história brasileira, conferindo-lhe grande importância, já que considero o Brasil um enxerto de povos, uma mistura de tudo e, por isso mesmo, muito mais homogêneo. A homogeneidade do povo brasileiro é extraordinária! E isto se deve a diversos fatores, um dos quais é a miscigenação.

Embora eu não sustente a tese de que a escravidão no Brasil tenha sido melhor que a americana — nenhuma escravidão é melhor —, digo que, no Brasil, ela apresentou um abrandamento devido à miscigenação, mesmo com toda a discriminação característica da política oficial portuguesa. É uma falsidade os portugueses, antes de se libertarem no movimento de 1974, terem sustentado que não tinham preconceito. Eles sempre tiveram. A política oficial portuguesa no Brasil foi discriminatória, continua a sê-lo no Império e, enfim, o país não se liberta desta discriminação. Ela existe!

Eu, por exemplo, fui aos Estados Unidos em 1943 e assisti a um espetáculo chocante, que era o ver banheiro de crioulo e banheiro de branco, lugar onde senta branco, lugar onde senta preto. Isto me chocava profundamente, e eu sentia, na gente de cor, um verdadeiro ódio em relação ao branco, coisa que nós não sentimos no Brasil. No entanto, seria uma mentira deslavada afirmar-se que em nosso país não houve preconceito — porque houve o preconceito oficial — do mesmo modo que dizer que não houve cruzeza.

Naquele livrinho que eu acho um tesouro, *Capítulos de História Colonial*, Capistrano de Abreu dizia: "Os alicerces foram

feitos sobre sangue." É mais: "O povo brasileiro foi capado e recapado, sangrado e ressangrado." Acho mesmo uma falsidade falar-se em "cordialidade" do povo brasileiro, quando o próprio Sérgio Buarque de Holanda, que sustentou esta tese em seu livro *Raízes do Brasil*, não mais a sustenta e o povo brasileiro continua sofrendo por inúmeros motivos de natureza econômica, psicológica e política. É verdade que os norte-americanos têm muito mais preconceito e são muito mais agressivos que os brasileiros. Falando de um modo geral, como Nação, os americanos só resolvem o negócio "no tapa". Em termos de comportamento nacional as diferenças podem ser constatadas, como entre a França e a Alemanha, por exemplo. O alemão é de trato agradávelíssimo, já o francês é xenófobo, maltrata o estrangeiro, embora em política internacional esteja sempre com as grandes causas. Agora mesmo, numa Europa conservadora, a França está tentando fazer o que Allende não conseguiu na América Latina, que é conciliar o socialismo com a liberdade, na tentativa de nos mostrar um novo caminho político que, talvez, salve o mundo dos horrores da guerra nuclear.

Em meus livros *Aspirações Nacionais e Conspiração e Reforma*, procurei mostrar que houve muita cruzeza na história do Brasil. E não apenas em relação às pessoas de cor — aos negros e aos índios — mas também ao colono pobre, português ou mambo, aquele que não tinha propriedade, não tinha terra, não tinha nada, e sofria o diabo num país controlado por latifundiários e grandes fazendeiros. E houve, realmente, muita sangueira no Brasil.

Quanto à questão da percentagem de negros entrados no Brasil, este é um ponto muito difícil. Acredita-se que 60% da importação de escravos veio para o Brasil, segue-se Cuba com 20 e tantos por cento e, finalmente, os Estados Unidos. Creio que é por isso que o cubano se parece tanto com o brasileiro, por esta influência crioula. Em suma, o Brasil foi um dos países que recebeu maior número de africanos escravos importados de zonas variáveis, já que os

portugueses não queriam trazer muita gente da mesma tribo, o que poderia facilitar a revolta, a organização dos povos que falavam o mesmo dialeto.

Este é outro aspecto importante. É uma coisa extraordinária na unidade brasileira o fato de falarmos a mesma língua, a vitória da língua portuguesa em meio a milhares de dialetos. Eu apresentei um trabalho sobre isto ano passado num simpósio na Universidade de Kennsville: a vitória da língua portuguesa no Brasil.

Há depoimentos de viajantes interessantíssimos sobre isto. Um deles, alemão, escreveu um livro sob o título *Viagem ao Brasil*, que trazia um subtítulo interessante: "Uma vez lá e nunca mais". . . Este alemão, por exemplo, conta que, certa vez, viu chamarem-se mais de 10 pessoas para tentarem interpretar o que dizia determinado negro no mercado do Valongo, onde se vendiam os escravos. Os viajantes estranhavam ouvirem os negros conversando em seus próprios dialetos.

Além disso, tínhamos também uma inumerável quantidade de línguas indígenas. O Padre Vieira, num de seus famosos discursos, dizia que em Babel havia 150 línguas e na Amazônia mais de mil. E vejam que durante muito tempo somente se falou português na costa, havendo zonas, como São Paulo, por exemplo, que só começam a falá-lo em finais do século XVIII, sendo este um Estado tupinizado completamente. Basta ver sua toponímia.

É uma pena que haja tão poucos estudos e de resultados tão insignificantes sobre assunto tão sério, tendo em vista a quantidade e a importância desses dialetos.

E os portugueses fizeram isto propositalmente, numa política que quase poderíamos chamar de *apartheid*. Não como este que nós hoje conhecemos e que nos horroriza, como o holandês ou o sul-africano, que, aliás, é de origem calvinista, já que os católicos não tinham uma formação tão dura no sentido do relacionamento de cor. Mas, havia distinções. A Igreja não aceitava gente de cor, bem como o Exército, sendo esta discriminação exercida com maior ri-

gor contra o africano crioulo. Os índios, embora massacrados, sempre lutando e sendo mortos — só aquela guerra da Confederação dos Tamoios dura anos e os índios são mortos em quantidade —, não sofreram tantos agravos quanto os africanos, discriminação que se estende pela Colônia e pelo Império, num processo muito longo que integra este quadro persistente, até hoje, na liderança brasileira, para quem tudo deve ser resolvido gradual e lentamente, o que é, evidentemente, uma tapeação, ou seja: quando você não quer resolver o problema, diz que tem de resolvê-lo lenta e gradualmente, devagarzinho, que é para obter o máximo de tempo possível e tirar todas as vantagens.

Esta é uma das principais características da liderança brasileira, e eu sempre considere em todos os meus trabalhos — principalmente em *Reforma e Conciliação* — que, no Brasil, a liderança sempre se revelou muito inferior ao povo. Creio mesmo que poderia dizer que uma importante diferença entre o Brasil e os Estados Unidos — não sei se os norte-americanos concordariam comigo — é que a liderança norte-americana foi maior que o seu povo e, no Brasil, o povo é maior que sua liderança.

À liderança que fez a independência norte-americana, seguem-se outros grandes homens, grandes líderes, no entanto, o povo norte-americano é cheio de preconceitos, é um povo que estabelece minorias, enfim, os Estados Unidos são um país de minorias, de cor, de imigrantes, de toda espécie. No Brasil, dá-se o contrário, não há minoria. A minha tese é esta: no Brasil não há minoria. Melhor, minoria é a liderança, o resto é povo. É todo um grande conjunto que vem sofrendo indistintamente, não interessando se é branco, preto, educado ou não. É toda a grande massa que vem sofrendo os horrores da má administração da liderança brasileira, e por isso estes processos são tão longos em nosso país.

Vejam que a Abolição, que somente se faz em 1888, mesmo assim não é aprovada por unanimidade, recebendo sete votos contrários, partidos de deputados flumina-

ses, o que é também um indicador de que o Rio de Janeiro não estava preparado para a transformação do trabalho escravo em trabalho livre.

Com respeito a isto é conveniente lembrar o grande crioulo, maravilhoso e formidável engenheiro que foi André Rebouças — honra da engenharia brasileira, construtor da fabulosa estrada que liga Curitiba a Paranaguá —, que, em livro de sua autoria chamado *Garantia de Juros* — referente a uma forma de incentivo à entrada do capital estrangeiro iniciada após 1850, em que o Governo garantia 7% de lucro sobre o capital empregado —, editado antes de 1870, o que caracteriza uma verdadeira profecia, dizia: "São Paulo já tomou as duas medidas indispensáveis para o seu progresso. Primeiro, está mudando o trabalho escravo pelo trabalho livre, que será uma das causas do progresso e, segundo, está construindo estradas-de-ferro, de modo que São Paulo será, em breve, a Pensilvânia do Brasil." Considerando que a Pensilvânia era o grande Estado industrial à época, este constitui excelente exemplo da capacidade de visão deste homem.

Há, ainda, um último ponto que eu gostaria de abordar, a saber: a luta negra pela Abolição e a imprevidência com que esta foi feita. E a verdade é que, com toda a simpatia que se possa ter pela Princesa Isabel, a luta pela Abolição é uma conquista negra. Escrevi sobre isto um pequeno trabalho, que pode vir a ser desenvolvido, baseado nos relatórios dos chefes de Polícia — um material pouco usado — chamado "A Rebelião Negra no Brasil". Nele, vê-se que ano a ano há várias revoltas de africanos escravos, em grande parte sufocadas pela polícia através de denúncias ou traições, sendo que seus líderes, via de regra, são presos e sofrem bastante.

Estes relatórios constituem mesmo material importantíssimo, pois nos dão a medida da violência que caracterizou a escravidão. Há casos — como um, às vésperas da Abolição, contado, inclusive, pelo Joaquim Nabuco — que lembram cenas do *far west* americano, com negros sendo retirados à

força do Distrito Policial por capatazes liderando uma massa enfurecida e sendo linchados e mortos sumariamente. A conclusão é que a dureza do patrão brasileiro não foi menor do que a de outros povos, porque a escravidão, em si, é um mal.

Creio ter conseguido traçar sumariamente um quadro geral da história das relações de raça de origem africana no Brasil, e gostaria de finalizar lembrando que, na Abolição, foi cometido um erro capital — não falo da indenização, o que realmente levou Rui Barbosa a mandar queimar todos os documentos referentes à escravidão para evitar qualquer direito a ela por parte dos fazendeiros —, que foi o de se ter colocado toda esta grande massa em liberdade, sem

fornecer os elementos necessários de educação e trabalho.

Foi uma imprevidência total, um grande mal e, graças a esta imprevidência — a liderança brasileira sempre foi assim, não planeja —, até hoje as gentes de cor ocupam os lugares mais baixos dentro da sociedade brasileira. Se compararmos isto com os Estados Unidos, dá-se exatamente o contrário, pois lá existem pessoas de cor ocupando altas posições, quando, no Brasil, não as temos.

Termino aqui declarando isto: no Brasil houve realmente o preconceito e não houve a preparação necessária para a Abolição da escravatura, que é resultado da luta dos próprios escravos.

---

## NOTAS SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL—ÁFRICA NÃO INÍCIO DOS ANOS 60

Raymundo Souza Dantas

Escritor. Embaixador do Brasil em Gana nos Governos  
Jânio Quadros e João Goulart.

---

As relações Brasil—África têm praticamente a idade de nosso país. Elas começam, como ninguém ignora, desde que em nossa terra pisou o primeiro africano de imigração forçada, o que se constitui numa das mais importantes componentes da nossa formação como povo e como nação. Quando, pois, se aborda a questão das relações históricas Brasil—África, qualquer que seja o sentido desta abordagem, não se pode deixar de enfatizar esta verdade maior.

E assim fazendo, estamos recordando o que há de mais essencial, preponderante mesmo, em nossas raízes mais fecundas. Não se trata, esta nossa paixão pelas coisas africanas, apenas de uma vocação, mas da afirmação de uma identidade. Quando buscamos estreitar, mais e mais, as relações com os novos países africanos, estamos baseados em interesses que falam de nosso próprio sangue, de nossa cultura, de nossa maneira de ser e de estar no mundo, enfim.

Enfatizamos, pois, um dos elementos essenciais de nossa formação, responsável pelo autêntico sentimento de solidariedade com que nos colocamos nesta nova convivência com a África.

Nesta intervenção, contudo, pretendo referir-me a um passado mais recente, em que buscamos — em termos de interesses comuns, inspirados pela herança humana, cultural e lingüística — estabelecer relações com o mundo africano, inaugurando um novo diálogo, mais que necessário, que se deu na hora certa. Cingir-me-ei a fatos relacionados com intenções verdadeiras — muitos deles conhecidos de todos quantos acompanharam nossa política para a África, mas que devem e precisam ser lembrados —, limitando-me a uma etapa apenas, aquela da qual fui testemunha e protagonista — o menos credenciado, é verdade, porém, um dos mais apaixonados e sofridos.

Tudo aconteceu há 20 anos, exatamente

quando deveria acontecer. A África encontrando o seu verdadeiro caminho na luta pela descolonização e pela independência, o Brasil iniciando um novo período de esperanças e de afirmação. Foi em momento histórico da maior significação, em pleno processo das independências africanas, que o Brasil deu os primeiros passos visando ao efetivo estabelecimento de relações com a África livre.

Estávamos em 1961, e o momento histórico era, de fato, da maior significação, não apenas em termos de África, mas também de Brasil. Inaugurava-se entre nós, naqueles idos, um governo que tinha como compromisso uma política audaz e imaginosa, tanto interna quanto externamente. O projeto Jânio Quadros, porém, não chegou a ser plenamente desenvolvido — por motivo que ninguém ignora —, causando grandes frustrações, e uma delas, sem dúvida, no que se relaciona ao diálogo Brasil-África, foi o cancelamento de programa que tinha como base a visita ao país dos líderes construtores do nacionalismo africano mais em evidência na época, tais como Nkrumah, Modibo Keita, Sekou Touré, Sylvanus Olimpio (este último, inclusive, descendente de brasileiro, neto de ex-escravo repatriado). O Brasil se colocava, assim, perante os chefes africanos líderes das independências, como sua tribuna natural na América Latina.

Tais convites seriam feitos na proporção em que as nossas representações fossem sendo criadas, dentro de plano estabelecido pelo Grupo de Trabalho instituído no Itamaraty, no segundo mês do Governo Jânio Quadros, e, naturalmente, o primeiro convidado seria o presidente da República de Gana, Kwame Nkrumah. Embora o projeto tenha sido abandonado pelo governo que sucedeu à renúncia e que, nem por isso, abandonou o discurso relativo à aproximação Brasil-África, o documento que oficializava o convite, mesmo em se tratando de evento que não chegou a se concretizar, tem significado como ponto de referência quando abordamos aspectos das relações históricas Brasil-África. Ei-lo:

“À S. Excia. Dr. Kwame Nkrumah.  
Presidente da República de Gana.  
Grande e bom amigo.

Escolhi como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de V. Excia., o Sr. Raymundo de Souza Dantas, em cujas qualidades pessoais deposito plena confiança e que saberá, estou certo, interpretar meu pensamento, na República de Gana.

Empenhado como estou em estreitar os laços de amizade entre os nossos dois países, desejaria poder receber V. Excia. como hóspede oficial do Brasil.

O Embaixador Souza Dantas vai reiterar de viva voz a V. Excia. este convite, ficando por mim autorizado a cuidar de todos os pormenores dessa eventual visita.

Esperando poder brevemente ter a honra da visita de V. Excia., aproveito o ensejo para enviar-lhe os meus votos de felicidade pessoal e de progresso e crescente prosperidade para a República de Gana.”

Este Documento-Convite foi assinado a 7 de agosto de 1961 e havia outros com o mesmo conteúdo, endereçados a Modibo Keita, Sekou Touré, Sylvanus Olimpio etc. Contudo, tudo isso se frustrou, já que, horas antes de eu viajar para a África, o presidente renunciou. Tudo isso, de uma importância fabulosa, que poderia ter um peso tremendo no encaminhamento da política africano-brasileira, ficou no fundo de uma mala como coisa sem sentido, sem maior importância. Mas isto aparentemente, porque a história também se faz com as coisas que não aconteceram.

Continuando, a preocupação pela África, no Brasil, começou quando da Segunda Guerra Mundial. Foi somente àquela altura que se começou a pensar numa missão africana, que teve por base questões de caráter estratégico, focalizando áreas consideradas pontos sensíveis de geoestratégia ocidental, como, por exemplo, a ponte Natal-Dacar.

Embora tenham prevalecido aqueles elementos que proclamam nossa vocação africana, que estão na base de nossa formação como povo e como nação, o interesse de

caráter estratégico foi privilegiado até o Governo JK, do qual, diga-se de passagem, datam medidas de importância para a ampliação de nosso relacionamento com a África. Evoluíram as preocupações, ganhando dimensão cultural, política e econômica, porém em medida insuficiente, não havendo de nossa parte ainda uma posição firme face às mudanças que começavam a se processar graças aos movimentos de libertação.

Coube ainda ao Governo JK, em seu último ano, o reconhecimento de cerca de 17 novos países africanos, além da criação da primeira missão diplomática brasileira permanente na África Negra, que foi a legação em Acra, em dezembro de 1960. Trata-se da primeira referência importante na história daquela fase de nossa aproximação diplomática com a África que se tornava independente, já constituída de 26 países livres. O Brasil mantinha, então, representação diminuta, nada dinâmica, constituída pelas Embaixadas em Pretória e no Cairo, os Consulados de Tânger, Argel e Casablanca. Na África Negra, propriamente dita, apenas existia o Consulado de Dacar, aparecendo o Senegal como nosso mais antigo parceiro.

Os fatos demonstram que foi nos escasos meses do Governo Jânio Quadros que a política africana brasileira encontrou sua verdadeira vocação. Ao voltar-se para a África — o que fez com audácia e decisão —, fê-lo em obediência à aspiração nacional sustentada por intelectuais da maior representatividade no país, os quais deram, neste particular, incontestemente apoio ao chefe do Governo. Não faltou, evidentemente, quem apontasse sua posição como sentimental, ou mesmo quem a dissesse sensacionalista por suas conotações. A verdade é que, pela primeira vez, o Brasil assumia o papel mais condizente com suas vocações, embora ainda deixasse a desejar, devido ao nosso relacionamento com o Portugal colonialista.

Jânio Quadros não improvisou na sua política africana — como muitos afirmaram e alguns, ainda hoje, teimam em dizê-lo —

nem na escolha de seus executores. Cumpre recordar, mesmo que rapidamente, algumas providências e medidas que demonstram todo o cuidado e ambição presidenciais no caso. Poucos sabem, por exemplo, do trabalho diuturno levado a efeito por sua assessoria para a África, a partir dos primeiros dias do curto espaço de seu Governo, assessoria esta que tinha como membro o Prof. Candido Mendes de Almeida. Acredito também que muitos não saibam sobre o lúcido e oportuno relatório do Embaixador Negrão de Lima sobre a realidade das colônias portuguesas, após viagem que fez àquelas regiões africanas.

Não havia um só dia em que o Presidente deixasse de trocar idéias sobre os problemas africanos, recomendando, logo em seu segundo mês de Governo, ao Ministro Afonso Arinos o reexame da política brasileira no continente africano em todos os seus aspectos, sem quaisquer restrições. Não satisfeito com os cuidados referidos, compreendeu, face ao acelerado dos acontecimentos africanos, que a melhor maneira de se manter atualizado no aprendizado de África seria iniciar, de imediato, o diálogo que se fazia tardar. E assim o fez, inaugurando a nova linguagem brasileira para com o mundo africano — já de posse das conclusões do Grupo de Trabalho do Itamaraty —, determinando o deslocamento de uma delegação de nível para visitar a África Ocidental, base de sua política de ampliação de nossas relações com os países livres.

A delegação, por mim chefiada — destinada à representação em Gana, logo depois elevada à categoria de Embaixada — e constituída pelos Srs. Coelho de Souza, Costa e Silva, Paulo Nogueira e Pimenta Bueno, visitou Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé (hoje Benin), Gabão, Guiné, Serra Leoa e Camarões.

Entre outros motivos de maior significado para a elaboração de nossa política, destacando-se os de caráter econômico e político, enfatizou a Delegação, em seu relatório, a importância das comunidades implantadas por escravos repatriados e seus filhos brasileiros transferidos para a África em sua

companhia e instalados notadamente na Nigéria, Gana e Togo.

Nesse ínterim, o presidente já estava armado do necessário para o desenvolvimento de uma dinâmica cooperação com a África nova, sobre a qual dera notícias nosso chanceler, em sua breve estada no Senegal representando o Brasil nas festividades do primeiro aniversário daquela República, em cuja liderança avultava a figura de Senghor, o grande amigo do Brasil.

Não satisfeito com todos os cuidados tomados visando a melhor informar-se sobre a África — a fim de levar a efeito uma política verdadeira, fugindo do improvisado —, Jânio Quadros partiu para a criação de uma entidade que seria o centro de altos estudos destinado a colaborar com o Ministério das Relações Exteriores no planejamento das relações entre o Brasil e os países da África e da Ásia.

Enfim, quando nos preparávamos para a ação em África, já criadas as Embaixadas do Senegal, da Guiné, Gana, Nigéria, Costa do Marfim, Togo, Alto Volta, Mali etc., veio a renúncia. E com ela uma nova fase,

esta dramática, de nossa política africana. Os escolhidos pelo Presidente Jânio Quadros foram mantidos e a orientação assegurada. Contudo, já não era a mesma coisa; já não era mais possível atender a tudo que fora pensado e estruturado; e se tivemos oportunidade de — através de nossas representações ao sul do Saara — desenvolver um discurso em África que deu a medida de nossas intenções e de nosso compromisso com a África livre, frustrados foram os pontos altos da política pretendida, não demorando para que nos sentíssemos, em África, sem a cobertura necessária para levá-la a bom termo.

Apesar disso, estamos seguros de ter deixado plantado algo positivo no que respeita às relações Brasil—África. E se não pretendemos narrar aqui o drama do primeiro embaixador negro do Brasil e primeiro embaixador brasileiro na África Negra, queremos deixar registrado que lhe faltou tudo, sendo aliás melhor assim, pois, valendo-se do nada, fez alguma coisa, mostrando a imagem de um Brasil que não nega a si mesmo, proclamando suas verdadeiras raízes, solidário e orgulhoso disto.

---

## ALOCUÇÃO

### Guilherme Souza Castro

Professor do Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.

---

Nossa intervenção será breve. Contudo, já que estamos falando de nossa vocação para trabalhar juntamente com a África, gostaríamos de falar de nossa experiência desde os tempos mais ou menos indecisos em que a História, neste particular, se fez mais com o que não aconteceu do que com o que aconteceu. E uma destas coisas que nem sempre são lembradas é a história da cooperação cultural com a África, que teve início através da Universidade da Bahia e seu Centro de Estudos Afro-Orientais, criada em setembro de 1959.

Na época, o Embaixador Assunção, nosso representante na Unesco, propôs ao reitor da Universidade da Bahia, Edgar Rego dos Santos, a implementação do projeto Oriente—Ocidente, e este, sob aconselhamento do Prof. Jorge Agostinho da Silva, criou o Centro como um órgão de estudos, ensino, pesquisa e intercâmbio dedicado às culturas de África e Ásia e à presença dos aspectos destas culturas no Brasil. Evidentemente, muito mais dedicado aos aspectos das culturas africanas que asiáticas, o CEAO pretendia formar especialistas nas

diferentes áreas de conhecimento referidas a estes dois continentes, e foi criado com todo o ardor e a coragem dos empreendimentos feitos com a convicção de que estão corretos.

Instalado em algumas salas do subsolo do próprio Palácio da Reitoria, sob a direção do próprio Agostinho da Silva, o Centro deu início ao trabalho básico de estabelecer contato com as instituições e os especialistas dedicados a estes estudos e pesquisas; de constituição de arquivos e fichários; de intercâmbio de comunicações, teses e trabalhos diversos e de livros, que vieram a constituir uma biblioteca hoje com mais de 8.000 títulos, não computados os periódicos.

Em 1961, começamos a colher os frutos do trabalho iniciado um ano antes pelo Prof. Oswaldo Costa Lima, que, na base do pioneirismo, havia viajado à África, selecionando candidatos a bolsas de estudos oferecidas pelo Itamaraty. Recebemos, assim, o primeiro grupo de 15 estudantes africanos, experiência, no geral, bem sucedida. Nesta mesma época, foi ainda o Prof. Costa Lima quem efetuou os contatos pessoais que envolveram negociações para o intercâmbio de pessoal acadêmico com universidades de Gana, Nigéria e do Senegal.

Quatro anos depois, em 1965, saía o primeiro número da revista *Afro-Ásia*, que, embora mantenha o que poderíamos chamar com mais propriedade de irregularidade, e assim mesmo a duras penas, alcançou um padrão internacional e já está em seu n.º 14.

A partir de 1971, no entanto, com a reforma universitária e a criação dos departamentos, o CEAO foi esvaziado do pessoal efetivo com que contava, o que vem dificultando muito o trabalho, já que o grupo de pesquisa foi dividido pelos Departamentos de História, Geografia, Antropologia e outras rimas semelhantes. Não obstante, já se havia estabelecido um tal *esprit de corps* que continua nos unindo, apesar de a distância nos separar, no que poderíamos mesmo chamar de uma duplicação de esforços para manter aberto o Centro. Trabalhamos duplamente, em nossos departamentos e, pela obrigação que não temos, mas que nos impusemos, no CEAO.

E assim tem sido. Mantendo-nos à tona a duras penas, temos sido executores de um convênio assinado por diversos órgãos, inclusive o Ministério das Relações Exteriores, para o desenvolvimento de um programa de cooperação cultural com os países africanos e de estudos afro-brasileiros, programa que nos tem permitido uma série de contatos e a vinda de professores de universidades como as do Zaire, Nigéria, Benin etc.

Finalizando, uma das atividades mais importantes desenvolvidas pelo CEAO é o Módulo Inicial do Museu Afro-Brasileiro, que, não obstante encontrar-se em fase de implantação, já realizou três exposições, uma das quais precisamente referente à influência cultural e arquitetônica brasileira na costa ocidental africana.

---

## ALOCUÇÃO

### Joel Rufino dos Santos

Escritor. Pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA, Rio de Janeiro.

---

Vou me esforçar para reduzir minhas palavras ao essencial. Eu diria que vejo as relações históricas Brasil—África como um problema político, e, como tal, para deslindá-

lo, para encará-lo de frente, a gente precisa obedecer a certas regras que são universais em política.

É evidente que na questão das relações

Brasil-África, colocadas historicamente, há falsidades e há acertos. Considero, por exemplo, uma falsidade supor que estas relações sejam harmoniosas e que haja, da parte de nosso país com relação à África, uma boa intenção inicial, visceral, que seria produto de nossa origem africana. Isto é uma falsidade e, embora eu não seja ingênuo de pensar que em política não se trabalha com mentiras, é sempre necessário ver a verdade. E o que me parece uma verdade facilmente constatável por qualquer estudioso de História — a não ser que queiramos ficar no plano da ilusão — é que o Brasil sempre esteve mal-intencionado com relação à África, especialmente nas relações mais recentes, nas relações atuais.

Podemos falar muito tempo, gastar muito latim como temos gasto, para falar das relações Brasil-África sem tocar no ponto essencial, mas este é o ponto verdadeiro da questão: o nosso país tem um antecedente de subimperialismo facilmente constatável. Os africanos, se quiserem iludir-se a este respeito, podem fazê-lo — a ilusão é um direito do ser humano —, mas nós, que trabalhamos com História, não temos qualquer ilusão neste sentido. O Brasil tem más intenções com relação à África, e o que ele pretende, na verdade, é substituir o colonialismo inglês, português, francês — seja lá qual for — no continente africano.

Embora não me coubesse falar sobre o que disseram os que aqui me antecederam, gostaria de retomar algumas coisas colocadas pelo Embaixador Souza Dantas. É evidente que, de um determinado ponto de vista, o Governo Jânio Quadros teve o mérito de uma política africana; quero lembrar, contudo, que há outros pontos de vista, e eu não poderia deixar barato.

Primeiramente, a política africana brasileira não nasce com o Governo Jânio Quadros, ela é anterior, e o próprio Embaixador mostrou, retrospectivamente, que ela data, pelo menos, do fim da Segunda Grande Guerra. Acho um equívoco supor que Jânio Quadros tinha boas intenções com a África. Nós conhecemos bem a história do partido que o elegeu; conhecemos bem a

história do Sr. Jânio Quadros, para não cairmos em ilusões. Fala-se, por exemplo, numa história invisível das relações Brasil-África, que, se fosse revelada, atestaria as boas intenções do ex-presidente. Mas eu também tenho uma história invisível, e todas as pessoas com mais de 30 anos se lembram que o Sr. Jânio Quadros assumiu a presidência fortemente, claramente comprometido com a Bethlehem Steel, com a Shell, com o truste do vidro plano etc. Eu pergunto, então: que política africana era essa de Jânio? Será que era apenas uma bela política de boas intenções?

Com relação, também, ao que colocou o historiador José Honório Rodrigues, quero lembrar que há outro ponto de vista com relação ao problema da miscigenação e da democracia racial brasileira. A miscigenação teria sido uma amortecedora dos conflitos raciais? Acredito que não. Historicamente, o que fez a miscigenação no Brasil foi gerar uma camada numerosíssima de mestiços ociosos, que sofreu uma pressão absolutamente insuportável de todo o sistema colonial. Deste modo, não é tão tranquilamente verdadeiro que ela tenha contribuído para amortecer os conflitos raciais em nosso país.

Outra questão que eu não gostaria de deixar passar é o problema metodológico das relações entre Brasil e África. Acho que num encontro como este, num Seminário Internacional — que é tão raro e, por isso mesmo, deve ser aproveitado —, é muito mais interessante colocar problemas do que rasgar seda. E quais são os principais problemas que as relações históricas Brasil-África nos colocam, a nós que estudamos o negro brasileiro?

Em primeiro lugar, a questão é a seguinte: nós, negros no Brasil, somos negros brasileiros ou afro-brasileiros? É uma questão fundamental esta a ser deslindada. Até que ponto vai a nossa africanidade? E não só a do negro, aliás, mas também a africanidade do brasileiro?

Outra questão, neste plano metodológico, que merece discussão é a da rebelião

negra no Brasil, que tem seu instante máximo no Quilombo dos Palmares. Alguns historiadores julgam, hoje, que Palmares pode ser a chave para a compreensão de um largo trecho da história de nosso país. E acontece que para entendermos Palmares precisaríamos saber muito mais da história africana do que sabemos e, na verdade, es-

tamos quase que na estaca zero em matéria de conhecimento da África. Eis aí, portanto, um problema decisivo: até que ponto o conhecimento de Palmares não é dependente do conhecimento da história africana e, conseqüentemente, até que ponto este conhecimento vai trazer luz sobre a história do nosso país.

## ALOCUÇÃO

Carlos Serrano

Professor do Centro de Estudos Africanos, da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Minha formação não é de historiador, eu sou antropólogo. No entanto, animado pelas palavras do Prof. Joel Rufino, quero referir-me a uma das funções do antropólogo que trabalha sobre África, que é a de contribuir na elaboração deste tipo de história que poderíamos denominar de etno-história, ou seja, um conhecimento da história africana, que, infelizmente, ainda está nos seus primeiros passos.

Afinal, só depois da descolonização é que nos tem sido dado conhecer uma história que não é, unicamente, a incorporação dos povos africanos a partir do contato com os europeus, uma história muito mais antiga e que necessita ser construída, redescoberta. Há alguns historiadores africanos que, depois das independências, têm retomado esta temática e antropólogos que têm trabalhado interdisciplinarmente com estes historiadores.

O Prof. Tizerbeau, que faz parte do Comitê Científico para a História da África, promovido pela Unesco, nos diz textualmente que as colunas mestras do conhecimento histórico — e ele se refere à história africana — constituem-se de três fontes principais: os documentos escritos, a arqueologia e a antropologia. Evidentemente, ele desenvolve estas idéias, e, quanto aos documentos escritos, muitos deles têm que ser retomados e reconstituídos, muitas ve-

zes não a partir do documento escrito mesmo, mas do documento oral, por edição oral.

É aí, talvez, que aparece a função do antropólogo no trabalho de reconstrução da exatidão histórica. E países recém-independentes, como Angola, têm demonstrado interesse tão grande que têm nomeado missões etno-históricas que vão às diversas regiões para coletar dados de tradição oral, com o fim de construção de uma nova história africana, de uma nova história angolana, que não aquela dos compêndios colonialistas.

Existem dois exemplos interessantes — que eu vou citar resumida e sinteticamente — que levam a crer na importância deste tipo de estudo científico não só para a história africana, como para a história da Diáspora. Um deles, que me afetou quando cheguei ao Brasil — eu sou angolano e estou aqui há 15 anos —, foi o de ver nos compêndios de ensino médio surgir o escravo como uma alternativa à escravatura indígena. Isto faz crer aos alunos que o escravo negro era passivo em relação ao índio, que era rebelde a esta situação de escravatura. E isto por quê? Porque havia uma situação de escravatura em África.

Este é o primeiro ponto que deve ser purificado — todo antropólogo ou historiador deve purificar esta história oficial —,



para que possamos compreender qual a instituição de escravatura que existia na África. Não vou debater o aspecto desta não passividade; os historiadores aqui presentes já o fizeram a partir de trabalhos sobre insurreições negras, quilombos, mocambos, marronais e outros fenômenos, mas quero, a partir da compreensão da história africana, demonstrar que esta instituição, em África, é assim falsamente denominada. A escravatura em África era algo completamente diferente da escravatura no sentido ocidental.

O escravo não aparece em África como uma mercadoria, da forma como foi compreendido e incorporado no sistema capitalista ocidental. Ele é, na instituição política da escravidão nas nações africanas, um patrimônio social, e esta escravidão encerra empreendimentos militares, econômicos e políticos que colocavam esse homem mais numa situação de servidão do que como simples mercadoria. Isto numa situação caracterizada, por exemplo, por um modo de produção de linhagens na sociedade tradicional africana, situação esta que só foi alterada com o contato com os europeus, nesse modo de articulação de linhagens puramente africanas, com o modo de produção mercantilista em expansão.

O cativo, circunscrito neste modo de produção de linhagens, proveniente de guerras ou de razias, torna-se um escravo entre aspas, identifica-se com a linhagem que o logrou a esta situação. Desta maneira, este tipo de escravatura poderia ser chamado de doméstica, mesmo assim, erradamente. O problema é que a história e a antropologia ainda não encontraram um termo, uma categoria, que consiga expressar diretamente, e com clareza, esta realidade africana, e, à falta de termos mais adequados, poderíamos dizer que esta seria uma escravatura doméstica, ou seja, o completar o trabalho doméstico, ou seja, o trabalho das mulheres e dos mais novos no grupo dos homens livres.

Não vou enumerar aqui, mas existem pelo menos uns cinco tipos de forma como estes homens eram incorporados à sociedade,

na condição denominada escrava, por guerras, razias ou relações de desigualdade existentes no seio da própria sociedade. Vamos, deste modo, que o conhecimento da história africana, incorporado à historiografia brasileira, elucidaria falsos conceitos e erros compreendidos nos compêndios escolares.

A outra questão, que vem muito a propósito agora que se está fundando uma instituição nacional como homenagem ao Zumbi dos Palmares, é o estudo do quilombo, no que se refere a esta instituição em África, mais precisamente em Angola, onde ela surgiu.

Se nos debruçarmos um pouco sobre o estudo desta instituição, veremos que muitas idéias nela contidas parecem estar muito próximas da concepção do Quilombo dos Palmares, pelo menos naquilo que tenho lido dos colegas brasileiros que sobre isto têm trabalhado, como Clóvis Moura, Beatriz do Nascimento e outros historiadores.

Esta instituição, surgida como sociedade guerreira Zibangala, em Angola, era aberta a todos os estrangeiros por ela iniciados, e esta denominação quilombo, a ela referente, tem conotações várias.

Primeiramente, designa o ritual de iniciação e circuncisão, que expressa o rito de passagem que incorpora os jovens de várias linhagens e sociedades à mesma sociedade guerreira. Esta sociedade em Benguela é, provavelmente, mais conhecida como os "guerreiros Jagas", que entraram pelo norte das atuais fronteiras de Angola e ocuparam o planalto central.

Há também uma conotação do termo quilombo como denominação do "campo de guerra" dos Zibangalas nas suas terras para ocupação desse território. Existe, ainda, como designação da "Casa Sagrada", onde se dá o ritual de iniciação que incorpora os jovens das várias linhagens, grupos e nações africanas — Lubundo, Ovibundo e outras — aos Zibangalas. O quilombo aparece, assim, como uma ideologia que permite a esta sociedade ocupar um território e, ao mesmo tempo, assimilar-se, constatando-se um movimento dialético re-

cíproco de assimilar os jovens e deixar-se assimilar, não havendo, deste modo, derrotados.

Outro significado para o termo é o de acampamento de escravos fugitivos, tal como se denominou no Brasil e também em Angola. Por fim, designa o acampamento temporário das caravanas de comércio do século XIX em Angola.

Finalizando, quero lembrar que a Rainha Ginga, Rainha de Matamba, em An-

gola, fez-se iniciar exatamente nas práticas da instituição quilombo, a fim de se aproveitar desta estratégia de máquina de guerra do povo Zibangala, para resistir 60 anos aos portugueses. Em suma, no estudo do quilombo brasileiro e do africano de Angola, temos implícitos certos princípios ideológicos mantidos pela consciência coletiva de um povo e que orientam a vida do quilombo, sendo o que se traduz em resistência, unidade, e uma sociedade aberta para todos.

**6.ª SESSÃO**

**AS RELAÇÕES ECONÔMICAS  
BRASIL—ÁFRICA**



## ALOCUÇÃO

Timothy A. Mgbokwera

Embaixador da Nigéria no Brasil.

Permitam-me dizer o quanto me sinto satisfeito por ter sido convidado a falar, neste Seminário, acerca de um problema tão importante como as relações econômicas entre o Brasil e a África. Estou certo de que todos vocês partilham do meu ponto de vista de que, atualmente, a importância das relações econômicas nas políticas externas destas duas regiões não pode ser subestimada.

A este respeito, convém destacar o sucesso do Brasil, hoje em dia, na penetração no mercado africano, em face da competição com o resto das nações industrializadas do hemisfério Norte, acompanhando a reavaliação construtiva dos seus interesses na África, um continente com o qual ele compartilha elos culturais.

Primeiramente, devido à variedade de climas, paisagens e atividades econômicas, e deixando de lado os pontos partilhados em comum, o Brasil é um país continental. Como a África, seus recursos minerais e agrícolas estão muito longe de estarem plenamente explorados. Em segundo lugar, devido ao fator língua portuguesa, que o liga a um considerável número de países africanos. Em terceiro lugar, existe um fator negro, ou africano, na conformação racial do Brasil.

Contra este pano de fundo, tentaremos responder se as economias da África e do Brasil fornecem campo para a competição, colaboração e consulta. Ou ainda: se os dois lados podem unir-se numa estratégia para vencer suas dificuldades econômicas, através de uma mútua penetração em investimentos, comércio e em vários contatos comerciais.

A África tem que trilhar caminhos difíceis no exterior, em busca de *know how*

sofisticado. Para tanto, as nações africanas, ou por seus próprios meios ou através de assistência externa, deveriam desenvolver níveis médios de tecnologia. Felizmente para as relações Brasil-África, o Brasil fez tremendos progressos na transformação de sua sociedade, em matéria de industrialização. Na verdade, o Brasil realizou tanto neste sentido que hoje, merecidamente, pertence ao grupo dos países do Terceiro Mundo recentemente industrializados.

Dando uma rápida olhada no conjunto das economias e tomadas de posição em assuntos econômicos nas duas últimas décadas, podemos verificar que uma das novas características da economia africana durante este período é um baixo crescimento. Esta economia sofre, ainda, os efeitos da inflação decorrente da natureza da dependência que caracteriza os países membros da OCDE, que determina o valor das importações e exportações em geral, assim como o seu comércio, o que causa o lento crescimento no setor de produção agrícola, do qual dependem 4/5 da população. E o que é mais importante: o setor é uma das principais fontes tanto de rendas públicas, como das exportações.

Em segundo lugar, nossa economia ainda demonstra todas as características de subdesenvolvimento, trazidas de séculos de negligência colonial e da excessiva dependência das economias africanas. Num grau mais otimista, procuraremos demonstrar os recursos de um continente, com um mercado de cerca de 450 milhões de pessoas. Estas estimativas continuam a ser empíricas, visto que dados confiáveis ficam na dependência de pesquisas que não têm sido suficientemente aprofundadas. No entanto, podemos destacar que a África detém mais

de 90% dos diamantes do mundo não comunista e 60% do ouro do mundo ocidental, dados que podem ser alterados pelas recentes notícias de que o Brasil dispõe, atualmente, de cerca de 1,2 bilhões de onças das reservas de ouro. A África detém, ainda, 30% do cobalto do mundo e 35% da bauxita do Ocidente — mais uma vez, dados que podem ser alterados, já que o Brasil vem de descobrir bauxita de forma a poder alterar esta percentagem —, além de considerável reserva de minério de ferro, urânio e carvão.

Zâmbia e Zaire encontram-se entre as maiores reservas de cobre do mundo. O Marrocos possui perto de 50% dos depósitos mundiais de fosfato. A Nigéria e a Líbia são grandes exportadores mundiais de minérios também.

O Brasil atingiu um elevado crescimento nas duas últimas décadas, alcançando o ápice de 10% de 1967 a 1973. Um aspecto importante desse período foi o impressionante crescimento em produtos petroquímicos, cimento, construção naval, equipamentos elétrico e mecânico. Em produtos petroquímicos, na construção de navios e na indústria aeronáutica, o crescimento tem sido extraordinário. Ao contrário da África, o Brasil é auto-suficiente em bens de consumo, sendo que, presentemente, os produtos manufaturados já substituíram os produtos primários como itens de exportação. O programa para produzir álcool combustível a partir da cana-de-açúcar, por exemplo, é um importante ponto de partida como alternativa na criação das fontes renováveis de energia. O que o Brasil possui em recursos minerais é imenso e de forma alguma eles estão totalmente explorados. As descobertas de Carajás têm dado uma nova dimensão a este país e aos seus recursos.

Assim como os países africanos, o Brasil tem sofrido o problema da inflação e da dívida externa; porém, compreendo que grande parte desta dívida reside na área de formação de capital. Em outras palavras: tem sido semeada em áreas que produzirão fundos em futuro próximo.

Os parágrafos anteriores oferecem meios para que discutamos os problemas aqui especificados. A África e o Brasil são grandes produtores, o que significa que têm que competir no mercado internacional pela venda de produtos como café, cacau, algodão, madeiras e minerais. Pelo que vemos, oferecem-se aos dois lados meios para a colaboração e consulta.

O Brasil, em particular agora, está a caminho da total industrialização e tem-se saído esplendidamente bem na produção agrícola, tornando-se o segundo maior exportador nesta área. Como o Brasil atingiu este nível é uma questão que merece nossa atenção.

Os países africanos, por sua vez, exigem mais produção agrícola, mobilizando o potencial do continente. Há necessidade de produzir-se alimentos e de colheitas em larga escala. O meu Governo vem implementando um programa de revolução verde, visando a revolucionar nossa agricultura, e está tentando atrair a participação estrangeira para realizar este ambicioso projeto. Já entramos, inclusive, em entendimentos com empresas brasileiras para a exploração de quatro fazendas. As discussões entre o Brasil e as autoridades nigerianas estão adiantadas, no sentido de se obter produção agrícola em larga escala na Nigéria.

É isso que eu quero dizer com cooperação estrangeira em áreas onde, há apenas alguns anos, existia somente competição entre Brasil e África. A produção de colheitas idênticas oferece-nos condições de consulta. Por exemplo, quando os preços do café e do cacau caem, os produtores de tais itens, no Brasil e na África, deveriam consultar-se, a fim de elaborar um acordo que protegesse seus interesses. O Brasil é membro da Aliança de Produtores de Cacau e realizou na Bahia, em 1980, uma reunião de emergência para obter um preço melhor para o produto junto aos consumidores do hemisfério Norte.

Existe ainda a questão da vantagem da tecnologia brasileira na África. Chamo a atenção para as necessidades africanas de tecnologia de nível médio. O desenvolvi-

mento da tecnologia brasileira sofre a influência das características do país, isto é, meio ambiente, clima e nível de desenvolvimento. O que temos, portanto, no Brasil, é uma tecnologia intermediária produzindo artigos tropicalizados, e produzidos por seu povo. Não é que o Brasil não possua sua própria quota de tecnologia sofisticada; contudo, essencialmente, o que ele tem é a capacidade de oferecer aos países africanos produtos manufaturados que se ajustam às necessidades específicas desses países.

A esse respeito, exemplo significativo pode ser encontrado no *Guia Africano*, de 1979, referente aos ônibus brasileiros com amplas janelas e suspensão reforçada e que vêm desbancando os ingleses por serem mais adequados à topografia e ao clima africano.

Foi somente na década de 1960, quando a maioria dos países africanos se tornou independente, que o Brasil começou a estabelecer contatos concretos com a África. Por volta de 1968, o comércio entre o Brasil e a África cresceu suficientemente, a ponto de justificar a criação, em São Paulo, da Câmara de Comércio Afro-Brasileira. Atualmente, centenas de empresas brasileiras mantêm ligações com a África, e suas atividades incluem a venda de veículos motorizados, café, equipamentos agrícolas, armas, aparelhos de ar-condicionado, utilidades domésticas, remédios etc.; o Brasil compra borracha, petróleo e fosfato da África.

Em 1958, o comércio externo do Brasil tinha, em relação à África, um índice de 1,77%; em 1968, 2,5%; e em 1978 alcançou 5,2%, girando por volta de 500 milhões de dólares. Entre 1967 e 1977, esse comércio apresentou um aumento de 37,1%.

Utilizando, especificamente, dados do comércio entre meu país e o Brasil para ilustrar o fenomenal crescimento deste intercâmbio, vemos que as exportações do Brasil para a Nigéria, em 1971, situaram-se abaixo de 0,5 milhão de dólares e, em 1980, atingiram a cifra de 271,5 milhões de dólares, crescimento verdadeiramente fabuloso. Só neste ano as importações da Nigé-

ria ao Brasil somaram 87 milhões de dólares.

Nas distantes ex-colônias portuguesas, contudo, é que o Brasil tem seus principais parceiros comerciais. Suas exportações para Angola aumentaram de 20 milhões em 1976, para 120 milhões de dólares em 1980. Em Moçambique, subiram de quatro milhões para seis milhões e meio, em 1979.

Alguns países africanos, notadamente a África do Sul e a Líbia, mantêm um certo saldo no comércio com o Brasil. Em 1979, o Brasil importou da África do Sul cerca de 700 milhões de dólares e exportou 27,5 milhões.

As exportações do Brasil para a África do Sul consistem, principalmente, de café, cacau, açúcar, grãos de soja, couro; enquanto as importações consistem de artigos como níquel, carvão, ligas de níquel, produtos e preparados químicos. A esperança é de que, se o Brasil tiver que escolher entre o *apartheid* da África do Sul e a África Negra, ele opte por esta última.

Atualmente, o Brasil importa cerca de 30 mil barris de petróleo diários da Nigéria, estando acertado o aumento desse fornecimento para 70 mil barris, numa futura emergência. E a África ter-se tornado um dos parceiros mais promissores para o Brasil é uma coisa lógica, já que este possui fatores favoráveis para tanto. Os países africanos apenas começam a se industrializar, enquanto que o Brasil já alcançou, em termos amplos, este *status*. E nós poderíamos nos beneficiar desta experiência através de empresas brasileiras que se estabelecessem, isoladamente ou em consórcios, com empresas africanas.

Além disso, o Brasil apresenta a vantagem de sua localização em relação a cada um dos portos importantes da costa oriental da América do Sul, situado que está relativamente perto da costa ocidental da África. Na verdade, existem no momento quatro linhas marítimas regulares em operação entre a Nigéria e o Brasil. Independentemente disso, pertencemos ao Terceiro Mundo e nossos povos compartilham de as-

piração por um governo que reestruture sua ordem econômica.

A experiência Brasil-África poderia demonstrar a imensa capacidade de interação econômica entre os países em desenvolvimento. Enquanto o Brasil oferece serviços, *know how* e produtos manufaturados, a África oferece seus mercados em rápida ascensão, principalmente numa época em que sentimentos protecionistas estão se manifestando na Europa.

Há também oferta de petróleo e minerais por parte da África, e o êxito desta interação poderia oferecer uma abordagem prática ao problema da reorganização do comércio entre o Norte e o Sul. Por fim, o Brasil e a África têm uma tradição étnica e cultural relativamente similar, fator que não pode ser subestimado, já que não apenas serve de terreno para relações duradouras bem como torna mais fáceis as comunicações, o entendimento e a mútua confiança entre Brasil e África.

A Interbrás, subsidiária da Petrobrás, vem se mantendo muito ativa na promoção de empreendimentos, que vão desde a exportação de matérias-primas e manufaturados até a prestação de serviços. Duas das 10 filiais internacionais da Interbrás estão localizadas em Lagos e no Cairo. Está, por-

tanto, claro que o Brasil vem de lançar uma séria ofensiva exportadora na África, como pode ser depreendido desta e de outras iniciativas.

Mais uma vez, chamamos a atenção para o fato de que o comércio está ligado à política, e o que observamos, atualmente, é um indisfarçável desequilíbrio nas visitas de membros de governos e funcionários africanos ao Brasil. Os brasileiros terão que esforçar-se para retribuir os gestos de amizade dos africanos a este respeito. Isto se torna necessário para poder assegurar o processo ou o espírito de cooperação mútuos. É neste contexto que o Brasil e a África podem colocar, em termos duradouros, os alicerces de suas relações.

O Brasil tem demonstrado, de forma decisiva, compreensão acerca dos pontos sensíveis em relação à África do Sul e o *apartheid*, mas os países africanos esperam não apenas que o Brasil condene o *apartheid*, mas que some esforços com eles para eliminar a injustiça que ele representa. Consideramos como uma obrigação da parte do Brasil dar não apenas o apoio a todas as medidas para pôr fim ao *apartheid*, mas combater a discriminação racial sob qualquer forma e onde quer que ela exista. E este é o fardo do Brasil em sua ligação histórica, étnica e cultural com a África.

---

## A QUESTÃO DAS DIVISAS E DO FINANCIAMENTO NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL—ÁFRICA

Jacques d'Adesky

Professor de Economia Africana no Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA  
e nas Faculdades de Economia e Administração/Ipanema, do Conjunto Universitário  
Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

---

### Introdução

No quadro das relações econômicas internacionais, a nossa abordagem refere-se à cooperação entre países em vias de desenvolvimento, considerada imperativa no âmbito da nova ordem internacional, na qual a

emergência das relações Sul-Sul, fenômeno ainda embrionário, surge de maneira inelutável. O nosso enfoque tem por objetivo mostrar que as trocas comerciais, a transferência de tecnologia e a ajuda mútua entre os países em vias de desenvolvimento são possíveis e permitem modificar a rela-



ção de forças entre o Norte e o Sul, que se caracteriza por uma dependência crescente do Sul.

Esta concepção já nos levou, no que se refere às relações Brasil-África, à conclusão de que o crescimento das trocas comerciais, a transferência de tecnologia, a realização de projetos de cooperação são viáveis e que as transformações, ainda que marginais e concretizadas através e em benefício das relações Sul-Sul, devem prosseguir, porque são fatores importantes no estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional.<sup>1</sup>

Mas se o estabelecimento das relações Sul-Sul modifica as relações de força Norte-Sul, a questão da autonomia conseguida em relação ao Norte deve ser também estudada. Assim, em que medida o desenvolvimento autônomo das relações econômicas Sul-Sul, encarado, por exemplo, à luz do sistema monetário e financeiro internacional dominado pelos países do Norte, é real ou fictício?

A preponderância do dólar no quadro das relações econômicas Brasil-África e a importância dos bancos internacionais na África impõem de maneira clara uma reflexão acerca do sistema monetário e financeiro internacional, visando a uma melhor compreensão do que representa a dimensão Sul-Sul no contexto das relações econômicas internacionais. Por isso, a preocupação maior deste trabalho é a determinação do peso da questão monetária e financeira, enquanto obstáculo possível ou real ao desenvolvimento das relações econômicas Brasil-África. Isto adquire valor maior se levarmos em consideração a importância da dívida externa brasileira e o fato de que a independência formal dos países africanos não alterou ainda, de maneira significativa, as relações de dependência assimétricas existentes entre eles e as antigas potências coloniais. Por outras palavras, trata-se de perguntar em que medida a existência de uma moeda universal, o dólar, ligada aos interesses de um país, os EUA, bem como aos dos países ocidentais do Norte, no quadro do FMI por eles dominado, e a penetra-

ção multiforme de capitais estrangeiros na África e no Brasil constituem um obstáculo estrutural ao crescimento das relações econômicas autônomas Brasil-África.

É com este espírito que examinaremos as relações monetárias e financeiras Brasil-África, visando a uma melhor compreensão das novas relações emergentes Sul-Sul, assim como as suas possíveis implicações na instauração verdadeira de uma nova ordem econômica internacional que possa servir aos interesses fundamentais do Terceiro Mundo. Contudo, antes de as estudar em detalhe, convém apresentar as principais distorções da atual ordem monetária internacional e precisar as restrições que lhe são feitas, relativas às relações Sul-Sul.

### Sateliação monetária e tropismo\* financeiro e comercial do Terceiro Mundo

Como os circuitos financeiros existentes no mundo industrializado são incomparavelmente mais desenvolvidos, a maior parte dos países industrializados pode, à margem das respectivas estruturas financeiras, atrair capitais através de ajustamentos marginais das suas taxas de interesse ou através de pequenas diminuições das taxas de câmbio das suas moedas. Os países em vias de desenvolvimento não dispõem na sua maioria de tais instrumentos. Os seus mercados de capitais são rudimentares e os controles de câmbio, uma constante; daí não se poder esperar que uma manipulação marginal da política monetária produza efeito considerável sobre o fluxo dos capitais. Outro aspecto que dificulta a criação de um sistema financeiro autônomo ao nível do Terceiro Mundo é o controle financeiro exercido pelos grandes bancos internacionais, que canalizam, ao nível mundial, os fluxos de capitais para o Terceiro Mundo e a remessa dos lucros aos países do centro.<sup>2</sup>

\* Esta expressão é utilizada no sentido do forte poder de atração que o sistema financeiro central pode exercer sobre as finanças de regiões periféricas.

No domínio do financiamento internacional, os países do Terceiro Mundo não podem contar, na mesma medida que os países industrializados, com os fluxos de capitais privados.

Na realidade, apesar da emergência da OPEP e das transformações por ela provocadas, principalmente a partir de 1973, os circuitos financeiros continuam ainda controlados pelo sistema bancário dos países industrializados, cuja densidade da rede bancária é mais elevada que a do Terceiro Mundo. É esta a razão pela qual a OPEP, por motivos estruturais, colocou uma grande quantidade dos seus excedentes em dólares nos bancos de Nova Iorque e da Europa — como os de Londres, Zurique ou Frankfurt —, que se encarregam de reciclar uma parte para o Terceiro Mundo.

No que se refere ao sistema monetário internacional, convém recordar que mesmo no seio do Fundo Monetário Internacional (FMI) o Terceiro Mundo continua a desempenhar o papel de figurante, ao mesmo tempo que a estrutura de decisão baseada no sistema arcaico de quotas-partes impõe-lhe sanções. Nem os acordos da Jamaica de 1976 nem as discussões posteriores em torno do projeto de emenda dos estatutos do FMI resolveram as questões em suspenso relativas às estruturas e à gestão do sistema monetário internacional, especialmente as referentes ao papel do dólar e à participação do Terceiro Mundo no FMI.<sup>3</sup>

Assim, apesar do processo de reforma em curso, visando a aumentar os empréstimos e as ajudas ao Terceiro Mundo, o FMI continua sendo uma instituição dos países industrializados. Ao nível do Comitê-Diretor, órgão executivo do FMI, a África continua sub-representada com 5,73% dos votos. Os Estados Unidos possuem neste órgão o peso mais importante (19,83%). Em segundo lugar vem a Inglaterra com 6,94%, seguida da República Federal Alemã com 5,13% e da França com 4,57%. O Terceiro Mundo, no conjunto, representa apenas 20,49%, embora seja a maioria esmagadora do planeta.<sup>4</sup> Além desta sub-representação

do Terceiro Mundo, constata-se que qualquer país, considerado isoladamente, detém pouco poder em relação ao dos Estados Unidos. Na realidade, esta distorção não está de acordo com o papel atual dos Estados Unidos no mundo. Ela está mais de acordo com o lugar ocupado pelos Estados Unidos na altura da fundação do FMI e com o espírito que prevaleceu na época da conferência de Bretton Woods, em 1944. Porém, nem a suspensão unilateral da conversibilidade do dólar em agosto de 1971 nem a resolução de março de 1973, tomada pelos países industrializados no sentido de permitir a flutuação das respectivas moedas em relação ao dólar, determinaram a redefinição do papel desta moeda no plano internacional. Pelo contrário, apesar do aparecimento de moedas fortes (yen, marco, franco suíço etc.), o dólar acabou ocupando a posição suprema de unidade de referência. Com efeito, pode-se notar que, no sistema padrão ouro, o metal amarelo é o centro em relação ao qual se definem as outras divisas; por outro lado, o dólar — pela sua inconversibilidade em ouro e pelo consenso disso resultante — é o padrão em relação ao qual se definem as outras divisas, incluindo indiretamente os direitos especiais de saques (DES), moeda de conta definida por um conjunto de 16 moedas, reduzidas a cinco desde 1 de janeiro de 1981.

Assim, podemos afirmar que, na medida em que o sistema de Bretton Woods concedeu proeminência ao dólar, criou-se um sistema monetário de satelização em torno do dólar, que confere a uma simples moeda nacional o *status* de moeda internacional, universalmente aceita como meio de pagamento e desempenhando o papel do ouro como moeda de reserva. Para obter o ouro ou a divisa-chave, utilizada como reserva de troca, os países do Terceiro Mundo, cuja moeda nacional para a maior parte tem apenas um valor simbólico enquanto meio de pagamento internacional,<sup>5</sup> são obrigados a dispender recursos reais. Este fenómeno, que também existe em relação às moedas fortes, é um dos principais mecanismos de transferência de recursos reais

dos países pobres para os países mais ricos<sup>6</sup> e se concretiza na satelização das moedas do Terceiro Mundo no plano internacional, bem como pelo tropismo dos fluxos comerciais e financeiros segundo o eixo Norte-Sul, em detrimento das relações Sul-Sul.

Este sistema, que submete desta forma a economia dos países em vias de desenvolvimento às decisões e às flutuações monetárias dos países desenvolvidos, concorre também para assegurar a supremacia ao nível mundial dos centros financeiros do Norte, através do dólar e derivados (eurodólar, petrodólar), bem como das moedas mais fortes. A densidade extraordinária da rede bancária dos países desenvolvidos, a satelização das moedas, a fraca representatividade do Terceiro Mundo no FMI, o tropismo financeiro e comercial decorrente dessa situação, são fenômenos que incidem nas relações econômicas Sul-Sul, e por conseguinte nas relações Brasil-África. É esta a razão pela qual os países do Terceiro Mundo preconizam uma reformulação do sistema internacional que, para além deste aspecto, signifique a busca da independência financeira, econômica e política.

### A importância das divisas nas relações Brasil-África

Como acabamos de ver, o problema das divisas é importante para os países em desenvolvimento. Ele tende a provocar, através do fenômeno do tropismo, efeitos desfavoráveis e perversos no comércio exterior desses países e particularmente nas relações Sul-Sul.

Tanto para o Brasil como para a África, a mediação das trocas se faz em moeda estrangeira. O dólar — em relação à libra esterlina, ao marco, ao franco francês —, em virtude do seu *status* de moeda internacional, é de longe a principal divisa utilizada nas relações Brasil-África. Nesta medida, pode-se afirmar que, ainda que indiretamente, o comércio Brasil-África é condicionado pela acumulação anterior do dólar, uma vez que ele é feito em grande parte

através desta divisa. A utilização das divisas na troca permite também afirmar que o comércio Brasil-África é um apêndice das relações comerciais Norte-Sul, embora o desenvolvimento industrial do Brasil, no decurso da década de 70, tenha lhe permitido relativa modificação da estrutura das suas trocas por produto e penetração em certos mercados do Terceiro Mundo, nomeadamente africanos. A não posse de uma moeda internacional ou a obrigatoriedade da mediação de uma divisa na realização de trocas surgem para o Brasil e por conseguinte para a África como um freio à diversificação dos parceiros comerciais, especialmente no que se refere aos do Terceiro Mundo. A questão da liquidez internacional se coloca com acuidade para o Brasil em relação à compra do petróleo proveniente do Médio Oriente, que é feita em dólar. Lembramos, com efeito, que o petróleo ocupou no Brasil, em 1979, o primeiro lugar nas importações, com um valor de 6.263 milhões de dólares, dos quais, 5.782 milhões relativos às importações provenientes do Médio Oriente.

A importância das divisas é observada também, por exemplo, ao nível do bloco monetário da zona do franco na África. A moeda que ali circula, além da garantia de conversibilidade livre e sem limites com o franco francês, favorece em primeiro lugar as relações econômicas entre os países da zona e a ex-metrópole. O enquadramento na zona tem por efeito o reforço das ligações econômicas com o país-chave, porque permite concluir transações ao abrigo das incertezas do câmbio. O esforço no sentido da reorientação (alteração das correntes de trocas) será tanto mais intenso quanto as variações das relações cambiais entre as moedas sejam importantes e em larga medida imprevisíveis.<sup>7</sup> Verifica-se assim que, mesmo quando a maior parte dos países da zona do franco procura diversificar as fontes de aprovisionamento e mercados para o escoamento das suas mercadorias, o volume das trocas com a França se eleva a uma cifra situada entre 30 e 40% do seu comércio exterior. Em relação aos países indus-

trializados, excluindo os do Leste, este número pode oscilar entre 70 e 80%.<sup>8</sup>

Quanto aos outros países africanos, se excetuarmos o caso da zona do escudo, que desapareceu após a independência, verificamos que, a despeito da queda progressiva da zona da libra esterlina e da instituição de moedas próprias, as ligações econômicas com a antiga metrópole não conheceram ruptura decisiva.<sup>9</sup> A independência formal destes países, fato ainda recente, não permitiu até agora, a boa parte deles, a realização de mudanças profundas, principalmente na estrutura produtiva, da comercialização, de transportes, seguros e bancos. Por isso, a extroversão econômica implantada pela colonização subordina ainda alguns países às antigas metrópoles. Esta extroversão aparece claramente na estrutura do comércio exterior dos países africanos, que formam, sobretudo com a CEE, um conjunto mais ou menos coerente, se considerarmos a complementaridade, por produto, das trocas entre as duas regiões, trocas estas realizadas principalmente através de moedas fortes, vale dizer, não africanas.

É evidente que a instituição de sistemas monetários próprios, por mais importante que seja, não pode determinar modificações profundas nas relações econômicas se não for acompanhada, ao menos, de uma reformulação do sistema de produção (incluindo comercialização, transportes, seguros) e especialmente da rede bancária, que em boa parte dos países africanos ainda é a expressão de suas relações políticas e econômicas com as metrópoles que os governou na época colonial. Basta observar que, na África, o poder dos bancos internacionais é grande, devido à fraqueza da poupança interna, à quase inexistência de mercado financeiro interno e, até mesmo, ao liberalismo dos governantes.<sup>10</sup>

Esses bancos, que tanto podem facilitar a entrada quanto a saída de capitais, são instrumentos de pressão sobre os centros de decisão política dos países africanos. Este poder é reforçado ainda pelo privilégio de financiar o comércio exterior, bem como as necessidades de consumo, de investimento

e outras necessidades relacionadas ao desenvolvimento desses países. Além da necessidade, muito grande para a África, de controlar os mecanismos essenciais da política monetária, existe a necessidade de criar uma verdadeira moeda internacional que permita neutralizar, em parte, o efeito das divisas e da rede dos bancos internacionais nas relações Sul-Sul.

No que se refere às relações comerciais Brasil-África, o dólar, principal instrumento de mediação, influenciou indiretamente, para além das oscilações das moedas nacionais. Quando o dólar está fraco, as exportações brasileiras são facilitadas, mas, uma vez que grande parte das importações brasileiras da África é constituída pelo petróleo, os países que recebem em dólares o pagamento do petróleo aumentam o seu preço para recuperar a queda da moeda norte-americana. O papel dominante das divisas nas relações Sul-Sul surge, assim, de forma absurda. Ele impõe a mediação das trocas através de uma moeda estrangeira, reduzindo as moedas nacionais a um valor simbólico, e limita as relações Sul-Sul pela necessidade que esses países têm de acumular divisas para a efetivação de certas operações, nomeadamente as relativas ao balanço de pagamentos.

O efeito perverso verificado no domínio das relações econômicas Brasil-África mostra a necessidade da criação de uma verdadeira moeda internacional que permita a elaboração de políticas econômicas alternativas para o Terceiro Mundo, bem como uma maior independência na escolha dos parceiros comerciais, para além de reformulações das estruturas produtivas internas, imperiosas para a África no estágio atual. Com efeito, não existem dúvidas de que se os fluxos comerciais são determinados por fatores de produção e pelas diferenças de capacidade entre os países, são também influenciados por questões de ordem histórica (pacto colonial) ou institucional, como acontece no caso das divisas que influenciam os referidos fluxos poderosamente. O estabelecimento das relações comerciais Brasil-África implica, para ambos, trocas com os Esta-

dos Unidos ou relações com os centros financeiros europeus, além da criação de liquidez através de um *deficit* do balanço de pagamentos dos Estados Unidos, porque depende da obtenção de dólares.

### Presença bancária brasileira na África

Depois dos bancos de desenvolvimento ou investimento, o peso dos grandes bancos privados das ex-metrópoles surge como o quadro de referência nas atividades bancárias. Mesmo a abertura política da África à influência de outros países, que favoreceu durante os anos 60 e 70 o aparecimento de novos bancos estrangeiros, principalmente dos países industrializados, não modifica no essencial a relação de forças do sistema bancário, que continua dominado pelas ex-metrópoles.

Quanto ao Brasil, foi a grande expansão das trocas com a África, a partir de 1973, que determinou a necessidade de instalação de bancos no continente africano. Contudo, esta implantação limita-se ainda à costa ocidental, apesar das potencialidades existentes e do interesse do Brasil em se fazer presente em outras regiões.<sup>11</sup> Convém assinalar que esta instalação do Brasil no continente africano se processa segundo duas vias: uma direta, pela abertura de agências em Abidjan e Lagos, e outra indireta, através da participação do Banco do Brasil com a União dos Bancos Suíços em 49% das ações do Banco Internacional para a África Ocidental (BIAO).

O quadro seguinte mostra a evolução das exportações do Brasil para os países africanos, com uma presença bancária brasileira direta ou indireta.

### Exportações do Brasil

1.000 \$ - FOB

	1976	1977	1978	1979	1980
<b>Agências do BIAO</b>					
Senegal	5.722	4.462	7.504	9.852	4.220
Mali	77	7	92	213	79
Costa do Marfim <sup>*/**</sup>	1.350	14.304	5.140	10.350	30.242
Togo	5.722	953	7.305	1.420	7.874
Níger	14	10.215	307	122	404
República Centro-Africana	—	149	170	141	460
Chade	7	17	77	22	—
<b>Filiais do BIAO</b>					
Camarões	724	1.623	2.841	3.801	2.479
Gabão	166	1.236	2.277	2.603	10.040
Zaire	5.312	5.407	24.672	89.802	105.857
<b>Bancos filiados ao BIAO</b>					
Alto Volta	398	91	1.842	375	91
Nigéria*	86.693	115.110	233.517	137.475	271.505
<b>Banco associado ao BIAO</b>					
Mauritânia	5.923	3.129	465	9.878	5.472
<b>Subtotal</b>	<b>112.108</b>	<b>156.703</b>	<b>286.209</b>	<b>266.054</b>	<b>438.723</b>
<b>Total (África)</b>	<b>430.260</b>	<b>570.886</b>	<b>664.519</b>	<b>692.882</b>	<b>1.313.189</b>

\* Presença direta do Banco do Brasil.

\*\* Presença direta do Banco Real.

Fonte: *Brasil Comércio Exterior*, 1.º vol., "Exportação 1976-80" Cacex, Banco do Brasil.

O crescimento global das exportações do Brasil para a África ocidental durante o breve período abordado é considerável, especialmente entre 1979 e 1980. Tal crescimento revela a importância da necessidade de uma implantação bancária do Brasil na África, permitindo apoiar as operações comerciais e mesmo precedê-las. Contudo, se se abstrai a Nigéria, Costa do Marfim e Zaire, os resultados obtidos, do ponto de vista comercial, são menos significativos, levando mesmo a duvidar da validade da participação do Brasil no seio do BIAO, controlado majoritariamente pela França e Suíça.

Como já foi mencionado, as razões que explicam a preponderância das ex-metrópoles no setor econômico e, portanto, no setor bancário residem no fato de que, apesar da vontade política de diversificação desses países, a produção destinada à exportação, de acordo com o modelo de desenvolvimento extrovertido implantado no período colonial, responde ainda hoje às necessidades das antigas metrópoles, incluindo o sistema de comercialização, os transportes e as comunicações. Tanto os bancos como as empresas de seguros são orientados nessa direção. Compreendem-se, assim, as dificuldades que podem surgir perante as tentativas de reorientação do comércio exterior.

À luz desta interpretação é interessante sublinhar que, excetuando a África do Sul, os países africanos que mantêm relações comerciais contínuas e de certa importância com o Brasil — apesar da inexistência de presença bancária direta ou indireta — são Argélia, Congo, Líbia, Angola e Moçambique, países que procuram seguir uma via não (ou anti) capitalista de desenvolvimento e nos quais não existe qualquer presença bancária brasileira. Convém assinalar que o modelo de desenvolvimento não camará vicissitudes resultantes da falta de tecnologia e de um número insuficiente de empresas nacionais, pelo que o aparelho industrial não consegue responder, num primeiro tempo, às necessidades de desenvolvimento. Os países socialistas da Europa

Oriental, seus parceiros naturais, devido à rigidez do funcionamento das suas economias, decorrente da natureza de seus respectivos planos, não podem responder com flexibilidade às solicitações específicas desses países em desenvolvimento. Compreende-se também que, de acordo com a concepção política ou econômica desses países, o recurso aos países desenvolvidos ocidentais implica um risco, na medida em que, no quadro de um sistema liberal de troca exclusiva, o crescimento econômico conseguido pode ser acompanhado de uma nova dependência. Há portanto que reconhecer que, apesar das contradições ideológicas, países do Terceiro Mundo como o Brasil, a Índia, a Argentina etc., que atingiram certo nível de industrialização, podem, em certos domínios, substituir os países europeus ocidentais.

As considerações acima mostram a existência de uma similitude de posição face ao problema da dependência e uma convergência de interesses econômicos na busca de novos parceiros, independentemente da questão da orientação ideológica. Isto permite a previsão de que as relações Sul-Sul podem desempenhar no futuro um papel crescente, especialmente quando os países do Sul progredirem na via da industrialização. Sabe-se que, teoricamente, as perspectivas que os países em desenvolvimento podem apresentar entre si são que suas economias podem oferecer novos mercados para o escoamento de produtos tradicionais ou não, no quadro de economias em desenvolvimento. Podem oferecer novos mercados, reduzindo as suas importações de países industrializados, em benefício das provenientes de países pouco desenvolvidos. Podem ainda, oferecer fontes de aprovisionamento em melhores condições do que os países industrializados.<sup>12</sup> Contudo, se as possibilidades de expansão entre os países em vias de desenvolvimento são inequívocas, o crescimento das trocas se depara com vários obstáculos estruturais, como já foi assinalado, nomeadamente de ordem financeira. Assim, voltamos a uma das dificuldades das relações econômicas Sul-Sul: o pro-

blema das divisas e a questão do financiamento do comércio. Com efeito, se o comércio entre países subdesenvolvidos e industrializados é quase totalmente financiado por estes, o peso financeiro num mundo dominado pelo dólar e divisas fortes exerce grande poder de sucção nos fracos recursos em divisas de que os países do Terceiro Mundo necessitam para manter os fluxos para a aquisição de bens manufaturados.<sup>13</sup>

É esta uma das razões pela qual os créditos concedidos pelo Brasil aos países africanos são pouco importantes. Na realidade, o Senegal se beneficia de uma linha de crédito de 12,9 milhões de dólares, a Costa do Marfim de 23 milhões, a Guiné-Bissau de 5 milhões, Gana de 15 milhões de dólares, Angola de 160 milhões, e Moçambique de 100 milhões, enquanto um crédito de 23 milhões de dólares foi concedido através do BIAO à África Ocidental.<sup>14</sup> A questão financeira explica também o fato de o Brasil privilegiar as relações comerciais com os países africanos produtores de petróleo, uma vez que estes financiam as respectivas compras provenientes do Brasil.

A questão dos créditos nos conduz naturalmente à problemática da cooperação financeira entre o Brasil e a África, cujo nível financeiro, ainda modesto, mostra a fase de operacionalidade atingida no presente momento. Mas, se esta cooperação se mostra importante, em que medida o seu desenvolvimento é possível no quadro das atuais dificuldades financeiras, caracterizadas pela satelização monetária, tropismo financeiro, mediação das trocas por divisas estrangeiras, bem como pelo problema lancinante da dívida externa com que se debatem numerosos países em desenvolvimento?

#### As relações de cooperação financeira entre o Brasil e a África

Tradicionalmente, por razões estruturais evidentes, as relações de cooperação financeira entre os países em vias de desenvolvimento se centram nas instituições financeiras

multilaterais. Estas, na maior parte criadas no decurso dos dois últimos decênios, às vezes mesmo com o concurso de países desenvolvidos, têm por objetivo fundamental favorecer o desenvolvimento e o crescimento através do financiamento de projetos considerados prioritários.<sup>15</sup> Estas instituições podem ter vocação continental, como o Banco Asiático de Desenvolvimento (BASD) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), ou regional, como o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD).

Recentemente, na seqüência da iniciativa dos países árabes produtores de petróleo, surgiram novas instituições multilaterais na cena financeira internacional desempenhando papel importante na área de cooperação, especialmente na África.<sup>16</sup> A título de exemplo, citamos o Banco Árabo-Africano e o Banco Árabe para o Desenvolvimento da África (BADEA). Este, criado em 1973 para outra região, intervém na valorização da África subsaariana, principalmente através do financiamento de projetos de infra-estrutura industriais ou agrícolas.<sup>17</sup>

Estas instituições multilaterais não substituem os bancos comerciais estrangeiros que operam na África e cujas atividades, orientadas essencialmente para o exterior, pouco se preocupam com os objetivos nacionais de desenvolvimento, nomeadamente os que procuram destruir os laços de dependência. Esta situação das relações financeiras na África explica-se em parte, como já foi assinalado, pelo fato de que, nesses países, as economias de uma maneira geral e os sistemas bancários e monetários em particular estão mais ligados às ex-metrópoles do que entre si. Mesmo no caso da nacionalização do setor bancário, é imprescindível que ela se acompanhe de uma verdadeira redefinição do seu papel: colocar-se a serviço da economia nacional. Esta redefinição deverá incidir também na africanização do setor bancário, onde, segundo J. Pouemi, a taxa da africanização dos quadros executivos é a mais baixa. Esta percen-

tagem eleva-se a menos de 5% na Costa do Marfim.<sup>18</sup>

Se é necessário admitir que estas instituições bancárias multilaterais permitem promover a cooperação regional do Terceiro Mundo, deve-se contudo reconhecer que encorajam pouco os movimentos de capitais Sul-Sul a médio e longo prazos, que são, quase exclusivamente — em virtude da natureza do sistema financeiro internacional —, dominados pelos países desenvolvidos.

Isto nos conduz naturalmente à questão de saber se é possível procurar, através da cooperação financeira entre o Brasil e a África, uma via, média que seja, para ultrapassar, no quadro atual do sistema financeiro internacional, os obstáculos já assinalados.

No que se refere ao Brasil e à África, estamos convencidos de que a constituição de filiais comuns ofereceria as vantagens da utilização em comum de capitais, o que permitiria a repartição dos riscos e melhores respostas às necessidades dos países envolvidos. Este modelo, que se encontra em fase de aprovação entre o Brasil e o Iraque e em fase de discussão preliminar com a Argélia, apresenta vantagens seguras para ambos os lados, porque os critérios são tanto econômicos quanto políticos.<sup>19</sup> Pode-se afirmar que uma implantação de bancos africanos no Brasil, sem apoio ou associação brasileira, seria difícil. Na realidade, falta-lhes experiência nos países latino-americanos bem como dimensão internacional. Inversamente, o isolamento dos bancos brasileiros na África encontra-se em forte desvantagem na concorrência com os seus rivais europeus.

Mas tendo em conta os fracos recursos em capitais do Brasil e da África e a questão do aumento contínuo da dívida externa e respectivo serviço, uma outra alternativa não seria a constituição de associações entre bancos árabes, brasileiros e africanos? Esta fórmula tem por objetivo soluções que melhor se adaptem às necessidades desses países e deveria funcionar no interesse recíproco dos três parceiros, permitindo a mobilização de capitais árabes para

o financiamento de investimentos ou operações comerciais nas três regiões. Ela traria a dimensão internacional da experiência brasileira e abriria espaço bancário real na África, que concorreria não apenas para o estabelecimento de novas estruturas bancárias, como para a instalação de novas redes financeiras mais autônomas em relação aos centros de decisão tradicionais.<sup>20</sup> Assim, esta associação desempenharia a função de agente financeiro entre o Brasil, a África e os países árabes, além de um papel catalisador importante no fluxo de capitais entre estas regiões do mundo.

Se tal proposição se concretizasse, ela teria conseqüências que ultrapassariam o quadro restrito dos fluxos financeiros dos países africanos: poria em causa o princípio dos depósitos automáticos dos países produtores de petróleo nos bancos ocidentais e, ainda, favoreceria os movimentos diretos de capitais Sul-Sul, até o momento de importância muito reduzida.

Entretanto, deve-se ressaltar que os acordos triangulares dificilmente encontram unanimidade, devido ao fato de poderem surgir posições dominantes, que criariam novos laços de dependência. É assim, por exemplo, que o Fundo do Kuwait considera, a propósito de acordos triangulares abrangendo fornecedores, empresários e credores, que não existem, realmente, três parceiros iguais. Formalmente, eles existem sempre, mas, numa perspectiva mais justa, a dos interesses econômicos fundamentais em causa, o Fundo do Kuwait considera que o mais importante é a sua identificação com as aspirações e os interesses dos países beneficiários. Um país como o Kuwait não necessita cobiçar matérias-primas no exterior para promover as suas exportações através de operações de ajuda, ou servir-se destas para colocar quadros seus eventualmente excedentes.

A associação tripartite exige sempre um trio, mas um trio em que um dos membros fornece a tecnologia e o *know-how*, caso contrário, existe um simples arranjo de cofinanciamento.<sup>21</sup> Lembremos que o Brasil, em diversas ocasiões, apresentou reservas a

acordos tripartites em relação à África, incluindo países desenvolvidos.<sup>22</sup>

Apesar destas reservas formais em relação à associação a três, pensamos que a questão da cooperação financeira Sul-Sul é importante, mesmo se se limitar inicialmente a operações triangulares ou a simples arranjos de co-financiamento bilateral.<sup>23</sup>

Toda iniciativa visando à eliminação dos obstáculos inerentes aos movimentos de capitais entre países em desenvolvimento deve ser apoiada, porque responde à chamada estratégia da autonomia coletiva e concorre para a diminuição dos laços de dependência Norte-Sul, contribuindo, assim, para o estabelecimento de uma real nova ordem econômica internacional. A reorientação dos fluxos financeiros segundo o eixo Sul-Sul é fundamental para o Terceiro Mundo, mesmo que a natureza dos atuais fluxos de capitais esteja longe de ser o único fundamento da dependência em relação ao Norte.

### Conclusão

O estudo da questão das divisas e do financiamento, no quadro das relações econômicas Brasil-África, permite-nos compreender que o desenvolvimento das relações Sul-Sul pode se concretizar apenas numa perspectiva de conjunto, que é a da instauração de uma ordem econômica internacional nova e verdadeira. Construir uma nova ordem econômica internacional, sem criar uma nova ordem monetária e financeira que leve em conta os interesses específicos do Terceiro Mundo, significa necessariamente realizar uma reforma incompleta, ou mesmo ambígua.

Com efeito, o sistema monetário e financeiro internacional, ainda dominado pelos países industrializados, mostrou-nos os efeitos nefastos que possui ao nível do comércio e das transações internacionais que envolvem o Terceiro Mundo, pelo fato de que privilegia as relações econômicas Nor-

te-Sul em detrimento das ligações Sul-Sul.

A satelização das moedas do Terceiro Mundo acompanha-se da mediação das divisas nas trocas Sul-Sul e põe em evidência o papel fundamental desempenhado pelo dólar e pelas divisas fortes, na reprodução da ordem financeira antiga, comandada pelo e para o desenvolvimento das sociedades industrializadas. Isto facilita nomeadamente a penetração e o controle multiforme dos grandes bancos internacionais no Terceiro Mundo.

A mediação das trocas, que reduz, na prática, as moedas do Terceiro Mundo a meros símbolos, mostra também que o desenvolvimento das relações econômicas Sul-Sul, de acordo com a estratégia da autonomia coletiva, passa pela criação de uma moeda supranacional. Esta deverá ser realmente universal, o que implica a reformulação do sistema monetário e financeiro internacional e a organização do FMI segundo os interesses de todos os países-membros.<sup>24</sup>

Considerando que a substituição do dólar não ocorrerá a curto prazo e que a questão da sua sucessão está em aberto, pensamos que, num primeiro tempo, a reorientação do fluxo financeiro segundo o eixo Sul-Sul seria necessária e possível. Assim, o estabelecimento direto de bancos brasileiros em África, e vice-versa, surge como uma via frutuosa para a cooperação financeira, à qual se podem associar os países árabes produtores de petróleo, devido ao problema lancinante da dívida externa com que se debatem o Brasil e certos países africanos.

Estas proposições relativas à cooperação financeira afiguram-se uma alternativa promissora, porque concorrem não apenas para a criação de novas estruturas financeiras mais autônomas em relação aos centros de decisão tradicionais, como também favorecem os movimentos diretos de capitais Sul-Sul, que podem, como se sabe, desempenhar um papel importante na recriação e na composição das trocas internacionais.



## NOTAS

1. Ver nossos estudos "Intercâmbio Comercial Brasil-África (1958-1977): Problemas e Perspectivas" e "Brasil-África: Convergência para uma Cooperação Privilegiada", respectivamente em *Estudos Afro-Asiáticos* n.os 3 e 4 (Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1980).
2. Em relação ao financiamento dos países de industrialização recente e à questão da reciclagem, ler com interesse o artigo de Roberto Campos: "Os Problemas do Financiamento dos Países de Industrialização Recente", em *Jornal do Brasil*, Caderno Especial (Rio de Janeiro, 19-04-81).
3. Sam Olofin, "An Analytical Critique of the New International Monetary System", *Nigerian Journal of International Studies*, Vol. 2, n.º 1 (Abril de 1978), p. 68-82.
4. Ver percentagem dos votos por país no *Annual Report 1980* (Washington, D.C.: International Monetary Fund), p. 168-70.
5. Samir Amin, *Le Développement Inégal* (Paris: Edition de Minuit, 1973), p. 108.
6. P. Kestens, *Les Systèmes de Paiement Internationaux. Les Problèmes Monétaires* (Bruxelas: Association Belges des Banques, 1972), p. 45.
7. Eustache Paléologue, *Les Nouvelles Relations Économiques Internationales* (Paris: IEDES, PUF, 1980), p. 195.
8. Ver Eurostat, *ACP: Annuaire Statistique 1970-1976* (Bruxelas, 1978).
9. *Ibidem*.
10. Sobre o papel do Estado e as atividades monetárias na África, ler por exemplo Joseph T. Pouemi, *Monnaie, Servitude et Liberté - La Répression Monétaire de l'Afrique* (Paris: Editions J. A.),
11. *Jeune Afrique*, n.º 1048 (4-2-81), p. 80.
12. H. Bachman, "Les Pays peu développés et le Marché Mondial", conferência sobre a promoção das exportações, CNUCED - GATT (Centre du Commerce International e Fondation dag Hammarskjöld, 1967), p. 229-44.
13. Segundo E. Paléologue "Dois terços dos créditos à exportação concedidos pelos países membros do CAD/OCDE são destinados ao financiamento das compras dos países em desenvolvimento. Esta constatação não permite modificar a idéia de que o Terceiro Mundo desempenha um papel crescente de apoio à atividade econômica dos países industrializados." Em *Les Nouvelles Relations Economiques Internationales*, *op. cit.*, p. 203.
14. Ver "Brasil-África: Convergência para uma Cooperação Privilegiada", *op. cit.*; *Estado de São Paulo*, de 29-05-81; *Folha de São Paulo*, de 15-07-81.
15. Convém recordar que o Brasil é o único país da América Latina que é participante-fundador do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), com uma subscrição de 2 milhões de dólares.
16. Ver por exemplo Xavier Authie, "L'Aide des Pays Producteurs de Pétrole à l'Afrique Noire, Afrique Contemporaine (Documents d'Afrique Noire et de Madagascar), n.º 110 (julho-agosto de 1980), p. 9-19.
17. *Jeune Afrique*, n.º 931 (8-11-78), p. 75.
18. Joseph T. Pouemi, *op. cit.*, p. 113.
19. Segundo o *Diário do Comércio*, de 23-04-81, encontrava-se em vias de criação o Banco Comercial Brasileiro-Iraqiano, que teria um capital inicial de 20 milhões de dólares, subscrito em 50% pelo Banco do Brasil e 50% pelo Hammadbank. De acordo também com o *Jornal do Brasil*, de 03-06-81, acordos de financiamentos recíprocos entre o BNDE e o Banque Algérienne estavam em fase de estudos.
20. O *Jornal do Brasil*, de 26-07-81, relata que, segundo a revista *The Latin American Times*, o Banco do Brasil era em 1980, com um ativo de 52 bilhões e 230 milhões de dólares, considerado o primeiro banco da América Latina, seguido pelo Bancomex do México, com um ativo de 14 bilhões e 563 milhões de dólares. A revista afirma também que o sistema bancário brasileiro, com 71 bancos, mobiliza quase 35% dos ativos totais da América Latina.
21. Zacharia A. Nasr, "Le Fonds du Koweit et la Coopération Trilatérale", *Études du Centre de Développement. Coopération Trilatérale*, Vol. II (Paris, 1978), p. 64-73.
22. No que se refere aos países industrializados em geral, ver o discurso de Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores, na 35.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (*O Globo*, de 23-09-80). Quanto ao Canadá e Portugal, ver, em particular, respectivamente a declaração de Saraiva Guerreiro ao *Estado de São Paulo*, de 28-09-80, e a entrevista concedida à imprensa pelo Presidente João Figueiredo e publicada no *Estado de São Paulo*, de 04-02-81.
23. Em relação à cooperação triangular Sul-Sul, lembramos que o Secretário Geral do Fundo de Desenvolvimento da OPEP, Ibrahim Shihata, referindo-se ao Paraguai e à Bolívia, declarava, quando da sua passagem pelo Brasil em junho de 1981, que o Fundo pretendia financiar projetos de desenvolvimento na América Latina passíveis de execução pelo Brasil (*Jornal do Brasil*, de 30-06-81).

24. Sobre a reforma monetária, comparar, por exemplo, as proposições de Duncan Ndegwa e Robert Triffin, "Les Monnaies et les Institutions Monétaires dans Nord-Sud du Défi au Dialogue? (Edition SNED/DUNOD, 1978), p. 234-53; de Mohammed Bedjaoui, "Pour un Nouvel Ordre Economique International (Unesco, 1979), p. 40-2; e de d'Angelopoulos, "Pour une Nouvelle Politique du Développement International (Paris: Editions PUF, 1976), p. 167-88; e *Norte-Sur - Um Programa para la Supervivencia* (Bogotá: Editorial Pluma, 1980), p. 301-28.

---

## ALOCUÇÃO

### Makhtar Diouf

Diretor do Centre de Recherche Economique Appliqué,  
Universidade de Dacar, Senegal.

---

Vou procurar abordar rapidamente a questão das relações econômicas Brasil-África, tentando responder duas questões, o por quê e o como.

Em primeiro lugar vejamos o *por quê*. Penso que alguns anos atrás este propósito teria sido praticamente impensável, e uma tal discussão teria sido irrealizável no quadro do que poderíamos chamar o estudo da economia internacional. Isto porque somente a partir de 1974 se começou a falar da emergência de uma nova ordem econômica internacional, em cujo quadro as relações econômicas entre Brasil e a África se situam necessariamente. Pode-se dizer o mesmo em relação ao chamado diálogo Sul-Sul. A este respeito, é interessante assinalar que o principal porta-voz dos países do Terceiro Mundo na cena econômica internacional, a CNUCED, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, criou um novo departamento denominado Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento. Esta cooperação pode manifestar-se em dois níveis. O primeiro é o da cooperação regional ou sub-regional entre países do mesmo continente. Assim, encontramos experiências de integração e cooperação econômicas tanto na Ásia como na América Latina e na África.

O segundo nível de cooperação é o que deve ter lugar entre os três continentes do subdesenvolvimento, isto é, entre a África, a Ásia e a América Latina, o que significa

que nos encontramos perante relações entre três continentes através dos respectivos países. No quadro deste Seminário, privilegiaremos as relações América Latina-África por razões que foram amplamente desenvolvidas desde o início deste Seminário, pelo que não insistiremos nelas. Ressaltamos que no quadro das relações América Latina-África destacamos as relações com o Brasil. Isto, por razões históricas — sobre as quais não insistiremos — que veiculam aspectos culturais. Creio que o Brasil é o único país da América Latina que possui uma língua comum a pelo menos cinco países africanos. Além dos aspectos históricos e culturais há que considerar, certamente, os de ordem econômica, levando em conta o dinamismo do Brasil, que pertence ao grupo dos países mais avançados do Terceiro Mundo. É necessário dizer que no seio do grupo Abramex, da América Latina, constituído pelo Brasil, a Argentina e o México, as iniciativas mais ousadas, mais dinâmicas, partem do Brasil, pelo menos no que se refere à África. Eis as razões que justificam relações econômicas privilegiadas entre o Brasil e a África.

Analisemos, agora, o *como*. De que forma podem-se desenvolver estas relações econômicas? Podem ser relações comerciais (com ou sem base comercial) e relações de concentração, de cooperação ao nível internacional. As relações comerciais foram objeto da comunicação do nosso amigo Jacques d'Adesky, que sa-

lientou as dificuldades financeiras. Ele constatou que as relações comerciais entre o Brasil e África são pouco desenvolvidas, o que é verdade. Apresentou uma explicação de ordem monetária, dificuldades monetárias e financeiras, por conseguinte, as limitações dos meios de pagamento explicariam a situação. Assim, para pagar as importações e as exportações entre o Brasil e os países africanos, há que recorrer a uma terceira moeda, o dólar. Por isso, para negociar com o Brasil, qualquer país africano é obrigado, em primeiro lugar, a comerciar com os Estados Unidos ou outro país desenvolvido, para obter divisas que lhe permitirão adquirir mercadorias brasileiras. O Brasil é obrigado a proceder da mesma forma. Fica evidente a necessidade de que o diálogo Sul-Sul passe necessariamente por um diálogo Norte-Sul. É uma explicação que merece ser levada em conta, embora deva acrescentar que as dificuldades financeiras não são as únicas que dificultam o desenvolvimento das relações comerciais entre o Brasil e os países africanos. Na realidade, se considerarmos os países francófonos da África Ocidental, que possuem a mesma moeda, o franco — CFA, e que têm um único banco emissor, verificamos que as relações comerciais entre eles (antigas colônias francesas) não são mais desenvolvidas do que as que existem com o Brasil. Contudo, possuem a mesma moeda; e nessa sub-região não existem obstáculos de ordem monetária e financeira.

Temos que concluir que existem outros fatores que explicam a debilidade das suas relações comerciais. Tais fatores são de natureza histórica e política. Apesar de tudo, verifica-se há algum tempo um certo dinamismo e, direi mesmo, uma certa agressividade comercial do Brasil em direção a certos países africanos. No Senegal, por exemplo, além de produtos de indústria pesada, encontram-se no mercado arroz brasileiro e pequenos aparelhos elétricos de aquecimento de água fabricados no Brasil, muito cómodos e baratos e que permitem a várias famílias o acesso à água quente, o que não é desprezível, na medida em que, no Senegal,

oito a nove meses do ano são relativamente frescos. Encontram-se também, cada vez mais, carros fabricados no Brasil.

Consideremos o segundo nível das relações econômicas. Refiro-me às relações financeiras. Elas podem estar relacionadas com as atividades comerciais, na medida em que constituam a contrapartida de operações comerciais anteriores. Também podem existir sem base comercial, quando se materializam através de empréstimos financeiros ou de investimentos diretos em qualquer país. Nesta ótica, creio que é sobretudo porque o Brasil é ainda um país subdesenvolvido, que se torna difícil a um país africano a ele se dirigir para obter empréstimos financeiros em condições privilegiadas. Entretanto, tais empréstimos não são de todo impossíveis. Penso que esta cooperação deverá assumir, fundamentalmente, a modalidade de investimento direto de capitais brasileiros em diferentes setores da economia dos países africanos. Por exemplo, um setor que deveria se beneficiar deste tipo de investimento é o da indústria ligeira de transformação de matérias-primas locais, uma vez que o Brasil e a Argentina, entre outros países da América Latina, possuem uma certa experiência nesse domínio, com aquilo que os economistas chamam de política de "substituição de importações". Esta consiste na fabricação no próprio país, a partir de matérias-primas locais, de produtos tradicionalmente importados dos grandes centros industriais. A esse respeito, penso que os países africanos deveriam inspirar-se na experiência do Brasil. Também capitais brasileiros poderiam ser eficazmente investidos no setor da indústria pesada, especialmente no quadro dos projetos comunitários. É, por exemplo, o caso de um grande país do Terceiro Mundo, a Índia, que penetra cada vez mais num determinado setor, num certo ramo industrial, de alguns países africanos.

O terceiro nível poderia ser o da cooperação na ótica da concentração no quadro alargado do Grupo dos 77 da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o

Desenvolvimento. Esta concentração poderia ter lugar de forma mais restrita entre o Brasil e certos países africanos que com ele apresentam algumas produções similares. Refiro-me a países como a Costa do Marfim e Gana e a produtos como o café e o cacau. Isto poderia conduzir à assinatura de acordos comerciais, em vez de se lançar em operações concorrenciais. Durante muito tempo assistimos a uma disputa entre o café do Brasil e o da Costa do Marfim ao nível da Comunidade Económica Europeia: enquanto a França controlava o mercado da Costa do Marfim, simultaneamente, o café brasileiro era controlado pela Alemanha, como se o Brasil tivesse sido uma colónia alemã. São esses três níveis de cooperação económica que considero possíveis entre o Brasil e os países africanos.

Para concluir, direi rapidamente que se trata de uma estratégia alternativa que poderá ser fecunda desde que se evitem certos erros. Entendo que o êxito dessa cooperação a longo termo depende, em primeiro lugar, do fato de que o comércio Brasil—

África se processe nos dois sentidos. É necessário que, além de exportar para a África, o Brasil faça importações desse continente. Nestas condições, além de um comércio recíproco, é necessário que o comércio Brasil—África não se processe no quadro da clássica divisão do trabalho. Isto é, o Brasil não deve limitar-se a importar matérias-primas como o petróleo e o fosfato dos países africanos, reservando esse mercado para a colocação das suas manufaturas, pois se cairia numa situação de troca desigual. É necessário que os capitais brasileiros investidos não sejam uma espécie de cavalo de Tróia de capitais originários de outros países. Finalmente, penso que seria desejável que os capitais brasileiros não fossem preferentemente investidos nos países africanos procurando atingir altas taxas de rentabilidade, uma vez que, se isso ocorrer, estaremos numa situação em que haverá transferência de valores. É a situação de exploração clássica. Por outras palavras, o que desejamos são relações de cooperação e não de exploração.

---

## ALOCUÇÃO

**Paulo Tarso Flexa de Lima**

Embaixador. Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

---

Estou muito satisfeito por ter esta oportunidade de me dirigir a uma platéia académica e me sinto particularmente distinguido com este convite que me foi feito pelo Conjunto Universitário Candido Mendes. Lamento que, dado ao adiantado da hora, não nos possamos estender muito sobre tema tão importante, e por isso mesmo eu vou fazer algumas qualificações iniciais.

Em primeiro lugar quero esclarecer que estou falando em carácter estritamente pessoal, se é que, como disse o embaixador da Nigéria, se pode dissociar a condição pessoal da de um agente do Governo brasileiro. Em segundo lugar, não tenho, de ne-

nhuma maneira, uma visão conspiratória do mundo, longe disso, mas acho importante que nós — tendo em vista que estou ligado ao Governo — façamos uma rejeição plena e total de qualquer insinuação do tipo da que foi feita esta manhã aqui, a respeito da existência de um pacto do Atlântico Sul. Eu fico satisfeito de que o próprio embaixador da Nigéria tenha sido bastante explícito a este respeito, recordando-se, inclusive, do teor da Declaração Conjunta que o Governo brasileiro subscreveu com o seu Governo, no qual a posição dos dois Governos foi amplamente reafirmada. Essa história de pacto já foi veiculada ora pela direita

ora pela esquerda, mas sempre com o objetivo de criar um embaraço, um constrangimento para a legítima presença brasileira na África, uma abertura natural para uma área em desenvolvimento, que parte de um país em desenvolvimento e que, portanto, partilha com os países africanos uma visão comum do mundo, uma aspiração similar de reformular a ordem econômica internacional.

O segundo ponto é a questão do subimperialismo, que foi aqui mencionada, de maneira malévola, eu diria. Foi dito que o Brasil é mal intencionado em relação à África. Eu repilo formalmente esta insinuação porque, ao contrário, acho que o bom relacionamento de que o próprio embaixador da Nigéria fez questão de recordar aqui, traduzido nas visitas cada vez mais frequentes de chefes de Estado africanos, de ministros e autoridades, é um testemunho eloqüente da nitidez com que o Brasil é visto na África, da clareza de nossas posições, sem qualquer hipotecas políticas ou coloniais a resgatar, uma posição absolutamente clara. Se eu quisesse fazer este tipo de insinuação, que eu rejeito formalmente, diria que este Seminário aqui, por exemplo, sendo patrocinado pela Fundação Ford, seria uma manifestação de imperialismo, não fosse o respeito que eu tenho pela Fundação Ford e pela pessoa do Professor Candido Mendes de Almeida, que nos honra aqui com a sua presença.

O terceiro ponto foi um comentário feito pelo meu querido amigo Neiva Moreira, que eu conheço desde o tempo em que ele tinha os cabelos pretos e era um combativo deputado nacionalista pelo Maranhão, e com quem dividimos noites de papo, no tempo em que o Rio de Janeiro ainda era capital e eu, um jovem oficial de gabinete do Presidente Kubitschek. Ele nos acusa de sermos fencios e de estarmos empurrando bagulhos na África. A acusação de fencio eu a tomo até num tom positivo, porque é, de certo modo, o reconhecimento do trabalho de um modesto operário da cooperação Brasil-África, que é quem lhes fala, satisfeito de ouvir hoje,

lembrados pelo embaixador da Nigéria, com muito mais autoridade, os resultados alcançados pela presença comercial e econômica brasileira naquele continente. De modo que a acusação de fencio, eu a tomo como um roubo oratório do meu amigo Neiva Moreira. Não podemos pensar que seja possível que os países se tornem íntimos, que possam dialogar com mais franqueza, se não têm a sustentar esta relação uma trama de interesses concretos. O nosso objetivo é exatamente a aproximação com os países africanos, em todos os sentidos. É a aproximação comercial, naturalmente, é um aspecto muito importante do relacionamento internacional entre os povos; daí só temos razões para ficar satisfeitos com os resultados que estão sendo alcançados.

O outro ponto a que eu queria fazer referência é a menção feita pelo meu querido amigo Timothy Mgbokwere, embaixador da Nigéria, a respeito do conceito com o qual ele vê o Brasil, de *Newly Industrialized Country State*. Este é um conceito que nós tampouco gostamos de ver aplicado ao Brasil, porque ele tem uma conotação necessariamente divisionista. Uma conotação que procura estabelecer categorias entre países em desenvolvimento, quando o nosso objetivo é, precisamente, buscar identidades, maximizar as coincidências e, sobretudo, reformular a ordem econômica internacional baseada num sistema estruturado pelos países desenvolvidos, que, com este conceito, pretendem, muitas vezes, privar-nos exatamente do acesso aos privilégios e às vantagens que a nossa condição de países em desenvolvimento nos confere.

Outro ponto, também introdutório, é a esperança manifestada pelo embaixador da Nigéria a respeito de que, ao ter que optar, não deixaremos de optar pela África Negra. Posso assegurar que esta é orientação política do Governo brasileiro, que já tem dado provas cabais de que quer um relacionamento construtivo com os países da África Negra. As nossas relações com a África do Sul são apenas formais. Nós não temos sequer um embaixador residente lá, temos um encarregado de negócios, que por acaso está

aqui presente. E se o comércio andou crescendo, foi porque a agressividade comercial da África do Sul se manifestou em certos insumos industriais, especialmente na área de fertilizantes, que foram oferecidos aqui no Brasil de maneira muito competitiva, e dentro da nossa ordem, da nossa organização social não há como impedir a livre transação comercial, que é feita segundo critérios de preços e qualidade. Neste sentido, ainda, o principal produto por eles exportado é justamente ácido fosfórico, um produto que tradicionalmente vinha sendo exportado pelo México, ao amparo de uma concessão que o Brasil havia outorgado na ALALC. Como, posteriormente, o preço do produto mexicano deixou de ser competitivo, ensejou essa presença sul-africana mais maciça aqui. O que eu posso assegurar-lhes é que, entre os projetos que nós estamos estimulando na África, está exatamente o de uma fábrica de ácido fosfórico do Togo, feita com a participação de vários países, fábrica esta que, quando concluída, nos dará justamente condições para desviar compras ou forçar um desvio de despras, que vinham eventualmente sendo feitas da África do Sul.

Sempre dentro da imagem feita pelo meu amigo Neiva Moreira, concordo com o que o embaixador da Nigéria disse, com muita clareza, de que o comércio está intimamente ligado com a política. E as boas relações políticas são pré-condição para um comércio fluido. Nesse sentido, acho que é muito importante registrar um aspecto preliminar das relações econômicas Brasil-África, que é o papel do Estado. Nós, no Brasil, temos uma economia fortemente estatizada que nos permite, portanto, administrar e orientar, em certas situações, aquisições ou vendas a partir desse poder de interferir no processo econômico. Por outro lado, os países africanos também se caracterizam por uma forte presença do Estado em suas economias, e o Estado, como poder regulador, é o Estado como cliente, é o Estado como comerciante, de modo que as boas relações políticas são um vetor importante de realização de um esquema de

cooperação econômica e comercial bastante intenso. Acho também que o interesse hoje aqui evidenciado pela presença maciça neste Seminário e, por outro lado, a evidência das estatísticas do comércio ilustram eloqüentemente como se diversificam os nossos interesses no Terceiro Mundo. O Brasil hoje é um país que ostenta um perfil nitidamente terceiro-mundista, ao contrário de dez ou quinze anos atrás. Hoje, no total da nossa exportação, cerca de 33% dirigem aos países do Terceiro Mundo, e no total da nossa importação, cerca de 53% procedem daí. Estes são dados que ilustram a afirmação de que ostentamos hoje um perfil nitidamente terceiro-mundista.

Até o momento, tenho feito alguns comentários mais ou menos na linha daqueles com que nos brindou o embaixador da Nigéria e, realmente, fiquei satisfeito de ver o grau de precisão com que ele refletiu a realidade de nossa presença comercial na África. Para poupar tempo, vou tratar de resumir aqui, na medida do possível, algumas observações de natureza mais geral.

Essencialmente, o importante a assinalar é que nós estamos na África com perfil próprio; não temos a pretensão de ser subrogantes de ninguém. Temos a pretensão, de estabelecer um diálogo direto, franco, baseado em princípios éticos pelos quais nos batemos nos foros internacionais e em princípios que pretendemos ver incorporados ao conjunto de normas que deverá reger as relações comerciais da nova ordem econômica internacional.

Temos consciência do papel que podemos desempenhar neste quadro de cooperação com os países em desenvolvimento; temos consciência de que, em alguns aspectos, andamos mais depressa do que outros países e, por isso mesmo, temos uma experiência a partilhar. Isto, talvez, nos dê uma posição privilegiada, mas temos também muita consciência de que esta posição implica responsabilidade.

Acho, ainda, muito importante assinalar que um dos grandes fatores de êxito da presença brasileira na África tem sido, além dos aspectos também lembrados pelo Em-

baixador Timothy a respeito da adequação da nossa tecnologia às condições ambientais de um mundo tropical, a nossa não-mistificação da transferência de tecnologia. Invoco, por exemplo, a experiência que tivemos com a Argélia. Este foi o primeiro país para onde a engenharia brasileira, timidamente, se dirigiu, e onde nós realizamos os primeiros grandes projetos do outro lado do Atlântico. O que nos fez ser tão bem sucedidos na Argélia foi exatamente um programa de treinamento de jovens argelinos, tanto aqui no Brasil como no local da obra, com monitores especialmente preparados pelos operadores econômicos brasileiros. De modo que é muito importante esse aspecto da não-mistificação da transferência de tecnologia. Achamos que a conquista tecnológica não pode ser privilégio de alguns poucos. Ela é um patrimônio que o Brasil está pronto a partilhar com os seus irmãos em desenvolvimento.

Gostaria, também, de fazer um comentário sobre o problema das limitações, do lado africano, para uma cooperação econômica maior. Creio que a mais importante delas é a falta de produtos que possam constituir uma contrapartida satisfatória para uma relação comercial crescente. Não queremos levar a efeito uma relação unilateral; queremos que esta seja uma relação equilibrada e que também reflita a riqueza do potencial de entendimento entre os nossos povos. Neste sentido, não só dedicamos a promover as vendas brasileiras na África, mas, freqüentemente, nossas atividades incluem a busca de oportunidades para a colocação de produtos africanos no Brasil. Assim é que, hoje, somos o maior cliente externo da borracha nigeriana e o primeiro cliente de fosfato argelino fora da Europa. Temos procurado diversificar nossas fontes de abastecimento e procurado encontrar, no mercado brasileiro, desembocadura para produtos dos países africanos.

Se esta limitação existe do lado africano, do nosso lado creio que a principal é a falta de capital, que nos dificulta a capacidade de outorgar financiamentos. O mundo em desenvolvimento é a última área dinâ-

mica que existe no comércio internacional, justamente porque é constituída por países em desenvolvimento, que têm um potencial imenso de absorção de bens e serviços e um compromisso com as suas populações de trazer-lhes, o bem-estar, através de uma melhoria de suas condições de vida. Entretanto, falta-lhes às vezes a capacidade de realizar operações em bases comerciais correntes. Daí a razão pela qual, muitas vezes, a nossa *performance* comercial não reflete com brilho o nível de intensidade de relacionamento político, por estar muito limitada pela nossa capacidade de oferecer financiamentos. Ainda assim, apesar desta nossa dificuldade, o principal país credor de Moçambique, por exemplo, é o Brasil; e de Angola também somos credores. Observe-se que são países que optaram por uma forma de organização social diferente da nossa, mas isso, de nenhuma maneira, impediu que houvesse uma convergência de entendimento e de diálogo.

Quero também trazer uma palavra quanto ao problema de triangulação, que de alguma maneira está mencionado no trabalho do Professor d'Adesky. A este respeito, eu gostaria de dizer que o Brasil tem uma preocupação muito grande de não aceitar qualquer tipo de enunciado político que implique compromissos de princípio de realização conjunta de projetos em terceiros países. Achamos que o desenvolvimento de cada país é matéria que diz respeito a ele próprio e somente agimos por iniciativa desses países, quando nos procuram. Neste sentido, temos um cuidado muito grande para não parecer que estamos querendo impor esquemas pré-estabelecidos ou forçar soluções de operações triangulares que poderiam ser até comercialmente atraentes. Temos muita consciência de que essas operações só são viáveis se corresponderem a um objetivo explícito e objetivamente formulado pelo país recipiente desta cooperação. Neste quadro, acho importante assinalar que estamos buscando uma linha para suprir a deficiência de financiamentos, através de uma aproximação aos fundos árabes. Tivemos recentemente no

Brasil a visita do Secretário Geral do Fundo de Desenvolvimento da OPEP, Ibrahim Shihata, e, justamente nesta ocasião, foi-nos dada a oportunidade de desdobrar conversas que já haviam sido mantidas com o Governo de Moçambique, com vistas a um projeto de carvão naquele país. Nós temos condições de dar garantia de mercado para o carvão moçambicano; temos condições de fornecer parte do equipamento necessário para viabilizar a extração desse carvão; temos tecnologia para a construção ferroviária, logística de transporte etc.; faltam-nos capitais. E entre as prioridades do Fundo de Desenvolvimento da OPEP, uma delas é exatamente o desenvolvimento energético. A idéia parece ao Fundo da OPEP muito atraente, tendo em vista que isto já havia sido previamente conversado com o Ministro-Governador do Banco de Moçambique, Dr. Sérgio Vieira, quando aqui estive no Brasil. Há uma perspectiva de rompermos este fator básico de limitação, que é a falta de recursos, utilizando para tanto recursos dos fundos constituídos por países produtores de petróleo.

Já tivemos alguma experiência, no passado recente, de edificação de projetos com fundos árabes, no caso de uma rodovia na Mauritània, que foi um projeto muito bem sucedido. Prova da boa qualidade do serviço dos bens brasileiros na África foi a de que este projeto, financiado pelo Fundo Saudita e pelo Fundo de Abu-Dhabi, teve

seu primeiro segmento ganho por uma empresa brasileira; quando foi feita a licitação da segunda parte da obra, o vencedor da concorrência foi um grupo franco-marroquino. O Governo mauritano não hesitou em adjudicar a obra ao segundo colocado, que era a empresa brasileira, porque tinha certeza de que, através dela, ele teria um processo de transferência de tecnologia, de formação de pessoal muito mais eficaz do que com empresas dos países industrializados.

Para terminar, eu queria dizer que temos um profundo respeito pelos países africanos. Temos perfeita noção de sua diversidade, de suas características nacionais, de suas identidades próprias, de suas histórias diferentes. Todos eles têm este sentimento de identidade própria, de autonomia e de respeito próprio muito acendrados, e nós, por nossa vez, muito respeito, no sentido de que não desenvolvemos nenhuma postura hegemônica, ao contrário, temos uma atitude eminentemente fraternal, capaz de olhar nos olhos dos nossos irmãos africanos.

Nós, na África, não queremos concorrer com ninguém; queremos que nos vejam com amizade, com identidade própria, não apenas geográfica; um parceiro confiável, sem arestas de relacionamento. Compartilhamos, por isso mesmo, a mesma visão do mundo, a mesma identidade de interpretações e de propósitos e, como iguais, buscamos a aproximação.

---

## ALOCUÇÃO

**Manoel Augusto Sanchez**

Consultor da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior — Cecex, Rio de Janeiro.

---

Inicialmente, eu gostaria de fazer uma pequena ressalva. Embora fazendo parte de uma Mesa de Relações Econômicas Brasil—África, não sou economista. Minha formação é em Ciência Política, e, como eu acho que as relações econômicas entre o Brasil e

a África têm estado bastante sustentadas por uma relação política, acredito que faça sentido o cientista político estar presente nesta Mesa. Acredito, ainda, que nossa presença se deva aos trabalhos que vimos dedicando ao estudo do desenvolvimento das

relações entre o Brasil e seus parceiros comerciais, muito especialmente aqueles que, como nós, se situam no grupo de países ainda não completamente industrializados. Entre esses trabalhos desenvolvidos pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, da qual fazemos parte, aquele que maior relação tem com o nosso tema refere-se às trocas comerciais entre o Brasil e a África subsaariana, mais especialmente com as nações da costa do Golfo de Benin e Angola, do lado ocidental, e Moçambique, do lado oriental do continente. Este trabalho, que está sendo desenvolvido no Cecex, tem caráter exploratório e procura uma abordagem multidisciplinar que dê conta das diferentes determinações do fenômeno comercial, sejam econômicas, históricas, geográficas, políticas e culturais.

É interessante que se faça aqui um parêntese, porque, até bem pouco tempo, se privilegiava algumas variáveis de caráter estritamente econômico, ou se lhes conferia uma possibilidade de medição muito alta, para explicar a relação comercial entre as nações, e, evidentemente, essas variáveis nem sempre conseguem explicar tais relações. Por exemplo, uma das variáveis muito comuns num modelo neoclássico seria a variável transportes, quase que fundamental e de presença significativa em todos os modelos matemáticos. Contudo, essa variável dificilmente poderia explicar as relações comerciais, em determinado período, entre o Brasil e África, apesar das possibilidades em termos de distância, de transportes etc.

O nosso estudo no Cecex é um estudo comparativo, mais propriamente, um estudo regional. A comparação intensiva entre as características daquelas nações citadas anteriormente, e suas relações com o Brasil, poderá permitir, *a posteriori*, construções de tipologias que estejam ligadas à descrição empírica a que nos propusemos inicialmente. A partir dos dados já analisados, eu gostaria, inicialmente, de fazer algumas considerações gerais acerca da África subsaariana, antes de entrar na questão da relação econômica desta região com o Bra-

sil, ou de alguns países desta região com o Brasil.

Um severo relatório do presidente do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento, da Comissão Econômica das Nações Unidas, apresenta um quadro quase que dramático. Cada habitante da região dispõe, em média, de uma quantidade de alimentos menor do que a que dispunha há dez anos atrás; desde 1960, a produção alimentar média tem diminuído regularmente. Durante toda a década de 60, a taxa anual de crescimento da população africana, de 2,7%, foi superior em 14% à média do conjunto dos países ditos em desenvolvimento, sendo que, enquanto nestes a taxa deve diminuir, na África ela deve atingir a 2,9%, devendo aumentar portanto; a progressão média da renda *per capita* dos países de renda inferior a 360 dólares, na África subsaariana, foi de 0,2% por ano durante a última década, contra 1,1% para os países da mesma categoria na Ásia, e de 2,9% no conjunto dos países em desenvolvimento.

Para o Banco Mundial, a elevação da renda *per capita* naqueles países africanos — aqueles com renda abaixo de 360 dólares — será de apenas 0,1% ao ano até 1985 e de 1,1% de 1986 a 1990. Nos mesmos períodos, o conjunto dos países em desenvolvimento terá taxas de 2,6% e de 3,3%; portanto, as taxas para aquela região estão bem mais abaixo. Segundo as previsões mais prudentes, a renda real dos países africanos mais pobres deverá diminuir de 0,3% por ano até 1985, quando então apresentará uma ligeira reversão, aumentando em 0,1% de 1986 a 1990. Nos países incluídos em nossa pesquisa, apenas Libéria, Costa do Marfim, Gana, São Tomé e Príncipe e Camarões tinham, em 1978, rendas *per capita* superiores aos 30 dólares estabelecidos pelo Banco Mundial como teto para os países de renda deficiente. Mais do que explosão demográfica, complexidades políticas e insuficiência de infra-estrutura, este ainda é, sem dúvida alguma, o resultado de 500 anos de exploração colonialista.

Os países de baixa renda registraram também uma considerável deterioração de



seus balanços de pagamento na década de 70, devido ao lento crescimento de suas exportações. Contudo, o grande problema atual é a brusca deterioração dos termos de troca, face o encarecimento dos derivados de petróleo. As importações desses derivados, que em 1970 absorviam 10% das receitas de exportação da África mais pobre, atualmente absorvem 22%, e essas pressões não são provisórias. A tendência do preço real do petróleo é, sem dúvida, aumentar.

Todas estas cifras, construídas especialmente a partir das décadas de 60 e 70, não levam em conta, contudo, o esforço de libertação desenvolvido pela maioria dos países da África subsaariana, nem o ônus das guerras contra as metrópoles colonialistas ou, ainda, das guerras internas e regionais, que evidentemente têm uma repercussão econômica muito forte.

Passadas estas décadas de construção da independência, os africanos empenham-se na luta pelo crescimento econômico, a partir de um forte sentimento de soberania que os faz afastar, muito justamente, qualquer ingerência estrangeira. Como em termos econômicos essa construção nacional ainda deve passar pelas etapas fundamentais da industrialização — o desenvolvimento da indústria têxtil, da indústria de construção civil, da indústria de alimentação — sobre as quais eles não podem pular, não podem passar por cima — evidentemente esses países são impedidos de importar tecnologias intensivas de capital. Nestes dois aspectos, contudo — no aspecto político do zelo com que os países africanos resguardam a sua soberania e no aspecto da tecnologia —, a posição brasileira parece privilegiada. A reversão política da nossa diplomacia com relação à África Negra, especialmente a partir do reconhecimento do MPLA em Angola, criou as condições básicas para uma intensificação das relações econômicas com base no respeito à soberania. De fato, o reconhecimento do MPLA no Governo de Angola foi um momento de virada na diplomacia brasileira, criando as condições para a intensificação da relação econômica.

Por outro lado, a própria condição de subdesenvolvimento de grande parte do nosso território, especialmente o sertão nordestino, e a baixa sofisticação da nossa tecnologia nos aproximam das condições de muitos países africanos, na situação que algumas pessoas costumam chamar de tecnologia cabocla. E podemos dar alguns exemplos: a Europa, hoje em dia, não produz geladeiras a querosene e na África, em muitos países e em muitos locais, não se tem eletricidade; deste modo, pode-se importar geladeira a querosene, que o Brasil produz; é realmente uma tecnologia muito menos sofisticada.

Existem, ainda, outros pontos da relação comercial Brasil-África, positivos e negativos, que merecem ser detalhados. Eu gostaria de falar um pouco sobre eles.

O primeiro é a questão da proximidade da costa nordeste brasileira com a costa ocidental africana, área do Atlântico conhecida como *brazilian middle passage*. Esta proximidade permite, pelo menos teoricamente, a julgar pelos modelos a que eu me referia ainda há pouco, um menor custo de transporte. Esta questão envolve também a frequência, custos de frete e a volta sem carga dos navios em muitas ocasiões. As dificuldades de transporte derivam basicamente da irregularidade com que as linhas de navegação brasileira — ou de navios de outras bandeiras oriundos do Brasil — servem os principais portos africanos. Para que a distância relativamente curta que separa o Brasil do continente africano seja transformada numa vantagem comparativa concreta, seria necessário providenciar a abertura de novas linhas ou maximizar a utilização das linhas já existentes.

Outro ponto de estrangulamento no comércio Brasil-África refere-se à falta de informações e acessos à obtenção de créditos para financiamento das importações africanas. Geralmente, quando se necessita de financiamento, o que é a maior parte dos casos, o acesso aos órgãos de crédito se dá, no Brasil, através do Banco do Brasil, via Cacex e, na África, pelo BIAO. Como estes dois organismos trabalham normal-

mente em operações internacionais com o aval do Estado, torna-se importante conhecer como e onde obter esse financiamento. E este conhecimento não é muito grande.

Uma outra dificuldade diz respeito ao simples desconhecimento sobre as empresas fornecedoras, sua capacidade de produção, preços, prazos de entrega, especificações técnicas etc.

Apesar destas dificuldades, tenho em meu poder alguns dados que demonstram que as relações comerciais do Brasil com a África subsaariana têm crescido. Não vou entrar em comentários a respeito do significado desta expansão, mas deixo os dados para que as pessoas possam pensar sobre essa relação. Eis alguns exemplos: estabelecimento de linhas de montagem da Volkswagen na Nigéria; *joint venture* envolvendo a Braspetro, no Gabão e Nigéria, para a exploração de petróleo; construção de fábrica de cimento, usinas siderúrgicas, fábrica de calçados e usina de açúcar na Nigéria; instalação de linhas de montagem de máquinas de costura e móveis escolares Vigorelli, na Nigéria; concessões para exploração de cobre no Zaire; participação no desenvolvimento de projeto para aproveitamento do potencial hidrelétrico no Rio Congo; participação na exploração do fosfato no Senegal; *joint ventures* com a Nigéria para a industrialização do pescado; cooperação com o Togo e Benin para a construção de uma hidrelétrica e uma barragem no Rio Mono;

instalação de usinas de açúcar no Benin e na Costa do Marfim; financiamento e cooperação técnica no Senegal, para a criação de um Instituto Nacional de Agronomia, um distrito industrial e um sistema de transporte; construção de usina para produção de etanol no Zimbábue; instalação de frigoríficos e fábricas de cerâmica em Gana; construção do Hotel Abidjan Hilton; presença da cadeia de supermercados Pão de Açúcar, em Luanda. E ainda, na área de assistência técnica, temos presença no Senegal, com treinamento de pessoal do Governo, criação de Escola de Arquitetura e Agronomia etc.; na Costa do Marfim, contrato da Cooperativa Central Agropecuária de Campinas; na Nigéria, construção de ferrovias e rodovias, instalação de uma fábrica de aparelhos de rádio e TV e mais outros; no Zaire, Mali e Guiné-Bissau, campanha de alfabetização de adultos; em Gana, instalação de sistema de distribuição de combustível, construção de casas populares etc.; no Gabão, construção de um porto e abertura de uma ferrovia em plena selva tropical. Os exemplos se multiplicariam. Finalmente, queremos ressaltar que esta aproximação econômica só foi possível, a partir do momento em que a diplomacia brasileira soube apreender os anseios de soberania dos povos da África, soberania que alcançará a sua plenitude no momento em que for banido do continente o crime contra a humanidade que é o *apartheid*.

---

## RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL—ÁFRICA NO CONTEXTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Henrique Altemani de Oliveira

Membro do Centro de Estudos Africanos da Universidade  
de São Paulo, São Paulo.

---

As exportações brasileiras para o continente africano atingiram, em 1980, o valor de 1.313 milhões de dólares, representando 6,5% do total exportado. Consta-se a importância crescente que a África representa

em nossa pauta de exportações, ao se observar que no período de 1972 a 1980 as exportações para a África cresceram a uma taxa média anual de 39,7%, enquanto que o total de nossas exportações progrediu na

base de 22,4% ao ano neste mesmo período.

Não só pela importância destes dados, mas também pelo enfoque contínuo da África, tanto na imprensa quanto em pronunciamentos oficiais, como um parceiro privilegiado do Brasil, julgo interessante, neste Seminário, abordar alguns aspectos que possam nos indicar, dentro do contexto da política externa brasileira, o papel desempenhado pelas relações comerciais entre Brasil e África. Creio, assim, que uma análise sucinta do posicionamento da política externa brasileira torna mais consequente a compreensão dos fundamentos da atual política africana.

O êxito da política externa depende, de um lado, da sintonia do pensamento do Governo como um todo e, de outro, de sua abertura em relação aos impulsos provenientes da sociedade. Da mesma forma, esta problemática não pode ser analisada isoladamente por suas próprias razões, é necessário apreender as inter-relações das diferentes políticas externas e seus efeitos a longo prazo.

Para a implantação dessa concepção de política externa, em sua amplitude, foi preciso que, internamente, estivesse estabelecida a sua correspondente, o que apenas se caracterizou com as decisões do Presidente João Figueiredo de permitir o choque de idéias e o confronto de posições, dentro de nossas fronteiras. No pronunciamento em comemoração ao Dia do Diplomata, em 1981, o Ministro Saraiva Guerreiro deixava bem claro que a consolidação da abertura externa corresponde ao desenvolvimento da abertura interna.

Para maior compreensão do papel desempenhado pelo Brasil como ator de política internacional, é importante frisar que sua principal característica em termos de política externa é de diversidade, de multiplicidade de suas facetas, de polivalência de suas dimensões. Assim, a política externa brasileira não se posiciona numa dicotomia entre Ocidente e Terceiro Mundo, mas procura demonstrar que essas dimensões estão incorporadas ao seu perfil externo: o Oci-

dente fluindo das tradições políticas e dos vínculos econômicos e o Terceiro Mundo em decorrência de aspirações e realidades sócio-econômicas comuns aos países em desenvolvimento. Como consequência deste posicionamento, pode-se supor que o Brasil mantém uma posição de individualidade, formulando uma política externa própria, de acordo com suas peculiaridades e anseios nacionais. Dentro deste enfoque de adversidade, admite-se a diferença de opiniões e tendências, entendendo-se que os laços sólidos entre os países são construídos na plena percepção desta diferença e, em certos casos, até com base nela.

A política externa de qualquer país é função de duas realidades heterogêneas: a sua realidade interna e a realidade internacional. Em termos de realidade internacional sobressai-se o fato de que a vida internacional não evolui de forma linear e que, hoje, a política externa em geral caracteriza-se por uma complexidade crescente. Isto é, o esquema de confronto da guerra fria dos anos 60 cedeu lugar a um esquema político mais complicado no qual as considerações de poder são muito mais diversificadas, propiciando espaços para manobras político-diplomáticas para os mais variados Estados, com reflexos sobre o processo decisório internacional.

É de acordo com esta perspectiva que se deve analisar o confronto Norte-Sul. É inegável que os países desenvolvidos não foram capazes de viabilizar sua vontade política, para negociar a reforma deste sistema e a instauração de uma nova ordem econômica internacional. Uma importante consequência deste confronto e de outros fatores, como, por exemplo, a chamada crise energética, é a percepção de que as questões econômicas internacionais estão se transformando em problemas diretamente políticos. Na realidade, estão crescentemente em jogo a disponibilidade e o preço de produtos exportados principalmente por países em desenvolvimento, o que agudiza ainda mais o relacionamento Norte-Sul.

A maior complexidade do cenário internacional exige a crescente diversificação da

política externa para a solução de problemas específicos e a condução, ao mesmo tempo, de diferentes diálogos com diferentes países. Conforme Ronaldo Mota Sardenberg, a dimensão da política externa brasileira dentro deste princípio de diversificação baseia-se em três premissas essenciais:

1.º) O Brasil pretende desempenhar, na política internacional, um papel que corresponda aos nossos interesses e aspirações; falamos por nós mesmos e não como representantes de outros países.

2.º) O Brasil efetivamente pratica uma política de não intervenção, e o respeito que exige dos demais Estados é o mesmo que está disposto a prestar-lhes.

3.º) O Brasil evita alinhamentos automáticos: política internacional não é um contrato de adesão, mas um campo permanente de negociação e ajustamento recíproco de posições.

A partir desta sucinta análise sobre as linhas genéricas da atual política do Brasil no que se refere às relações externas, aprende-se que o relacionamento comercial Brasil-África reflete, em boa parte, um posicionamento político conjunto, visando a reformas que permitam alterar a distribuição de custos e benefícios no processo de transferência internacional de recursos. Numa perspectiva mais ampla, busca-se o consenso da necessidade de uma nova ordem econômica internacional que consagre a estabilidade dos preços das matérias-primas através de correção monetária, formação de estoques reguladores e acordos de produtos de base, acesso facilitado ao capital e aos mercados dos países desenvolvidos e, finalmente, a transferência de tecnologia.

A atual política diplomática brasileira, em termos de relações comerciais com a África, baseia-se no princípio de que, a partir da constatação da necessidade de instauração de uma nova ordem econômica internacional, é interessante conceber esquemas alternativos à sistemática em vigor, procurando contar antes de tudo consigo e com

seus próprios meios, considerada essa opção de contar com suas próprias forças tanto para cada país considerado isoladamente, quanto para o Terceiro Mundo em geral, como conjunto de países. (Trata-se da utilização de negociações tanto multilaterais quanto bilaterais.)

Desta forma, as relações comerciais Brasil-África sugerem que uma proveitosa cooperação entre nações do Terceiro Mundo, em diferentes estágios de desenvolvimento, pode ter futuro. Assim como as tradicionais relações ex-colônias-metrópoles podem paulatinamente ceder lugar a relações entre nações com problemas semelhantes de superação das dependências econômicas. Neste sentido, declarações de dirigentes argelinos, no final de 1980, enquadravam a Argélia e o Brasil na defesa dos mesmos interesses, os do Terceiro Mundo, visando a alcançar os mesmos objetivos, entre outros, uma nova ordem econômica mundial: "O Brasil e a Argélia são dois países em desenvolvimento cujas economias são complementares. A disponibilidade de uma cooperação mais expressiva existe de ambas as partes. Ela poderia tornar-se o símbolo de uma cooperação plena de vitalidade entre dois países do Sul."

Não se pode afirmar que o objetivo final da política africana brasileira seja a obtenção de novos mercados, nem que sua inspiração seja basicamente de origem política. Os dois aspectos derivam de uma estratégia global de independência nacional em todos os níveis, porém têm sua dinâmica própria, e é importante que os interesses meramente comerciais não se sobreponham aos interesses políticos, que poderão levar a uma aliança duradoura com os parceiros africanos.

A visão brasileira das relações internacionais entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, como se aprende do pensamento de Araújo Castro, não se reduz unicamente a um diálogo de natureza econômica. Conforme Araújo Castro, era necessário que os países em desenvolvimento identificassem claramente seus interesses não apenas econômicos mas também

políticos, sendo que o primeiro passo de identificação de uma temática comum era o engajamento parlamentar dos países em desenvolvimento no esforço anticolonial e anti-racista. Esta seria, assim, a base do esforço de conhecimento mútuo que concorresse para a superação das estruturas internacionais desfavoráveis. Esta posição advém do reconhecimento de que todos os povos têm direito inerente à independência, direito este que nada tem a ver com seu estágio político, intelectual ou econômico. A idéia de inviabilidade de determinados países representa a racionalização da justificativa de manutenção do sistema colonial.

É evidente que esta abordagem teórica da política externa brasileira definiu-se após o enfraquecimento das relações especiais mantidas com Portugal. Guy Martinière, em seu trabalho "A Política Africana do Brasil (1970-1976)", mostra-nos claramente como essas relações constituíam-se numa barreira para o estabelecimento de um relacionamento mais profundo com os países africanos.

Existem, na África, questões candentes, como as lutas anticoloniais, o anti-apartheid, mobilizadoras e aglutinadoras dos países da região. Na redefinição da política africana, no Governo Geisel, o Brasil valeu-se desta característica peculiar do continente, procurando através de iniciativas simbólicas, mas com objetivos políticos claros, como por exemplo o reconhecimento do MPLA como representante legítimo do povo angolano, ganhar a confiança dos líderes africanos. O clímax desta política culminou com a viagem do Ministro Saraiva Guerreiro a Moçambique, Angola, Zâmbia, Tanzânia e Zimbábue, países que

no continente africano integram a vanguarda do combate à África do Sul. Para o Itamaraty, o resultado político mais imediato deste movimento foi apagar a desconfiança em relação ao Brasil, fruto da orientação brasileira anterior de apoio à política portuguesa na África.

Neste aspecto, a decisão do Governo brasileiro de externar sensibilidade e entendimento pelas questões políticas que mobilizam os países africanos, principalmente as questões relacionadas com o processo de descolonização e as lutas contra as diferentes formas de racismo e discriminação racial, representa um importante passo, pois cria um clima propício à implantação de relacionamentos sólidos com base na confiança recíproca. Não há dúvidas de que a política africana do Brasil está em fase de construção, sendo no entanto animadoras as perspectivas comerciais, bem como o interesse demonstrado pelas nações africanas em ampliar e diversificar a cooperação econômica, técnica e cultural com o Brasil.

Pelo que acima foi exposto, acredita-se que, a partir da maior complexidade observada na política externa e dentro do processo de reestruturação atual do comércio internacional, o estabelecimento de relações comerciais entre Brasil e África, além de suscitar a emergência de novos parceiros econômicos entre países do Terceiro Mundo, pode ser visualizado como um projeto de desenvolvimento econômico mútuo, favorecendo o parceiro africano no sentido de fortalecimento de sua unidade e independência econômica além da política, ao mesmo tempo em que reforça o perfil externo do Brasil.

**7.ª SESSÃO**

**AS RELAÇÕES POLÍTICAS  
BRASIL—ÁFRICA**



---

## ALOCUÇÃO

R. A. Akindele

Diretor Geral do Nigerian Institute of International  
Affairs, Lagos, Nigéria.

---

Não pretendo apresentar um relato descritivo e uma análise das relações entre Brasil e África por duas razões. A primeira é que muitos dos aspectos que necessitam ser levantados já se processaram nos últimos dois dias. A outra razão é que teremos nesta Sessão a presença do Professor Wayne Selcher, que vem de editar um livro muito importante sobre o Brasil no sistema internacional e que contém um capítulo muito bom sobre as relações afro-brasileiras.

Permitam-me explicar, antes de continuar, que não falo pelo Governo da Nigéria, nem pela instituição em que trabalho, o Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais. Falo apenas por mim. Eu gostaria de concentrar-me muito rapidamente em três áreas que são fontes de irritação nas relações entre o Brasil e a África.

A primeira área problemática é a África Austral. A África se encontra, ainda, muito preocupada com as contradições e ambivalências na política brasileira relativa à África do Sul. Estamos perfeitamente conscientes de que, embora o Brasil condene verbalmente o Governo da África do Sul por sua política criminosa, pelo *apartheid*, ele continua a expandir o volume de comércio com aquele país, tem se recusado mesmo a oferecer assistência a movimentos de liber-

tação na África Austral e, o que é mais desapontador para muitos países africanos, tem se recusado a endossar a posição da OUA de que somente os conflitos armados constituem solução para os problemas de mudanças políticas naquela parte do continente.

A segunda fonte de irritação, para um observador africano das relações afro-brasileiras, é o fato de que existe uma falta de participação e, naturalmente, uma ausência de influência de parte da população afro-brasileira na articulação, na formulação e na implantação da política brasileira para um continente que é de particular interesse cultural e histórico para os afro-brasileiros.

Finalmente, a terceira fonte de irritação está no fato de que o Brasil dá atenção, bastante atenção, ao comércio, aos investimentos bancários nas relações com muitos países da África. Tem-se a impressão de que o Brasil vê a África, em primeiro lugar, como um mercado para seus produtos manufaturados e, somente secundariamente, como uma economia ou uma série de economias a serem assistidas no desenvolvimento, através do investimento e da transferência de tecnologia. Este conceito de África, a meu ver, deve ser destruído, no interesse das boas relações entre o Brasil e os países africanos.



## ALOCUÇÃO

Wayne Selcher

Professor do Department of Political Science, Elizabethtown College,  
Elizabethtown, Pensilvania, EUA.

Obrigado, Prof. Akindele, pelas palavras amáveis a respeito do livro *Brazilian in the International System: The Rise of a Middle Power* — que viemos de publicar na semana passada. Eu gostaria de informar que os autores do capítulo sobre o Brasil e a África, "African — Brazilian Relations", são Anani Dzdzienny, que não pôde comparecer a este Seminário, e Michael Turner.

Em vez de sintetizar os argumentos desse capítulo, alguns dos quais foram expostos aqui, preferirei tecer alguns comentários pessoais, baseados em meus próprios pontos de vista, acerca das relações afro-brasileiras. Antes, porém, expressaria minha satisfação pessoal pela realização deste Seminário, assim como pelo alcance e validade das idéias apresentadas. Gostaria de fazer minha a idéia do Ministro Marcos Azambuja, expressa hoje em sua alocução\*, de que o Brasil é tão vasto e diversificado que praticamente toda idéia expressa sobre o mesmo possui alguma validade. Mas eu acho interessante que aquilo que foi um assunto nulo, Brasil e África, de limitada significação, quase uma curiosidade, raro, exótico, estranho, de muito pouco interesse na década de 60, agora desperte uma certa controvérsia e comentários criteriosos. Isso, para mim, é prova de que as relações afro-brasileiras possuem substância e têm futuro. E acho que esta relação é a cooperação Sul-Sul mais intensa, através do continente, que ocorre atualmente no mundo.

Este encontro tem se mostrado uma excelente oportunidade para ampliar o diá-

\* O texto definitivo referente à alocução do Ministro Marcos Azambuja não chegou, infelizmente, ao CEAA até o fechamento desta edição, daí a sua não publicação.

logo e o espírito de franqueza que ajuda a transcender estereótipos. Procurarei limitar a extensão de minha exposição, de forma a permitir uma margem maior de tempo às perguntas do plenário. Quanto à minha visão, ela é a de um observador acadêmico, completamente independente em relação tanto ao Brasil como à África. Eu nem mesmo represento uma instituição e tenho analisado há um longo período, por interesse pessoal, as características dinâmicas da tendência desse relacionamento. Espero que o, podemos dizer, ponto de vista analiticamente "frio", que geralmente adoto em meus escritos, não seja interpretado como distanciamento ou indiferença. Talvez possa dizer, com humor, que seja a sina de minha herança étnica germânica. Mas este é outro estereótipo étnico que talvez devamos evitar. Vejo muitas coisas positivas, possíveis, no relacionamento Brasil-África e eu gostaria de que fossem bem sucedidas. Conforme outros declararam, inclusive o Prof. Hélio Jaguaribe, seria uma prática salutar a identificação e a análise de diferenças e de problemas de forma clara, de maneira a facilitar uma maior cooperação em áreas em que isso seja possível e a evitar áreas nas quais apenas resulte irritação ou atritos. A minha tendência é no sentido de enfatizar o aspecto brasileiro, com o qual estou mais familiarizado, considerando mais o que está por vir.

Conforme declarei aqui mais de uma vez, o progresso das relações Brasil-África tem sido notável e impressionante, quando visto contra os padrões de relacionamento entre países em desenvolvimento. O Brasil ganhou aceitação entre uma ampla variedade de tipos de governos na África e, por assim dizer, subsistiu, resistiu ao período de

isolamento ou represálias, devido a sua posição colonialista pró-Portugal, que o prejudicou até cinco anos atrás. As relações passaram, na realidade, da fase de declarações à fase da ação, de impulsos ocasionais, sortidos a uma firme ampliação. Pela perspectiva africana atual, o Brasil deve produzir, deve responder com mercadorias, deve completar o relacionamento de forma satisfatória. De parte do Brasil, na atenção dada à África, que se diz ser um investimento a longo prazo, uma vez que é subsidiado de forma tão intensa pelo Governo, ele deve também arcar eventualmente com sua carga, que deve ser de interesse concreto para o país.

Os dois lados, a esta altura, necessitam, e eu acredito que estejam atingindo, de uma consciência do que a outra parte pode acrescentar ou não ao relacionamento. O diálogo ampliado que estamos desenvolvendo aqui, numa atmosfera de franqueza e que tem se mantido num sentido mais amplo nos últimos dois anos, é parte desse processo de aprendizagem. Até agora, ótimo. O clima emergente, de realismo, é um bom sinal. E eu afirmaria, ao contrário do que disseram alguns anteriormente, que a diplomacia brasileira, o diálogo brasileiro atual é muito diferente do de dez ou vinte anos atrás. Penso que aqueles que, por alguma razão, têm um saudosismo da política africana de Jânio ou de Jango, não compreendem realmente a que ponto aquela política era terrivelmente frágil. Acho que aqueles que mantêm esse saudosismo deveriam ler as memórias do Embaixador Raymundo Souza Dantas, *África Difícil*, e a falta de apoio que ele sofria de parte do Governo brasileiro para levar a cabo suas excelentes idéias e tentar uma aproximação entre o Brasil e Gana, durante o período de Jânio e Jango.

A situação, atualmente, é bem diferente e muito mais substancial. Os dois lados têm demonstrado claramente um desejo político de aprofundar e alargar áreas de cooperação e de enfatizar a área econômica, inclusive a transferência de tecnologia. No presente, acredito, e talvez seja heresia di-

zê-lo, o relacionamento é limitado ou será prejudicado ou moldado, talvez, principalmente pelos recursos de que cada lado dispõe face a outras relações que mantêm.

As considerações políticas, em grande parte multilaterais, como a política para a África do Sul, para o Atlântico Sul, são interessantes, mas eu as taxaria de secundárias. Eu o afirmo porque, a despeito do simbolismo de sua postura quanto à validade moral de suas posições, as influências reais do Brasil naquilo que ocorre na África são por demais diminutas. Tampouco o Brasil parece disposto a exercer um papel político na África. As nações africanas cortejam os votos do Brasil, como fazem os árabes em relação à questão israelense. No entanto, o impacto do Brasil, o impacto do que o Brasil diz ou faz é muito limitado na África ou no Oriente Médio. As nações africanas estão profundamente interessadas em mudar o comportamento das nações que são os principais fatores de mudanças na África — aquelas potências com um certo impacto político no continente, particularmente as grandes potências e Cuba. Já não é provável que o Brasil venha realmente a ajudar a resolver a questão da África do Sul, não mais provável do que os países africanos possam ajudar o Brasil com algum interesse vital na América do Sul. Queiram observar que estou falando de resultados práticos. Se discutirmos o peso moral ou os valores de posições políticas em termos de princípios, isto é um outro problema em que o peso do Brasil pode ser sentido. Sustento que tomar uma posição numa questão como a da Namíbia é muito diferente de exercer uma influência nessa questão.

Um outro aspecto relacionado com considerações políticas que eu gostaria de citar é o do processo mais amplo, que começa agora a ocorrer, da troca de pontos de vista entre o Brasil e a África, sobre questões políticas, a qual não é a mesma coisa que aceitar os pontos de vista do outro em política, de levá-los em consideração quando a política está sendo formada. Agora, no momento em que aquilo que os africanos ouvem do Brasil for levado em conside-

ração durante a elaboração da política africana e o que os brasileiros ouvem dos africanos no diálogo, então, naturalmente, teríamos entrado numa fase bem mais intensa de relacionamento. No momento, eu não disponho de evidências de que isso esteja ocorrendo. Pode ser que esteja ocorrendo, mas a tendência, até onde se saiba, não se intensificou a esse ponto.

Um item político, penso, que deveria ser referido, tem-nos servido, algumas vezes, de instrumento algo polêmico neste Seminário — a questão racial, aqui no Brasil. É algo que eu, como estrangeiro e como branco, tento compreender há muitos anos, porque admiro o ideal de convivência racial no Brasil. E tenho conversado com um grande número de pessoas de muitas nacionalidades sobre o assunto, procurando alcançar uma visão mais clara. As relações raciais, até recentemente, eram oficialmente ignoradas como, diria, objeto de discussão séria e realista. Mas elas têm o potencial para se tornarem um problema significativo.

A negligência para com o problema, de forma global, por parte dos brasileiros encarregados do relacionamento com africanos, dentro e fora do Governo, teria que causar um aumento de atritos, na medida em que um número crescente de africanos vinham ao Brasil e vivenciavam por si próprios a realidade das relações raciais no país. Eu mesmo falei com uma série de negros norte-americanos que sofreram discriminação, uma forte discriminação aqui. Não descerei a exemplos, mas falei com muitos deles. Como o relacionamento entre Brasil e África está se tornando mais transnacional, cada vez mais indivíduos e interesses privados estão envolvidos. Ele não existe mais exclusivamente entre governos. Cheguei à conclusão, após conversar com muita gente sobre o assunto, que enquanto o Brasil desmistifica a transferência de tecnologia ele desmistifica seu sistema de relações raciais. Talvez de forma um tanto irônica, esta poderá ser uma área de futura influência africana no Brasil. Deixo isso como uma interrogação. O de que é necessário, como em meu próprio país de uma outra

forma, é um esforço continuado para compreender esse ideal, para dar-lhe vida e para retornar, então, às limitações impostas pelos recursos.

Toda a questão do sistema de subsídios governamentais encontra-se sob discussão no Brasil, e creio que continuará em discussão por algum tempo. Na medida em que os empreendimentos africanos estiverem subscreitos pelos subsídios, um corte nos mesmos prejudicará a abertura de novas áreas de cooperação. A transferência de tecnologia brasileira em serviços para a África poderia ser limitada por uma alta prioridade das necessidades locais, talvez em consequência da abertura política ou da prosperidade econômica. Do outro lado do oceano, a cooperação está limitada pela capacidade africana de pagamento, uma vez que a intervenção brasileira é definida, para que seja lucrativa, como um empreendimento comercial. Esta filosofia limita a disposição do Brasil na concessão de ajuda ou no envolvimento em projetos de natureza social, como faz Cuba. Por esta razão antecipo que a atividade mais intensa do Brasil na África se concentrará onde houver parceiros que ofereçam maior rentabilidade. Isso não é necessariamente exploratório, de modo algum, mas impõe um baixo grau de probabilidade para quantidades significativas de ajuda humanitária ou de relacionamento altruístico com os países pobres da África.

Outro ponto refere-se aos problemas gerais do auto-interesse nas relações internacionais. Aqui parece existir, implicitamente, a impressão de que, de certo modo, os países menos desenvolvidos são mais desprezados que os desenvolvidos. Como cidadão de um país desenvolvido que está tentando seriamente simpatizar-se, isto é, ter empatia e conhecer os sentimentos das populações dos países em desenvolvimento, eu não creio que seja essa a realidade. Acredito que os países em desenvolvimento têm menos condições de ser egoístas. Mas desconheço que haja mais generosidade entre países em desenvolvimento que entre o Norte e o Sul. Noutras palavras, os pobres

não são necessariamente mais virtuosos, assim como os ricos não são necessariamente mais felizes. Não coloco o fato como uma questão filosófica. Podemos vê-lo na vida diária. Assim é que temos que ver, à medida que passa o tempo, até que ponto, por exemplo, o Brasil, conforme observou o Prof. Akindele, está procurando assegurar uma transferência mais livre de tecnologia e participar de empreendimentos que não prometem lucro ou ganho imediato. A meu ver, esta será a medida das relações Sul-Sul em geral.

A política brasileira na África é atualmente bilateral, de forma intensa. Até que ponto o Brasil irá contribuir para solução das questões multilaterais que afetam a África? O Brasil procurará manter um perfil discreto, como tentei documentar e explicar em meu livro *Brasil's Multilateral Relations*? Qual será o efeito da abertura política sobre a política africana ou sobre a política externa do Brasil em geral? A política africana permanecerá tão relativamente fechada ou ganhará um maior interesse popular? Tornar-se-á parte do diálogo político sobre o Brasil? Ou esse diálogo se estenderá somente para salvar as relações do Brasil com seus principais parceiros, como os Estados Unidos ou a Alemanha Ocidental?

Acho que isso é importante face às características do Brasil como país do Primeiro e do Terceiro Mundo. Um governo mais populista poderia tender mais fortemente para o Terceiro Mundo, assim como para o movimento de libertação africano. Menciono isso apenas como uma hipótese. Aqui entramos na questão da política exterior como uma extensão da política interna, extensão esta que tem sido evitada no Brasil, mas que é muito difícil de ser contida num país democrático. Ela tem sido pouco estudada, não sabemos de muita coisa a seu respeito e impõe-se muita especulação nessa área. Considero, conforme vemos, que há um fluxo de informações mais intenso, em que alguns têm reclamado um intercâmbio maior. No entanto, é falta de realismo

esperar-se que alguém venha a usar as relações afro-brasileiras como uma espécie de catalisador da política interna brasileira. Isso não é tão importante, e, também, penso que prejudicaria alguma coisa boa, se fosse tentado. Acho que alguns que tentam fazê-lo são, conforme um diálogo que ouvi, "mais realistas do que o rei". Bem mais realistas do que o rei, se comparados com a posição oficial africana. Acho que esta constituiu parte do problema das tentativas de 61 e 64.

Eu gostaria de observar, ainda, que a questão de um "gap" entre os ideais internos e a prática internacional não é assunto isolado no Brasil ou no meu país. Uma parte da cruzada pelos direitos humanos, lançada pelos Estados Unidos na Administração Carter, por exemplo, ficou sem sentido, em termos de sociedade ou de culpa por parte do Governo, em razão das coisas que a CIA vinha fazendo ou fizera anteriormente. Um "gap" entre o que se prega e o que se pratica. Lembro, em benefício dos próprios brasileiros, que é fato bem conhecido que meu próprio país apresenta lacunas entre o que pregamos e o que praticamos, lacunas que tentamos fechar. O mesmo ocorre em outros países, na América Latina e noutros lugares.

O papel dos brasileiros será significativamente diferente do papel ou do estilo dos países desenvolvidos? Visto da capital de meu país, o Brasil apresenta muito maior capacidade de ação independente do que parecem acreditar muitos brasileiros. Há bem poucas pessoas nos Estados Unidos, posso garantir-lhes, de todas as posições políticas, que vêem o Brasil como gendarme, fantoche ou qualquer coisa que possa ser manipulada. E a maioria dos que assim pensam, aliás, têm o resto de sua visão política internacional igualmente distorcido. O Brasil continuará a querer afirmar-se na África. Vejo um grande potencial em suas relações, mais positivo do que negativo. Devemos ter em mente que, à medida que as interações intensivas se desenvolverem, o número de divergências, de pequenos problemas, de irrisação, também se desenvolverá. Mas espero

que as pequenas pressões dessa irritação, os mal-entendidos, não obscureçam o valor, os

benefícios mútuos até aqui evidenciados no relacionamento.

---

## ALOCUÇÃO

Neiva Moreira

Jornalista. Diretor de *Cadernos do Terceiro Mundo*.

---

Quero, em primeiro lugar, dizer ao Sr. Ministro Marcos Azambuja que a dissertação que ouvi hoje a respeito das relações Brasil-África e a de ontem, do Embaixador Paulo Tarso, me deixaram uma reconfortante impressão. Foram brilhantes, didáticas, embora com um certo grau de ascetismo, que é uma marca da profissão. E me deu mais uma segurança: a de que, no dia em que o poder político no Brasil se orientar em outro sentido, uma nova política será muito bem implantada.

Queria, porém, chamar a atenção para um detalhe que me parece importante e, que, em certo sentido, o Prof. Akindele antecipou. É que nem sempre as informações diplomáticas expressam adequada e corretamente o que se passa.

Sou um político, mas sou, fundamentalmente, um jornalista, e como tal ando muito. Aproveitei os tempos em que estive compulsoriamente fora, conversando, investigando e trabalhando e não tenho uma visão tão otimista das repercussões do relacionamento comercial brasileiro no exterior. Mais ainda: me preocupa, como preocupou ao representante nigeriano, o fato de que estejamos hoje acumulando tensões que amanhã poderão ser extremamente negativas para o relacionamento real, histórico, permanente entre o Brasil e a África.

Recordo-me do que me dizia o Presidente Samora, de que o que une brasileiros e

moçambicanos é terem opressores comuns. Isso sim, não o fato de a língua ser comum; a língua não é objeto de unidade, ela pode inclusive ser objeto de divisão. E veja bem, é o homem que está hoje implantando o ensino de português em Moçambique, que o colonizador ensinou para dividir o país e que os colonizados, que são hoje os donos do seu país, ensinam-na para uni-lo.

Por fim, quero fazer uma observação aqui ao professor norte-americano. Ele nos deu uma visão que, no fundo, é uma visão tecnocrata, com segmentos mal conectados, alguns dos quais podem, inclusive, produzir curto-circuitos, se forem conectados. E é evidente que uma visão desse tipo teria que concluir que o Governo de João Goulart foi retórico. Foi, na realidade, um momento profundamente conturbado da vida brasileira, com os correligionários de V. Excia., Sr. Professor, conspirando contra esse país em cada metro quadrado e a esquadra norte-americana aqui ao largo para poder intervir, não no interesse dos brasileiros, mas no interesse do poder imperial dos EUA. Pois bem, naquele momento profundamente fecundo da vida brasileira que produziu muitos erros, erros que foram contemporâneos, erros que ainda se estendem até hoje, esse momento que o senhor considera retórico, foi visto na África com muito interesse.

---

## ALOCUÇÃO

Sílvio José Ferreira

Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco,  
Recife, Pernambuco.

---

Antes de mais nada, gostaria de parabenizar não só o Sr. Ministro, pela lucidez, ponderação, comedimento, sagacidade de suas observações, mas também os demais painelistas. Algumas coisas me chamaram bastante a atenção. Primeiramente, o problema da linguagem a que o Ministro fez referência, assim como o fez o político e jornalista Neiva Moreira. Acredito que pode ser ilusão pensarmos que, por conta de haver uma língua comum entre os brasileiros e os africanos dos países de língua portuguesa, nossa aproximação seria facilitada. Pois, apesar de a língua ser comum, os africanos de língua portuguesa, no momento, não expressam uma compreensão comum da realidade sócio-política não só da África mas do mundo. Então, tomar a linguagem comum como uma linguagem de aproximação, penso ser uma mera ilusão ou então um artifício ideológico de aproximações políticas falaciosas.

A segunda observação que eu gostaria de fazer — e aqui posso cair num lugar-comum — refere-se ao fato de que o negro, na sociedade brasileira, não ocupa as posições altas na pirâmide social ou na pirâmide intelectual. Até pouco tempo atrás, participei de um seminário de tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco, no qual se fez presente o General Meira Mattos; como muitas críticas são feitas ao fato de que não há generais no Exército e como nunca vi um general do Exército responder a essas críticas, achei por bem, na oportunidade, fazer essa pergunta diretamente a ele. Da mesma forma, quero fazer diretamente ao Ministro Marcos Azambuja.

O africano, de modo geral, reclama de que não há uma presença brasileira negra no estabelecimento das relações com a

África. A princípio, esse reclamo poderia engrandecer o afro-brasileiro, mas, de certa forma, pode também diminuir-lo, porque não devemos ter uma elite intelectual brasileira negra apenas na África, devemos tê-la em qualquer lugar do mundo, em países não só negros, mas em países nórdicos, eslavos etc. Botar única e exclusivamente um negro para manter um contato de relação e aproximação com a África, enriquece, em parte, diante do quadro atual em que se encontra o negro na sociedade brasileira, mas por outro lado também diminui. De qualquer maneira, como não há negros participando nessa aproximação com a África, por que não abrir as portas, no momento em que o Brasil tenta se reaproximar, ou se aproximar da África, para que a elite negra brasileira possa estabelecer essa relação aproximativa.

Uma última observação, refere-se ao fato de o Ministro ter dito que não se faz muito necessário pensarmos em por que o Brasil não se aproximou da África durante esses quase 400 anos e agora se aproxima. Ora, eu acho isso muito significativo, e de modo algum podemos deixar de lado, por que certo observador já muito sagazmente disse que um povo que não conhece suas raízes históricas, que não conhece seu passado, é o mesmo que uma árvore sem raiz. E se quisermos estabelecer relações concretas e politicamente maduras, com países africanos ou qualquer outro país do mundo, temos que conhecer nossas relações históricas com esse país. Então, essa lacuna tem uma explicação que merece ser levada em consideração, para que nós possamos estabelecer relações sólidas. Tendo conhecido o nosso passado, poderemos estabelecer firmeza nas nossas relações futuras, ter mais

---

## ALOCUÇÃO

J. Montserrat Filho

Jornalista. Consultor do  
Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA.

---

O realismo político, em diplomacia e em política internacional, me parece, tem duas linhas que precisam ser observadas. A primeira é a que eu chamaria de circunstancial. A outra linha, junto com essa, é a da pesquisa ou percepção das tendências inexoráveis, aquelas tendências que, mais tarde ou mais cedo, se imporão. Acho que esse tipo de visão surge agora também com relação ao problema mais grave da África, que é o problema do combate ao *apartheid*, e a posição do Brasil é de uma ambigüidade tal, que eu perguntaria até que ponto ela nos favorece. Ora, não existe um único argumento jurídico e ético que nos faça sustentar um embaixador sul-africano em Brasília, neste momento, assim como uma representação, embora muito reduzida, em Pretória. Então, estamos diante de uma ambigüidade que precisa ser examinada seriamente. Tenho certeza que, se fizéssemos aqui um plebiscito, todos nós votaríamos imediatamente pelo rompimento de relações diplomáticas com a África do Sul, pois, evidentemente, ninguém teria a coragem, ninguém teria motivo algum para

deixar para amanhã uma providência dessas; como acabou de dizer, há pouco, a Prof.<sup>a</sup> Maria Regina, esse problema afeta, cada vez mais, a sociedade brasileira. E essa providência, do ponto de vista da África, mais especialmente do de Angola, Moçambique, Zâmbia, Zimbábue, países com os quais temos desenvolvido cada vez mais amplas relações, seria muito útil para eles. Seria uma atitude brasileira muito bem recebida na parte mais conflagrada da África, uma atitude de firmeza que poderia, inclusive, riscar do mapa esses resquícios naturais e lógicos e com raízes históricas que examinamos aqui e que são os da desconfiança que ainda, embora bem menos, reina sobre a atitude do Brasil na África. Afinal, essa ambigüidade não encontra sustentação sequer nas próprias palavras do nosso Ministro Saraiva Guerreiro e do nosso presidente da República. Se se leu na imprensa a mensagem que o Brasil mandou à reunião de Paris sobre as sanções à África do Sul, não se entende como é que ela se coaduna com a presença de um embaixador da África do Sul em Brasília.

---

## RELAÇÕES BRASIL—ÁFRICA: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

José Maria Nunes Pereira

Vice-Diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA. Professor de Relações Internacionais do Terceiro Mundo, das Faculdades Candido Mendes.

---

### Introdução

Esta comunicação tem um objetivo muito limitado: traçar um breve perfil das relações do Brasil com a África nestas duas

últimas décadas. Estas relações tiveram uma evolução motivada por mudanças no campo africano e internacional e por transformações internas da realidade brasileira, que produziram algumas alterações na for-

mulação da política externa do Brasil. Em largos traços, examinaremos as mudanças no campo africano e, depois, as transformações no lado brasileiro.

### A África dos 80: obstáculos e triunfos

Após vinte anos da independência política da maior parte dos países do continente, a África ainda tem como principais problemas aqueles herdados do colonialismo. A maior penetração do capitalismo no campo, voltando-se para a intensificação de uma agricultura de exportação, teve como resultado mais grave o *deficit* crônico de alimentos<sup>1</sup>, agravado por secas freqüentes e por uma desertificação abrangendo áreas cada vez maiores. Tal fenômeno foi acompanhado de um aumento extraordinário do êxodo rural, com a conseqüente inchação das cidades, o desemprego e a emigração para países africanos litorâneos mais favoráveis ou para a Europa. O incipiente processo de industrialização em alguns países africanos, sobretudo de base mineira, não absorveu quantidades apreciáveis de mão-de-obra. Dos 31 PMA — países menos avançados (LDC — *Less Developed Countries*), 21 são africanos, situação que contribui para um aumento da dependência em relação aos países de capitalismo central e para uma crescente deterioração dos termos de troca, agravada pela crise geral do capitalismo e pelo aumento dos preços do petróleo, que atinge a maior parte dos países africanos.

Outra herança do colonialismo é o caráter artificial dos novos Estados africanos. Artificial por três razões: a) traçado colonial das fronteiras, que resultou na balkanização do continente e na árdua tarefa dos Estados de precederem, de terem que criar, a nova nação; b) a quase constante antinomia entre o poder moderno, centrípeto, centralizador, e o poder tradicional, centrífugo, de caráter regional/tribal, portanto, descentralizador; c) o choque político e cultural que dificultou aos dirigentes africanos o controle de novos instrumentos polí-

ticos como o Estado moderno, a utilização do partido político e de outros aparelhos ideológicos como a escola, meios de comunicação de massa etc., dificuldade traduzida, na maior parte dos casos, num comportamento neocolonial de mimetismo europeu.

A todos esses fenômenos há que acrescentar a fragilidade não só das classes sociais modernas africanas, bem como das tradicionais, que perderam peso político e econômico com o colonialismo e perdem mais agora com a penetração capitalista no campo, hoje maior do que no tempo do colonialismo. Note-se igualmente o esgotamento da validade das ideologias políticas organizadoras da luta anticolonial: a negritude e o socialismo africano. A ideologia reinante passa a ser o desenvolvimentismo, de caráter consumista, privilegiando as camadas urbanas. Ressalve-se, no entanto, que há uma procura por novos modelos de desenvolvimento social que possam levar à diminuição dos laços de dependência. Estão sendo feitas tentativas de implementar um pan-africanismo adequado às condições regionais, como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental — CEDEAO e a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral. Nessa busca de autonomia crescente, a África procura também diversificar seus parceiros de comércio e investimentos, de modo a negociar a sua dependência com as ex-metrópoles. É nessa perspectiva que a África se volta para os países industrializados do Terceiro Mundo, onde o Brasil é um dos parceiros privilegiados, por razões que enumeraremos mais adiante.

Outro fator desvantajoso para o desenvolvimento favorável do continente africano foi a permanência de um colonialismo tardio numa região-chave da África, a África Austral, bem como a manutenção do poder branco na África do Sul, Namíbia e Rodésia, sendo a primeira o pólo mais desenvolvido do capitalismo na África. Os efeitos resultantes das independências de Angola, Moçambique e Zimbábue ainda não se fizeram sentir de modo substantivo,



Dois esses países ainda estão numa fase de consolidação do novo poder, ainda contestado pela guerrilha e invasões sul-africanas em Angola, por pressões e dependências em Moçambique, e, no Zimbábwe, devido ao processo de transição por que passa.

No entanto, existem triunfos substanciais que têm permitido à África aumentar o seu peso relativo no cenário internacional. A libertação das colónias portuguesas e do Zimbábwe, a partir dos meados da década de 70, com transformações profundas em curso em cada um desses países, mudou o quadro político da África Austral e, mesmo, do continente, contribuindo para o isolamento do bastião racista da África do Sul. A intervenção cubana em Angola, em 1975, ajudando a rechaçar a invasão sul-africana e zairense e, em consequência, apoiando o Governo do MPLA, e a intervenção cubano-soviética na Etiópia contra a invasão de Ogaden pela Somália, em 1977 — numa área estratégica como é o Chifre da África —, fizeram com que o continente africano não mais ficasse sob a influência praticamente exclusiva do Ocidente. Se é certo que esses fatos trouxeram, de modo mais direto, a guerra fria para a África, que se tornou palco de disputa das duas superpotências, também deve ser considerado que isso deu maior poder de barganha aos africanos. Até então, só os países capitalistas intervínham na África em favor dos seus próprios interesses. A intervenção cubana em Angola, em favor dos legítimos interesses africanos, constituiu-se numa virada histórica.<sup>2</sup>

Entre outros triunfos africanos na luta pelo desenvolvimento social e por um maior poder de negociação a nível internacional, salientamos: a) o fortalecimento dos países petrolíferos e sua posição combativa no seio da OPEP, como Líbia, Argélia e Nigéria; b) os recursos minerais africanos — estratégicos para a manutenção do poder industrial do Ocidente Europeu —, que no futuro serão, possivelmente, o mais forte instrumento de barganha política e económica dos países africanos face aos países industrializados do Norte; c) o reforço

dado pela África aos países não-alinhados e ao Grupo dos 77, todos empenhados em romper a oligarquia mundial de poder dos países industrializados do Norte e em propor uma nova ordem económica internacional. Acrescem no quadro político africano fatores positivos tais como as quedas recentes das ditaduras mais sanguinárias — como a de Idi Amin, em Uganda; Macias Nguema, na Guiné Equatorial; Jean Bedel Bokassa, na República Centro-Africana — e, por outro lado, a consolidação ou o surgimento de governos socializantes ou engajados num capitalismo de Estado onde a maior participação e benefícios do povo são um fato a considerar.

Este é o quadro geral, traçado de forma algo impressionista, é verdade, mas que pensamos reflita a realidade africana de hoje, com a qual o Brasil tem intensificado as suas relações.

#### **Política externa brasileira: autonomia na dependência**

Como vimos, no contexto atual africano é relevante a procura de diversificação de parceiros comerciais e de investimentos, de modo a melhorar a sua posição de negociação face às ex-metrópoles e aos outros centros do capitalismo internacional. O Brasil, por várias razões a serem apontadas adiante, é um dos novos parceiros favoritos da África.

Nestas duas últimas décadas, o Brasil sofreu modificações políticas e económicas que acompanharam dois tipos de regime: o populismo, dos governos Kubitschek, Quadros e Goulart, e o de ditadura militar, a partir do golpe militar de 1964. A estes dois tipos, deve-se acrescentar a situação de transição do regime atual, após a liberalização — abertura política — iniciada com a extinção do Ato Institucional n.º 5, no final do Governo Geisel, em 1978.

Desde o Governo Kubitschek (1956—1961) até o atual, as transformações sofridas pelo Brasil não mudaram, no essencial, a sua estrutura de país subdesenvolvido,

mas operou-se nele uma intensa industrialização, através de um processo de maior internacionalização e extroversão da sua economia e um aumento considerável da desigualdade de distribuição de renda. Além do controle de amplos setores da economia pelas empresas transnacionais, operou-se um crescimento substantivo de empresas estatais e para-estatais, que vêm tendo uma influência sensível na política interna e externa do país.<sup>3</sup>

Após 1964, ocorreu também uma "militarização" na formulação da política internacional do Brasil, pela submissão desta à doutrina de "segurança nacional", elaborada pela Escola Superior de Guerra. Do lema desta doutrina, "Segurança e Desenvolvimento", a primeira dessas duas exigências — segurança — dominou a política externa brasileira até o final do Governo Medici (1969-1974).

Para compreender a política externa dos últimos anos, sobretudo aquela iniciada com o Governo Geisel (1974-1979) e denominada de "ecumênica, pragmática e responsável", é necessário levar em consideração a evolução do modelo de desenvolvimento capitalista implantado no Brasil. Esse modelo, voltado para a exportação — inclusive de manufaturados —, procura mercados no Terceiro Mundo, já que a crise mundial produziu um elevado protecionismo alfandegário nos países do Norte. No entanto, não podemos considerar a política externa brasileira somente pelo seu caráter mercantilista, que procura equilibrar tanto quanto possível o balanço de pagamentos, tarefa dificultada pela elevação constante e dos encargos da dívida externa. O alvo da política internacional do Brasil está mais além. Ela visa renegociar a sua dependência com os centros do capitalismo mundial, a fim de exercer uma maior autonomia, mesmo que no quadro geral dessa dependência das transnacionais — de tecnologia e de investimentos. O Brasil pretende, pois, alcançar um nível mais elevado de inserção no contexto internacional. Para atingir esse alvo, ele eliminou todo e qualquer tipo de alinhamento automático com os Estados Unidos —

assumindo inclusive posições contrárias aos interesses norte-americanos —, procurou novos parceiros não só econômicos como políticos (Europa e Japão) e se pautou por um alinhamento com algumas posições do Terceiro Mundo. Isto tudo para tentar quebrar a rigidez das relações Norte-Sul, proibitivas, no estado atual, de proporcionar ao Brasil um ascenso ao mundo desenvolvido. É no estreitamento das relações Sul-Sul — em que a África tem lugar de destaque — que o Brasil intenta criar alternativas para a reprodução ampliada do capitalismo no Brasil como forma de diminuir a sua dependência das matrizes do capitalismo mundial.<sup>4</sup>

### O Brasil entre o Primeiro e o Terceiro Mundo

Estrutural e historicamente pertencente ao Terceiro Mundo, o Brasil é apresentado como candidato à ascensão ao Primeiro Mundo, entendido como o bloco das nações capitalistas desenvolvidas. Esta dicotomia ou ambivalência da posição brasileira tem sido explorada pelo Fundo Monetário Internacional, que pretende "graduar" o Brasil, colocando-o entre os NIC — *Newly Industrialized Countries* —, e desta forma negar-lhe os direitos a financiamentos especiais do Banco Mundial. O Governo brasileiro reage negativamente a esta pretensão. Ronaldo Sardenberg, um dos diplomatas da assessoria especial do atual chanceler brasileiro, apresenta da seguinte forma a posição brasileira: "(...) quanto à hipotética opção que deveria o Brasil fazer entre o mundo ocidental e o Terceiro Mundo, hoje aceita-se, com naturalidade, que tanto a dimensão ocidental quanto a terceiro-mundista fazem parte do nosso perfil externo. Uma opção entre elas seria na verdade um empobrecimento voluntário, pois ambas estão presentes na formação da nacionalidade brasileira, em nossa infra-estrutura econômica, em nossas tradições e expectativas culturais e nas premissas do nosso processo político. Temos que assumir, política e culturalmen-

te, o fato de estarmos inseridos em dois universos distintos e, até certo ponto, contraditórios. Devemos aceitar as tensões que esta situação invariavelmente implica e aproveitar criativamente as oportunidades que enseja. Devemos assumir também o fato de que, embora tenhamos uma 'herança ocidental', não integramos o Primeiro Mundo."<sup>5</sup>

### Relações do Brasil com a África: uma quase continuidade

As relações do Brasil com o continente africano, especialmente a África subsaariana, datam quase da formação do nosso Estado e foram marcadas, durante quase quatro séculos, pelo tráfico escravo. Cerca de quatro milhões de africanos povoaram o Brasil e, através dos seus descendentes, fizeram dele o segundo país do mundo em população negra (preta e mestiça), logo após a Nigéria. As relações entre o Brasil e a África, do séc. XVI até ao séc. XIX, tiveram no tráfico escravo o seu eixo principal, mas envolveram outros fenômenos que marcaram a história dessas relações. Entre esses fenômenos estão o comércio — Bahia—Lagos, sobretudo — que envolvia a troca de produtos brasileiros (fumo de corda, aguardente de cana e, segundo alguns, contrabando de ouro) por produtos africanos (sobretudo os relacionados com os cultos afro-brasileiros) e o retorno de ex-escravos, com seus descendentes, à costa ocidental africana, especialmente para o Daomé (atual Benin), Togo, Nigéria e Gana.<sup>6</sup> Brasileiros rebeldes ao jugo português foram degredados para Angola, que mantinha laços comerciais, culturais e até políticos mais estreitos com o Brasil do que com a metrópole portuguesa.<sup>7</sup>

Os africanos não foram responsáveis somente pelo povoamento do território brasileiro e pela mão-de-obra servil. Eles plasmaram decisivamente a nossa formação social pela herança cultural, que, ao longo dos séculos, foi mantida e recriada, numa dialética da preservação—renovação. Esse acervo

cultural, matriz mais importante da cultura popular brasileira e símbolo da unidade nacional, é freqüentemente relegada pela ideologia dominante ao folclore: cama, cozinha e terreiro, isto é: sexo, culinária e "superstições" (as religiões afro-brasileiras). Estas religiões são hoje mais pujantes nas grandes cidades brasileiras, como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo — do que na maior parte das capitais africanas.

Além da herança cultural, os africanos e seus descendentes foram os responsáveis pela implantação, ou adequação aos trópicos, da maior parte do que veio a compor a tecnologia pré-capitalista brasileira, como na mineração, medicina, nutrição e agricultura.<sup>8</sup> Contribuíram significativamente para moldar o linguajar brasileiro (cheio de vocábulos quimbundo e iorubá) e o seu modo de expressão e de sentir. Constituíram a principal matriz da nacionalidade brasileira através de lutas urbanas e rurais. Entre estas últimas destacam-se os quilombos (antagônicos e paralelos ao poder escravocrata colonial), que cruzaram todo o espaço e tempo histórico brasileiros. Nessas lutas, os africanos e seus descendentes assumiam o papel do povo, do nacional, contra o ocupante estrangeiro, o português.

Os não-brancos sempre foram maioria no Brasil. O censo de 1872 indicava 61,86% de pretos e mestiços, porcentagem que diminuiu depois da forte imigração européia, abarcando de 1884 a 1940, que fez entrar no Brasil 4.177.286 europeus, número maior que o dos africanos entrados no país durante os quatro séculos de tráfico escravo.<sup>9</sup> (Ressalte-se, contudo, que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada em 1976, apresentava uma população branca de somente 41,9%.) Da abolição da escravatura transitou-se para a marginalização do negro na nova sociedade capitalista emergente. O pretexto foi o da incapacidade que teria o ex-escravo em adaptar-se às formas capitalistas de produção, como a do café, em São Paulo. Ora, há de salientar-se que a abolição libertou meia centena de milhar de escravos; os restantes já estavam submetidos ao trabalho assala-

riado ou a outras formas de subsistência. O que se pretendia era a "arianização" do Brasil. Várias leis impediam a entrada de negros no país após a Abolição, chegando o Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945, a estabelecer no artigo 2.º: "Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional".<sup>10</sup> Vale lembrar que a guerra do Brasil com o Paraguai (1864-1870) teve como consequência a morte de muitas centenas de milhares de negros, que constituíam o grosso das tropas brasileiras.<sup>11</sup>

Em síntese, as relações do Brasil com a África, no passado, foram intensas e predatórias para o lado africano. A interação comercial e cultural, durante e depois do período do tráfico, só se apagou com a conquista da costa ocidental africana pelo colonialismo europeu, no final do séc. XIX. Foram cerca de 70 anos de isolamento que provocaram o fortalecimento, no Brasil, da ideologia do "branqueamento" ou "arianização" e, em consequência, da ideologia da latinidade. Na verdade, o Brasil é tão ou mais africano que latino. Pertence à América afro-latina.

A partir dos meados do séc. XX, após este interregno forçado, as relações do Brasil com a África serão retomadas em outros termos.

### A abertura brasileira para a África (1960-1964)

Antes da independência, os países africanos eram massa-de-manobra das suas metrópoles européias no campo das relações internacionais, valorizando, pelo seu peso específico ou posição estratégica, o potencial diplomático e político das potências que os dominaram. Nas relações do Brasil com Portugal, as colônias portuguesas foram objeto de barganha política e comercial, sobretudo no período anterior ao Go-

verno Jânio Quadros (1961) e após o golpe militar de 1964.

### A ideologia do luso-tropicalismo

O período de 1960-1964 correspondeu, no Brasil, ao último ano do Governo Kubitschek, aos sete meses do Governo Quadros (fevereiro-agosto de 1961) e, o restante, à Administração Goulart (setembro de 1961 a março de 1964).

O Presidente Kubitschek herdou, com entusiasmo, o Tratado de Amizade e Consulta estabelecido entre Portugal e Brasil, a 16 de novembro de 1953. Esse tratado deu lugar à Comunidade Luso-Brasileira, que beneficiava quase exclusivamente os interesses coloniais de Portugal e dos seus emigrantes residentes no Brasil. A política de Kubitschek — voltada para um espírito peticionário e de alinhamento conjunto da América Latina com os Estados Unidos, através da Operação Pan-americana — em relação à África foi, em geral, marcada por uma atitude de alheamento do processo de independência que se desenvolvia naquele continente. Chegou até a votar, na ONU, ao lado da França, contra a independência da Argélia. Mais do que isso, deu um apoio desregrado ao colonialismo português. Já no Governo Vargas, o Embaixador João Neves da Fontoura esclarecia candidamente que "a política com Portugal não chega a ser uma política; é um ato de família". O próprio Presidente Kubitschek teria declarado mais tarde em Lisboa, em 1963: "Mesmo quando fui presidente da República, nunca fiz distinção entre a política externa do Brasil e a política externa de Portugal." É nessa época que floresce a ideologia do luso-tropicalismo, tornada manual de doutrina para uso internacional pelo governo português e usada como pretensa legitimação ideológica do seu colonialismo.

O luso-tropicalismo, em síntese, pretende apresentar o português como um povo de muita mistura étnica e tendo uma vocação irrestrita para os trópicos, onde teria criado uma civilização mestiça, com tro-

cas horizontais de aportes culturais, e onde não haveria lugar para o racismo.

Note-se, portanto, que não só os governos militares pós-64 (até o Governo Geisell) contrariaram os interesses de povos africanos e brasileiros. O Governo democrático de Kubitschek assistiu à independência de 17 países africanos, em 1960, sem fazer um só gesto de aproximação. Procurou penetrar na África pela porta dos fundos das colônias portuguesas, enquanto pretendia exportar para a Europa através de Lisboa.

### Populismo e abertura

A atuação de Jânio Quadros no cenário internacional ficou conhecida como "política externa independente", na qual o Presidente Quadros colocava o Brasil como uma ponte entre o Ocidente e o Terceiro Mundo, já que pertencia, segundo ele, aos dois mundos.

No que toca à África, a política janista se constitui numa virada em relação à do seu antecessor. Abriu algumas embaixadas em países representativos da África, criou o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, implementou uma política de concessão de bolsas a estudantes africanos e, especialmente, mudou a posição brasileira em relação ao colonialismo português. A mudança não se constituiu em ruptura completa, pois o chanceler brasileiro, Afonso Arinos, limitou-se a uma abstenção numa votação, na ONU, que envolvia forte condenação à atuação de Portugal na África, por ocasião do início da luta de independência de Angola.

O primeiro e único voto favorável a Angola iria dar-se no Governo Goulart, tendo San Thiago Dantas como chanceler. Os problemas graves de política interna de Goulart não permitiram maiores avanços na política africana do Brasil, embora a política externa brasileira da época se pautasse pelo lema "Desenvolvimento, Desarmamento e Descolonização". Os adversários de uma aproximação maior com a África livre argumentavam que nada tínhamos a

comerciar com a África, já que as economias dos dois lados eram competitivas e não complementares. Ao mesmo tempo, o forte lobby dos imigrantes portugueses no Brasil pressionava contra a política de apoio à África.

### A política africana dos governos militares

A política externa brasileira, após o golpe militar de 1964, ajustou-se, como é natural, à nova correlação de forças internas e ao perfil político que foi imposto ao país. Houve uma ruptura com a tímida política terceiro-mundista dos Governos Quadros e Goulart, da qual resultou, de imediato, um afastamento da África livre e um realinhamento estreito com o colonialismo português. Essa política externa virá, no decorrer dos governos militares, a sofrer mudanças, às quais podemos fazer corresponder a fases, isto é, a ajustamentos necessários à evolução política e econômica do Brasil e a mudanças operadas nos campos africano e internacional.

Podemos considerar como primeira fase aquela que vai de 1964 até 1972; a segunda a partir da viagem do Chanceler Gibson Barboza à África, em outubro de 1972, até a derrubada do colonialismo português, quando começa a terceira fase, a atual, iniciada sob o signo do "ecumenismo pragmático e responsável".

Estas fases ou momentos não foram estanques, e muitas das orientações e dos objetivos perseguidos numa determinada fase provêm de períodos anteriores aos aqui estudados e prevalecem ainda atualmente. Por detrás dessas mudanças, por vezes marcantes, há uma linha contínua perseguida pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil que se mantém e que denota a preocupação básica dos governos brasileiros de procurarem "um lugar ao sol" no Ocidente capitalista. Nem sempre, porém, esse caminho para "um lugar ao sol" foi compreendido como tendo que passar por uma aproximação com o Tercei-

ro Mundo, em geral, e com a África, em particular.

### O eixo Brasília—Lisboa—Pretória

O eixo Brasília—Lisboa—Pretória é a síntese da política brasileira para a África durante a mencionada primeira fase.

No Governo Castello Branco (1964—1967), passam a prevalecer as concepções geo-estratégicas emanadas da Escola Superior de Guerra, as quais "dão uma prioridade absoluta à sua concepção de segurança, determinando uma dialética entre inimigo externo e inimigo interno, no quadro de uma concepção da defesa do Ocidente, herdada da guerra fria. Os militares reconhecem no Atlântico Sul uma das suas fronteiras prioritárias e visam estabelecer a constituição de um triângulo Brasília—Lisboa—Pretória, cuja base seria as colônias de Portugal."<sup>13</sup>

É dessa época a idéia do Tratado do Atlântico Sul, que reuniria Brasil, Argentina, Uruguai e África do Sul, a fim de preservar em mãos do Ocidente a rota do Cabo da Boa Esperança, por onde passa a maior parte do petróleo que alimenta os países ocidentais e que poderia vir a ser ameaçada pela União Soviética. A possibilidade desse pacto, mantida em expectativa latente por alguns setores militares mais radicais dos países do cone meridional sul-americano, tem sido contínua e vigorosamente desmentida pelos Governos Geisel e Figueiredo.

A convicção do atual Chanceler Saraiva Guerreiro é a de que "a área que se estende entre a África e a América Latina tem para nós importância óbvia, recebendo, por conseguinte, a nossa consideração atenta. Dentre todos os oceanos, o Atlântico Sul é o que revela menores índices de presença militar internacional. É hoje, como tem sido sempre, uma região pacífica, o que reflete, aliás, o caráter das nações em desenvolvimento que o margeiam. Esta é uma situação que deve ser preservada. O Brasil e os demais países em desenvolvimento ribeirinhos vêem o Atlântico Sul como área do

seu interesse primordial e direto e têm expressado o alto interesse de mantê-lo a salvo de tensões e confrontações internacionais, ressaltando o seu caráter de instrumento pacífico de intercâmbio e do desenvolvimento de nossos países."<sup>14</sup>

Voltando à análise da política africana do Governo Castello Branco, verificamos que este presidente alargou a antiga Comunidade Luso-Brasileira para uma mais ampla, abrangendo as colônias portuguesas: a Comunidade Luso-Afro-Brasileira. Entretanto, a África do Sul passa a ser o principal parceiro comercial do Brasil no continente africano. Inaugura-se uma linha de navegação aérea, que liga o Rio de Janeiro com Johannesburg, passando por Luanda. A Câmara de Comércio Luso-Brasileira incrementa os negócios com Angola e Moçambique, e, posteriormente, começam a afluir os investimentos sul-africanos na área da mineração. A Anglo-American Co. da África do Sul investiu, em 1975, através da sua subsidiária, a Anglo-American do Brasil, quatro milhões de rands na prospecção aurífera em Jacobina, nordeste da Bahia. Essa mesma companhia investiu na área de diamantes e manganês, e relativamente a este último minério associada à Bethlehem Steel. Outras companhias sul-africanas, como a Gold Fields of South Africa e a South African Breweries, investem no Brasil na área de mineração.<sup>15</sup>

A política com a África Negra, melhor dizendo, com a África independente, sofre um congelamento, apesar do envio de uma missão exploratória a países da costa ocidental africana, pelo Itamaraty, em 1965. Esse congelamento é sentido durante uma visita do presidente do Senegal, Léopold Senghor, em setembro de 1964, visita que caiu num vazio político. Nessa mesma época, são presos e expulsos do país representantes dos movimentos de independência das colônias portuguesas.

No entanto, se a África independente é vista com suspeição pelos militares, o mercado africano global passa gradativamente a ser olhado com maior interesse pelos empresários, desejosos de penetrar em países

importantes, como a Nigéria e os da África do Norte.

### Entre o "poder branco" e o "poder negro"

Durante o Governo Medici (1969–1974), o Chanceler Gibson Barboza empreendeu, em outubro-novembro de 1972, uma viagem por nove países da costa ocidental africana — Senegal, Costa do Marfim, Nigéria, Gana, Togo, Camarões, Zaire, Benin e Gabão — e, em fevereiro do ano seguinte, visitou o Quênia e o Egito. Tais visitas refletiram a tentativa brasileira de se conciliar com o "poder negro" sem perder o "poder branco" na África, isto é, tentar vender para os dois lados: a África independente e a África Austral, esta sob o domínio de minorias brancas. O Governo brasileiro tentou justificar perante os dirigentes africanos o apoio dado a Portugal, alegando laços afetivos e acenando com o possível papel de mediador que poderia vir a ter entre Lisboa e os movimentos nacionalistas. Se a viagem não obteve o êxito político desejado, constituiu um marco no rápido desenvolvimento das trocas comerciais entre o Brasil e a África. Em 1973 foi criada, em São Paulo, a Câmara de Comércio Afro-Brasileira, da qual, no mesmo ano, uma comitiva de 37 membros, cinco dos quais representando empresas estatais, percorreu nove países africanos.<sup>16</sup>

### A presença brasileira na África

Com o Governo Geisel (1974–1979) e sua política "ecumênica, pragmática e responsável", abriu-se uma nova fase das relações Brasil–África.

Esta nova fase, favorecida no seu início pela derrubada do colonialismo português, é caracterizada pelo apoio contínuo e enfático do Itamaraty a posições do interesse africano, tal como ele é entendido no seio da OUA (Organização da Unidade Africana): forte repúdio à política do *apartheid*

da África do Sul, condenação à ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul e propugnação da independência namíbia sob a égide da SWAPO — único movimento nacionalista da Namíbia reconhecido pela OUA e ONU —, defesa do direito à autodeterminação e independência do Saara Ocidental etc.

Essas posições foram precedidas pelo reconhecimento da independência unilateral da Guiné-Bissau (portanto, antes do seu reconhecimento por Portugal) e da independência de Angola, sob o Governo do MPLA. Este último reconhecimento — dos primeiros no mundo e o primeiro entre os países capitalistas — se constituiu no grande gesto político, na marca emblemática da nova posição do Brasil face à África, posição que até esse momento estava "à procura do tempo perdido". Essa atitude teve quase que imediatos dividendos políticos e econômicos, embora um alto dirigente moçambicano, Sérgio Vieira, viesse mais tarde a dizer, referindo-se ao apoio brasileiro ao colonialismo português, que "o passado não se esquece; assume-se".<sup>17</sup>

De 1972 a 1980, as exportações do Brasil para a África multiplicaram-se por 12,8, passando de 90,4 milhões de dólares para 1.154,2 milhões. As importações, no mesmo período, cresceram 7,3 vezes, passando de 153,0 milhões de dólares para 1.120,8 milhões de dólares. A parte das exportações para a África no total do comércio brasileiro passou de 2,3%, em 1972, para 4,5% em 1979.<sup>18</sup>

Dos produtos brasileiros exportados para a África, mais de 50% são manufaturados, indo de frigoríficos e caminhões a carros blindados e aviões militares.

Essas trocas, no entanto, estão concentradas em poucos países africanos, com destaque para os produtores de petróleo e a África do Sul. Até 1977, oito países compravam cerca de 80% dessas exportações brasileiras e cinco forneciam cerca de 94% das importações do Brasil provenientes da África.<sup>19</sup>

## Fatores positivos e negativos na cooperação com a África

A África constitui, hoje, na política externa do Brasil, a segunda prioridade, logo após a América Latina. Os africanos são considerados vizinhos do Brasil, embora não mais se use a expressão, tão a gosto de certos círculos amantes da geopolítica, de "nossa fronteira leste".

O Brasil tem relações diplomáticas com 40 dos 52 países africanos independentes. Mantém atualmente 18 embaixadas na África, e 12 países africanos têm embaixadas sediadas em Brasília.<sup>20</sup> Nos últimos cinco anos, cinco chefes de Estado africanos visitaram o Brasil,<sup>21</sup> contando-se por dezenas as missões africanas de nível ministerial que vieram ao Brasil assinar acordos de cooperação. Meia centena de empresas brasileiras operam na África, especialmente no ramo de engenharia e prestação de serviços técnicos. Cerca de 300 cooperantes brasileiros trabalham como professores e técnicos na África, com destaque para Moçambique. Mais de 400 bolsistas africanos estudam no Brasil em cursos técnicos e de graduação e pós-graduação universitária.

Essas indicações de caráter geral não significam que o Brasil tenha na África uma presença do mesmo porte de alguns dos países desenvolvidos. Indicam somente que a aproximação brasileira com o continente africano tem se intensificado nos últimos anos, e tudo leva a crer que, corrigidos alguns dos erros já cometidos, poderá vir a crescer muito mais e a constituir-se num caso notável de cooperação Sul-Sul.

Em recente conferência, o Ministro Marcos Castrioto Azambuja, chefe do Departamento de África, Ásia e Oceania do Itamaraty, definiu, em largos traços, os objetivos básicos do Brasil na África. Estes seriam: a) estabelecer uma relação fraterna que inspire confiança; b) estabelecer um conhecimento recíproco; c) desenvolver ao máximo as possibilidades de comércio; d) estabelecer com os africanos um diálogo constante que possa esclarecer todos os problemas em pauta (um exemplo: a ques-

tão do Atlântico Sul); e) estudar a África nos seus aspectos minerais, agropecuários etc.; f) incrementar a transferência de tecnologia. Segundo Azambuja, será através da sua ação na África, mais do que na América Latina, que o Brasil poderá "mudar de pátamar" como país. Os africanos não vêem no Brasil nenhuma ameaça, como poderia ocorrer na América Latina com os seus dez vizinhos territoriais, embora com eles o Brasil não tenha qualquer contencioso. Na África, acrescenta Azambuja, "só prometemos o que podemos fazer e o que nos é pedido; não impomos soluções".

Para além das posições oficiais dos dirigentes africanos — como tenho constatado através de inúmeras entrevistas realizadas —, há fatores que favorecem, que convergem para uma cooperação privilegiada entre o Brasil e os países africanos. O primeiro deles é de caráter histórico e cultural.

A África é uma das matrizes da formação da nacionalidade brasileira. Ela plasmou com tal força e permanência a sociedade brasileira que a sua marca não se limita a estar presente na população preta e mestiça, mas impregna quase toda a população branca, embora esta não reconheça o fenômeno ou queira minimizá-lo. A proximidade geográfica, especialmente com a costa atlântica africana, é outro fator importante, assim como a identidade lingüística com cinco países africanos de língua oficial portuguesa, ou "língua comum", como se diz no jargão diplomático. Essa identidade lingüística é herança do mesmo colonizador, outro fator de identidade, embora os processos coloniais tenham-se dado em tempo e condições diversos. A luta comum contra o subdesenvolvimento é outro laço de similitude. O tipo de tecnologia — tecnologia tropical — apreendida pelo Brasil nessa luta, é apontado como um trunfo na cooperação africano-brasileira.

No entanto, muitos são também os obstáculos que dificultam ou possam mesmo vir a impedir uma cooperação, que se pretende privilegiada. O tipo de modelo político e econômico ora vigente no Brasil é



um deles. Sobretudo na medida em que continue estabelecendo no campo comercial uma relação mais do tipo Norte-Sul do que Sul-Sul. Isto é: o Brasil tem, em larga medida, se limitado a comprar na África matérias-primas e procurado vender, sobretudo, produtos manufaturados. A expectativa africana, além de mais cooperação técnica e cultural, é a de que se formem *joint-ventures* para colaborarem na industrialização da África.<sup>22</sup> Outras barreiras sérias a vencer são as dificuldades de transporte, a competição dos países desenvolvidos, sobretudo as ex-metrópoles. Note-se, de passagem, que o comércio africano com o Brasil não vai muito além de 1% do comércio africano global. Problemas de financiamento são também obstáculos, não obstante a presença, em três capitais da África, do Banco do Brasil e do Banco Real, bem como a participação acionária brasileira no BIAO — Banque Internationale d'Afrique Occidentale —, com filial em 13 capitais africanas.

De todos os obstáculos apontados, aquele que, no meu entender, necessita ser superado mais rapidamente é o desconhecimento mútuo entre o Brasil e os países africanos. Apesar da intensificação havida nas relações com a África, não houve mudança sensível no sentido de procura, por parte da sociedade brasileira, de um conhecimento não europocêntrico e atualizado sobre o continente africano. Este continua não sendo estudado, de forma sistemática, em nenhum nível de ensino, e só ocupa lugar na imprensa quando nele ocorre algo de insólito (guerra, golpes de Estado etc.). Note-se que o único correspondente da imprensa brasileira na África está sediado na África do Sul. Os empresários brasileiros não estão devidamente informados sobre o processo político e cultural africano. Esse desconhecimento é diretamente proporcional à voracidade com que se lançam no mercado africano. Pensam que a imagem de Pelé, utilizada na sua propaganda, seja capaz de operar milagres.

## A questão racial brasileira

Sendo uma questão nacional a ser resolvida no interior da questão social brasileira, mas atendendo acuradamente à especificidade da sua contradição, a questão racial brasileira parecia estar fora de lugar neste texto. Não está. E não creio que o reconhecimento da sua existência sabote as relações com a África. O Brasil deve emparceirar-se com a África sem camuflagem e também sem se colocar na posição de réu. Os africanos têm problemas tão graves quanto os nossos. Dizia eu que a questão racial não está fora de lugar no tratamento das relações com a África. E isso não é só pensamento meu. Os acadêmicos, políticos, empresários e até diplomatas africanos têm-se mostrado frustrados com a não participação representativa de brasileiros negros nos escalões de decisão das relações com a África.

Técnicos, executivos e empresários brasileiros, ao lado de um relacionamento fácil com os africanos na África, deixam transbordar para eles um agressivo paternalismo — a forma clássica do racismo brasileiro. Reconhecem os africanos que nos visitam o elevado grau de convivência entre negros e brancos no Brasil. Não compreendem, porém, duas coisas: a manutenção do mito da democracia racial no Brasil e o constituir-se tabu as discussões sobre o assunto.

A primeira imagem que os africanos têm das desigualdades raciais no Brasil surge logo que eles desembarcam no aeroporto do Rio de Janeiro, sua porta de entrada habitual no país. Não vêem praticamente nenhum preto nos primeiros escalões de funcionários. Eles somente estão presentes nos trabalhos de conservação e limpeza. Mais tarde, nas reuniões ministeriais, eis que surge o preto: servindo o cafezinho de praxe. Um ou outro relações públicas negro, nas empresas exportadoras para a África, não muda a realidade apreendida de imediato pelo africano.

Como a "africanidade" do Brasil e a ausência de racismo têm sido parte integrante de destaque no discurso oficial brasileiro

para a África, mais uma razão para o problema ser tratado no estudo das relações africano-brasileiras.

### A sociedade civil e as relações com a África

A participação da sociedade civil na atual política externa brasileira tem sido bastante fraca, embora se possa afirmar que, no geral, essa política tenha um amplo apoio da opinião pública. Alguns dos novos partidos em formação após a abertura política dedicam somente algumas linhas dos seus programas às questões da política externa. A ação do Poder Legislativo é mínima, embora exista uma subcomissão para a Ásia dentro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados. Só agora começa a se estabelecer um diálogo entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica. No

entanto, só existem três centros de estudos africanos no Brasil: o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conjunto Universitário Candido Mendes, este uma entidade privada.

Há, nesse sentido da participação da sociedade civil na política externa, um longo caminho a percorrer. Como diz a socióloga Maria Regina Soares de Lima: "A diversidade e a complexidade da presença brasileira no exterior impõe a necessidade de um amplo debate, no interior da sociedade brasileira, sobre os rumos e o papel do Brasil no cenário internacional (...). Em última análise, a ampliação do espaço de debate é algo que terá de ser conquistado pela própria sociedade."<sup>24</sup>

### NOTAS

1. René Dumont, *L'Afrique Etranglée*. (Paris: Seuil, 1980), 265 p.
2. Gérard Chaliand, *L'Enjeu Africain*. (Paris: Seuil, 1980), 156 p.
3. Carlos Estevão Martins, *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. (Rio de Janeiro: Graal, 1977), 425 p.
4. João Luís Ribeiro Fragoso, "As reformulações da política externa brasileira nos anos 70", in *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 5, (Rio de Janeiro: CEEA, 1981), p. 41-55.
5. Ronaldo Mota Sardenberg, *A Política Externa do Brasil e a América Latina* (mimeo). (Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica - Instituto de Relações Internacionais, 1980.)
6. J. Michael Turner, "Cultura afro-brasileira na costa ocidental da África", in *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 1. (Rio de Janeiro: CEEA, 1978), p. 19-26.
7. Mario de Souza Clington, *Angola Livre?* (Paris: Gallimard, 1975), 318 p.
8. Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala* (14.ª edição, 2 vols). (Rio de Janeiro: José Olympio.)
9. José Honório Rodrigues, *Brasil-África: Outro Horizonte* (Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964).
10. *Ib.*, op. cit.
11. Júlio José Chiavenato, *O Negro no Brasil - Da Senzala à Guerra do Paraguai*. (Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980), 260 p.
12. José Honório Rodrigues, op. cit.
13. Guy Martinière, "O novo diálogo América Latina-África: Fundamento das Novas Relações Sul-Sul", in *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 4 (Rio de Janeiro: CEEA, 1980), p. 43-63.
14. Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, em conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1981.
15. Carlos Juan Moneta, *Aspectos Conflictivos de las Relaciones Políticas, Económicas Y Militares de Sudáfrica con los Países del Atlántico Sur*. (mimeo). (México: El Colegio de México, 1978.)
16. Jacques d'Adesky, "Intercâmbio Comercial Brasil-África (1958-1977): Problemas e perspectivas", in *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 3 (Rio de Janeiro: CEEA, 1980), p. 5-35.
17. Documento. "As Relações entre os Estados constroem-se passo a passo", in *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 4. (Rio de Janeiro: CEEA, 1980), p. 71-81.
18. Jacques d'Adesky, op. cit.; *Relatório*, Cacex, Banco do Brasil.
19. *Ib.*, op. cit.
20. Embaixadas brasileiras na África: Egito, Líbia, Tunísia, Argélia, Marrocos, Senegal, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Gana, Togo, Nigéria, Gabão, Zaire, Angola, África do Sul, Moçambique, Tanzânia e

Quênia. Embaixadas africanas no Brasil: Egito, Líbia, Argélia, Marrocos, Senegal, Costa do Marfim, Gana, Togo, Nigéria, Gabão, Zaire e África do Sul.

21. Os seis chefes de Estado que visitaram o Brasil nos últimos anos foram: Omar Bongo, do Gabão, Léopold Senghor, do Senegal, Luís Cabral, da Guiné-Bissau, Kenneth Kaunda, da Zâmbia, Moussa Traoré, no Mali.

22. Intervenção de A. R. Akindede, no Nigerian Institute of International Affairs, neste 1.º Seminário Internacional Brasil-África.

23. Lúcia E. Oliveira, Rosa M. N. Porcaro Costa e Tereza C. N. A. Costa, *O Lugar do Negro na Força de Trabalho* (mimeo). (Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1981.)

24. Maria Regina Soares de Lima, "Política do Itamaraty combina otimismo com realismo", in *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro: 4-1-81).

---

## A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A AMÉRICA LATINA E A ÁFRICA

Nilda Beatriz Anglarill e Mercedes María Guadalupe Kerz

Pesquisadoras do Centro de Estudios Internacionales  
Argentinos — Ceinar, Buenos Aires.

---

Propomos estudar, neste trabalho, os postulados básicos que serviram e servem de fundamento à concepção brasileira a respeito da política externa, fazendo referência especial à sua projeção na América Latina e na África. O ponto de partida da nossa análise é o ano de 1964, quando se produz um fato histórico singular: a ascensão das Forças Armadas ao poder, pondo um fim ao Governo constitucional de João Goulart. A partir desse momento, adquire vigência uma peculiar visão da realidade internacional, concebida sob a ótica da segurança nacional.

A doutrina de *segurança nacional*, elaborada pela Escola Superior de Guerra<sup>1</sup> e incorporada como tal pela Revolução de 1964, pretende definir em termos de objetivos nacionais os interesses e aspirações do povo brasileiro, com a finalidade de coordenar, a nível de poder nacional<sup>2</sup>, as ações de todos os órgãos civis e militares responsáveis pelo desenvolvimento político-econômico e pela segurança do Brasil.

A evolução dos estudos que serviram de base à elaboração desta doutrina<sup>3</sup> mostra claramente a existência de diferentes concepções relativamente à política exterior, em situações cambiantes da realidade internacional. Este sentido realista permite visualizar, de forma geral, uma relação causal

entre as situações da conjuntura internacional e a interpretação dessa realidade.

Desta forma, ao período histórico que emerge da guerra fria, corresponde uma interpretação da segurança nacional, baseada na noção de um mundo dicotômico, agrupado em dois grandes blocos: Ocidente e Oriente. Posteriormente, ao tempo da coexistência pacífica, essa idéia evolui e cede lugar a uma nova forma de relação dicotômica. Referimo-nos à divisão do mundo entre os países do Norte, ou industrializados, e os países do Sul, ou em vias de desenvolvimento.

A idéia que une estes dois momentos da elaboração doutrinária é a do reconhecimento de uma relação de "mútua causalidade", expressa no Governo Castello Branco, entre os conceitos de segurança e desenvolvimento. Sendo o desenvolvimento uma condição *sine qua non* da segurança nacional, sua consecução é condição necessária para consolidar o interesse nacional.

A partir daí instrumentou-se um modelo de *desenvolvimento associado*, cujo fundamento político é enunciado claramente por Golbery do Couto e Silva: "As duas superpotências, ou verdadeiros Estados imperiais, são as que dominam o panorama internacional, já que a amplitude e diversi-

dade de seus recursos permite-lhes atingir a auto-suficiência econômica, ainda que nunca totalmente (. . .) Os demais Estados, e sobretudo aqueles que não souberam ou não puderam valorizar o potencial latente no seu território e de sua população, devem reconhecer este fato como base de toda sua planificação, antes de arquitetar, em arelas movediças, planos de um futuro de prosperidade e grandeza, *a priori* destinados ao fracasso.”<sup>5</sup>

A aplicabilidade da doutrina de segurança no âmbito internacional permite, desta maneira, estabelecer as condições necessárias para exercer o “poder de barganha”, entendido como uma negociação baseada no reconhecimento recíproco das potencialidades que possuem tanto o Brasil, como a comunidade internacional em seu conjunto. A conseqüência prática deste poder possibilita ao Brasil garantir sua posição no contexto internacional.

A vigência da equação segurança—desenvolvimento constitui, pois, o ponto de partida para todo o plano de desenvolvimento econômico. A este respeito, afirma Meira Mattos: “Reconhecemos (. . .) que, dentro do princípio de “mútua causalidade”, expressado pelo Presidente Castello Branco, o fortalecimento econômico, em si mesmo, representa segurança, na medida em que a conjuntura não obrigue a um esforço direto maior no setor da defesa nacional. No entanto, não seríamos perdoados se, paralelamente, com os efeitos de nosso desenvolvimento econômico, não fôssemos avaliando as correspondentes necessidades mínimas de segurança.”<sup>6</sup>

## I — Postulados da política externa

Para que possamos realizar uma apreciação teórica sobre a posição sustentada pelo Brasil em matéria de política externa a partir de 1964, é necessário destacar o fato de que o movimento militar que culminou em 1.º de abril com a queda de João Goulart carecia, como fator de mudança, de uma “dinâmica de decisão política pró-

pria.”<sup>7</sup> Existia apenas, de modo claro, um sentimento anticomunista, que atuou como elemento de coesão do grupo. Daí que, apesar de o movimento dizer que buscava a “verdadeira democracia”, não foi tanto a defesa deste princípio o que serviu de base ao levante e sim, precisamente, aquele sentimento generalizado nas Forças Armadas brasileiras, que atuou como item aglutinante das mais diversas opiniões.

Uma vez no poder, as Forças Armadas esboçaram um modelo de ação política em estreita concordância não só com os postulados da doutrina de segurança da Escola Superior de Guerra, mas também com a complementação de um programa de desenvolvimento que, unido à segurança, impulsionaria o Brasil para um caminho de engrandecimento. O pretendido desenvolvimento só será possível na medida em que atraia a atenção dos capitais internacionais e, com eles, a dos principais países do sistema internacional. Por este motivo, os EUA e a Europa Ocidental converteram-se nos principais colaboradores do Brasil.

Observando a evolução do processo, podemos, retrospectivamente, distinguir dois momentos históricos. No primeiro, que compreende os Governos Castello Branco (1964—1967) e Costa e Silva (1967—1969), destaca-se a concepção desenvolvimento—segurança em sua projeção internacional. O denominador comum deste primeiro momento retoma a característica distintiva derivada do período da guerra fria, ao interpretar a realidade internacional sob a ótica de uma divisão do mundo em dois blocos ideológicos: O Ocidente democrático e o Oriente socialista. O segundo momento, a partir da presidência de Garrastazu Medici (1969—1974), mesmo sem deixar de reafirmar a concepção do anterior, distingue-se pela minimização das considerações de ordem ideológicas que poderiam obstaculizar a consecução do interesse nacional. Ademais, adquire relevância especial o crescente questionamento da estrutura estática do poder internacional, questionamento que se aprofunda durante o Governo Geisel (1974—1979).

1 - No primeiro momento histórico, podemos observar a existência de uma conexão histórica entre a percepção de um mundo dicotômico e a conseqüente identificação do Brasil com um dos dois blocos: o Ocidente. Tal identificação aparece como condição indispensável para o desempenho de um papel internacional mais ativo.

Para uma maior compreensão das motivações que influem na tomada de decisões políticas, é necessário ter em conta que a percepção de uma realidade supõe não apenas a análise do fato histórico objetivo, senão também, e às vezes de forma determinante, a interpretação subjetiva que o teórico faz desse fato.<sup>8</sup> Neste caso concreto, a vigência do sentimento anticomunista seria o elemento subjetivo que condiciona a visão do Brasil sobre o contexto internacional.

A idéia de pertença ao Ocidente se diluiria caso não estivesse explicada dentro desse contexto, cuja característica é a existência de um fenômeno político distintivo: a *interdependência*, que pretende substituir a tradicional idéia de independência política. Encontramos correspondência entre este fenômeno e a percepção do mundo do geógrafo inglês, de princípios do século, Mackinder, ao considerá-lo como uma unidade fechada na qual as ações dos Estados repercutem sobre outros, proporcionalmente à importância destes e à intensidade das mesmas.<sup>9</sup>

Na prática, a interdependência é visualizada sob um duplo aspecto: por uma parte, a aceitação da existência de limites reais no exercício da soberania nacional e, por outra, como condição de independência nacional. Isto apenas aparece claramente nas palavras de Castello Branco: "Não exageraria quem dissesse que a independência militar clássica é aspecto já passado da soberania das nações (. . .) a ação armada só pode ser preparada com eficiência, no quadro de pactos internacionais de defesa mútua, que devem contemplar a democracia e a paz (. . .). Do mesmo modo que, sem a defesa coletiva já ensaiada no continente americano, os povos latino-americanos não cui-

dariam em paz do aperfeiçoamento de suas instituições e da interpenetração de seu desenvolvimento."<sup>10</sup>

Observa-se o paralelismo entre este conceito e a idéia de Mac Namara: "Nenhuma nação, por mais poderosa que seja, poderá por si só sustentar a paz fora de suas fronteiras." Pelo que o Brasil aceita a vigência das *fronteiras ideológicas* para o âmbito americano. Neste ponto, privilegiam-se as relações políticas com os EUA e se reafirma a vigência dos pactos de defesa coletiva já existentes.

Durante o Governo de Costa e Silva se ampliam e se aprofundam os conteúdos políticos da Revolução, mostrando continuidade nos princípios: "O Brasil está geograficamente situado no mundo ocidental e, ideologicamente, crê, pratica e defende os princípios cristãos e democráticos, que conformam sua alma nacional. A identidade destes pontos de vista com os países do Ocidente, em geral, e da América, em particular, é e será o fundamental nas diretrizes da nossa política externa."<sup>12</sup> Estes princípios se adaptam a uma estrutura mundial menos rígida.

A menor rigidez do sistema internacional provoca o surgimento de áreas de entendimento entre as grandes potências, o que repercute no deslocamento da tensão, do centro à periferia, e, ante um maior afrouxamento do sistema internacional, aparecem novos centros de poder, "fruto do próprio desenvolvimento econômico e da crescente diferenciação entre afins, no que se refere a interesses políticos, militares e econômicos".<sup>13</sup> Estes atuam conforme a lei toynbeeana, como fatores dinamizadores do sistema.

O binômio desenvolvimento—segurança tem plena vigência. Sua correspondência causal se plasma na concepção da *diplomacia da prosperidade*, cujo fundamento é dado na consideração do caráter estratégico do setor externo: "A Diplomacia da Prosperidade baseia-se na convicção de que o desenvolvimento é uma responsabilidade nacional a ser exercida, principalmente, através de instrumentos internos. O gover-

no reconhece, contudo, o caráter estratégico do setor externo, tanto em termos de comércio, como de capitais e técnicas."<sup>14</sup>

A diplomacia da prosperidade, concebida em termos de Desenvolvimento, se constitui no meio eficaz para alcançar o objetivo político principal determinado pela elite: a projeção do país num *grande destino*. O ministro de Relações Exteriores do Governo Costa e Silva sustentava que "o objetivo do governo é levar o Brasil, a curto prazo, à realização de seu grande destino. Para objetivos tão altos, precisamos de uma filosofia claramente definida que nos permita dirigir o país no caminho de um progresso acelerado."<sup>15</sup>

Nesta época, manifestam-se os primeiros questionamentos políticos à estrutura internacional, centrados na crítica à acentuação dos níveis sócio-econômicos dos países industrializados em relação aos subdesenvolvidos.

Neste passo, o Brasil propõe como fórmula de entendimento a *cooperação solidária*, tanto a nível vertical como horizontal.

O Brasil, fazendo parte do mundo subdesenvolvido, mas com um nível maior de crescimento econômico relativo, teria implicitamente a possibilidade de assentar as bases para que se constituísse um *país intermediário* entre os dois mundos.<sup>16</sup> Esta possibilidade assenta-se em argumentos de ordem econômica e geopolítica. Quanto aos primeiros, a vigência do modelo de desenvolvimento associado — que tornou possível o aporte massivo de capitais e tecnologia externa — repercutiu numa maior aproximação do Ocidente ao Brasil.

Relativamente aos segundos, estes relacionam-se com a idéia de interdependência, já que o Brasil depende do Ocidente e particularmente dos EUA; o Ocidente necessita do Brasil para sua defesa.<sup>17</sup>

2 — Nota característica do período que se inicia com o Governo Garrastazu Médici, no que se refere à cosmovisão da realidade internacional e à inserção do Brasil nela, é o realismo político.

Quando falamos de realismo, referimo-nos a um sistema de decisões baseado em:

- a) ordem real;
- b) reconhecimento de níveis de possibilidades;
- c) reconhecimento de limites.

O realismo manifesta-se na adequação da política externa como projeção das realidades internas, o que supõe a busca do cumprimento dos objetivos nacionais e, especialmente, a do desenvolvimento econômico. Este requer a aquisição de instrumental científico-técnico e a incorporação de novos mercados para manter um ritmo de crescimento econômico pretendido.

Sob a ótica realista, o Brasil assume uma posição crítica frente à realidade internacional. As críticas são dirigidas, sobretudo, à pretensão tácita dos países desenvolvidos de congelar as estruturas de poder, rechaçando, conseqüentemente, suas atividades hegemônicas. O fundamento desta idéia estaria dado pelo prisma duma crescente participação e prestígio nesse contexto, que se veria condicionado, caso se aceitassem automaticamente as decisões daqueles Estados. Daí que o aumento dos conflitos de interesses que se manifestam no plano internacional, é percebido como signo dessa participação.

Apesar de não haver um critério unívoco no emprego do conceito de conflito, usado indistintamente como competição, antagonismo ou oposição — ante a possibilidade de existência de interesses enfrentados, o Brasil outorga prioridade à defesa do interesse nacional, tal como expressara Garrastazu Médici: "A última razão quanto à tomada de nossas decisões no campo da política externa, no conflito de interesses das comunidades às quais estamos ligados, será sempre a projeção do autêntico interesse nacional."<sup>18</sup>

Esta posição do Brasil é compreendida à luz da maior flexibilidade do sistema internacional, que se exterioriza com a incorporação da China às Nações Unidas, em 1971; a posterior aproximação entre os EUA e este país culmina com a visita do Presidente Nixon a Pequim, em 1972, e a assinatura, no mesmo ano, de um acordo

de limitação de armas estratégicas, entre os EUA e URSS. A resposta do Brasil a este contexto é a ruptura de fronteiras ideológicas, que lhe permitirá transitar de um campo de ação restrito a outro de amplos horizontes ideológicos, o que é possível na medida em que reafirma sua identidade com o Ocidente. Esta interpretação se constitui na base da formulação de uma diplomacia ecumênica por parte do Presidente Geisel.

Efetivamente, durante o Governo Geisel, a política internacional projetou-se em um sentido *ecumênico, pragmático e responsável*.

A característica da diplomacia brasileira tem sido a permanente adequação da praxis política a uma realidade internacional dinâmica. Este dinamismo se assenta na concepção do contexto internacional como soma das realidades internas e suas projeções internacionais.<sup>19</sup> A cena política se conforma, então, a partir da pretensão dos Estados de fazerem prevalecer seus próprios objetivos. A inserção do Brasil neste contexto supõe três áreas de ação: "a da coincidência, a da negociação e a da divergência. Explicitar as convergências tácitas, maximizar o produto das negociações e procurar a criação das condições para a superação dos 'impasses' é a tarefa da diplomacia. Devem ajustar-se a este modelo as relações bilaterais e as atuações nos planos regionais e multilaterais, pois a política externa de um país é um processo conseqüente e global. Daí que seja indispensável sintonizar adequadamente estes três níveis."<sup>20</sup>

Evidencia-se a visão pragmática da ação diplomática, entendida como a interpretação da realidade, através da consideração do valor prático, como critério da verdade.

O pragmatismo permite, na sua aplicação, a possibilidade de otimizar o crescimento econômico com a expansão comercial. Crescimento que não será possível, na medida em que os países industrializados obstaculizem o acesso à tecnologia necessária para o desenvolvimento.<sup>21</sup>

O pragmatismo está na base da orientação *ecumênica*, que, levando em consideração a tendência universalista da comu-

nidade internacional, pretende o estabelecimento de relações com todos os países do mundo.

Não obstante, o universalismo tem seus limites: a permanência de estruturas que perpetuam relações de dependência e subordinação, enquadradas no diálogo Norte-Sul. Esta forma de relação entre países pobres e ricos, que pretende minimizar a divisão Leste-Oeste, é questionada pelo Itamaraty, porque reafirma a existência de uma elite internacional que, por sua própria natureza, não permite a incorporação de novos Estados nem mesmo daqueles que, como o Brasil, sustentam valores e ideologias afins. O ecumenismo aparece, então, como instrumento para a inserção em um mundo de horizontes mais amplos.

No processo de acomodação da ordem internacional, se bem que o Brasil se identifique com os países em desenvolvimento, ele reconhece haver assumido "responsabilidades especiais" na busca de formas operacionais de cooperação.<sup>22</sup> *Responsabilidade* significa, portanto, o cumprimento daquilo que Geisel denomina de "deveres de nação adulta".<sup>23</sup>

A condição de nação adulta terá como conseqüência o aumento tanto de áreas de entendimento, em particular nas relações com países em desenvolvimento, como de áreas de atrito, especialmente com as nações industrializadas. Esta situação não é entendida como sinal de uma ruptura política; ao contrário, é entendida como incentivo para promover uma disputa produtiva em si mesma, ao permitir a obtenção de consensos básicos a partir da confrontação de interesses divergentes.

O Brasil pretende situar-se como interlocutor privilegiado entre estes dois mundos. Em conseqüência, tem intensificado, neste período, os laços de cooperação com o mundo em desenvolvimento, privilegiando as relações horizontais com os países da América Latina e da África, com as quais nos ocupamos mais adiante. O exercício dessa função, porém, requer a aceitação (*nihil obstat*) dos países industrializados. Daí que responsabilidade significa também *credibili-*

*dade*: "outra coisa que um país como o Brasil deve ter cada vez mais, inclusive para que possa ascender ao processo de decisão internacional, é a credibilidade"<sup>24</sup>, que se traduz na coerência e consistência dos objetivos mais permanentes da política exterior.

No período que se inicia em 1979 com o Presidente Figueiredo, a diplomacia brasileira deixa clara a continuidade com os postulados estabelecidos pelo Governo anterior, ainda que com as necessárias adaptações decorrentes do caráter dinâmico e interdependente do sistema internacional. Neste caso, queremos deixar claro que nos limitaremos a assinalar as linhas mais gerais da atual política exterior brasileira, porque, tratando-se de um Governo em curso, não transcorreu ainda o tempo necessário para uma avaliação dos acontecimentos, permitindo assim uma análise do processo em sua totalidade.

Estando implícito o pragmatismo na formulação dessa política exterior, parecia observar-se a tendência para uma maior precisão e generalização teórica dos conceitos, pretendendo-se enquadrá-los dentro de uma concepção "filosófica", entendida no sentido restrito como a aplicação dos princípios doutrinários que devem orientar a atuação externa para concretizá-los em linhas gerais e setoriais de ação diplomática.<sup>25</sup>

Para a consecução dos princípios doutrinários — defesa da paz, do desenvolvimento e da solidariedade —, a diplomacia brasileira está orientada no sentido *universalista*, de respeito da *dignidade nacional*, e de *boa convivência*.

O *universalismo*, correspondente ao ecumenismo de Geisel, possui um duplo sentido. Por um lado, trata-se do instrumento adequado para a projeção do interesse nacional no plano externo. E, por outro lado, constitui-se no parâmetro que permite detectar o impacto da dinâmica internacional sobre a realidade interna, com o objetivo de identificar os meios que possibilitem influir sobre o sistema mundial.

O conceito de *dignidade nacional* se relaciona diretamente com a necessidade de reconhecimento internacional, na categoria de "sócio confiável", avaliada pelo cumprimento dos compromissos econômicos e políticos.<sup>26</sup> Reafirma-se, portanto, a presença da idéia de credibilidade enunciada por Geisel.

Universalismo e dignidade nacional encontram sua aplicação prática na *boa convivência*, sustentada por pertencer simultaneamente ao Ocidente e ao Terceiro Mundo.

Neste ponto, e considerando inoperante o esquema das relações Norte-Sul, o Brasil pretende constituir-se como *país-ponte*, para obter uma maior participação no cenário mundial. "Temos que estar preparados, com segurança, para conduzir o diálogo permanente e simultâneo, em diversos níveis, com países em situações distintas. Estará aí talvez o maior desafio para a política exterior de um país-ponte, em muitos aspectos intermediários, como o Brasil."<sup>27</sup>

## II — Áreas prioritárias: América Latina e África

A escolha da América Latina e da África por parte do Brasil como áreas prioritárias de atuação diplomática apóia-se em fontes distintas, fundamentalmente naquelas de caráter geopolítico e econômico.

Se bem que no curso da história brasileira se observa uma permanente preocupação pela influência que os fatores geográficos exercem sobre a vida política dos povos, preocupação que se traduziu em numerosas obras individuais sobre o tema<sup>28</sup>, não poderíamos falar da existência de um pensamento geopolítico sistematizado.

Só recentemente, com a criação da Escola Superior de Guerra, é que começa a tomar consistência a elaboração de uma doutrina que, posteriormente, a Revolução de 1964 adotará como princípios de aplicação prática. Um dos representantes desta Escola, Golbery do Couto e Silva, que elaborou um conjunto de idéias sem chegar



a configurar um sistema teórico acabado, assentou as bases para a projeção do Brasil no contexto regional e internacional, a partir da integração do espaço geográfico interno.

América Latina e África formam as áreas naturais de atuação do Brasil, idéia que se baseia no reconhecimento de fatores "geopolíticos" que condicionam sua *pertença* ao *entorno* estatal e sua *vinculação* com os territórios circunvizinhos.<sup>29</sup>

Estes conceitos se relacionam, além disso, com a *cultura ideológica* que está na base da ação política brasileira, no sentido em que *pertença* e *vinculação* são partes integrantes de um sistema de significados, valores e normas que compartilha com os países da região.<sup>30</sup>

Com esta dupla perspectiva, o país apresenta condições favoráveis, porque, do ponto de vista geográfico, pertence ao continente sul-americano, que considera seu "*habitat natural*". Do ponto de vista ideológico, inscreve-se no Ocidente por haver surgido "para o mundo e para a civilização sob o signo da cristandade, produto de um feliz transplante dessa cultura européia ocidental"<sup>31</sup>.

Este enfoque é também válido para a análise da vinculação com as outras nações sul-americanas. Tendo uma posição central no continente, a relação com os países circunvizinhos se reafirma através da função de enlace que as grandes bacias regionais exercem: do Rio São Francisco, do Amazonas e do Paraná-Paraguai. A vinculação ideológica se dirige ao estabelecimento de relações diretas tanto com as nações do Ocidente, como com aqueles países subdesenvolvidos nos quais o Ocidente se projeta. Assim, no primeiro momento da Revolução a que nos referimos, o Brasil apoiou a política de dominação colonial portuguesa sobre as colônias africanas, defendendo tacitamente a fixação de fronteiras políticas seguras para além dos limites geográficos.

Neste ponto, nos referiremos à inserção continental do Brasil e sua projeção na África, a qual, num primeiro momento, se caracteriza por sua adequação política ao

contexto regional, na medida em que possa realizar nesse espaço seu "destino manifesto"<sup>32</sup>.

### 1. A inserção regional nos dois primeiros Governos da Revolução

Neste período, adquirem relevância fatores objetivos que condicionam a orientação da política regional brasileira. E nos referimos tanto àqueles de caráter ideológico, baseados na compreensão da América Latina como área de segurança, como àqueles de ordem econômica, que derivam da implementação do modelo de desenvolvimento associado.

Podemos observar uma relação causal entre a opção de segurança continental e a percepção da realidade internacional, já que sem embargo de se reconhecer a mudança efetiva nos modos de relacionamento entre as potências, percebe-se a transferência dos focos de tensão para a periferia do sistema. Sendo o Brasil um país geográfica e politicamente periférico, para desfrutar da possibilidade de ser admitido em tal sistema, ele se associa à visão norte-americana sobre a América Latina, considerando-se como zona de segurança compartilhada. Como disse Couto e Silva: "as estruturas internas do Estado, estrutura política, econômica, social, se vêem obrigadas a amoldar-se às exigências e às limitações impostas pelo sistema vigente das relações internacionais"<sup>33</sup>.

Esta concepção é legitimada pela percepção da intensidade que a penetração marxista adquiriria no hemisfério, tornada evidente na reunião da Conferência Tricontinental, realizada em Havana, em janeiro de 1966.<sup>34</sup>

Diante desta realidade, o Brasil se mostrou partidário de uma estratégia defensiva para evitar a "vietnamização do continente". Por conseguinte, afirma a necessidade de utilizar os organismos de defesa coletiva constituídos ao nível da OEA, evitando que se criem outros novos.

A concepção de segurança parecia sustentar a formação de uma comunidade luso-brasileira, que tem sua origem no Tratado de Amizade e Consulta de 1953, que estabelecia reciprocidade no tratamento de brasileiros e portugueses e consulta entre as partes. Esta comunidade é ainda sustentada pelas idéias de projeção político-econômica extracontinental e de "herança" do controle português sobre as colônias africanas. Quando da viagem realizada por Costa e Silva a Portugal em 1966, afirmou-se o apoio à política portuguesa na África, que trouxe como consequência tanto manifestações de protestos por parte dos países africanos, como opiniões divergentes entre os diversos órgãos governamentais. Apesar das contradições no tratamento dos problemas africanos, tem início então o despertar do interesse político por este continente, criando-se durante o Governo Costa e Silva a Secretaria Geral Adjunta para a África e o Oriente Médio, no Itamaraty.

A interpretação da importância econômica adquirida pela América Latina e pela África se apóia no imperativo de expansão econômica, pelo que a América Latina será o alvo imediato de seu interesse. Neste momento, a África é considerada como uma região potencial à espera de valorização política e econômica.

A eleição da América Latina como prioridade diplomática tem bases pragmáticas, pois se reconhecem elementos concretos que facilitam sua penetração nesta área. Considerando a vizinhança geográfica e a infra-estrutura econômica e de comunicações já existente, ele pretende ocupar os espaços vazios para ampliar suas fronteiras de recursos. Nesse momento, o competidor mais importante do Brasil era a Argentina; na medida, porém, em que se viabiliza o plano econômico, a importância regional da Argentina diminui paulatinamente.<sup>35</sup>

A política latino-americana de Castello Branco prediz a *integração*, que, buscando a complementaridade das economias regionais, se torna o meio adequado para a superação dos problemas internos de desenvolvimento.

A integração será viável na medida em que seja implementada pelos organismos já existentes: "O Brasil hoje está mais que nunca vivamente empenhado nos planos de integração econômica desta parte do continente, tanto no que diz respeito às questões bilaterais (...), como no que se refere aos esforços multilaterais no âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio."<sup>36</sup> Desta maneira, o Brasil limita a integração ao âmbito meramente econômico, deixando de lado o aspecto político, já que o esquema da ALALC favorecia os três grandes países da região: Argentina, Brasil e México.

Costa e Silva insiste na consideração da América Latina como área preferencial, introduzindo, porém, variações quanto à forma de o Brasil se inserir nesse esquema. Evidencia-se um retrocesso na idéia de integração, já que a aceleração deste fenômeno pode provocar deformações no processo de industrialização que acentuariam os desequilíbrios relativamente às nações que possuem um maior grau de desenvolvimento relativo. "O que desejamos é progredir dentro do campo do desenvolvimento continental e mundial, dentro de relações harmoniosas e pacíficas. Esse é, por exemplo, o fundamento de nossa atitude positiva frente à integração latino-americana. O Brasil, dadas as potencialidades de seu mercado interno, não tem um interesse prioritário na aceleração do processo integrador (...). Desejamos, desde logo, que essa integração se faça através de acordos sub-regionais, entre os países de economias afins."<sup>37</sup> Daí que se privilegiam formas de relacionamento bilaterais, por considerar que favorecem não apenas a aproximação com cada país em particular, mas também que permitem um maior conhecimento específico dos problemas que requerem soluções comuns.

## 2. Valorização sub-regional da América Latina no Governo de Garrastazu Medici

No período que se inicia com o Governo de Garrastazu Medici, reafirmam-se os prin-

cípios básicos da Revolução, observando-se a tendência a uma maior flexibilidade no tratamento das questões de ordem ideológica. As relações internacionais se baseiam "nas realidades de que somos latino-americanos e de que participamos da América, do hemisfério ocidental, da civilização cristã, da democracia, da comunidade de povos de língua portuguesa e do mundo subdesenvolvido."<sup>38</sup>

Se bem que em um primeiro momento os esquemas de segurança compartilhada persistam, as mudanças ocorridas no contexto internacional que já assinalamos provocam a correção das linhas políticas dirigidas para a América Latina. Desse modo, entende-se a ruptura de fronteiras ideológicas, num ambiente regional caracterizado pelo pluralismo ideológico.

Na pretensão de adquirir um papel político relevante, há aproximação e identificação com os países subdesenvolvidos, e especialmente com os da América Latina. O pretendido sistema de *solidariedade continental* não supunha necessariamente a implementação de mecanismos de integração. A partir de formulações abstratas, como a existência de um "destino comum" sul-americano, concebe-se uma política de círculos concêntricos que incorpora a África em um esquema ampliado de solidariedade, considerando-a como região limítrofe no Oceano Atlântico.

Na aplicação de princípios geopolíticos centrados na valorização dos espaços regionais, o Brasil busca a integração do *hinterland* continental através do estabelecimento de focos de articulação regional, a partir de sua posição de país central. O sistema de comunicações contribui ao sucesso deste objetivo; daí a importância que adquirem o acordo rodoviário e a modernização da infra-estrutura de transporte fluvial.

Um dos aspectos de valorização política de áreas geográficas é a consideração da importância que adquirem os grandes espaços regionais unidos por vastos sistemas fluviais. O território brasileiro está interna e externamente articulado, em sua nascente, aos três grandes sistemas hidrográficos.

Durante o Governo de Garrastazu Medici, adquire singular importância a problemática platina, e começa a ser valorizado internamente o espaço amazônico para uma posterior projeção continental. O reconhecimento do caráter internacional destas regiões se assenta, para além de sua própria importância geográfica, em que politicamente se tornam áreas de poder, e de onde os Estados dirigem suas mais variadas políticas, com o fim de fazer prevalecer seus interesses nacionais. Estas regiões se caracterizam pela existência de um estado de competição que, no sentido de Max Weber, significa a probabilidade de adquirir um poder de disposição própria sobre as possibilidades desejadas também pelos outros.

Este estado de competição é incentivado na medida em que se inicia a valorização dos rios como fontes de energia elétrica e, particularmente, entre os países que compartilham o mesmo recurso. Tal é o caso da Bacia do Prata, na qual existem obras concretas de aproveitamento do Rio Paraná.

O sistema platino apresenta uma realidade muito peculiar, já que, não obstante a integração física ter sido formalizada em 1969 pelo Tratado de Brasília, nos fatos se incidiram determinados problemas que o compõem, especificamente aqueles derivados da utilização energética do Rio Paraná, principal recurso fluvial do sistema. Surge, em consequência, uma larga disputa entre os países integrantes, e especialmente entre Argentina e o Brasil, pelas interpretações díspares que eles sustentavam a respeito do aproveitamento dos rios de cursos.<sup>39</sup>

Esta situação não só afetou as relações argentino-brasileiras, como também privou o Tratado de funcionalidade. Na prática, o elemento jurídico aparece distante da realidade. Tendo o Brasil a posição privilegiada de ser um país de águas a montante do Rio Paraná, sua política condiciona a realidade da bacia em seu conjunto, reafirmando sua posição decisória no sistema. Assim, sendo a Argentina e o Paraguai países de águas a jusante e estando em situa-

ção de dependência geográfica, se vêm condicionados em sua atuação regional. Enquanto a Argentina sustentava uma posição de fazer frente ao Brasil, que se reflete na impossibilidade de encontrar forma efetiva de cooperação,<sup>40</sup> o Paraguai procura superar esta situação por meio de uma ação política coordenada à do Brasil.<sup>41</sup>

A região platina brasileira se converte, por conseguinte, em centro propulsor de crescimento econômico e de irradiação de influência política a níveis intra e extranacional. Considerando a importância que o traçado de um adequado sistema de comunicações adquire, não apenas para o desenvolvimento mas também para consolidar a segurança nacional, intentou-se dinamizar o trânsito comercial do setor continental mediterrâneo até o litoral atlântico brasileiro.

As comunicações, do ponto de vista geopolítico, convertem-se em pólos de coesão das influências internas e das quais se projetam para além das fronteiras geográficas. Reconhece-se implicitamente o propósito de dar forma a um espaço geoeconômico comum, que poderia desarticular o tradicional eixo de comunicações Norte-Sul do sistema platino, que favorecia a Argentina.

A valorização do espaço amazônico responde, por outro lado, à necessidade de gerar novos pólos de prosperidade e riqueza, para obter-se a integração econômica brasileira. Intenta-se dinamizar os espaços vazios, possuidores de valiosos recursos naturais. O meio escolhido para incorporar esta região à economia nacional e projetá-la aos demais países amazônicos será o estabelecimento de um sistema de vias de comunicação que, em direção longitudinal, comunique esta área com o Oceano Atlântico. Neste sentido se situa o projeto de construção da rodovia Transamazônica, que procura a interiorização deste vasto *hinterland* regional.

As relações com os países africanos continuam, sob esse Governo, a ser orientadas sob a perspectiva da comunidade luso-brasileira. Com efeito, em 1970 se concretizou um acordo comercial com Portugal que permitia a empresas brasileiras exportar

seus produtos para as províncias portuguesas na África e na Ásia. Com a assinatura, em 1971, do tratado sobre a igualdade de direitos e deveres entre brasileiros e portugueses, consolidou-se a aliança com sua ex-metrópole que significava, além disso, o apoio à manutenção dos domínios coloniais portugueses.

O Brasil, contudo, evidencia uma atitude ambígua a propósito de suas relações com esta área do mundo, porque, embora apoiando a política portuguesa, começa a dirigir sua atenção aos países africanos atlânticos. Em 1972, o Chanceler Gibson Barbosa realizou uma viagem por nove Estados da África [Camarões, Costa do Marfim, Daomé (hoje Benin), Gabão, Gana, Nigéria, Senegal, Togo e Zaire].

Na escolha dos países visitados, ficou clara a intenção de estreitar laços horizontais no Atlântico com os "vizinhos de além mar", segundo a expressão de Couto e Silva. O oceano é valorizado geopoliticamente como zona de contato entre comunidades distintas, deixando de ser considerado como limite intransponível, para converter-se em vínculo de vizinhança geográfica.

Muitos países visitados nesta viagem não ofereciam perspectivas econômico-comerciais de interesse; o Brasil mantinha relações diplomáticas apenas com quatro deles — Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Senegal; e não existia nenhum tipo de intercâmbio econômico com o Benin e o Togo. O objetivo que se perseguia era, sobretudo, o estreitamento dos laços políticos e dar nova vida aos laços culturais e históricos que os haviam unido na época colonial.

Para começar a mostrar sua presença na África, o Brasil, depois desta viagem, decidiu participar na criação do Fundo Africano para o Desenvolvimento (FAD).<sup>42</sup>

Não obstante, os países africanos questionavam a política brasileira de desdobramento em relação a seu continente, porque, enquanto tentava aproximar-se deles, mantinha sua aliança com Portugal e boas relações com o regime racista da África do Sul. Em 1972, na XXVII Sessão da Assem-

bléia Geral das Nações Unidas, o Brasil votou contra a resolução que declarava os movimentos de libertação de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique como autênticos representantes desses países. No ano seguinte, na XXVIII Assembléia Geral, adotou a mesma atitude ante a resolução que apoiava a independência da Guiné-Bissau e a admitia no seio da Organização.

Quanto às relações com a África do Sul, há que lembrar que, em 1973, quando da visita do Ministro das Relações Exteriores sul-africano a Brasília, propôs-se a criação de um pacto de defesa coletiva no Atlântico Sul, à semelhança da OTAN. Esta idéia, de bom grado aceita pelo Governo português, não foi objeto de resposta imediata pelo Governo brasileiro, já que supunha uma aliança com o regime sul-africano, que traria em contrapartida a inimizade dos povos negros da África, com quem precisamente se tentava estreitar laços de amizade.

Característica deste período é a aplicação de uma política de *círculos concêntricos*<sup>43</sup>, que, partindo do reconhecimento da América Latina como área central, vai incorporando à maneira de círculos ampliados aquelas regiões extracontinentais, que começam a ser valorizadas como de interesse político, econômico e de segurança. Neste contexto, se compreende tanto a reafirmação de inserção no Ocidente, como a incorporação dos povos de língua portuguesa ao âmbito ativo da diplomacia brasileira.

### 3. Definição da política para a África Negra

Os questionamentos ao sistema internacional, que nos governos anteriores ficaram centrados na crítica à imobilidade das estruturas de poder, persistem com o Governo Geisel e se fazem extensivos a tipificações que pretendem inserir o mundo subdesenvolvido em esquemas conceituais rígidos. Ante uma realidade internacional sempre mutante, rechaçam-se os conceitos de Terceiro Mundo e de "não-alinhamento";

o primeiro porque significa dividir o mundo em compartimentos estanques, e o segundo porque é uma conotação negativa derivada do período da guerra fria, que não corresponde à realidade.<sup>44</sup> A política brasileira se define, dessa maneira, como *multidimensional*, com projeção em várias direções.

De acordo com este multidimensionalismo, privilegiam-se as relações com a América Latina e a África. No primeiro discurso ante o Congresso em março de 1974, o Presidente Geisel definiu estas duas áreas como prioritárias da política externa de seu Governo. O interesse na dinamização das relações com ambos os continentes enquadra-se tanto na pretensão de intensificar os laços com os países em desenvolvimento, como na valorização política destas áreas, nas quais o Brasil se insere e se projeta histórica e culturalmente.

Para além das razões histórico-culturais, existem argumentos geopolíticos que estão na base da aproximação brasileira à África. Trata-se do reconhecimento da função de união que os espaços marítimos cumprem, no sentido de que longe de serem considerados barreiras intransponíveis que dificultam os contatos entre os povos, são fatores de união de zonas geográficas distanciadas, o que contribui para reafirmar o caráter ecumênico e interdependente da realidade internacional. Estas idéias são o fundamento pelo qual o Brasil vê a África como continente circunvizinho<sup>45</sup>, fronteiro.

A aplicação prática destas considerações foi possível na medida em que a situação política interna da ex-metrópole brasileira sofreu mudanças. Em 25 de abril de 1974, pouco tempo depois de Geisel ter assumido a presidência, deu-se em Portugal a Revolução comandada pelo General Spínola que derrubou o regime conservador de Marcelo Caetano. O novo Governo português, de orientação progressista, proclamou-se — ainda que com certa ambigüidade — em favor da pacificação da África. Este fato permitiu ao Brasil superar sua política ambígua quanto às suas relações com Portugal e

África, optando pela defesa da independência dos povos sob dominação colonial. O Itamaraty reconheceu a independência da Guiné-Bissau em julho de 1974, dois meses antes de este Estado firmar seu tratado de independência definitiva com Portugal.

Na aproximação aos países africanos, o Brasil busca reviver as afinidades históricas, étnicas e culturais pelas quais estiveram unidos na época colonial. Recorde-se que os primeiros escravos estabelecidos na Bahia, em sua maioria pertencentes à etnia ioruba, provinham da zona do Golfo de Guiné, atualmente Estados do Benin, Gana, Nigéria e Togo.<sup>46</sup> Donde que o continente africano teve grande influência na formação étnico-cultural do Brasil. Os escravos introduzidos para trabalhar nas plantações coloniais adaptaram-se ao meio, recriando suas tradições e costumes. Da cultura resultante da mestiçagem participam tanto elementos europeus quanto africanos, constituindo uma sociedade multirracial. Cultura celebrada por Senghor em sua visita ao Brasil, em 1977, por ser "o exemplo vivo de todas as virtudes vinculadas à mestiçagem biológica. Dessa mestiçagem que, na aurora da história e criando a história, fizera a grandeza das civilizações mediterrâneas."<sup>47</sup>

Na orientação da diplomacia brasileira para a África, a identidade cultural e a experiência comum do colonialismo se constituem no ponto de partida para mostrar o Brasil como exemplo no contexto dos novos países africanos.<sup>48</sup> Esta idéia serve de sustentáculo à aproximação política e ao diálogo direto, pois os Estados africanos se sentem naturalmente próximos a um país que em sua formação multirracial destaca a contribuição africana.

De acordo com o *ecumenismo* e na aplicação do *pragmatismo* definidos por Geisel, o Brasil ajusta sua política à realidade africana. Daí o reconhecimento que outorga ao Governo de Angola, formado em novembro de 1975 sob a liderança de Agostinho Neto, que se situa como um país que contesta a esfera de poder do Ocidente. Esta atitude brasileira só é possível na medida em que reafirma sua inclusão histórica no mundo

ocidental, o que lhe permite ampliar seus horizontes político-econômicos internacionais.

Com o reconhecimento do Governo de Moçambique, o Brasil determina sua intenção de empreender laços privilegiados com os países africanos de língua portuguesa, com o fim de estabelecer uma comunidade afro-luso-brasileira. Ante a diminuição do poder de Portugal ao perder duas colônias, e com um crescente grau de desenvolvimento econômico, o Brasil pretende legitimar uma posição de liderança nessa comunidade.

A mudança da política brasileira para a África deste período também lhe permitirá definir sua posição com respeito ao estabelecimento de uma aliança militar defensiva no Atlântico Sul. A esse respeito se pronunciou o Diretor do Departamento de África, Ásia e Oceania do Itamaraty, Embaixador Ítalo Zappa: "O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca já nos dá suficiente proteção no Atlântico Sul e autonomia para nos defendermos de qualquer tipo de agressão. Nós não vemos por que o Governo brasileiro teria alguma necessidade de estabelecer outro tipo de aliança militar no Atlântico Sul."<sup>49</sup>

Paralelamente, o Brasil acentuou sua defesa dos princípios de autodeterminação e de não intervenção nos foros internacionais, condenando sem reservas os vestígios de racismo e colonialismo do mundo, localizados particularmente na África Austral.

Durante o Governo de Figueiredo, concebem-se distintas dimensões da política externa, que permitirão a inclusão do Brasil em uma realidade internacional caracterizada pela diversidade. Distingue-se a América Latina, Ocidente e África como dimensões específicas nas quais se projetará a diplomacia brasileira. No que diz respeito à África, reafirmam-se os princípios e as linhas de ação estabelecidas por Geisel, reconhecendo que na medida em que se solucione a problemática africana, o sistema internacional caminhará para uma maior igualdade, segurança e paz.<sup>50</sup>

#### 4. A América Latina: área prioritária para a diplomacia brasileira

A política do Governo Geisel quanto à América Latina apresenta dois grandes traços distintivos. Por um lado, são incrementados os contatos a nível sub-regional com os países americanos. Por outro, o Brasil assume uma política de questionamento das formas de relação dos Estados Unidos com os países da área.

Quanto ao primeiro, observa-se o surgimento de novas formas de relações "intra-latino-americanas"<sup>51</sup> com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica a 3 de julho de 1978, que incorpora esta região como núcleo de integração física para dinamizar o intercâmbio sócio-econômico sub-regional.

Isto não exclui o tratamento da problemática platina, que por essa época havia levado o Brasil a um alto grau de conflito com a Argentina, pela falta de acordo quanto ao aproveitamento de rios internacionais de curso sucessivo.<sup>52</sup> Diante da falta de entendimento bilateral, recorreu-se a foros internacionais, especialmente o das Nações Unidas e dos países não-alinhados, para o tratamento das questões derivadas da confrontação de posições divergentes: informação ou consulta prévia.

Se bem que na XXVIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas a tese argentina de consulta prévia tenha sido respaldada majoritariamente, foi o Brasil quem obteve o consenso no âmbito platino, expressado no apoio a sua tese por parte da Bolívia e do Paraguai. Estes países votaram contra a Resolução n.º 3.129, que estabelecia a necessidade de assegurar a cooperação entre os povos mediante o sistema de informação e consulta prévia.

No que se refere às relações com os Estados Unidos, que se intensificam neste período, produz-se uma mudança nos critérios de valoração das mesmas. De uma situação de subordinação passa-se a outra de colaboração—solidariedade, formalizada no Memorando de Entendimento, firmado entre os dois Governos por ocasião da visita

de Kissinger a Brasília em 1976. Este princípio se aplicará não apenas às relações com a nação do Norte, mas se fará também extensivo a todo o continente e, com ele, a todo o mundo. O acordo não significa o estabelecimento de uma solidariedade mecânica, e sim que admite a possibilidade de dissenso como fator estimulante de uma concorrência criativa. Como afirmou o Chanceler Azeredo da Silveira: "A aproximação com a nação do norte deverá basear-se no reconhecimento de que os dois países deveriam ser em princípio solidários (...) por mais que tenham o direito de discordar (...) Na própria discordância haverá uma certa contribuição criadora, no sentido de que o Brasil é um país no estágio econômico diferente do dos Estados Unidos, com uma projeção internacional menor. Os Estados Unidos são uma grande nação industrial com enorme capacidade de poder, mas isto não lhes dá o direito de estarem sempre certos."<sup>53</sup>

A subida de Carter à presidência, em 1977, provocará uma mudança nas relações norte-americanas. A arbitrariedade na aplicação da política dos direitos humanos e as conseqüentes sanções aos países considerados violadores desses direitos repercutiram particularmente no âmbito latino-americano. O Brasil, se sentindo afetado tanto por esta política como pelas limitações que os Estados Unidos pretendiam impor a seu desenvolvimento nuclear, intentou rever as relações hemisféricas tradicionais, em defesa de seus interesses nacionais.

Apesar de nos primeiros momentos da Revolução ter aceitado um certo paternalismo por parte dos Estados Unidos, o Governo Geisel apoiado pela ascendência política que o Brasil ia adquirindo e em resposta às críticas de que era objeto, se opôs à política norte-americana, criticando sua falta de adequação à realidade da América Latina.

Em conseqüência, as relações inter-americanas perderam sua especificidade: "Os slogans que encobriam a falta de uma política resultante de um verdadeiro consenso se desgastaram e, ao desaparecer, re-

velaram um vazio de concepções políticas conseqüentes.<sup>1154</sup>

A visão que os Estados Unidos tinham das relações com a América Latina, como um simples sistema mecânico de ações e reações, levou o Brasil a expressar a necessidade de estabelecer relações sobre bases que contemplem o intercâmbio de idéias e a bilateralidade do diálogo, para reativar o desgastado sistema interamericano.

Com o Governo de Figueiredo, a América Latina passa a ser a primeira prioridade na política externa. Em continuidade à política de Geisel, concede-se prioridade às relações intralatino-americanas: "Os países da região estão conscientes da necessidade de dar novas dimensões a seus laços históricos, através da intensificação de suas consultas políticas, do estabelecimento de novos e dinâmicos laços culturais e do aumento substancial de suas relações econômicas e comerciais."<sup>1155</sup> Daí a necessidade de estabelecer novas formas de ação conjunta para enfrentar o problema comum do desenvolvimento.

Neste ponto se inscreve a aproximação com a Argentina, que possibilitou não apenas se chegar a um acordo sobre a compatibilização das obras do Alto Paraná, como ainda, também, se fixaram as bases para um maior entendimento político-econômico.

Através da análise das concepções fundamentais da política externa brasileira e suas projeções na América Latina e na África a partir da Revolução de 1964, observa-se como uma de suas características mais relevantes a contínua adequação da diplomacia ao contexto internacional. Isto é factível na medida em que se sustentou uma política pragmática. Adequação e pragmatismo aparecem, então, tanto como componentes como condicionantes da política externa.

A aplicação desta política, que tem permitido ao Brasil uma maior mobilidade no sistema mundial, tem seus limites: a adaptação será possível na medida em que se mantenha o princípio de defesa do Ocidente, que foi um dos pilares do movimento de 1964. Dentro destes parâmetros, o Brasil pôde manter sua política ambígua com relação à África e alcançar um maior pluralismo em sua vinculação com a América Latina depois da ruptura das fronteiras ideológicas.

A diplomacia brasileira, portanto, é, no âmbito mundial, de periferia e de liderança, no âmbito regional. Liderança que ela tem se empenhado em projetar sobre os países africanos atlânticos.

## NOTAS

1. A Escola Superior de Guerra foi criada pela Lei n.º 785, de 20 de agosto de 1949, a fim de que se elaborasse uma doutrina da segurança nacional, necessária para fazer frente ao mundo que emergia após a Segunda Guerra Mundial. Ver J. A. Amaral Gurgel, *Segurança e Democracia* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1975), p. 27 e ss.
2. O poder nacional é concebido como a expressão integrada dos meios de toda ordem de que a nação dispõe efetivamente para promover, no âmbito interno e no campo internacional, a consecução e a salvaguarda dos objetivos nacionais. *Ibidem*, p. 38.
3. Entre os estudos de base podemos destacar: Juarez Távora, "A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: Conceituação e Inter-relações" (Rio de Janeiro: Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, em 31 de março de 1953); Francisco San Thiago Dantas, "O Poder Nacional: Seus Móveis, Interesses e Aspirações: Realismo e Idealismo políticos" (Rio de Janeiro: Conferência pronunciada na ESG, em 24 de março de 1953); Golbery do Couto e Silva, "Planejamento e Segurança Nacional" (Rio de Janeiro: Conferência pronunciada na ESG, 1955).
4. Conhecido também como "modelo canadense", que se caracteriza pela impossibilidade de todo país subdesenvolvido alcançar seu próprio desenvolvimento. Daí que Roberto Campos, Ministro do Planejamento de Castello Branco, se mostrara partidário da aliança econômica com os Estados Unidos. Ver Carlos Moneta "La Política Exterior de Brasil", em J. C. Puig e outros, *De la Dependencia a la Liberación; La Política Exterior de América Latina* (Buenos Aires: La Bastilla, 1973), p. 144 e ss.



5. Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil* (Buenos Aires: El Cid, 1978), p. 47.
6. Carlos de Meira Mattos, "Estratégia Militar Brasileira", em *Estrategia*, n.º 49-50 (Buenos Aires: nov-dez de 1977 — jan-fev de 1978), p. 34.
7. Carlos de Meira Mattos, "O Pensamento Revolucionário Brasileiro", em Colaboração do Exército, *A Revolução de 31 Março — 2.º Aniversário* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966), p. 128.
8. Kenneth Boulding, "National Images and International System", em *The Journal of Conflict Resolution*, 1959, V. III, p. 12 e ss.
9. Harold Mackinder, citado em Jorge Atencio, *¿Qué es la Geopolítica?* (Buenos Aires: Pleamar, 1975, 2.ª edição), p. 35.
10. H. Castello Branco, discurso pronunciado na Convenção Nacional dos Ex-Combatentes a 19 de novembro de 1966, em *Discursos* (Brasília: Secretaria de Imprensa, 1966), p. 357.
11. Robert Mac Namara, citado em Osny Pereira Duarte, *La Pseudo Rivalidad Argentino-Brasileña* (Buenos Aires: Corregidor, 1975), p. 56.
12. Artur da Costa e Silva, declarações, em *Documentos*, n.º 27 (Caracas: Instituto de Estudios de la Universidad Central de Venezuela, out.-dez. de 1966), p. 199.
13. Magalhães Pinto, conferência pronunciada na ESG, em *Documentos*, op. cit., n.º 30 (jul-set de 1967), p. 98-9.
14. Artur da Costa e Silva, *Mensagem ao Congresso Nacional* (Brasília: Imprensa Nacional, 1968), p. 131.
15. Magalhães Pinto, conferência pronunciada na ESG, em *Documentos*, n.º 30, op. cit., p. 102.
16. Sob o Governo de Figueiredo, o Ministro das Relações Exteriores conceituará esta idéia em termos de país-ponte. Em *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.º 21 (Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 15-31, março-abril e maio-junho de 1979), p. 48.
17. Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, op. cit., p. 256.
18. Emílio Garrastazu Médici, *Nova Consciência do Brasil* (Brasília: Imprensa Nacional, 1970), p. 72.
19. Antônio Azeredo da Silveira, "Azeredo da Silveira defende Universalização da Política Externa Brasileira", em *Resenha . . .*, n.º 19 (out-dez de 1978), p. 87.
20. Antônio Azeredo da Silveira, "Prioridades de la Política Exterior Brasileira", em *Estrategia* n.º 27 (Buenos Aires: Instituto de Estudios Estratégicos, março-abril, 1974), p. 103.
21. A este respeito, ver Antônio Azeredo da Silveira, "Chanceler Brasileiro Abre a XXXII Sessão da Assembléia Geral da ONU", em *Resenha . . .*, n.º 18 (Jul-ag-set de 1978), p. 25-8.
22. Antônio Azeredo da Silveira, "Diplomacia Pragmática Favoreça Comércio Externo Brasileiro", em *Resenha . . .*, n.º 15 (out-dez de 1977), p. 102.
23. Ernesto Giesel, discurso pronunciado a 19 de março de 1974, ao aceitar sua candidatura à presidência, em Antônio Azeredo da Silveira, "Prioridades de la Política Exterior Brasileira", op. cit., p. 104.
24. Antônio Azeredo da Silveira, "Chanceler Saúda os Novos Diplomatas do Itamaraty", em *Resenha . . .*, n.º 19, p. 59.
25. Ramiro Saraiva Guerreiro, conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, em *Resenha . . .*, n.º 22 (jul-ag-set de 1979), p. 25.
26. *Ibidem*, p. 26.
27. Ramiro Saraiva Guerreiro, "No Dia do Diplomata, Chanceler Analisa as Relações Internacionais", em *Resenha . . .*, n.º 21 (abril-maio-junho de 1979), p. 48.
28. Referimo-nos às obras de Alberto Torres, *O Problema Nacional Brasileiro* (Rio de Janeiro: Brasiliense, 1.ª edição, 1913); Everardo Backheuser, *A Estrutura Política do Brasil — I — Notas Prévias* (Rio de Janeiro: Mendonça, Machado e Cia., 1926); Mário Travassos, *Projeção Continental do Brasil* (Rio de Janeiro: Brasiliense, 1938) e *Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1942); Lísias Rodrigues, *Geopolítica do Brasil* (Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947).
29. Federico Ratzel, "El Espacio y la Vinculación", em *Antología Geopolítica* (Buenos Aires: Aguilar, 1975), p. 15.
30. Pitrim Sorokim, *Cultura, Sociedad y Personalidad* (Madrid: Aguilar, 1975), p. 463.
31. Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica . . .*, op. cit., p. 263.
32. *Ibidem*, p. 76.
33. *Ibidem*, p. 41.
34. A Declaração Final da Conferência exortava os movimentos de libertação nacional de todos os países a se oporem às ações manifestas ou latentes do imperialismo, neo-imperialismo e a todo tipo de colonialismo. Em *Documentos*, op. cit., n.º 24, p. 155-62.
35. Fatores endógenos contribuem para acentuar a importância regional da Argentina. Em 1966, o Tenente-General Onganía havia assumido o poder, após a derrubada do Governo constitucional de Arturo Illia, iniciando-se o período da Revolução Argentina. No curso dela, as tensões sociais, econômicas e políticas se intensificaram, agravadas pelo surgimento e atuação de organizações subversivas.
36. Humberto Castello Branco, *Discursos*, op. cit., p. 268.

37. Magalhães Pinto, *op. cit.*, p. 101 (O grifo é nosso.)
38. Emílio Garrastazu Médici, *Nova Consciência . . .*, *op. cit.*, p. 71.
39. Este enfrentamento se produz pela defesa de postulados jurídico-políticos divergentes. Enquanto o Brasil — seguindo a doutrina Harmosn sobre soberanias absolutas — defende o interesse de cada Estado poder utilizar livremente seus recursos naturais, aceitando tão só a possibilidade de informar aos outros países do sistema, a Argentina apóia a "consulta prévia", entendida como a obrigatoriedade de se obter acordo para a realização posterior de obras de aproveitamento.
40. Se bem que há um entendimento temporário com a assinatura do Acordo de Nova Iorque, pelos Chanceleres Mc Laughlin da Argentina e Gibson Barboza do Brasil, em 1973, com a ascensão peronista ao Governo da Argentina, a situação de enfrentamento retorna. O Chanceler Juan Carlos Puig, durante o Governo de Héctor Cámpora, denunciou o Acordo por considerá-lo contrário ao interesse nacional.
41. A política do Paraguai evidencia um certo dualismo, derivado de sua condição de país intermediário entre a Argentina e o Brasil, que se reflete na expressão de seu Chanceler Sapena Pastor, que considera o Paraguai como "um país de curso inferior quanto ao Brasil, nos rios internacionais Paraná-de setembro de 1972).
42. O FAD foi criado em 1972 como fundo multinacional do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), com o aporte de 21 países africanos. Começou suas operações em agosto de 1973.
43. Emílio Garrastazu Médici, *Nova Consciência . . .*, *op. cit.*, p. 71.
44. Antônio Azeredo da Silveira, "Alguns Aspectos da Política Exterior do Brasil", em *Resenha . . .*, *op. cit.*, n.º 9 (abril-junho de 1976), p. 107-8.
45. Ernesto Geisel, discurso pronunciado a 19 de março de 1974, ao aceitar sua candidatura à presidência, *op. cit.*, p. 104.
46. A este respeito, ver Pierre Verger, *Flux et Reflux de la Traite des Negres entre le Golfe de Benin et Bahia de Todos os Santos* (Paris: Mouton, 1968), e Michael Turner, "Cultura Afro-Brasileira na Costa Ocidental da África, em *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 1 (Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1978), p. 19-25.
47. Leopold Sédar Senghor, discurso pronunciado em sua visita ao Brasil, em 4 de novembro de 1977, em *Resenha . . .*, *op. cit.*, n.º 15 (out-dez de 1977), p. 85.
48. Esta idéia tem sido sustentada pelo sociólogo Gilberto Freyre. Ver Gilberto Freyre, *Interpretación del Brasil* (México: Fondo de Cultura Económica, 1964), p. 117 e ss.
49. Italo Zappa, em entrevista concedida à revista *Visión* (Buenos Aires: 21 de abril de 1978), p. 12.
50. João Figueiredo, discurso pronunciado a 29 de agosto de 1979 por ocasião da visita do Presidente Kenneth Kaunda da Zâmbia, em *Resenha . . .*, *op. cit.*, n.º 18 (Jul-ag-set de 1978), p. 32.
51. Antônio Azeredo da Silveira, discurso pronunciado no Centro W. Wilson, em Washington, em *Resenha . . .*, *op. cit.*, n.º 18 (jul-ag-set de 1978), p. 32.
52. Estes conflitos se originaram a partir da assinatura, em 1973, do Tratado de Itaipu, entre Paraguai e Brasil; do protesto da Argentina porque tal obra impossibilitaria a realização do projeto de Corpus sobre o Rio Paraná; e do enchimento da Ilha Solteira por parte do Brasil, sem consulta prévia à Argentina.

## NOTAS SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL—ÁFRICA NO CONTEXTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA RECENTE

Maria Regina Soares de Lima

Professora do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — IUPERJ, Rio de Janeiro.

Meu propósito nesta intervenção é retomar algumas questões que foram sugeridas durante o Seminário e levantadas pelos expositores que me precederam nessa manhã.

A primeira delas diz respeito aos objetivos da política brasileira de aproximação com os países da África. Tratar-se-ia de um relacionamento ditado por interesses pura-

mente comerciais e mercantilistas ou, alternativamente, existiriam razões de natureza política impulsionando este movimento? A meu ver, uma resposta a esta questão que privilegie exclusivamente uma das duas dimensões estará incorrendo em uma simplificação excessiva do comportamento internacional do Brasil, que não se esgota nesse

relacionamento particular. Desta forma, as relações Brasil—África só podem ser adequadamente apreendidas quando examinadas no contexto mais amplo da política externa brasileira recente, mais precisamente no âmbito da estratégia de inserção do país no sistema mundial.

Em função do modelo de crescimento adotado, aceleram-se as exigências de se obter no plano internacional investimentos, empréstimos, tecnologia, mercados e energia, elementos que se tornaram indispensáveis à expansão interna. Assim sendo, a estratégia de inserção internacional do Brasil vem se pautando pelo duplo movimento de diversificação de suas relações interestatais e de crescente integração à economia mundial, resultando, simultaneamente, na ampliação da posição internacional do país e, também, no aumento de sua vulnerabilidade a fatores externos.

A partir da última década, acentuou-se o processo de internacionalização da economia brasileira, pelo aumento do estoque de capital estrangeiro investido e reinvestido, bem como pelos vínculos crescentes aos mercados financeiros privados internacionais. Ademais, em vista da opção pelo endividamento externo para fazer face ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, a dívida externa tem crescido vertiginosamente, atingindo cifras bastante elevadas.

Por outro lado, foi a partir dos anos 70 que se observaram mudanças sensíveis na política externa brasileira, consubstanciadas pelo esforço de redefinir as relações com os Estados Unidos e diversificar o envolvimento externo quer na direção dos demais países capitalistas avançados, quer na ênfase dada ao relacionamento com o Terceiro Mundo, particularmente com a América Latina e a África.

A nova dimensão conferida aos vínculos com os países africanos insere-se, pois, em um projeto diplomático de mais longo alcance. Tal projeto busca assegurar uma presença internacional própria, com vistas a aumentar a capacidade de influência do país em questões globais que possam afetá-lo direta ou indiretamente e, sobretudo,

fazer face à situação de vulnerabilidade gerada pela crescente dependência aos fatores externos.

O duplo movimento de diversificação das relações interestatais e de integração ao mercado mundial se manifesta no processo de formação e execução da política internacional do país. A política exterior brasileira tenderia, assim, a se pautar por objetivos múltiplos e, eventualmente, contraditórios, que se expressariam em um movimento pendular entre o Primeiro e o Terceiro Mundos ou na política de alianças flexíveis entre os países do Norte e os do Sul, tal como salientou a Profa. Nilda Anglarill na sua exposição essa manhã. Na prática, o que se observa é a existência de vários atores e agências, governamentais e não governamentais, que operam de forma diferenciada no plano externo, em função das arenas de atuação, dos interlocutores e dos interesses do jogo.

A posição relativamente peculiar do Brasil no conjunto dos países em desenvolvimento transparece claramente no campo multilateral, particularmente no plano do assim denominado "diálogo Norte—Sul". De um modo geral, os países centrais estão dispostos a conceder alguns benefícios de natureza assistencial aos países que integram o chamado Quarto Mundo. O Brasil rejeita essa posição definida como paternalista, preferindo insistir na tecla da mutualidade de interesses entre o Norte e o Sul. Do ponto de vista brasileiro, em uma conjuntura de recessão econômica, o Sul representaria um mercado nada desprezível para os produtos e capitais do Norte. A defesa dessa posição dificulta, porém, a formação de um consenso mínimo entre os países em desenvolvimento que não apresentam o mesmo grau de integração ao sistema financeiro internacional e a mesma profundidade da internacionalização de suas economias, tal como ocorre com a brasileira.

Assim sendo, é no plano das relações bilaterais com os países do Sul que o Brasil concentra suas energias. Naturalmente, existe um poderoso estímulo econômico para esta aproximação. As restrições fiscais

impostas pelos países industrializados aos produtos manufaturados brasileiros aumentaram a saliência do comércio com a América Latina e África Meridional, regiões mais próximas geográfica e culturalmente do Brasil. Existe, todavia, um claro sentido político nesta aproximação, já que o estabelecimento de relações mais estreitas e duradouras com os países latino-americanos e africanos tende a fortalecer, no longo prazo, o poder de negociação do Brasil frente aos países centrais.

Os vínculos que o Brasil tem estabelecido com esses países tendem a acarretar um relacionamento muito mais denso com essas regiões, uma vez que não se trata exclusivamente da exportação de produtos manufaturados brasileiros, mas também da venda de serviços nas áreas de infra-estrutura e de grandes complexos agroindustriais, da exportação de armamentos convencionais e do estabelecimento de programas de cooperação técnica e cultural. As exportações de serviços, armas e cultura não apenas contribuem para o incremento imediato das transações econômicas, mas, sobretudo, implicam em uma presença brasileira efetiva nesses países, em termos de pessoal, tecnologia, modos de vida, valores etc. Mesmo que, como observou o Prof. Wayne Selcher na sua exposição, a influência brasileira seja ainda reduzida, já que na área de prestação de serviços o Brasil enfrenta a concorrência das potências capitalistas avançadas e mesmo de países como a Coreia do Sul, não se pode perder de vista as conseqüências, a mais longo prazo, que essas exportações acarretam, no sentido de criar áreas de influência relativamente estáveis nessas regiões.

Essa observação me leva a uma outra questão que passo a discutir. Alguns analistas de diferentes persuasões ideológicas consideram o novo relacionamento entre América Latina e África a partir de uma perspectiva centrada no eixo Leste-Oeste e procuram examinar a política externa brasileira ou a cubana na região como simples apêndice das políticas globais dos Estados Unidos e da União Soviética, respectiva-

mente. A meu ver, a utilização de conceitos como dependência privilegiada, ou subimperialismo, nesse contexto, é analiticamente pobre e se baseia em premissas equivocadas.

Esse tipo de explicação simplesmente ignora as modificações que se processaram no interior de cada um dos blocos de aliança e que acarretaram uma relativa redefinição de forças dentro de cada um deles. Por outro lado, a utilização dessas categorias amplas não apenas trata de forma homogênea o comportamento internacional de países que apresentam características bastante peculiares, como também acaba por esclarecer muito pouco sobre o modo e os mecanismos concretos da atuação externa desses países.

Ademais, examinar as relações Brasil-África a partir deste marco analítico implica em não levar em conta a estreita relação entre a política brasileira de aproximação com a África, por um lado, e a redefinição das relações do Brasil com os Estados Unidos, por outro. A capacidade de penetração político-econômica do Brasil nessa região e mesmo na América Latina ficaria bastante reduzida se o país continuasse a ser visto como um aliado preferencial dos Estados Unidos e cuja política externa, portanto, dependesse totalmente das orientações de Washington.

Por fim, a hipótese do subimperialismo, em última instância, subestima os parceiros africanos do Brasil. Concordo com a observação do Prof. José Maria Nunes Pereira de que os governantes africanos estão absolutamente conscientes dos limites e possibilidades que um relacionamento mais intenso com o Brasil poderia acarretar. Neste sentido, mencionaria uma entrevista com o Ministro-Governador do Banco de Moçambique, Sérgio Vieira, publicada na revista *Estudos Afro-Asiáticos*, editada pelo CEEA (n.º 4, 1980). Nessa entrevista transparece claramente a posição extremamente realista e pragmática do ministro moçambicano. Perguntado sobre o futuro das relações Moçambique-Brasil, tendo em vista a natureza diametralmente oposta de ambos os regi-

mes, observou: "De toda a maneira não me parece que as relações entre Estados se fundem naquilo que constituírem os pontos de divergência entre os Estados. As relações entre Estados fundam-se naquilo que são os pontos de interesse comum, naquilo que constitui um relacionamento com vantagem mútua." (*op. cit.* p. 72.)

Rejeitar a hipótese do subimperialismo não implica, contudo, em desconhecer a natureza assimétrica desta relação em vista da maior diferenciação e complexidade da estrutura produtiva brasileira, comparativamente aos países africanos. Ainda que se trate de um relacionamento estruturalmente desigual, as duas partes têm algo a ganhar, uma vez que o sucesso e a consolidação da influência brasileira na África dependem do estabelecimento de parcerias relativamente equilibradas. Assim, a penetração de bens e serviços brasileiros no mercado africano esbarra com a presença já consolidada dos países centrais, tradicionais fornecedores à região. A lógica dessa competição exige que os novos competidores ofereçam vantagens adicionais a seus clientes, que acabam por ampliar o leque de opções dos eventuais compradores desses serviços. Enquanto essa associação for proveitosa para ambos os lados, ela poderá ser mantida. Eventualmente, porém, os países africanos poderiam vir a cobrar preços cada vez mais elevados à aspiração brasileira.

Um outro ponto que gostaria de mencionar diz respeito ao papel dos militares no contexto da política de aproximação com a África. A meu ver, a atual política africana do Brasil foi praticamente gestada pelo Ministério das Relações Exteriores. Existem evidências, escassas é verdade, de que o reconhecimento do Governo de Angola representou uma vitória das posições defendidas pelo Itamaraty no interior do círculo de poder (cf. Walder de Góes, *O Brasil do General Geisel*, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1978). Do ponto de vista da diplomacia, distanciar-se da política portuguesa na África, e apagar assim as desconfianças dos líderes africanos em rela-

ção ao Brasil, era condição necessária ao estabelecimento de relações mais sólidas com os países da região. A partir dos reconhecimento de Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, a política externa romperia definitivamente seus compromissos com o moribundo colonialismo português e daria início a uma nova etapa no relacionamento com a África.

Na verdade, estas e outras iniciativas no Governo Geisel evidenciam o sentido pragmático que passou a guiar as iniciativas diplomáticas desde então. Esta redefinição da política internacional do país seria facilmente assimilável pelos militares, uma vez que foi percebida como um meio de afirmação do poder nacional no plano externo, aspiração cara a esse estamento.

Nesse contexto, caberia fazer referência às modificações no conceito de segurança, da perspectiva dos militares. No pós-guerra, as definições de segurança, no plano interno e externo, estavam referenciadas ao principal eixo de confrontação no contexto internacional, o conflito Leste-Oeste. Socializados nos parâmetros da guerra fria, os militares estabeleciam uma vinculação clara entre questões domésticas e alinhamento no plano externo. Desta forma, nesse período, as relações interamericanas foram pautadas pela premissa de que qualquer posição nacionalista em questões econômicas domésticas implicaria em uma postura anti-americana no plano político-diplomático, representando, assim, uma ameaça à aliança anticomunista das "forças democráticas", sob a liderança dos Estados Unidos.

Nos anos 70, os militares brasileiros continuariam virtualmente anticomunistas no plano interno, elemento condicionador de toda a dinâmica política doméstica, mas introduziriam uma conotação econômica no conceito de segurança. Do ponto de vista militar, a segurança no plano externo passou a ser concebida como a capacidade de controle interno dos elementos indispensáveis ao crescimento econômico, tais como recursos naturais estratégicos, tecnologias sofisticadas etc. A vulnerabilidade resultante da dependência tecnológica em certos

setores de ponta levou, inclusive, à participação direta dos militares em áreas sensíveis, como a da informática, por exemplo.

Por outro lado, a postura restritiva dos Estados Unidos no que diz respeito à transferência de tecnologias sensíveis, como a nuclear e de equipamentos bélicos, parece ter gerado um certo sentimento anti-americano no seio do próprio estamento militar. Esse ressentimento está, porém, circunscrito às questões econômicas, no âmbito das relações Norte-Sul. No plano estratégico global, os militares brasileiros não se afastaram de seus compromissos históricos com a "aliança ocidental".

Finalmente, deve ser salientado que grande parte do sucesso da política de abertura de novos mercados, particularmente nos países do Terceiro Mundo, resultou de um esforço consciente da diplomacia brasileira em projetar no exterior a imagem de um país com uma política externa própria, desvinculada de qualquer "alinhamento tradicional". Assim sendo, a participação brasileira em um eventual pacto militar do Atlântico Sul, incluindo a África do Sul, redundaria no estreitamento das opções externas do país no plano mais geral, com implicações drásticas sobre a política africana do Brasil.

Para terminar essa exposição, mencionaria dois pontos que foram abordados na discussão dessa manhã e que dizem respeito à questão racial no Brasil e à relação entre política externa e democracia.

Inicialmente, gostaria de retomar a observação do Ministro Marcos Azambuja de que a questão racial induz à politização interna da política externa. A meu ver, essa politização é inevitável e pode, inclusive, ter conseqüências bastante positivas, como ocorreu, por exemplo, durante a guerra do Vietnã, a partir do momento em que a guerra se tornou uma questão fundamental para toda a sociedade norte-americana. O processo interno desencadeado pela crescente intervenção militar dos Estados Unidos no Sudeste Asiático contribuiu decisivamente para o término dessa guerra.

No caso brasileiro, a politização da questão racial e o estreitamento das relações com os países africanos têm sido, até o momento, processos simultâneos, porém, paralelos. Assim, na aproximação com a África, particularmente no caso dos países que integram a linha de frente de combate à África do Sul, foi essencial que o Brasil demonstrasse na prática a condenação ao *apartheid* e à discriminação racial. O Governo valeu-se, inclusive, do mito da "democracia racial" brasileira para o estreitamento dessas relações. Por isso mesmo, a política africana sempre se fez à margem da comunidade afro-brasileira residente no país e dos movimentos que lutam pela efetiva incorporação do negro à vida política, social e econômica do país. Até o momento, estas organizações não têm tido uma conotação pan-africanista, com exceção de uma delas, a Sinba, Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. À medida em que se estreitarem os laços do Brasil com a África, estas organizações poderão vir a desenvolver maiores contatos com o continente africano. Neste caso, de alguma forma a questão racial estará colocada na pauta da política externa. Acontece, porém, que não é apenas o Governo que terá de encarar de frente o problema racial, mas toda a sociedade brasileira.

Concluindo essa intervenção, caberiam algumas breves especulações a propósito da relação entre política externa e democracia. Não pretendo, nesse momento, examinar a fundo todas as dimensões e implicações dessa relação, mas apenas ressaltar alguns aspectos que me parecem pertinentes no contexto da discussão. A despeito da manutenção de certas características básicas do regime militar vigente, não resta dúvida de que a política externa mudou significativamente nestes últimos anos. Por outro lado, a democratização do regime brasileiro é sobretudo uma questão interna que independe dos rumos da política internacional do país.

É possível, porém, especular a respeito das conseqüências prováveis da política ex-

terna sobre o processo de abertura do regime. Assim, como observei anteriormente, o estreitamento dos vínculos com a África tenderá, necessariamente, a incluir o problema racial na agenda de um projeto mais amplo de democratização política e social do país. Quanto à relação entre democracia e política externa, é de se supor que, na medida em que o processo de abertura leve à efetiva transformação do pacto de poder

vigente, também se modifique a estratégia de inserção internacional do país. Numa perspectiva otimista, pode-se esperar que esta redefinição implique em novas formas de participação internacional que possam garantir minimamente a autonomia dos processos internos de desenvolvimento e que resultem em benefícios concretos para parcelas mais amplas da sociedade brasileira.

## ÁREAS DE TENSÃO NO ATLÂNTICO SUL — A AVENTURA OCEANO 81

**Amilcar Alencastre**

Diretor-Presidente da Casa do Brasil da  
Fundação Léopold Senghor. Escritor.

A região meridional do Oceano Atlântico foi durante duas décadas um mar repleto de projetos militares, mas nela não se concretizou a existência de uma só base militar sequer.

Durante os últimos anos do colonialismo salazarista, que coincidiu com o período de recrudescimento das ditaduras sul-americanas e com o fortalecimento militar do eixo África do Sul—Portugal, ditaduras sul-americanas e África do Sul se integraram de tal forma que parecia que conduziriam à organização de um novo pacto militar nessa área dos continentes americano e africano. Tal, entretanto, não aconteceu. A Revolução de 25 de Abril terminou com o monolítico ultracolonialismo português. As forças colonialistas, ditatoriais e racistas tentavam se aglutinar no Atlântico Sul. Se as primeiras foram derrotadas em Lisboa, as outras duas continuavam se fortalecendo e se unindo. A diplomacia sul-africana trabalhou intensamente junto a países como o Brasil inicialmente, depois Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e outros. Talvez pela sua ligação com a África e pela ruína do colonialismo português, o Brasil foi o primeiro a se afastar da idéia de um pacto militar nestes mares e a optar pela sua voca-

ção africana, a partir de 1975. A Argentina durante longos anos manteve a indefinição diante desse problema. O Chile, o Uruguai e o Paraguai, em íntima colaboração com a África do Sul, defendiam e defendem ainda a criação de uma "OTAN" do Sul, uma espécie de Organização do Tratado do Atlântico Sul, a "OTAS". A África do Sul concedeu aos governos chilenos, paraguaios e uruguaios vultosos empréstimos, assistência técnica e fornecimentos de armas. Inúmeras personalidades sul-africanas visitam oficialmente esses países, e suas relações desenvolvem-se intensamente. Esse relacionamento chegou ao ponto de oficiais sul-africanos viajarem a bordo de navios de guerra chilenos ou, noutro exemplo, de a independência do Estado de Transkei, que não foi reconhecido internacionalmente, ter tido a presença de um general uruguai em caráter oficioso. Na Argentina, havia alguns generais e almirantes, fervorosos defensores do pacto do Atlântico Sul, que desenvolveram até uma concepção estratégica para ele. Acontece que a negativa do Brasil a ingressar nesse novo pacto significava que o principal país, o possuidor do mais longo litoral, estava fora de seu mapa estratégico. Por outro lado, assustada com a indepen-

dência de Angola, Moçambique e ultimamente do Zimbabwe, o Governo de Pretória desenvolveu grandes esforços na concretização desse novo pacto militar. Entretanto, se verificaram alguns fatos novos, que trouxeram modificações substanciais na correlação de forças nessa área.

Em 26 de maio de 1981, os presidentes do Brasil, Figueiredo, e da Argentina, Viola, se encontram e, no comunicado "Paso de los Libres", se comprometem a "repudiar todas as formas de colonialismo e de discriminação racial, especialmente a prática do apartheid". Essa declaração chegava a ser mais objetiva e clara ao afirmar que "O Atlântico Sul é uma área de interesse direto e imediato para as nações em desenvolvimento que o margeiam", ressaltando "a alta conveniência de mantê-lo a salvo de tensões e confrontações internacionais".

Com o apoio da Argentina à posição brasileira contra um pacto no Atlântico Sul, tudo levava a crer que tal acordo estava torpedeado definitivamente, mas, apesar disso, persistiu um certo tipo dessa insólita atividade política que alguns jornalistas denominaram de "diplomacia militar paralela", ou "diplomacia por baixo da mesa", constituída por contatos entre personalidades e organizações militares dos Estados Unidos com alguns países latino-americanos. Mesmo com a declarada oposição do Brasil e Argentina, o Departamento de Estado norte-americano pressiona e insiste na idéia do pacto. Fazendo tábua rasa das declarações anti-apartheid do comunicado brasileiro-argentino, o Presidente Ronald Reagan anuncia uma nova política para a África, afirmando ser muito difícil para ele abandonar a África do Sul, "um país que esteve do nosso lado em cada uma das guerras que sustentamos, um país que é essencial do ponto de vista estratégico para o mundo livre".

Na realidade, está-se produzindo uma tenaz contradição diplomática, se não quisermos dizer confrontação diplomática, entre as diretrizes das políticas externas argentina, brasileira e norte-americana, particular-

mente entre estas duas últimas. Para o Departamento de Estado, sob a direção do General Alexander Haig, "a África do Sul é um dos pontos de apoio para a estratégia ocidental, fundamental para assegurar a rota vital de abastecimento energético do Ocidente". Haig defende o princípio de uma estratégia que se estenda ao Atlântico Sul, incorporando a África do Sul num sistema de defesa da OTAN, ampliado até além das rotas do Cabo. Isso significaria a militarização total do Atlântico Sul. Se levarmos em conta declarações oficiais, ficou claro que a posição brasileira em tais questões diverge totalmente de Washington nos seguintes termos:

— a região do Atlântico Sul, em que pese ser rota vital de petroleiros, não está sob ameaça concreta;

— não existindo uma ameaça concreta, o melhor é manter a região à margem de tensões internacionais e livre da corrida armamentista;

— para os países da região, muito mais que uma rota petroleira, o Atlântico Sul é uma importante área de ligação entre as costas da América do Sul e da África Ocidental e um meio-ambiente a ser protegido;

— já existem mecanismos institucionais e legítimos para a defesa do hemisfério e da região atlântica Sul, os quais consistem no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e no bom relacionamento dos países ribeirinhos da América do Sul e da África Ocidental.

Segundo a imprensa noticiou, em todo o mundo, deverá se iniciar nos primeiros dias deste mês [agosto de 1981] o que se denominou de "aventura oceano 81". Tal operação contará com "a participação de 16 países ocidentais e mobilizará 120 mil homens e mulheres, cerca de 300 embarcações e uns mil aviões". Segundo ainda a imprensa européia, sua primeira etapa no Atlântico Sul terminará no dia 29 de setembro, quando "os sul-americanos se desligarão dos exercícios, que prosseguirão no Caribe com exercícios de desembarque de anfíbios em Guantánamo e Porto Rico".

Uma operação de tamanha envergadura não poderia passar despercebida. Afinal, quais as razões que levaram seus promotores a realizá-la? Por que e para que a criação da "aventura oceano 81"?

Nestas paragens marítimas do Atlântico Sul reina a paz. Não há qualquer tipo de confronto militar. Embora tenha ocorrido uma importante alteração de geografia política, nesta parte do mundo, com a independência de novas nações africanas, não se produziu nenhuma situação que pudesse ser considerada como tensão.

O processo de violência latente na região é resultado do *apartheid*. E justamente a neutralização e os esforços para extinção desse odioso e anti-humano sistema político constituem preocupação fundamental da comunidade das nações atlânticas da África e da América Latina, assim como da comunidade internacional.

A "aventura oceano 81" voltou inteiramente as costas para a África. Ignorou completamente a África. É como se esse continente não existisse. No entanto, essas manobras navais vão, justamente, se realizar em seus próprios mares. Por outro lado, ao incluir vários países latino-americanos — o Brasil, aliás já declarou que não participará —, está isolando militar e politicamente, por consequência, as nações latino-americanas de suas irmãs africanas, impossibilitando ou no mínimo dificultando políticas pró-África, como as que o Brasil se propõe, obstaculizando as relações Sul-Sul e tornando ainda mais remotas as aspirações de um diálogo Norte-Sul.

A "aventura oceano 81" é, claramente, um novo instrumento do colonialismo, que, não podendo se apresentar oficialmente como uma nova organização político-militar — pois para isso já existe a OTAN, cria ilegalmente, sem as autorizações constitucionais e internacionais neces-

sárias, um pacto militar que, embora não existindo juridicamente, passou a existir de fato militarmente. O Atlântico Sul é um mar de paz onde não existe qualquer confronto militar e onde a navegação tem fluído livremente sem qualquer empecilho. Ao que parece, os belicistas do Pentágono e do Departamento de Estado, com o radicalismo primário do general Alexander Haig, estão impondo seus pontos de vista de uma geopolítica neocolonialista, que tem como objetivo controlar os nossos mares, pois, na realidade, a confrontação, a militarização só não existia no Atlântico Sul.

A "aventura oceano 81" é comandada pelo almirante norte-americano Harry Oll Train, que é, coincidentemente, o comandante das forças navais da OTAN. Na verdade, a "aventura oceano 81" é uma OTAN ilegal que meia dúzia de chefes militares das grandes potências resolveu criar, sem consulta a governos, sem autorização dos parlamentos e sem assinatura de tratados internacionais.

É um fato consumado, muito a gosto dos colonialistas, mas que pode ser prejudicial ao relacionamento internacional de muitos países, entre eles o Brasil. Qualquer ato, comportamento, operação ou organização que traga em seus objetivos a criação de dificuldades no relacionamento entre as nações, é uma tentativa extemporânea e condenável de instaurar a guerra fria. E na guerra fria os grandes prejudicados têm sido sempre os nossos países do Terceiro Mundo.

O comunicado Figueiredo—Viola representou e representa um desejo ardente de paz dos povos da África e da América Latina: "*O Atlântico Sul é uma área de interesse direto e imediato para as nações em desenvolvimento que o margeiam e ressalta a alta conveniência de mantê-lo a salvo de tensões e confrontações internacionais.*"



**8.ª SESSÃO**

**A INFLUÊNCIA AFRICANA  
NO BRASIL**



# INFLUÊNCIA DA ESCRAVIDÃO NEGRA NA ESTRUTURA E COMPORTAMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Clóvis Moura

Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos  
Africanistas — IBEA, São Paulo.

I

O Brasil tem características específicas em relação aos demais países da América do Sul na sua formação e desenvolvimento econômico, social, político e cultural. No entanto, como os outros esteve subordinado ao sistema colonial, inicialmente, e, em seguida, ao sistema imperialista mundial. Isto deve servir de guia de análise e levar-nos a fazer uma série de perguntas para esclarecer a situação em que se encontra o Brasil, especialmente no seu relacionamento interétnico, as conotações ideológicas específicas criadas para justificar (teórica e empiricamente) tanto o sistema colonial no passado como o imperialismo no presente, e, ao mesmo tempo, como foi possível manterem-se os mecanismos determinantes da formação e desenvolvimento de uma ideologia mistificadora como a da *democracia racial*.

Parece-nos que o mais importante como caráter diferenciador entre as sociedades formadas nos demais países da América do Sul e o Brasil é a proporcionalidade da escravidão negra, a sua duração, a sua distribuição geográfica e as soluções encontradas para a sua extinção.

Sem querermos entrar em análises comparativas, devemos salientar, porém, que em nenhum país da América do Sul a escravidão foi tão importante numericamente, teve uma distribuição de âmbito nacional e durou tanto tempo como no Brasil.

Nos outros países onde essa escravidão foi relevante — por exemplo, a Colômbia e o Peru — houve, sempre, uma determinada área na qual os negros escravos eram con-

centrados, e, por outro lado, não chegaram, nunca, a se igualarem aos brancos numericamente. A mesma coisa aconteceu nos Estados Unidos. O sistema escravista não dominou tão ampla e profundamente as relações sociais naqueles países como no Brasil, que teve organizada, estruturada, queiram ou não, uma sociedade escravista de âmbito nacional, funcionando durante quase quatrocentos anos, sem modificações ponderáveis na sua estrutura e no seu dinamismo.

O sistema escravista imporá o seu ritmo de desenvolvimento e crescimento a todos os demais níveis de interação da sociedade brasileira, fazendo-nos, como não podia deixar de ser, em consequência do pequeno nível de dinamismo desse tipo de sociedade, um país com atrasos históricos, sociais, políticos e culturais imensos, conforme veremos depois. O sistema escravista determinou em toda a extensão geográfica do Brasil o seu ritmo de desenvolvimento e o conteúdo fundamental das suas relações inter-étnicas.

Destacando este caráter nacional da escravidão brasileira, Skidmore escreve: "Como resultado, todas as regiões geográficas importantes tinham um percentual significativo de escravos entre a sua população total. Em 1819, conforme estimativa não oficial, nenhuma região tinha menos de 27% de escravos na sua população total. Quando a campanha abolicionista começou, os escravos estavam concentrados, em números absolutos, nas três províncias cafeeicultoras importantes: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Vistos como uma porcentagem da população total de cada região, no entanto, eles continuavam a se

distribuir de maneira notadamente uniforme. Em 1872, quando os escravos eram 15,2% dos habitantes do país, nenhuma região tinha menos de 7,8% de sua população total em regime de escravidão, e a sua taxa mais alta era de apenas 19,5%. A escravidão tinha se espalhado num grau notavelmente similar em cada região do país.<sup>11</sup>

Quanto ao conteúdo das relações inter-étnicas veremos, no decorrer deste trabalho, como foi montado pelas classes dominantes, quer no Brasil Império ou República, um mito ideológico escamoteador de uma realidade altamente conflitante: o mito da *democracia racial*. Este engodo ideológico surgiu da necessidade do colonizador português de estabelecer dobradiças amortecedoras das contradições raciais, que se apresentavam como ameaça de conflito permanente. A população negra, até o século XIX era superior à branca. Para que a grande massa mulata (negra, portanto) não adquirisse consciência étnica, criou-se uma sociedade de estrutura aberta, fenotípica, na qual, enquanto permanecia a escravidão para os negros e pardos escravos, abria-se, para o mulato livre, um pequeno espaço social no qual ele podia circular com relativa liberdade e, com isto, escamotear o fundamental, que era justamente a contradição entre senhores e escravos.

Da necessidade do trabalho escravo subordinado ao sistema colonial, formou-se, no Brasil, uma sociedade poliétnica para produzir esse tipo de economia, e, ao mesmo tempo, uma ideologia capaz de amortecer a luta entre senhores e escravos. O exemplo do Haiti ainda era muito recente e abriu-se, no Brasil, um dreno amortecedor, dando-se ao mulato um *status* étnico que ele não teve e não tem nos Estados Unidos. Como produtor básico da nossa economia, o escravo negro era considerado *coisa*, enquanto o mulato livre podia ter trânsito em alguns espaços da sociedade escravista.

O sistema colonial no Brasil atua, conseqüentemente, com certas particularidades. Não se interessa pelo aproveitamento do trabalho do indígena; na comparação que

faz entre as possibilidades das técnicas produtivas nativas e o valor da terra, cultivadas por populações ligadas à agricultura, opta pelo extermínio das primeiras, a ocupação da terra e a importação, em larga escala, do negro africano como trabalhador básico. Enquanto em guerras sucessivas — Confederação dos Tamoios, Confederação dos Cariris, Confederação dos Guereus, entre outras — o índio é praticamente dizimado e/ou lançado para linhas divisórias cada vez mais distantes, o tráfico de escravos negros instala-se no Brasil como o elemento mais importante entre os mecanismos mantenedores do sistema escravista. Não iremos traçar, aqui, a grande tragédia que foi o extermínio das populações indígenas, extermínio que continua até os nossos dias. Este extermínio poderá ser tomado como um capítulo específico no processo de dominação colonial, mas está ligado, por uma série de elos de conexões, ao problema da escravidão negra no passado e à situação de marginalização do negro no presente.

As antigas terras indígenas são ocupadas pelo colonizador português, e o negro é trazido para trabalhar nas mesmas. Estão, portanto, montadas as bases do escravismo colonial que durante quase quatrocentos anos imprimiu o ritmo de desenvolvimento interno da nossa economia, da nossa vida social e da nossa cultura. Os índios cruzados com os brancos iriam constituir a grande plebe campesina e os negros seriam as populações ligadas ao trabalho escravo, juntamente com os pardos que não conseguiram carta de liberdade. Essas classes e camadas poliétnicas foram constituídas em consequência da destruição quase total do índio dono da terra; do cruzamento posterior de alguns desses grupos sobreviventes com o colonizador; e, basicamente, através do tráfico de escravos negros vindos da África. O tráfico de escravos, dentro do contexto do sistema colonial será, por sua vez, um dos grandes fatores de acumulação capitalista das metrópoles.

Formadas as grandes companhias apressadoras de negros africanos, os principais países europeus (Portugal, Inglaterra, Dina-

marca, França, Holanda) dele se beneficiarão durante longo período, contribuindo para a consolidação e dinamização do escravismo nas regiões periféricas do capitalismo comercial, mercantil e posteriormente industrial das metrópoles.

Alguns dados ilustrativos, mas não definitivos da realidade, e meramente aproximativos (pois havia a necessidade de esconder-se o contrabando) dão uma visão desse comércio e da sua importância:

1680-1786 — Escravos importados para as colônias inglesas da América: 2.130.000 (só a Jamaica importou 40.000 escravos).

1776-1800 — Uma média de 74.000 escravos por ano foram importados para as colônias americanas, ou um total de 1.850.000.

Média anual para os ingleses: 38.000; portugueses: 10.000; holandeses: 4.000; franceses: 20.000; e dinamarqueses: 2.000.

Conforme já dissemos, a existência do contrabando e outros fatores que influíram para minimizar o reflexo do tráfico impedem que se tenha um apanhado exato do número de africanos importados na chamada "diáspora negra". Vários estudiosos já abordaram o assunto, mas a nós parece que até hoje o número exato de negros africanos escravizados é desconhecido e não haverá mais possibilidades de se chegar a um levantamento estatístico exato.

O certo é que, para estruturar-se o modo de produção escravista, os escravos negros foram espalhados nacionalmente aqui no Brasil, conforme já foi visto. Para Arthur Ramos, esses estoques de negros foram distribuídos da seguinte forma:

1. Bahia, com irradiação a Sergipe, onde os negros escravos foram distribuídos para os campos e plantações de cana-de-açúcar, fumo, cacau e serviços domésticos urbanos e posteriormente os serviços de mineração na zona diamantina;

2. Rio de Janeiro e São Paulo, onde os negros foram encaminhados aos trabalhos das fazendas açucareiras e cafeiras da baixada fluminense e serviços urbanos;

3. Pernambuco, Alagoas e Paraíba, focos de onde irradiou uma enorme atividade

nas plantações de cana-de-açúcar e algodão do Nordeste;

4. Maranhão, com irradiação no Pará, foco onde predominou a cultura de algodão;

5. Minas Gerais, com irradiação para Mato Grosso e Goiás, nos trabalhos de mineração do século XVIII.<sup>12</sup>

A base que produzia a dinâmica econômica dessa sociedade de escravismo colonial era a agricultura de exportação e a mineração. Por seu turno, para que se mantivesse esse dinamismo, havia necessidade do tráfico permanente de negros vindos da África, pois as condições sob as quais trabalhava o escravo negro levavam a que a sua média de vida produtiva fosse baixíssima: sete anos. O tráfico de escravos servia, portanto, para — internamente — manter o equilíbrio demográfico da estrutura e — externamente — contribuir para o desenvolvimento do capitalismo nas metrópoles européias.

Esta dupla função era conseguida através daquilo que se convencionou chamar de "tráfico triangular". Ora, o simples fluxo de escravos africanos vendidos não explicaria a importância que o tráfico teve no processo de acumulação capitalista nas suas respectivas metrópoles. Isto somente seria possível através dessa modalidade de tráfico. Nesse processo, a Inglaterra, França e América colonial forneciam as exportações e as embarcações; a África, a mercadoria humana; e as plantações das colônias, as matérias-primas que seriam enviadas às metrópoles como conclusão desta triangulação.

Para que esse tipo de comércio funcionasse sem contradições profundas havia necessidade de um mecanismo regulador e controlador indispensável: o monopólio comercial.

O tráfico triangular criou, na Inglaterra, um ramo de capitalismo que poderíamos chamar de "negreiro", porque todo ele estava subordinado ao desenvolvimento do tráfico triangular. Consistia em empresas de transporte naval e construção de barcos, fato que, por outro lado, determinava o crescimento de cidades, portos de mar como

Bristol, Liverpool e Glasgow e a criação de indústrias fornecedoras de mercadorias ao tráfico triangular: tecidos de seda e comuns (o "pano da África", escopetas, pólvora, munições de um modo geral, sabres, barras de chumbo, barras de ferro, artigos de ferro diversos, artigos de barro e cristal, colares, tecidos estampados e muitos outros.<sup>3</sup>

Este conglomerado de pequenas empresas industriais será o municionador da primeira etapa do tráfico triangular: a troca de mercadorias por seres humanos. A segunda etapa será a troca de seres humanos por mercadorias, produtos coloniais. A terceira será a troca dessa mercadoria por dinheiro nas metrópoles.

Se a Inglaterra tinha a Companhia das Índias Ocidentais para executar esse tipo de comércio, os outros países traficantes montaram empresas idênticas para a manutenção do monopólio do comércio colonial. Portugal, em relação ao Brasil, criou a Companhia do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Conforme escreve um estudioso da primeira delas, "o grande impulso da política colonial do mercantilismo português data, porém, da abertura da segunda metade do século XVIII com a administração pombalina. O estabelecimento de Companhias privilegiadas era, então, deveras concordante com a política do ministro de D. José I. Conhecedor do sucesso britânico, Pombal aplicou os ensinamentos aprendidos em Londres. Versado na intriga internacional, o déspota viu no sistema das Companhias o mais eficiente meio de livrar o reino e o império da ação sorvedoura do capitalismo estrangeiro fielmente representado pelas sucursais inglesas, estabelecidas em Lisboa (...). As Companhias prestavam-se, ademais, à planejada investida pombalina contra o poder político dos jesuítas. A intervenção da monarquia constitui parte essencial do processo fomentista de ultramar. Pombal apadrinhou as Companhias por ver nelas os meios de fortalecer seu despotismo. Entrelaçam-se, com efeito, os dois objetivos do Estado absolutista. O fomento ultramarino era, assim, um apêndice insepa-

rável da política de Sebastião José de Carvalho e Mello, bem como um auxiliar necessário do seu programa de desenvolvimento econômico e defesa do patrimônio da coroa."<sup>4</sup>

"Racionalizado" esse processo pela Holanda, Inglaterra e Portugal, iniciou-se depois, através do tráfico triangular, o saque às colônias.

Caracterizando a essência dessas companhias, Marx escreve que "o regime colonial deu um grande desenvolvimento à navegação e ao comércio. Daí nascerem as sociedades mercantis, dotadas pelos governos de monopólios e privilégios que serviram de poderosas alavancas à concentração de capitais. O regime colonial — prossegue Marx — assegurou os mercados às nascentes manufaturas, aumentando a facilidade de acumulação, graças ao monopólio do mercado colonial. Os tesouros diretamente extorquidos fora da Europa, por meio do trabalho forçado dos indígenas reduzidos à escravidão, pela concessão, a pilhagem e a morte, refluíram à mãe pátria para funcionar aí como capital. A verdadeira iniciadora do regime colonial, a Holanda, tinha já em 1684 alcançado o apogeu da sua grandeza. Ela era possuidora quase exclusiva do comércio das Índias Orientais e das comunicações entre o sudeste e o noroeste da Europa. Seus barcos de pesca, suas marinhas, suas manufaturas, superavam as dos outros países (...). Em nossos dias a supremacia industrial implica na supremacia comercial; mas na época manufatureira propriamente dita é a supremacia comercial que dá a supremacia industrial."<sup>5</sup>

Havia mais, no entanto. Havia a necessidade de ideólogos que justificassem o saque colonial e a escravidão negra que lhe era inerente.

Mesmo um iluminista como Montesquieu, que condenava a escravidão teoricamente, quando chega no particular da escravidão negra é taxativo e brutal:

"Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de escravizar os negros, eis o que eu diria:

"Tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram de escravizar os da África a fim de utilizá-los no desbravamento das suas terras."

"O açúcar seria muito mais caro se não se cultivasse a planta que o produz por intermédio de escravos."

"Aqueles a que nos referimos são negros da cabeça aos pés e têm o nariz tão achata-do, que é quase impossível lamentá-los."

"Não podemos aceitar a idéia de que Deus, que é um ser muito sábio, tenha introduzido uma alma, sobretudo uma alma boa, num corpo completamente negro. (...) É impossível supormos que tais gentes sejam homens, pois, se os considerarmos homens, começaríamos a acreditar que nós próprios não somos cristãos."<sup>6</sup>

Formada esta unidade mercantil-ideológica, inicia-se o processo de capitalização nas metrópoles e descapitalização nas colônias.<sup>7</sup> Esta descapitalização permanente cria os primeiros germes de uma contradição que irá se aprofundando progressivamente à medida que os elementos de crise da nossa economia interna se agravam, e, ao mesmo tempo, a metrópole continua exigindo o mesmo ritmo de exploração colonial. Isto tornava cada vez mais difícil esta capitalização na colônia, e tal dificuldade irá se refletir, posteriormente, no modelo das nações que irão surgindo nas regiões colonizadas e por esse mecanismo descapitalizadas, de modo especial o Brasil.

Diz Afonso Arinos, citado por Ivan Pedro de Martins: "Em meados do século XVI, a produção da América Portuguesa já era superior à da América Espanhola. Fernão Cardim, Gabriel Soares e o Padre Anchieta, todos cronistas quinhentistas, nos dão a cifra de 300.000 arrobas para a produção anual do açúcar brasileiro, no fim da centúria (mais ou menos 4.500 toneladas).

"Em princípios do século seguinte — segundo os *Diálogos das Grandezas do Brasil* — a produção vai ao dobro, 600.000 arrobas, que se vendiam a 300.000 cruzados — ou mais de 40 milhões de cruzeiros atuais. Essa riqueza só tendia a aumentar e o valor

dela em ouro dividido pelo número de habitantes dá a maior renda *per capita* em toda a nossa história."<sup>8</sup>

No entanto isto não contribuiu para a acumulação de capitais nacionais de forma relevante. Pelo contrário. A descapitalização ou a capitalização em proporções insignificantes das colônias era um mecanismo inerente a esse tipo de economia e irá determinar, em linhas gerais, o modelo subsequente que se formará: o capitalismo dependente. No Brasil isto irá influir na estruturação e comportamento das classes que irão se estratificando, com reflexos visíveis até os nossos dias

## II

No auge desta produção de artigos coloniais há uma imbricação, uma identificação entre a *divisão social do trabalho* e a *divisão racial do trabalho*. No caso do Brasil quem trabalhava nessa economia escravista era o negro. Daí porque, quando o Brasil emerge como nação, suas classes dominantes têm de criar, também, o ideal de um *tipo nacional* e esse tipo escolhido é exatamente o oposto daquele que produzia a riqueza: é o modelo do antigo colonizador. Nessa sociedade poliétnica, com enormes contingentes de negros escravos e forros, mulatos, curibocas, mamelucos e frutos de outros cruzamentos, o ideal escolhido como superior foi o *branco*. Criam-se, então, a partir daí, símbolos justificatórios dessa alienação, e o negro passa a ser visto como inferior biológica, psicológica e culturalmente. Era, portanto, uma inversão de valores que se fazia, e as classes dominantes impunham a ideologia do colonialismo, sendo o branco o ideal a ser atingido. No caso particular do Brasil, o ideal era chegar-se, quando não se era branco, pelo menos a um tipo que, na escala cromática estabelecida, mais se aproximasse dele e mais se afastasse do negro. Daí a necessidade do *branqueamento*. Os segmentos mestiços, para se classificarem nessa escala cromática,

têm, também, de ascender na escala social. Um mulato pobre é negro, um mulato rico é *branco*. Todos procuram, por isto, dar as costas às suas matrizes étnicas e se voltam para o modelo branco como o objetivo a ser alcançado. Com isto se desarticula a consciência étnica desses segmentos, isolando-se, por outro lado o negro feno/genotípico o qual passa a ser radicalmente discriminado, inclusive pelos mulatos e outros produtos da mestiçagem, através de uma política de peneiramento das mais eficazes, e, ao mesmo tempo, impossível de ser localizada para ser combatida.

Para tal, como complemento, criou-se o mito da benignidade da escravidão no passado e da *democracia racial* no presente. A permanência da escravidão até 1888 inibiu e traumatizou todas as possíveis possibilidades de uma alternativa democrática para a sociedade brasileira, especialmente nas relações interétnicas. Enquanto o capitalismo industrial se desenvolvia na Europa intensamente, nós aqui ainda permanecemos esclerosados pela permanência da escravidão, fato que produzirá imenso atraso histórico em relação aos países que não sofreram a escravidão colonial por tanto tempo e tão intensamente. O latifúndio escravista impedia a formação de áreas de desenvolvimento de economia capitalista, fato que irá gerar a impossibilidade de se criar uma burguesia nacional capaz de liderar as transformações estruturais da sociedade da época.

O Brasil, por estas razões, não conseguiu acumular capitais capazes de livrá-lo de desembocar, obrigatoriamente, no modelo de capitalismo dependente. Uma coisa foi decorrente da outra. Somos, por isto, um país estruturalmente atrasado. Vejamos, a título de simples verificação, alguns desses atrasos, comparados com o dinamismo do capitalismo industrial europeu:

— O *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels é de 1848.

— A Lei Eusébio de Queirós que extingue o tráfico de escravos africanos no Brasil é de 1850.

— A Comuna de Paris é de 1871.

— A Lei do Ventre Livre é de 1871.

O atraso social e político, como vemos, é gritante. Enquanto já se questionava na Europa o sistema capitalista no seu sentido global, os traficantes brasileiros lutavam, ainda, no nosso Parlamento, para que a lei que extinguiu o tráfico de africanos não fosse aprovada. Isto surge da incapacidade histórica de o Brasil acumular capitais para entrar na senda das nações capitalistas anteriores. O fator fundamental desse atraso era o escravismo colonial. Não é por acaso, portanto, que o traficante é aquele segmento que consegue acumular capitais ponderáveis. Quando Mauá procura fundar o primeiro Banco do Brasil, recorre aos seus capitais, que, com a Lei Eusébio de Queirós, estavam imobilizados.<sup>9</sup>

Por outro lado, as áreas em expansão *modernas* — bancos, portos, estradas de ferro, empresas de transporte urbano e iluminação — são dominadas pelo capital estrangeiro, que ocupa aqueles espaços econômicos da estrutura que teoricamente deviam ser preenchidos pelos capitais de uma burguesia nacional que não se completou. O escravismo colonial cria, portanto, as premissas econômicas, sociais e culturais para o modelo do capitalismo dependente, que o substitui.

A formação do capitalismo dependente, modelo que é altamente competitivo nas poucas áreas de prestígio, dinamismo e/ou lucrativas, cria, no outro pólo, grandes contingentes espoliados. Para compreendermos melhor esta dinâmica de sujeição/dominação, como funciona atualmente, vejamos a nossa situação pouco antes da Abolição, ou seja, em 1882:

População incluindo-se as cinco principais províncias do País (São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro):

- trabalhadores livres: 1.433.170;
- trabalhadores escravos: 656.540; e
- desocupados: 2.822.583.

Como podemos ver, o número de desocupados é imenso, e será o componente da franja marginal que caracterizará o capitalismo dependente que emerge desta situação. Esses grandes segmentos marginais, es-



truturalmente subordinados ao modelo, serão compostos por negros e mestiços diretamente cruzados com eles.

A Abolição no Brasil é feita conservando-se o latifúndio. As classes dominantes continuam praticamente as mesmas. Isto determina um trauma naquelas populações negras e mestiças egressas das senzalas, que ficam sem ter onde se situar social e economicamente nesse tipo de estrutura. Por outro lado, continuamos dependendo de uma economia de exportação e de um produto exclusivo: o café. Com a importação maciça de imigrantes europeus (brancos), vastos contingentes populacionais poliétnicos são marginalizados, especialmente em São Paulo e nas demais zonas urbanas em desenvolvimento. O imperialismo entra como o componente externo de dominação, da mesma forma como o sistema colonial dominou o modelo escravista. Essas populações, por isto, não são aproveitadas, e quando, em consequência de solicitações do mercado internacional, há necessidade de se abrirem áreas pioneiras, em São Paulo, para a lavoura do café, vai-se procurar o japonês, deixando-se na marginalidade a população negra.

Isto, porém, fazia parte do mecanismo regulador do processo de dominação do imperialismo, que exige, nas áreas de capitalismo dependente, grandes contingentes nativos marginalizados. Ao mesmo tempo, como elemento de controle social e político, descarta-se a prática de uma política democrática. O modelo que substitui o escravismo poderá ser definido da seguinte maneira:

- a) falta de um capitalismo nativo em proporção capaz de lhe dar autonomia nacional;
- b) conservação da propriedade latifundiária;
- c) subordinação aos grupos, interesses e nações imperialistas;
- d) existência de um aparelho de Estado altamente repressivo para impedir as manifestações da plebe marginalizada;

e) a conjugação de formas arcaicas de produção e dominação com formas modernas, fato que, ao invés de resolver os problemas internos, agrava-os ainda mais; e finalmente

f) uma distribuição de rendas altamente concentrada.

O imperialismo permite a formação de um capitalismo dele dependente — parcial ou totalmente — nos países periféricos com a concomitância de grandes áreas marginalizadas, oprimidas por um aparelho de Estado autoritário, despótico na sua essência e com pólos de segurança endógenos e exógenos. Não se forma, em consequência desse conjunto de situações que se cruzam na estrutura, um mercado interno altamente desenvolvido e diferenciado, a não ser para artigos de bens de consumo produzidos pelas chamadas multinacionais e cujos capitais retornam às metrópoles em forma de lucros máximos. Em consequência, não se estrutura uma burguesia nacional significativa como classe e ideologicamente independente, capaz de conduzir as formas de lutas que possam modificar o conteúdo do modelo atual. Não há, por isto, possibilidades efetivas de se fazer a revolução burguesa com e por essas burguesias nativas.

Numa sociedade como a brasileira, com grandes contingentes marginalizados, a fim de se manter o nível de lucro máximo das multinacionais, remanipula-se intensamente o símbolo do homem brasileiro como sendo o branco, para que o negro seja atirado às últimas franjas da sociedade como o antitempo nacional.

Os mitos e racionalizações do escravismo são desenterrados e reinterpretados, para manter o negro atrás do exército industrial de reserva, como massa marginalizada. O preconceito de cor funciona, portanto, como um mecanismo regulador do capitalismo dependente, a fim de manter os baixos padrões de salários dessas massas plebéias e da classe operária por abrangência. O sistema mantém o negro *sob controle*. E a repressão do aparelho policial entra

em contato corpo a corpo com o negro e segmentos marginalizados. A imagem do negro, por isto, passa a ser a de um desordeiro, criminoso, baderneiro e antibrasileiro. Podemos falar de um ítalo-brasileiro, um luso-brasileiro, um nipo-brasileiro como descendentes das suas respectivas matrizes colonizadoras naturalmente. Mas, quando se fala em afro-brasileiro, a coisa muda e há uma série de restrições ao termo e de medidas repressivas, porque o negro tem de ser apenas o cidadão sem raízes culturais, sem historicidade. Tem de ser apenas o ex-escravo.

Por tudo isto, durante a nossa formação histórica, as massas plebéias, nas quais o negro se encontra em maioria esmagadora, foram as únicas que tentaram romper as estruturas desses dois modelos. No primeiro período (o escravismo colonial) o único movimento que colocou em perigo a sua estabilidade foi a República de Palmares. Após a Independência, são movimentos como a Cabanagem (1835-1838), a Balaia-da (1835) e a Revolução Praieira (1848) que procuram, através da violência, desarticular e desmontar o modelo que estava se formando, saído das entranhas do escravismo.

Do primeiro desses movimentos — Palmares — podemos dizer que de 1630 a 1695 organizou-se na estrutura do escravismo colonial como outro modelo que a ele se opunha frontalmente. Mas as estruturas de poder coloniais não podiam deixar que esse modelo se desenvolvesse e estabeleceram contra ele a mais feroz repressão. A sua destruição representou o fim da maior iniciativa realizada contra o regime escravista. Para que se tenha uma idéia aproximada das proporções da República de Palmares, basta que se veja as forças necessárias para destruí-la. Segundo Décio Freitas "em dezembro (1693) teve início a concentração de efetivos em Porto Calvo. Chegaram primeiro uns três mil homens — brancos, índios, mamelucos e negros do Terço dos Henriques — recrutados em Olinda, Recife e lugares circunvizinhos. O presídio de Recife foi literalmente esvaziado e os presos

organizados em um corpo sob o comando do capitão de infantaria Bartolomeu Simões da Fonseca. (...) Este exército somava ao todo — incluindo as forças de Domingos Jorge Velho — mais ou menos nove mil homens. Chega-se a mencionar um total superior. O historiador alagoano Moreno Brandão fala em onze mil, mas essa cifra é escassamente objetiva. Em todo caso, eram forças militares como nunca antes a Colônia vira. Pode-se aquilatar a sua importância à luz do fato de que os holandeses haviam conquistado Pernambuco com pouco mais de sete mil homens. Não foi senão nas lutas pela Independência que se chegou a reunir um exército mais numeroso, cerca de quatorze mil homens."<sup>10</sup>

Aquilo que poderíamos chamar de revoltas da plebe, esmagadas violentamente pela estrutura de poder dominante (a Cabanagem deixou um saldo de 40 mil mortos), servem para desarticular o sistema e consequentemente dinamizar a sociedade brasileira através da violência. No Brasil republicano temos o exemplo da revolta da Marinha, liderada pelo marinheiro João Cândido, para se constatar como a violência contra os movimentos negros e populares chegam a níveis genocídicos.<sup>11</sup>

Enquanto isto, no pólo institucional e nas áreas econômicas que se desenvolvem, o imperialismo penetra folgadoamente, e a burguesia brasileira capitula ou se acomoda, encolhe-se numa sanfona política que vai de 1930 a 1964, como marcos significativos. E neste processo ela tem de assimilar, também, a ideologia do imperialismo.

O negro, por isto mesmo, é apresentado como o modelo do delinqüente da nossa sociedade. De Zumbi a João Cândido, nunca o negro foi julgado como criminoso político, mas, sempre, como criminoso comum. A imagem do negro criminoso, bicho-papão invocado pelas mães quando os filhos não querem dormir, tido como criminoso contumaz pelos órgãos de repressão, é uma constante no subconsciente do brasileiro. Essa imagem, esse símbolo, não passa de uma justificativa das classes dominantes

no sentido de mantê-lo nas favelas, alagados, cortiços, pardieiros e invasões, de um lado, e, de outro, impedir que os trabalhadores engajados no processo de trabalho reivindiquem melhores condições de vida e distribuição de renda, porque há, permanentemente, uma massa de pressão marginalizada mantida pelo modelo neste sentido.

Este impasse histórico chegou, no momento atual, a uma situação crítica. Não há mais possibilidades de se governar como antigamente, nem o povo, as massas marginalizadas, aceitam serem governadas como eram. De um lado, sabemos que o capitalismo dependente tem possibilidades de manter-se durante muito tempo, quer mediante o agravamento da repressão, através de um aparelho de Estado cada vez mais sofisticadamente violento, quer, também, através de uma estrutura político-legislativa e administrativa subserviente, se não houver um movimento dinâmico/radical que o modifique. Além disto, pode usar os órgãos de comunicação de massas para neutralizar

ou minimizar a conscientização das grandes camadas oprimidas a que já nos referimos.

Do ponto de vista econômico, a descapitalização continua em ritmo cada vez maior, e, ao mesmo tempo, a desnacionalização da economia interna determina o desaparecimento quase completo, como componente de uma política independente, de uma burguesia nacional capaz de liderar a revolução brasileira. Somente a plebe rebelde, composta de negros, mulatos, curibocas, brancos pobres, caboclos, mamelucos e índios, além de outros tipos de cruzamentos poliétnicos, que sempre lutaram no passado contra o escravismo e estão lutando, agora, contra o modelo de capitalismo dependente e o seu suporte (o imperialismo), poderá fazê-la. O contramodelo, pela primeira vez em nossa história, tem possibilidades de romper a carapaça do modelo atual e colocar, no seu lugar, a sua negação dialética, ou seja: o modelo socialista.

E o negro, pela sua condição de duplamente oprimido, será chamado a ser um dos líderes desta revolução.

## NOTAS

1. Tomas E. Skidmore, "O Negro no Brasil e nos Estados Unidos", *Argumentos*, Ano I, n. 1, p. 44.
2. Arthur Ramos, *Introdução à Antropologia Brasileira* (Rio de Janeiro: Ed. da Casa do Estudante do Brasil, 1.º vol., 1943), p. 324.
3. Para mais detalhes sobre o tráfico triangular, ver o livro de Eric Williams, *Capitalism and Slavery*, no qual, aliás, nos baseamos para expô-lo.
4. Manual Nunes Dias, *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão* (Belém: Ed. Universidade Federal do Pará, 1970, 1.º vol.), p. 76.
5. Karl Marx, *A Origem do Capital (A acumulação primitiva)* (São Paulo: Ed. Fulgor, 1964), p. 99-100.
6. Montesquieu, *Do Espírito das Leis* (São Paulo: 1973), p. 215.
7. Por isto, diz Marx: "Não há dúvida de que vários chefes de corporação, muitos artesãos independentes e até operários assalariados, tenham conseguido ser, no princípio, capitalistas incipientes, e, pouco a pouco, em virtude de uma exploração cada vez mais intensa do trabalho assalariado, seguida de uma acumulação correspondente, tenham saído por fim da sua casca capitalista completos. A infância da produção capitalista oferece, sob mais de um aspecto, as mesmas facas da infância da Idade Média, de onde a questão de saber quais dos servos evadidos seria o amo e qual o criado, era em grande parte decidida pela data mais ou menos antiga da sua fuga. Não obstante, esta marcha a passo de tartaruga não correspondia de forma alguma às necessidades comerciais do novo mercado universal, criado pelos grandes descobrimentos dos fins do século XV (...) O descobrimento das regiões auríferas e argentíferas da América; a redução dos indígenas à escravidão; seu internamento nas minas ou sua exterminação; o começo da conquista e da pilhagem nas Índias Orientais e a transformação da África em uma espécie de coelheira comercial para a caça aos negros, eis aí os processos idílicos de acumulação primitiva que assinalam a era capitalista em sua aurora (...) Os diferentes métodos de acumulação primitiva que a era capitalista faz nascer são repartidos em primeiro lugar, em ordem mais ou menos cronológica, em Portugal, Espanha, Holanda, França, Inglaterra, até que esta última as combina todas no último

terço do século XVII, em um conjunto sistemático, abrangendo ao mesmo tempo o regime colonial, o crédito público, a finança moderna e o sistema protecionista. Alguns desses métodos apóiam-se no emprego da força bruta, mas todos sem exceção exploram o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade, a fim de precipitar violentamente a passagem da ordem econômica capitalista e abreviar as fases de transição. E com efeito, a Força é a parceira de toda velha sociedade nas dores do parto. A Força é um agente econômico". [Karl Marx, *A Origem do Capital (A acumulação primitiva)*, op. cit., p. 93-5.]

8. Ivan Pedro de Martins, *Introdução à Economia Brasileira* (Rio de Janeiro: Ed. José Olimpio, 1961), p. 25.

9. Mauá escreve nas suas memórias: "Acompanhei com vivo interesse a solução desse grave problema; compreendi que o contrabando não podia reerguer-se desde que a *vontade nacional* estava ao lado do Ministério que decretava a suspensão do tráfico. Reunir os capitais que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio e fazê-lo convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter certeza de que aquele fato era irrevogável (. . .) Consegui formar uma diretoria composta dos melhores nomes da praça, como é sabido, diretoria que com pequena alteração me acompanhou durante a vida curta do primitivo Banco do Brasil". (Visconde de Mauá, *Autobiografia* (Com prefácio de Cláudio Ganns) (Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1942), p. 126-27.

10. Décio Freitas, *Palmares — a guerra dos escravos* (P. Alegre: Ed. Movimento, 1973), p. 155-6.

11. Movimentos desse tipo como Canudos, Caldeirão, Contestado, Pau de Colher e Muckers, entre outros, comprovam como somente a plebe oprimida conseguiu abalar ou ameaçar as estruturas dos modelos que aconteceram diacronicamente no Brasil: o escravismo e o capitalismo dependente.

---

## ALOCUÇÃO

Sílvio José Ferreira

Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Pernambuco.

---

Gostaria de abordar o tema da contribuição africana na cultura brasileira de modo o mais geral, do modo mais breve e sucinto possível.

Não há quem queira ou possa negar o fato de que a contribuição africana no Brasil foi e tem sido decisiva na formação cultural e social brasileira. Antes mesmo da publicação de *Casa-Grande & Senzala*, em 1933, malgrado, senão o racismo, pelo menos o preconceito contra o negro africano e seus descendentes no Brasil, a contribuição africana já se fazia presente nas páginas de nossa pobre, parca e distorcida historiografia nacional nas páginas de *Os Africanos no Brasil* e *O Animismo Fetichista dos Negros da Bahia*, de autoria do antropólogo e médico maranhense radicado na Bahia, Nina Rodrigues.

E quando falamos na contribuição do negro africano, geralmente nos vêm à

mente algumas ocorrências, eventos ou fenômenos de natureza sócio-antropológico-cultural, tais como as manifestações religiosas do candomblé ou xangô, a umbanda; os folgedos, os cânticos e as danças em geral; além dos costumes e hábitos psicossociais, em particular, o modo de vestir, a maneira de falar, o carinho, o dengue, o afeto, o bem se relacionar e o bem tratar. Nesta breve intervenção, todavia, não devemos explorar este filão sócio-antropológico tão largamente explorado — se bem ou não, é outro problema — desde o começo da década de 1930; desejo apenas ressaltar a contribuição africana no que diz respeito, particularmente, a seus aspectos econômicos, ou seja, quero enfatizar a necessidade de buscar, compreender e estudar o negro africano enquanto animal produtor, animal humano, animal social.

Sabemos que, segundo certa tradição sociológica, o homem só se fez homem no

momento em que sentiu necessidade de produzir, de trabalhar modificando a natureza, para atender às suas necessidades materiais. Esta proposta básica encerra o que queremos dizer, ou seja, muitas pessoas — até mesmo, por vezes, aquelas que assumem uma posição de pesquisa historiográfica sócio-antropológica materialista — caem no círculo vicioso de buscar estudar as contribuições africanas nos seus aspectos superestruturais, nos costumes, nos símbolos, nas manifestações, enfim, sócio-cultural-antropológicas do negro africano e seus descendentes na sociedade brasileira.

Quando o negro africano aqui chegou, malgrado muitos de nossos historiadores contrariamente queiram compreender, foi na condição humana. Se não conhecia um modo de produzir como o do homem ocidental, possuía um modo de se relacionar com a terra. Não era pura e simplesmente um animal, porque este mantém uma relação com o meio ambiente condicionada biologicamente, e o homem transcende a condição pura e simplesmente biológica e busca formas humanas de construção de

um espaço, de uma realidade sócio-psicológica, para sobre ela atuar.

Ora, chegando aqui, o negro trouxe um modo de se relacionar com a natureza que o fazia autonomizado em relação a ela e o caracterizava como animal produtor. E se, hoje em dia, não buscarmos tentar compreender esta condição específica — não na escravidão ou na servidão que lhe foram impostas, experiências distantes de seu trajeto como homem econômico —, não poderemos compreendê-lo. Devemos enfatizar a necessidade de voltarmos os olhos para a África antes do momento histórico que marca o início da amarga experiência do cativo, e compreender o negro não como ser única e simplesmente sócio-cultural, mas como ser econômico, como animal produtor, por conseguinte, como animal político e humano.

Esta era a ênfase que eu pretendia dar, esperando que esta breve comunicação possa contribuir para despertar o interesse pelo estudo da contribuição africana a partir deste vértice não explorado, que é o aspecto econômico, produtor da história africana pré-escravocrata.

---

## KILOMBO E MEMÓRIA COMUNITÁRIA — UM ESTUDO DE CASO

Maria Beatriz Nascimento

Professora do Grupo de Trabalhos André Rebouças,  
Rio de Janeiro.

---

Gostaria de dar a este trabalho o título de "A memória ou a oralidade histórica como instrumento de coesão grupal", ou ainda "A memória e a esperança de recuperação do poder usurpado". Esta maleabilidade de títulos possíveis talvez se deva ao fato de este não ser, ainda, um trabalho concluído. Trata-se de um estudo prolongado e exaustivo.

Dizendo isto, estou tentando transmitir minha experiência na pesquisa sobre os quilombos brasileiros, pesquisa que tomou, no projeto, o título de "Sistemas sociais alter-

nativos organizados pelos negros — dos quilombos às favelas". Este projeto é também um grande sonho. Cientificamente falando, pretendemos demonstrar que os homens e seus grupamentos, que formaram no passado o que se convencionou chamar "quilombos", ainda podem e procuram fazê-los.

Não se trata, no meu entender, exatamente de sobrevivência ou resistência cultural, embora venhamos a utilizar estes termos algumas vezes, como referência científica. O que procuramos neste estudo é a "continuidade histórica", por isso me referi

a um sonho. Todo historiador é um conversador e um sonhador em busca deste *continuum*, digamos mesmo ser esta a nossa meta enquanto estudiosos do processo do homem no planeta. Continuidade histórica é um termo ainda mais abstrato do que "sobrevivência" ou "resistência cultural" dos antropólogos. A continuidade seria a vida do homem — e dos homens — continuando aparentemente sem clivagens, embora achatada pelos vários processos e formas de dominação, subordinação, dominação e subserviência. Processo que aconteceu, ao longo desses anos, com aqueles que, em nossas abstrações, se englobam na categoria de negros.

O trabalho aqui apresentado é nada mais que um relatório parcial de pesquisa. Não pretende estar com a verdade e nem definir uma tese, estou apenas dizendo: foi isto o que encontrei.

Esta pesquisa, por razões que não colocaremos aqui, se desenvolveu na zona rural de Minas Gerais em comunidades não particularmente isoladas, mas em um ex-quilombo.

A primeira etapa do trabalho foi dirigida ao levantamento das áreas que possuíam nomes de ex-quilombos na relação de municípios, povoados e localidades do IBGE, assim como das áreas de ex-quilombos conhecidas através de bibliografia e das fontes de documentação primária dos arquivos Nacional e Público de Minas Gerais. Nesta etapa, visitamos também três destas localidades, em Minas, num primeiro contato com seus habitantes. Escolhemos, então, um caso para estudo, embora não tenhamos perdido de vista a comparação entre os três ex-quilombos.

Na segunda etapa, dedicamos a pesquisa ao estudo de campo através dos procedimentos da metodologia da história oral, da etnografia e da observação participante. O quilombo de Carmo da Mata foi o nosso campo de estudo, e as condições dos negros que ali ainda vivem.

Resolvemos assim, em função do desenvolvimento da pesquisa. Este quilombo, dos três estudados, era o que possuía razoá-

vel quantidade de afro-brasileiros (pretos e mestiços). Por outro lado, seu reconhecimento deu-se sem o auxílio de documentação primária ou secundária. Durante o levantamento, na primeira etapa, constatamos um conflito de classe e de raça latente que tendia a progredir e que, ao final, veio realmente a acontecer (mais tarde o relataremos).

Em Kilombo, Carmo da Mata, também encontramos uma especificidade não verificada nos demais: existia lá uma família cuja mãe — senhora que, segundo as informações levantadas, possuía 110 anos — era descendente direta dos quilombolas que habitaram a região durante muitos anos, até 1888.

Tomamos contato com esta senhora na primeira fase da pesquisa. Realmente, aparentava ter mais ou menos a idade que lhe atribuíam. Possuía família numerosa, parte que ainda residia na região e parte que migrara para São Paulo, Paraná, Mato Grosso ou outras regiões com maiores oportunidades de trabalho. Na ocasião, perguntamos-lhe por que aquela região tinha sido denominada quilombo (Kilombo). Respondeu-nos que era devido ao surgimento de uma santa milagrosa, que aparecera alguns anos atrás, numa gruta da região, em local mais alto que o povoado. Esta elevação, constituída de pedras e possuindo um pequeno vale por onde corre um rio, era chamada de *Calhambola*. Ora, calhambola é um termo que substitui quilombola. Ao fazermos a mesma pergunta aos brancos — donos de casa comercial e parentes dos fazendeiros da região — responderam-nos, no início, que não sabiam, mas logo depois, ao consultarem um jovem parente de Belo Horizonte, disseram-nos que o nome do povoado era Kilombo, por terem ali se localizado negros fugidos da escravidão.

Intrigaram-nos as duas versões, pois, sempre que questionávamos os negros, estes repetiam a explicação que atribuía a origem do nome do local à santa milagrosa, afirmando-nos que a mesma se encontrava na capela católica do lugar. Por ocasião do *Reinado* — festa de rua comemorativa da

trilogia: São Benedito, N. S. do Rosário e Santa Ifigênia — aconteciam situações muito especiais, e, inclusive, os filhos e netos ausentes de D. Idalina — a última quilombola — voltavam ao lugar, juntamente com outros negros, mestiços e brancos.

Decidimos acompanhar, na segunda etapa da pesquisa, todo o processo que culminava com as festas do Reinado. Este procedimento não nos veio por acaso, pois pensamos que o Reinado — como manifestação impregnada de conteúdos simbólicos, ao nível dos mitos afro-brasileiros — conteria uma continuidade histórica, ou seja, vimos que não só havia no Reinado uma relação muito estreita com o que procurávamos no quilombo, podendo mesmo vir a ser uma dramatização das condições de vida dos habitantes negros, possíveis reminiscências traduzidas no código cultural, mas, principalmente, com a própria dinâmica das relações raciais na povoação.

O exemplo mais típico era a insistência dos informantes negros em relacionar a origem de Kilombo a uma situação milagrosa ou legendária. E não somente neste quilombo de Carmo da Mata, bem como nos demais visitados.

Ainda na primeira etapa da pesquisa, muito nos foi esclarecido sobre a ligação da história de Kilombo, em Carmo da Mata, com aparecimentos e revelações místicas, em transe ou não. O depoimento mais esclarecedor pertence ao Sr. Neca, filho mais novo de D. Idalina, a anciã descendente dos quilombolas da região. Antes dele, alguns negros nos tinham insinuado a versão corrente e, quando perguntávamos a quem pertencia a santa, respondiam-nos: "A nós." E se voltávamos a indagar: "Nós quem?" — respondiam-nos: "A nós, o Kilombo."

Uma das hipóteses de nosso projeto diz, explicitamente, que as áreas onde se localizaram "quilombos" no passado supõem uma continuidade espacial, preservando ou atraindo populações negras no século XX.

Dos três quilombos estudados — o de Carmo da Mata, o da Comarca do Rio das Mortes e o de Alagoas —, do primeiro e do último não nos foi possível encontrar ne-

nhuma documentação primária ou secundária, a não ser a referência na já citada lista do IBGE. Tivemos, então, que optar pela pesquisa oral para refazer sua trajetória. Iniciamos com entrevistas, observação participante e fotografias. Com o da Comarca do Rio das Mortes — um dos maiores do passado mineiro, também chamado Quilombo Grande — procedemos do mesmo modo, mas também encontramos muitas referências bibliográficas e documentação primária.

O quilombo de Carmo da Mata se nos tornou conhecido em setembro de 1976, ao hospedarmo-nos numa pequena fazenda no povoado de Riacho, município de Carmo da Mata, distante 14 km da região que posteriormente fomos estudar. Ao perguntarmos à dona da casa qual a padroeira da pequena igreja católica de Riacho, a mesma nos revelou que se tratava da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Sendo esta Virgem protetora dos escravos e dos pretos em geral, dentro desta religião, indagamos se era comum os pretos a freqüentarem. A fazendeira nos deu, de forma muito precisa, os primeiros dados da pesquisa que, posteriormente, viemos a desenvolver.

Foi-nos revelado, com certo ponto de vista histórico, que os negros assim como os brancos iam àquela igreja, contudo os primeiros aumentavam suas práticas "cristãs" durante a trilogia de São Benedito, N. S. do Rosário e Santa Ifigênia. Nesta ocasião, eles promoviam as festas de rua "que só eles sabem comandar". O nome que recebia a trilogia, na região, dado pelos negros era o Reinado. Este constituiu-se de ternos — espécie de pequenos exércitos ou batalhões, cada um com seu comandante, sempre negro ou mestiço —, que são quatro: da Congada, de Moçambique, de Catupé e do Vilão.<sup>1</sup>

Regressando ao Rio de Janeiro, procuramos a origem deste "folguedo" em Câmara Cascudo, o que não nos adiantou muito. Retornamos posteriormente à região de Carmo da Mata e procedemos a levantamento mais detalhado da concepção dos habitantes negros e brancos do local.

Pelos vários depoimentos, inferimos que não se tratava de simples festejos folclórico-religiosos. Havia toda uma impregnação histórica, pois os ternos tinham nomes e especificidades significativas. O primeiro referia-se a um patriarcado africano, que se centralizou em um poder político-administrativo e que fora o Reino do Congo dos séculos XIII ao XV. O segundo, também referenciado ao passado africano, representava um matriarcado, ou pelo menos um grande poder político da mulher, e ao mesmo tempo descentralizado, na África do período já citado. "A diferença entre a Congada e o Moçambique é que na Congada é o rei, no Moçambique são as rainhas, mas as diferenças que os pretos dizem que tem é no toque do tambor e das caixas."<sup>2</sup> O terceiro terno, de Catupé, é o índio brasileiro, e o quarto e último representa o português, é o terno do Vilão.

Era o mês de setembro e procuramos nos informar se havia algum Reinado perto da fazenda. Foi-nos informado que naquela tarde de domingo haveria uma apresentação em outro povoado próximo, cujo nome era Kilombo, considerado o mais autêntico das circunvizinhanças.

A referência ao nome nos interessou, a ponto de querermos desenvolver pesquisa onde os conceitos histórico-culturais de quilombo e reinado fossem o ponto de partida. Nesta perspectiva, utilizamos a hipótese de uma continuidade histórica entre o quilombo e suas representações e redefinições nos dias atuais. A esta parte referem-se as hipóteses de pesquisa de n.ºs 1, 2 e 3.<sup>3</sup>

Posteriormente, procuramos localizar este quilombo na documentação histórica levantada nas fontes, referentes aos quilombos dos séculos XVIII e XIX, em Minas Gerais. Nada foi encontrado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, nem no Arquivo Público de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Procuramos na Igreja Matriz de Carmo da Mata e Divinópolis este mesmo tipo de documentação, também sem sucesso. Optamos, forçosamente pela pesquisa oral.

Através dos depoimentos orais, viemos a saber que o quilombo de Carmo da Mata

organizou-se a partir do contato dos negros "corumbas" com os índios puris, que habitavam aquela região. Os negros eram da nação bantu, de uma etnia m'bunda. Viviam da caça e de pequena lavoura de abacaxi, feijão, banana e extraíam, ainda, o palmito. Não se registra, em longo período, ataque à comunidade.

Por volta de 1888 segundo depoimento, forasteiros brancos, provenientes de São João d'El Rei, procurando terras para café e gado, apossaram-se da região, expulsando os negros e os puris, seus primitivos habitantes. E houve de tudo, desde massacre até reescravização. Após a luta entre os forasteiros brancos e os quilombolas é que a santa milagrosa, Senhora Santana, foi encontrada.

Um peão de um dos fazendeiros encontrou-a em uma gruta, após seguir uma rês que se desgarrara da manada. A vaca tinha o chifre partido e o peão procurou saber onde ela tinha se ferido. Seguindo o rastro de sangue deixado pelo animal encontrou, numa das grutas do sítio Calhambola, o que lhe pareceu ser a imagem de uma mulher, com uma das mãos partida. Posteriormente, acompanhado de outros negros, verificou que se tratava de uma imagem de Senhora Santana, e todos acreditaram que o ferimento que ela causara à vaca fora devido a esta pertencer a um dos fazendeiros mais cruéis da região, um dos que mais maltratavam os negros e seus colonos.

A imagem recebeu um "passe", antes de ser trazida para o arraial e entronizada na igreja católica, cuja padroeira era Nossa Senhora do Rosário. Trata-se de uma imagem de ébano, madeira escura, em estilo barroco. Os negros atribuem sua origem a um quilombola da região, o que mais tarde procuraram verificar em um Centro de Kimbanda. Constatado, por volta do meado deste século, que a santa pertencia ao quilombo, os comandantes do Reinado construíram uma nova capela no sítio onde a imagem foi encontrada e tentam, até o momento da pesquisa, transferi-la para esta pequena capela.



Este procedimento dos comandantes do Reinado, todos negros, levou-os a um conflito com a Igreja Católica e com os brancos da região.

Um dos filhos de uma das seis famílias brancas, mais ou menos por volta de 1910, passou a viver maritalmente com D. Idalina, a descendente dos quilombolas. Entre os vários filhos negros desta mulher existe, pois, um mestiço, filho do homem branco, descendente dos fazendeiros. Este filho de D. Idalina tem um papel relevante na comunidade. Suas atividades vão desde ser um bom lavrador, passando por ser benzedor, a principal capitão do Reinado. Atuando como líder principal da comunidade, é ele quem dirige a luta contra os poderosos da região. Esta luta vai desde a recuperação da Caixa de Auxílio Mútuo do Reinado, que estava nas mãos dos brancos amigos do padre da paróquia de Carmo da Mata, até a retirada da imagem, que ele considera pertencente aos negros, como conseqüentemente as esmolas a ela entregues por ocasião de promessas. E ao longo deste processo vem, ao mesmo tempo, procurando legalizar sua ascendência branca, visando a recuperação das terras perdidas por seus ancestrais negros, ou seja, pelo fato de ser filho natural de um dos fazendeiros brancos, ele procura, através de documentos em cartório, herdar as terras que pela "lei dos brancos" pertencem ao seu pai.

Este mestiço nos revelou, após um ano de pesquisa, o conflito que nos pareceu latente à primeira vista. Este conflito processava-se em torno da posse da santa milagrosa pela comunidade negra, todos componentes do Reinado. Com isto, procuravam o domínio da renda das festas e das esmolas por romarias à santa, além da tomada das terras, seu objetivo final. Construíram, sob a liderança do Sr. Neca, filho de D. Idalina, a capela do Reinado fora da jurisdição direta da paróquia de Carmo da Mata. A capela foi construída com o dinheiro da Caixa do Reinado, no alto do sítio Calhambola, próximo à gruta onde a santa foi encontrada. Para lá pretendiam le-

vá-la e lá organizar o Reinado autonomamente no ano de 1979.

Como já dissemos, o Reinado dramatizava uma situação de conflito, mas com as informações constantes dos depoimentos foi-nos possível verificar que ele objetivava o próprio conflito. Em torno dele, deveria haver uma demonstração das situações daquela comunidade que fugiam à observação em outras épocas não próximas ao evento chamado Reinado.

De agosto a setembro, época do Reinado, desenvolvemos a fase decisiva da pesquisa. Acompanhamos, como observadores participantes, entrevistadores e fotógrafos, procurando documentar não só a dramatização, bem como os conteúdos simbólicos do Reinado. Documentamos também, por entrevistas, os conflitos inter-raciais e inter-classe da comunidade com a sociedade geral, já que, no período, houve a greve dos metalúrgicos mineiros e muitos dos negros voltaram à região de Kilombo, fugindo da greve ou desempregados. Observamos também as temporárias soluções do conflito, ao nível da solidariedade, compadrio e outras formas de coesão grupal, através dos próprios festejos do Reinado.

#### *Dificuldades e pretensões em função da pesquisa*

Entre as dificuldades encontradas nesta etapa do trabalho, ressaltamos a que se refere à ausência de especialistas na equipe, não só na área das ciências humanas, mas também na área tecnológica. Assim, um geógrafo, um antropólogo ou um lingüista seriam presenças importantes.

É do nosso interesse ampliar o conceito de quilombo, de modo a extrapolar sua característica puramente histórica, na medida em que uma das principais hipóteses da pesquisa refere-se à permanência de populações em função de suas características geográficas. Os locais onde se formaram quilombos, no passado, possuem características climáticas e de relevo bastante similares. Questionamos até que ponto as ca-

racterísticas acima não funcionam como pólo de atração para a povoação de determinadas regiões ou, ainda, se estas características atraem ou não a expansão da fronteira econômica, impedindo que se constituam em áreas vazias, capazes de acomodar pequenos proprietários, sejam brancos ou negros. Questionamos, ainda, se não foi justamente esta característica, de ser região de fronteira, que levou aos ataques e à destruição dos quilombos no passado. Até que ponto, ainda hoje, este problema se repete? Todas estas, são questões que nos remetem ao conceito de continuidade histórica.

É muito comum encontrar no Brasil — mas o vimos também em Angola — os quilombos se localizando em planaltos ou colinas, nas proximidades de rios, ou outros caminhos naturais, possuindo clima bastante específico, onde as condições do Sol e de outros astros dão uma sensação de espaço aberto, diríamos, oceânico e infinito. Figura, por isso, a característica de fronteira, não só geográfica, como também demográfica, econômica e cultural que estas organizações possuem.

Em Angola, pelo levantamento que fizemos, isto ficou patente, e trouxemos esta impressão observada a fim de verificar se o mesmo ocorria no Brasil. Sabemos que, no passado, isto pode ter ocorrido, e é parte de nossas constatações a importância econômica dos quilombos. Tal constatação leva-nos à hipótese de que os quilombos são importunados, no passado, por se encontrarem em terras próprias para tipos vários de exploração econômica por parte do sistema econômico dominante. Esta a razão dos ataques e da destruição.

Em função do estudo da mentalidade e dos componentes simbólicos hoje representados na concepção de mundo da comunidade estudada, em função da sua história passada, teríamos que recorrer a outros cientistas que pudessem, conosco, melhor esclarecer e conferir corpo teórico às impressões que tivemos sobre estes fatores, impressões baseadas, tão somente, em nosso conhecimento histórico.

Outro problema que se nos apresentou foi a extensão e ambição do projeto original. Segundo este, a pesquisa desenvolver-se-ia em quatro Estados. Até o momento, efetuamos somente o trabalho de campo, aliado ao estudo de documentos no Estado de Minas Gerais e, assim mesmo, não pudemos ir ao quilombo de Serro.

Embora nossa concepção do estudo sobre quilombos não leve em conta a preservação de componentes lingüísticos, de cultura e de etnia especificamente africanas, pensamos em estudar e pesquisar em campo este quilombo, que foi um dos mais importantes do país, onde figurava somente um tipo de etnia. Seu chefe, o quilombola Isidoro, na época da destruição de Serro, caminha por Minas Gerais em busca de Ambrósio e seu quilombo da Comarca do Rio das Mortes e nós gostaríamos de saber o porquê deste deslocamento, ou seja, que inter-relações possuíam estes chefes; se isto era praxe dos quilombolas, procurando se reorganizar com os outros, ou mesmo procurar refúgio junto aos quilombolas que não tinham sido, ainda, reprimidos. Gostaríamos mesmo de saber se este procedimento levava também em conta um certo sentido de nação por parte destes quilombolas.

Dos demais Estados, fizemos o levantamento dos quilombos que estavam na área de influência de Antônio Conselheiro, no interior da Bahia. Utilizamos documentação secundária e o recenseamento demográfico de 1872. Abrangemos 11 municípios, entre os quais encontramos quilombos atacados cujos integrantes ingressaram nas hostes do líder nordestino, no final do século passado.

Faltam-nos, portanto, grosso modo, três Estados, e o estudo de campo de alguns quilombos da Bahia como os de Orobó, o de Nossa Senhora dos Mares e Cabula, e o do Buraco do Tatu.

Nesta pesquisa, contamos com o apoio financeiro da Ford Foundation e, como auxiliar de pesquisa, contamos com Marlene de Oliveira Cunha, a quem agradecemos profundamente.

## NOTAS

1. O fato de os negros organizarem estes ternos segundo diferenças étnicas e históricas levou-nos a levantar a hipótese de um conflito, cuja continuidade histórica seria revelada durante a trilogia religiosa.
  2. Depoimento da fazendeira, em casa de quem nos hospedamos em 1976, antes da pesquisa.
  3. *Hipótese n.º 1* — O que ficou conhecido na historiografia como quilombos são movimentos sociais arcaicos de reação ao sistema escravista, cuja particularidade foi a de inaugurar sistemas sociais variados, em bases comunitárias.
- Hipótese n.º 2* — A variedade dos sistemas sociais, englobados no conceito único de quilombo, se deu em função das diferenças institucionais entre estes sistemas.
- Hipótese n.º 3* — O maior ou menor êxito na organização dos sistemas sociais conhecidos como quilombos deu-se em função do fortalecimento do sistema social dominante e sua evolução através do tempo.

## ALOCUÇÃO

Juana Elbein dos Santos

Coordenadora da Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil — Secneb, Salvador.

Frente ao que tenho assistido nas sessões deste Seminário, não posso deixar de transmitir a sensação que tive, como se tudo transcorresse reproduzindo, de certa maneira, a própria estrutura de nosso País. Um Brasil oficial, polido, jurídico, diplomático e um outro Brasil complexo, heterogêneo, múltiplo, conflitivo, mas real. Talvez por ser tão excepcional uma reunião como esta, em que podem sentar-se lado a lado figuras exponenciais de distintas tendências, de instituições várias da África e da América Latina e de importantes organismos internacionais. Por ser tão excepcional, repito, oportunidade como esta, para como que um consenso de não melindrar a convivência pacífica.

Estamos todos como que a mostrar nossas arrumadas salas de visitas, encobrendo nossos quintais não tão harmônicos, não tão arrumados, mas plenos de potencialidades. Por esta razão, não podemos deixar de assinalar as dúvidas que se nos apresentam quando, no contexto de um debate amplo sobre as relações Brasil—África, é proposto, quase que segregadamente — me desculpem a imagem — uma sessão sobre a influência africana no Brasil, denominação e abordagem já indicadores das ambivalências — in-

felizmente ainda não superadas — relacionadas com a problemática do negro nas Américas — neste caso específico, no Brasil — e a própria questão da linguagem como sistema conceitual e ideológico.

Desses estudos afro-orientais e afro-asiáticos — em que as questões referentes aos negros das Américas foram inseridas e, por vezes mesmo, confinadas — categorias e denominações como diáspora negra, influência africana, resíduos, sincretismos, autoridades etc. são produtos semânticos que refletem os vários níveis de conscientização e de enfoque da realidade alcançados por estudiosos e especialistas emergentes de um processo científico, de uma ciência profundamente sobredeterminada por percepções e interpretações pautadas historicamente.

Assim, não obstante as mudanças nas relações de produção — desde a escravidão, passando pela abolição, até o presente —, a situação dos africanos e seus descendentes, que constituem a atual população negra do nosso País, quase não sofreu modificações no que se refere a relações de poder oficial. Muito pouco se tem revelado sobre o papel histórico — passado e contemporâneo — e a contribuição decisiva da população negra na formação de nossa sociedade nacional

em suas lutas, sua independência, sua história, seu desenvolvimento econômico e político. E se esta reflexão crítica se levanta em relação à compreensão aprofundada e revisionista do negro no processo nacional e do seu quase afastamento do processo decisório, como situar de maneira realística a participação democrática do negro e de suas instituições no desenvolvimento descolonizado das relações internacionais? E mais ainda, das relações autênticas América Latina—Brasil—África, relações que abrangentemente assumem e representam os interesses e as colocações desta importante parcela da população nacional?

Deixarei para outros a contabilidade das relações oficiais e seus convênios; intercâmbios de estudantes, pesquisadores, diplomatas; visitas à Bahia, a terreiros etc. Não que isto não nos pareça importante — pelo contrário, é absolutamente positivo —, apenas julgamos insuficiente enquanto não houver ações e participação real, nos trabalhos objetivos, do segmento populacional que, por razões políticas e históricas, está mais profundamente interessado nessas relações, não querendo ser apenas lembrado como uma ponta-de-lança, como uma ponte para abertura de frentes para intercâmbios econômicos e políticos nem sempre coincidentes com os interesses desta população.

Se o desenvolvimento das relações e da cooperação Brasil—África deve, de fato, acarretar um significativo impulso para elevar a qualidade de vida de suas populações, parece-nos imprescindível, por estar irremediavelmente inter-relacionada, uma abertura destemida para a compreensão da população negra — sua história, seus valores eruditos e epistemológicos, sua participação dinâmica na formação da sociedade nacional e não apenas aqueles aspectos pitorescos em seu processo civilizatório —, com o que poderemos realmente abrir e ampliar substancialmente os caminhos para as relações internacionais em discussão. E, neste sentido, gostaria de ponderar, condensadamente, em torno de alguns tópicos não originais, mas cuja formulação pública e insis-

tente me parece válida como instrumento de reflexão.

Julgamos necessária uma ampla revisão e avaliação crítica do discurso científico e acadêmico, numa colaboração estreita entre especialistas que estejam ligados aos fatores das próprias comunidades e às instituições negras; uma revisão que traga consigo a descolonização teórica e metodológica da antropologia, da sociologia e da história com todos os seus laços elitistas e evolucionistas; uma revisão que abra caminho para a perfeita compreensão dialética dos processos, das relações sociais, do papel histórico e contemporâneo dos agrupamentos e instituições negras — terreiros, centros, tendas, ou como queiramos chamá-los — que carregam continuidade e reelaboração; uma revisão, enfim, que permita a desmistificação de ideologias tais como de embranquecimento ou de sincretismo, uma melhor aproximação conceitual e terminológica e, particularmente, que permita distinguir, do setor africano, a singularidade dos estudos negros no contexto da sociedade nacional.

Torna-se quase desnecessário observar que esta revisão crítica teria que estender-se, forçosamente, ao discurso subjacente em vasta bibliografia, em particular no que diz respeito aos valores a serem dados e reelaborados pelos negros, implantando e reformulando dinamicamente no Brasil um complexo cultural que se epistemiza em bem estruturadas comunidades e terreiros e se expandem, permeiam e participam dialeticamente do todo nacional. Neste sentido, ainda, uma total revisão do papel destas instituições que se constituíram em centros organizadores e criativos de continuidade institucional, de memória e consciência de permanência, que, por sua vez, deram origem ao desdobramento, senão às formas institucionais.

O atual estudo isolado e evolucionista desta instituições, sem uma análise interpretativa dos seus elementos estruturais, não permitiu ver a coerência subjacente, os componentes de uma singular continuidade neoafricana, que, dialeticamente, participa

do brasileiro e do latino-americano, colocando uma enorme parte do nosso continente na órbita de uma comunalidade transatlântica, cujos verdadeiros interesses ainda estão por ser ampliados e conscientizados.

Em suma, devemos esforçar-nos para superar todas as dificuldades, debruçar-nos

sobre o trabalho sistemático, ampliar a circulação de informações, desenvolver instituições flexíveis e independentes, o que, certamente, nos permitirá refletir sobre a possibilidade de desempenharmos um papel mais ativo na orientação e consolidação dos intercâmbios Brasil—África a nível de nação como um todo.

---

## ALOCUÇÃO

Lélia Gonzalez

Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — PUC, Rio de Janeiro.

---

Nós, representantes das comunidades negras brasileiras, membros do movimento negro brasileiro — no meu caso, do Movimento Negro Unificado em particular —, percebemos, no decorrer deste Seminário, exatamente aquilo para o que Juanita (Juana Elbein dos Santos) chamou a atenção: o Brasil bem comportado, bonito, certo... e a negrada quando se manifestava muito, vinha logo *aquela* pau em cima. E perdoem, mas eu falo *pretoguês*, com muita honra.

Sentimos, então, que houve aqui dois níveis de participação e a Sessão de ontem, inclusive, foi um bom exemplo. Uma participação muito intelectualizada, uma sessão importantíssima em que, de saída, sabendo-se que a negadinha estava toda ali pronta pra cair de pau em cima, já se avisou: "Olha! trata-se aqui de um Seminário absolutamente acadêmico", o que nos soa como "academicismo", na verdade.

Segundo nossa perspectiva, estas tentativas representam o complexo de inferioridade que o *soi-disant* branco brasileiro — portanto, detentor de um poder — possui, um complexo de inferioridade no sentido de negar o negro que existe dentro dele também, e nós vamos perceber isto a partir das críticas efetuadas pela Juanita.

A nível de comportamento, de reação, de discurso, inclusive, vamos perceber — es-

tamos efetuando investigação exatamente neste sentido — o que é o racismo brasileiro, este racismo que tem vergonha de se assumir aqui, que tem vergonha de si, de uma eficácia extraordinária — haja vista a situação de um setor da população brasileira que, segundo os cálculos mais conservadores, constitui 41% da totalidade, e eu estou falando de nós mesmos, ou seja, do Brasil. Vamos perceber que este racismo se apresenta sob a forma daquilo que nos aventuramos chamar de neurose cultural brasileira. Isto porque o neurótico visa a esconder o seu sintoma, pois lucra com isto — em linguagem psicanalítica, ele goza com seus sintomas —, ao mesmo tempo que também sofre e tenta reagir. E aí passa anos e anos no analista resistindo, mostrando o jogo escondido; este é um comportamento típico.

Em termos de realidade brasileira, pensando a formação histórica e cultural deste país, podemos destacar um importante exemplo: o papel da mãe-preta.

Sabendo que a população negro-africana predominava neste país, podemos atribuir importância especial à mulher negra, não só enquanto reprodutora da força de trabalho, bem como perpetuadora de valores culturais exercendo sua função materna, função esta que ela exercia não apenas com seus filhos, mas também com os da sinhozinha.

E é importante ressaltar que esta mulher é quem nomeia o pai. É ela quem nomeia a ancestralidade e transmite os valores culturais, perpetuando-os.

Ora, se pensarmos mais detidamente, veremos o papel revolucionário e silencioso desta mulher — desta mãe-preta — no sentido de passar os valores da sua ancestralidade para o branco, que ela amamentava. E no meu *pretoquês* eu afirmo: ela passou uma rasteira no pessoal, de uma tal maneira, que todo mundo pensa que ela foi muito boazinha, muito passiva, não influenciando em nada, quando, ao contrário, sua influência foi de importância capital na formação de nossa cultura e, até mesmo, desta neurose cultural brasileira a que nos referimos.

Vejam que o brasileiro das elites dominantes, que se querem européias e brancas, nos momentos não formais, diferentes deste aqui, se soltam e se revelam. Vamos constatar, por exemplo, que o brasileiro branco no exterior, no momento de afirmar sua nacionalidade, o caso dele é rebolear e cantar samba. E neste ato falho, percebemos uma recorrência à contribuição negra. No momento de falar dos valores, da culinária, da medicina — da alternativa, evidentemente —, da religião etc., recorre-se a tudo aquilo que o negro criou, trouxe ou recriou neste país. E há, ainda, um detalhe interessante de ser observado: tudo aquilo que vem da criatividade do negro é chamado de brasileiro. O que vem do português, do árabe, do nissei, é português, é árabe, é nissei; o que vem do negro, é *brasileiro*. E esta tentativa de escamoteação parece nos apontar algo de muito sério, para o que vimos tentando chamar a atenção aqui.

É importante ressaltar também que, quando há esta preocupação de tirar de cena o negro e dizer que tudo aquilo que ele culturalmente produziu e tem produzido é brasileiro, se está, de uma maneira ou de

outra, apontando para o setor da população que efetivamente possui a mais profunda consciência de nacionalidade, justamente o negro brasileiro. E é ele o grande discriminado em termos de distribuição de renda. Nós sabemos muito bem das diferenças salariais que existem neste país entre negros e brancos, desde as mais humildes profissões àquelas mais elevadas. Diferenças de 20 a 50% de remuneração, e contra quem? Contra nós, negros. Sejamos nós o nosso querido Embaixador Souza Dantas, ou o varredor de rua, vamos perceber que a divisão racial do trabalho neste país implica na inferiorização do negro e no reforço das desigualdades raciais.

Em suma, a minoria branca nos mantém nesta situação de desigualdade, de discriminação e, ao mesmo tempo, se apropria daquilo que nós, negros, temos produzido em termos culturais, em termos de modo de ser. Não é à toa — perdão, mas é isto mesmo! — que se constata o famoso *modo de ser do brasileiro*. Que se atente para isto, para a descontração, a ginga, o jogo de cintura, este modo de ser tão aberto, tão maravilhoso que o brasileiro se atribui. Gente! Isso é coisa de crioulo na formação do brasileiro.

Finalmente, me parece muito importante, num momento como este, a gente parar e refletir sobre esta questão do racismo enquanto neurose cultural, que se reflete neste tremendo complexo de inferioridade dos brasileiros, *soi-disant* brancos, ao quererem se afirmar como o que não são, mantendo seus olhos voltados para a Europa. E quando digo isto refiro-me ao seu imaginário, já que, a nível do assimbólico, de contribuição efetiva, o que vamos constatar é que a presença negra neste país fez do Brasil — que me perdoem os companheiros latino-americanos aqui presentes — não um país da América Latina, mas da América Ladina!

---

## ALOCUÇÃO

Yeda Pessoa Castro

Diretora do Centro de Estudos Afro-Orientais, da  
Universidade Federal da Bahia.

---

Iniciaríamos perguntando: o que entendemos por Seminário? A própria palavra já o diz, significa lançar sementes de reflexão. E é isto que deve buscar um seminário acadêmico: semeando a reflexão, abrir novos caminhos metodológicos ou dar uma nova reorientação metodológica em campos de pesquisa que, por motivos de ordem histórica ou epistemológica, foram esquecidos ou não convenientemente cuidados, em nosso caso, a sócio-antropologia do negro no Brasil. Iremos ocupar-nos, portanto, da preocupação com a busca de nossas raízes africanas e com sua influência no português do Brasil.

No que respeita à busca de nossas raízes, o problema maior normalmente apresentado é o da inviabilidade da tarefa por falta de "documentação histórica" ou a insuficiência de documentação escrita. Ora, não defendo Rui Barbosa pelo que mandou fazer, mas acuso meus contemporâneos por não diversificarem a pesquisa na reconstrução da história do negro no Brasil, quando sabemos, em sua origem, que há civilizações que desenvolveram a escrita e puderam mesmo fazer uma história escrita.

E vejam que esta me parece uma posição europocêntrica que se reflete até hoje entre nós no campo dos estudos afro-brasileiros, pois, também o sabemos, as culturas africanas se caracterizam pela oralidade. Esta posição europocêntrica e colonialista sustentada na história escrita, apoiada na escrita, encontra-se, por exemplo, no caso de se associar sempre a capacidade de organização política dos Malês, na Bahia, ao fato de saberem ler e escrever uma língua — por acaso o árabe que não era sua língua nativa, mas uma imposição da dominação islâmica na África Negra —, sendo este mais um mito

criado pela historiografia oficial, que procura mostrar que o uso da escrita é mais uma prova de superioridade cultural. E é bom que se recorde que nem todos os malês falavam o árabe correntemente, sendo o saber da maioria limitado a orações e versículos do Corão, de conhecimento obrigatório a todos os muçulmanos, como o provam os documentos do Arquivo Público da Bahia já publicados pelo Centro de Estudos Afro-Orientais.

A criatividade é, pois, fundamental e, se nos faltam documentos escritos, restam outras evidências tais como as encontradas em lingüística e na tradição oral do Brasil.

É preciso, ainda, observar que este tipo de evidências podem constituir uma arma de dois gumes. Podem reforçar uma exposição de cima para baixo ou servir para demonstrar a falta de reação ou resistência africana no Brasil, quando é exatamente o contrário, estas evidências denunciam a reação e a resistência escrava à dominação.

Consideremos dois pontos fundamentais: por um lado, a posição oficial do ensino de línguas do País e a posição da lingüística e da filologia brasileiras em relação à influência de línguas africanas no português do Brasil; por outro lado, a posição sentimental que revela a tendência paternalística dos que se dedicam a estudar as chamadas culturas afro-brasileiras.

Se a política, sobretudo universitária, é o não ensino de línguas africanas nos cursos de Letras, esta posição pode levar à mistificação de que as línguas africanas no Brasil ficaram resguardadas e confinadas às seitas religiosas afro-brasileiras, sem que tivessem participado e influenciado o português brasileiro, reforçando a oficial e tão decantada vitória da língua portuguesa no Brasil,

do milagre de se falar apenas o português neste País — milagre atribuído ao prestígio literário e sociológico da língua de dominação econômica que os africanos foram obrigados a falar de qualquer maneira.

Exemplo deste tipo de mistificação em relação às línguas africanas nós podemos observar em nossa experiência no Centro de Estudos Afro-Orientais. O CEAO oferece, desde 1961, um curso de língua Yoruba. Este curso é freqüentado assiduamente por pessoas da comunidade afro-baiana, e raramente se vêem nele pessoas que não sejam ligadas aos candomblés. E isto porque estas mesmas pessoas procuram estudar Yoruba na esperança de poder falar aquilo que nós chamamos de língua do Santo, a língua espiritual. Por outro lado, a camada estudantil não procura este curso, não se aproxima das línguas africanas. Partem do preconceito de que estas línguas são faladas apenas no candomblé e não tiveram nenhuma influência no português do Brasil, a não ser, eventualmente, ao nível do vocabulário.

Estas reflexões nos permitem esclarecer outro ponto importante: não se fala língua africana nos candomblés. O serviço do candomblé não é nenhuma língua de competência de qualquer nação africana atual. Não existe uma competência lingüística, o que existe é uma competência simbólica dentro do candomblé. O que existe, objetivamente, é o fato de o iniciado saber em que momento cantar uma cantiga ou fazer uma saudação e para que Santo fazê-lo. Contudo, se o nome daquela divindade é desta ou daquela origem africana, e o que significa literalmente esta ou aquela sauda-

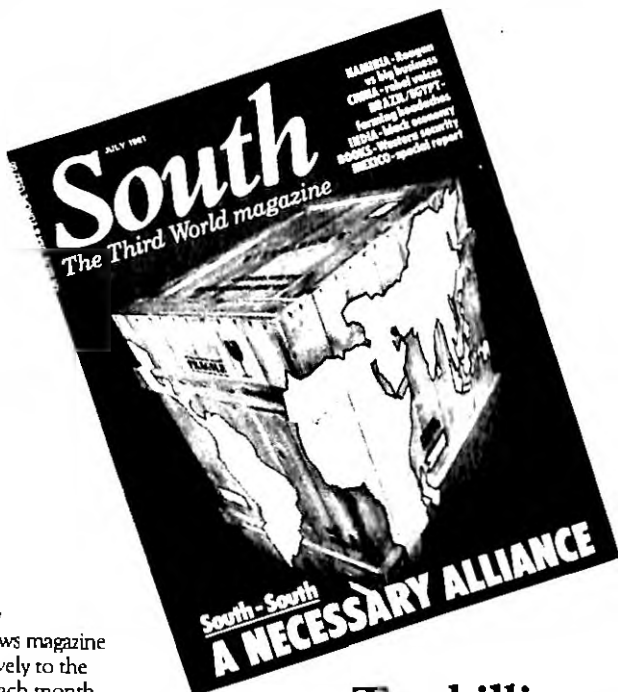
ção, este ou aquele cântico, realmente, não é de tanta importância.

Concluindo, em nossa opinião, esta aparente falta de resistência das línguas africanas no Brasil — nem mesmo no candomblé se tem uma língua de competência africana hoje — se deve à africanização do português em nosso País e ao aportuguesamento dos falares africanos. Não é possível que, ainda hoje, se persista no ponto de que não houve positivamente — esta a posição oficial da lingüística e da filologia nacionais — influência de línguas africanas no português do Brasil. Eu pergunto — meu Deus! — se o Brasil seria, então, o único exemplo no mundo de nação — é mais outro milagre brasileiro — em que em 300 anos de contato direto, permanente e contínuo de diferentes falares africanos com o português que os africanos foram obrigados a falar de qualquer maneira, nada ficou destas línguas. Será que estes africanos chegaram aqui surdos e mudos e começaram a aprender o português como sua língua nativa? Isto é, realmente, uma mistificação e tem que começar a ser estudado e analisado.

O que se deve fazer em primeiro lugar, a nosso ver, é começar a introduzir cursos de línguas africanas nas universidades brasileiras. É importantíssima esta vivência lingüística complementada pela documentação histórica.

Finalmente, gostaríamos de observar outra tendência freqüente, de se globalizar muito ao se tratar de influência africana no Brasil. Este é um assunto que tem de ser tratado em diferentes níveis e através de diferentes etapas, considerando-se os diferentes momentos de nossa história.

# South: The facts behind Third World news



*South* is the only international news magazine devoted exclusively to the Third World. Each month, *South* goes behind the headlines to bring you comprehensive coverage of the vital issues affecting the Third World and its two billion people.

Its on-the-spot reporting and expert analysis of economic and political trends makes it essential reading for anyone with an interest in the events and people of the Third World and in the way Third World nations trade within the South as well as with the North.

## Two billion people. One magazine.

Already, *South* is being recognised as a major new independent publication, with an influential international readership.\*

As a subscriber or advertiser, you'll find that *South* is the better way of staying in touch with the Third World.

(\* Almost 60% of *South's* subscribers hold executive positions in government, finance, commerce or industry, or within an international organisation.)

## South

*The Third World magazine*

Africa US\$15

India, Pakistan,  
Bangladesh, US\$12  
Sri Lanka

United Kingdom £8

Rest of World US\$22

YOU NEED SEND NO MONEY NOW

For subscriptions please complete and send to:

South Publications Limited, 13th Floor, New Zealand House,  
80 Haymarket, London SW1Y 4TS

Name

Company (if applicable)

Address

# les éditions ja jeune afrrique

...de bonnes idées  
...de grands écrivains  
...de très beaux livres



**des livres d'histoire**

**des guides de voyage**

**des livres d'art**

**des livres pratiques**

**des encyclopédies**

**des atlas**

**CES LIVRES DES**  
**éditions j.a.**  
3 rue Racine - 75009 Paris - Tél. 265 89 30  
**SONT EN VENTE**  
**CHEZ VOTRE LIBRAIRE**

éditions ja jeune africain promotion